



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FÁBIO AUGUSTO DE CARVALHO PEDROSA

LABORUM META:
SOCIEDADE E ARTE NOS CEMITÉRIOS DE MANAUS
(1860-1930)

ALMERIA A
PEDREIRA
BARROS

MANAUS
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

FÁBIO AUGUSTO DE CARVALHO PEDROSA

**LABORUM META:
SOCIEDADE E ARTE NOS CEMITÉRIOS DE MANAUS (1860-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador (a): Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa.

MANAUS
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P372I Pedrosa, Fábio Augusto de Carvalho
Laborum Meta : Sociedade e Arte nos Cemitérios de Manaus
(1860-1930) / Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa . 2024
368 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Keith Valéria de Oliveira Barbosa
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Morte. 2. Cemitérios. 3. Sociedade. 4. Arte. 5. Manaus. I. Barbosa, Keith Valéria de Oliveira. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

“Não existe praticamente qualquer grupo arcaico, por muito “primitivo” que seja, que abandone os seus mortos ou que os abandone sem ritos”.

Edgar Morin

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por permitir que chegasse tão longe.

Agradeço imensamente à minha mãe, Trissimara Rodrigues de Carvalho, mulher guerreira, amiga de todas as horas e meu maior tesouro, e aos meus queridos e sempre lembrados avós Maria Hortência Rodrigues de Carvalho (*in memoriam*) e João Augusto de Carvalho (*in memoriam*) pelo empenho que tiveram em me garantir uma ótima educação, que é o maior patrimônio que levarei dessa vida.

Em minha trajetória como pesquisador, conheci pessoas incríveis, hoje grandes amigos e amigas, às quais serei eternamente grato: Aguinaldo Figueiredo, historiador e boêmio inveterado; Ed Lincon, um dos grandes pesquisadores sobre a História de Manaus e seus cinemas; Roberto Mendonça (Coronel Roberto), historiador guardião de nossas instituições militares; Nonato Braga, funcionário do Arquivo Público do Estado do Amazonas, sempre disposto a ajudar jovens pesquisadores; Taynara Alves, historiadora e futura Mestra em Antropologia; Wilton Abraham, historiador e grande conhecedor do Cristianismo, cuja dedicação no que faz é inspiradora; e Trícia Tadros e Jorge Pinho, casal maravilhoso que carinhosamente me acolheu como um filho.

Gratidão aos amigos que já partiram. Passamos ótimos momentos juntos. Um dia iremos nos reencontrar: Armando Andrade de Menezes, Sérgio Luiz Pereira, Benayas Inácio Pereira, David Ranciaro, Almir Diniz de Carvalho, João Luiz Urdapilleta Sanches e Joaquim Rodrigues de Melo.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, essencial para a realização da pesquisa, possibilitando a aquisição de livros e minha subsistência.

Seria uma grande falta não mencionar os nomes dos mestres e mestras da graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que me possibilitaram uma formação ímpar nos ofícios de Clio: Professora Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa, minha querida orientadora, Professor Dr. Auxiliomar Silva Ugarte, Professor Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior, Professora Dra. Kátia Cilene do Couto, Professora Ma. Maria Eugênia Mattos, Professora Dra. Joana Campos Clímaco, Professor Dr. James Roberto Silva, Prof. Dr. Glauber Biazio, Prof. Dr. Davi Avelino Leal, Professor Dr. Nelson Tomelin Júnior, Professor Dr. César Augusto Bubolz Queirós e Professor Dr. Wellington Bernadelli Silva Filho.

Sou grato aos funcionários da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que dão vida à instituição a fazendo funcionar, em especial os secretários do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Robert Callisto e Jailson Soares Mota.

Por último, meus sinceros agradecimentos aos profissionais da Biblioteca Nacional, que todos os dias se empenham em disponibilizar, através da Hemeroteca Digital Brasileira, milhares de documentos históricos (jornais, decretos, revistas etc), auxiliando pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre os cemitérios de Manaus construídos entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Em um primeiro momento foram analisadas as atitudes da sociedade manauara diante da morte, com o objetivo de descortinar e compreender suas visões de mundo, crenças, temores e expectativas sobre o além-túmulo. No segundo momento, através de pesquisa bibliográfica e documental, foi produzida uma cartografia dos campos santos, englobando desde os cemitérios indígenas aos cemitérios construídos nos subúrbios até a década de 1930. Posteriormente foi realizada, através da análise de crônicas e matérias jornalísticas, a reconstituição do cotidiano nos cemitérios, que inauguraram novas formas da sociedade se relacionar com a morte e com os mortos. Por último, a partir da análise de um conjunto de túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista, o mais antigo em funcionamento, buscar-se-á identificar, através de suas formas e símbolos, mudanças nas atitudes em relação à morte e aos mortos e como determinados setores da sociedade amazonense o utilizaram como espaço de culto à memória, exaltação da vida e marcador social.

Palavras-chave: Cotidiano; Morte; Arte; Cemitérios; Manaus.

RESUMEN

Esta disertación presenta un estudio sobre los cementerios de Manaus construidos entre la segunda mitad del siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX. Inicialmente, se analizaron las actitudes de la sociedad manaus frente a la muerte, con el objetivo de descubrir y comprender sus cosmovisiones, creencias, miedos y expectativas sobre el más allá. En el segundo momento, a través de una investigación bibliográfica y documental, se produjo una cartografía de Campos Santos, abarcando desde los cementerios indígenas hasta los cementerios construidos en los suburbios hasta la década de 1930, posteriormente, a través del análisis de crónicas y materiales periodísticos, la reconstitución de la vida cotidiana en los cementerios, que inauguraron nuevas formas de relación de la sociedad con la muerte y los muertos. Finalmente, a partir del análisis de un conjunto de tumbas y depósitos del Cementerio São João Batista, el más antiguo en funcionamiento, buscaremos identificar, a través de sus formas y símbolos, cambios en las actitudes hacia la muerte y los muertos y cómo ciertos sectores de la población amazónica la sociedad lo utilizó como espacio para el culto a la memoria, exaltación de la vida y marcador social.

Palabras clave: Vida cotidiana; Muerte; Arte; Cementerios; Manaus.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – O ideal era morrer em casa, perto dos familiares e amigos. Ilustração presente na 2ª edição de *A Moreninha* (1845), de Joaquim Manoel de Macedop. 41
- Figura 2** – Criança morta. Fotografia de Francisco Cândido Lyra. Manaus, século XIXp. 49
- Figura 3** – A Providênciap. 52
- Figura 4** – Casa Mesquitap. 53
- Figura 5** – Aglomeração na casa do Coronel Ferreira Pennap. 58
- Figura 6** – Fotografia pós-morte de Carlos Pereira da Silva (1894-1931)p. 61
- Figura 7** – Sebastiana Gomesp. 62
- Figura 8** – Fotografia e escultura de Maria Leopoldina Cavalcante de Lemosp. 63
- Figura 9** – Fotografia tumular de Augusta do Carmo Moreirap. 64
- Figura 10** – Fotografia tumular de Antônio José de Almeidap. 65
- Figura 11** – Fotografia tumular de Maria Anette Rego Maiop. 66
- Figura 12** – Membros da colônia maranhense de Manaus ao redor do túmulo de Eduardo Gonçalves Ribeirop. 75
- Figura 13** – O funeral dos poderosos. Exéquias do Coronel Cyrillo Neves, preparadas pela empresa funerária de Neves & Corrêa em 1912p. 77
- Figura 14** – Carro fúnebre de Agesilau Pereira da Silvap. 79
- Figura 15** – Enterro de Rodolpho Índio de Mauésp. 80
- Figura 16** – Adelaide Cândida Machado da Silva, à esquerda, guardando luto pelo marido. Cerca 1913-1920p. 86
- Figura 17** – Os filhos de Carlos Pereira da Silva guardando luto pelo pai. Fotos de 1934/1935 e 1932.....p. 87
- Figura 18** – Ida Lago Pereira da Silva com seus filhos. Foto de 1933.p. 88
- Figura 19** – Ida Lago Pereira da Silva, sua mãe e irmã. Foto de 1934p. 89
- Figura 20** – Ida Lago Pereira da Silva ladeada pelos dois filhos. Foto de 1935p. 90
- Figura 21** – Ida Lago Pereira da Silva, em destaque, na companhia da família. Foto de 1935p. 91
- Figura 22** – Ida Lago Pereira da Silva em 1950, aos 53 anos, ao lado da neta Lídicep. 92
- Figura 23** – Ida Lago Pereira da Silva durante casamento realizado em 1975p. 93
- Figura 24** – Um dos últimos registros de Ida Lago Pereira da Silvap. 94
- Figura 25** – Convite para a missa fúnebre do professor Gustavo Lisboa. Destaque para a arte com o desenho de símbolos clássicos da morte: o crânio, a cruz e o livro da vidap. 96
- Figura 26** – Missa de 7º Dia realizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição ...p. 98
- Figura 27** – Topografia dos antigos cemitérios cristãos de Romap. 104
- Figura 28** – O Cemitério dos Santos Inocentes, em Paris, representado como era em 1550 . p. 108
- Figura 29** – Carneiro do Cemitério dos Santos Inocentesp. 109
- Figura 30** – Vila de Manaus. Cerca 1847p. 124
- Figura 31** – Planta da cidade de Manaus, 1852p. 126
- Figura 32** – Tipos de cemitérios: 1) Eclesiástico; 2) Tradicional ou Histórico; 3) Jardim; 4) Verticalp. 135
- Figura 33** – Cemitério indígena de Manaus, atual Praça Dom Pedro IIp. 146
- Figura 34** – Igaçaba. Gravura de Franz Keller-Leuzinger, 1867p. 149
- Figura 35** – Igaçaba da tradição Borda Incisa/Barrancóide. Acervo do Museu Amazônico ..p. 152
- Figura 36** – Praça IX de Novembro, antigo Largo da Trincheira, nos dias de hoje reduzida a um estacionamentop. 158
- Figura 37** – Gravura retratando a Rua da Cruz, atual Leovigildo Coelho, cuja nomenclatura fazia referência ao cruzeiro do Cemitério dos Remédiosp. 162
- Figura 38** – Cemitério de São José, em atividade de 1856 a 1891p. 164
- Figura 39** – Cemitério de São Raimundo, em atividade de 1888 a 1891p. 172
- Figura 40** – Entrada do Cemitério de São João Batistap. 177

Figura 41 – Exemplo de jazigo encontrado no Cemitério de São Francisco	p. 182
Figura 42 – Cemitério Israelita/Chevrah Kadishah de Manaus. Foto de Abraham Amzalak, 1983	p. 184
Figura 43 – Túmulo o Rabi Shalom Emanuel Muyal	p. 186
Figura 44 – Cemitério de Santa Helena, no bairro de São Raimundo. Foto de Moacir Andrade	p. 188
Figura 45 – Cemitérios construídos em Manaus até a década de 1930	p. 190
Figura 46 – Aspecto do Cemitério de São José, já desativado, em 1901	p. 207
Figura 47 – Uma ala do Cemitério da Soledade, em Belém-PA	p. 208
Figura 48 – Portão de entrada do Cemitério de São João Batista com a expressão ‘Laborum Meta’	p. 213
Figura 49 – Cemitério de São Raimundo	p. 216
Figura 50 – Túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista no Dia de Finados de 1913	p. 218
Figura 51 – Fotos do Cemitério de São João Batista no Dia de Finados de 1914. Destaque para os jazigos de Aristides Ferreira e Agesilau Pereira da Silva	p. 219
Figura 52 – Quadra 2 do Cemitério de São João Batista, conhecida como Quadra da Santa Casa de Misericórdia	p. 222
Figura 53 – Dia de Finados no Cemitério de São João Batista, em Manaus, 1935	p. 224
Figura 54 – Dia de Finados no Cemitério de São João Batista, em Manaus, 1935	p. 225
Figura 55 – Dia de Finados no Cemitério de São João Batista, em Manaus, 1935	p. 226
Figura 56 – Cemitério dos Santos Inocentes, século XVI	p. 230
Figura 57 - “O Cemitério da Consolação no Dia de Finados”	p. 233
Figura 58 – Quinado Cálem	p. 243
Figura 59 – “Neste ataúde contem os restos epidemicos da temerosa Grippe que ceifou a vida de uma terça parte dos povos que trabalhavam para o engrandecimento do Amazonas. Conheça bicha, que comnosco é só na Marreta”	p. 252
Figura 60 – Cemitério de São Raimundo, detalhe	p. 259
Figura 61 – Anúncio de papel tarjado para cartas de enterro	p. 264
Figura 62 – Anúncio de 1905 da Marmoraria Ítalo-Amazonense mostrando três tipos de monumentos	p. 269
Figura 63 – Anúncio de 1932 da marmoraria <i>A Reformadora</i>	p. 272
Figura 64 – Túmulo de Ramses Bader. Obra de <i>A Reformadora</i>	p. 273
Figura 65 – Anúncio da casa funerária Loyo & Silva (Loyo & Paredes)	p. 276
Figura 66 – Jazigo de Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil e Francisca Bertholeza de Pinho	p. 284
Figura 67 – Túmulo de Anna Miranda de Freitas Guimarães	p. 287
Figura 68 – Jazigo de Antonio Nery da Fonseca e Lucrécia	p. 289
Figura 69 – Túmulo de Martinha Francisca Vaz Ramalho	p. 291
Figura 70 – Túmulo de Alfredo A. César	p. 293
Figura 71 – Túmulo de Lourença do Rego Barros	p. 295
Figura 72 – Túmulo de Manoel de Azevedo da Silva Ramos	p. 298
Figura 73 – Túmulo de Eduardo Gonçalves Ribeiro	p. 300
Figura 74 – Túmulo de Clementino José Pereira Guimarães, Barão de Manaus	p. 304
Figura 75 – Mausoléu dos Heróis da Força Policial do Estado	p. 307
Figura 76 – Jazigo da família Carneiro dos Santos	p. 310
Figura 77 – Monumento do jazigo da família Carneiro dos Santos	p. 312
Figura 78 – Túmulo de Joana Alexandrina da Cruz Taveira	p. 313
Figura 79 – Túmulo de Salustiano Cavalcanti	p. 315
Figura 80 – Mausoléu de Ária Paraense Ramos	p. 318
Figura 81 – Túmulo do Coronel João Martins de Araújo	p. 322
Figura 82 – Túmulo do Coronel Leopoldo de Moraes e Mattos	p. 324

Figura 83 – Homenagem ao Cel. Leopoldo de Moraes e Mattos	p. 326
Figura 84 – Ossuário do Cemitério de São José	p. 327
Figura 85 – Restos mortais do Ossuário do Cemitério de São José	p. 328
Figura 86 – Jazigo de Silvério José Nery e família	p. 330
Figura 87 – Jazigo de Manoel Joaquim de Machado e Silva, Barão de Machado e Silva	p. 332
Figura 88 – Túmulo de Alberto Cunha d’Alvim	p. 334

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	p. 14
CAPÍTULO I – ATRAVESSANDO O RIO NEGRO: A SOCIEDADE MANAUARA DIANTE DA MORTE	p. 36
1. 1. A pedagogia da morte e o catolicismo luso-brasileiro	p. 36
1. 2. A morte em terras barés	p. 39
1. 3. Embelezar e vestir: o preparo do corpo	p. 47
1. 4. Ato de fé e evento social: o velório	p. 50
1. 5. Registros para a eternidade: fotografias mortuárias	p. 59
1. 6. A morte infantil: os anjinhos	p. 67
1. 7. Apoio na hora derradeira: as irmandades	p. 69
1. 8. O último adeus: o enterro	p. 71
1. 9. Enfrentando a dor: o luto e as missas	p. 83
1. 10. A morte era uma festa	p. 98
CAPÍTULO II – DOS CEMITÉRIOS INDÍGENAS AOS CEMITÉRIOS SECULARIZADOS: OS LUGARES DOS MORTOS EM MANAUS	p. 102
2. 1. “Nós ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos”: A criação dos cemitérios	p. 102
2. 2. Manaus: De Lugar da Barra à capital da borracha	p. 120
2. 3. Tipologias de cemitérios	p. 135
2. 4. Cemitérios indígenas	p. 139
2. 5. Igreja e Largo da Matriz	p. 154
2. 6. Igreja e Cemitério dos Remédios	p. 158
2. 7. Cemitério de São José	p. 162
2. 8. Cemitério de São Raimundo	p. 170
2. 9. Cemitério de São João Batista	p. 172
2. 10. Cemitério de São Francisco	p. 180
2. 11. Cemitério de Nossa Senhora da Piedade	p. 182

2. 12. Cemitério de Santo Alberto	p. 183
2. 13. Cemitério Israelita/Chevrah Kadishah de Manaus	p. 184
2. 14. Cemitério de Santa Helena	p. 187
2. 15. Os Cemitérios nos Códigos de Posturas (1848-1938)	p. 191
CAPÍTULO III – COTIDIANO NOS CEMITÉRIOS MANAUARAS.....	p. 199
3. 1. Lágrimas de saudade: o Dia de Finados	p. 199
3. 2. O Dia de Finados em Manaus	p. 202
3. 3. Entre o Sagrado e o Profano	p. 228
3. 4. Cotidiano em tempos de pandemia: a Gripe Espanhola	p. 239
3. 5. Administradores e coveiros	p. 253
3. 6. Negócios fúnebres	p. 262
CAPÍTULO IV – SOCIEDADE E ARTE EM UMA NECRÓPOLE CENTENÁRIA....	p. 278
4. 1. Jazigo de Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil e Francisca Bertholeza de Pinho (1865)	p. 284
4. 2. Túmulo de Anna Miranda de Freitas Guimarães (1871)	p. 287
4. 3. Jazigo de Antonio Nery da Fonseca (1851-1861) e Lucrécia (1876)	p. 289
4. 4. Túmulo de Martinha Francisca Vaz Ramalho (1880)	p. 291
4. 5. Túmulo de Alfredo A. César (1885)	p. 293
4. 6. Túmulo de Lourença do Rego Barros (1887)	p. 295
4. 7. Túmulo de Manoel de Azevedo da Silva Ramos (1896)	p. 298
4. 8. Túmulo de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1900)	p. 300
4. 9. Túmulo de Clementino José Pereira Guimarães, Barão de Manaus (1906).....	p. 304
4. 10. Mausoléu dos Heróis da Força Policial do Estado (1911).....	p. 307
4. 11. Jazigo da família Carneiro dos Santos (1912)	p. 310
4. 12. Túmulo de Joana Alexandrina da Cruz Taveira (1913)	p. 313
4. 13. Túmulo de Salustiano Cavalcanti (1913)	p. 315

4. 14. Mausoléu de Ária Paraense Ramos (1916)	p. 318
4. 15. Túmulo do Coronel João Martins de Araújo (1926)	p. 322
4. 16. Túmulo do Coronel Leopoldo de Moraes e Mattos (1928)	p. 324
4. 17. Ossuário do Cemitério de São José (1932)	p. 327
4. 18. Jazigo de Silvério José Nery e família (1934)	p. 330
4. 19. Jazigo de Manoel Joaquim de Machado e Silva, Barão de Machado e Silva (1935)	p. 332
4. 20. Túmulo de Alberto Cunha D'Alvim (1936)	p. 334
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 336
FONTES	p. 342
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 354

APRESENTAÇÃO

A História da Morte, de acordo com Otto Oexle e Juliana Schmitt, surgiu na França entre as décadas de 1960 e 1970. Philippe Ariès, Pierre Chaunu, François Lebrun, Jean-Claude Schmitt, Michel Vovelle, Robert Favre, Edgar Morin, Jean-Noel Biraben, entre outros, foram pioneiros nos estudos sobre as atitudes diante da morte¹. Essa especialidade faz parte do que se convencionou chamar de História das Mentalidades, cujo enfoque são as sensibilidades, modos de pensar e suas representações coletivas². Isso é o que compreendo agora, mas desde tenra idade, quando sequer imaginava o que era “História da Morte”, já me interessava por assuntos relativos à finitude, em especial os cemitérios.

Eles sempre despertaram minha atenção. Talvez por morar próximo de um, o velho Cemitério de São Francisco, que antigamente pertencia ao bairro Colônia Oliveira Machado, hoje integrado ao Morro da Liberdade, na zona Sul de Manaus. Lembro de observar, com certa curiosidade, seus jazigos de tamanhos variados, mas quase todos construídos como pequenas casas e igrejas, as fotos, já amareladas, os nomes, epitáfios e as datas, fazendo cálculos para saber quantos anos aquelas pessoas tinham vivido, me questionando sobre suas personalidades, seus gostos, suas famílias e trajetórias. Ali repousavam os habitantes de uma outra cidade, a dos mortos.

Anos mais tarde, fiquei ainda mais maravilhado quando conheci o Cemitério de São João Batista, entre os bairros nobres de Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças, na zona Centro-Sul da cidade. Que diferença do Cemitério de São Francisco. O cemitério do Morro da Liberdade, bairro do subúrbio manauara, possui uma geografia sinuosa, com altos e baixos, ruas irregulares, mal traçadas, com calçamento precário e um muro bastante baixo, o que facilita a entrada de pessoas a qualquer horário. Seus jazigos são bastante simples, construídos por pedreiros do próprio bairro, de alvenaria, com cerâmica e azulejos. Na necrópole de São João Batista me deparei com mausoléus, monumentos, estátuas e uma profusão de símbolos sagrados e profanos a adornar as sepulturas de mortos ilustres. Obras assinadas por artistas renomados e adquiridas em marmorarias especializadas, muros com gradis importados de Glasgow, na Escócia, e um majestoso pórtico de entrada. O local foi bem construído, suas ruas eram pavimentadas e bem traçadas. Logo entendi que, assim como a cidade dos vivos, a dos mortos também reproduzia desigualdades.

O primeiro contato com a historiografia sobre a Morte e a ideia de trabalhar com esse tema surgiram em 2018 com a leitura dos livros *História da Morte no Ocidente*, do historiador francês Philippe Ariès, e *O Homem e a Morte*, do antropólogo e historiador francês Edgar Morin. Através de documentos eclesiásticos, testamentos, pinturas, romances e cemitérios, Ariès dá vida a uma

¹ OEXLE, Otto Gerhard. A presença dos mortos. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). **A Morte na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 27-28. SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2023, p. 15.

² BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 37.

ambiciosa busca pelas atitudes da sociedade Ocidental diante da morte entre a Idade Média e a Contemporaneidade. Ele demonstrou que a relação entre vivos e mortos, em um milênio, sofreu mudanças drásticas, que ele divide em três etapas: morte domesticada, a morte do outro e a morte interdita. As atitudes, de acordo com Ariès, vão da aceitação à transformação da morte em tabu. “Tecnicamente”, falando sobre a sociedade contemporânea e a sua negação da morte, “admitimos que podemos morrer, e tomamos providências em vida para preservar os nossos da miséria. Verdadeiramente, porém, no fundo de nós mesmos, não nos sentimos mortais”³.

Edgar Morin, de veio mais antropológico, busca nos primórdios as relações da humanidade com a morte e, principalmente, sua adaptação. Para ele “não existe nenhum grupo arcaico, por mais primitivo que seja, que abandone seus mortos ou os abandone sem ritos”⁴. Morin vê a consciência da morte como um traumatismo, ideia que permeará toda sua obra. É esse traumatismo, que pode ser entendido como o medo, a angustia de desaparecer, as incertezas, que desencadeará o surgimento de relações de confronto, de aceitação, de criação de símbolos e ritos sobre a morte. A morte põe fim a individualidade. Quanto mais próximos de nós forem as pessoas (parentes, amigos), com maior intensidade serão sentidas suas mortes, pois o afeto está em uma dimensão localizada, não coletiva.

Tanto Ariès quanto Morin, um do ponto de vista histórico e outro do antropológico, tem como tema de estudo a Morte, e o tempo do historiador que se debruça sobre ela é o da longa duração, que segundo o historiador Jacques Le Goff

“[...] é o tempo de mudança lentíssimo das profundezas das sociedades históricas, tanto em sua evolução econômica como em sua evolução mental, considerando-se que as mentalidades são em geral resistentes à mudança, são conservadoras, ainda que haja mentalidades inovadoras”⁵.

São essas mentalidades resistentes a mudanças que os historiadores da morte procuram. De acordo com a historiadora Maria da Conceição Vilela Franco, a historiografia internacional e brasileira sobre a morte está dividida em estudos sobre as atitudes e sensibilidades diante da morte; o surgimento e desenvolvimento de políticas higienistas relativas à convivência entre vivos e mortos; o fim dos enterros nas igrejas e a criação dos cemitérios públicos; a secularização da morte e dos cemitérios, com a diminuição da influência da Igreja; o estudo dos testamentos; as representações sobre a morte; e a arte e arquitetura tumular, com a análise das formas e símbolos dos monumentos fúnebres. Esses trabalhos, no Brasil, terão como foco a transferência dos enterros nas igrejas para os cemitérios extra muros e a arte tumular do século XIX⁶.

³ ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa (PT): Teorema, 1989, p. 66.

⁴ MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Lisboa (PT): Publicações Europa-América, 1970, p. 25.

⁵ LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 11.

Um dos primeiros estudos de peso sobre os cemitérios brasileiros foi o do médico e pesquisador da arte Clarival do Prado Valladares, intitulado “Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros”, publicado em dois volumes em 1972. Nesse trabalho de quase 1500 páginas, fruto de 10 anos de pesquisas, o autor empreendeu uma análise meticulosa sobre os cemitérios brasileiros e seus artefatos mortuários desde o período colonial, quando os locais de enterro eram as igrejas, suas catacumbas e seus arredores, até o surgimento dos campos santos secularizados construídos fora da área urbana por questões de higiene entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Estudou a arte cemiterial, as origens das obras de arte, os materiais empregados e suas simbologias, afirmando que até então o tema era tratado com certa indiferença: “O assunto era desprezível, normalmente rejeitado pelos estudiosos a não ser para fins de arrolamento de obras sempre em relação ao interesse de catalogação e biografia”⁷.

As pesquisas posteriores seguiram seu método de análise seriada, quantitativa e qualitativa, mas optaram por recortes cronológicos e geográficos mais restritos, destacando-se, em sua maioria, os cemitérios do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela renovação da pesquisa histórica no Brasil. O país passava pela redemocratização, cujo efeito se estendeu por diferentes áreas. Abordagens e métodos tradicionais passaram a ser questionados e outros surgiram. No lugar de grandes personagens e generalizações, as massas, os trabalhadores, as mulheres – os excluídos da História – ganharam espaço. A História Social, História Cultural e a História das Mentalidades deram vazão a novos temas e objetos de estudo, sendo a morte e os mortos uns dos que mais ganharam destaque.

Philippe Ariès, Michel Vovelle, Clarival do Prado Valladares e Edgar Morin são alguns dos principais referenciais teóricos dos pesquisadores brasileiros a partir das décadas de 1980 e 1990.

Em 1988 o historiador Harry Rodrigues Bellomo apresentou ao Departamento de História da PUC-RS sua dissertação de mestrado intitulada “A estatuária funerária em Porto Alegre (1900/1950)”. Neste trabalho Bellomo mapeou as obras de arte presentes nos cemitérios gaúchos, propondo para a análise dessas obras três tipologias: arte cristã, arte alegórica e arte cívico-celebrativa. A tipologia cristã é marcada pela presença de símbolos religiosos como imagens sacras, crucifixos, cruzeiros etc., que indicam a religião dos falecidos e de seus familiares. A arte alegórica é caracterizada por símbolos e outros elementos que representam diferentes sentimentos e formas de pensamento. A arte cívico-celebrativa diz respeito aos monumentos funerários construídos para celebrar a memória de membros importantes de determinadas sociedades como políticos, militares e

⁶ FRANCO, Maria da Conceição Vilela. **De campo santo à necrópole monumentalizada**: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, PPGH, 2019, p. 17-18.

⁷ VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. 2 vols. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – MEC, 1972, p. 37.

intelectuais. Bellomo destaca que a produção desses monumentos acompanhou o crescimento econômico e demográfico da capital gaúcha, e que

Durante o período que vai de 1900 a 1940 registrou-se uma notável expansão da estatuária em Porto Alegre, sendo de notar que em 1900 existia uma firma especializada em monumentos fúnebres e em 1930 este número tinha passado para seis. Das 7 firmas existentes em 1940, apenas uma surgiu após 1930⁸.

Em 1991 a historiadora Maria Elizia Borges defendeu sua tese de doutorado em Artes pela USP, “Arte Tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República”. A autora apresenta nesta pesquisa o cotidiano e a produção dos marmoristas da cidade de Ribeirão Preto entre 1890 e 1930. Com o crescimento econômico do Estado de São Paulo, grandes levas de imigrantes, sobretudo italianos, instalaram-se em diferentes cidades paulistas, sobrevivendo dos mesmos ofícios que tinham em sua terra natal. Um deles era o de marmorista. Esses artistas foram responsáveis pela construção de obras tumulares de diferentes dimensões e com diferentes simbologias, sacras e profanas⁹. De acordo com Borges,

No período em questão (1900-1930), a arte tumular foi exuberante, com grande variedade temática, envolvendo a produção de inúmeros grupos de artistas-artesãos e firmas especializadas, que, em regra, viviam no anonimato. O seu universo cultural é dotado de valores próprios, que encerram em si uma iconografia repleta de representações estereotipadas. A escultura cemiterial interpretou repertórios estilísticos já cristalizados pela sociedade da época. Esses repertórios avançaram os limites uns dos outros, fundiram-se pela ação dos marmoristas e se popularizaram de forma democrática e sem conflito¹⁰.

Maria Elizia Borges publicou, ainda na década de 1990, alguns artigos sobre arte tumular, tanto em revistas brasileiras quanto estrangeiras. Neles discutiu diferentes dimensões dessa área, como a já citada produção de marmoristas, as representações nas obras tumulares e a apropriação de obras clássicas como modelos por marmoristas e escultores¹¹.

Em 1991 o historiador João José Reis dedicou-se, no livro “A morte é uma festa”, à pesquisa de uma revolta ocorrida em Salvador-BA, em 1836. Conhecida como Revolta da Cemiterada, teve como causa o fim dos enterros tradicionais nas igrejas e seus arredores e a transferência destes para um cemitério público a céu aberto distante da área urbana. A população reagiu de forma violenta, destruindo o novo cemitério. Ao analisar esse fato, Reis esmiuçou as atitudes da sociedade brasileira

⁸ BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2º ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 23-39, p. 26.

⁹ BORGES, Maria Elizia. **Arte tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República**. Tese de Doutorado (Artes), ECA/USP, 1991.

¹⁰ BORGES, Maria Elizia. Os artistas-artesãos e a escultura cemiterial em Ribeirão Preto. **Revista Italianística**, ano III, nº 3, p. 85-92, 1995, p. 92.

¹¹ BORGES, Maria Elizia. Arte Funerária: representação da criança despida. **História** (São Paulo), São Paulo. Ed. UNESP, v. 14, p. 173-187, 1995; BORGES, Maria Elizia. Arte Funerária: apropriação da ‘Pietà’ pelos marmoristas e escultores contemporâneos. **Estudos Ibero-Americanos** (PUCRS. Impresso), Porto Alegre: EDIPUCRS, v. XXIII, n. 02, p. 15-28, 1997.

do século XIX diante da morte, de seus ritos, de suas práticas funerárias e dos embates da época entre as autoridades públicas e médicos higienistas e dos setores da sociedade que desejavam a manutenção de suas práticas funerárias tradicionais. Vivia-se, em todo o Ocidente, um momento marcado pela ação médica sobre os costumes, de forma a civilizá-los. O que era considerado atrasado deveria ser eliminado. De acordo com o autor, “O enorme investimento material e espiritual no bem morrer, em particular o sepultamento, tornou-se objeto de crítica dos adeptos de uma outra visão da morte, a visão médica, que rapidamente ganhava corpo no Brasil na década de 1830”¹².

No ano de 1994 a historiadora Tânia Andrade de Lima publicou o estudo “De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais)”. Lima, entendendo o cemitério como um espaço que reflete o mundo dos vivos, estudou cinco cemitérios do Rio de Janeiro e suas obras tumulares, identificando mudanças na reprodução de valores de distinção de classe, primeiro na sociedade cafeeira escravocrata e posteriormente na sociedade industrial republicana. Analisando de forma seriada túmulos e jazigos, percebeu que a elite escravocrata fez grandes investimentos em artefatos mortuários no período de 1850 a 1888.

Esse investimento diminuiu com a derrocada do Império, surgindo assim monumentos mais simples. Os símbolos escatológicos, ampulhetas, foices, corujas e morcegos desaparecem, dando lugar a cruzes, imagens sacras e livros. Essa simplicidade acompanha os primeiros anos da República, marcados pela instabilidade política (1889-1902). Entre 1903 e 1930, quando a economia brasileira é reestruturada, a elite volta a investir em túmulos suntuosos, feitos em mármore ou bronze, com figuras em estilo Art Nouveau e assinados por escultores renomados, de forma a atestar e perpetuar seu poderio econômico. Os cemitérios acompanham a dinâmica da cidade dos vivos, sendo da mesma forma atingidos pelas crises e crescimentos econômicos¹³.

A historiadora Cláudia Rodrigues publica em 1997 o livro “Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro”. Cláudia Rodrigues nos apresenta o cotidiano da morte no Rio de Janeiro do século XIX, a relação de proximidade entre vivos e mortos, os locais de enterramento destes últimos e as discussões levadas a cabo por médicos higienistas e autoridades públicas para sanear a cidade através da construção de cemitérios públicos e, dessa forma, encerrar os enterros eclesiásticos:

¹² REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 247.

¹³ LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Sr. V 2, p. 87-150, jan/dez 1994.

Na Corte, durante a primeira metade do século XIX, consolidava-se, portanto, entre as autoridades médicas e políticas e entre alguns elementos da população, o medo da contaminação dos vivos pelos cadáveres sepultados no interior das igrejas ou em cemitérios próximos às residências. Apesar de tudo, as medidas legais, que agiam no sentido de extirpar este medo justificável, a partir da criação de cemitérios públicos, não foram levadas a cabo¹⁴.

A relação de proximidade entre vivos e mortos começa a desmoronar, de fato, explica a historiadora, quando o Rio de Janeiro passa a ser atingido por graves epidemias na segunda metade do século XIX, que acabaram reforçando o discurso médico de distanciamento, higienização e construção de campos santos extra muros. Junto do estudo de João José Reis, é um dos trabalhos pioneiros nessa temática no país.

Os estudos cemiteriais ganharam grande impulso nos anos 2000. O professor Harry Rodrigues Bellomo organizou, em 2000, a obra “Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia”. O trabalho conta com artigos de 20 historiadores, professores e alunos, sobre diferentes temáticas ligadas à pesquisa cemiterial no Rio Grande do Sul, como a produção estatuária, o significado dos símbolos na arte funerária e as alegorias¹⁵.

No ano de 2001 o arquiteto, urbanista e historiador Renato Cymbalista apresentou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo a Dissertação de Mestrado “Cidades dos Vivos – Arquitetura e Atitudes Perante a Morte nos Cemitérios Paulistas”. Cymbalista estudou os cemitérios de mais de 40 cidades de São Paulo, buscando suas origens, a ligação destes com o espaço urbano e as características de seus monumentos funerários, catalogando símbolos, formas e técnicas. Os mortos, afirma Cymbalista, influenciaram na criação de muitas cidades, precedendo a presença dos vivos e sendo um fator decisivo para o estabelecimento de núcleos urbanos¹⁶.

Em 19 de novembro de 2004 um grupo de pesquisadores reunidos no 1º Encontro sobre Cemitérios Brasileiros, realizado na USP e organizado pela historiadora Maria Elizia Borges, pelo geógrafo Eduardo Coelho e pelo Historiador Harry Rodrigues Bellomo, criaram a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), a primeira do gênero no país. Essa associação reúne pesquisadores de diferentes áreas e desenvolve atividades como encontros bianuais e passeios guiados em cemitérios, além de possuir um site com informações e fotografias de vários cemitérios brasileiros. Faz parte da Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales¹⁷.

¹⁴ RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos:** tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 103.

¹⁵ BELLOMO, 2008, op. cit.

¹⁶ CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos Vivos – Arquitetura e Atitudes Perante a Morte nos Cemitérios Paulistas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP, São Paulo, 2001.

¹⁷ A ABEC. Disponível em: estudoscemiteriais.com.br/abec.

A historiadora Érika Amorim da Silva defendeu na PUC-SP, em 2005, a Dissertação de Mestrado intitulada “O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)”. Nessa dissertação ela reconstrói o cotidiano da morte em Belém, analisando práticas funerárias e mudanças nas relações da sociedade belenense com a morte e os mortos, quando na segunda metade do século XIX os discursos higienistas penetraram no Grão-Pará fazendo com que os enterros nas igrejas passassem a ser proibidos e transferidos para cemitérios públicos. Como no Rio de Janeiro estudado por Claudia Rodrigues, as mudanças só se concretizaram com a chegada de uma epidemia de febre amarela, que culminou na construção do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade em 1850. Érika Amorim também recupera as tensões que marcaram a secularização dos cemitérios, processo marcado por embates entre Estado e Clero¹⁸.

Claudia Rodrigues publicou em 2005 o livro “Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)”, vencedor do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa. A autora buscou identificar quando e como a sociedade carioca distanciou-se da morte e dos mortos. Para responder essa questão analisou testamentos, funerais e cemitérios. Ao analisar o primeiro grupo de fontes, percebeu que no século XVIII e parte do XIX havia uma maior preocupação com o destino da alma no pós-morte, sendo fixadas nos testamentos a quantidade de missas a serem rezadas e os santos a quem se pedia proteção. O poder da Igreja Católica sobre seus fiéis, nesse período, é incontestável. Ela cria uma pedagogia da boa morte, uma forma de se preparar para morrer da melhor forma. Ela acompanha as pessoas do nascimento à morte. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, com o avanço da ciência e a crítica aos modelos de sociedade, esse poder passa a ser questionado. Práticas e costumes como os enterros nas igrejas e os ritos fúnebres tradicionais passam a ser proibidos. A sociedade avança em direção à secularização, ao abandono de práticas arraigadas e familiares por muitos séculos¹⁹.

O historiador Thiago Nicolau de Araújo apresentou ao Departamento de História da PUC-RS, em 2006, a Dissertação de Mestrado *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*. Nessa pesquisa Thiago lançou diferentes pontos de vista sobre os cemitérios de Porto Alegre, buscando valorizar o cemitério como fonte de pesquisa histórica e elemento de identidade cultural. Diferente de outros trabalhos, em que a análise das obras é seriada, o autor lançou mão da análise qualitativa, selecionando 29 túmulos e os estudando conforme as tipologias criadas por Harry Rodrigues Bellomo. Além das obras de arte, analisou os epitáfios do Cemitério Luterano, de origem germânica, e percebeu como o espaço cemiterial guarda diferentes elementos de identidade, de pertencimento a determinado grupo.

¹⁸ SILVA, Érika Amorim da. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850/1891)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁹ RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Por meio das expressões funerárias, os cemitérios registram toda esta visão da humanidade com a morte. Desse modo, tornaram-se locais de representação de símbolos, com o potencial informativo sobre as identidades das comunidades em que estão inseridos, para preservar a memória dos indivíduos que estão lá sepultados, bem como dos contextos de que faziam parte²⁰.

Entre 2009 e 2014 o historiador e antropólogo Antonio Motta realizou importantes estudos sobre as formas tumulares e a sociabilidade presente nos cemitérios brasileiros do século XIX²¹. Realocados os mortos para os cemitérios públicos, a população passou a desenvolver uma intensa sociabilidade, realizando romarias, visitas e convescotes nos Dias de Finados e aniversários de falecimento, tornando-os lugares de culto à memória familiar e cívica. Motta afirma que

A depender das circunstâncias, os parentes vivos geralmente buscavam se reconhecer nos túmulos enquanto produto de uma filiação, inscritos numa cadeia de gerações, portadores que eram de um mesmo nome de família. Assim, tendiam a considerar o patronímico como um patrimônio simbólico, aquele que efetivamente era capaz de unir os vivos e os mortos do mesmo grupo de filiação, assegurando a continuidade de uns pelos outros²².

Os artefatos tumulares e seus símbolos, destaca Motta, refletem os gostos estéticos, as visões de mundo e a personalidade dos mortos e de seus familiares. São anjos, obeliscos, jazigos, capelas, figuras femininas, bustos e outros elementos que compõem um rico cenário, ao lado dos ritos fúnebres do velório e do enterro, de afirmação de status e perpetuação de memórias.

Os cemitérios particulares também passaram a ser estudados, destacando-se os estudos do historiador Mauro Dillmann Tavares, que defendeu em 2013, na Unisinos, a Tese de Doutorado em História “Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX”. Dillman sustentou a hipótese de que a religiosidade foi extremamente importante para o desenvolvimento das práticas funerárias da Irmandade de São Miguel e Almas, pois a crença nesse arcanjo era baseada na proteção e encaminhamento das almas do Purgatório para o Paraíso. Dessa forma, o cemitério da irmandade se diferenciava dos demais por conta dessa característica devocional. Desde o século XIX a instituição tentava erguer um cemitério próprio, conseguindo apenas em 1909.

Enquanto os cemitérios públicos, no período da República, foram marcados pela secularização, a separação entre Igreja e Estado, o cemitério da irmandade, pelo caráter da associação, tornava-se visado pela elite católica de Porto Alegre e, “No século XX, a irmandade

²⁰ ARAÚJO, Thiago Nicolau. **Túmulos celebrativos de Porto Alegre**: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 113.

²¹ MOTTA, Antonio. À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massagana, 2009; MOTTA, Antonio. No território da morte: cenários, pompas e urbanidade nos cemitérios do Rio. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.8, 2014, p. 237-255.

²² MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 55-80, p. 61.

consolidaria seu diferencial, oferecendo atendimento fúnebre e sepultura aos seus irmãos e garantindo a manutenção da ritualística cristã direcionada à intercessão para salvação das almas”²³. Essa religiosidade se manifestava nos aniversários de falecimento, nas missas, nas comemorações do Dia de Finados e nas obras tumulares, que de forma alguma poderia conter símbolos e inscrições que ofendesse a religião católica.

Outra contribuição de um profissional da arquitetura e urbanismo foi a da arquiteta e urbanista Paula Andréa Caluff Rodrigues com a dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural “Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA”, apresentada ao IPHAN em 2014. Paula fez um levantamento dos monumentos funerários do Cemitério da Soledade, em Belém, no Pará, construído em 1850 durante uma epidemia de febre amarela. Ela apresentou os estilos arquitetônicos, os materiais empregados e os significados dos símbolos. Além da arquitetura, analisou a relação da população de Belém com esse histórico cemitério, tombado como Patrimônio Histórico pelo IPHAN em 1964, as formas de apropriação desse espaço e o culto aos santos populares, utilizando para essa parte da pesquisa a oralidade, realizando entrevistas com os frequentadores²⁴.

Nota-se, até esse ponto, o predomínio do eixo Sul Sudeste na produção de trabalhos sobre a História e a Arte presente nos cemitérios. Os trabalhos desenvolvidos em instituições como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade do Estado de São Paulo se tornaram referências essenciais para o surgimento de pesquisas em outras regiões, pesquisas essas que, em alguns casos, reavaliaram postulados formulados na década de 1990, como a rigidez cronológica sobre a arte funerária e o tipo de análise metodológica.

E no Amazonas? Existe uma historiografia sobre os cemitérios amazonenses? Sim, existe. Ela está em pleno desenvolvimento. Dizer que não se produziu nada até o presente momento é uma conclusão precipitada. Sabe-se que no início do século XX o jornalista e historiador amazonense João Batista de Faria e Sousa produziu textos e um livro intitulado “Os cemitérios de Manaus”. Infelizmente a obra não foi encontrada em arquivos e bibliotecas, mas foram encontrados trechos do trabalho publicados no periódico O Jornal de 1968 na coluna do escritor André Jobim. Trata-se de um histórico detalhado do Cemitério de São João Batista de Manaus, inaugurado em 05 de abril de 1891. Nele João Batista de Faria e Sousa apresenta os fatores que levaram à sua construção, os

²³ DILLMAN, Mauro. **Morte e práticas fúnebres na secularizada República:** a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2013, p. 54.

²⁴ RODRIGUES, Paula Andréa Calluf. Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), IPHAN, 2014.

primeiros enterros, as obras de expansão e melhoramentos até a década de 1920. É um trabalho puramente factual, mas pioneiro nos estudos cemiteriais manauaras²⁵.

No suplemento da Revista Redenção de 02 de novembro de 1932, o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis publicou o texto “Os que não morrem na gratidão dos amazônidas”. Nele o autor fala sobre três personalidades do Amazonas sepultadas no Cemitério de São João Batista: Eduardo Gonçalves Ribeiro, ex-Governador; Frederico José de Sant’Anna Nery, o Barão de Sant’Anna Nery, escritor; e Clementino José Pereira Guimarães, o Barão de Manaus, ex-Presidente da Província do Amazonas. Tecendo elogios aos três e denunciando o esquecimento a que poderiam ser relegados, faz um convite aos jovens amazonenses: “Porque os moços, que desejam lições no passado, não lhes estudam as vidas. E no dia de hoje, não lhes vão à necropole, numa visitação comovedora e a denotar que já se forma um espírito nosso, voltado para o que é do patrimônio amazonense?”²⁶ Arthur Reis entende o Cemitério de São João Batista como um espaço cívico e pedagógico, onde o culto à memória dos grandes vultos fortaleceria a identidade amazonense.

Agnello Bittencourt, renomado geógrafo e historiador, no texto “Manaus – sua origem e desenvolvimento”, publicado em 1949 no Boletim Geográfico do IBGE, escreveu algumas notas sobre os cemitérios de Manaus. Ele registrou que os cemitérios primitivos, tanto de brancos quanto de índios, haviam desaparecido. O Cemitério dos Remédios, que se estendia por trás da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, foi fechado em 1856 durante uma epidemia de cólera (aqui o autor se confunde com o real motivo da abertura desse cemitério, que foi uma epidemia de febre amarela).

Para substituí-lo foi aberto o Cemitério de São José, “situado no limite sul da Praça da Saudade, e aberto nesse ano de 1856, foi fechado ao ser aberto o de S. Raimundo no bairro dêsse nome, e criado para atender aos óbitos oriundos de um surto de varíola que então grassou”. O Cemitério de São José foi demolido, “[...] e, no local, que se irrigara de tantas lágrimas, construiu-se a bela sede do Atlético Rio Negro Clube...”. Bittencourt afirma que “a atual necrópole de São João Batista foi aberta na gestão Lisboa, tendo sido o primeiro enterramento, nêle realizado, o do grande médico e jornalista Aprígio de Meneses”, quando na verdade sua inauguração se deu em 1891, sendo apenas os melhoramentos realizados na administração municipal de Adolpho Lisboa, e Aprígio de Menezes não foi a primeira pessoa sepultada. Ele retoma esses dados no livro *Fundação de Manaus: Pródromos e Sequências*, de 1969²⁷.

O historiador Ildefonso Pinheiro publicou em 1955, no Jornal do Commercio de Manaus, o texto “Apuzeiro Diabólico”, o primeiro encontrado em que o autor entende o Cemitério de São

²⁵ FARIA E SOUSA, João Batista de. Apud JOBIM, André. **Velhos Tempos**. O Jornal, 30/06/1968.

²⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os que não morrem na gratidão dos amazônidas. **Revista Redenção**. Suplemento do dia 2 de novembro de 1932, p. 09-10. Biblioteca Arthur Reis – CCPA.

²⁷ BITTENCOURT, Agnello. **Manaus – sua origem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico – IBGE, v. 7, n. 76, p. 385-395, jul. 1949; BITTENCOURT, Agnello. *Manaus – Pródromos e Sequências*. Manaus: Artenova, 1969.

João Batista como um museu a céu aberto e expressa preocupação com o estado de conservação de seus monumentos funerários. De acordo com o autor, que escreve de forma romântica,

Esses mausoléus, seduzem pela harmonia de conjuntos, expressadas nestas pedras relicárias que evocam épocas; expostas ao sol e as chuvas e a tôdas as transformações atmosféricas, sob trovas ou clarões, de astros a resplandecer, numa sedução tôda espiritual para os que os admiram reverentes, com respeito e devoção²⁸.

Ele dá o exemplo de dois monumentos que necessitavam de reparos urgentes, o mausoléu de D. Joana Monteiro Simpson, que “está fadado a desaparecer si, os poderes constituídos não tomarem as providências necessárias, mandando arrancar dali, um maldito apuí que, encravando-se sob tão valioso monumento está quase a destruí-lo, pela forma com que vão tomando corpo as suas raízes, na parte em que separa o anjo do túmulo”; e o da violinista Ária Ramos. Esses e outros monumentos

[...] reclamam as nossas atenções para mantê-los resplandentes, dando encanto e arte as vistas apreciadores do belo, para a glória dos vindouros, em prova de afeto, a simbolizar eternamente a poesia, a música, a arquitetura e tôdas as demais artes, que dignificam a vida, para o nosso bom Deus, que nos ilumina a alma, nesta trajetória, onde sentimos algo a despertar o nosso espírito para um sonho, onde encontramos o verdadeiro maná, a exortar o nosso espírito em versos como os do poeta Jonas da Silva sobre Iracema Santos, oferecido a seus pais²⁹.

Para o Dia de Finados de 1972 o jornalista Leite Barbosa, do Jornal do Commercio, produziu uma interessante matéria sobre os túmulos do Cemitério de São João Batista. Assim como Ildefonso Pinheiro, Barbosa vê o espaço cemiterial como um museu cheio de obras de arte: “Hoje, dia de finados, muitos irão aos campos santos para reverenciar a memória dos entes queridos; no pesar e no respeito, não perceberão, por certo, algumas maravilhosas obras de artífices radicados em nossa cidade e outras importadas até de Carrara”. Ele destaca a autoria das obras, seus significados e seus proprietários. Conhecemos brevemente os túmulos de José Francisco e Luiz Pinho, heróis da Força Policial do Estado mortos no Bombardeio de 1910; o jazigo da família Chicre; o jazigo em forma de mesquita da família de Abdul Razac Hauache; os jazigos das famílias Cruz e Silva, feitos pelo escultor Geraldo Florêncio de Carvalho; o jazigo de Santa Etelvina, santa popular; o túmulo do advogado Salustiano Cavalcanti, assassinado em 1912; a quadra da Santa Casa de Misericórdia e seus membros ilustres como Eduardo Gonçalves Ribeiro, Silva Ramos, Bernardo Ramos, Leonardo Malcher e Barão de Sant’Anna Nery; e o túmulo da jovem violinista Ária Ramos, morta em 1915³⁰.

²⁸ PINHEIRO, Ildefonso. **Apuizeiro diabólico**. Jornal do Commercio, 06/02/1955, suplemento, p. 10-10. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁹ Ibid, p. 10.

³⁰ BARBOSA, Leite. **In Memoriam**. Jornal do Commercio, caderno 2, 02/11/1972. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

No início da década de 1990 o historiador Mário Ypiranga Monteiro queixava-se de que ninguém ainda havia demonstrado interesse em fazer um estudo acadêmico sobre os monumentos do Cemitério de São João Batista, para onde foram transferidos os monumentos do antigo Cemitério de São José, “[...] onde estavam sepultados os nossos avós, os teus avós, leitor, a velha geração de homens ilustres e de gente humilde que fez Manaus”³¹.

Em 2003 o historiador Robério Braga escreveu para a Série Memória, da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, o texto “Os primeiros cemitérios de Manaus”, traçando um histórico dos cemitérios mais antigos da cidade, do século XVIII ao XX. Ele afirma, no início, que em 1792 existiam dois cemitérios indígenas em Manaus, um próximo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e outro no bairro dos Remédios. Eram cemitérios, explica, sem nenhum tipo de organização. Depois dos cemitérios indígenas cita o Cemitério da Cruz ou dos Remédios, aberto em 1854 para dar fim aos enterros no largo da antiga Matriz, feitos de qualquer jeito e em covas rasas que deixavam partes dos cadáveres expostas aos transeuntes. Funcionou até 1856, quando foi aberto o Cemitério de São José, concluído em 1859. Passadas mais de três décadas, Manaus reclamava um novo campo santo:

Com o crescimento da população e a própria evolução social e política do Lugar, depois Vila e finalmente Cidade, todos os equipamentos urbanos iam reclamando modernização e ampliação, e já nos fins dos anos 80 do século XIX, era cogitada a construção de um novo cemitério que acabou sendo edificado com o fechamento do cemitério de São José, pelo bairro do Mocó, nas imediações da praça General Silva Telles, depois praça Chile. É o cemitério de São João Baptista, na rua do major Gabriel, antiga estrada de São João, atual bairro de Adrianópolis que já pode ser visto em registro de levantamento da cidade no ano de 1893 e nos primeiros meses de 1900 estava totalmente cercado, para atender a uma necessidade de epidemia que grassava em Manaus³².

Existiam questões sanitárias contrárias ao novo cemitério pelo fato dele estar ao lado do Reservatório de Água do Mocó, mas este foi edificado no mesmo local, apesar dos protestos. Com o passar dos anos, foram surgindo, de forma clandestina, outros cemitérios na cidade, de forma a atender a expansão urbana verificada nas últimas décadas. Além do Cemitério de São João Batista, existiam os de Santa Helena, o de São Raimundo, o Cemitério Parque de Manaus e o Cemitério do Tarumã³³.

Ainda nos anos 2000, a jornalista e pesquisadora Etelvina Garcia dedicou um capítulo de sua obra “Manaus, referências da História”, ao Cemitério de São João Batista. Trata-se de um breve histórico dessa necrópole baseado no livro de Tombos do Município de 1922³⁴.

³¹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Notas à margem do JC de ontem**. Jornal do Commercio, 30/05/1993, p. 07. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³² BRAGA, Robério. **Os primeiros cemitérios de Manaus**. Série Memória, SEC-AM, 2003, p. 03.

³³ Ibid.

³⁴ GARCIA, Etelvina. **Manaus, referências da História**. 2º ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2005.

No ano de 2008 os antropólogos Fabiane Vinente dos Santos e Jean Ricardo Ramos Maia realizaram um interessante estudo sobre o imaginário religioso e as canonizações de santos populares em Manaus. Foram analisadas, através de pesquisas de campo, com visitas realizadas principalmente no Dia de Finados, as devoções a cinco santos populares enterrados no Cemitério de São João Batista: Etelvina d' Alencar, Teresa Cristina, Delmo Campelo Pereira e o rabino Shalom Emanuel Moyal. Esse culto é de caráter popular, não reconhecido pela autoridade da Igreja Católica. Os autores registram que essas personagens se tornaram objeto de devoção popular por conta de suas trajetórias em vida, marcadas por grandes proezas:

Os cultos parecem indicar um processo de identificação entre a vida de opressão e violência dos fiéis com a lenda que se forma em relação às histórias de vida dos “santos” populares. Por este motivo, a figura dos indivíduos considerados santos carrega consigo as contradições e conflitos existentes no contexto vivido pelos sujeitos que os constroem. Suas virtudes e atributos revelam elementos valorizados pela população devota, expressando o sentido místico das crenças populares locais³⁵.

Esse trabalho descortinou uma outra dimensão sobre os cemitérios brasileiros e os de Manaus, que é o imaginário religioso construído sobre as figuras dos santos populares. Nota-se aí o caráter interdisciplinar da pesquisa, que uniu a Antropologia à História, duas “boas vizinhanças”³⁶.

Em 2009 a Geógrafa e Mestre em Educação Maria Terezinha da Rosa Cupper apresenta à Faculdade de Educação da UFAM o trabalho “Educação e cultura: leitura do Cemitério de São João Batista – Manaus/AM”. Nele “procurou-se argumentos que identificassem o Cemitério de São João Batista como um lugar educativo, onde se aprende a geografia, a história, arte e modo de vida, especificidades de linguagens, representações de mundo, de valores, de relações interpessoais e de criações cotidianas”³⁷. Maria realizou, tendo como base teórica estudos geográficos sobre o espaço urbano e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), diferentes leituras sobre o Cemitério de São João Batista, compreendido como paisagem cultural e simbólica. Realizando pesquisas empíricas, atingiu os seguintes resultados:

No estudo do meio, realizado no cemitério de São João Batista identificou-se “paisagens de aprendizagem”, estratégias que possibilitam a inserção do tema cemitério na educação. A maneira encontrada para instrumentalizar a proposta de estudo apontou para a utilização do ensino da Geografia (com as categorias próprias) e com a utilização dos Temas Transversais em específico a Pluralidade Cultural que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, todos os Temas Transversais apontam para a interdisciplinaridade e transversalidade³⁸.

³⁵ SANTOS, Fabiane Vinente dos; MAIA, Jean Ricardo Ramos. Hagiografia de cemitério: história social e Imaginário religioso nas canonizações populares em Manaus. **Os Urbanitas** (São Paulo), v. 5, 2008, p. 18.

³⁶ DARNTON, Robert. História e antropologia. **Boletim da Associação Brasileira de Antropologia**, n. 26, set., 1996.

³⁷ CUPPER, Maria Terezinha da Rosa. **Educação e cultura: leitura do Cemitério de São João Batista – Manaus/AM**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009, p. 18.

³⁸ Ibid, p. 109-110.

As informações contidas no Cemitério, nos seus artefatos e símbolos, em seu cotidiano, nas relações entre o público frequentador e seus funcionários e em suas manifestações culturais como o culto aos santos populares, possibilitam sua utilização, por diferentes áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Humanas, como espaço de aprendizagem. São feitas algumas análises de obras tumulares, mas o foco da pesquisa, como dito anteriormente, são os usos educacionais do espaço cemiterial.

Em 2009 o empresário Durango Martins Duarte organizou o livro “Manaus entre o passado e o presente”, cuja produção contou com a colaboração de inúmeros pesquisadores. Nele temos a História das praças, dos monumentos, dos portos, das igrejas, das escolas públicas e particulares, das instituições de ensino superior, das bibliotecas, dos museus, dos hotéis e dos cinemas. Foi dedicado um capítulo aos cemitérios. Os textos são bem detalhados e ilustrados, sendo de maior destaque os dos cemitérios de São José (1856-1891), de São Raimundo (1888-1891) e de São João Batista. No total são apresentadas as origens de 13 campos santos, sendo 9 na zona urbana e 4 na zona rural³⁹.

A historiadora Carla Maria Oliveira Nagel publicou em 2011 no XXVI Simpósio Nacional de História o artigo “A Morte e o Morrer na ‘Paris dos Trópicos’”. Neste trabalho são analisadas as transformações das práticas funerárias em Manaus durante o apogeu da economia gomífera, quando a cidade passou por profundas transformações em sua fisionomia. O Cemitério de São João Batista foi fruto do discurso médico e modernizador, espaço utilizado pelas elites locais para se afirmarem enquanto tal. “Os mortos”, explica Nagel, “pesaram decisivamente na organização da cidade, quando geraram tensões, negociações, tornando-se indicadores do nível de urbanidade e civilidade, seja quando imprimiram-lhe um caráter científico seja quando imprimiram-lhe um caráter cívico”⁴⁰.

O arquiteto e urbanista Humberto Barata Neto publicou em 2012 o livro “Cemitério Municipal de São João”. É um pequeno trabalho com foco nas técnicas construtivas, de fundição e estilos arquitetônicos, sem análises detidas e profundas sobre as obras tumulares e seus significados. O autor faz um apelo para que o poder público e a sociedade passem a valorizar os cemitérios, “transformando-os em espaços turísticos concorridos, contribuindo para a compreensão e perpetuação da nossa cultura e da nossa história”⁴¹.

No ano de 2017 o acadêmico de História Leonardo Pessoa Costa produziu a monografia “Os mortos e os mortos: o Cemitério São João Batista de Manaus e a constituição de sua identidade (1891-1928)”. Construído no período de expansão das atividades do sistema de produção gomífera,

³⁹ DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

⁴⁰ NAGEL, C. M. O. A Morte e o Morrer na “Paris dos Trópicos”. In: SNH-2011 XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH-Associação Nacional de História**, 2011, p. 06.

⁴¹ BARATA NETO, Humberto D. F. **Cemitério Municipal de São João**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012, p. 29.

o Cemitério de São João Batista recebeu diversos melhoramentos entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como a construção, em 1928, do Cemitério Judeu, no mesmo terreno mas independente e com administração própria. Nesse estudo Leonardo Pessoa Costa buscou evidenciar, através da análise da História do Cemitério, como este possui uma identidade marcada pelo elitismo, pela segregação entre classes e grupos religiosos. Enquanto empresários, políticos e intelectuais são sepultados com pompa em jazigos monumentais, verdadeiras obras de arte, os pobres, a classe trabalhadora, os anônimos, são sepultados em túmulos simples, feitos com materiais baratos⁴².

Uma dissertação de mestrado, como desejava Mário Ypiranga, foi publicada recentemente. A geógrafa e bacharel em Turismo Carla Mara Matos Aires Martins defendeu em 2021, na UEA (Universidade do Estado do Amazonas) a Dissertação de Mestrado em Letras e Artes intitulada “Representações na Cidade dos Mortos: Análise Iconográfica da Escultura Tumular em Manaus Durante o Período da Borracha”. Em sua pesquisa ela procurou analisar as esculturas do Cemitério de São João Batista tendo como base o método analítico do historiador e crítico de arte alemão Erwin Panofsky. Foram analisadas 67 esculturas produzidas entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, divididos nas seguintes categorias:

As categorias temáticas elencadas são: as obras que destacam Anjos (onde se inserem os anjinhos em grande número); Crianças (não representadas como anjos); Mulheres; e as Representações do Morto, esculturas que personificam a imagem da pessoa falecida, retratando-a tal qual era em vida⁴³.

A análise das obras de arte, segundo Panofsky, devem levar em conta três níveis de percepção: a descrição primária, de aspectos perceptíveis à primeira vista; a descrição secundária, de maior profundidade, em que são buscados os significados dos elementos identificados e o contexto de produção da obra; e por último, a iconologia, em que o observador busca os significados da obra, esmiuçando os referenciais, os conhecimentos e a origem de seu autor. Carla Aires atingiu os seguintes resultados:

As reflexões empreendidas sobre o objeto desta análise permitem confirmar a presença de um programa estético vinculado a valores socialmente vigentes no século XIX, sob a égide do projeto da Modernidade, no Cemitério Municipal de São João, numa Manaus que buscava interlocução com importantes parceiros externos, social, comercial e culturalmente⁴⁴.

⁴² COSTA, Leonardo Pessoa. **Os mortos e os mortos: o Cemitério São João Batista de Manaus e a constituição de sua identidade (1891-1928)**. Monografia (Licenciatura em História) – UFAM, Manaus, 2017.

⁴³ MARTINS, Carla Mara Matos Aires. **Representações na Cidade dos Mortos: uma análise da escultura tumular em Manaus durante o período da borracha**. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes), UEA, Manaus, 2021, p. 113.

⁴⁴ Ibid, p. 303.

Ao longo da pesquisa ela dá atenção a outros aspectos, como o surgimento dos primeiros cemitérios da capital, do período Colonial ao Republicano; o cotidiano na cidade dos vivos, marcado, no final do século XIX e início do século XX, pela busca incansável pela modernidade, que terá os cemitérios extramuros como uma de suas marcas; os investimentos do município nas necrópoles; e os lucrativos negócios em torno da morte.

A historiografia brasileira sobre os cemitérios desenvolveu-se, inicialmente, nas regiões Sul e Sudeste. Os trabalhos desenvolvidos em instituições como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Universidade do Estado de São Paulo entre as décadas de 1980 e 1990, sob influência da História Cultural e História das Mentalidades francesa, tornaram-se referências essenciais para o surgimento de pesquisas em outras regiões. Foram realizados estudos sobre a transferência dos enterros das igrejas para os cemitérios públicos, a influência das epidemias, as atitudes da sociedade diante da morte, o ofício dos marmoristas e as tipologias das obras tumulares e seus significados. Em 2004, mostrando a força dos estudos sobre os cemitérios do país, um grupo de pesquisadores criou a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC).

A historiografia dos cemitérios amazonenses está em pleno processo de desenvolvimento. Entre o início do século XX e os anos 2000, historiadores, memorialistas e jornalistas publicaram trabalhos de síntese da História dos cemitérios, com destaque para os cemitérios de São José (1856-1891) e de São João Batista, ambos de Manaus. A História destas necrópoles foi apresentada de forma factual, cronológica, sendo destacados os fatores que motivaram suas aberturas, os primeiros enterros, as primeiras reformas e os túmulos e jazigos que mais se destacam por sua História e arquitetura. Existem, claro, algumas exceções, como os textos de Arthur Cezar Ferreira Reis (1932) e de Ildefonso Pinheiro (1955), em que são esboçadas análises mais profundas sobre os usos pedagógicos do espaço cemiterial e os significados das obras tumulares, respectivamente.

Dos anos 2000 até o presente momento, pesquisadores de diferentes áreas, geógrafos, historiadores, arquitetos e pedagogos buscaram ir além da síntese, preocupando-se com outros aspectos dos cemitérios. Mais uma vez o destaque foi dado ao Cemitério de São João Batista. Foram produzidos trabalhos sobre a sociabilidade, a arquitetura, os usos educacionais que o espaço oferece, o processo de medicalização da morte, os simbolismos das obras tumulares e as diferenças de classe. Destacamos a obra de Durango Martins Duarte (2009), em que foi dedicado um capítulo não apenas aos cemitérios de São José e de São João Batista, mas também aos demais cemitérios das áreas urbana e rural da capital; e a dissertação de Carla Mara Matos Aires Martins (2021), com uma análise profunda e minuciosa sobre os túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista.

Até aqui ficou claro o interesse pelo tema e o vigor das pesquisas, mas ainda têm uma questão a ser respondida: porque estudar a morte e os cemitérios? Seu estudo permite compreender

como as sociedades se comportaram, ao longo do tempo, diante desse evento. Como mostrou o historiador francês Philippe Ariès, as atitudes diante da morte sofreram grandes mudanças em mais de um milênio, indo da “aceitação” do processo à negação, transformando-o em tabu. A morte, como um processo inerente ao ser humano, acompanha todos os processos e conjunturas históricas. A espécie humana é a única que, diante da inexorabilidade da vida, cria símbolos e ritos fúnebres que amenizam e traduzem esse processo.

Os cemitérios, por serem o destino final de homens, mulheres e crianças, são espaços privilegiados para os estudos sobre a morte. A leitura dos espaços cimiteriais, das formas e símbolos impressas em seus artefatos funerários, monumentos fúnebres e jazigos, permite a compreensão das atitudes, individuais e coletivas, medos, esperanças, formas de religiosidade, das sociedades diante da morte e de seus mortos, das contradições e memórias, em diferentes épocas, pois estes lugares estão preenchidos por diferentes temporalidades.

O presente trabalho é uma investigação de História Cultural. E o que é História Cultural? Essa pergunta é antiga. De acordo com o historiador inglês Peter Burke, autor de *O que é História Cultural?*⁴⁵, ela foi formulada no final do século XIX pelo historiador alemão Karl Lamprecht. Desde então muito já se escreveu e se refletiu sobre, mas ainda não existe uma resposta concreta, ou, pelo menos, uma resposta totalmente aceita pela comunidade acadêmica.

A História Cultural pode ser entendida como um campo historiográfico em que seus praticantes realizam uma interpretação cultural da História. Cultura é um conceito polissêmico, o que garante certas especificidades a esse campo, que é estudado e praticado desde a segunda metade do século XIX, sendo redescoberto na década de 1970. Em uma definição simples, mas não satisfatória, cultura pode ser entendida como um conjunto de práticas que caracterizam determinado grupo social. Existe a cultura popular, a cultura erudita, a cultura material, a cultura imaterial etc.

Peter Burke divide a História Cultural em quatro fases: fase clássica, fase da História social da arte, fase da descoberta da História da cultura popular e a fase da Nova História cultural. A primeira vai de 1800 a 1950. Os historiadores desse período voltam-se para o estudo dos clássicos da arte, da filosofia, da literatura e da ciência. A segunda tem início na década de 1930, sendo marcada pela produção de trabalhos que abordavam a arte através de uma perspectiva social.

A terceira fase, surgida na década de 1960, tem como principal característica a “descoberta do povo”, isto é, a descoberta do protagonismo das classes populares (operários, camponeses, artesãos), anteriormente relegadas ao esquecimento. A quarta e última fase, denominada Nova História Cultural, está em pleno desenvolvimento desde a década de 1980. Caracteriza-se pelo diálogo com outras ciências como a Antropologia, a Sociologia e as Ciências Sociais.

⁴⁵ BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Essa redescoberta ocorrida na década de 1970 está ligada às transformações pelas quais passaram as ciências humanas nesse período, transformações essas que dizem respeito à valorização das diferenças culturais, dos modos de vida das sociedades. Em síntese, tudo que está relacionado à identidade cultural. Os historiadores culturais buscam significados, práticas e representações, elementos simbólicos construídos pelo homem ao longo de sua trajetória.

Por dedicar-se ao simbólico e ao abstrato, a História Cultural possui uma abordagem diferente do que ocorre, por exemplo, nas histórias política e econômica. Ela oferece uma gama de possibilidades de estudos. O pesquisador que se dedica a esse campo pode produzir uma História do cotidiano, História da Vida Privada, História dos Costumes, **História da Morte**, História da Sexualidade etc. Aparentemente não existem fronteiras para os estudos culturais, pois tudo está permeado pela cultura humana⁴⁶.

Outro fator que possibilitou essa redescoberta de História Cultural foi a crise dos paradigmas, que atingiu principalmente o marxismo, enfraquecido pela denúncia dos crimes cometidos por Josef Stálin na União Soviética, o que causou uma cisão na intelectualidade marxista. A historiadora Sandra Jatahy Pesavento, em *História & História Cultural*, explica que a visão mecanicista, etapista, materialista e economicista do marxismo tradicional passou a ser criticada e vista como insuficiente para a produção do conhecimento histórico. A abordagem cultural, dessa forma, tornou-se uma alternativa para superar essa crise⁴⁷.

Uma característica importante da História Cultural, brevemente destacada anteriormente, é sua interdisciplinaridade, a relação com outros campos do conhecimento humano. Os historiadores culturais, em seus estudos, lançam mão de conhecimentos em Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia, Linguística e outras ciências que auxiliem nos estudos sobre a cultura em suas mais diferentes dimensões. O diálogo com outras áreas se torna essencial. Os pesquisadores desse campo também procuram utilizar métodos qualitativos em vez de quantitativos, como o levantamento seriado de fontes. Isso não quer dizer, no entanto, que não existam historiadores culturais que o façam. Um exemplo que pode ser dado são os estudos culturais que utilizam a demografia, sendo necessária a utilização de fontes seriadas como registros de nascimento e de óbito.

Como todo campo historiográfico, a História Cultural está ligada à diferentes tradições culturais de origem nacional. Existem as tradições germânica, holandesa, inglesa, norte-americana e francesa, para ficarmos apenas em alguns exemplos básicos. Cada uma possui sua particularidade. A francesa possui algumas especificidades que devem ser destacadas, como, por exemplo, suas abordagens, surgidas através da Escola dos Annales, sobre as mentalidades, as sensibilidades, as representações coletivas, a cultura material e o imaginário social. São autores renomados Marc

⁴⁶ BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

⁴⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Bloch, Michel Vovelle, Philippe Ariès, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Alain Corbain.

A História Cultural é, portanto, um campo historiográfico no qual a cultura é o prisma da análise histórica de seus historiadores praticantes. Isso quer dizer que práticas, pensamentos, gestos, símbolos, são seus objetos de estudo. Os métodos utilizados podem ser qualitativos e, em menor ocorrência, quantitativos. E por ser a cultura um conceito com diferentes significados, em constante mudança, a História Cultural está em plena expansão, oferecendo diferentes possibilidades aos pesquisadores.

A dissertação, dessa forma, está inserida no campo historiográfico da Nova História Cultural, pois conforme Michel Vovelle, “nada é mais cultural do que a morte”⁴⁸. As práticas funerárias, as atitudes diante a morte, as formas de sepultamento, os tipos de cemitérios e as regras sobre o luto são elementos característicos da espécie humana e diversos e os mais variados entre as sociedades.

A Nova História Cultural ampliou os objetos de estudo dos historiadores e conseqüentemente suas áreas de atuação, bem como o trabalho interdisciplinar com outros campos do conhecimento. Esse campo engloba, diferentemente da História Cultural praticada do final do século XIX até a segunda metade do século XX, que priorizava elementos de uma cultura letrada e oficial e posteriormente a cultura como parte de um modelo marxista mecanizado, diferentes aspectos da sociedade, modos de ser, de sentir, crenças, atitudes e manifestações populares. Nos dizeres da historiadora Sandra Pesavento, a História Cultural

Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo⁴⁹.

Cultura é um conceito polissêmico. A História Cultural, por conta dessa característica, é permeada, de acordo com o historiador José D’ Assunção Barros, pelas noções de “[...] “linguagem” (ou comunicação), “representações”, e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto ‘práticas discursivas’ como as ‘práticas não-discursivas’)⁵⁰.

Nos interessa a noção de ‘representações’. Essa noção, assim como a de História Cultural, possui diferentes significados, não apenas no campo histórico, mas na Filosofia e na Sociologia. De

⁴⁸ VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.

⁴⁹ PESAVENTO, 2004, op. cit., p. 15.

⁵⁰ BARROS, 2004, op. cit., p. 59.

acordo com o historiador Roger Chartier, representação trata-se da construção e interpretação de uma realidade social em um determinado período. Essa construção, conforme Chartier, tem dois sentidos: “exibe um objeto ausente que é substituído por uma imagem capaz de o reconstituir na memória; e [...] exhibe uma presença, como a apresentação pública de algo ou alguém”⁵¹.

Nesse sentido, serão investigadas as representações que a sociedade manauara fez sobre a morte e os cemitérios, desenvolvendo práticas funerárias e evocando memórias sobre familiares, amigos e figuras públicas. Mais do que contribuir para o enriquecimento da historiografia local, espera-se que esse trabalho lance novas luzes sobre os cemitérios da capital, sem distinção de localização, que vêm sendo tratados da pior forma. O Cemitério São João Batista, o mais afamado e que abriga os antigos monumentos do Cemitério de São José, apesar de ser tombado como Patrimônio Histórico Estadual desde 1988, sofre com o descaso dos órgãos de preservação e da municipalidade, sendo diariamente saqueado e depredado.

Pretende-se descortinar as atitudes da sociedade manauara diante da morte entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, momento em que estavam sendo operadas, no Ocidente, transformações profundas nessa relação.

Como objetivos específicos, buscou-se compreender os significados dos monumentos funerários através de uma análise qualitativa dos mesmos; discutir qual (ais) eram a (s) atitude (s) da sociedade manauara diante da morte entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, buscando continuidades e rupturas; e destacar a importância dos cemitérios públicos enquanto patrimônios históricos e ricas fontes de pesquisa para as Ciências Humanas, sobretudo para a História.

As fontes utilizadas são de três tipos: jornais, documentos oficiais e fontes materiais. Os jornais foram publicados em Manaus entre 1850 e 1930. Destacam-se os jornais *Estrella do Amazonas*, *O Catequista*, *Amazonas*, *Commercio do Amazonas*, *Jornal do Commercio*, *Correio do Norte*, *A Capital*, *A Encrenca* e *O Imparcial*. Eles estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Revistas e almanaques também foram utilizados, como a *Revista Fon-Fon*, publicada no Rio de Janeiro, e a *Revista Redempção*, publicada em Manaus e disponibilizada na Biblioteca Virtual do Amazonas.

Nos interessam nesses periódicos crônicas, matérias e notícias sobre os cemitérios da cidade, pois através delas é possível reconstituir a sociabilidade presente nesses espaços entre os séculos XIX e XX. O mesmo ocorre com os documentos oficiais, que são leis, decretos, relatórios e mensagens do Governo do Estado do Amazonas e da Prefeitura de Manaus. Boa parte deles também está disponível na Hemeroteca Digital Brasileira. Outros foram encontrados em locais como o Center of Research Libraries (CRL), a Biblioteca Digital Luso-Brasileira e a Biblioteca Digital da

⁵¹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 20.

Câmara dos Deputados. As fontes materiais são os túmulos e jazigos levantados durante diferentes visitas ao Cemitério de São João Batista.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, *Atravessando o Rio Negro: a sociedade manauara diante da morte*, foram analisadas as atitudes da sociedade manauara diante da morte, buscando descortinar e compreender suas visões de mundo, crenças, temores e expectativas sobre o além-túmulo. O manauara do século XIX, e até as primeiras décadas do século XX, esforçava-se para ter uma boa morte, com acompanhamento desde a enfermidade por familiares e amigos, mantendo uma rede de solidariedade, e tempo para organizar o testamento e os detalhes do velório e do enterro. Seguiu uma série de ritos fúnebres visando a integração ao outro mundo e evitando que sua alma retornasse para perturbar a paz dos vivos.

No segundo, *Dos cemitérios indígenas aos cemitérios secularizados: os lugares dos mortos em Manaus*, foram apresentados os primeiros cemitérios da cidade, desde os milenares cemitérios indígenas até as necrópoles secularizadas criadas no final do século XIX até a década de 1930. Manaus foi fundada na segunda metade do século XVII. Surgiu como uma comunidade formada por alguns poucos portugueses e indígenas descendidos de diferentes etnias. Cada grupo tinha sua forma de se relacionar cotidianamente, mantendo relações de trabalho, poder e sociabilidade distintas. Os nativos e os portugueses católicos tinham locais específicos de sepultamento. Com a consolidação da conquista, os cemitérios indígenas tornaram-se lugares de trânsito e suas urnas objetos de curiosidade pelos viajantes. Os enterros eram feitos na Igreja de Nossa Senhora da Conceição e seu largo, na Igreja dos Remédios e seu terreno contíguo e, em algum momento, na Ilha de São Vicente. Ao longo dos séculos XIX e XX foram abertos vários cemitérios: Remédios, São José, São Raimundo, São João Batista, São Francisco, Nossa Senhora da Piedade, Santo Alberto e Santa Helena.

O terceiro capítulo, *Cotidiano nos cemitérios manauaras*, foi dedicado à análise de crônicas e matérias sobre o Dia de Finados publicadas em jornais manauaras entre os anos de 1860 e 1930, período que o historiador francês Michel Vovelle descreve como sendo “a idade de ouro do cemitério”, com a construção de jazigos e monumentos que refletiam as concepções de vida e morte de seus proprietários⁵². Também é nesse momento que surgem, nos mais diferentes lugares, cemitérios públicos, que inauguram uma nova forma da sociedade se relacionar com a morte e os mortos. Posteriormente ao estudo das crônicas serão analisados documentos como relatórios, falas, ofícios e decretos. O objetivo foi reconstituir o cotidiano fúnebre da cidade.

No quarto e último capítulo, *Sociedade e Arte em uma necrópole centenária*, serão analisados de forma qualitativa 20 monumentos funerários do Cemitério de São João Batista, o mais antigo da cidade. São monumentos de políticos, comerciantes, militares, intelectuais e profissionais

⁵² VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997, p. 328.

liberais. Em síntese, de membros da classe média e da elite local do período abordado. Essas obras tumulares são entendidas como monumentos levando-se em conta a explicação da etimologia dessa palavra feita pelo historiador francês Jacques Le Goff:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.

A estátua de grandes proporções, o jazigo capela e a mais simples cruz possuem a mesma função: a de lembrar aqueles que partiram, tornando-se dessa forma representações sobre os mesmos. Dessa forma, os monumentos funerários fazem parte da construção de sentidos e significados de determinada realidade social. Além de presentificarem os ausentes, os mortos, através da rememoração, suas formas e símbolos expressam as atitudes humanas diante da morte.

CAPÍTULO I – *ATRAVESSANDO O RIO NEGRO: A SOCIEDADE MANAUARA DIANTE DA MORTE*

1. 1. A pedagogia da morte e o catolicismo luso-brasileiro

Se preparar para a morte fazia parte da cultura religiosa Católica, que instituiu, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, através da pedagogia do medo, a arte de bem morrer. Para compreendermos como a Igreja se assenhoreou das almas de milhares de pessoas, é preciso retrocedermos até a Antiguidade.

Duas datas são importantes naquele período: O ano de 312, quando o imperador Constantino se converte, por razões políticas, ao Cristianismo, e cessa as perseguições contra os praticantes desse culto; e 392, quando o imperador Teodósio torna o paganismo ilegal e transforma o Cristianismo em religião oficial do Império Romano.

Paz e legalidade. A Igreja tinha, agora, um terreno favorável para se expandir pelo Império e outras áreas fronteiriças. Aproveitando-se das antigas estruturas imperiais, ela foi se consolidando como um elemento de força local, por meio das *dioceses*, antiga unidade administrativa de uma cidade ou uma província governada pelo *legatus*. As dioceses, que possuem o aval do imperador para funcionar, são governadas pelo bispo, que tem em sua mão uma grande extensão urbana e rural⁵³.

Buscando dominar todas as etapas da vida, ela criou uma série de ritos e dogmas sobre a morte, divulgando e reforçando as penas a que estariam sujeitos, no além túmulo, os fiéis que não seguissem seus ensinamentos e ordenamentos, o que garantia a cooptação de um grande número de seguidores, ávidos por perdão aos seus pecados e temerosos pela condenação divina. A doutrina defende que logo após a morte os católicos enfrentam o juízo individual, que antecede o julgamento geral do fim dos tempos⁵⁴.

De acordo com Claudia Rodrigues, a Igreja passou a controlar as atitudes de seus fiéis através da modificação de antigas práticas funerárias pagãs. Primeiramente, ela tomou para si a gerência do culto dos mortos, anteriormente de caráter doméstico e familiar. As famílias realizavam cerimônias privadas para cultuar seus antepassados, fazendo oferendas, banquetes e sacrifícios para que não viessem perturbar os vivos e fizessem uma boa passagem. Entre os séculos IV e V esses costumes começaram a ser atacados e substituídos pela doação de esmolas aos pobres e pela refeição eucarística. A clericalização ganhou novas dimensões quando os corpos dos mártires adentraram as cidades, sendo instituído o enterro *ad sanctos apud ecclesiam*⁵⁵.

⁵³ BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: Do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo Editora, 2006.

⁵⁴ Hebreus 9:27.

⁵⁵ RODRIGUES, 2005, op. cit., p. 42.

Em um segundo momento, a Igreja investiu, a partir do século XIII, na criação de uma liturgia funerária, institucionalizando pregações, doações, ofícios e missas para garantir a salvação dos mortos. Dessa forma, “[...] o crescimento das missas pelos mortos nas igrejas – não só nas abadias, mas também nas paróquias, bem como nas capelas de leprosários e hospitais – promoveu a afirmação da função funerária dos sacerdotes”⁵⁶.

O grande marco na gerência da morte foi desenvolvimento do Purgatório entre os séculos XII e XIII, que foi extremamente importante para a Igreja Católica, pois ela passou a ser a única instituição que, através das orações e das missas, ajudava os mortos a abreviarem suas purgações. Conforme Rodrigues, “Nesta perspectiva, ela [Igreja] ofereceu a imagem de um Deus misericordioso para aqueles que se confessassem, se arrependessem e se preparassem com antecedência para a morte – testando, buscando os sacramentos, instituindo legados piedosos e sufrágios”⁵⁷.

A criação do Purgatório veio acompanhada do investimento no sacramento da confissão auricular, institucionalizada em 1215 pelo IV Concílio de Latrão, que a tornou obrigatória aos fiéis pelo menos uma vez ao ano. Uma passagem da Primeira Epístola de São João é bastante significativa sobre esse gesto: “Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e não há verdade em nós. Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados, e nos purificar de toda a injustiça”⁵⁸.

Não se confessar e não se arrepender pelos pecados era uma fórmula que tinha como resultado a condenação eterna. A todo momento os fiéis eram lembrados do destino terrível que os esperava caso não seguissem os preceitos religiosos. Dessa forma, [...] a Igreja dava um passo decisivo na direção da formulação da *pedagogia do medo*, que se utilizaria da morte, do julgamento divino e da possibilidade de condenação transitória ou eterna como elementos de pressão sobre a consciência e o comportamento dos fiéis”⁵⁹.

O português trouxe para o Brasil esse catolicismo. Nessa parte do Atlântico ele se desenvolveu de forma interessante: mesclaram-se às raízes da tradição cristã ibérico romana, ainda com fortes traços medievais, as crenças dos nativos e, mais tarde, dos escravizados africanos. Por mais que os conquistadores tentassem suprimir os credos dos outros dois grupos, o sincretismo, lentamente forjado em uma relação nem sempre amistosa de séculos, já havia ocorrido. Surgiu algo novo, outro catolicismo, o *lusobrasileiro*⁶⁰. Os moradores de povoados, vilas e poucas cidades existentes na América Portuguesa, distantes do centro de poder de Roma, se apegam mais à devoção do que ao sacramento.

⁵⁶ Ibid, p. 44.

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ 1 João 1: 8, 9.

⁵⁹ RODRIGUES, 2005, op. cit., p. 46-47.

⁶⁰ FREYRE, 2003, op. cit., p. 302-303.

O leigo (a) é a autoridade do culto popular. Existiam, claro, padres, freis e monges, mas o catolicismo foi transmitido por pessoas não ligadas ao poder eclesiástico, mas conhecedoras, ao seu modo, das práticas religiosas. No tocante à morte, as irmandades leigas desempenham função destacada na gerência do culto, garantindo velório e enterro dignos e missas para seus membros. Na História do Brasil e em todas as regiões verifica-se a atuação dessas instituições: Irmandade do Rosário, Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, Irmandade de São Miguel e Almas, etc.

O santo tem papel de destaque na vida religiosa. Tudo gira em torno de sua figura. Oratórios, capelas e santuários são construídos com a ajuda da comunidade para honrá-lo. Esses templos movimentam as massas devotas e concentram em si a vida econômica e social. Jesus é representado como Senhor Bom Jesus, Nosso Senhor dos Passos e Senhor do Bonfim. Não existe um culto específico para ele, pois os santos cumprem o papel da intercessão divina.

Nas capelas das casas-grandes, puxadas das residências, eram enterrados os mortos, expressando o espírito patriarcal de reunião familiar. Mortos e vivos coabitavam, conviviam no mesmo espaço, rodeados por flores e pelos santos de devoção. Os habitantes da Colônia tinham uma relação íntima com os santos, fazendo-os velhos conhecidos, irmãos de seus filhos. As pessoas eram avisadas de sua morte pelos santos em sonhos e premonições, faziam testamentos invocando toda a Corte celeste, escolhiam mortalhas de São Francisco, São Miguel Arcanjo, São Francisco e outros intercessores divinos e indicavam a localização da sepultura, se possível perto do altar e das imagens. Era um culto doméstico patriarcal em que os mortos, na hierarquia, estavam abaixo dos santos e acima dos vivos, influenciando a vida terrena⁶¹.

O padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, da paróquia de Silves-AM, durante a missa de corpo presente da senhora Miquelina da Costa Maciel, em 1862, proferiu um discurso em que refletiu sobre a inexorabilidade da vida, afirmando que “O que nos resta é trabalharmos para ter uma morte feliz, isto é, uma morte em Jesus Christo”. Morrer sem os sacramentos, sem o perdão e afastado da vida cristã era aterrador e abominável. Por outro lado, morrer em comunhão com a Igreja, seguindo seus ensinamentos, possibilitava uma boa morte, pois “Em Jesus Christo, ella é amavel, santa, e a alegria do fiel”⁶².

⁶¹ FREYRE, 2003, op. cit., p. 39-40.

⁶² Estrella do Amazonas, 26/11/1862, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

1. 2. A morte em terras barés

No Amazonas, quando alguém morre, fala-se que *atravessou o Rio Negro*, nossa versão amazônica do Aqueronte, primeiro rio do Inferno conhecido como rio da dor⁶³. Assim como o da mitologia grega, o negro é povoado de mistérios e lendas. Por séculos lhe atravessaram indígenas, conquistadores, caboclos, ribeirinhos e seringueiros. Que bela frase para a hora derradeira. O rio que provê a vida, com trabalho e alimento, nos leva ao além. Veremos a partir deste ponto como nossos antepassados faziam essa travessia.

A morte sempre foi e continuará sendo temida. Disso não tenhamos dúvidas. O medo de punições divinas, as incertezas do além e mesmo a possibilidade de não existir nada após o cessamento das atividades cerebrais assustam a todos, ricos e pobres, crianças e adultos, homens e mulheres. Mas nossos antepassados a encaravam com naturalidade, a tratando como uma velha conhecida que de tempos em tempos fazia visitas. Ariès a chamou de morte domesticada, dado o convívio “pacífico” que se tinha com ela. As pessoas de tudo faziam para ter uma boa morte, visando a salvação da alma, pois a condenação ao Inferno levava à “segunda morte”, como registrado no livro de Apocalipse: “E a morte e o inferno foram lançados no lago de fogo. Esta é a segunda morte. E aquele que não foi achado inscrito no livro da vida foi lançado no lago de fogo”⁶⁴. A salvação em Cristo possibilitava o gozo do Paraíso. O inferno, por outro lado, significava a morte eterna.

A tradição colhida por historiadores, psicólogos e memorialistas do quilate de João José Reis, Claudia Rodrigues, José Luiz de Souza Maranhão, Sheila de Castro Faria e Luís da Câmara Cascudo ensina que existiam dois tipos de morte: a boa e a má, denominadas por Câmara Cascudo como a bonita e a feia. A bonita era aquela “precedida de agonia calma, muita vez demorada, sem penoso padecer, com estoicismo, despedindo-se, dando ordens, conselhos”. A morte feia era a morte repentina, dolorosa, pavorosa, que não dava tempo para despedidas, e longe dos entes queridos, em hospitais, lazaretos e asilos⁶⁵.

O manauara, até as primeiras décadas do século XX, esforçava-se para ter uma boa morte, com acompanhamento desde a enfermidade por familiares e amigos e tempo para organizar o testamento e os detalhes do velório e do enterro⁶⁶. Como os demais brasileiros, morria-se em casa. Deve-se destacar que a cobertura hospitalar, na época, era mínima. Por muito tempo a população foi

⁶³ “Os espíritos, em nossa região, atravessam o Rio Negro para a outra vida”. A Capital, 03/08/1917. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁴ Apocalipse 20: 14-15.

⁶⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. Morrer. In: **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10^o ed. São Paulo: Ediouro, s. d., p. 591.

⁶⁶ REIS, 1991, op. cit.; RODRIGUES, 2005, op. cit.; MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 07-08.; FARIA, Sheila de Castro. **Viver e morrer no Brasil colônia**. São Paulo: Moderna, 1999, p. 49-51.

assistida apenas pela precária enfermaria do Hospital Militar da Ilha de São Vicente, inaugurada em 1855. Entre 1873 e 1880 foram inaugurados os hospitais Beneficente Português do Amazonas e a Santa Casa de Misericórdia de Manaus, respectivamente.

No passado a morte dominava o cotidiano. Morria-se em grandes quantidades, todos os dias, de doenças hoje consideradas causa mortis absurdas, pois estão praticamente controladas pela moderna medicina: coqueluche, disenteria, beribéri, febre amarela, varíola, gripe etc. Em 1900 a expectativa de vida no Brasil foi estimada em 33,7 anos, chegando a 36,5 em 1930⁶⁷.

As maiores vítimas eram as crianças, grande parte das quais faleceram antes de completar um ano. Segundo Sheila de Castro Faria, de 100 crianças nascidas, 34 morriam antes de completar 1 ano e outras 16 antes dos dez anos⁶⁸. Isso configurava, no Brasil, nas palavras da historiadora Maria Luíza Marcílio, um verdadeiro “massacre dos inocentes”⁶⁹. A situação piorava em regiões como a Amazônia, pouco assistida por profissionais médicos e carente de saneamento. E de que morriam os manauaras antigamente? O médico Alfredo Augusto da Matta, em sua *Geografia e Topografia Médica de Manaus*, publicada em 1916, informa que as principais causas de morte, desde a década de 1890, eram o paludismo, febre amarela, beribéri, tuberculose pulmonar, doenças respiratórias, do trato digestivo e do sistema circulatório⁷⁰.

Esse era o dia a dia dos nossos antepassados, que desde cedo se acostumaram com a presença da morte, personificada no Ocidente como uma entidade esquelética que porta uma foice para ceifar as vidas que encontra⁷¹.

⁶⁷ RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato P.; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. *Rev. Saúde públ.* S. Paulo, 21 (3): 211-24, 1987, p. 214.

⁶⁸ FÁRIA, 1999, op. cit., p. 43.

⁶⁹ MARCÍLIO, Maria Luíza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 66.

⁷⁰ MATTA, Alfredo da. **Geografia e topografia médica de Manáos**. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021. Os anos de 1918 e 1919 foram atípicos por conta da pandemia da Gripe Espanhola. Sobre a mortandade causada, ver GAMA, Rosineide de Melo. **Dias Mefistofélicos: a gripe espanhola em Manaus através dos jornais de 1918-1919**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

⁷¹ DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente: uma cidade sitiada, 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Figura 1 – O ideal era morrer em casa, perto dos familiares e amigos. Ilustração presente na 2ª edição de *A Moreninha* (1845), de Joaquim Manoel de Macedo.



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Na imprensa encontramos agradecimentos públicos às pessoas que acompanharam o falecido durante sua agonia, mostrando que, logo que padecia de algum mal e se tornava um moribundo, era acompanhado de perto não apenas por familiares, mas também por amigos e vizinhos. A morte não poderia de forma alguma ser solitária. O alferes Antônio de Andrada Barra, em 1859, em sinal de “verdadeiro reconhecimento” agradeceu às senhoras Maria Adelina Monteiro Gomes de Miranda, Lina Ferreira Marques e Catharina Ferreira Lemas pelos socorros prestados à sua esposa Ignez Maria d’Andrada Barra “por ocasião de seus graves sofrimentos, de que infelizmente sucumbio no dia 6 do corrente n’esta Capital”⁷².

Jesuína Maria da Silva Ramos, através do jornal *Estrella do Amazonas*, agradeceu em 1861 os médicos Francisco Mendes de Amorim e José de Freitas Júnior pelos cuidados que tiveram com seu marido, o tenente Manoel da Silva Ramos, lhe ministrando medicamentos, e Antônio David de Vasconcellos Canavarro e seus colegas, que lhe ofereceram uma consulta⁷³. O não identificado senhor T. L. S. disse em 1862 que “faltaria a um dever sagrado se deixasse de agradecer publicamente” os médicos que cuidaram de sua irmã Maria Maximiana Sympson, e “á todas as nobres famílias que tiverão a bondade de visitar minha finada irmã durante sua dolorosa

⁷² *Estrella do Amazonas*, 14/09/1859, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷³ *Estrella do Amazonas*, 13/03/1861, pp. 03-04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

enfermidade”, e em especial as esposas do major Maximiano de Paula Ribeiro, capitão Clementino José Pereira Guimarães, capitão José Coelho de Miranda Leão Júnior, às famílias da senhora Leonor Fernandes dos Anjos e à senhora Jesuína de Azevedo Ramos⁷⁴.

Em 07 de janeiro de 1865 José Coelho de Miranda Leão, através do jornal *O Cathechista*, agradeceu “aos favores e a piedosa assistência” à sua esposa Martiniana Fernandes dos Anjos Leão no período em que esteve doente, em especial às senhoras Luíza Cecília de Mattos Ribeiro, Maria Clara Guimarães, Victoria Joaquina Sympson, Anna Joaquina Dejard, Jesuína de Azevedo Ramos, Leonarda Maria de Souza Coelho e Francisca Ignacia d’Oliveira⁷⁵. Anos mais tarde, em 1877, a família Miranda Leão publicaria novo agradecimento, dessa vez endereçado aos que não saíram de perto de José Coelho de Miranda Leão Júnior em seus últimos momentos e o acompanharam até o cemitério⁷⁶. José de Freitas Guimarães, Amélia de Freitas Guimarães e Caetano Ribeiro de Lemos agradeceram em 1882 a todos que puderam acompanhar Joana Joaquina Ribeiro de Lemos durante sua longa enfermidade, realizando visitas até o momento de seu último suspiro⁷⁷.

Consta no necrológio do farmacêutico José Satyro Barbuda, falecido em 1884, que “O leito de dôr do finado foi sempre cercado pela família da viúva, e pela do Dr. Aprígio e seus parentes e por muitos e dedicados amigos”⁷⁸. Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, em 1886, endereçou agradecimento ao médico Francisco José de Magalhães pelos esforços na tentativa de salvar sua esposa Vicentina de Castro Moraes Cardoso, falecida após um trabalho de parto, “bem como agradece igualmente a todas as famílias, parentes e pessoas de amizade que a rodearam durante o seu longo sofrimento com especialidade a exm. Sra. d. Carolina Simões Braga”⁷⁹.

Antônio de Miranda Araújo e seus filhos não esqueceram de agradecer, em 1899, as senhoras Idalina Gastão, Clara Nunes, Maria Alves Pinto, Joanna Grana, Munda Amoras e Christina Sabatiné pelo “que foram incansáveis em zelo, carinho e amor desinteressado que dedicaram á sua desventurada mulher e mãe até o seu último momento de vida, dando com isso prova da grandeza de seus corações, que sabem avaliar as grandes dores e as desgraças!”⁸⁰. Amélia Pinto Bittencourt e seus filhos foram mais diretos, agradecendo “[...] do intimo d’alma a todas as pessoas que se dignaram assistir a morte de seu marido e pae, o capitão Gentil Augusto Bittencourt, ao seu enterro e a missa do 7º dia, que teve logar na igreja de N. S. dos Remédios, manifestando-lhes sua eterna gratidão”⁸¹. Em 1917 o *Jornal do Commercio* informou que o coronel Domingos José de Andrade estava gravemente enfermo, “sendo grandemente visitado”⁸². A morte começava

⁷⁴ Estrella do Amazonas, 27/08/1862, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁵ O Cathechista, 07/01/1865, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁶ Jornal do Amazonas, 04/03/1877, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁷ Jornal do Amazonas, 26/01/1882, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁸ Abolicionista do Amazonas, 01/06/1884. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁹ Jornal do Amazonas, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁰ A Federação, 24/05/1899, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸¹ Jornal do Amazonas, 11/10/1888, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸² Jornal do Commercio, 22/02/1917, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

na agonia, com o quarto do moribundo sendo invadido por médicos, familiares, amigos, vizinhos e, em alguns casos, por curiosos.

A grande quantidade de pessoas no leito do agonizante, um verdadeiro ritual público⁸³ – que alguns viajantes estrangeiros consideraram incômoda – garantia uma passagem alegre, pois morrer sozinho era um tipo de morte triste e temida. Além da companhia, os presentes ajudavam o morto em sua travessia entoando cânticos (incelenças) para que ele fizesse mais facilmente sua passagem. A contista, cronista e ensaísta Cândida Galeno, em estudo sobre ritos fúnebres no interior do Ceará, registrou que assistiu à morte de um agricultor que “expirou” “ajudado pela invocação de “Jesus, Maria, José, a minh’alma vossa é” e “pelas orações do Santo Sudário e do Anjo da Guarda”⁸⁴. Apesar de não terem sido encontrados casos semelhantes em Manaus, é possível que tal situação tenha se reproduzido por aqui, onde a população, assim como em outras partes do Brasil, era adepta do catolicismo popular.

Percebe-se nesses casos a predominância das mulheres no leito dos moribundos. Em uma publicação de 1862 do jornal *Estrella do Amazonas* sobre a influência feminina na sociedade, pergunta-se “Quem no leito do moribundo, enquanto a vida se extingue administra cuidados e disvelos, e executa o último acto de caridade quando a morte aproxima-se?”⁸⁵. Era a mulher, calma, delicada, dedicada e cuidadosa ao extremo. Uma verdadeira guardiã, como também passou a ser representada na arte tumular.

Essa solidariedade na hora da morte era uma característica das sociedades ibéricas, indígenas e africanas. Ao catolicismo, com seu culto aos mortos e a crença no Purgatório, somaram-se crenças e ritos nativos e africanos sobre os ancestrais. O doente jamais era abandonado nessas culturas, em contraponto às sociedades anglo-saxãs, onde a passagem, após a Reforma Protestante, era mais solitária e sóbria. Jefferson Péres, em livro de memórias sobre sua infância e adolescência em Manaus entre as décadas de 1940 e 1950, relata que “As doenças eram acompanhadas com visitas diárias, e em caso de morte estabelecia-se uma presença constante, através do revezamento, que começava na hora da agonia e terminava na beira da sepultura”⁸⁶.

Toda ajuda era bem-vinda, principalmente na forma de orações, que encurtavam a passagem pelo Purgatório. Esse sentimento, no entanto, não era pautado apenas pela piedade, mas também pelo medo. Medo de que a alma retornasse para perturbar a paz dos vivos. Para que não fizesse o caminho de volta, era necessário seguir corretamente todos os ritos, caso contrário surgia uma *alma penada*. Sobre esse medo na sociedade manauara, Péres fez interessantes considerações:

⁸³ FARIA, 1999, op. cit., p. 53.

⁸⁴ GALENO, Cândida. **Ritos fúnebres no interior cearense**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1977, p. 13.

⁸⁵ A influência da mulher. *Estrella do Amazonas*, 20/08/1862. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁶ PÉRES, Jefferson. **Evocação de Manaus – como eu a vi ou sonhei**. 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2002, p. 25.

Essa sociedade quase puritana demonstrava um temor reverencial pelos mortos e um respeitoso culto por sua memória. As crianças e muitos adultos tinham verdadeiro pavor de almas do outro mundo. Desde muito pequenos ouvíamos falar de casos arrepiantes de visagens nas quais acreditávamos sem vacilações. Daí por que muitos tinham medo de dormir sozinhos num quarto escuro e outros se recusavam até a atravessar o corredor, à noite, para tomar um copo d'água. Havia até mesmo casas consideradas mal-assombradas, onde à noite vagavam espíritos e se ouviam choros e ruídos de móveis arrastados. A tal ponto se dava crédito a essas histórias que as casas ficavam marcadas e seus proprietários tinham dificuldades em alugá-las. Uma dessas casas ainda existe, na rua Saldanha Marinho, com um portão encimado por dois bonitos leões de louça, e na qual seguramente seus atuais moradores dormem sem nenhuma perturbação⁸⁷.

O temor e respeito pelas almas eram generalizados na sociedade manauara, como bem destacou o sociólogo André Vidal de Araújo⁸⁸. Na imprensa encontramos registros da influência que elas tinham no cotidiano. O jornal humorístico *A Lanceta*, perfilando uma jovem natural do Ceará em 1914, a descreveu como “Bôa, carinhosa e delicada para com todos, com um pavor infinito de almas do outro mundo e no qual revela ainda um tanto de creança”⁸⁹. Entre agosto e setembro de 1917, uma família do bairro Cachoeirinha foi atormentada por uma assombração. O caso foi tão grave que chamou a atenção de espíritas de outros Estados⁹⁰.

A oralidade é outra fonte de informações. O médico e historiador Joaquim Alfredo Souto Loureiro, que cresceu ouvindo as histórias de sua avô, afirma que, no início de 1900, a Praça da Saudade era o local mais mal-assombrado de Manaus, dada a presença do Cemitério de São José. As aparições ocorriam pela parte da noite, pois a iluminação pública era praticamente inexistente, feita através de arco voltaico e com grande precariedade. As ruas se tornavam “bastante escuras e sombrias, com poucas pessoas transitando a partir das 19 horas”. A partir daquele horário, “quem se aventurasse à noite encontraria uma cidade repleta de fantasmas, mulas sem cabeça, caiporas e outros seres malévolos próprios da escuridão”⁹¹. As almas perambulavam pelos quatro cantos da cidade a espera de orações para aliviar seus sofrimentos.

O ideal era partir sem qualquer tipo de dívida, tanto com os vivos quanto com os santos de devoção. Joaquim Rocha dos Santos, exalando seus últimos suspiros em 1905, “declarava perdoar aos seus ofensores e pedia aos que se julgassem ofendidos por elle, que o perdoassem também”⁹². Existia um princípio de que os mortos deveriam ser respeitados, mas nem sempre ele era seguido, ainda mais tratando-se de débitos. Em 1864 os senhores Vasconcellos e Freitas, através do jornal *O Cathechista*, publicaram uma nota informando terem pago a Antônio Gomes Barbosa a dívida de Francisco Antônio Moreira, que faleceu sem pagar a soma de quatro mil e quinhentos réis, após

⁸⁷ Ibid, p. 52.

⁸⁸ ARAÚJO, André Vidal de. **Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação**. Manaus: Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1974, p. 230.

⁸⁹ *A Lanceta*, 03/10/1914, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁰ *A Capital*, 04/08/1917. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹¹ Entrevista com Alfredo José Souto Loureiro, 14/05/2024.

⁹² *Jornal do Commercio*, 12/12/1905, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

aquele ter proferido ofensas enquanto o devedor era levado à sepultura, “não respeitando o *parce sepultis*”⁹³.

O manauara, como os demais brasileiros, não poderia partir sem os sacramentos. De acordo com Claudia Rodrigues e Sheila de Castro Faria, eram dados aos moribundos a penitência, a comunhão ou eucaristia e a extrema-unção. Este último era de grande importância, oferecendo alívio espiritual e o perdão aos pecados⁹⁴. De acordo com a tradição da Igreja Católica, ele foi instituído por Jesus Cristo, estando registrado na Bíblia em Tiago 5:13-15: “Está aflito alguém entre vós? Ore. Está alguém alegre? Cante louvores. Está alguém doente? Chame os presbíteros da igreja; e estes façam oração sobre ele, unguendo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente, e o Senhor o restabelecerá; e se tiver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados”⁹⁵.

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas no início do século XVIII e utilizadas até o século XIX, afirmavam que ele deveria ser administrado para ajudar os moribundos a “rebater os cavilosos assaltos do demônio”. O quarto do doente transformava-se em um campo de batalha entre forças do bem e do mal, como descreveu Ariès: “Seres sobrenaturais invadiram o quarto e aglomeram-se junto da cabeceira do doente. De um lado, a Trindade, a Virgem, toda a corte celeste; do outro, Satanás e o exército dos demônios monstruosos”⁹⁶. Nesse momento a pessoa seria tentada pelo Diabo e seus asseclas a renegar Jesus Cristo como seu único salvador.

O pároco, ou sacerdote autorizado, saía da igreja em procissão até a casa do doente, vestido com sobrepeliz e estola roxa e carregando em sua ambula os santos óleos. Em 1862 o governo da província solicitou ao comandante das armas uma guarda de honra para acompanhar o “SS. Viatico que sahirá aos enfermos da igreja de N. S. dos Remédios ás 7 horas do dia”⁹⁷. A procissão era encarada com tanta seriedade que, em alguns casos, aqueles que não se ajoelhassem durante sua passagem poderiam ser punidos, como ocorreu com dois cidadãos “acatólicos”, um francês e um norte-americano, presos em 1879 por ordem do Pe. Raymundo Amâncio de Miranda, Vigário Geral da Província, “por não terem se ajoelhado quando por elles passou o sagrado viatico”⁹⁸. As *Constituições* preconizavam que esse sacramento fosse ministrado da seguinte forma:

Entrando em casa do enfermo dirá: Pax huic clornui; e posto o oleo sobre uma mesa, que para isso deve estar aparelhada com toalha limpa, e ao menos uma vela acesa, dada a Cruz a lleijar ao enfermo, querendo-se elle reconciljar, o ouça: e logo

⁹³ Expressão latina que significa “perdoa os mortos”. O *Cathechista*, 07/05/1864, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁴ FARIA, 1999, op. cit., p. 53; RODRIGUES, 2005, op. cit., p. 34.

⁹⁵ Tiago 5:13-15.

⁹⁶ ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa (PT): Teorema, 1989, p. 34.

⁹⁷ *Estrella do Amazonas*, 12/07/1862, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁸ *Amazonas*, 02/03/1879, p. 03; *Amazonas*, 09/04/1879, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

continuará o mais do Ritual, lendo por elle as preces, e não as dizendo de cór: e ungirá logo ao enfermo com os ritos, e ceremonias ordenadas pela Santa Madre Igreja⁹⁹.

Caso o doente estivesse em situação de morte iminente, esse ritual era interrompido para a unção dos olhos, nariz, orelhas, boca e mãos. Se ele se restabelecesse, o ritual era retomado e, em caso de morte no meio do ritual, ele era interrompido. Os seios e costas das mulheres, bem como as costas dos homens, não eram ungidos. No Livro de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, consultado na Cúria Metropolitana de Manaus, e em jornais, constam registros dos que receberam esse e outros sacramentos. Bernardo Lourenço Serrão, sacristão da referida igreja, faleceu em janeiro de 1854 e “recebeu o sacramento da extrema unção e teve a alma encomendada pelo Vigário Geral”. Anna Maria de tal, casada, foi sepultada em março de 1854 “com todos os sacramentos”¹⁰⁰. Antônio Bernardo de Alcântara, ex-militar e com mais de 136 anos, afirma o *Commercio do Amazonas*, recebeu a extrema unção em 20 de março de 1879¹⁰¹. O major Joaquim Rocha dos Santos, comerciante e proprietário do *Jornal do Commercio*, antes de tombar vítima de um ataque cardíaco em 1905, recebeu a extrema-unção de monsenhor Hyppolito Costa¹⁰², chamado por seus amigos. Alguns jornais dedicaram um espaço para a publicação de informes sobre os horários de atendimento dos religiosos:

O padre dr. José Manoel dos Santos Pereira, póde ser procurado para o exercicio de seu Santo Ministério, como Cura d'almas, todos os dias desde 5 horas até as 11 da manhã e das 2 até ás 5 do dia seguinte na sua residencia na capella de N. S. dos Remedios. Das 11 ás 2 h. da tarde para accudir á confissão, ou baptismo de moribundos, se procurará no bairro dos Remédios o revd. Padre Barreto, e no bairro de S. Vicente os revds. Padres Salgado ou Cavalcante de Albuquerque¹⁰³.

Ungir os fiéis era deveras trabalhoso, sendo enfrentadas longas distâncias e o risco de não se conseguir chegar a tempo. O jornal *A Federação* publicou em 1895 uma pequena nota cômica retratando a tarefa de um religioso. Um roceiro, prestes a morrer, mandou chamar o vigário da freguesia para receber os últimos sacramentos. Por duas horas o mensageiro ficou batendo na porta do padre. Quando ele foi atendido, pediu para o religioso vir depressa, pois desde o dia anterior uma pessoa estava para morrer. Espantado, o padre perguntou porque não bateu com mais força, pois àquela altura o moribundo já deveria estar morto. O homem disse para ele não se preocupar, pois “os visinhos prometteram entrete-lo até o V. Rvd. Chegar”¹⁰⁴.

⁹⁹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853, p. 83.

¹⁰⁰ Livro de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (1853-1863). Arquivo da Cúria Metropolitana de Manaus.

¹⁰¹ Amazonas, 23/03/1879, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁰² Jornal do Commercio, 12/12/1905, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁰³ Correio de Manáos, 24/12/1869, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁰⁴ A Federação, 04/01/1899, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

As famílias de mais posses faziam anunciar a morte do ente nos jornais, como nos casos a seguir: Em 1887 o *Jornal do Amazonas* publicou que “Falleceu hontem nesta capital, victima do beri-beri, o major Pedro Henriques Cordeiro, honrado conferente da alfandega desta cidade”¹⁰⁵. Em 1897 o jornal *O Imparcial* noticiou que “Falleceu hontem ás 4 ½ horas da madrugada a innocente filhinha do tenente Luiz Vilhena da Costa”¹⁰⁶. Na seção *pelos mortos*, de 08 de dezembro de 1902, o jornal *Quo Vadis?* informou que “Victima de uma pneumonia dupla, falleceu hontem, ao meio dia, o jovem Nicodemos Pinto Bandeira, estremecido filho do capitão Almachio Pinto Bandeira”¹⁰⁷. Em Manaus, uma cidade de pequenas dimensões no século XIX, com população estimada, em 1872, em 29.334 habitantes, dividida em poucos bairros e alguns subúrbios, as notícias corriam rapidamente.

1. 3. Embelezar e vestir: o preparo do corpo

Passada a agonia, cessada a vida e feita a encomendação, era necessário preparar o corpo para o velório. Cabelo, barba e unhas eram cortados, registram José Luiz de Souza Maranhão¹⁰⁸, Sheila de Castro Faria¹⁰⁹, Mary del Priore¹¹⁰ e João José Reis¹¹¹. Um banho era dado antes do *rigor mortis*, quando ocorre o enrijecimento. Alfazema e outras ervas eram utilizadas para perfumar¹¹². Segundo os rituais católicos, o texto bíblico de São Paulo Apóstolo, em Coríntios 6:19, afirma que nosso corpo é o templo do Espírito Santo, e por isso é sagrado¹¹³. Dessa forma, Câmara Cascudo lembra que nem todos poderiam tocá-lo após a morte. Isso só era permitido a pessoas íntegras, com vida exemplar em Cristo e especialistas no trato com os mortos. Elas posicionavam e vestiam os defuntos conversando com estes: “dobre o braço. Fulano, levante a perna, deixe ver o pé! [...] Fulano, fecha os olhos para o mundo e abre-os para Deus!”¹¹⁴. Durante a arrumação ele dava sinais sobre o futuro: se ele enrijece, é um bom sinal de que na casa não haverá morte próxima. Flácido, por outro lado, é sinal de nova morte. A partir do final do século XIX, esse profissional passou a ser substituído pelo agente funerário.

Esses eram os cuidados que se ministravam em casa, onde costumava-se morrer. Findar os dias em uma cama de hospital, longe de casa e da família, fazia parte da ‘morte triste’. No entanto, essa era a horrível realidade em tempos de epidemia, quando milhares de pessoas faleceram nas

¹⁰⁵ *Jornal do Amazonas*, 03/03/1887, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁰⁶ *O Imparcial*, 04/06/1897, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁰⁷ *Quo Vadis?* 08/12/1902, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁰⁸ MARANHÃO, 1985, op. cit., p. 08.

¹⁰⁹ FARIA, 1999, op. cit., p. 54.

¹¹⁰ PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. 1 v. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 318.

¹¹¹ REIS, 1991, op. cit.

¹¹² REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 161.

¹¹³ Coríntios 6:19.

¹¹⁴ CASCUDO, s. d., op. cit., p. 217.

santas casas e hospitais improvisados. Mesmo nesses casos aterradores, os doentes podiam contar com a caridade dos vivos nos últimos momentos. Maria de Miranda Leão, escrevendo sobre a epidemia de varíola que atingiu Manaus em 1873, lembra com carinho da enfermeira Martinha, jovem que a todos tratava com grande dedicação:

A'noite, a cabocla, com uma lampada de azeite de andiroba, de luz mortiça, vigia incansavel dos enfermos, visita um a um em seus leitos de dores. Consola este, ajuda aquelle a morrer, alimenta ou cobre outro, veste um morto, e assim, Martinha passa as noites com a lampada de luz tremula, devagarzinho, quasi esvoaçando, com uma dedicação generosa executa o programma daquelle improvisado isolamento: - a caridade¹¹⁵.

Ao findar a epidemia, Martinha, que vestiu muitos mortos, sucumbiu ao cansaço. Seu enterro, afirma Leão, foi uma verdadeira apoteose, e os doentes que escaparam, e que por ela foram cuidados com desvelo, “fazem questão de levar-lhe o caixão”. Por mais que tenha sido uma alma caridosa, extremamente importante no enfrentamento da doença, foi sepultada em cova rasa, e seus restos “ficaram para sempre confundidos na mesma poeira, no mesmo esquecimento”¹¹⁶ que as demais vítimas daquele fatídico episódio.

Os brasileiros iam à sepultura vestindo mortalhas de cores variadas, como as dos santos São Francisco, São Miguel, Nossa Senhora, Santa Rita, São Domingos e São João. O tipo utilizado era registrado em testamento. Os membros de irmandades usavam os hábitos de suas ordens e os clérigos vestes sacerdotais. “O uso de mortalhas de santos”, escreve João Reis, “representava um apelo para que eles ajudassem os mortos assim vestidos”¹¹⁷. Em 1886 a Santa Casa de Misericórdia de Manaus abriu concorrência para o abastecimento de materiais, figurando na lista um metro de “caniculo para mortalha”¹¹⁸. Em 1893 a instituição despendeu a quantia de 923 mil réis com “panno para mortalha”¹¹⁹. Possivelmente tratava-se de mortalhas brancas, o tipo mais comum, simbolizando o Santo Sudário e a ressurreição. Pelo menos desde 1882 casas funerárias ofereceriam em Manaus o serviço de vestir cadáveres. Outros eram sepultados com vestes mais formais, como Eduardo Gonçalves Ribeiro, ex-governador do Amazonas falecido em 1900, que foi “vestido com um terno preto de casaca e calçado com botinas de verniz”¹²⁰.

¹¹⁵ LEÃO, Maria de Miranda. **A Dama da Lâmpada**. *Jornal do Commercio*, 28/08/1938, pp. 09-09. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 09-09.

¹¹⁷ REIS, 2022, op. cit., p. 169.

¹¹⁸ *Jornal do Amazonas*, 14/12/1886, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹¹⁹ *Diário Oficial*, 23/12/1893, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹²⁰ MATOS, Geisimara Soares. *O Amazonas de luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Epígrafe*, São Paulo, v. 3, n. 3, pp. 57-79, 2016, p. 69.

Figura 2 – Criança morta. Fotografia de Francisco Cândido Lyra. Manaus, século XIX.



Fonte: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-3174623337-fotografia-post-mortem-candido-lyra-manaus-1659-_JM#position=4&search_layout=stack&type=item&tracking_id=e638122e-f2fb-4717-a58d-3d3bd25a1211

As crianças recebiam atenção especial. Eram embelezadas e vestidas apropriadamente. Os meninos eram trajados com mortalhas variadas, destacando-se as de São Miguel Arcanjo, lembrando a crença de que se tornavam anjos ao morrer – sobre a qual se falará mais adiante – e as de São João Batista e São João Evangelista, e as meninas com mortalhas de Nossa Senhora da Conceição, invocando sua atribuição de patrona da fertilidade, pois as famílias pensavam nos futuros rebentos¹²¹. Predominava nas vestimentas fúnebres a cor branca, que segundo Vailati, além de simbolizar a cor a que eram associados os mártires nos primeiros tempos do Cristianismo (posteriormente substituída pela cor vermelha), também era o símbolo da alegria, “[...] da inocência e da pureza virginal”¹²². Outros itens faziam parte da indumentária infantil. A funerária de Antônio

¹²¹ REIS, 2022, op. cit., p. 171.

¹²² VAILATI, Luiz Lima. As fotografias de anjos no Brasil dos século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 14, n. 2. 51-71, jul.-dez. 2006, p. 58-60.

Dias dos Passos comercializava por volta de 1883 “palmas e capellas para anjos”¹²³. A Funerária Almir Neves vendia, em 1919, “azas para anjos, o que pôde haver de chic, diademas, sapatinhos, etc”¹²⁴.

Esses cuidados com o cadáver infantil poderiam até mesmo virar caso de polícia. Em 1911 o jornal *O Pimpão* denunciou um homem, em Manaus, por abandono de incapaz. Além de deixar a criança, uma menina de nome Nenê, abandonada, o periódico descobriu que “a innocente morreu pagã, sem registro civil e sem o embellezamento de anjo”¹²⁵. Durante a pesquisa foi encontrada uma fotografia do século XIX de uma criança morta em Manaus. Ela foi cuidadosamente preparada, cercada por flores, com expressão serena e vestindo uma roupa branca. Um genuíno anjinho manauara.

1. 4. Ato de fé e evento social: o velório

A família do morto contratava um armador, que armava a casa, isto é, a paramentava para a cerimônia¹²⁶. O *Jornal do Commercio* afirma que o primeiro armador da cidade foi o senhor Trajano José da Costa, “que tinha seu estabelecimento à rua da Matriz, vendendo-o depois ao senhor Joaquim Carvalho, falecido ha poucos annos”¹²⁷. Outro bastante antigo foi Emílio R. O. Bastos, que em 1869 oferecia seus serviços aos interessados em ornamentar para o Dia de Finados “as sepulturas de seus parentes com algum aparato e illuminações”¹²⁸. Em 1882 foi aberta a casa de armador e vestimenteiro de Antônio Dias dos Passos, descrita como a “primeira e única casa”, localizada na rua Henrique Antony. Em um de seus vários anúncios, informava que “encarrega-se de enterros, missas e officios funebres”, recebendo “encommendas do interior para todos os effeitos da arte”¹²⁹.

Em seguida veio a de S. J. Moraes & Cia, dirigida pelo artista Trajano Gomes da Costa – o suposto primeiro armador de Manaus – na rua da Matriz, que comercializava desde velas à asas para anjos¹³⁰. Anos mais tarde, em 1891, os senhores R. de Almeida e Antônio Dias dos Passos abriram uma casa de armador e vestimenteiro na rua da Instalação, anunciando que “encarregamos, mediante ajuste, de Funeraes, festas religiosas e profanas e arrumações de casas para bailes”¹³¹. Muitos desses estabelecimentos tinham como atividade complementar a colchoaria, o estofamento e

¹²³ Amazonas, 15/07/1883, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹²⁴ *Jornal do Commercio*, 20/05/1919, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹²⁵ *O Pimpão*, 20/08/1911. PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. Anjinhos Inocentes: Morte Infantil no Amazonas (séculos XIX e XX). *Manduarisawa – Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM*, vol. 3, nº 2 – 2019, p. 139.

¹²⁶ FARIA, 1999, op. cit., p. 56; REIS, 1991, 2022, op. cit.

¹²⁷ Reminiscências e actualidades. Manáos antiga. *Jornal do Commercio*, 17/09/1916, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹²⁸ Amazonas, 29/10/1869, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹²⁹ Amazonas, 20/08/1882, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹³⁰ Amazonas, 1883, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹³¹ *Diário de Manáos*, 14/01/1891, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

a chapelaria. Por volta de 1897, Joaquim Godinho, armador e paramenteiro estabelecido na rua Municipal, trabalhava com “Caixões funerários; Colchões simples e de molas (único especialista) Armações d’Igrejas, de galas e funerárias; Estufador em qualquer sentido, inclusive de mobílias”¹³².

No início do século XX, a Funerária Loyo & Paredes, de Augusto Marques Loyo e Manoel Augusto Dias Paredes, cuidou de velórios grandiosos como o de José Alves de Assunção Menezes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; do Coronel Joaquim Sarmento; do Coronel Francisco Ferreira de Lima Bacury, republicano histórico; e do coronel Domingos José de Andrade, deputado estadual.

As casas de armador mais famosas da Manaus antiga foram a *Casa Mesquita* e *A Providência*, posteriormente *Funerária Almir Neves*. *A Providência*, atual *Funerária Almir Neves*, foi fundada em 1909 por Almir Lopes Neves e Manoel Rufino Corrêa da Silva. Em anúncio de 1914 apresentava-se como “a preferida nos maiores e mais pomposos funeraes de Manáos”¹³³. Em 1917 a sociedade é dissolvida, passando a ser gerida apenas por Neves e ganhando o nome de *Funerária Almir Neves*, que se apresenta, sem exageros, como “a funerária mais tradicional de Manaus”¹³⁴. A *Casa Mesquita* foi fundada em 1912 pelo empresário português Joaquim Mesquita. Ficava na avenida Sete de Setembro. O historiador Abrahim Sena Baze relata que ela foi adquirida posteriormente por um funcionário, o português José Manoel Macedo. Tinha vários misteres além do trabalho com funerais: “Formatava e montava altares para casamentos, produzia decorações, caixões, molduras e importava santos, de origem portuguesa, também era colchoaria, produzia colchões de palha e de crina”¹³⁵.

¹³² O Imparcial, 19/05/1897, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹³³ Jornal Sportivo, 19/04/1914, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹³⁴ Funerária Almir Neves. Disponível em: <https://almirneves.com.br/>. Acesso em 06/07/2023.

¹³⁵ BAZE, Abrahim. José Manuel de Macedo e a “Casa Mesquita”. In: **Amazônia**: fragmentos da história. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2018, p. 151-158, p. 155.

Figura 3 – A Providência.



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas, 1910. Instituto Durango Duarte.

Figura 4 – Casa Mesquita.



Fonte: Acervo de Abrahim Sena Baze.

Os velórios ocorriam na sala da casa e eram bastante concorridos. Câmara Cascudo ensina que o corpo ficava com os pés voltados para a porta que dava para a rua, sendo carregado na mesma direção: “Sai para a sepultura pelos pés, ao inverso de como entrara no mundo”¹³⁶. As mãos iam sempre juntas, amarradas por um terço ou rosário, com diferentes cores que variavam de gênero e condição: preto para homem e esposas, azul para donzelas, branco para crianças que já tinham feito a primeira comunhão e roxo para viúvas. O morto não poderia ir com qualquer resquício de terra, sob o risco de sua alma querer retornar. Por isso seus sapatos eram bem limpos e as solas beijadas. O rosto era coberto com um lenço. Cascudo afirma que em outros tempos era colocada uma moeda de prata no caixão para pagar o pedágio da travessia para o outro mundo¹³⁷. André Vidal de Araújo registra que o queixo do defunto era amarrado com um lenço e era posto um pires com sal em sua barriga para ela não inchar¹³⁸.

¹³⁶ CASCUDO, s. d., op. cit., p. 217.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ ARAÚJO, 1974, op. cit., p. 230.

O comerciante José Gonçalves Bastos, proprietário da Fábrica Cubana, faleceu em 08 de julho de 1909. Foi velado durante toda a noite em sua residência, localizada na Praça Uruguaiana, “por inumeros cavalheiros que viam na pessoa de José Gonçalves Bastos um amigo sincero, leal e generoso”¹³⁹. O estimado Coronel Cyrillo Neves, Inspetor do Tesouro do Estado do Amazonas, faleceu em 1912 vitimado por um aneurisma da aorta. “Durante toda a noite velaram o cadaver do cel. Cyrillo, que repousava dentro de um caixão na sala de visita de sua residência, transformada em câmara ardente, grande numero de amigos do distinto finado”¹⁴⁰. O Coronel Manoel Antonio Lessa, Tabelião de Notas de Manaus, morreu em 1918. Em seu velório, “Durante a noite velaram o corpo muitas famílias e cavalheiros, sendo elevado o numero de pessoas que se achavam na residência na família enluctada por ocasião do sahimento”¹⁴¹.

Em 1925 Maria Sylvia Jardim de Oliveira, professora e diretora do externato musical Joaquim Franco, faleceu subitamente em sua residência. A notícia de seu passamento abalou a cidade, pois era uma figura estimada pela sociedade amazonense. Foi velada no salão da principal do externato, na avenida Eduardo Ribeiro. Inúmeras pessoas, principalmente as famílias das alunas da instituição, foram até o local em romaria. “E era justo”, escreve o *Jornal do Commercio*, “este sincero preito de homenagem que se fazia á distincta senhora que, pelos seus meritos artisticos, pelas suas excelentes virtudes, pelo seu coração bondoso, conquistara no nosso meio social, que a tinha na mais elevada consideração, um numero consideravel de amizades”¹⁴².

O jovem Franklin Gonçalves, natural do Rio de Janeiro e morto em um acidente de trabalho na Estrada do Rio Branco em 1928, aos 22 anos, foi velado na casa onde residia com outras pessoas, possivelmente uma pensão, na estrada de Epaminondas, atual Avenida Epaminondas. O *Jornal do Commercio* registrou que “A casa, à chegada do corpo, estava repleta, tendo sido o cadaver velado toda a noite por grande numero de amigos do morto”¹⁴³. Longe de seus familiares, pôde contar com a solidariedade dos amigos. Também encontramos referências sobre o velório em casos policiais. Romão, funileiro natural do Maranhão, morreu em 1909 tentando atravessar o Igarapé da Cachoeirinha, entre as avenidas Urucará e Borba. De acordo com o *Jornal do Commercio*, “O infeliz ia fazer quarto a uma defunta do outro lado do igarapé”¹⁴⁴. Uma morte trágica, sem dúvidas.

O velório era um esforço coletivo para garantir uma boa passagem ao falecido. Por horas a fio, e à luz de velas (por isso o nome *velório*, ensina João Reis), o morto era vigiado contra maus espíritos, o que demandava o apoio entre os presentes para que ninguém esmorecesse na tarefa. Para

¹³⁹ *Jornal do Commercio*, 08/07/1909, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁴⁰ *Correio do Norte*, 22/06/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁴¹ *A Capital*, 18/02/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁴² *Jornal do Commercio*, 17/02/1925, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁴³ *Jornal do Commercio*, 20/06/1928, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁴⁴ *Jornal do Commercio*, 20/07/1909, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

tal, eram servidos alimentos e bebidas como chá, café e, alguns casos, cachaça, e jogada muita conversa fora. Sobre esse aspecto, encontramos um interessante registro da década de 1940 de como era um velório em Manaus. João Geraldo de Brito, pedreiro, foi um dos participantes do velório da senhora Maria de Lourdes Rodrigues, falecida em setembro de 1947. Ele tudo fazia para entreter as pessoas: “Com seu espírito folgasão, João Geraldo cativou logo os presentes, contando histórias do interior do Amazonas e soltando de quando em quando uma piada para “espantar” o sono, ao correr do café para os presentes”. Piadas, histórias e café. Assim corriam os velórios em terras barés. Apesar da alegria, João não foi poupado pela cruel parca, que cortou o fio de sua vida durante a cerimônia, tombando vítima de um infarto¹⁴⁵.

Aliás, sobre a comida, fazemos algumas observações. Memorialistas como Câmara Cascudo¹⁴⁶ e Alceu Maynard de Araújo¹⁴⁷, no Brasil, e pesquisadoras como Maria Antônia Lopes, em Portugal, apontam que era comum servir alimentos durante os velórios¹⁴⁸. No entanto, nas fontes de época não aparecem referências a qualquer tipo de iguarias. Quais os motivos desse silêncio? Jaime de Araújo Covas, 77, auxiliando na resolução dessa questão, informa que comidas e bebidas eram servidas apenas nos velórios das pessoas humildes: “Por exemplo, quando morria algum feirante do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, era feito um grande banquete, jogava-se baralho e bebia-se muita cachaça. A passagem dos mais abastados era sóbria nesse sentido”¹⁴⁹. Esse relato se aproxima da descrição que Sheila de Castro Faria fez para os velórios do Brasil Colonial, o que demonstra a permanência de certos costumes entre as camadas populares: “Durante todo o velório havia cantorias, choros, rezas e conversas, tudo acompanhado de muita bebida (quase sempre cachaça) e comidas variadas. Ninguém podia dormir”¹⁵⁰.

Os velórios da elite eram eventos bastante concorridos, contando com a presença de centenas e milhares de pessoas. Joaquim Rocha dos Santos, fundador do *Jornal do Commercio*, falecido em 1905, foi velado no salão da redação de seu jornal, na Avenida Eduardo Ribeiro, que ficou tomada por populares, praticamente intransitável, conforme testemunhas. Vários estabelecimentos, ao saberem da morte, fecharam suas portas em sinal de luto. A Caixa dos Pobres, instituição de caridade, distribuiu aos necessitados a quantia de 100 mil réis. Seu cadáver foi posto em um belíssimo caixão de veludo preto bordado a ouro. O periódico informa que “o seu corpo

¹⁴⁵ Faleceu no Velório. *Jornal do Commercio*, 16/09/1947, p. 06. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁴⁶ CASCUDO, s. d., op. cit.

¹⁴⁷ ARAÚJO, Alceu Maynard. **Ritos de Morte**. Correio Paulistano (SP), 17/04/1949, p. 12. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁴⁸ LOPES, Maria Antônia. Os alimentos nos rituais familiares portugueses (1850-1950). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de et. al (coord.). **O Tempo dos Alimentos e os Alimentos no Tempo**. Braga (PT): CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2012. p. 167-179.

¹⁴⁹ Entrevista com o Dr. Jaime de Araújo Covas. Manaus, 12/07/2023.

¹⁵⁰ FARIA, 1999, op. cit., p. 56.

esteve toda a noite em exposição, vellado pelos seus amigos e companheiros”. Em frente ao jornal foi posta uma mesa com papel e tinta para o registro dos visitantes¹⁵¹.

Em 1909 faleceu o desembargador José Alves de Assunção Menezes, Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas. A notícia de sua morte rapidamente se espalhou pela cidade, fazendo afluir grande número de pessoas a sua residência, na rua Henrique Martins. Os sinos das igrejas dobravam continuamente. O Governo do Estado contratou a casa Loyo & Paredes para realizar a ornamentação funerária da sala, onde o corpo foi velado. “As 2 horas da tarde, mais ou menos”, registrou o *Jornal do Commercio*, “foi o corpo posto em ataúde e collocado sobre a eça que estava ladeada por cyrios accesos, tendo, á cabeceira, um pequeno altar com a imagem de Christo. Encontravam-se na sala, cobertos de crepe, os retratos do morto e do progenitor de sua virtuosa consorte. Até a hora da encommendação do corpo, velaram-no empunhando cyrios, quatro alumnos do Instituto João de Deus que se revejavam, de quinze em quinze minutos”. Às 16 horas o cadáver foi encomendado pelo Monsenhor Hypolito Costa e pelo padre Raymundo Oliveira. Uma companhia de guerra do Batalhão Militar do Estado, com uma banda de música, deu o tom cívico à cerimônia¹⁵².

O general Henrique Martins, destacado militar e inspetor permanente da primeira região, partiu dessa vida em 1912. Em sua agonia foi assistido por familiares e amigos. As repartições públicas hastearam bandeiras a meio mastro em sinal de luto, e as casas de diversão interromperam suas atividades. Conforme o *Jornal do Commercio*, estiveram presentes em sua casa 52 pessoas, das mais destacadas da sociedade, como o Governador do Estado do Amazonas, o Chefe de Polícia da capital e o Presidente da Assembleia Legislativa¹⁵³. O cadáver foi levado para uma sala do Quartel General, transformada em câmara ardente, com as paredes ornamentadas com crepes e tendo ao fundo uma imagem de Cristo circundada por candelabros. Sobre duas colunas cobertas de crepes foram postas duas imagens simbolizando a Fé e a Caridade. O JC estimou em 5 mil o número de pessoas que visitaram o local¹⁵⁴.

Natural do Rio de Janeiro, foi transportado para sua cidade no pacote Alagoas, do Lloyd Brasileiro, e velado, durante o trajeto, por praças do 47º Batalhão de Caçadores, em revezamento com membros do Tiro Brasileiro e do Tiro Naval¹⁵⁵. Aliás, destaca-se que seu cadáver foi minuciosamente embalsamado pelos médicos Theogenes Beltrão, Hermenegildo de Campos e Britto Pereira: “O cadaver foi acondicionado em quatro envolucros, o primeiro é o caixão, cuja

¹⁵¹ *Jornal do Commercio*, 12/12/1905, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁵² *Jornal do Commercio*, 06/11/1909, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁵³ *Jornal do Commercio*, 14/07/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 15/07/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 17/07/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

descrição minuciosa aqui fizemos, o segundo é feito e zinco hermeticamente fechado; o terceiro de chumbo e o último foi feito de madeira tendo sobre a tampa um crucifixo de prata”¹⁵⁶.

O coronel Henrique Ferreira Penna de Azevedo foi o segundo prefeito a ser eleito em Manaus, em 01 de janeiro de 1914, sucedendo Jorge de Moraes. Pertenceu ao Partido Republicano Conservador. Infelizmente, padecendo a tempos com problemas de saúde, faleceu semanas depois em 19 de janeiro. Seguindo a tradição, foi velado na sala de sua residência, na rua Lobo d’Almada. O *Jornal o Commercio* fez uma descrição minuciosa do evento:

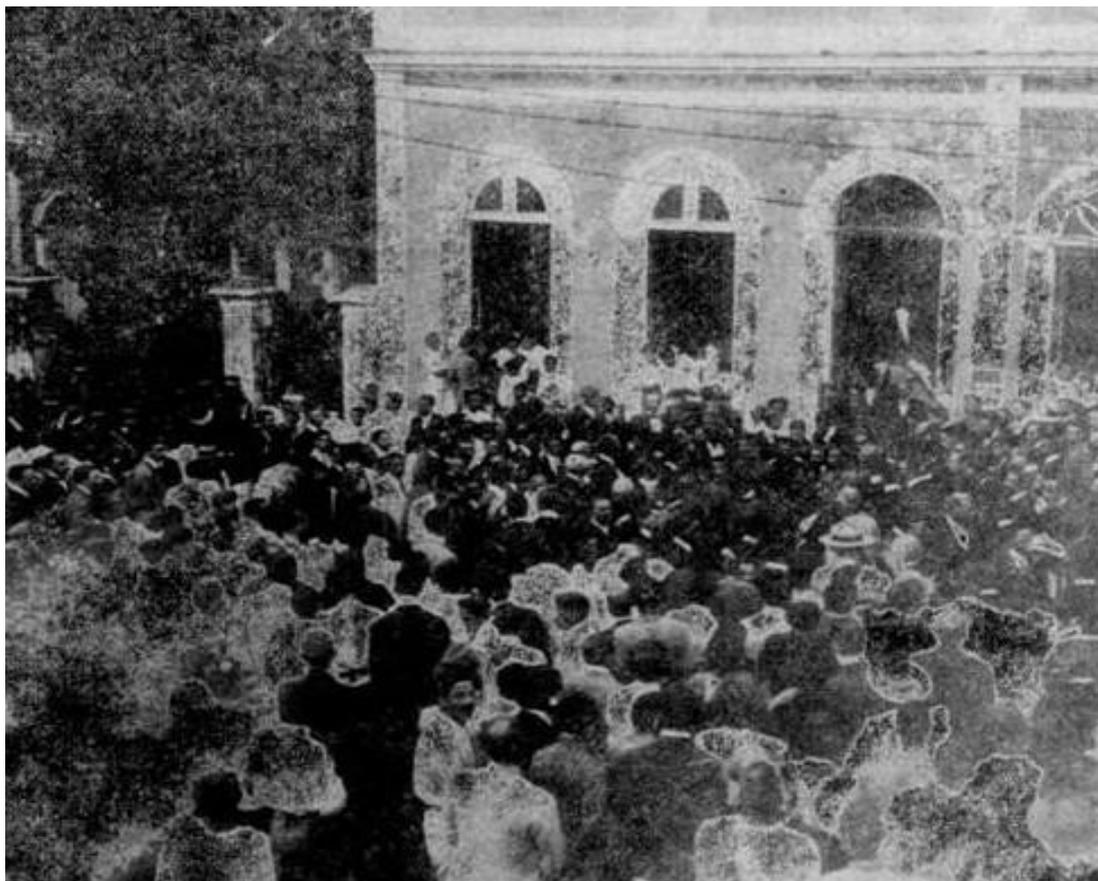
O altar, á cabeceira do cadaver, é todo de pannos negros, nelle poisando um grande crucifixo de prata. O cadaver, deitado num caixão de velludo negro ornado de uma cruz de galões branco, está vestido de casaca. Nos quatro angulos erguem-se os tocheiros, ao pé dos quaes uma turma de atiradores do Tiro numero 10, presta a guarda de honra ao corpo. Essa guarda, composta de um cabo e nove atiradores, foi revezada, hontem, ás doze, ás dezoito e ás vinte e quatro horas. A Guarda Nacional enviou tambem um tenente desta milicia, que esta velando o corpo do extincto. A romaria á casa do finado tem sido immensa, contando o livro collocado á porta centenas de nomes de pessoas que tem visitado o corpo¹⁵⁷.

A edição de 20 de janeiro de 1914 do JC traz na primeira página uma fotografia da aglomeração formada em sua casa. É um dos registros mais notáveis de como, no passado, ocorriam as cerimônias fúnebres dos poderosos em Manaus.

¹⁵⁶ *Jornal do Commercio*, 17/07/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 19/01/1914, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Figura 5 – Aglomeração na casa do Coronel Ferreira Penna.



Fonte: Jornal do Commercio, 20/01/1914.

O suicida era um tipo de morto que gerava certa repulsa, pois dar cabo da própria vida era – e ainda é – considerado um pecado mortal. Ainda assim, eles contavam com certa solidariedade após a morte. O paraibano Fausto França, de 39 anos, padecendo de uma depressão profunda, pôs termo a sua agonia com um tiro de rifle na cabeça em sua residência, na Vila Georgette. Seu irmão, major Juvêncio de Oliveira França, arcou com todos os custos do velório, contratando a casa Loyo & Paredes para paramentar a residência do falecido, onde foi realizado o velório¹⁵⁸.

O distinto médico João Coelho de Miranda Leão, oriundo de família tradicional da cidade e que teve papel destacado durante a pandemia da Gripe Espanhola, suicidou-se com um tiro de revólver na cabeça em 1920. Seu velório foi realizado em uma sala na Santa Casa de Misericórdia, para onde foi levado ainda com vida. Seu corpo saiu do hospital direto para o Cemitério de São João Batista¹⁵⁹. Uma morte triste, sem despedidas demoradas de amigos e familiares e sem um último contato com o lugar onde viveu.

Guiomar Menezes Ferreira, esposa de Cosme Ferreira Filho, de importante família amazonense, findou seus dias em 1930. A notícia de sua morte se espalhou como fogo em palha,

¹⁵⁸ Jornal do Commercio, 08/12/1909, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁵⁹ Jornal do Commercio, 27/06/1920, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

levando grande número de pessoas à sua residência na avenida Eduardo Ribeiro. O salão principal, relata o *Jornal do Commercio*, foi transformado em câmara ardente, comparecendo os “principaes elementos sociaes de Manáos, autoridades, intellectuaes, commerciantes”. Em pouco tempo, continua o matutino, o salão ficou cheio, “vendo-se flôres aos montões e corôas mortuárias em torno do feretro. Pairava no ambiente uma tristeza profunda, uma inenarravel tristeza, e todos ficaram com os olhos marizados ao ver o caixão onde dona Guiomar Ferreira parecia dormir para acordar depois”. A grande presença de público e a enorme comoção não eram para menos, pois tratava-se do velório da digna esposa de um nobre representante de uma das famílias mais antigas e benquistas da cidade, com atividades destacadas no meio empresarial. Não eram apenas “surtos de solidariedade na dôr”¹⁶⁰, como descreveu o jornal, mas um ritual de afirmação de posições perante a sociedade.

Tanto os velórios dos mais humildes quanto dos membros da elite, como podemos ver, eram grandes eventos marcados por intensa sociabilidade. Todos queriam ver e ser vistos. Alguns observadores da época, inclusive, já os viam com olhares críticos. Na seção de ‘humorismos’ do jornal *Diário de Manáos*, em 1893, foi publicado um texto ensinando como ganhar a simpatia das pessoas, um verdadeiro guia do ‘puxa-saco’. Uma das formas era “Acompanhar enterros, chegando mais cedo que os outros á casa do defunto, e de vez em quando ir para um recanto enxugar lágrima discreta”¹⁶¹.

1. 5. Registros para a eternidade: fotografias mortuárias

A prática vitoriana de fotografar pessoas falecidas, que surgiu paralelamente à invenção do daguerreótipo, na segunda metade do século XIX, também se fez presente em Manaus. Entre as décadas de 1860 e 1890, registra Pedrosa, encontramos fotógrafos brasileiros e estrangeiros oferecendo esse serviço, geralmente feito durante o velório¹⁶². Eduardo José de Souza informava, em 1862, que tirava em sua casa fotografias pelos mais modernos sistemas e “mediante ajuste especial se tirão retratos em casas particulares, e de pessoas fallecidas”¹⁶³. Por volta de 1867, um fotógrafo estabelecido na casa do major Tapajós, além das fotografias convencionais, também fazia registros de “casas particulares, e de pessoas fallecidas”. A dúzia dos retratos em cartão custava 10 mil réis¹⁶⁴.

¹⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 20/07/1930, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁶¹ Arabescos. Humorismos. *Diário de Manáos*, 13/08/1893, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁶² PEDROSA, F. A. C. Registros para a Eternidade: Fotografias Mortuárias na Cidade de Manaus (séculos XIX e XX). **Manduarisawa – Revista Eletrônica Discente do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 4, p. 447-467, 2020, p. 453.

¹⁶³ *O Cathéchista*, 30/01/1864, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁶⁴ *Amazonas*, 30/01/1867, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

No final do século XIX, com o crescimento da economia amazonense, os serviços ofertados na capital tornaram-se mais refinados para atender um público consumidor cada vez mais ávido pelas comodidades e praticidades do mundo moderno. Em 1888 Francisco Cândido Lyra oferecia seus serviços fotográficos em um ateliê na rua Marcílio Dias: “Tirao-se retratos de todos os tamanhos, em grupos, a oleonicraion, assim como se executa qualquer trabalho fora da officina, como seião: vistas de chalets, retratos de pessoas mortas, e todo e qualquer trabalho pertencente à arte photographica, tudo com e, maior perfeição, asseio e modicidade de preços”¹⁶⁵. O mesmo Lyra, alguns anos depois, informava que também fotografava “anjinhos”¹⁶⁶. O italiano Arturo Luciani, com ateliê na rua Henrique Martins em 1896, tirava “[...] vistas de edificios, retratos de mortos ou de qualquer outro genero de trabalho”¹⁶⁷.

O costume chegou com força ao século XX, como atestam registros familiares cedidos por Eros Augusto Pereira da Silva e outros encontrados em revistas. Abaixo vemos uma típica fotografia pós-morte de seu avô, Carlos Pereira da Silva (1894-1931): “Podem ser vistas cadeiras ao lado do caixão, assim como castiçais e um resplendor com crucifixo, paramentação tradicional de velórios cristãos católicos. O cadáver foi vestido com um terno preto e adornado com flores brancas”¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Jornal do Amazonas, 22/07/1888. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁶⁶ Amazonas Commercial, 10/03/1895, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁶⁷ Diário Oficial, 17/01/1896. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁶⁸ PEDROSA, 2020, op. cit., p. 458.

Figura 6 – Fotografia pós-morte de Carlos Pereira da Silva (1894-1931).



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

A próxima fotografia, de 1940, é da jovem Sebastiana Gomes, filha do capitão Euphrosino Gomes, do Seringal Joanino (Juruá), falecida em Manaus aos 14 anos. O caixão está no centro, ornamentado com várias flores. Um ramo delas foi colocado entre suas mãos. Ao redor, crianças e jovens em sua maioria, que podem ser familiares e conhecidos. Alguns preferiram olhar para o fotógrafo. Outras, para o cadáver. A foto foi publicada na revista carioca de variedades *Excelsior*, possivelmente a pedido do capitão Euphrosino, o que indica, para Pedrosa, “a questão do status social por trás da fotografia mortuária”:

As pessoas que eram retratadas junto ao falecido buscavam utilizar suas melhores roupas, de preferência pretas ou brancas. Seus semblantes são sérios, sóbrios, e as posições rígidas, quase estáticas. Aquele registro era uma recordação produzida para a posteridade. Dessa forma, os presentes deveriam estar apresentáveis não apenas para a ocasião, mas também para os que os veriam ao lado do caixão¹⁶⁹.

¹⁶⁹ PEDROSA, 2020, op. cit., p. 460.

Figura 7 – Sebastiana Gomes.



Fonte: Revista Excelsior, RJ, 15/02/1940.

Também foram encontradas fotografias mortuárias no Cemitério de São João Batista. Segundo Pedrosa¹⁷⁰, a partir das décadas de 1900 e 1910 elas passam a figurar com maior frequência nos túmulos e jazigos familiares, tornando-se mais um elemento simbólico e decorativo dos mesmos, ao lado de esculturas e objetos sacros. As fotografias mortuárias dos cemitérios são diferentes das que vimos anteriormente, como aponta o historiador Miguel Augusto Pinto Soares

Embora atualmente os retratos mortuários causem desconforto e até alguma aversão, isso não acontece com os retratos presentes nos cemitérios, pelo simples motivo de que nesse caso as fotografias representam os mortos quando ainda estavam vivos¹⁷¹.

¹⁷⁰ Ibid, p. 454.

¹⁷¹ SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da Morte: Fotografia e Memória**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, 2007, p. 122.

Enquanto os registros familiares, em sua maioria, são feitos poucas horas após a morte da pessoa, em seu leito ou durante o velório, os tumulares foram feitos em algum momento da vida do falecido. As fotografias tumulares surgiram e se desenvolveram concomitantemente aos cemitérios oitocentistas, sendo um dos poucos ornamentos que sobreviveram ao esvaziamento de simbolismos da contemporaneidade.

Ainda de acordo com Soares, as fotografias tumulares devem ser analisadas levando-se em conta os demais elementos presentes nos túmulos (jarros, cruzeiros, esculturas etc), seu entorno e a própria constituição do cemitério¹⁷². A fotografia a seguir é da senhora Maria Leopoldina Cavalcante de Lemos (1882-1911). Ela encima o jazigo da família Cavalcante de Lemos, que tem em um nicho uma escultura em tamanho natural da fotografada.

Ao observar a escultura e a fotografia, percebe-se que a primeira teve como base a segunda, pois as vestes são idênticas. Na escultura Maria é representada com seus três filhos, e na fotografia traz no pescoço um crucifixo. O conjunto de elementos imagéticos potencializa sua figura de mãe, esposa e cristã devotada.

Figura 8 – Fotografia e escultura de Maria Leopoldina Cavalcante de Lemos.



Fotos: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

¹⁷² Ibid, p. 125.

A próxima fotografia é da criança Augusta do Carmo Moreira (1908-1913), que ornamenta seu túmulo individual. O registro tem como base um baixo-relevo de flores de lírio, que simbolizam a pureza e a inocência da homenageada. O epitáfio, junto à foto e aos lírios, expressa o sentimento de tristeza pela morte da criança: “A inocente Augusta do Carmo Moreira. Nascida a 26 de dezembro de 1908. Fallecida a 6 de janeiro de 1913. Eternas saudades de seus desolados paes e irmãos”. Augusta está bem vestida, apoiada em uma pequena mesa, possivelmente em um estúdio fotográfico. É o típico retrato de uma criança da burguesia do início do século XX.

Figura 9 – Fotografia tumular de Augusta do Carmo Moreira.

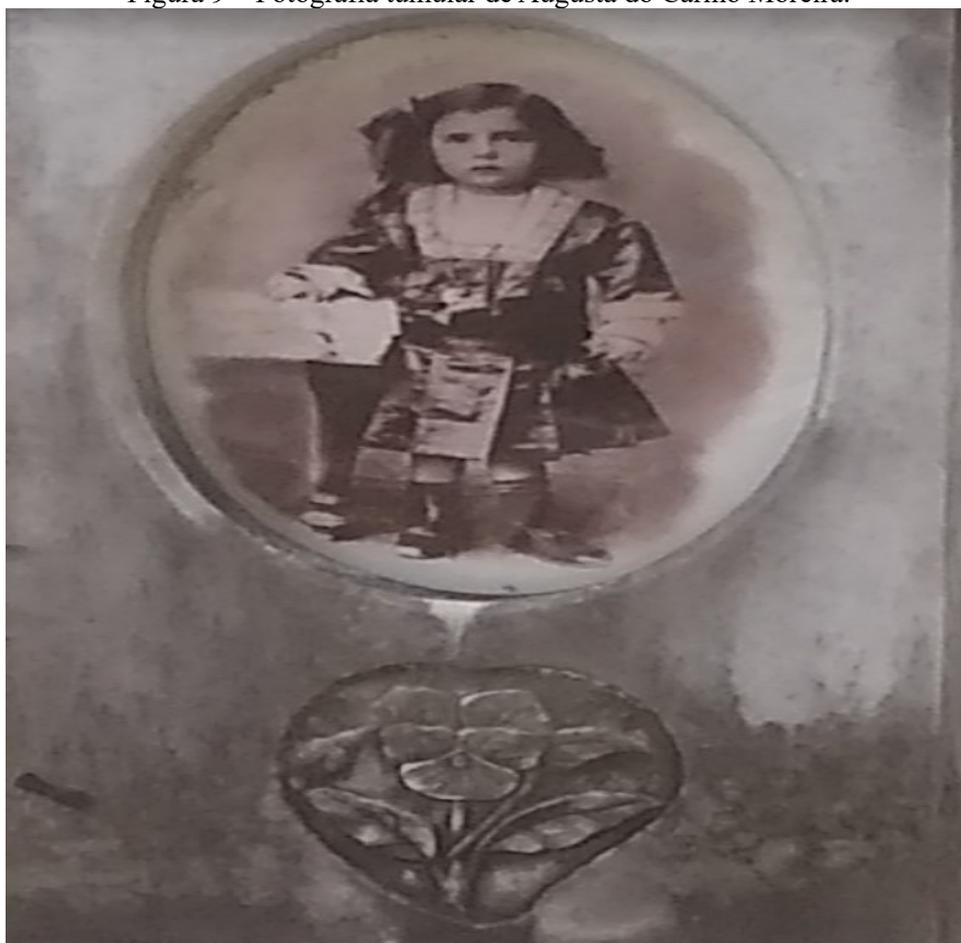


Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

A fotografia seguinte é de Antônio José de Almeida (1876-1924). Sua foto está emoldurada no centro de uma cruz, da qual saem rosas, e ladeada por dois anjinhos suplicantes. Soares, que em sua dissertação estudou as fotografias tumulares, identificou que

Muitos túmulos possuem composições entre a fotografia e o relevo, ou entre a fotografia e a estatuária. Na maioria dos casos a representação fotográfica do falecido é reverenciada por um anjo, ou por uma santa; em outros casos a fotografia integra-se a símbolos religiosos¹⁷³.

¹⁷³ SOARES, 2007, op. cit., p. 133.

A posição da fotografia no jazigo da família, em destaque no centro da cruz, com flores e protegido por dois anjos, mostra a importância que o falecido tinha para a unidade familiar como patriarca e mantenedor, como também revela o epitáfio: “Aqui repousa Antônio José de Almeida. Nascido a 16-11-1876. Falecido a 28-06-1924. Tributo de amor e eterna saudade de sua esposa e filhos”.

Figura 10 – Fotografia tumular de Antônio José de Almeida.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

A última fotografia tumular analisada é da pequena Maria Anette Rego Maio (1937-1938). Pela brevidade de sua vida, identificada no epitáfio, supõe-se que aquele foi o seu único registro. De acordo com a historiadora Marcelina das Graças de Almeida

O uso das fotos em porcelana como decoração dos túmulos, muito embora, em sua maioria não seja o registro do morto após sua morte, muitas das vezes uma imagem

feita em vida, em algum momento feliz ou significativo, segue a trilha dos retratos mortuários¹⁷⁴.

Essa última fotografia tumular vai ao encontro com a análise de Marcelina Almeida, pois é visível como Maria Anette Rego Maio foi retratada em um ambiente familiar, sentada em uma cadeira acolchoada e rindo. A foto é ladeada por dois ramos de louro, simbolizando a vitória, que nesse caso pode ser interpretada como a ascensão de Maria ao Paraíso pela ausência de pecado.

Figura 11 – Fotografia tumular de Maria Anette Rego Maio.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa

Mas por que fotografar pessoas mortas? O que está por trás de tão antiga prática? Através da análise das fotografias produzidas em Manaus e da bibliografia disponível sobre o tema, concluí que esse costume tinha como objetivo a preservação e representação da memória do falecido. Muitas vezes aquela era a única fotografia daquela pessoa. Em outras palavras, “O morto pereceria, mas sua imagem, registrada pela fotografia, permaneceria conservada enquanto fosse guardada por

¹⁷⁴ ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Imagens fotográficas – a presença do ausente. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011, p. 07.

seus descendentes. A fotografia, dessa forma, constitui-se em um mecanismo moderno no enfrentamento diário que o homem trava com a certeza da finitude”¹⁷⁵.

1. 6. A morte infantil: os anjinhos

Os ritos em torno da morte infantil eram bastante específicos. Uma delas era a morte infantil. Acreditava-se, no Brasil antigo, que as crianças batizadas, ao morrer, viravam anjos. De acordo com o historiador e sociólogo Gilberto Freyre, essa crença têm origem com os jesuítas no primeiro século da colonização. Diante da alta mortalidade infantil, principalmente entre indígenas, os padres jesuítas “[...] talvez para atenuar entre os índios o mau efeito do aumento da mortalidade infantil que se seguiu ao contato ou intercuro em condições disgênicas, entre as duas raças, tudo fizeram para enfeitar ou embelezar a morte da criança”¹⁷⁶. As crianças eram desprovidas de maldade, impossíveis de pecar e, por isso, tinham a salvação garantida. Como anjos, seriam intercessoras e protetoras de seus familiares. Ter esses anjos protetores era algo positivo, o que fazia a passagem da criança ser melhor aceita e festejada.

Em estudo publicado anteriormente, constatei que essas concepções sobre a morte infantil, no Amazonas, atravessaram o século XIX, chegando ao século XX bastante fortes. As identifiquei principalmente na imprensa. Em 1869 o capitão e inspetor da Tesouraria da Fazenda Provincial José Justiniano Braule Pinto e sua esposa, Carolina de Lemos Braule Pinto, perderam a filha Carolina. O jornal *Amazonas*, compadecendo-se com a perda do casal, lembrava-os que deveriam ficar resignados “pela gloria de levarem ao Throno do Eterno mais esse cherubim, que vai gozar no céu da bemaventurança ao lado de Deos”¹⁷⁷.

A ideia de um reino divino formado por vários anjinhos é vista em outras publicações fúnebres como as que foram dedicadas à filha de José Justiniano e Carolina de Lemos e ao filho de Bruno da Costa, assemelhando-se a uma contabilidade espiritual. O *Commercio do Amazonas* noticiou, em 1880, que “Voou inesperadamente, hontem pela madrugada, á mansão dos anjos, a menina Florisbella, dilecta filhinha do sr. Antonio Braule Freire da Silva”¹⁷⁸.

O comerciante James Baird, em 1885, “passou [...] pelo desgosto de perder um seu interessante filhinho”, que foi “[...] mais um anjo que sobe ás regiões celestes”¹⁷⁹. Mais um, mais dois...Esses anjinhos diariamente iam para essas regiões celestes, sendo representados da forma como são imaginados os anjos, seres alados. Assim fizeram o inocente Elyseo que às 3:30 da

¹⁷⁵ Ibid., p. 465.

¹⁷⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48^o ed. São Paulo: Global, 2003, p. 203.

¹⁷⁷ *Amazonas*, 21/10/1869. PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. Anjinhos Inocentes. p. 135.

¹⁷⁸ *Commercio do Amazonas*, 10/08/1880, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁷⁹ *Jornal do Amazonas*, 04/01/1885. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

madrugada de 09 de outubro de 1893, “voou à Mansão Celestial”¹⁸⁰; e, anos antes, a pequena América, que em 1885 “passou á celestial mansão para entoar o harmonioso câro divino”¹⁸¹.

O historiador paranaense Juarez José Tuchinski dos Anjos, que estudou as representações da infância na imprensa periódica da Província do Paraná, afirma que na imprensa era comum o repertório de adjetivos que representavam as crianças como seres dóceis, inteligentes, amáveis e inocentes. Elas não eram inocentes apenas por terem morrido, explica Tuchinski

[...] mas porque morreram na infância, antes de alcançar a vida adulta [...]. Era esse tempo da vida que lhes conferia em particular essa qualidade que as tornava prontas a desenvolverem todas as demais virtudes que, agora, por meio da redação do jornal, ornavam suas mimosas coroas fúnebres¹⁸².

Foi com adjetivos semelhantes a esses citados por Tuchinski que Carolina foi lembrada pelo jornal Amazonas em 1869, uma criança com um “angelico typo de espirito, meiguice e doçura”. Outra forma de expressão encontrada nos jornais eram os poemas, como o que foi dedicado ao pequeno Alcides, em 1890:

Alcides querido.
Criança mimosa.
Perdida esperança De Mãe carinhosa.

Botão de açucena
(No seio plantada
De mãe extremosa
De pranto orvalhada)

Que o vento da morte
Tão cedo arrancou;
Mas cujo perfume
No ceo trescalou.

Lá entre os anjinhos
No throno de Deus,
Supplica ventura
E paz para os teus¹⁸³.

Esses aspectos também apareciam em ocasiões inusitadas, como em uma nota cômica publicada no jornal Commercio do Amazonas em 1900. A irmã de uma criança que tinha morrido perguntou da mãe para onde a tinham levado. A mãe explicou que ela tinha ido para o cemitério,

¹⁸⁰ Amazonas, 10/10/1893. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁸¹ A Província, 27/09/1885. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁸² ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Anjinhos e Diabinhos: Representações da Infância na Imprensa Periódica do Paraná Provincial (1854-1889). **Anais do XIV Encontro Regional de História**. Unespar, 2014, p. 1373.

¹⁸³ Amazonas, 23/09/1890. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

pois tinha se tornado um anjinho de Deus. A criança, ainda com dúvidas, disse “então, mamãe, quando Deus precisa de anjinhos no céu encomenda ao doutor?”¹⁸⁴.

Em meados do século XX, período de pesadas intervenções sanitárias nas cidades brasileiras, que contribuem para a diminuição dos índices de mortalidade, principalmente a infantil, a compensação espiritual pela morte da criança praticamente desaparece. As notícias sobre o falecimento delas tornam-se cada vez mais resumidas, sem os adjetivos e modelos textuais característicos da segunda metade do século XIX. A morte infantil, finalmente, assume o tom único de tragédia, característico da contemporaneidade¹⁸⁵.

1. 7. Apoio na hora derradeira: as irmandades

Existiam várias formas de garantir uma boa morte. Se associar a irmandades era uma delas. As irmandades católicas, organizações de caráter leigo, tinham como objetivos a prática da caridade e a assistência a pobres, doentes e desvalidos. Para fazer parte de uma, era necessário ser católico, geralmente maior de 21 anos, ter meios lícitos de subsistência e ser pessoa proba. Algumas tinham critérios raciais e censitários, aceitando apenas membros que atendessem requisitos como ser livre, liberto, branco ou escravizado. Além de promoverem o culto à religião católica e ao santo patrono, as irmandades garantiam que seus membros, pobres e indigentes fossem assistidos na hora da morte, tendo velório e enterro dignos. Funcionavam, dessa forma, como uma rede de apoio na hora derradeira.

Os membros da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, fundada em 1880 tendo como patrona Nossa Senhora da Assunção, tinham como obrigação, no tocante à morte, assistir os enterros dos irmãos falecidos, principalmente dos que fizessem parte da mesa administrativa¹⁸⁶. Esta última, quando da morte de um benfeitor da Santa Casa, deveria mandar executar um retrato seu, que seria fixado na sala de sessões da instituição, e mandar rezar uma missa por sua alma¹⁸⁷. Pensando no transporte dos cadáveres dos sócios e indigentes, a confraria informa em seu compromisso de 1880 que, assim que pudesse, compraria dois carros funerários, um de primeira classe, modesto e sem pompa, para os membros, e um de segunda classe, simples e sem decoração, para os indigentes. Mediante pagamento, eles poderiam ser utilizados para o transporte de outras pessoas¹⁸⁸. O mordomo destacado para cuidar da igreja e dos prédios da irmandade ficava

¹⁸⁴ Commercio do Amazonas, 1900. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁸⁵ PEDROSA, 2019, op. cit., p. 141.

¹⁸⁶ Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manáos. Manáos: Impresso na Typ. Do Commercio do Amazonas, 1880, pp.5-6. Centro de Documentação da Amazônia (CDMAM).

¹⁸⁷ Ibid., p. 16.

¹⁸⁸ Ibid., p. 49.

responsável pela conservação da capela do cemitério, bastante frequentada durante velórios e no Dia de Finados¹⁸⁹.

Em 1883 o compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia foi reformado. Os membros deveriam continuar a assistir o enterro dos irmãos falecidos, em especial dos da mesa administrativa. Os irmãos e irmãs sem condições financeiras tinham o direito a tratamento médico e cirúrgico no hospital da Santa Casa e, quando morressem, a um enterro decente, tendo sepulturas gratuitas dadas pela irmandade e recebendo uma missa por suas almas na capela do cemitério¹⁹⁰. Os benfeitores falecidos que deixaram um grande legado continuariam a ser retratados, com o quadro exposto na sala de sessões da casa e recebendo uma missa por alma. O capelão deveria acompanhar a irmandade em todos os atos religiosos, incluídos os enterros dos membros, dar confissão e sacramento aos moribundos e encomendar as almas dos falecidos e celebrar, todos os domingos, uma missa pelas almas dos irmãos falecidos¹⁹¹.

Na Irmandade do Glorioso São Benedito, fundada em 1862, assim como na da Santa Casa de Misericórdia, os irmãos eram obrigados a acompanhar os enterros de seus pares¹⁹². Três missas seriam celebradas na capela do cemitério pela alma de cada irmão falecido, sendo doze para os vivos anualmente¹⁹³. A irmandade teria um caixão para conduzir os cadáveres dos confrades, estando obrigada a acompanhá-los à sepultura. Os que não fossem irmãos mas quisessem utilizar o caixão e ser acompanhados pela irmandade poderiam usufruir desses serviços pelo valor de cinco mil réis¹⁹⁴.

Em 1859 assinala-se a fundação da Irmandade do Glorioso Mártir São Sebastião. Em compromisso de 1862, ficou estabelecido que ela era obrigada a acompanhar os irmãos falecidos à sepultura. Caso eles fossem pobres, deveria cuidar do hábito, esquife e sepultura. Junto do esquife seria utilizado um caixão para o transporte dos cadáveres daqueles que tiveram empregos na irmandade ou que tivessem feito doações à mesma¹⁹⁵.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi fundada em 23 de fevereiro de 1890, já no período republicano, tendo por finalidade o culto, honra e louvor ao Santíssimo Sacramento. Como nas demais confrarias, os irmãos tinham que acompanhar os irmãos falecidos no cemitério e celebrar missas. O Coronel Manoel Antônio Lessa, membro dessa irmandade, contou com a

¹⁸⁹ Ibid., p. 28.

¹⁹⁰ Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manáos. Manáos: Impresso na Typ. Do Commercio do Amazonas, 1883, p. 7. Centro de Documentação da Amazônia (CDMAM).

¹⁹¹ Ibid., pp. 43-44.

¹⁹² Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Cidade de Manáos, capital da Província do Amazonas. Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1882, p. 5. Centro de Documentação da Amazônia (CDMAM).

¹⁹³ Ibid., p. 8.

¹⁹⁴ Ibid., p. 8.

¹⁹⁵ Compromisso da Irmandade do Glorioso Martyr São Sebastião. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas, 1885, p. 6. Centro de Documentação da Amazônia (CDMAM).

participação dos irmãos em seu velório, que carregaram o seu caixão da sala até o coche fúnebre, e possivelmente acompanharam o enterro no Cemitério de São João Batista¹⁹⁶.

1. 8. O último adeus: o enterro

Feitas todas as cerimônias domésticas, era hora do morto ser levado ao cemitério. As famílias mais abastadas, segundo Reis, distribuíam cartas convites para o enterro¹⁹⁷. Em 1866 a tipografia do jornal *Amazonas* informava que “cartas de enterro apromptão-se a toda a hora do dia ou da noite”¹⁹⁸. A tipografia do periódico *Correio de Manáos* também trabalhava com cartas de enterro, conforme consta em anúncio de 1869. No *Diário de Manáos*, em 1894, podia ser encontrado “papel tarjado para cartas de enterro”¹⁹⁹. Para o funeral de Antônio Anastácio de Vasconcelos, em 1858, foram gastos 3,9 mil réis com “65 cartas de convite á 60 réis”²⁰⁰. Convites também eram publicados em jornais. Em 1897 João Vilhena d’Aquino e sua esposa convidavam “parentes e conhecidos, para acompanharem o enterro de sua filhinha Aditia”²⁰¹.

O corpo saía em cortejo da casa, igreja ou outro local onde foi velado. Carregado à mão ou em carro fúnebre, passava pelas principais ruas, contando com a participação de grande número de pessoas (centenas e milhares, no caso de mortos ilustres), tanto da família quanto conhecidos e estranhos, que faziam questão de unir-se ao ato. Hoje nos acostumamos com a rapidez do acompanhamento, anunciado apenas pela estridente sirene do carro funerário. Nossos antepassados desciam à sepultura com música, toque de sinos, discursos, honras, fogos de artifício e muito estilo.

Um dos nomes mais ilustres do Partido Liberal no Amazonas, Padre Manoel de Cupertino Salgado, faleceu em 1879. Como político e religioso, se opôs ao dogma da infalibilidade papal, abdicando da carreira religiosa. Em 1870 foi um dos membros fundadores da Sociedade Emancipadora Amazonense, organização abolicionista²⁰². Seu enterro teve enorme acompanhamento, tendo comparecido o Barão de Maracaju, presidente da Província, o chefe de Polícia, chefes de outras repartições, oficiais do exército e da flotilha, inúmeros funcionários públicos e pessoas do povo. O jornal *Amazonas* observou, no entanto, que “Nesse acto de caridade christã apenas não se viu um padre, um só ministro do Crucificado!”²⁰³. Mesmo nesses momentos de dor, as disputas político-ideológicas não arrefeciam, chegando mesmo a atingir seu ápice, como nesse caso, quando a presença de religiosos era de extrema importância.

¹⁹⁶ A Capital, 18/02/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁹⁷ REIS, 2022, op. cit.

¹⁹⁸ Amazonas, 31/10/1866, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

¹⁹⁹ Diário de Manáos, 21/01/1894, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁰⁰ Estrella do Amazonas, 03/11/1858, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁰¹ O Imparcial, 12/06/1897, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁰² Grãos Históricos. Jornal do Commercio, 14/02/1910, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁰³ Amazonas, 26/02/1879, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

O capitão e marceneiro Francisco Severiano Nunes morreu vítima de um ataque cardíaco em 19 de novembro de 1900. De origem humilde, foi aluno do Instituto dos Educandos Artífices, abrindo anos mais tarde uma oficina de marcenaria e uma escola, que mantinha com recursos próprios. Recebia pessoas humildes, lhes abrigando, ensinando o ofício e oferecendo educação básica. O *Commercio do Amazonas* noticiou que seu enterro foi grandemente movimentado. O féretro foi acompanhado por comissões das lojas maçônicas Conciliação, Amazonense e Rio Negro, e da Irmandade do Santíssimo Sacramento²⁰⁴.

Pantaleão José de Lima, aluno do Gymnasio Amazonense Dom Pedro II e jogador do Atlético Rio Negro Clube, faleceu em 13 de julho de 1921. Sua morte foi bastante sentida, pois era um jovem em início de carreira. O periódico *O Gymnasiano* relatou seu cortejo e enterro. O corpo saiu da Igreja dos Remédios em direção ao Cemitério de São João Batista, acompanhado por grande número de pessoas, sócios, torcedores do Atlético Rio Negro, “senhoras, senhorinhas e cavalheiros da nossa sociedade, da qual Panta era muito estimado”, bem como clubes e representantes do ginásio. Ao baixar a sepultura, discursaram Edgard de Castro, do Rio Negro Futebol Clube, Leopoldo Péres, do Nacional Futebol Clube, Rodrigues Dias, da União Sportiva, Osman Mendonça, do time do falecido, Leopoldo Neves, da União Acadêmica, Carlos Costa, da Federação Amazonense de Estudantes, e Luiz Costa, do Manáos Sporting²⁰⁵.

Os enterros da elite eram espetáculos revestidos de pompa. A pompa fúnebre pode ser entendida, conforme estudos da historiadora Adalgisa Arantes Campos, como um cortejo/procissão revestido de luxo e solenidade: “A pompa podia faltar durante a vida, mas era muito essencial no último momento da existência”²⁰⁶. Ricos e pobres gastavam o que podiam para ter cerimônias grandiosas. Os primeiros, obviamente, tinham todas as condições para transformar a morte em um acontecimento que seria comentado e lembrado por várias gerações.

Para esse estudo foram analisados os enterros de cinco membros desse grupo privilegiado, que em vida foram políticos, militares, juristas e intelectuais: major Silvério José Nery (1818-1878), Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), desembargador José Alves de Assunção Menezes (1864-1909), coronel Cyrillo Neves (1873-1912), Agésilau Pereira da Silva (1846-1913), coronel Rodolpho Índio de Maués (m. 1917) e Heliodoro Lima Balbi (1876-1918), cujas cinzas foram trasladadas para Manaus em 1928.

O major Silvério José Nery nasceu na Província do Pará em 1818, filho do capitão do Exército Marcelino José Nery e Maria Magdalena dos Prazeres. Segundo o historiador Roberto Mendonça, ele foi incluído no Exército em junho de 1836, durante a Cabanagem, atingindo o

²⁰⁴ Os mortos. *Commercio do Amazonas*, 20/11/1900, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁰⁵ Pantaleão de Lima. *O Gymnasiano*. 26/07/1921, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁰⁶ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – o século XVIII. *Revista do Departamento de História da UFMG*, n. 4, pp. 03-24, 1987, p. 05.

oficialato em agosto de 1853, sendo promovido a alferes²⁰⁷. Foi um militar de destaque na Província do Amazonas, onde contraiu matrimônio com Maria Antony. Do enlace nasceram 10 filhos, dos quais dois Governaram o Estado do Amazonas: Antônio Constantino Nery (1900-1904) e Silvério José Nery (1904-1908). Participe da Guerra do Paraguai, onde foi ferido e, por isso, reformado major em 30 de novembro de 1871, foi comandante da Guarda Policial da Província, nomeado em 19 de fevereiro de 1877, e Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, além de ter exercido diferentes comissões militares e ser membro do Diretório do Partido Liberal e da Loja Maçônica Esperança e Porvir. Conforme registrado no jornal *Amazonas*, faleceu em 27 de outubro de 1878, aos 60 anos, vítima de “terrível enfermidade”²⁰⁸.

Seu caixão foi carregado de sua residência até o Cemitério de São José por autoridades políticas, militares e empresários, a saber: O Barão de Maracajú, Chefe de Polícia; o 2º Vice-Presidente da Província; o Chefe da Flotilha; o Ajudante de Ordens do Comando das Armas; Secretários do mesmo comando e da flotilha; e empresários e conhecidos da família Nery. A ala esquerda do 3º Batalhão de Artilharia fez as continências e a banda de música tocou as marchas fúnebres. Franca Velloso, ajudante de ordens do Comando das Armas, ficou responsável pelo discurso. Ele descreveu o morto como um “Cidadão prestante, pae extremoso, esposo exemplar, dedicado amigo e brioso militar, manifestando sempre illibada conducta, na paz ou na guerra” e que “A veneração de todos, a gloria de seu nome, e uma historia cheia de virtudes eis o que honradamente lega á posteridade o major Silverio José Nery”²⁰⁹.

Percebe-se no discurso de Franca Velloso o objetivo de forjar, estabelecer e divulgar uma memória sobre Silverio José Nery, objetivo esse perceptível nos adjetivos utilizados, no destaque dado às virtudes e à sua importância como um membro caro à instituição do Exército. Estabelecida essa trajetória, ela deveria ser tida como exemplo por aqueles que quisessem seguir um caminho virtuoso. É recorrente a utilização das trajetórias de vidas de políticos, empresários e intelectuais como um recurso pedagógico, pois neles residiriam as principais virtudes que deveriam ser cultivadas com afincio pela sociedade da então Província do Amazonas.

Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900) foi governador do Amazonas de 2 de novembro de 1890 a 5 de maio de 1891 e de 27 de fevereiro de 1892 a 23 de julho de 1896. Foi o grande responsável pela transformação do Estado do Amazonas e, principalmente, da capital amazonense em fins do século XIX. Seguindo o exemplo do prefeito de Paris, Georges-Eugène Haussmann, operou grandes obras de urbanização em Manaus, muitas delas existentes até os dias de hoje, como

²⁰⁷ MENDONÇA, Roberto. **Comandantes-Gerais da PMAM – 2**. Blog do Coronel Roberto, 19/05/2014. Disponível em: <https://catadordepapeis.blogspot.com/2014/05/comandantes-gerais-da-pmam-2.html>. Acesso em 09/03/2023.

²⁰⁸ *Amazonas*, 30/10/1878, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁰⁹ O major Nery. Noticiário. *Amazonas*, 30/10/1878. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, a Ponte Benjamin Constant, os bairros da Cachoeirinha e Praça 14 de Janeiro, dentre outras.

Padecendo há tempos das faculdades mentais, o que fazia com que se consultasse frequentemente com médicos na Europa, faleceu em sua chácara, conhecida como *Chácara Pensador*, localizada na Estrada de Flores, cometendo suicídio na madrugada do dia 13 de outubro de 1900, sendo declarado morto na manhã de 14 de outubro. Tinha apenas 38 anos. Seu enterro foi um dos maiores já ocorridos no Amazonas, rivalizando apenas com um mais recente, o do também ex-governador Amazonino Armando Mendes. O historiador Mário Ypiranga Monteiro recuperou esse grande momento cívico:

Foi uma apoteose, ritual menos político do que espontâneo, que alvoroçou a população e levou-a em tumulto à distante Chácara Pensador. O governo pôs à disposição do público dez bondes sem ônus, que ficaram lotados e vieram deixar as centenas de passageiros na curva da via da Vila Municipal, ao lado do Cemitério de São João Batista. Além disso, a multidão que se comprimia nas cercanias da necrópole e de dentro só poderia explicar o grau de simpatia humana que aquele homem desfrutava²¹⁰.

Pode-se pensar, como disse Mário Ypiranga, que a quantidade de pessoas foi algo espontâneo e menos político, dado o reconhecimento que Eduardo Gonçalves possuía pelas obras que havia realizado em sua administração. No entanto, é inegável que os funerais e enterros cívicos, verdadeiros eventos, tornaram-se frequentes no período da República Velha, servindo como um artifício na construção dos valores republicanos. Continua Ypiranga, nos informando agora sobre as autoridades que compareceram:

Falaram à borda da campa os drs. Porfirio Nogueira, secretário do governo, pelo Estado; major Domingos Andrade, pela maçonaria; Alberto Leal, pela colônia portuguesa; Barbosa Lima, pelo jornal *Amazonas*; coronel Afonso de Carvalho, pelo Congresso de Representantes; Leonel Mota, em nome da loja maçônica Esperança e Porvir; e José dos Anjos Traíra, pelos operários²¹¹.

Quanto maior o número de autoridades e quanto maior fossem os cargos que ocupassem, maior o prestígio do falecido. Também era uma questão não só de respeito, mas de status, comparecer ao enterro de uma figura ilustre, figurar na lista dos presentes, frequentemente divulgadas nos periódicos locais. No enterro as pessoas viam e também eram vistas. O enterro de Eduardo Ribeiro foi a consagração de sua figura como personagem histórico, de grande estima popular e até hoje reverenciado. Um dos registros mais significativos que atestam sua popularidade

²¹⁰ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude e Modernidade: A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1990, p. 51.

²¹¹ *Ibid.*, p. 51.

foi realizado em 1923, durante uma romaria de membros da colônia maranhense ao Cemitério de São João Batista.

Figura 12 – Membros da colônia maranhense de Manaus ao redor do túmulo de Eduardo Gonçalves Ribeiro.



Fonte: Revista Fon-Fon, RJ, 01/09/1923.

José Alves de Assunção Menezes (1864-1909), natural de Recife, Pernambuco, nasceu em 15 de agosto de 1864, filho do comerciante major Manoel Alves de Menezes e Constantina Alves de Menezes. Fez seus primeiros estudos no Gymnasio Pernambucano, ingressando posteriormente na Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu a graduação em Direito. Veio para o Amazonas em 1887, ocupando diferentes cargos: promotor público e chefe de polícia da capital, juiz municipal e de direito das comarcas de Moura e Itacoatiara, procurador fiscal do Tesouro do Estado, Intendente Municipal de Manaus, secretário da Junta Comercial e professor. Foi membro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, das lojas maçônicas *Esperança e Porvir* e *Amazonas*, da *Sociedade São Vicente de Paulo*, da *Irmandade do Santíssimo Sacramento*, *Sociedade nº 10 da Confederação de Tiro*, do *Grêmio Cívico-Literário Martins Júnior* e do *Centro Pernambucano*. Seu último cargo foi de desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas, tendo falecido no exercício de sua presidência em 05 de novembro de 1909.

O corpo foi encomendado pelo Monsenhor Hypolito Costa, auxiliado pelo Padre Raymundo Oliveira e posto e carregado até um carro de primeira classe pelos desembargadores Raposo da Câmara e Jovino Maia e os coronéis Silvério Nery e José Maranhão. Seu cortejo fúnebre, acompanhado por 60 carros de praça e automóveis, passou pelas ruas Henrique Martins, Saldanha Marinho, Costa Azevedo, Praça de São Sebastião, José Clemente, avenida Eduardo Ribeiro, Municipal, recebendo nesta última honras militares, seguindo para a avenida Silvério Nery, estrada Dr. Moreira, Praça de São João e Boulevard Amazonas, chegando ao Cemitério de São João Batista. Discursaram na ocasião o desembargador aposentado Rego Monteiro, que falou em nome do Tribunal. Ele fez um panegírico sobre o falecido. Em seguida falou o professor Paulo Eleutherio, em nome do *Centro Pernambucano* e do *Instituto João de Deus*. Uma última fala foi feita pelo desembargador Paulino de Mello, que reafirmou o sentimento de tristeza que recaiu sobre o Tribunal de Justiça. O corpo foi sepultado na área reservada da Irmandade do Santíssimo Sacramento e sobre a sepultura foram depositadas inúmeras coroas de flores. Compareceram ao enterro pouco mais de 20 autoridades civis, militares, comerciantes e funcionários públicos. Foram representadas por comissões as seguintes instituições:

Corporação dos Advogados de Manáos, Escrivães do fôro, Sociedade de S. Vicente de Paulo, *Centro Pernambucano*, Irmandade do S. S. Sacramento, Santa Casa de Misericórdia, redações do Jornal do Commercio, *Amazonas* e *A Notícia*; Lojas maçônicas *Rio Negro*, *Conciliação* e *Amazonas*; *Gremio Cívico-Litterario Martins Júnior*, Associação Commercial, Corpo Consular, Magistraturas federal e estadual, Instituto João de Deus, Associações beneficentes, religiosas, etc., etc.²¹².

Em sinal de luto, foram realizadas reuniões no *Centro Pernambucano* e *Grêmio Martins Júnior*, cancelados os espetáculos públicos pelos empresários, encerrado o expediente nas repartições estaduais, municipais e fechado o Palácio da Justiça. Em diversos órgãos e associações, pavilhões foram postos a meio mastro.

²¹² Morto Illustre. Jornal do Commercio, 06/11/1909, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Figura 13 – O funeral dos poderosos. Exéquias do coronel Cyrillo Neves, preparadas pela empresa funerária de Neves & Corrêa em 1912.

EMPRESA FUNERARIA DE NEVES & CORRÊA
ARRABOADORES E COLCHOEIROS

Variado sortimento em coroas, palmas, capellas, etc.

Executa-se qualquer encomenda de bandeiras para vapores, clubs, associações, etc.

GRANDE DEPOSITO DE BANDEIRAS PARA ALUGUER

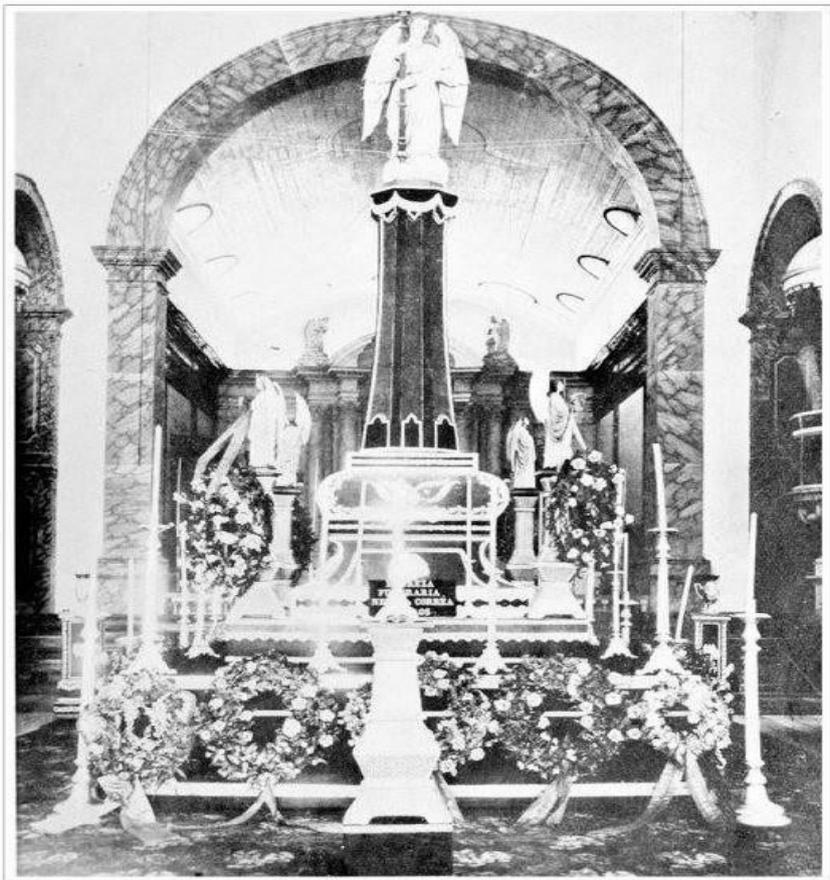
Esta casa fornece caixões gratis ás pessoas de reconhecida indigencia

COLCHOARIA
DEPOSITO PERMANENTE DE COLCHÕES E TRAVESEIROS

Secções de armador, colchoeiro, estufador, decorador e paramenteiro

TELEPHONES, 226 E 119

Rua da Instalação, 25 MANÁOS



Exequias do Sr. Coronel Cyrillo Neves, preparadas por esta casa, a qual tem sido encarregada dos maiores e mais pomposos funeraes de Manaos

Fonte: Anuário de Manáos (1913).

Cyrillo Neves (1873-1912), natural de Coari, no interior do Amazonas, foi militar e funcionário público do Estado desde fins do século XIX, passando por diferentes instituições da capital, chegando a ser Diretor de Contabilidade do Tesouro, cargo que ocupou até sua morte. Era descrito como um funcionário público exemplar, de conduta ilibada, sendo estimado por diferentes classes sociais da cidade.

Seu cortejo fúnebre foi acompanhado até o Cemitério de São João Batista por 89 carros de praça e 11 automóveis, sendo o coche fúnebre puxado por dois cavalos. O trajeto do cortejo foi descrito da seguinte forma pelo jornal Correio do Norte: “Por todo o trajecto que o prestito funebre

seguiu, aglomerava-se grande quantidade de gente que se descobria respeitosamente, notando-se em todos uma profunda dôr²¹³. Chegando ao portão do cemitério, seu caixão foi carregado pelo Governador do Estado, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, o Desembargador Raposo da Câmara, Gentil Bittencourt e Carlos Machado. Discursaram sobre sua sepultura Dejard de Mendonça, representante do jornal Correio do Norte, Nilo Faria e Souza pela Escola Universitária e João Batista de Faria e Souza pelos funcionários da Recebedoria. Compareceram ao enterro mais de 120 pessoas²¹⁴.

O advogado piauiense Agesilau Pereira da Silva (1846-1913) foi presidente da Província do Amazonas entre 1877 e 1878. Era membro de família tradicional e influente da Província do Piauí, deixando também uma larga descendência no Amazonas. Seu enterro foi um verdadeiro espetáculo. O *Jornal do Commercio* o descreveu como uma apoteose:

O enterro do illustre politico doutros tempos teve o cunho soberbo de uma apotheose consagrada, toda ella moldada na manifestação de um cultural sentimento affectivo, que bem significou as ultimas perolas de sua corôa de gloria. Dahi a innumeravel quantidade de representantes de todas as classes que, em romaria, lhe visitaram os despojos durante a noite de ante-hontem e o dia de hontem, e aquella intermina legião, de amigos e admiradores que o acompanharam á última moradia e assistiram, com os olhos em lagrimas, descer o seu corpo ao seio da Grande Mãe²¹⁵.

O corpo foi levado ao Cemitério de São João Batista em um cortejo formado por cerca de 70 veículos, entre carros particulares e de aluguel, além de grande massa popular. Acompanharam o caixão Jonathas Pedrosa, Governador do Estado; Jorge de Moraes, Superintendente Municipal; João Lopes Pereira, Chefe de Polícia; Solon Pinheiro, advogado; José Claudio de Mesquita, Comendador; e Albino Araujo, Comendador. Colocado o caixão na sepultura, foram realizadas as encomendações cristãs. O Desembargador Souza Rubim fez seu panegírico, seguindo-se as falas de Paulo Eleutherio e Pedro Regalado Baptista. Como sempre ocorre nessas ocasiões, o enterro contou com um grande número de autoridades civis, militares e empresários, totalizando mais de 40. O *Jornal do Commercio* reproduziu uma foto do seu carro fúnebre, ricamente ornamentado com flores, sendo possível ver alguns populares nas proximidades.

²¹³ Coronel Cyrillo Neves. A sua morte. Correio do Norte, 22/06/1912. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²¹⁴ Ibid, 22/06/1912.

²¹⁵ Baixou hontem á sepultura o corpo do dr. Agesislau Pereira da Silva – O feretro teve um acompanhamento de setenta vehiculos, entre carros e automoveis. Jornal do Commercio, 28/01/1913. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Figura 14 – Carro fúnebre de Agesilau Pereira da Silva.



Fonte: Jornal do Commercio, 28/01/1913.

O enterro do Deputado Estadual Cel. Rodolpho Índio de Maués foi mais dramático, dada a forma como faleceu: assassinado a tiros no Café 31 de Janeiro, na avenida Eduardo Ribeiro, por José Arimathea Siqueira Cavalcante. Rodolpho Índio de Maués, em 1914, violou sexualmente a esposa de José Arimathea. Por três anos Arimathea tramou sua vingança e, no dia 13 de agosto de 1917, aguardou Índio de Maués no Café, lugar que sempre frequentava, o alvejando com 6 tiros. O crime também teve motivações políticas, pois a família Arimathea queria o domínio político do município de Maués e conseguir uma vaga na Assembleia Legislativa do Amazonas.

O caixão foi acompanhado até o carro fúnebre por Hamilton Mourão, Secretário do Governo; Virgílio Ramos, médico e Deputado Estadual; Alcântara Bacellar, Governador; Ayres de Almeida, Superintendente Municipal; Alfredo da Matta, médico e Presidente da Assembleia Legislativa do Estado; e Raposo da Câmara, Desembargador. Além da presença dessas autoridades, dava o tom cívico a música da Força Policial. O cortejo fúnebre saiu de sua casa na Avenida 13 de Maio (atual Getúlio Vargas), acompanhado por vários carros particulares e de aluguel (39 de acordo com o *Jornal do Commercio*²¹⁶), bem como inúmeros populares. O discurso ficou a cargo de Regalado Baptista.

²¹⁶ O Crime da Avenida. O assassino faz declarações. O enterro da vítima – Diversas notas. *Jornal do Commercio*, 15/08/1917. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

A quantidade de autoridades civis, militares e empresários que estiveram presentes no cemitério foi de mais de 90. O registro fotográfico presente na matéria do jornal *A Capital*, produzido pela Photographia Allemã, dá uma dimensão da quantidade de pessoas que estiveram no cemitério naquele dia. Os articulistas desse jornal afirmaram que “O enterro da victima, hontem realizado, pelas 9 horas, foi demonstração eloquente de quanto era bemquisto o inditoso deputado, cobardemente roubado aos affectos de sua família, á estima dos amigos e aos serviços que prestava ao seu Estado”²¹⁷.

Figura 15 – Enterro de Rodolpho Índio de Maués.



Fonte: Jornal A Capital, 15/08/1917.

Heliodoro Nery de Lima Balbi (1876-1918), nascido em Manaus, foi advogado, jornalista, professor, poeta e membro fundador da Academia Amazonense de Letras, deixando larga produção em periódicos amazonenses. Faleceu no Rio Branco-AC, vítima da Gripe Espanhola.

Passados 10 anos de sua morte, o Governo do Estado do Amazonas, em colaboração com o Governo do Acre, decidiu transladar suas cinzas para a capital amazonense. Elas chegaram a

²¹⁷ Tarde sangrenta. O enterro do deputado Índio de Maués. Atitude da Assembléa Legislativa. Homenagens funebres. Depoimento do criminoso. Sua transferencia para o Quartel da Força Policial. Varias Notas. Jornal A Capital, 15/08/1917. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Manaus no dia 25 de fevereiro, sendo recebidas com panegírico feito pelo professor Coriolano Durand e benzidas pelo Padre Annanias Camara. Foi realizado um cortejo a pé até a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, sendo a urna, coberta com a bandeira do Acre, carregada por Aristóteles de Mello, Leopoldo Péres, Lopes de Aguiar e Adriano Jorge. Na Igreja foi rezado o *libera-me*, e a urna coberta com a bandeira do Amazonas e posta em um carro fúnebre. Formou-se um cortejo que seguiu em direção ao Cemitério de São João Batista. Ela foi depositada na capela, onde permaneceu até o dia 06 de março, quando foi realizado o enterro. Nela foram deixadas corôas com os seguintes dizeres:

O governo do Território do Acre, ao dr. Heliodoro Balbi; Ao illustre amazonense dr. Heliodoro Balbi, o governo do estado do Amazonas; A prefeitura de Manáos, ao dr. Heliodoro Balbi; Recordações das famílias Balbi e Carreira; Ao inolvidável mestre, homenagem do Centro Academico de Manáos; Homenagem de Bento Brasil e família²¹⁸.

No dia 06 de março, às 16 horas, teve início a cerimônia de sepultamento, com a execução das marchas fúnebres feitas pela Banda de Música da Força Policial do Estado. A urna foi retirada da capela pelo Governador Ephigênio Ferreira Salles; Lopes de Aguiar, Vice-Governador do Acre; Araújo Lima, Prefeito de Manaus; e Adriano Jorge, Presidente da Academia Amazonense de Letras e Deputado Estadual. Adriano Jorge realizou um comovente discurso, seguido por oração de Lopes de Aguiar. A urna foi depositada na sepultura onde já estavam os restos mortais de Emília Vinhas Balbi, esposa do falecido.

O *Jornal do Commercio* registrou, além do governador do Estado do Amazonas, do prefeito de Manaus, do presidente da Academia Amazonense de Letras e do vice-governador do Acre, a presença de outras autoridades civis, militares e de famílias da alta sociedade, como Monteiro de Souza, presidente da Assembleia Legislativa; Raymundo Nogueira, chefe de polícia; Benjamin Lima e João Leda, da Academia Amazonense de Letras; Raul Machado e Silva, procurador da república; Agostinho Cezar de Oliveira, da Associação Comercial do Amazonas; e as famílias de João Tavares Carreira, Ricardo Amorim, Agnello Bittencourt, Adelino Costa, Aguiar, Vinhas e Rubim²¹⁹. No total estiveram presentes mais de 60 pessoas.

O historiador João Felipe Gonçalves, que estudou a construção fúnebre de heróis nacionais da Primeira República, com ênfase no Rio de Janeiro e na figura de Rui Barbosa, identificou características comuns nos funerais e enterros cívicos realizados no período da República Velha. São elas:

Longos cortejos com uma rígida ordem hierárquica, a assistência de numerosos populares e a participação de autoridades e pessoas de destaque [...] são os traços

²¹⁸ Heliodoro Balbi. As cerimonias da trasladação das cinzas desse amazonense illustre. *Jornal do Commercio*, 26/02/1928, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²¹⁹ *Jornal do Commercio*, 07/03/1928, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

mais evidentes. Com maior ou menor concorrência, mas sempre com grande pompa, repetiam-se em todos os casos os luxuosos carros fúnebres, os carros com figuras importantes, as bandas militares tocando marchas fúnebres, os tiros de canhão dos navios e fortalezas, os batalhões militares em trajes de honra, os postes cobertos de crepe negro e as ruas repletas de populares²²⁰.

Tais características são encontradas nos enterros cívicos realizados em Manaus entre os séculos XIX e XX. Antes mesmo, no período imperial, eles já ocorriam com um fim de valorização dos símbolos nacionais. “Todos eram "insignes mortos", seus despojos eram sempre *venerandos* ou *excelsos* [...]. Suas mortes eram sempre descritas como *catástrofes*”²²¹. Os cemitérios de São José e de São João Batista, em Manaus, tornaram-se palcos para a realização de grandes espetáculos fúnebres, espetáculos esses em que eram construídas as memórias de militares, políticos e intelectuais.

Em 1932 o historiador Arthur Cézár Ferreira Reis, em texto publicado na *Revista Redenção* no Dia de Finados, no qual discorre brevemente sobre Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), Frederico José de Sant’Ana Nery (1848-1901) e Clementino José Pereira Guimarães (1828-1906), vultos da História amazonense sepultados no Cemitério de São João Batista, fez o seguinte questionamento que vai ao encontro com a ideia de culto aos símbolos da nação: “Porque os moços, que desejam lições no passado, não lhes estudam as vidas. E no dia de hoje, não lhes vão á necropole, numa visitação comovedora e a denotar que já se forma um espírito nosso, voltado para o que é do patrimonio amazonense?”²²². O Cemitério, além de local de descanso, é, em sua gênese nas sociedades da segunda metade do século XIX e início do século XX, um espaço pedagógico, ondes as trajetórias dos grandes vultos são construídas para servir de exemplo para a posteridade.

Se os enterros anteriores eram verdadeiros espetáculos a céu aberto, os dos indigentes eram tristes. Os jornais não mencionam qualquer tipo de acompanhamento. Sozinhos no mundo, findavam seus dias como mais um número, sepultados em cova rasa e provisória, na maioria das vezes sem qualquer tipo de identificação (e por isso destituídos de identidade) e engrossando as estatísticas fúnebres nas seções *obituário*, *os mortos* e *necrologia*. Assim terminaram seus dias o africano livre Peregrino, enterrado às expensas do tesouro provincial em 1862²²³; o alfaiate Inácio da Costa Barriga em 1878²²⁴; Francisca Maria em 1899²²⁵; e Raymundo Pereira de Sousa, em 1904²²⁶. Encontrava algum tipo de solidariedade apenas no Dia de Finados, quando ocorria uma encomendação geral pelas almas dos mortos.

²²⁰ GONÇALVES, João Felipe. **Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República**. In: Estudos Históricos. Vol. 14, nº25, p. 135-161, 2000, p. 149.

²²¹ *Ibid.*, p. 150.

²²² REIS, Arthur Cézár Ferreira. Os que não morrem na gratidão dos amazonidas. **Revista Redenção**, suplemento do dia 02 de novembro de 1932. Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA.

²²³ Estrella do Amazonas, 18/06/1862, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²²⁴ Amazonas, 04/08/1878, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²²⁵ A Federação, 30/04/1899, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²²⁶ Jornal do Commercio, 16/02/1904, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

1. 9. Enfrentando a dor: o luto e as missas

Após a despedida do morto, instalava-se o luto. Essa palavra tem origem no latim *luctus*, que significa aflição, lamento, lástima, dor, mágoa e pesar²²⁷. Os pesquisadores Janaína Teles e Antônio de Pádua Fernandes Bueno afirmam que ela também deriva de *lutam*, uma espécie de argamassa que era utilizada para vedar frestas e rachaduras. Dessa forma, o luto seria um sentimento que tem como objetivos obstruir e minorar o trauma da morte, entendida como uma ruptura na vida cotidiana²²⁸. João José Reis mostra que existiu no Brasil colonial uma legislação sobre o luto, que determinava seis meses para companheiros, pais, avós, bisavós, filhos, netos e bisnetos, quatro meses para cunhados, genros, noras, sogros, sogras, irmãos e cunhados, dois meses para tios, primos, sobrinhos e irmãos “apenas por parte de pai ou mãe”, e quinze dias para parentes distantes²²⁹. Quem estendesse o luto por mais de seis meses estava sujeito a condenação de dois anos de degredo. Reis pontua que “No século XIX, sobretudo no Brasil imperial, essas regras provavelmente estavam em desuso, se é que foram algum dia seguidas com rigor”²³⁰.

A primeira coisa a ser fazer, explicam Reis e Maranhão, era apagar os sinais da morte. A casa era varrida e a poeira eliminada pela porta da frente, “que permanecia semicerrada como sinal de luto e para facilitar a saída da alma do morto, caso ainda por ali rondasse”²³¹. Suas roupas e o colchão eram queimados. Portas e janelas, em algumas tradições, eram fechadas para que não retornasse. Espelhos eram cobertos e os relógios eram paralisados²³². Para evitar que ele viesse perturbar os vivos, já não era mais chamado pelo nome, mas sim de defunto, falecido ou finado. Câmara Cascudo afirma que essa “É uma reminiscência viva do poder mágico e evocador do nome, susceptível de fazer retornar ao convívio humano o desaparecido”²³³. É corrente entre nós a frase ‘as palavras têm poder’.

Algo parecido se passava na Manaus de outrora. Jefferson Péres relata que os familiares se trancavam em casa, fechando portas e janelas, saindo apenas para a missa de 7º dia e para resolver questões tidas como essenciais. Em sinal de respeito, a residência ficava mergulhada em silêncio. O luto fechado, de seis meses, era guardado por parentes próximos, viúvos, pais e filhos, que não compareciam em hipótese alguma a reuniões e casas de diversão. Inclusive, veremos a seguir que algumas mulheres seguiam o luto pelo resto da vida. Depois vinha o luto aliviado, quando

²²⁷ Significado de Luto. Dicio – Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/luto/>. Acesso em 29/06/2023.

²²⁸ TELES, Janaína; BUENO, Antônio de Pádua Fernandes. O Luto. In: DILLMANN, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do. **Guia Didático e Histórico de verbetes sobre a morte e o morrer**. Porto Alegre: Casalettras, 2022, p. 174.

²²⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 189.

²³⁰ *Ibid*, p. 189.

²³¹ *Ibid*, p. 188.

²³² MARANHÃO, 1985, op. cit., p. 08.

²³³ CASCUDO, s. d., op. cit., p. 344.

“permitia-se a ida ao cinema, mas não a festas”. O descumprimento desta convenção social acarretava, em alguns casos, o rompimento de relações familiares, como registrou Péres:

Conheci um caso, pelo menos, de pessoa de grande projeção social, que, por ocasião da morte do pai, rompeu relações com o primo, ao saber que o mesmo não apenas não colocou luto pela morte do tio, como ainda ousou comparecer à missa de 7.º dia usando uma reluzente gravata vermelha. Considerou-se afrontado, porque naquela época nem mesmo a um estranho se permitia participar de um serviço fúnebre usando roupa ou acessório de cor berrante. Em se tratando de um primo, então, era simplesmente imperdoável²³⁴.

Nesse período lutuoso o guarda-roupas era modificado. As cores tradicionais do luto são o preto, o branco e o cinza, ambas associadas, de acordo com a psicóloga e cientista social alemã Eva Heller, ao Cristianismo: “na simbologia cromática cristã, o preto é a tristeza pela morte terrena; o cinza simboliza o juízo final e o branco é a cor da ressurreição. Por isso a cor dos trajes dos que estão enlutados é o preto”²³⁵. O preto remete às trevas, à escuridão e ao sono profundo. O cinza, usado durante o luto aliviado, seria uma referência ao manto utilizado por Jesus Cristo durante o Juízo Final em algumas representações medievais²³⁶. O branco, também utilizado no luto aliviado, remete ao Santo Sudário e à esperança na ressurreição.

Por volta de 1858 João Marcelino Taveira Pau Brazil informava ter para vender “meios adereços pretos próprios para luto”²³⁷. No comércio de Mesquita & Irmãos eram vendidas em 1868 “chitas para luto pezado e aliviado”²³⁸. Na afamada *Ville de Paris*, de José Joaquim Ribeiro Couto, poderiam ser encontrados “leques de madeira preta próprio para luto”²³⁹ e chita preta para luto aliviado. Joaquim José da Silva Pingarilho, em 1872, tinha um rico sortimento de botinas lisas e enfeitadas para senhoras, “e entre ellas algumas para luto que se tornão recomendaveis para a quaresma”²⁴⁰. Para o Dia de Finados de 1881 a *Loja Brinquinho* tinha para luto “fichús pretos de seda e chapéos pretos enfeitados, para senhora”²⁴¹. A modista francesa Madame Marie, com casa na rua Municipal, vendia em 1918 “crepes e chapéos para luto”²⁴². Próximo do fim de outubro daquele ano, a *Loja do Jacintho* anunciava grande sortimento de fazendas pretas, “gorgorinas, sedas, merinós, pongé e tudo que é necessário para luto”²⁴³. Quem não tivesse condições para comprar

²³⁴ PÉRES, 2002, op. cit., pp. 52-53.

²³⁵ HELLER, Eva. **A Psicologia das cores – Como as cores afetam a emoção e a razão**. Trad. de Maria Lúcia Lopes da Silva. São Paulo: Gustavo Gili, 2013, p. 236.

²³⁶ Porto Editora – cinzento (simbologia). Disponível em: [https://www.infopedia.pt/bom-portugues/duvidas-da-lingua/\\$cinzento-\(simbologia\)](https://www.infopedia.pt/bom-portugues/duvidas-da-lingua/$cinzento-(simbologia)). Acesso em 16/07/2023.

²³⁷ Estrella do Amazonas, 17/11/1858, p. 06. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²³⁸ Amazonas, 30/05/1868, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²³⁹ O Cathéchista, 15/01/1870, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁴⁰ Commercio do Amazonas, 27/04/1872, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁴¹ Amazonas, 21/10/1881, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁴² A Capital, 13/03/1918, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁴³ A Capital, 20/10/1918, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

roupas novas poderia tingir as que tivesse na *Tinturaria Ypiranga*, que garantia entrega em até 24 horas²⁴⁴.

Jefferson Péres conta que no luto fechado os manauaras utilizavam roupas pretas e, durante o luto aliviado, as mulheres usavam vestido preto e branco, “e os homens de braçadeira negra ou fumo na lapela ou no bolso da camisa”²⁴⁵. Vejamos agora como o luto, em alguns casos, acompanhava as pessoas (principalmente as mulheres) pelo resto da vida. As fotografias a seguir, do início do século XX, foram cedidas por Eros Augusto Pereira da Silva, membro de uma das famílias mais antigas da cidade. Na primeira, de meado de 1913-1920, vemos sua trisavó, Adelaide Cândida Machado da Silva, viúva de Agesilau Pereira da Silva, advogado e ex-presidente da Província do Amazonas falecido em 1913, guardando luto pelo marido. Uma típica fotografia do início do século XX, com a matriarca vestida à maneira da Rainha Vitória do Reino Unido que, após a morte de seu marido, Alberto de Saxe-Coburgo-Gota, Príncipe Consorte do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, em 1861, guardou luto por toda a vida, tornando-se, no Ocidente, símbolo da viúva exemplar²⁴⁶.

²⁴⁴ Jornal do Commercio, 15/04/1923, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁴⁵ PÉRES, 2002, op. cit., p. 52.

²⁴⁶ SCHMITT, Juliana Luiza de Melo. A dor manifesta: vestuário de luto no século XIX. **dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 76–80, 2009, p. 79. De acordo com a autora, existem indícios de que o preto é utilizado como cor do luto desde a Grécia Antiga, mas seu uso ganha uma nova dimensão apenas no século XIX, quando são elaborados códigos de vestimenta e de tempo do luto, difundidos através de revistas e almanaques. Cf. SCHMITT, Juliana Luiza de Melo. Vestuário e comportamento de luto no Brasil oitocentista. **13º Colóquio de Moda**, UNESP BAURU – SP, 2017.

Figura 16 – Adelaide Cândida Machado da Silva, à esquerda, guardando luto pelo marido. Cerca 1913-1920.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

A próxima fotografia, de 1934/1935, mostra Raul Pereira da Silva, Aleth Pereira da Silva Almeida, Eros Pereira da Silva e Adyr Lago Pereira da Silva, filhos de Carlos Pereira da Silva, falecido em 1931, guardando luto pelo pai. A foto seguinte é de Eros Pereira da Silva, aos quatro anos de idade, em 1932, realizando a 1º Comunhão, trajando preto no primeiro ano de luto pela morte do genitor. Percebe-se que as roupas utilizadas pelas crianças tinham cores mais leves, diferente da rigidez das dos adultos. Essa era uma recomendação que vinha do século XIX²⁴⁷.

²⁴⁷ SCHMITT, Juliana Luiza de Melo. A dor manifesta: vestuário de luto no século XIX. **dObra [s] revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. I.], v. 3, n. 5, p. 76-80, 2009, p. 78.

Figura 17 – Os filhos de Carlos Pereira da Silva guardando luto pelo pai. Fotos de 1934/1935 e 1932.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

Em seguida, temos uma sequência de fotografias de sua avó, Ida Lago Pereira da Silva, vestindo preto em sinal de luto pelo marido, o supracitado Carlos Pereira da Silva, falecido em 1931. A primeira é de 1933, a segunda de 1934, as duas seguintes de 1935 e 1950, a penúltima de 1975 e a última de 1983. Eros explica que na foto de 1934 o luto é triplo: pelo já citado marido, pelo irmão Newton Pereira do Lago, assassinado em abril de 1933, e pelo pai, Aureliano Emiliano Leopoldino Pereira do Lago, falecido em dezembro de 1933. Na de 1935, em que aparece na companhia da família, é a única que se destaca pela cor da roupa, em meio aos trajes brancos dos outros retratados. Ida faleceu em Manaus em 1989, aos 92 anos e, de acordo com seu neto, guardou luto até o último dia. Foram incríveis 58 anos que demonstram a persistência de certas convenções sociais relativas à morte.

Figura 18 – Ida Lago Pereira da Silva com seus filhos. Foto de 1933.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

Figura 19 – Ida Lago Pereira da Silva, sua mãe e irmã. Foto de 1934.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

Figura 20 – Ida Lago Pereira da Silva ladeada pelos dois filhos, em 1935.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

Figura 21 – Ida Lago Pereira da Silva, em destaque, na companhia da família. Foto de 1935.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

Figura 22 – Ida Lago Pereira da Silva em 1950, aos 53 anos, ao lado da neta Lídice.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

A foto de 1975, feita durante um casamento, chama bastante a atenção. Ida já estava com 78 anos, e já havia passado, há décadas, pela fase do luto fechado ou pesado. O luto aliviado permitia que ela utilizasse roupas mais leves, combinando o preto com o branco e podendo frequentar certos eventos sociais. No entanto, ela preferiu ir de preto, reforçando o respeito que tinha pelo falecido cônjuge. Eros conta que sua avó era uma católica fervorosa, e que até chegava a utilizar alguma roupa mais clara, mas sempre com alguma parte da cor preta.

Figura 23 – Ida Lago Pereira da Silva durante casamento realizado em 1975.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

Na última fotografia, de 1983, vemos Ida ao lado de seu neto, Eros. Ela aparece usando uma roupa mais leve, mas, ainda assim, de cor preta. Nascida no final do século XIX, era possivelmente, àquela altura, uma das últimas pessoas a conservar tão antiga prática em Manaus.

Figura 24 – Um dos últimos registros de Ida Lago Pereira da Silva.



Fonte: Acervo de Eros Augusto Pereira da Silva.

Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, lemos que as orações pelos mortos eram “cousa santa, louvável”, pois os ajudavam no processo de purificação no Purgatório, abreviando a penosa estadia e os levando ao Paraíso²⁴⁸. Só iam para esse “além intermédio” aqueles que cometeram pecados veniais, isto é, leves e por isso perdoáveis²⁴⁹. Pecados mortais (blasfêmia, adultério, homicídio, inveja etc) não confessados e não perdoados em vida levavam ao Inferno e, conseqüentemente, à morte eterna. Eram realizadas missas de corpo presente, cotidianas, de sétimo dia, de um mês e de aniversário de falecimento. Os membros da elite chegavam a pedir em seus testamentos centenas e milhares de missas.

Na *Tabella dos Benesses e Emolumentos do Bispado do Pará, compreendendo a Provincia do Amazonas, mandada organizar pelo Exm. Bispo Diocesano, na forma do seu officio de 10 de Julho (1858)*²⁵⁰, encontramos os valores dos acompanhamentos, encomendações e missas rezadas

²⁴⁸ VIDE, 2011, op. cit., p. 293.

²⁴⁹ LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. 2º Ed. Lisboa (PT): Editorial Estampa, 1995, p. 18-19.

²⁵⁰ Estrella do Amazonas, 10/11/1859, p. 03-04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

por párocos e sacerdotes. A encomendação de adulto e criança rezada na Matriz era gratuita. Uma simples, na casa do falecido, custava 1 mil réis. Caso fosse cantada, saia por 2 mil. O acompanhamento do pároco ao cemitério custava 2 mil réis e o dobro se fosse de noite. A encomendação rezada no cemitério era 1 mil réis, o dobro se fosse cantada. O ofício na sepultura custava 3 mil réis e um memento cantado 1 mil. O acompanhamento de adulto ou criança, de dia, custava 5 mil réis e, de noite, 10 mil.

A esmola da missa rezada por sacerdotes custava 1 mil réis. As de corpo presente, terceiro dia, sétimo dia, um mês e aniversário de falecimento custava 2 mil réis cada. A encomendação de adulto ou criança, incluindo o acompanhamento ao cemitério, custava 1 réis, 2 mil caso fosse de noite. O ofício na sepultura era 2 mil, e um memento custava 600 réis. A regência de Vésperas por sub chantres ou regentes das cantorias custava 200 réis para a encomendação de adulto ou criança e 600 para ofício na sepultura. A presença de sacristães com a Cruz Paroquial nos enterros saia a 1 mil réis, 2 mil de noite. O acompanhamento era 2 mil, 4 mil de noite. Os acólitos (assistentes) recebiam 800 réis para levar a caldeirinha de água benta aos enterros. Aos fábricas da Igreja seriam pagos 1800 réis por ofício aos defuntos e 400 réis por missa no enterro. O dobre fúnebre, com os sinos maiores, custava 5 mil réis, custando 1600 com os menores. Cada repique dado no enterro de criança custava 1600 réis.

Figura 25 – Convite para a missa fúnebre do professor Gustavo Lisboa. Destaque para a arte com o desenho de símbolos clássicos da morte: o crânio, a cruz e o livro da vida.



Fonte: A Província, 20/07/1885, p. 04.

Encontramos nos jornais inúmeros convites para missas, referidas como “actos de piedade christã”. Benedito José de Barros contratou em 1864 duas missas pelas almas de dois amigos na Capela do Cemitério de São José, uma pelo coronel José Carlos da Câmara, falecido em Manaus em 1862, e outra pelo major José Muniz Tavares, falecido em Pernambuco²⁵¹. Em 1867 a família de Josefa Maria de Araújo, falecida em Belém-PA, mandou celebrar uma missa por sua alma na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios²⁵².

Manoel Pereira Gonçalves mandou rezar na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1888, uma missa pela alma de sua cunhada Bazília Pereira de Moraes²⁵³. As missas de políticos, comendadores, militares e dignitários eram grandiosas e movimentadas. A realizada para o capitão Veríssimo José dos Santos Lima, em 1860, contou com a presença dos nomes mais proeminentes da capital:

Senr.es – Esta numerosa reunião em que sobresaem os mais notaveis cidadãos, em que se divisão os homens mais grados da Capital e os bravos ornamentos do nosso

²⁵¹ O Catechista, 03/12/1864, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁵² Jornal do Rio Negro, 10/12/1867, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁵³ A Província do Amazonas, 07/03/1888, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

exercito, he a mais eloquente expressão, he o mais persuasivo documento do merito d'aquelle por cujo descanço eterno acaba o Sacerdote de consumir o sacrificio do Deus Vivo²⁵⁴.

A missa pela alma do coronel Manoel Lourenço de Mattos, pai de João Wilkens de Mattos, presidente da Província do Amazonas, falecido em Belém-PA, foi, nas palavras do *Correio de Manáos*, o “acto funebre mais pomposo e concorrido que se tem visto n’esta provincia”. A Igreja Matriz foi ricamente paramentada pelo armador Emílio Bastos. As arcadas foram decoradas com lustrim preto, e no centro do templo foi colocada uma essa (caixão vazio) com uma cruz. Ele estava circundado por quatro colunas presas com galões dourados de onde pendiam cortinas de crepe, nas quais constavam as iniciais de seu nome, ornadas com desenhos de uma caveira e uma ampulheta.

O officio teve início às sete horas da manhã, contando com músicas fúnebres interpretadas pelos alunos do Instituto dos Educandos Artífices. A cerimônia foi bastante concorrida, contando com a presença de inúmeros populares, que lotaram o templo. O *Correio de Mandos* registrou que “Estiveram presentes os empregados de todas as repartições, a officialidade que existe na Capital, o corpo do commercio e muitos artistas e operários”²⁵⁵.

O capitão-tenente Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso agradeceu em 1861 pelas páginas do *Estrella do Amazonas* a “todos os Senr.es que lhe fizerão o favor de assistir a missa que mandou celebrar pelo repouzo eterno do seu particular amigo o Capitão Tenente Joaquim Salomé Ramos de Azevedo”²⁵⁶. Um ano depois agradeceu aos que estiveram presentes na missa de seu irmão Caetano José Cardoso²⁵⁷. Essas cerimônias também reforçavam laços comunitários. Os empregados da Alfândega de Manaus mandaram celebrar, em 1887, uma missa com *libera-me* pela alma do colega Alfredo Pelegrino Castello Branco²⁵⁸. Em seu testamento, redigido em 1938, a senhora Amélia Ramalho dos Santos Silva Braga solicitou as seguintes missas:

Cincoenta por sua alma; trinta por alma de seu falecido marido; vinte por alma de seu pai; vinte por alma de seu avô materno José Cardoso Ramalho; trinta por alma de seus filhos Guilherme dos Santos Barbosa, Maria Barboza de Lima e Eugenia Barboza da Silva; cinco por alma de seu irmão Guilherme e cinco por alma de seus parentes, devendo todas ser rezadas durante o ano seguinte ao do seu falecimento²⁵⁹.

As missas eram um alívio para a alma e uma importante fonte de arrecadação para as igrejas, que até a Proclamação da República administravam os cemitérios. Ela, de certa forma, se assenhoreava das almas de seus fieis e tinha um negócio extremamente lucrativo.

²⁵⁴ *Estrella do Amazonas*, 18/01/1860, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁵⁵ *Correio de Manáos*, 26/10/1869, p.01-02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁵⁶ *Estrella do Amazonas*, 29/06/1861, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁵⁷ *Estrella do Amazonas*, 15/01/1862, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁵⁸ *Jornal do Amazonas*, 24/05/1887, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

²⁵⁹ Registro de Testamentos. Arquivo Público do Estado do Amazonas, p. 15.

Figura 26 – Missa de 7º Dia realizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Revista Redenção, março de 1926.

1. 10. A morte era uma festa

Até aqui, através dos trabalhos de João José Reis²⁶⁰, Claudia Rodrigues²⁶¹, Luís da Câmara Cascudo²⁶², Sheila de Castro Faria²⁶³ e José Luiz de Souza Maranhão²⁶⁴ e das fontes analisadas, é perceptível que a morte, no Brasil de antanho, era encarada de frente e era uma verdadeira festa, um espetáculo barroco vivido entre a esfera privada e a pública, esta última predominando sobre a primeira.

Qual o sentido da pompa fúnebre? Porque nossos antepassados dispendiam somas vultosas com caixões luxuosos, paramentação, jazigos monumentais, fogos, bandas de música etc? A morte é um momento de afirmação das diferenças²⁶⁵, e a busca pela diferenciação, lemos em Eclesiastes, é uma marca da vaidade: “Vaidade de vaidades, diz o pregador, vaidade de vaidades! Tudo é

²⁶⁰ REIS, 1991, 2022, op. cit.

²⁶¹ RODRIGUES, 2005, op. cit.

²⁶² CASCUDO, s. d., 2013, op. cit;

²⁶³ FARIA, 1999, op. cit.

²⁶⁴ MARANHÃO, 1985, op. cit.

²⁶⁵ CRUZ, Maria Antonieta. A burguesia perante a morte. Um momento de afirmação da diferença. **Revista População e Sociedade**, Porto, Centro de Estudos da População e Família, 1997, vol. III, p. 227-234.

vaidade”²⁶⁶. O filósofo luso-brasileiro Matias Aires (1705-1763) escreveu que na hora da morte, o homem procura imortalizar-se, para de alguma forma continuar existindo na memória dos vivos. A ideia de esquecimento é aterrorizante. Para não escapar à lembrança, os homens constroem vistosos sepulcros, que são representações de suas existências:

Que maior prova, do que a fábrica de um elevado mausoléu? No silêncio de uma urna depositam os homens as suas memórias, para com a fé dos mármorees fazerem seus nomes imortais, querem que a suntuosidade do túmulo sirva de inspirar veneração, como se fôsem relíquias as suas cinzas, e que corra por conta dos jaspes a continuação do respeito. Que frívolo cuidado! Êsse triste resto daquilo que foi homem, já parece um ídolo colocado em um breve, mas soberbo domicílio, que a vaidade edificou para habitação de uma cinza fria, • e desta declara a inscrição o nome e a grandeza. A vaidade até se estende a enriquecer de adornos o mesmo pobre horror da sepultura²⁶⁷.

Para Aires “A vaidade no meio da agonia nos faz saborear a ostentação de um luxo, que nos é posterior, e nos faz sensíveis as atenções, que não de dirigir-se à nossa insensibilidade”²⁶⁸. O investimento material na morte, hoje quase desaparecido, era questão de primeira ordem em uma sociedade burguesa marcada pela distinção de classes.

Além de atender à vaidade, a pompa tinha como objetivo dissimular a morte, pois apesar de os antigos lidarem com ela de forma mais natural, ela não deixava de ser um processo doloroso. Matias Aires captou esse sentido, afirmando que “[...] a vaidade, que está vendo a atenção do golpe [morte], dêste esconde ao mesmo tempo o horror, e entretida nos faustos do luto, desvia da memória uma grande parte da consideração da ruína”²⁶⁹. Essa é uma explicação do porque antigamente os velórios e os enterros transformavam-se em verdadeiras festas, pois o espetáculo, para além da bazófia, distrai e minora os efeitos do trauma da morte, que também tem o sentido de desordem, fato desestruturador do cotidiano dos vivos²⁷⁰.

O psicanalista Sigmund Freud afirma que o homem tomou consciência da morte de forma ambígua. Era incapaz – como ainda somos – de se imaginar morto, mas se viu diante de um impasse ao presenciar a morte dos entes queridos. Dessa forma, aceitou a própria finitude, “reconhecendo” a naturalidade do processo, mas se recusou a aceitar a das pessoas amadas. Nesse misto de sentimentos, dor de um lado e amor do outro, negou o sentido da morte como aniquilação, desenvolvendo crenças, ideias como a imortalidade e a reencarnação e mecanismos de abstrair, do qual os ritos fúnebres são o principal exemplo: “A recordação duradoira dos

²⁶⁶ Eclesiastes 1: 01-18. Bíblia Online.

²⁶⁷ Ibid., p. 33.

²⁶⁸ AIRES, Matias. **Reflexões sobre a vaidade dos homens**. Lisboa (PT): Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 34.

²⁶⁹ Ibid., p. 54.

²⁷⁰ CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, 12 (20), 2010, p. 165-166.

mortos tornou-se o fundamento da suposição de outras formas de existência e deu ao homem a ideia de uma sobrevivência depois da morte aparente”²⁷¹.

Após essa tomada de consciência, as religiões – e aqui nos interessa o Catolicismo –, transformaram a vida terrena em uma preparação para a vida eterna, institucionalizando ritos e negando a morte como o fim de tudo. Os vivos ajudam os mortos com suas orações, e os mortos intervêm na vida dos vivos, tanto para o bem como para o mal²⁷².

No Brasil de antanho, a morte, sem dúvidas, era uma festa. Os viajantes que nos visitaram no século XIX deixaram interessantes relatos sobre nossa rica cultura funerária. O comerciante inglês John Luccock, que viveu no país entre 1808 e 1818, se espantou com o cortejo fúnebre de um adulto no Rio de Janeiro, que mais parecia uma dança festiva: “Por outro lado, não o levam nesse passo lento e solene em perfeita procissão, tal como melhor parece quadrar com uma dôr profunda, mas sim numa pressa indecente, uma espécie quase que de corrida, em meio de alto vozerio e com ar de grosseira alegria”. O morto ia à sepultura ricamente vestido, maquiado e penteado, para causar, no outro mundo, “uma excelente impressão”²⁷³.

O cronista e senhor de engenho luso-brasileiro Henry Koster, que viveu na região Nordeste no início de 1800, foi convidado para assistir o enterro de uma senhora de respeitável família pernambucana. Registrou que a família do morto fazia questão de convidar “todos os vizinhos que sejam do mesmo nível social do finado, afim de dar à cerimônia a máxima solenidade”. Outro importante marcador social era a quantidade de padres, contratados de acordo com os recursos disponíveis²⁷⁴.

Daniel Parish Kidder, missionário metodista estadunidense, registrou na década de 1840 que os enterros, assim como as demais cerimônias religiosas, eram revestidos de luxo e ostentação. Descreveu um dos que assistiu como uma “procissão triunfal”. Ele ficou ainda mais intrigado com o funeral de uma criança escravizada, no qual os participantes, de maneira festiva, “entoavam algum cântico etíope” e dançavam²⁷⁵. Para o escritor francês Jean-Charles Marie Expilly, os funerais brasileiros, influenciados por costumes portugueses e africanos, eram cerimônias em que faltava a sobriedade que a ocasião exigia:

Uns sacodem femininamente os seus lenços bordados. Outros conversam alto sobre negócios como judeus em sinagogas. Por varias vezes, vi cigarros acesos nos carros

²⁷¹ FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Trad. de Artur Morão. Lusosofia – Biblioteca Online de Filosofia e Cultura do Instituto de Filosofia Prática (IFP), p. 25.

²⁷² *Ibid.*, p. 26.

²⁷³ LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818**. 2º ed. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1951, p. 38.

²⁷⁴ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. e notas de Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 403-404.

²⁷⁵ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo**. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Conselho Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 155.

de acompanhamento. Durante o trajeto da igreja ao cemitério, trocam-se cumprimentos e sorrisos com as senhoras que se acotovelam às janelas, que gesticulam e se debruçam afim de se fazerem notar, se o defunto era personagem de importância como, entre nós, em noites de primeiras representações. Em resumo, a não ser a vestimenta, nada mais ha de severo nesses homens, que mais parece irem a passeio do que a um enterro²⁷⁶.

O cientista social Renato da Silva Queiroz, ao estudar o bairro rural de Ivaporunduva, no município de Eldorado-SP, constatou que nessa comunidade a morte era uma passagem coletiva, mobilizando toda a comunidade, que logo ao saber do falecimento de um membro, se dirigia à sua casa, passando dias a fio com a família enlutada, que se empenhava na preparação de alimentos como bolos, salgados, frangos e leitões assados, gastando todas as reservas financeiras. A participação de inúmeras pessoas era vista como uma questão de status. A família que não recebia visita não era benquista e a casa ficava mal-assombrada. Para Queiroz, “Há, nessas ocasiões, uma espécie de aproximação maior entre as pessoas, num clima concomitantemente de tristeza e de festa, em que o profano mistura-se ao sagrado”²⁷⁷.

Assim se comportava a sociedade manauara diante da morte, dispensando tempo e cuidados com ritos fúnebres. A morte ainda não era um tabu, mas um fato bastante presente no dia a dia e uma etapa importante da trajetória humana. Atravessava o Rio Negro de forma resignada e festiva, na esperança de encontrar do outro lado o tão sonhado e desejado Paraíso.

²⁷⁶ EXPILLY, Charles. **Mulheres e Costumes do Brasil**. Trad. prefácio e notas de Gastão Penalva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 60.

²⁷⁷ QUEIROZ, Renato da Silva. A morte e a festa dos vivos. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 250.

CAPÍTULO II – DOS CEMITÉRIOS INDÍGENAS AOS CEMITÉRIOS SECULARIZADOS: OS LUGARES DOS MORTOS EM MANAUS

2. 1. “Nós ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos”: a criação dos cemitérios

A palavra cemitério tem origem no latim *coemeterium*, que por sua vez deriva do grego *koimeterion*, que significa local de repouso ou dormitório. Pensar sua raiz etimológica é interessante quando nos damos conta de que, ao longo de nossa vida, buscamos um local seguro para viver e desenvolver nossas relações familiares e pessoais, não sendo diferente na hora da morte, processo encarado pelos cristãos como um descanso.

Isso nos leva a pensar em quando teria surgido a necessidade de se construir um local específico para o descanso dos mortos. Os homens pré-históricos, segundo os mais recentes estudos históricos e arqueológicos, desenvolveram práticas de sepultamento e locais específicos para o enterro de seus semelhantes. As inumações, conforme Walter Neves, eram dos tipos primário e secundário. O primeiro consiste apenas no enterro, e o segundo no tratamento dado aos ossos após a decomposição, geralmente utilizados em rituais e sendo reenterrados em seguida²⁷⁸.

Ainda segundo Neves, essas práticas tiveram início no Paleolítico Superior, há cerca de 45 mil anos, quando o homem começou a atribuir significados aos acontecimentos do cotidiano, como a morte. Os neandertais, no entanto, já buscavam enterrar seus mortos, mas não os ritualizavam. A inumação tinha fins de higiene e de sobrevivência, pois a ocultação do cadáver na terra ou em cavernas evitava a presença de animais²⁷⁹. Teriam permanecido em nosso subconsciente traços do “pensamento” pré-histórico? Enterramos nossos mortos não apenas em sinal de respeito e em concordância com determinada religião, mas também pela nossa “[...] repugnância em imaginar o morto e seu cadáver”²⁸⁰.

Essa conjugação de causas elencadas por Neves e Ariès – higiene, sobrevivência, religiosidade e aversão ao processo de decomposição – foi desenvolvida por diferentes sociedades ao redor do mundo. Conseguimos visualizar de forma clara o desenvolvimento e transformação dessas práticas no Império Romano, centro de algumas das principais mudanças na sociedade Ocidental no que tange os ritos fúnebres.

Em Roma, explica o professor James S. Jeffers, os cemitérios se situavam fora dos portões da cidade. Uma legislação específica proibia o contato entre o mundo dos vivos e o dos mortos visando a preservação da pureza e integridade da urbe e de seus habitantes. Os romanos tinham os corpos cremados e suas cinzas guardadas em urnas junto das de outros parentes. Os judeus que viviam no Império enterravam seus mortos em cemitérios subterrâneos, administrados pelas

²⁷⁸ NEVES, Walter. **Um esqueleto incomoda muita gente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

²⁷⁹ Ibid., p. 41-42.

²⁸⁰ ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Trad. de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 151.

sinagogas. Os cristãos seguiam a mesma prática dos judeus referentes ao sepultamento, e seus cemitérios ficaram conhecidos como "catacumbas".

As catacumbas estavam localizadas em propriedades de cristãos ou de ricos protetores pagãos. Os cristãos que tinham algumas terras as doavam à comunidade cristã para os sepultamentos que iam crescendo. As catacumbas possuíam uma estrutura bastante complexa, divididas em *ambulacra* (passagem subterrânea), *loculi* (túmulos escavados na parede), *pilae* (túmulos um sob do outro), *arcosolium* (túmulos decorados com um nicho em arco), *cubicula* (câmaras particulares para os túmulos de uma família) e as *cryptae* (capelas decoradas com afrescos de motivos religiosos, dedicadas geralmente a pessoas importantes e santos). Os túmulos eram abertos dos dois lados da catacumba, e quando não existia mais a possibilidade de novas escavações, o piso dos corredores era escavado e recebia novos túmulos (*formae*).

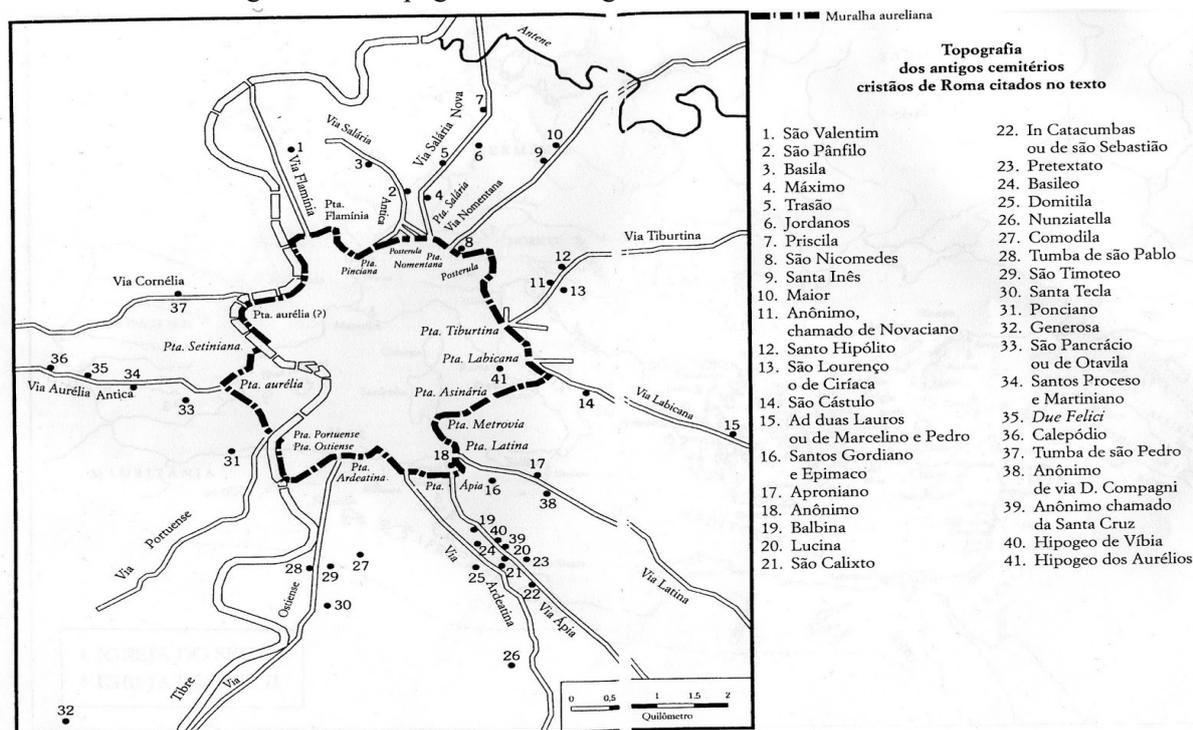
Os cemitérios cristãos eram protegidos contra sacrilégios pela Lei Romana, que os considerava invioláveis. Os romanos tinham medo de violar os túmulos cristãos, pois acreditavam que poderiam ser incomodados pelos espíritos dos mortos. Quanto à nomenclatura, as catacumbas eram reconhecidas pelo nome do antigo proprietário onde foram escavados os túmulos; pela topografia onde estavam assentadas; e pelo nome de algum mártir ou santo.

Enterros em catacumba foram práticas em alta durante a época do Cristianismo Primitivo (séculos I, II, III e parte do IV d.C.); e começaram a entrar em declínio após a transformação do Cristianismo em religião estatal do Império Romano através do Édito de Tessalônica de 380 d.C., promulgado durante o governo de Teodósio I. Os corpos passaram a ser sepultados em cemitérios localizados nos terrenos das igrejas²⁸¹.

James Jeffers, através de um interessante e bem detalhado mapa, mostra a distribuição dos cemitérios romanos, todos localizados fora da Muralha Aureliana, que demarcava os limites urbanos, e à margem das estradas que interligavam o território. Em estradas como a Via Ápia, Via Aurélia e a Via Tiburtina vemos cemitérios como os da Santa Cruz, São Calixto, Santos Processo e Martiniano, São Pancrácio e as Catacumbas de São Sebastião, para ficarmos apenas com alguns exemplos básicos.

²⁸¹ JEFFERS, James S. **Conflito em Roma: ordem social e hierarquia no Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Edições Loyola, s. d. p. 73-75.

Figura 27 - “Topografia dos antigos cemitérios cristãos de Roma”.



Fonte: JEFFERS, James S. **Conflito em Roma: ordem social e hierarquia no Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Edições Loyola, s. d.

Como citado pelo historiador, o Édito de Tessalônica modificou as práticas de sepultamento. Enquanto o Édito de Milão, decretado por Constantino em 313, pôs fim às perseguições aos cristãos, o Édito de Milão (380) consolidou o Cristianismo como religião do Império Romano, pondo fim aos cultos pagãos. Como Jeffers, a professora Wilma Steagall De Tommaso destaca o peso da nova legislação sobre as práticas funerárias. Das catacumbas, afirma, surgiu o culto aos mártires, para os quais foram erguidas, ao redor de suas sepulturas, igrejas e basílicas, onde eles e suas relíquias passaram a ser cultuados com fervor²⁸².

A mudança de status do Cristianismo e o culto aos mártires teve papel importante na modificação das práticas funerárias, como apontado por Jeffers e De Tommaso. Os mártires eram pessoas supliciadas e condenadas à morte por se recusarem a renegar a fé cristã. A crença que tinham na palavra de Deus era inabalável ao ponto de inspirar outras pessoas a atos de rebeldia contra a autoridade instituída, como manifestar sua fé publicamente, transfigurando-se em guerreiros que tinham como exemplo o martírio de Jesus Cristo. Dotados de uma aura mística, passaram a ser encarados como elos entre o terreno e o sagrado. Dessa forma, os cristãos, de forma a se associar e se beneficiar dessa energia, passaram a querer ser enterrados junto aos mártires nas

²⁸² TOMMASO, Wilma Steagall De. A arte mural nas catacumbas cristãs. In: GUIMARÃES, Filipe de Oliveira (Org.). **Arqueologia da Religião: Sobre a Arte Mural nas Catacumbas e a Pedra Kfar Shura**. 1º ed. São Paulo: Digital Publish & Print, 2014, v. 1, p. 17-47, p. 27-28.

igrejas, como demonstram Philippe Ariès²⁸³ e Renato Cymbalista²⁸⁴. Onde dormiam São Pancrácio, São Calixto e São Martiniano passaram a repousar milhares de fiéis em busca de salvação.

Com o passar do tempo, os subúrbios, com suas igrejas e seus mortos, foram integrados ao restante das cidades, desaparecendo a separação até então existente²⁸⁵. Interessante destacar que a relação entre vivos e mortos é marcada por distanciamentos e aproximações. Na Antiguidade, por questões de “higiene espiritual”, os cemitérios ficavam fora da cidade. A partir dos séculos IV e V, com a consolidação e expansão do Cristianismo, os mortos adentram as cidades através da Igreja, que se assenhoreou de seus corpos e almas.

O enterro *ad sanctos apud ecclesiam*²⁸⁶ perdurará por mais de um milênio, sendo introduzido em todos os rincões tocados pelo Cristianismo. Batismos, casamentos, missas e sermões, por séculos, foram proferidos sobre lápides tumulares incrustadas no chão, no altar, na parede e no adro das igrejas, aproximando ainda mais vivos e mortos, estes últimos se beneficiando da bondade dos vivos através de suas orações. A Igreja era o cemitério. Philippe Ariès explica que na Idade Média a palavra igreja correspondia tanto ao templo propriamente dito, onde eram feitos os officios religiosos e enterrados os nobres, clérigos e burgueses, quanto ao cemitério, que ficava no adro da igreja, que é um pátio aberto em torno do templo²⁸⁷.

Qual o significado do cemitério *ad sanctos apud ecclesiam* para a sociedade Medieval, estamental, imóvel e organizada, como defendiam os clérigos, representando uma ordem natural perfeita definida por Deus? Para os medievalistas Jean-Claude Schmitt e Michel Lauwers, o cemitério tem papel central na vida do homem do medievo, membro da Cristandade, essa comunidade cristã universal. É marco urbano, ponto de referência, palco de encontros amorosos, de comércio, de danças e local de reverência e temor aos mortos, pois através das orações eles vinham em socorro nas horas mais difíceis, e na ausência delas e a qualquer sinal de desrespeito, emergiam de suas sepulturas em ataques violentos. Em outras palavras, é um local de intensa sociabilidade. Importante destacar que, como se trata de uma sociedade unida sob uma mesma religião, o Juízo Final era encarado de forma coletiva: estariam salvos os eleitos de Deus, leia-se cristãos. Não é de se estranhar, nesse caso, a ausência de identificação nas sepulturas desse período²⁸⁸.

O cemitério como conhecemos é fruto de uma nova concepção sobre a morte desenvolvida entre fins do século XVIII e a segunda metade do século XIX. Onde buscar os primeiros indícios das mudanças? As novas transformações que modificariam, mais uma vez, as práticas funerárias,

²⁸³ ARIÈS, 2012, op. cit.

²⁸⁴ CYMBALISTA, Renato. Os mártires e a cristianização do território na América portuguesa, séculos XVI e XVII. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 18. n. 1. p. 43-82. jan.-jul. 2010.

²⁸⁵ ARIÈS, 2012, op. cit.

²⁸⁶ Dentro e ao redor da Igreja.

²⁸⁷ ARIÈS, 2012, op. cit., p. 45.

²⁸⁸ SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; LAUWERS, Michel. **O nascimento do cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.

estão na medicina desenvolvida a partir do século XVII, século inovador onde, nos dizeres de Ordival Cassiano Gomes, “Por toda a parte, em matéria de ciência, a observação da natureza substitui o princípio da autoridade. Começam a se refazer as ciências médicas, com a fisiologia, com os trabalhos de anatomia, progredindo a terapêutica, etc”²⁸⁹.

Na Europa, no século XVII, da “observação da natureza” e “reorganização das ciências médicas”, os médicos Thomas Sydenham e Giovanni Maria Lancisi desenvolveram a teoria miasmática, segundo a qual os odores expelidos de matérias putrefatas eram responsáveis pelo aparecimento de graves doenças²⁹⁰. Essa tese ganhou corpo entre os séculos XVIII e XIX, dominando as discussões sobre a urbanização e saneamento das cidades, que em sua maioria eram construídas sem nenhum tipo de planejamento, tornando-se focos de epidemias. Além dos pântanos, esgotos a céu aberto, ruas, casas e estabelecimentos comerciais, os enterros feitos no interior ou ao redor das igrejas também tornaram-se alvos das intervenções sanitárias levadas a cabo pelas autoridades políticas e médicas.

Nesse período, final do século XVIII e início do século XIX, o pensamento ilustrado (iluminista) estava em pleno desenvolvimento. Concomitantemente, a cidade, dada a expansão urbana, tornou-se questão de primeira ordem. Como organizar seu espaço, seus moradores, sua produção e administração? É nesse contexto, de acordo com Michel Foucault, que surge a medicina social. A cidade deixa de ser vista apenas como local de moradia e trabalho, sendo agora encarada como um local inseguro, habitado por classes perigosas, palco de epidemias e antro de desorganização. O filósofo cita os cemitérios como um dos vários medos urbanos setecentistas e oitocentistas:

O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas *caves* provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia, etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano²⁹¹.

O primeiro objetivo da medicina social, segundo Foucault, é o levantamento dos focos de epidemias, dos quais os cemitérios são os mais visados pelos médicos. A partir de 1740-1750 surgem os primeiros movimentos contra a permanência dos cemitérios na cidade e, por volta de

²⁸⁹ GOMES, Ordival Cassiano. A medicina do século XVII – As descobertas científicas – os iatrofísicos e os iatroquímicos – Thomas Sydenham e o neohipocratismo seiscentista. **Revista de História**, São Paulo, ano 4, v. 13, 1953, p. 88.

²⁹⁰ SILVA, E. S.; LINS, G. A.; CASTRO, E. M. N. V. Historicidade e olhares sobre o processo saúde-doença: uma nova percepção. **Sustinere: Revista de Saúde e Educação**, v. 4, 2017, p. 171-186, p. 174.

²⁹¹ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 87.

1780, têm início a transferência deles para fora da área urbana²⁹². O Cemitério dos Inocentes, o mais antigo de Paris, em funcionamento desde o século XII, foi fechado em 1780 e arrasado em 1786, sendo transformado em um mercado.

Analisando as duas imagens abaixo, é possível mensurar o peso desse medo urbano do final do século XVIII. O Cemitério dos Santos Inocentes ficava no coração de Paris, cidade em plena expansão onde todos os dias aportavam novas pessoas em busca de trabalho e moradia. As casas já estavam dividindo espaço com as sepulturas, sobre as quais pastavam animais. Os carneiros lotados de ossos mostram que o apelido “Come Carne” não foi dado por acaso. O espaço ganhou um novo uso, seguro, salubre, como preconizavam os médicos higienistas, que sem dúvidas festejaram essa vitória contra costumes vistos como antiquados e anti-higiênicos.

²⁹² Ibid, p. 89.

Figura 28 – O Cemitério dos Santos Inocentes, em Paris, representado como era em 1550.



Fonte: Theodor Josef Hubert Hoffbauer.

Figura 29 – Carneiro do Cemitério dos Santos Inocentes.



Fonte: Theodor Josef Hubert Hoffbauer.

O historiador francês Régis Bertrand, que estudou as origens e características dos cemitérios franceses contemporâneos, nos apresenta um panorama da proibição dos enterros nas igrejas em diferentes nações europeias. Em 1776 a prática foi proibida na França. Em 1783 foi a vez da Suécia aboli-la. A Espanha concretizou o processo entre 1785 e 1787, e o Império Austríaco em 1786²⁹³. As autoridades portuguesas tentavam abolir os enterros eclesiásticos desde o final do século XVIII.

Essa transição não ocorreu de imediato após a publicação de leis e decretos. Os cemitérios extramuros demoraram a ser construídos. Diferentes camadas da sociedade apresentaram descontentamento e resistência contra esses espaços. A historiadora portuguesa Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira registra que esse processo, em Portugal, ocorreu de forma tardia com os legisladores e autoridades sanitárias enfrentando manifestações de populares e confrarias religiosas que criticavam tanto os impostos municipais para a manutenção dos cemitérios quanto o fim dos

²⁹³ BERTRAND, Régis. Origens et caractéristiques du cimetière français contemporain. *Insaniyat*, n° 68, p. 107-135, avril-juin, 2015, p. 107.

enterros tradicionais. Abandono de cadáveres nas ruas, enterros ilegais nas igrejas e revoltas eram algumas das formas de resistência oferecidas²⁹⁴.

Na França não surgiu uma legislação funerária até o início do século XIX. O novo cemitério de Paris, o Père Lachaise, foi inaugurado em 1804. Na Espanha, de acordo com o historiador José Luis Santonja Cardona, a aplicação da proibição dos enterros e a construção de cemitérios fora das cidades só se deu na primeira década do século XIX por uma série de fatores: “Las causas de este retraso eran muy diversas, desde las limitaciones presupuestarias de las administraciones parroquiales hasta las resistencias de los feligreses para ser enterrados fuera del ámbito de los templos”²⁹⁵. Os primeiros cemitérios públicos de Lisboa surgiram em 1833 durante uma epidemia de cólera e, dois anos depois, através do Decreto de 21 de Setembro de 1835, foi determinada em todo o país “[...] a construção de cemitérios que deviam situar-se fora dos limites das aglomerações e proibia-se definitivamente as inumações nas igrejas”²⁹⁶.

Esse costume chegou à América através dos conquistadores portugueses e espanhóis. Nas vilas e cidades por eles fundadas, as igrejas, além de serem o principal marco arquitetônico e da religião Católica, eram a última morada de parte da população. No caso brasileiro, o historiador e sociólogo Gilberto Freyre registrou que “[...] foi costume sepultarem-se os senhores e pessoas da família quase dentro de casa: em capelas que eram verdadeiras puxadas da habitação patriarcal”. Os ricos da Colônia eram vestidos com trajes luxuosos, hábitos de santos, vestes militares, joias e medalhas e sepultados em capelas de suas propriedades rurais ou em igrejas. Já os escravos, escreve,

[...] não se enterravam envolvidos em sedas e flores, nem dentro das igrejas. Enrolavam-se seus cadáveres em esteiras; e perto da capela do engenho ficava o cemitério dos escravos, com cruces de pau preto assinalando as sepulturas [...] E na cidade, com a falta de cemitérios durante os tempos coloniais, não era fácil aos senhores, mesmo caridosos e cristãos, darem aos cadáveres dos negros o mesmo destino piedoso que nos engenhos. Muitos negros foram enterrados na beira da praia: mas em sepulturas rasas, onde os cachorros quase sem esforço achavam o que roer e os urubus o que pinicar²⁹⁷.

Quantas cidades pelo Brasil não surgiram primeiro como um território sagrado de descanso dos mortos antes de serem oficializadas? Renato Cymbalista não só nos convida para essa reflexão, como aponta que essa foi uma realidade até então ignorada nos estudos sobre nossa urbanização. Munido de farta documentação, ele mostra como os mortos influenciaram na questão urbanística de

²⁹⁴ FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. A Luta Contra os Cemitérios Públicos no Século XIX. **Ler História**, 30, (1996), p. 19-35.

²⁹⁵ SANTONJA CARDONA, José Luis. “La construcción de cementerios extramuros: un aspecto de la lucha contra la mortalidad em el Antiguo Régimen”. **Revista de História Moderna**, n° 17, (1998-1999), p. 34-35.

²⁹⁶ Ibid, p. 21.

²⁹⁷ FREYRE, Gilberto de Mello. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48° ed. São Paulo: Global, 2003, p. 527.

muitas vilas e povoados, determinando a construção de igrejas e a instalação de freguesias, em uma relação simbólica entre as preces dos vivos aos mortos e a ocupação territorial²⁹⁸.

O estudo de Cymbalista se torna ainda mais instigante quando lembramos que os portugueses ergueram fortificações, igrejas e comunidades sobre cemitérios indígenas, locais milenares e sagrados, numa clara demonstração de força e imposição de novos valores culturais. O solo anteriormente regado pelas lágrimas dos nativos foi ressignificado e passou a receber os despojos e lamentos dos invasores²⁹⁹.

A Igreja Católica, ao fincar raízes no Brasil, tratou logo de institucionalizar e controlar as práticas funerárias dos colonos. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, deliberadas no século XVIII, ficou determinado que as igrejas eram, pela tradição, locais distintos para sepultamentos:

É costume pio, antigo, e louvavel na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fieis cristãos defuntos nas igrejas, e cemiterios delas: porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir às missas, e officios divinos, e orações, tendo à vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memória dela nas sepulturas. Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos nas Igrejas, ou cemitérios, e não em lugares não sagrados, ainda que eles assim o mandem: porque esta sua disposição como torpe, menos rigorosa se não deve cumprir³⁰⁰.

Essa foi a realidade brasileira por mais de três séculos. Enterrados sob os assoalhos dos templos e em seus largos, cenas que foram immortalizadas por pintores como Debret, os mortos se beneficiavam da piedade dos vivos através das orações e dos respingos de água benta, e estes, dentro de uma pedagogia da boa morte, tinham sempre em mente o destino que lhes aguardava, buscando ter uma vida correta, condizente com os valores cristãos, para, pelo menos, espiarem suas penas no Purgatório, evitando serem consumidos pelo fogo do Inferno. O memorialista Luís Edmundo, de forma bem humorada, nos legou uma trova que sintetiza esse costume em terras brasileiras:

*Recheio de tolo é basofia
Recheio de porco é farofia
Recheio de egreja é defunto*³⁰¹.

Nas disposições testamentárias observamos, na escolha do local da sepultura, uma hierarquização da morte, aspecto estudado, entre outros, por João José Reis, Renato Cymbalista,

²⁹⁸ CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002.

²⁹⁹ Para o caso manauara, ver o segundo capítulo deste trabalho e FREIRE, José Ribamar Bessa. Manaus, Barés e Tarumas. **Amazonia Em Cadernos - Revista do Museu Amazônico**, Manaus, v. 2, n.2/3, p. 159-179, 1994.

³⁰⁰ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853, título LIII, 843.

³⁰¹ EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis (1763-1808)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 163, tomo 109. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932, p. 90.

Claudia Rodrigues e Milra Nascimento Bravo. Como dito anteriormente, *ad sanctos apud ecclesiam* significa no interior e entorno dos templos. Por interior compreende-se o corpo principal, perto do altar e das imagens sacras. Por entorno entende-se tanto o adro, ou átrio, que é um pátio central, quanto os terrenos anexos utilizados como cemitérios. Cada um desses locais era destinado a uma classe social. Quanto mais próximo do altar, maior o status do falecido, que tinha condições para arcar com a compra do espaço³⁰².

Restavam aos escravizados, pessoas livres pobres, indigentes, crianças mortas não batizadas, acatólicos e criminosos cemitérios de aspecto repugnante, como descreveram vários viajantes estrangeiros, onde seus corpos eram empilhados, uns caindo sobre os outros e, após algumas simples encomendas – isso quando existiam – enterrados em covas rasas, onde seriam perturbados por animais como cães, porcos e urubus, que se refestelavam com seus restos mortais. Friedrich Engels já denunciava, na segunda metade do século XIX, “que Assim na morte como na vida: os pobres são enterrados do modo mais desrespeitoso, como animais abandonados”³⁰³.

Luís Edmundo conta que nos templos se mesclavam os odores das flores tropicais, da cera das velas, do perfume do incenso, do “bodum” dos escravizados e dos cadáveres em decomposição. Na hora do enterro, os coveiros abriam covas pequenas e rasas, deixando membros do defunto à mostra. O problema era “resolvido” através do esmagamento do corpo, reduzido a uma mistura de terra, sangue e ossos. O relato de Edmundo me faz questionar o seguinte: como o Ocidente, e em específico o Brasil, suportaram por tanto tempo esse espetáculo descrito pelos médicos como “aterrador”? Segundo Alain Corbin, os antigos possuíam uma tolerância olfativa em relação aos odores nauseabundos, fruto dos costumes que acabaram moldando e condicionando esse sentido³⁰⁴. Abrigar os mortos nos templos, dessa feita, era um costume “pio, antigo e louvável”, sendo os odores apenas um ínfimo detalhe em meio à busca pela salvação.

Não tardaram a se erguer vozes contra esse costume. As discussões gestadas na Europa já estavam em curso no Brasil no final do século XVIII, como aponta Claudia Rodrigues. No Rio de Janeiro, por volta de 1798, a Câmara Municipal, por recomendação do Conde de Resende, tratou de organizar uma comissão de médicos para analisar os fatores que tornavam a cidade insalubre. Os especialistas elencaram como uma das várias causas os sepultamentos nas igrejas, que causavam a

³⁰² REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022; CYMBALISTA, Renato. *Cidade dos vivos: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 33-42; RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997; BRAVO, Milra Nascimento. *A morte hierarquizada: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720-1808)*. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 8, 2014, p. 307-329.

³⁰³ ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 322.

³⁰⁴ CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. Trad. Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

“degeneração do ar”³⁰⁵. Esse estudo era de extrema importância para o saneamento urbano, pois desde 1763 o Rio de Janeiro era capital do Estado do Brasil. O parecer dos médicos não trouxe resultados concretos, mas se tornaram um indício do desenvolvimento da medicina social nos trópicos.

Para termos uma dimensão do alcance do discurso médico sobre os cemitérios no Brasil, tomemos como exemplo o caso da Vila de Barcelos, capital da distante Capitania de São José do Rio Negro, atual Estado do Amazonas. Alexandre Rodrigues Ferreira, durante sua *Viagem Filosófica* pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso, chegou à vila em 1785. Observou que a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, erguida em 1728 pelos carmelitas e restaurada em 1738, estava localizada em um terreno bastante úmido, fazendo com que “[...] os cadáveres que nele se sepultam, com dificuldade se consomem”. A situação era crítica, “donde procede que, para sepultar uns, vem a ser preciso, algumas vezes, descobrir outros que ainda não estão absolutamente consumidos”. Com sua sensibilidade ilustrada, mostrando que estava em curso uma nova concepção sobre o contato entre vivos e mortos, considerou que “[...] a atmosfera particular da igreja se faz neste caso intolerável”³⁰⁶.

De acordo com o viajante, Gabriel Ribeiro, procurador da Câmara de Barcelos, apresentou uma representação do vigário da vila, Francisco Marcelino Sotto Maior, que tratava “sobre a precisão que havia de se fazer um cemitério para jazigo dos mortos, por quanto os lugares das sepulturas da igreja paroquial não consumiam os cadáveres que nelas se conservam, pela muita umidade que havia nelas”. No documento, o vigário escreveu que a igreja e seu adro eram os únicos locais que recebiam todos os enterros da vila, sendo comum a abertura de covas cujos cadáveres ainda não haviam sido consumidos, o que representava um grande inconveniente e perigo à saúde dos frequentadores. Como solução, destacou que “[...] considero ser muito conveniente para conservação, não só da saúde dos vivos, como do repouso dos mortos, que se faça um cemitério”³⁰⁷. Pediu que as autoridades, caso acatassem o pedido, escolhessem um terreno para o campo santo, que deveria ser cercado e bento.

Além da preocupação com a saúde dos vivos, o vigário esperava que o cemitério atendesse principalmente o repouso dos mortos, pois na igreja eles estavam mal acomodados e sendo perturbados. Essa preocupação parece óbvia, mas, destacamos mais uma vez, é preciso entender que, diferente do que vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX, com a transformação da morte em um tabu, ela ocupava, no período Colonial, como apontam os estudos de João José Reis e Claudia Rodrigues, boa parte da vida dos lusos brasileiros, que se dedicavam aos mínimos

³⁰⁵ RODRIGUES, Claudia. A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 8, 257-278, 2014, p. 259.

³⁰⁶ FERREIRA, 2005, op. cit., p. 214.

³⁰⁷ Ibid, p. 214.

detalhes, tendo pressentimentos (agouros, visões etc) de sua chegada, preparando o testamento, escolhendo o tipo de mortalha, estipulando a quantidade de missas, lavando e embelezando o cadáver, cuidando do velório e do local do enterro³⁰⁸.

As primeiras medidas em relação aos enterros no interior das igrejas e à construção de cemitérios públicos no Brasil surgiram no início do século XIX. Em 14 de janeiro de 1801, o Príncipe Regente de Portugal, Dom João VI, emitiu uma Carta Régia que proibia os enterros nos templos católicos dos domínios ultramarinos portugueses, autorizando a construção de cemitérios públicos fora das cidades. Nesse documento, o monarca expressa seu conhecimento sobre as discussões que vinham ocorrendo no continente, destacando os malefícios desse tipo de inumação:

Tendo chegado a Minha Real Presença muito attendivel Representação sobre os damnos, a que está posta a Saude Publica, por se enterrarem os Cadaveres nas Igrejas que ficão dentro das Cidades populozas dos Meus Dominios Ultramarinos; visto que os vapores, que de si exhalão os mesmos Cadaveres, impregnando a Atmosphera, vem a ser a cauza, de que os Vivos respirem Hum Ar corrupto, e inficionado; e que por isso estejam sujeitos, e muitas vezes padeção molestias epidemicas, e perigozas³⁰⁹.

Os primeiros cemitérios públicos extramuros do Brasil foram os cemitérios de protestantes. Os protestantes, de acordo com a legislação eclesiástica, eram proibidos de ser enterrados nas igrejas e seus cemitérios. No século XIX esse interdito se tornou um grande problema, pois naquele contexto cada vez mais estrangeiros seguidores de outras religiões aportavam no país. Através do Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e Inglaterra, celebrado em 1810, quando a Família Real Portuguesa já estava instalada em terras brasileiras, os protestantes anglicanos puderam fundar igrejas e cemitérios no país:

Permitir-se-á também enterrar os Vassalos de Sua Majestade Britânica, que morrerem nos Territórios de Sua Alteza Real O Príncipe Regente de Portugal, em convenientes lugares, que serão designados para este fim. Nem se perturbarão de modo algum, nem por qualquer motivo, os Funerais, ou as Sepulturas dos Mortos³¹⁰.

Em 1811 é fundado o Cemitério dos Ingleses do Rio de Janeiro. Alguns anos depois, em 1814, são inaugurados o Cemitério dos Ingleses de Salvador-BA e o Cemitério dos Ingleses do Recife-PE. Em 1817 é criado o Cemitério dos Ingleses de São Luís-MA. No ano de 1846 é criado o

³⁰⁸ REIS, 1991, op. cit.; RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

³⁰⁹ Carta régia a Fernando José de Portugal, vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil no Rio de Janeiro, proibindo os sepultamentos nas igrejas e ordenando a construção de um ou mais cemitérios fora da cidade do Rio de Janeiro. 14 jan. 1801. Biblioteca digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/435993>.

³¹⁰ AGUIAR, Pinto de. Apud COSTA, Heraldo. Licença para morrer: a questão do sepultamento dos ingleses por ocasião dos Tratados de 1810. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**, 2008, p. 04.

Cemitério dos Ingleses de Santos-SP, sucedido pelo Cemitério dos Ingleses de Joinville-SC, de 1851, o Cemitério dos Ingleses de Porto Alegre-RS, de 1856, e o Cemitério dos Ingleses de São Paulo, de 1858³¹¹.

Como estava o restante da América Latina? Em 1822 foi inaugurado em Buenos Aires, Argentina, o Cemitério da Recoleta, fruto de políticas higienistas e de ordenamento urbano “cuyo principio fundamental es colocar todo aquello que es de sana utilidad en el centro y todo lo peligroso o inarmónico a las márgenes”³¹². Os estudos das professoras Marcela Andruchow, da Universidad Nacional de la Plata, e Maria Elízia Borges, da Universidade Federal de Goiás, apontam que o surgimento de cemitérios públicos no continente está atrelado às epidemias de cólera e febre amarela. Assim foram criados o Cemitério de Chacarita, em Buenos Aires (1871); o Cemitério de Buceo, em Montevidéu (1872); o Cemitério de Colón, em Havana (1872); e, como veremos a seguir, os cemitérios brasileiros³¹³.

A carta régia de 1801 não alterou a prática em terras brasileiras. Passados quase 30 anos, em 1828, o filho de Dom João VI, o Imperador Dom Pedro I, através da Lei Imperial de 01º de Outubro, estabeleceu que, a partir daquele momento, os enterros nas igrejas seriam proibidos para evitar a contaminação do ar. A partir daquele momento as Câmaras Municipais estavam autorizadas a construir cemitérios fora dos limites urbanos.

Percebe-se que, para o Estado, o contato com os mortos poderia trazer sérios riscos para a saúde e salubridade públicas, dada a emissão de odores na atmosfera. Comentando essa lei, João José Reis registrou que “A criação de cemitérios fazia parte da batalha pelo saneamento das cidades. Os mortos, ou pelo menos seus corpos, eram sem cerimônia associados a águas infectas, imundícies e “corrupção do ar”³¹⁴. Essa lei também demorou a ser cumprida, tanto por força da tradição quanto pelas dificuldades financeiras das Câmaras Municipais e Províncias.

Em 1836, em Salvador-BA, a população se rebelou contra a proibição, destruindo o Cemitério do Campo Santo, que fora construído para receber os sepultamentos da capital baiana. Os populares reagiram de forma violenta, destruindo o novo cemitério. O episódio ficou conhecido como Revolta da Cemiterada, e foi brilhantemente estudado pelo historiador João José Reis. Todos lutavam pelo direito de manter o contato com o sagrado, enquanto as irmandades religiosas, além das implicações espirituais, preocupavam-se com a perda de uma de suas principais fontes de renda para uma empresa privada³¹⁵. Aqui faço um paralelo com o caso português analisado por Maria de

³¹¹ FAJARDO, Alexander. Brasil Imperial católico e o surgimento dos cemitérios protestantes. **Integratio: Revista Interdisciplinar de Arte, Educação e Teologia**. v. 1, n. 1 (2015). Campinas, FBN, 2015, p. 10.

³¹² ANDRUCHOW, Marcela. **Patrimonio cultural del Cementerio de la Recoleta “El Panteón de los Ciudadanos Meritorios”**: un estudio integral. Universidad Nacional de la Plata (Tesis de Maestría), 2022, p. 45.

³¹³ BORGES, Maria Elízia. III Encontro Internacional Arte e Tecnologia/XII Encontro Nacional da ANPAP, 2003, Brasília. A Arte Pesquisa. Brasília: Mestrado em Artes, UnB, 2003. v. 2. p. 181-188.

³¹⁴ REIS, 1991, p. 276.

³¹⁵ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Fátima Sá e Melo, o que mostra como a resistência contra as mudanças ocorreu várias partes do Ocidente, em maior ou menor grau, e guardadas as devidas especificidades entre as localidades.

João José Reis, para além da revolta, investigou as atitudes da sociedade brasileira do século XIX diante da morte, de seus ritos, de suas práticas funerárias e dos embates da época entre as autoridades públicas e médicos higienistas e dos setores que desejavam a manutenção de seus costumes. Vivia-se, em todo o Ocidente, um momento marcado pela ação médica sobre os costumes, de forma a civilizá-los. O que era considerado atrasado deveria ser eliminado. De acordo com o autor, “O enorme investimento material e espiritual no bem morrer, em particular o sepultamento, tornou-se objeto de crítica dos adeptos de uma outra visão da morte, a visão médica, que rapidamente ganhava corpo no Brasil na década de 1830”³¹⁶.

Apesar dessas proibições, os enterros nas Igrejas e terrenos contíguos continuaram por mais algumas décadas nas vilas e cidades sob forte protesto dos médicos sanitaristas. A prática tornou-se tema de estudos de médicos brasileiros, que passaram a publicar inúmeras teses criticando essa proximidade entre vivos e mortos, entre a área urbana e os cadáveres, destacando a influência maléfica dos miasmas.

Em seus relatórios, monografias e dissertações, esses profissionais da Medicina relatavam histórias surpreendentes sobre “ataques miasmáticos” ocorridos em igrejas, com seus frequentadores e coveiros morrendo logo após ter contato com os templos e suas covas, de onde exalavam gases mortíferos que se espalhavam pelas vizinhanças e transformavam-se em epidemias³¹⁷. Verídicas ou não, elas revelam as tensões entre os saberes médicos, oficiais, que tentavam prevenir epidemias, e as práticas tradicionais associadas a doenças.

O médico José Pereira Rego, Barão do Lavradio, publicou em 1840, na Revista Médica Fluminense, interessantes considerações sobre a higiene pública e os enterros nas igrejas. Para esse especialista, representante da moderna medicina, existia a necessidade de se estabelecerem no país os cemitérios fora das cidades, que já eram uma realidade na Europa. Considerava um dever moral e religioso dar sepultura aos mortos, bem como uma questão de saúde. Se não fosse assim, questiona, “o que seria o homem que se habituasse com a imagem da morte, e visse constantemente os progressivos estragos de nossa destruição material?”.

José Pereira Rego continua suas considerações, afirmando que os enterros, na Corte, eram feitos quase que exclusivamente nas igrejas, em suas catacumbas e carneiros. Uma passagem de seus escritos é bastante esclarecedora para compreender a dimensão do ideário médico da época:

É sem duvida difficil destruir certos usos e costumes enraizados em qualquer povo, ainda mesmo quando de sua pertinacia nenhum bem resulte á sociedade, e antes

³¹⁶ REIS, 1991, op. cit., p. 247.

³¹⁷ Ibid.

prejuizos mais ou menos consideráveis; e isto tanto mais difícil se torna, quanto taes usos dizem respeito a objectos relativos ás crenças religiosas, por isso que o fanatismo e a superstição, achando sempre muitos proselytos nos indivíduos nimiamente credulos, e na classe mais ignorante da sociedade, fazem com que tudo quanto tenda a acabar com taes abusos e costumes, e a introduzir outros que mais conducentes sejam ao bem estar della, fique sem effeito, de modo que taes usos continuão e se perpetuão, tanto pelo que acabamos de expender, como tambem pela má intenção de certas pessoas que, de qualquer ensejo favoravel, se aproveitão para promovera desordem e conseguir seus fins particulares³¹⁸.

Para José Pereira Rego, os enterros tradicionais, além de serem um perigo para a saúde pública, eram o reflexo de uma sociedade cujas crenças religiosas estavam fortemente arraigadas no cotidiano, dominando todos os aspectos da vida, do nascimento à morte. As atitudes e práticas de uma população majoritariamente católica estavam em conflito com costumes cada vez mais secularizados que se tentava importar para o país, no caso a construção de cemitérios fora dos limites urbanos, longe do contato com os vivos. Essas rupturas extrapolavam os limites das questões de higiene pública, penetrando no campo da cultura e das tradições populares.

Os jornais são fontes importantes que ajudam na compreensão na vivacidade das práticas fúnebres em meio às proibições. Em vários deles, como os que foram publicados na Corte, encontramos convites para enterros realizados em igrejas: “Tendo fallecido Octaviano Maria da Rosa, convida-se a todos os seus numerosos amigos a assistirem a seu enterro, na Igreja dos Terceiros do Carmo, hoje, ás 5 horas da tarde, comparecendo na casa de sua residência, rua do Fogo n. 25, para acompanharem o corpo, que tem de ser conduzido á mão pelos membros da Academia Imperial de Medicina” 30; “D. Suzana Henriqueta Guebelle convida a todos os amigos do seu muito prezado marido João Baptista Noel, de assistir ao seu enterro na Igreja de Santa Luzia, hoje 29, às 10 horas da manhã”³¹⁹.

A mudança viria a partir da segunda metade do século XIX, quando o Império foi atingido, de Norte a Sul, por graves epidemias de Cólera Morbo e Febre Amarela. Segundo o historiador Luiz Antonio de Castro Santos, o cólera vitimou cerca de 200 mil pessoas entre 1855-1856, sendo uma epidemia que “[...] abateu-se com violência sobre as populações mais pobres e mal alimentadas, mais propensas à utilização de águas contaminadas, excluídas das mínimas condições de higiene que o progresso urbano no Brasil já assegurava às camadas sociais mais altas”³²⁰.

Dessa forma, o grande número de vítimas, a falta de locais adequados para os enterros e o medo do contágio contribuíram para a criação dos cemitérios públicos e a proibição definitiva dos

³¹⁸ Revista Médica Fluminense, 06/09/1840. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³¹⁹ Jornal do Commercio, RJ, 30/01/1842, p. 03; Jornal do Commercio, RJ, 29/01/1848, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³²⁰ CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. Um século de Cólera: Itinerário do Medo. *Physis*. Revista de Saúde Coletiva, vol. 4, no. 1. p. 79-110, 1994, p. 88. De acordo com Luiz Antonio de Castro Santos “Esta cifra se elevaria consideravelmente se fossem incluídas as mortes ocasionadas por surtos de cólerano Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, em 1862, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro em 1867, as vítimas da Guerra do Paraguai abatidas pelo mal, os casos fatais do aparecimento da doença em Mato Grosso em 1887, na capital paulista e nas localidades do Vale do Rio Paraíba em 1894”.

enterros nas igrejas. A higiene, no Brasil do século XIX, conforme Sidney Chaloub, afirmou-se como ideologia dominante no processo de urbanização, mobilizando a burocracia estatal, homens de negócios e médicos na luta pelo saneamento das cidades³²¹. Nesse sentido, Alain Corbin afirma que “aquilo que já existia, e que não mudara, havia de repente passado a ser insuportável”³²². Em 1850 inaugurava-se em Belém-PA o Cemitério da Soledade. Dois anos depois, em 1852, é inaugurado o Cemitério de São João Batista-RJ. Em 1858, o da Consolação-SP. O Cemitério de São José, em Manaus, foi concluído em 1859, mas já recebia enterros desde 1856 quando foi aberto durante uma epidemia de febre amarela.

A nível regional, as mudanças nas relações entre vivos e mortos chegaram ao Norte primeiro na Província do Grão-Pará, que se transformava no contexto de crescimento das atividades ligadas à extração do látex, passando por um intenso processo de urbanização em diferentes administrações provinciais. Os enterros nas vilas e cidades paraenses eram práticas que começavam a ser questionadas pelos médicos higienistas e pelas autoridades públicas, pois além de oferecerem perigo à saúde, não estavam de acordo com a civilização e a modernidade, dada a importância que a Província ganhava no cenário nacional e internacional. Em 1850 é inaugurado o primeiro cemitério público de Belém, o supracitado Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. De acordo com a historiadora Érika Amorim da Silva, que estudou o cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios da capital paraense entre 1850 e 1891, “este cemitério foi construído em razão da epidemia de febre amarela de 1850, sendo que uma das medidas para se combater a doença foi a proibição expressa de se sepultar as vítimas no interior das igrejas”³²³.

As epidemias foram a última pá de terra que sedimentou as relações de convivência entre vivos e mortos. Os ritos fúnebres, que em sua maioria demandavam contato direto com os cadáveres, foram sendo suprimidos para manter em segurança a saúde dos vivos. “Em primeiro lugar ficava agora”, diz João José Reis, “a saúde física dos vivos, não a saúde espiritual dos mortos”. “Entre as primeiras providências figurava a expulsão destes da cidade dos vivos, das igrejas e dos cemitérios intramuros”³²⁴. Claudia Rodrigues, que estudou as tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro do século XIX, afirma que é bastante clara a relação entre a criação dos cemitérios públicos e as epidemias e que,

Apesar de o discurso médico ter feito seus adeptos e as autoridades terem legislado a respeito do estabelecimento dos prédios mortuários, seria apenas com o advento

³²¹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³²² CORBIN, 1987, op. cit., p. 83.

³²³ SILVA, Erika Amorim da. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850/1891)**. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, 2005, p. 74.

³²⁴ REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida privada no Brasil** – vol. 2 – São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 140-141.

de um surto epidêmico, com um alto índice de mortalidade, é que os mortos seriam definitivamente transferidos para longe dos vivos, para os cemitérios públicos³²⁵.

Clarival do Prado Valladares traz uma provocativa contribuição para essa discussão. Ele afirma que os mortos, no Brasil, saíram das igrejas não apenas por questões de higiene, mas sim, e principalmente, porque a elite desejava espaço e liberdade para investir seu capital em obras tumulares para se distinguir e se imortalizar perante a sociedade³²⁶. É uma questão bastante pertinente quando observamos que, logo após a abertura dos primeiros cemitérios públicos, ocorre uma verdadeira corrida pela aquisição de túmulos e jazigos monumentais.

Tendo como base as obras de Sidney Chalhoub, João José Reis, Cláudia Rodrigues e Renato Cymbalista, afirmo que, a partir da segunda metade do século XIX, vivos e mortos foram expulsos da cidade. Os primeiros tiveram suas modestas habitações (cortiços) demolidas, sendo retirados do centro e segregados nas encostas dos morros e nas periferias. Os últimos, que na Antiguidade ficavam distantes dos vivos fora dos limites urbanos e, na Idade Média, penetraram na cidade, foram novamente afastados e privados do contato mais direto com a comunidade³²⁷.

Nessas breves notas podemos ter uma noção dos primeiros debates e do surgimento dos cemitérios no Ocidente e no Brasil. Eles vão ser criados e se consolidar no século XIX, o século das grandes descobertas, dos avanços, da indústria, da modernidade. Os médicos e as autoridades públicas das províncias brasileiras, tendo como referência o Velho Mundo, passaram a atuar como agentes da modernidade, combatentes incansáveis contra os miasmas e as práticas que já não poderiam mais ser toleradas em um período marcado por avanços econômicos e científicos. As epidemias ocorridas no Império em diferentes momentos do século XIX deram força e amplificaram esses discursos.

Não foram apenas os mortos os sepultados. Os cemitérios não foram apenas novos aparelhos urbanos, mas o reflexo de uma época de mudanças. No bojo dessas transformações características do século XIX, sepultaram-se também práticas, costumes e tradições antigas, sendo modificadas sensivelmente as relações entre vivos e mortos. No entanto, eles continuam lembrando que “*Nós ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos*”.

³²⁵ RODRIGUES, 1997, op. cit., p. 105.

³²⁶ VALLADARES, 1972, op. cit., p. 279.

³²⁷ CHALHOUB, 1996, op. cit.; REIS, 1991, op. cit.; RODRIGUES, 1997, op. cit.; CYMBALISTA, 2002, op. cit.

2. 2. Manaus: de Lugar da Barra à Capital da Borracha

Muito já se escreveu sobre a História de Manaus. Neste tópico abordarei, através de pesquisa bibliográfica e em caráter introdutório, sobre como ela surgiu e se transformou do século XVII até as primeiras décadas do século XX.

Quem a observar do alto, na zona portuária, verá que ela surgiu e se expandiu a partir da região conhecida como bairro de São Vicente. Foi desse ponto que a população se espalhou em diferentes momentos, gestados por contextos políticos, econômicos e sociais, para outras zonas, configurando o território citadino.

Tradicionalmente, a História de Manaus começa a ser “contada” a partir da construção da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, que teria sido concluída em 1669. Os relatos mais antigos sobre a fortaleza datam do final do século XVII e a segunda metade do século XVIII. O Padre Samuel Fritz, em seu diário, registrou que chegou ao Rio Negro na noite de 7 de setembro de 1690, lugar “[...] onde o rei de Portugal, há anos, mandou fazer uma fortaleza”³²⁸.

A fortaleza, erguida na margem esquerda do Rio Negro, tinha como objetivo assegurar o domínio português naquela distante região da Colônia e de resguardá-la das pretensões conquistadoras de espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. Ao redor do forte foram reunidos os grupos indígenas barés, aruaquis, manaus, tacu, passé, banúia, tarumã, muras, merequenas e juris. Era um verdadeiro “curral de índios” destinados à escravidão, como cita o professor José Ribamar Bessa Freire³²⁹.

Segundo Agnello Bittencourt, a fortaleza era a chave militar, econômica e política da região³³⁰. No mesmo sentido, Arthur Reis afirma que forte e lugar se confundiam, com “[...] Os moradores, nas suas dificuldades, procuravam o commandante da praça, que decidia tudo. Havia, é certo, uma autoridade, com a função reduzida de zelador do povoado – o director do povoado”³³¹.

Esse povoado nascente, formado por indígenas, soldados portugueses e, mais tarde, alguns escravizados africanos, foi crescendo de forma bastante lenta. Durante viagem de correição pela Capitania de São José do Rio Negro, o Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio contabilizou sua população em 250 pessoas³³². Por sua localização geográfica, foi denominado de Lugar da Barra. Segundo Mário Ypiranga Monteiro, no século XVIII

³²⁸ PINTO, Renan Freitas (org.). **O Diário do Padre Samuel Fritz**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006, p. 106.

³²⁹ FREIRE, 1994, op. cit., p. 170.

³³⁰ BITTENCOURT, Agnello. Manaus – sua origem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: **Boletim Geográfico – IBGE**, v. 7, n. 76, p. 385-395, jul. 1949.

³³¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Manãos e outras Villas. Manãos: Typographia Phênix, 1934, p. 43. Biblioteca Arthur Reis – CCPA.

³³² BITTENCOURT, 1949, op. cit.

Havia a pequena indústria doméstica de redes, manufatura de manteiga ou banha de ovos de tartaruga que se exportava, colheita de tabaco, roças de maniva, plantação de cacau, de milho, extração de drogas, exportação de madeiras, e para o consumo, a pesca, a viração de tartarugas, o beneficiamento da mandioca, do milho. Era um princípio de comunidade, copiado, não há que ver, da comunidade indígena³³³.

Os primeiros tempos da Barra são marcados por uma evolução urbana tímida, como apontam Mário Ypiranga e Agnello Bittencourt. Suas ruas, na verdade caminhos, seguiam o sentido natural do terreno, com traçado irregular marcado por altos e baixos e cheias de buracos. Eles vão sendo abertos sem planejamento, sem materiais apropriados, de forma rústica em meio à mata vicejante. As casas eram poucas e bastante simples, feitas de madeira e cobertas com palha.

Os primitivos bairros eram cortados por igarapés, sobre os quais foram erguidas pontes de madeira para facilitar o trânsito. Sabe-se que, por séculos, a Barra conservou um aspecto mais rural que urbano. As nomenclaturas eram pitorescas, não oficializadas, levando em conta algum acidente geográfico, nomes religiosos ou de moradores ilustres. As primeiras ruas, de acordo com Ypiranga, foram nomeadas “Deus-Padre, Deus Filho e Deus Espírito Santo”³³⁴, demonstrando o poderio da igreja na comunidade.

Ainda sobre os aspectos da urbe colonial, Alexandre Rodrigues relatou, por volta de 1786, que existiam dois bairros divididos por igarapés, poucas ruas e prédios particulares e públicos como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a casa das canoas, a casa do vigário, a olaria, a casa do comandante e de outros moradores. A população sofrera um leve aumento, sendo estimada em 301 pessoas, das quais 243 eram indígenas, 47 brancos e 11 escravizados africanos³³⁵. O Lugar da Barra experimentaria um breve crescimento no final do século XVIII, no governo do militar português Manuel da Gama Lobo d’Almada.

Lobo d’Almada assumiu o governo da Capitania de São José do Rio Negro em 1788. Ela era subordinada à Capitania do Grão-Pará. Seu governo, consagrado pela historiografia tradicional, foi marcado por transformações políticas e econômicas. Até 1791 a capital da capitania era a Vila de Barcelos. Almada decide transferi-la para o Lugar da Barra, pois a localidade possuía melhor localização geográfica, na confluência dos rios Negro e Solimões, facilitando a defesa e comércio locais. Segundo o historiador Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Lobo d’Almada foi o grande impulsionador do progresso da Barra, sendo responsável pela construção dos seguintes estabelecimentos:

1 padaria de pão de arroz moido em atafona movida por bestas; 1 fabrica de panno de algodão (em rolos) tendo 18 teares e 10 rodas de fiar com 24 fusos cada uma; 1

³³³ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994, p. 46.

³³⁴ Ibid, p. 48.

³³⁵ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro com a Informação do Estado Presente**. CIFEFIL, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2005.

cordoaria de cordas e amarras de piassaba e calabres; 1 fabrica de fecula de anil; 1 nora para distribuir agua para a fabrica de anil e para uma horta; 1 horta; 1 olaria com excellentes amassieiras, estendedouros, fornos calcinatorios e de torrefação de telha e ladrilho; 1 fabrica de velas de cera; 1 açougue; 1 ribeira para construcção de canoas; 1 fabrica de redes de fio d' algodão; 1 fabrica de redes de fibras de tucum, curauhá e murity; e muitos engenhos de moer canna e fabricar cachaça e mel³³⁶.

Temeroso pelo rápido crescimento da Barra e o prestígio de Lobo d' Almada, que acreditava poder tomar seu posto de governador, o capitão-general Francisco de Sousa Coutinho, do Grão-Pará, com o auxílio de seu irmão Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos em Portugal, corta as verbas para a Capitania de São José do Rio Negro e persegue Almada, conseguindo fazer com que a capital retornasse para Barcelos em 1799. Um período de marasmo econômico atingiria o Lugar da Barra, destituído da posição de capital do Rio Negro.

Em 1804, o novo governador da Capitania do Grão-Pará, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, refletindo sobre a boa administração de Lobo d' Almada e a situação em que ficou a Barra, sugeriu ao novo Governador da Capitania de São José do Rio Negro, José Simões de Carvalho, que fizesse retornar a capital para o Lugar da Barra. A mudança só ocorreu quatro anos mais tarde, como explica Arthur Reis: “Só, porem, em 1808, já sob o governador capitão de mar e guerra José Joaquim Victorio da Costa, a suggestão era aceita, deixando-se em definitivo Barcellos e reinstalando-se a capital na Barra, aos 29 de março”³³⁷.

Em 1819 os naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, em viagem pelo Brasil, visitaram o povoado. Foram informados de que a população era de 3.000 habitantes, mas que ela não se achava por completo no local, pois parte das famílias residia no interior, em fazendas e pesqueiros, se dirigindo para o lugar apenas nos dias de festas realizadas pela Igreja. Consideraram sua localização, na margem esquerda do Rio Negro e nas proximidades dos rios Amazonas e Madeira, bastante vantajosa, afirmando que ela “será a chave da parte ocidental da região”³³⁸.

Mais de vinte anos depois, em 1833, o Lugar da Barra foi elevado à categoria de Vila com o nome de Manaus. Isso só foi possível graças ao Código do Processo Criminal, promulgado pela Regência em 1832, que reorganizou os termos e comarcas das Províncias. A Província do Grão-Pará o executou em 25 de junho de 1833, ocasião em que a província foi dividida nas comarcas do Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas.

³³⁶ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Um Olhar pelo Passado**. Manaus: Prefeitura Municipal/GRAFIMA, 1990, p. 11-12.

³³⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Manãos e outras villas**. Manãos: Typographia Phênix, 1934, p. 56. Biblioteca Arthur Reis – Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

³³⁸ BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus – Pródromos e Sequências**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1969, p. 41-42.

Em 1832, conforme estudo de Antônio Ladislau Monteiro Baena, o Lugar da Barra continuava sendo um pequeno aglomerado de casas cobertas de palha e alguns prédios públicos cobertos com telha, com onze pequenas ruas, uma praça e duas igrejas. A população era formada por “347 homens brancos, 327 mulheres brancas, 415 mamelucos, 797 homens baços, 1.042 mulheres da mesma raça, 215 escravos, 164 escravas, 255 mestiços e 206 mulheres desta casta; todos os números de gente livre somam 3.809 e os dos escravos a 379”³³⁹. O relato de Baena nos lembra que, como assinala Bittencourt, as mudanças de status não alteram profundamente, de forma imediata, os aspectos da cidade³⁴⁰.

A Assembleia Provincial do Grão-Pará, após estudos, decidiu que a então Vila de Manaus, capital da Comarca do Alto Amazonas, já possuía as devidas condições de ser elevada à categoria de cidade. A população era estimada entre 3000 e 6000 habitantes, existia uma pequena lavoura, comércio de matérias-primas e manufatura de produtos como a tartaruga, o pirarucu e a mandioca. A elevação foi levada a efeito através da Lei N° 145 de 24 de outubro de 1848. A Vila de Manaus passou a se chamar Cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, homenageando a geografia da região e a padroeira do Amazonas.

De passagem pelo local em 1849, o naturalista britânico Alfred Russel Wallace tomou nota de alguns aspectos da cidade, obviamente carregados de uma visão eurocêntrica. As ruas continuavam com o aspecto simples, mas “elas são regularmente traçadas; não têm, no entanto, nenhum calçamento, sendo muito onduladas e cheias de buracos, o que torna a caminhada sobre os seus leitos muito desagradável, principalmente à noite”. As casas eram rústicas, dispersas e sem maiores detalhes arquitetônicos, salvo uma ou outra exceção, tendo “geralmente só um pavimento; são cobertas de telha vermelha e assoalhadas com tijolos, têm as paredes pintadas de branco ou de amarelo; e as portas e janelas pintadas de verde. Da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro “só há, presentemente, uns restos de muralhas e um monte de terra”³⁴¹. Atestamos essa descrição através de uma interessante gravura de Édouard Riou publicada na obra do viajante Paul Marcoy em que a vila é retratada na década de 1840.

³³⁹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 290.

³⁴⁰ BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus: Pródromos e Sequências**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1969.

³⁴¹ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 214-215.

Figura 30 – Vila de Manaus. Cerca 1847.



Fonte: MARCOY, Paul. **Voyage à travers l'Amérique du Sud, de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique**. Paris: Librairie de L. Hachette etc Co, 1869.

Existiam duas igrejas católicas, a de Nossa Senhora da Conceição e a de Nossa Senhora dos Remédios. Wallace as descreveu como sendo “muito pobres e bastante inferiores à de Santarém”. A Barra do Rio Negro não possuía construções sólidas, imponentes, erguidas com materiais nobres, situação que só mudaria décadas mais tarde, quando da expansão das atividades ligadas à exportação da borracha. A população era estimada entre 5.000 e 6.000 habitantes, dos quais “a maior parte é constituída de índios e mestiços. Na verdade, não há ali uma única pessoa, nascida no lugar, da qual se diga que seja de puro sangue europeu, tanto e tão completamente se têm os portugueses amalgamado com os índios”³⁴².

A economia era baseada na exportação de castanhas, peixes e drogas do sertão, e as importações “são tecidos europeus, de inferior qualidade, cutilaria ordinária, colares, espelhos e outras bugigangas mais”. Esses objetos eram consumidos pelos habitantes e também utilizados no escambo com os indígenas. Gêneros de primeira necessidade, ou produtos mais refinados como queijos, vinhos e trigo, pela distância da cidade de Belém, “são sempre muito caros e, por vezes, não se pode obtê-los, quando chegam a faltar”. De forma depreciativa, registrou que “os habitantes

³⁴² Ibid, p. 214-215.

mais civilizados de Barra dedicam-se todos ao comércio, não havendo ali qualquer outra diversão, se assim podemos considerar, que não seja a de beber e jogar em pequena escala”, e que “a maior parte nunca abre um livro ou trata de empregar o seu tempo em qualquer outra ocupação intelectual”³⁴³.

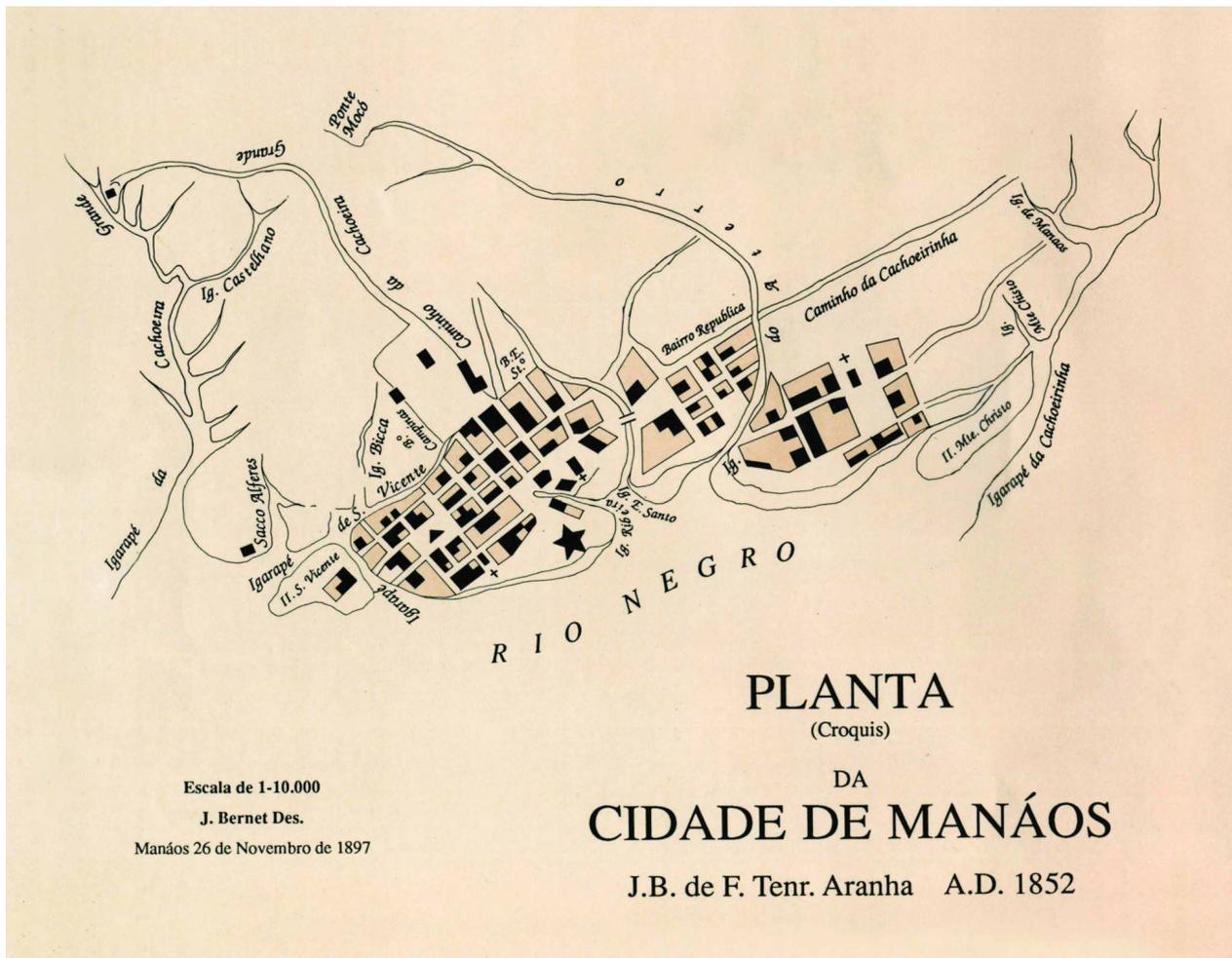
Após décadas de lutas pela emancipação do Grão-Pará e transformação em Província, a Comarca do Alto Amazonas, através da Lei N° 582 de 05 de setembro de 1850, é elevada à categoria de Província do Império. A instalação se deu em 01 de janeiro de 1852. Lourenço da Silva Araújo Amazonas informa que, àquela altura, Manaus possuía uma praça e 16 ruas, a maioria curtas, estreitas, sem calçamento e iluminação. Parte das casas já era coberta de telha e espaçosas. Os sobrados eram em número diminuto. A população aumentara levemente em relação ao período em que Alfred Russel Wallace fez suas observações: “são em numero de 900 brancos, e 2500 mamelucos, 4080 indígenas, 640 mestiços e 380 escravos; tudo em 900 fogos assaz dispersos”³⁴⁴. Eram 8.500 habitantes, que viviam do comércio, da pesca de pirarucu, do peixe-boi, da produção de manteiga de ovos de tartaruga e da extração de produtos da floresta.

É dessa época a planta da cidade feita pelo Presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Nela vemos uma pequena cidade dominada pelos igarapés de São Vicente, Espírito Santo, Ribeira, Aterro, Cachoeira Grande, Castelhana, Bica, de Manáos, Cachoeirinha, de Monte Cristo e tendo cinco bairros, São Vicente, Espírito Santo, Remédios, República e Campina. Das construções, figuram em destaque a fortaleza, já em ruínas, e as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e Remédios.

³⁴³ WALLACE, 2004, op. cit., p. 215.

³⁴⁴ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852, p. 190. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Figura 31 – Planta da cidade de Manaus, 1852.



Fonte: Instituto Durango Duarte.

Na capital da nova província havia muito trabalho a ser feito para que a cidade de fato tivesse aspectos condizentes com sua posição de sede de uma unidade territorial do Império. Faltavam prédios para as repartições públicas, uma nova igreja Matriz, pois a antiga fora destruída em um incêndio em 1850, pontes sobre os igarapés, um **cemitério público** e água encanada. Ao longo do período Imperial os Presidentes da Província se empenharam em dotar a cidade da infraestrutura necessária.

Em 1865 o casal de naturalistas Louis e Elizabeth Agassiz esteve em Manaus durante a Expedição Thayer, que tinha como objetivo mapear os tipos raciais do Brasil. Assim como outros viajantes estrangeiros, não tiveram uma boa impressão da capital da Província do Amazonas, para eles “uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas”³⁴⁵. Existiam problemas com a mão de obra, escassa, com a agricultura, bastante rudimentar e incipiente, e com a população, bastante reduzida para um território de dimensões continentais. No

³⁴⁵ AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000, p. 196.

relatório de 08 de maio de 1865, o então Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda lamenta o estado de dependência comercial em relação à Belém, no Pará, o que,

nesse systema de plena dependência e duplicada tutella, visto é que não poderá prosperar aqui, o qual, por isso mesmo que é uma das mais enérgicas manifestações da actividade humana, precisa, mais do que outra alguma industria, de campo livre para se desenvolver³⁴⁶.

Ainda que o casal Agassiz afirmasse que no futuro Manaus poderia despontar como centro de comércio e navegação, isso só seria possível depois que o meio fosse vencido, subjugado pelas necessidades humanas, pois

[...] quando se pensa na imensa vastidão dessas terras cobertas ainda por florestas impenetráveis, nas consideráveis dificuldades que impedem a criação de povoações nesta região – insetos, clima, comunicações difíceis – parece bem longe o dia em que uma população numerosa venha se fixar nas margens do Amazonas, em que embarcações a vapor venham circular dos seus portos aos do Mississípi e em que todas as nações do globo venham buscar a sua parcela nos ricos produtos desta bacia³⁴⁷.

As falas dos administradores locais e as impressões dos viajantes convergem para a noção de civilização, a civilização nos moldes do Velho Mundo que, “além de ser o centro original do desenvolvimento capitalista que dominava e transformava o mundo, era, de longe, a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa”³⁴⁸; e de progresso. O referencial são os valores europeus, valores esses encontrados nas “enérgicas manifestações da actividade humana” do comércio, da agricultura e da indústria, ausentes ou deficitárias em Manaus naquele momento.

Manaus, ironizada pelo engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger por seu “pomposo título, capital da Província do Amazonas”³⁴⁹, era um rincão que ainda não havia sido incorporado ao modelo capitalista em voga em boa parte do mundo, não atendendo satisfatoriamente aos interesses dos agentes econômicos da Europa e dos Estados Unidos, que deveriam “buscar a sua parcela nos ricos produtos desta bacia”. Apesar das péssimas impressões, os Agassiz, quase como em uma profecia, escreveram que “Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação”.

O ritmo de trabalho foi intenso entre 1852 e 1889. Conforme levantamento realizado pelo médico e historiador Antonio José Souto Loureiro, de 1854 a 1888 foram realizadas mais de 30 obras públicas na cidade, que vão da instalação da iluminação pública à construção de um

³⁴⁶ Relatório com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda entregou a administração da Província do Amazonas ao ilm. E exm. sr. Tenente Coronel Inocêncio Eustaquio Ferreira de Araújo. Recife, Tipografia do Jornal do Recife, 1865, p. 15. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

³⁴⁷ AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000, p. 196-197. (Coleção o Brasil visto por estrangeiros). [original: 1868].

³⁴⁸ HOBBSAWN, Eric J. A era dos impérios, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 36.

³⁴⁹ KELLER-LEUZINGER Apud BITTENCOURT, 1969, op. cit., p. 23.

reservatório³⁵⁰. O aumento das rendas públicas – a partir de 1880 – propiciado pelos impostos arrecadados no mercado da exportação da borracha garantiu a construção de prédios públicos e particulares e a reestruturação urbana da cidade.

No entanto, pouco mais de duas décadas depois da passagem do casal Agassiz, o cenário seria outro. Sua “previsão” parecia estar se concretizando. Na última década do século XIX Manaus passaria por um surto urbanístico e econômico jamais antes visto, propiciado pelas atividades comerciais ligadas à produção gomífera. A população, que no censo de 1872 era estimada em 29.334 pessoas, salta para 38.720 em 1890, chegando a 50.300 em 1900³⁵¹.

Se a Manaus dos viajantes do período provincial era aquela das ruas esburacadas, irregulares, cortada por igarapés e com prédios em ruínas, a que despontaria na virada do século XIX para o XX, com a queda do Império e a ascensão da República; e o aumento da demanda pela borracha, era a que passaria a receber estruturas condizentes com sua posição de capital exportadora da matéria-prima que chegaria a corresponder a um sexto da arrecadação nacional³⁵², das quais se tornaram símbolo as avenidas, as grandes casas comerciais, o Porto e o Teatro.

Manaus transformava-se no contexto do crescimento do mercado de produtos primários destinados ao abastecimento dos grandes centros industriais da Europa e da América do Norte. A exportação de borracha já vinha de longa data, pelo menos desde a década de 20 do século XIX³⁵³, ainda em baixa quantidade (31 toneladas), já figurando, entre 1847 e 1860, como principal produto nas pautas de exportação do Pará e do Amazonas³⁵⁴.

Nesse primeiro momento, denominado por Antônio Loureiro de fase das utilidades, a matéria era utilizada na fabricação de sondas, brinquedos, peras, capas, galochas etc. O apogeu que permite a modernização da cidade ocorre com a fase dos fios condutores e a fase dos pneumáticos, quando a borracha se torna essencial para a produção de cabos telegráficos e telefônicos e de pneus de bicicletas e carros³⁵⁵. Estima-se que entre 1890 e 1900 tenham sido exportadas quase 41.000 toneladas dessa matéria³⁵⁶. A região amazônica, enfim, era mais uma distante fronteira incorporada ao modelo de produção capitalista na condição de área exportadora de matérias-primas e

³⁵⁰ LOUREIRO, Antonio José Souto. Dados Históricos da Evolução e Crescimento de Manaus. In: **332 Anos de Manaus – História e Verdade**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado, 2001, p. 72-102, p. 93-95.

³⁵¹ População do Brasil, Pará e Amazonas (1872, 1890, 1900 e 1910) In: DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 73.

³⁵² DEAN, Warren. **Luta pela borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989, p. 80.

³⁵³ Ibid, p. 231.

³⁵⁴ SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. 2º Ed, São Paulo: Editora Marco Zero, 1994, p. 137.

³⁵⁵ LOUREIRO, Antonio. **A grande crise**. 2º Ed, Manaus: Editora Valer, 2008, p. 10-11. A divisão de fases utilizada por Antonio Loureiro está organizada da seguinte forma: A fase das utilidades vai do século XVIII até a descoberta do telefone (1876) e da transmissão da eletricidade (1873/1882). A fase dos fios condutores vai de 1876 até 1888, quando John Dunlop desenvolve o primeiro pneu inflado com ar para bicicletas. A fase dos pneumáticos, com a aplicação da borracha em pneus para automóveis, vai do final do século XIX até a crise do sistema de produção gomífera.

³⁵⁶ DEAN, 1989, op. cit., p. 231.

consumidora de manufaturados. Não existia, no globo, lugar que não fosse tocado por esse modelo, pois, como escreveu Eric Hobsbawm,

A economia da Era dos Impérios foi aquela em que Baku (no Azerbaijão) e a bacia do Donets (na Ucrânia) foram integradas à geografia industrial, ao passo que a Europa exportava tanto bens como moças a cidades novas como Johannesburgo e Buenos Aires, e aquela em que teatros de ópera foram erguidos sobre os ossos de índios mortos em cidades nascidas do boom da borracha a 1600 quilômetros rio acima da foz do Amazonas³⁵⁷.

De passagem por Manaus em 1859, o médico e explorador alemão Avé-Lallemant observou que ainda não havia “[...] intensa luta de vida ou morte entre forças poderosas, antes agradável reconciliação dos diversos elementos”³⁵⁸. Índios, negros, mestiços e brancos conviviam no mesmo espaço; prédios de alvenaria eram erguidos ao lado de palhoças e casas de barro. Com a expansão da economia gomífera e a necessidade de modernizar e embelezar a capital, os administradores locais, para atender os anseios das elites, criam mecanismos de ordenação e controle do espaço urbano, cujo destaque recai sobre os Códigos de Posturas Municipais.

O código é uma compilação de leis, normas e regulamentos. As posturas, maneiras de agir, de se posicionar. Em síntese, os Códigos de Posturas são determinações da municipalidade que versam sobre as maneiras de agir de seus cidadãos. O primeiro Código de Posturas da cidade de Manaus foi redigido em 1838, seguidamente vieram os de 1868, 1872, 1875, 1890, etc. Os Códigos da última década do século XIX e início do século XX permitem compreender o projeto de cidade que estava sendo posto em prática na capital do Amazonas no contexto do crescimento econômico da atividade extrativa de látex.

Sob a pena de altas multas ou de alguns dias na prisão, os artigos dos Códigos de Posturas Municipais de Manaus garantiam a manutenção de um espaço urbano salubre e sadio, o controle da população e dos que chegavam e a proibição de antigos hábitos que não poderiam mais ser tolerados, como a lavagem de roupas e o banho em igarapés, o comércio ao ar livre e a construção de casas irregulares. Dessa forma, “tais decisões sepultam hábitos e saberes locais e imposições de novos. Manaus se torna uma cidade ordenada e expropriada de seus antigos costumes, memórias e tradições”.

Os manauaras eram ocidentais, e como tais, precisavam estar ocupados, trabalhando, pois, o ócio era um problema, já que representava a não produtividade. Pelo Código de Posturas de 1890, o morador que

Viver sem indústria, renda, emprego ou profissão habitual certa, honesta e suficiente é considerado vadio e vagabundo e como tal obrigado, desde que for

³⁵⁷ HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 50.

³⁵⁸ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas (1859)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 100.

intimado pelo Fiscal, a tomar uma ocupação honesta dentro de quinze dias e no fim desse tempo deve provar ter tomado um emprego ou ocupação que lhe garanta subsistência³⁵⁹.

Antigos prédios do período provincial e mesmo colonial foram postos abaixo ou remodelados para dar lugar a casas comerciais importadoras e exportadoras, terrenos desapropriados para que fossem abertas ruas e grandes avenidas. Toda a atenção é direcionada para a região central. Na edição de 26 de janeiro de 1905 do *Jornal do Comércio* é sugerido para a Municipalidade ou para o Estado que, com pouco dinheiro, se expropriassem prédios e terrenos com casas velhas, sem higiene e mal construídas para o alargamento e embelezamento da área³⁶⁰.

Praças e jardins foram construídos, assim como o porto moderno, o Teatro, a Alfândega e as pontes metálicas, seguindo estilos arquitetônicos europeus e executados por engenheiros e paisagistas ingleses e franceses. Os igarapés, que por séculos fizeram parte do cotidiano local, dando um aspecto bucólico à urbe, foram aterrados e canalizados. Tentava-se apagar o passado acanhado, nativo, buscando referenciais burgueses vindos das cidades europeias.

Mas uma cidade modernamente gestada pelo capital possui suas contradições, os conflitos que surgem com o estabelecimento de uma nova ordem, os problemas do cotidiano, cotidiano esse positivamente generalizado nas falas dos dirigentes e dos historiadores tradicionais, visto sob a ótica das classes dominantes.

Diariamente os periódicos publicavam reclamações de moradores, públicas ou anônimas, sobre as condições de vida na cidade. Por volta de 1910 reclamava-se que a cidade estava em trevas, sendo necessário o uso de candeeiros a querosene, lamparinas e velas para suprir a ausência de energia elétrica nas casas. Os particulares, escreveu o autor do texto, “se conservam às escuras”, e tudo isso acontecia como se “não tivessemos chumbados a um contrato (Manáos Light Company) que tanto nos onera as algibeiras”³⁶¹. Um morador do bairro da Cachoeirinha, em uma queixa, escreveu que a iluminação no bairro era “para inglez ver, pois que todas as noutes conservava-se a avenida às escuras, o que se torna um perigo”³⁶².

No bairro nobre da Vila Municipal, ao norte, os moradores há tempos vinham queixando-se da falta de água, fornecida pela concessionária inglesa Manáos Improvements. Pedia-se “providencias a quem competir, esperando, como é justo, que ellas se tornem effectivas com urgencia”³⁶³. Um pouco distante dali, os moradores da rua Leonardo Malcher pediam que o Superintendente Municipal fizesse algo em relação ao encarregado da limpeza pública, que

³⁵⁹ Código de Posturas, 1890 In: DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. 2º Ed, Manaus: Editora Valer, 2007, p. 54.

³⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 26/01/1905. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³⁶¹ *Jornal do Comércio*, 19/07/1910. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³⁶² *Jornal do Comércio*, 30/1/1908. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³⁶³ *Correio do Norte*, 24/07/1909. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

mandava queimar o lixo naquela via na parte da noite, ficando os cidadãos “quasi asfixyados com o fumo que trazem as taes queimações”³⁶⁴.

Os trabalhadores que participavam do processo de modernização e embelezamento também sofriam. Os operários que estavam trabalhando nas obras do Porto da Manáos Harbour, onde eram enviadas e recebidas mercadorias, ficaram sem água potável, sendo obrigados a andar de porta em porta das redondezas “em procura do precioso líquido”³⁶⁵. No bairro do Mocó, a invasão de algumas casas por criminosos fez os moradores reivindicarem uma patrulha policial noturna. Os bondes elétricos corriam em alta velocidade pelas ruas centrais, não sendo raro estes pararem “20 metros distantes do logar prevenido onde se tem de saltar”³⁶⁶.

Na Avenida Eduardo Ribeiro, coroada como a principal artéria comercial da cidade, o cheiro de um pântano no canto do prédio do Restaurante 31 de Janeiro impedia que as mesas fossem ocupadas durante as refeições³⁶⁷. Quatro dias depois foram feitos os reparos, mas “infelizmente para a freguezia do mesmo [...] na hora do almoço, de modo que a refeição foi abandonada por causa do máo cheiro de que encheu-se o ‘restaurant’”. Foi uma “sorpresa de máo gosto”³⁶⁸.

Uma matéria de 1908, intitulada de ‘Os soffrimentos do povo’, publicada no Jornal do Comércio³⁶⁹, é bastante elucidativa sobre as dificuldades enfrentadas pelos habitantes de Manaus, tanto da área central, foco das ações de embelezamento e modernização, quanto dos bairros mais afastados, não privilegiados por esse processo ou tardiamente visados pela Municipalidade, em diferentes aspectos do viver:

Abençoados os tempos em que não existiam as magnificencias da civilização e o luxo do carro triumphal do progresso nesta terra dos Manáos, que a população vivia satisfeita e despreoccupada das exigencias mundanas, sem os horrores da fome envergonhada que por ahi acabrunha os lares e perturba as consciências.

Percebe-se, nessa introdução, como o autor do texto sentia as mudanças provocadas pela inserção da cidade de Manaus no modelo econômico capitalista e suas consequências, como a intensa luta de vida ou morte pela sobrevivência, chegando a lembrar e se lamentar pelos tempos em que a cidade não tinha sido tocada pela civilização, quando não existiam as cobranças características da economia de mercado e se vivia sem os problemas severos da “fome envergonhada”. Mais adiante, ele elenca os principais problemas enfrentados pelos manauaras, desde a fome aos de saúde:

³⁶⁴ Correio do Norte, 29/08/1909. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³⁶⁵ Quo Vadis, 13/12/1902. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³⁶⁶ Quo Vadis, 06/2/1903. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³⁶⁷ Quo Vadis, 07/3/1903. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³⁶⁸ Quo Vadis, 11/03/1903. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

³⁶⁹ As duas citações foram retiradas dessa matéria. Jornal do Comércio, 04/08/1908. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

As queixas surgem de toda a parte, ou antes, de todas as classes sociaes, contra a carestia excessiva da vida, relativamente à agonia dos pobres e ao supplicio mesmo dos remediados.

A sua miséria é grande e as guias policiaes já consignam obitos na via publica por inanição, rarissimos e por excepção, mas verdadeiros [...].

As febres palustres alastram pelos nossos arrabaldes, onde se acoutam em barracas os proletarios e muita gente decente.

Os exemplos anteriormente citados, dos mais variados tipos, revelam uma cidade marcada por contradições e conflitos, surgidos ou intensificados pela imposição de uma nova ordem no espaço urbano, característicos das áreas incorporadas pelo capitalismo industrial entre os séculos XIX e XX. Esse é, conforme Edinea Mascarenhas Dias, o outro lado do fausto, “é o aspecto que o imaginário da elite extrativista não registra, nem a historiografia produzida sobre a época”³⁷⁰.

Após vermos como a cidade passou de Lugar da Barra para Capital da Borracha, gostaria de discorrer rapidamente sobre o antigo espaço urbano de Manaus. Entre os séculos XVIII e as primeiras décadas do século XX a cidade possuía uma geografia e organização totalmente diferentes, para não dizer pitorescas. A vida girava em torno da zona portuária, atual Centro Histórico, dividido em bairros há muito desaparecidos³⁷¹.

O bairro de São Vicente tinha seus limites entre as ruas 15 de Novembro, Visconde de Mauá, Monteiro de Souza, Tamandaré, Itamaracá, Frei José dos Santos Inocentes, Bernardo Ramos, beco José Casimiro, travessa Vivaldo Lima, Governador Vitória e Taqueirinha. Nele estavam localizados alguns dos prédios e logradouros mais importantes da cidade, como o Hospital Militar, o Hotel Cassina, o Paço Municipal (atual Museu da Cidade de Manaus), o há muito desaparecido Éden Teatro, a Praça Dom Pedro II, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), o Palácio Rio Branco, a primitiva Igreja de Nossa Senhora da Conceição (destruída em 1850) e seu cemitério.

Não muito longe dali ficava o bairro dos Remédios, limitado pelas ruas Marquês de Santa Cruz, Leovigildo Coelho, Barés, Miranda Leão, Andradas, Barão de São Domingos, Rocha dos Santos, Mundurucus e Joaquim Nabuco. Nele foi construído no início do século XIX a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, ponto de referência da comunidade, que ali enterrava seus semelhantes. Cresceu rapidamente no final do século XIX com a exportação da borracha. Ao redor da Praça dos Remédios foram construídas residências e estabelecimentos comerciais de imigrantes sírios e libaneses.

O bairro Espírito Santo estava circunscrito pelas ruas da Instalação, avenida Sete de Setembro, Henrique Martins, Joaquim Sarmiento e Saldanha Marinho. Começou a ser urbanizado no

³⁷⁰ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 119.

³⁷¹ PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. **Geografia antiga do Centro de Manaus**. Blog História Inteligente, 11/10/2015. Disponível em: <https://historiainte.blogspot.com/2015/10/geografia-antiga-do-centro-de-manau.html>. Acesso em: 06/02/2024.

final do século XIX, quando o igarapé do Espírito Santo foi aterrado e deu lugar à avenida Eduardo Ribeiro, a principal artéria da cidade durante a Belle Époque.

Logo abaixo, em uma área bastante comercial, encontrava-se o bairro República, formado pela avenida Sete de Setembro (entre a avenida Eduardo Ribeiro e a avenida Floriano Peixoto) e as ruas Marechal Deodoro, Guilherme Moreira, Quintino Bocaiúva, Teodoro Souto, Marcílio Dias, Doutor Moreira, José Paranaguá e Rui Barbosa. Acima do bairro Espírito Santo ficava o da Campina. Tinha início onde hoje está a Praça e o Colégio Dom Bosco, antiga Praça Uruguaiana, passando pela sede do Atlético Rio Negro Clube, em frente a Praça da Saudade, e se estendia até os reservatórios da Castelhana e do Mocó.

Existia um bairro habitado por africanos libertos. Seu nome era Costa d'África, e estava localizado em terras ao norte do antigo Cemitério de São José, entre as ruas Leonardo Malcher e Luiz Antony.

O bairro do Caxangá, também central, estava limitado pelo Igarapé do Bittencourt, entre as ruas Jonathas Pedrosa, avenida Sete de Setembro, Cândido Mariano, Ajuricaba, Santa Isabel, Visconde de Porto Alegre, Duque de Caxias, Praça Rio Branco e a Ilha do Caxangá. O bairro mais distante era o Bairro de Nazaré, também conhecido como Alto de Nazaré, localizado nos altos da rua Silva Ramos. Como subúrbios existiam os bairros Vila Municipal (Adrianópolis), Constantinópolis, posteriormente renomeado como Educandos; Flores; São Raimundo; Colônia Oliveira Machado; Tócos, atualmente Aparecida; Cachoeirinha; e Praça 14 de Janeiro.

A dissertação terá como palco essa cidade, que de acordo com Jefferson Péres, conservava, ainda na década de 1940, os aspectos de uma quieta província:

Em meados dos anos 40, do século passado, Manaus era um modesto aglomerado urbano, de pouco mais de 100 mil habitantes, com todas as características de uma típica capital de província [...] As dimensões da cidade não eram pequenas apenas em termos demográficos, mas também espaciais, alcançando a leste os bairros de Educandos e Cachoeirinha, ao norte a Vila Municipal (hoje Adrianópolis), e a oeste São Raimundo. Mas esses eram subúrbios relativamente distantes. A rigor, a área urbana compreendia o espaço delimitado por esses bairros, nervo e coração da cidade, onde se concentravam o comércio, as repartições públicas, os centros culturais e mundanos, e onde residia maciçamente a classe média³⁷².

O Centro era cidade e a cidade era o Centro. Não é de se estranhar que, segundo a historiadora Vânia Maria Tereza Novoa Tadros, os manauaras, no passado, diziam “vou à cidade” quando se referiam à região central, onde se encontravam os serviços essenciais e os principais estabelecimentos comerciais³⁷³.

³⁷² PÉRES, Jefferson. **Evocação de Manaus – como eu a vi ou sonhei**. 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2002, p. 23.

³⁷³ TADROS, Vânia Maria Tereza Novoa. **Vamos à Cidade? A Crítica**, Manaus, 24/10/1997.

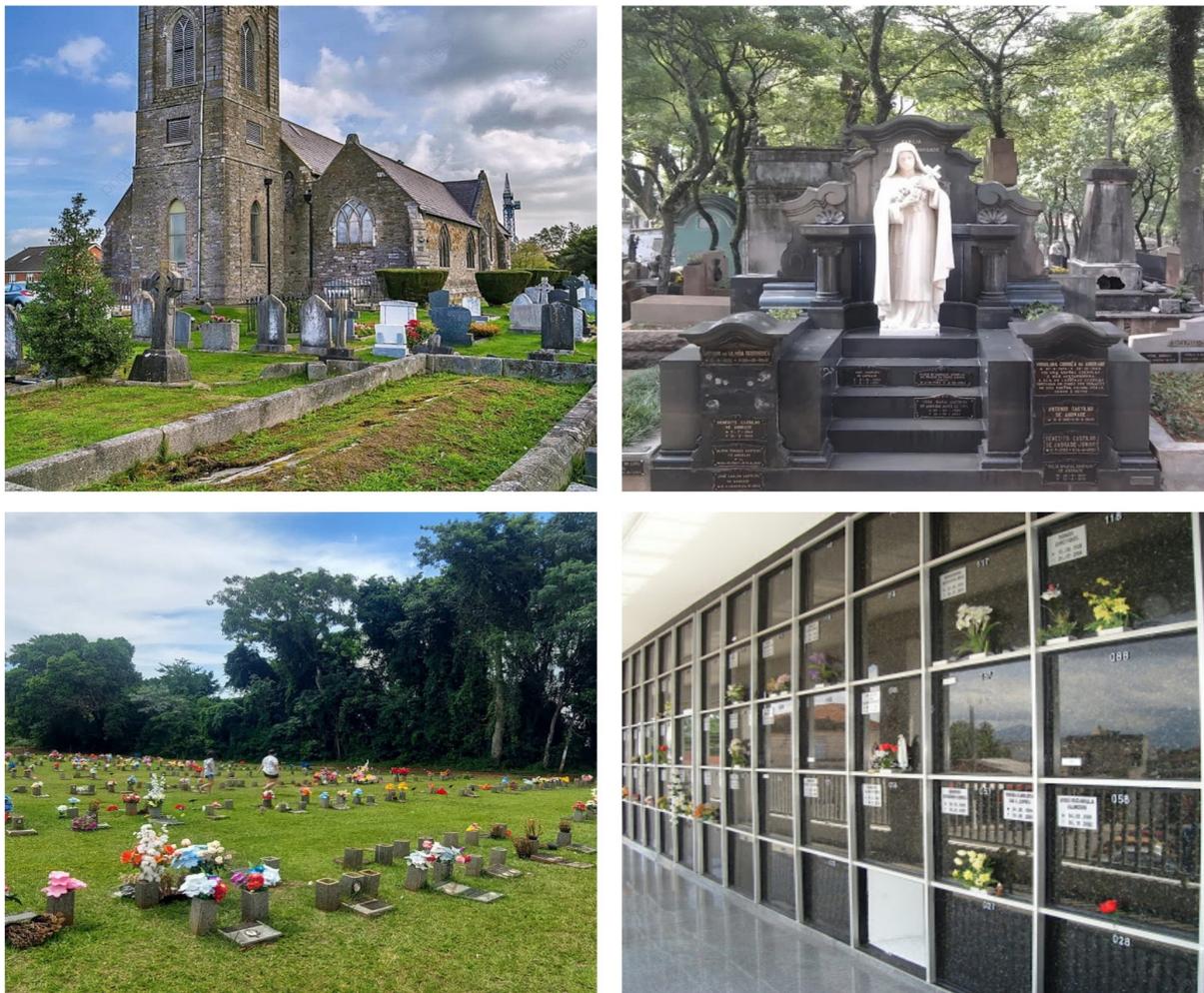
Com o crescimento da cidade, o surgimento de novas comunidades e zonas e a constante prática de mudança de nomes de logradouros, essas divisões desapareceram, sendo aglutinadas como bairro Centro, que por lei “começa no Ig. Dos Educandos com o Rio Negro; deste último até o Ig. De São Vicente; deste até a rua José Clemente; desta até a rua Luiz Antony; desta até o Ig. Da Castelhana; deste até a Av. Constantino Nery; desta até a Av. Sen. Álvaro Botelho Maia; desta até a rua Major Gabriel; desta até a rua Ramos Ferreira; desta até o Ig. Do Mestre Chico; deste até o Ig. Dos Educandos e deste até o Rio Negro”.

A corrida da borracha entre 1880 e 1910 trouxe milhares de pessoas para a cidade, que passaram a viver em péssimas condições em cortiços e casebres. Essa situação piorou na época da crise, a partir de 1920, quando milhares migraram do interior para a capital em busca de melhores condições de vida. A cidade inchou e se expandiu para além dos tradicionais limites urbanos. Surgiram novas necessidades, de habitação, trabalho e, principalmente, descanso para os mortos.

As transformações que se operaram em Manaus a partir do século XIX atingiram os vivos e os mortos, pois foram construídos cemitérios públicos em diferentes momentos do oitocentos e do século XX, seguindo novos padrões higiênicos e arquitetônicos.

2.3. Tipologias de cemitérios

Figura 32 – Tipos de cemitérios: 1) Eclesiástico; 2) Tradicional ou Histórico; 3) Jardim; 4) Vertical.



Fonte: Igreja de Santa Brígida, Irlanda (dreamstime.com); Cemitério da Consolação, São Paulo (G1 Globo); Cemitério Parque de Maringá (cemiterioparquedemaringa.business.site); Cemitério Vertical, Salvador (www.pensamentoverde.com.br).

O geógrafo Eduardo Coelho Morgado de Rezende e o arquiteto e urbanista Felipe Fuchs propuseram algumas tipologias de cemitérios, as quais considero importantes na constituição dessa cartografia. O primeiro propôs Cemitério Jardim; Cemitérios Verticais; Cemitério Tradicional ou Histórico; Cemitério Popular; Cemitério Misto; Cemitério Protestante; Cemitério Católico; Cemitério Judaico; e Panteão ou Monumento³⁷⁴. Fuchs estabeleceu três grandes grupos de cemitérios: Cemitério Eclesiástico, formado pela vala comum, cemitério de claustro, igreja-cemitério e cemitério de adro; Cemitérios Cívicos, formados por cemitério monumento e cemitério edifício; e Cemitérios Verdes, compostos por cemitério parque, cemitério jardim, cemitério bosque e cemitério ambiental³⁷⁵.

³⁷⁴ REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. 2º ed. São Paulo: Necrópolis, 2013. *Kindle Version*.

³⁷⁵ FUCHS, Felipe. Sobre a tipologia de espaços fúnebres cimiteriais. *Paisag. Ambiente: Ensaios*, São Paulo, v. 32, n. 48, 2021.

O cemitério eclesiástico é característico do período Medieval. A Igreja ficava responsável pela guarda dos corpos até o fim dos tempos. As pessoas mais pobres eram enterradas em valas comuns, principalmente em tempos de epidemias, as classes intermediárias no claustro, no adro e os burgueses e nobres dentro do templo. Estes três locais, como vimos anteriormente, variavam de acordo com o prestígio do falecido. O mais desejado era ficar perto do altar e das imagens e relíquias dos santos. Vivos e mortos dividiam o mesmo espaço, formando uma comunidade harmoniosa. Esse tipo de cemitério existiu por mais de um milênio, sendo substituído, entre fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, por questões de higiene, pelo cemitério extramuro. Em Manaus foram criados e existiram entre o final do século XVII e a segunda metade do século XIX.

No cemitério tradicional ou histórico são sepultados empresários, políticos, artistas, intelectuais e personalidades de outras áreas, que formam a elite de uma sociedade. Seus túmulos e jazigos são grandiosos, monumentais, símbolos de poder e marcadores sociais executados por artistas e construídos com materiais caros como mármore, bronze e granito. Foi criado em meados do século XIX, quando ocorre a proibição dos enterros nas igrejas. Também é conhecido como cemitério monumento, como destaca Fuchs. Rezende registra que “A localização desses cemitérios costuma ser próxima ao centro da cidade, pois eram construídos um pouco afastados do centro, porém com a expansão das cidades eles acabaram ficando cercados pelos novos bairros e seus muros de prédios”³⁷⁶. Para Fuchs ele é um marco, pois representa a “[...] a transferência da responsabilidade pela questão fúnebre da Igreja para os Estados modernos por meio da secularização”³⁷⁷. Rezende e Fuchs, dessa forma, demonstram que ele é fruto do pensamento ilustrado burguês da virada do século XVIII para o XIX.

É um espaço que oferece várias possibilidades de ensino, englobando arte, arquitetura, história, sociologia, filosofia e religiosidade. Por seu valor histórico, cultural e artístico, costuma ser um bem tombado a nível municipal, estadual e nacional, como é o caso dos cemitérios Santa Isabel de Mucugê, na Bahia, Portão do Cemitério de Arez, no Rio Grande do Norte, Cemitério do Batalhão, no Piauí, e o Cemitério da Soledade, em Belém-PA. Manaus conta com apenas um cemitério desse tipo, o Cemitério de São João Batista.

O cemitério popular é destinado ao sepultamento das pessoas comuns, as classes menos favorecidas. Não possui túmulos e jazigos monumentais, apenas cruzeiros fíncadas na terra, algumas com a identificação do morto, outras apenas com as datas de nascimento e falecimento. Sua paisagem é triste e nos leva a refletir sobre as desigualdades que são impostas a milhares de homens e mulheres durante a vida, como a fome, a violência, a humilhação, o impedimento de sonhar, a transformação em nada; e durante a morte, com a impossibilidade de se ter um local digno para

³⁷⁶ REZENDE, 2013, op. cit.

³⁷⁷ Ibid, p. 09.

repousar. Geralmente, após três anos, os restos mortais são exumados e alocados em um ossuário. A procura por espaço para sepultamentos é constante, por isso a rapidez. O maior cemitério popular da América do Sul, o Cemitério de Vila Formosa, está localizado em São Paulo. Os indigentes de Manaus são sepultados no Cemitério Parque Tarumã, o qual ganhou as manchetes do Brasil e do mundo durante a pandemia de Covid-19, quando grandes áreas de mata foram derrubadas para a abertura de novas covas.

O cemitério misto possui tanto túmulos e jazigos de grande porte, perpétuos, como sepulturas simples, provisórias. A estratificação social é bastante visível nesse caso. Rezende informa que esse tipo é mais comum em cidades pequenas que possuem um único cemitério para toda a população, mas também existem casos de cemitérios mistos em cidades grandes. Em Manaus, se encaixam nessa tipologia os cemitérios de São Francisco, Nossa Senhora da Piedade, Santa Helena e Santo Alberto, ambos localizados nos subúrbios. Os cemitérios católicos, protestantes e judaicos podem ser entendidos como cemitérios religiosos, onde geralmente são sepultados apenas seguidores de religiões específicas. Manaus conta, desde 1928, com um Cemitério Judaico, localizado no Cemitério de São João Batista.

Historicamente, o panteão é um templo dedicado aos deuses da mitologia greco-romana. No Panteão ou Monumento cemiterial, em uma associação com as figuras divinas, estão sepultados os heróis da pátria e outras pessoas notáveis da História. A construção desses locais específicos visa a homenagem e imortalização de seus feitos. No Brasil temos o Panteão de Duque de Caxias, o Obelisco do Ibirapuera, onde jazem os mortos na Revolução Constitucionalista de 1932, o Mausoléu das Vítimas da Intentona Comunista, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, e o Pantheon dos Andradas, em Santos-SP, onde estão sepultados José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Patrício Manuel e Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

O cemitério jardim é originário dos Estados Unidos e, como o nome indica, é um amplo jardim/parque coberto por placas que identificam as sepulturas. O modelo chegou ao Brasil na década de 1960, sendo introduzido primeiramente em São Paulo. Neles, aparentemente, não existem diferenças sociais, pois não possuem túmulos e jazigos monumentais como marcadores de classe. No entanto, como salienta Rezende, as diferenças ficam por conta dos altos custos das sepulturas perpétuas, inalcançáveis para o grosso da população. Manaus conta, desde a década de 1970, com cemitérios parques nesse estilo. Segundo Fuchs, “[...] pode-se dizer que a associação desse tipo de espaço fúnebre à ideia de parque é entendida sob a ótica de um retorno a uma natureza domesticada, um ambiente cuidadosamente pensado de modo a proporcionar um ideal de natureza”³⁷⁸.

³⁷⁸ FUCHS, 2021, op. cit., p. 10.

O cemitério bosque, em que a paisagem é dominada por árvores de grande porte, é característico da cultura nórdica, em que a floresta é tida como o lar primordial dos seres humanos. O tipo de cemitério mais recente é o ambiental/ecológico. Nele os enterros são feitos de forma natural, sem intervenção de técnicas de conservação, com os cadáveres postos em receptáculos biodegradáveis que facilitam a decomposição e a integração à terra, onde se transformam em matéria orgânica. Já existem no Brasil alguns cemitérios desse tipo, como o Cemitério Ecológico Municipal de Conchas, em São Paulo, o Cemitério Ecológico das Alamedas Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul.

Os cemitérios verticais têm como principal característica o formato, com sepultamentos realizados em gavetas superpostas e acima do solo, que garantem a economia de espaço. Ao contrário do jardim, que visa manter o contato com a natureza e é convidativo a contemplações, os verticais possuem uma paisagem melancólica, cinzenta, concretada. Segundo o historiador Mauro Dillmann Tavares, a verticalização teve início na década de 1920 e se consolidou na década de 1930 no Cemitério da Irmandade São Miguel e Almas de Porto Alegre-RS, possivelmente o primeiro cemitério da América Latina a adotar esse modelo³⁷⁹. Começaram a se popularizar no Brasil, de fato, na década de 1970. Nos últimos anos a prefeitura de Manaus vêm ampliando os sepultamentos em gavetas no Cemitério Nossa Senhora de Aparecida.

As tipologias de Rezende e Fuchs são baseadas em aspectos geográficos, sociais, religiosos e econômicos. Ao longo de sua história, até a década de 1930, como veremos a seguir, Manaus contou com necrópoles eclesiásticas, tradicionais, históricas ou monumentais, populares e mistas. Acrescenta-se, nessas tipologias, os cemitérios indígenas.

³⁷⁹ TAVARES, Mauro Dillmann. A morte tem sua beleza no sul: túmulos, culto e memória na Porto Alegre do século XX. *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 2, n.º. 7 – Setembro de 2013, p. 340.

2. 4. Cemitérios indígenas

Ao caminhar pelos chãos da cidade, entramos em contato com diferentes temporalidades. Por onde andamos, muitas vezes desatentos, gerações anteriores caminharam, deixando suas marcas e visões de mundo. Um local de trânsito, habitação, comércio e divertimento, pode ter tido outros usos para os povos originários. Falar sobre os cemitérios indígenas é falar sobre a ocupação da Amazônia, sobre a qual se faz necessária uma breve abordagem.

Os cronistas europeus que passaram pela região entre os séculos XVI e XVII deixaram interessantes e importantes relatos sobre as populações indígenas, auxiliando na reconstituição da demografia amazônica antes e durante a conquista. Frei Gaspar de Carvajal viu na província de Machifaro, ou Machiparo, na margem direita do Solimões, "[...] muitas e grandíssimas povoações que reúnem cincoenta mil homens, entre os trinta e setenta anos". A abundância de comida – tartaruga, carne, peixe e biscoito – era tanta que "[...] daria para sustentar um batalhão de mil homens durante um ano"³⁸⁰.

Esses relatos demonstram que a Amazônia foi uma região densamente povoada, sofrendo um catastrófico decréscimo populacional nos dois primeiros séculos da colonização, causado pela violência da escravidão e pela letalidade das doenças. Quando começou a ocupação do território?

Segundo o arqueólogo Eduardo Góes Neves, a região começou a ser ocupada há cerca de 11 mil anos, mas essa presença pode ser ainda mais antiga. Na caverna de Pedra Pintada, localizada em Monte Alegre, no Pará, foram encontrados indícios datados de 9.200 a. C. Na gruta Lapa do Sol, na bacia do Guaporé, no Mato Grosso, foram encontrados resquícios de 12 mil a. C. O pesquisador explica que

De qualquer modo, diferentes partes da Amazônia já eram ocupadas em torno de 7000 a. C. As evidências vêm de locais tão diversos como a serra dos Carajás, no Pará; a bacia do rio Jamari, em Rondônia; a região do rio Caquetá (Japurá), na Colômbia; o baixo Rio Negro, próximo a Manaus, e o alto Orinoco, na Venezuela³⁸¹.

Apesar de os grupos nativos terem diferentes culturas e formas de sociabilidade, eles compartilhavam entre si a exploração sustentável da fauna e da flora, pescando, coletando, cultivando o solo e caçando animais de pequeno porte. De suas atividades restaram artefatos de pedra polida, fragmentos de pontas de lança, potes e vasilhames.

A arqueóloga estadunidense Betty Meggers defendia a tese de que o ambiente amazônico, pobre em nutrientes e sem animais de grande porte, teria impedido a formação de grandes

³⁸⁰ CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Descobrimto do Rio das Amazonas**. Traduzidos e anotados por C. de Melo-Leitão. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 37-39.

³⁸¹ NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 24.

contingentes populacionais, contribuindo para a "degeneração" de seus habitantes. Em contrapartida, a também arqueóloga estadunidense Anna Roosevelt defende que as terras baixas da região (várzeas), ricas em nutrientes e com grande fartura, foram o polo irradiador da povoação da Amazônia, abrigando cacicados complexos e sofisticados:

Desta forma, enquanto habitat da ocupação humana pré-histórica, a Amazônia surge como mais rica, complexa e variada do que pensávamos. Mais significativo para a compreensão dos padrões da adaptação nativa e desenvolvimento cultural é, provavelmente, o fato de que existiram determinadas áreas nas quais a abundância de recursos sustentava populações caçadoras-coletoras, horticultoras e agricultoras durante longos períodos, e que nestas áreas se desenvolveram grandes populações indígenas³⁸².

Diferente da tradicional periodização da Pré-História europeia, dividida em Paleolítico, Mesolítico e Neolítico, a Pré-História da Amazônia é dividida em três fases distintas das propostas por Thomsem, Lubbock e Mortillet: fase Paleoindígena, fase Arcaica e fase da Pré-História Tardia. Isso se dá pelo fato de a Pré-História da região ainda não ter sido plenamente estudada e possuir suas próprias particularidades.

A fase Paleoindígena vai de 11.000 a 7.500 a. C. Os primeiros habitantes da Amazônia eram nômades, e sobreviviam da coleta de frutos, moluscos, da agricultura rudimentar e da caça de animais de pequeno porte. Nas regiões do norte do Rio Orenoco, no escudo e na costa da Guiana e no Rio Galera, no Mato Grosso, foram encontradas ferramentas de pedra como machados, pontas de lanças e raspadores. Apesar de as pontas de lanças terem sido encontradas, a caça de grande porte era rara. As gravuras rupestres desse período, de acordo com Anna Rosevelt, "[...] abrangem círculos rajados, faces humanas estilizadas ou máscaras, triângulos púbicos femininos, motivos baseados nos pés humanos, quadrúpedes, motivos geométricos sombreados e cavidades para trituração e raspagem"³⁸³.

A fase arcaica compreende o período de 7.500 a. C. a 1.000 a. C., sendo caracterizada pela existência de complexos pré-cerâmicos, evidenciando a transição dos grupos coletores para grupos mais complexos que praticavam a agricultura de subsistência. Os sambaquis, depósitos artificiais de conchas, são as principais fontes dessa época. No sambaqui de Taperinha, em Santarém-PA, foram encontrados instrumentos de pedra lascada (machados, moedores e quebradores de grãos), de ossos e alguns exemplares de cerâmica avermelhada com desenhos geométricos. O tamanho dos sambaquis indica o aumento demográfico e o surgimento de grupos humanos que passaram a se fixar em um único local. "Nesse sentido", explica Roosevelt, "este estágio parece representar uma

³⁸² ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 57.

³⁸³ Ibid, p. 58.

fase de intensificação da subsistência e do crescimento populacional similar àquela do Mesolítico no Velho Mundo"³⁸⁴.

A Pré-História Tardia vai de 1000 a. C. a 1000. d. C. Se desenvolvem, à margem dos principais rios da Amazônia, sociedades indígenas bastante complexas em aspectos demográficos, econômicos e políticos. Elas são conhecidas como cacicados complexos. Por volta do ano 1000 a. C. surgiram as culturas dos construtores de tesos, aterros artificiais inundáveis onde eram erguidas as aldeias. Elas foram sucedidas por sociedades mais desenvolvidas, divididas hierarquicamente, apresentando uma cerâmica altamente refinada, cujos melhores exemplares são encontrados na Ilha do Marajó e na região de Santarém-PA.

Quantos eram os indígenas antes da conquista? O professor William M. Denevan, do Departamento de Geografia da Universidade de Wisconsin-Madison, estimou para a Grande Amazônia (bacia Amazônica, leste e sul dos Andes e Amazônia Legal) uma população de 6 milhões e 800 mil, dos quais 5 milhões habitavam a bacia Amazônica. O historiador John Hemming, no final da década de 1970, estimou a população da bacia Amazônica no período pré-colonial em 3 milhões 625 mil indivíduos³⁸⁵.

O antropólogo Antônio Porro registra que os grupos linguísticos que compunham a Amazônia antes da chegada dos europeus eram oito: Aruak, Karib, Tupi, Jê, Katukina, Pano, Tukana e Xiriana. Os povos que formam esses grupos, cerca de 90, encontram-se distribuídos pela bacia hidrográfica da região³⁸⁶.

Os cemitérios indígenas, dessa forma, são vestígios da milenar presença indígena que se tenta apagar na sociedade brasileira. Não há nenhum exagero quando a antropóloga Sandra Benites, da etnia Guarani Nhandewa e curadora adjunta de arte brasileira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP, em entrevista à revista de arte *Contemporary And América Latina*, afirmou que “As cidades são cemitérios indígenas”³⁸⁷. A partir do estudo dessas necrópoles é possível reconstituir os modos de vida e o cotidiano dos povos originários.

Antes de dar início à abordagem sobre os cemitérios indígenas de Manaus, cabe aqui uma breve análise sobre os ritos fúnebres entre os povos indígenas brasileiros, pois cada grupo humano possui suas formas de encarar a morte. Essas particularidades se fazem ainda mais presentes nas sociedades indígenas brasileiras, bastante diversificadas entre si. Seus ritos fúnebres foram registrados desde o início da colonização por viajantes e cronistas europeus.

³⁸⁴ Ibid, p. 61.

³⁸⁵ FREIRE, José Ribamar Bessa (org.); PINHEIRO, Geraldo P. Sá Peixoto; TADROS, Vânia Maria Tereza Novoa; SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; COSTA, Hideraldo Lima da. **A Amazônia Colonial (1616-1798)**. 4º ed. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1991, p. 10.

³⁸⁶ PORRO, Antônio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

³⁸⁷ GONZATTO, Camila. **Conversa com Sandra Benites**. *Contemporary And América Latina – C& América Latina*. Disponível em: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/as-cidades-sao-cemiterios-indigenas-sandra-benites/>

Os povos do litoral, de acordo com Frei Vicente do Salvador³⁸⁸, embrulhavam os cadáveres nas redes em que dormiam e os sepultavam em covas profundas com comida, tabaco, água e armas. As mulheres e filhas se pintavam e choravam dias a fio. Se o morto era o principal da aldeia, seu corpo era embebido em mel e coberto com penas de pássaros, sendo colocada uma carapuça de penas em sua cabeça e outros enfeites. Na oca em que habitava era aberta uma cova e nela armada uma rede, onde era deitado e sepultado com água, comida, tabaco, armas e uma pequena fogueira. A cova era fechada com madeira e terra.

Em sinal de respeito e dor, as mulheres cortavam seus cabelos e tingiam-se de jenipapo. Caso o falecido fosse a mulher, o marido também passava pelo mesmo processo. As crianças eram enterradas em posição fetal em potes e sepultadas em suas casas. Em memória ao morto, são realizadas grandes cerimônias onde seus feitos eram cantados³⁸⁹.

No início do século XX, o etnógrafo paranaense Telêmaco Borba realizou importantes pesquisas sobre os indígenas Kaingang, que habitam os Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sobre seus ritos fúnebres, registrou que, logo que alguém morria, era enterrado deitado com arco, flechas, curú e machado em uma cova rasa, forrada e coberta com madeiras e terra. Essa cova era feita pelos membros da comunidade, que trabalhavam a terra até ela tomar a forma de uma grande pirâmide. Concluído o trabalho, todos se dirigiam para a aldeia de origem do morto, fazendo uma fogueira e sentando ao seu redor, bebendo kiki, dançando e contando os feitos do falecido. Quando a bebida acabava, todos se lavavam no rio e iam dormir³⁹⁰.

O Caapores, do Maranhão, estudados por Darcy Ribeiro³⁹¹, tem especial cuidado com os doentes, os medicando e alimentando. Isso, no entanto, só ocorre quando a doença é conhecida, não oferecendo maiores riscos para os outros. Se a enfermidade é desconhecida e contagiosa, tendo origem no contato com os brancos, o enfermo corre o risco de ser abandonado por amigos e conhecidos, restando apenas o socorro dos familiares. Se a aldeia for contaminada, ela é logo abandonada, pois eles acreditam que a doença é uma entidade maléfica. Em alguns casos os mortos são apenas enrolados em suas redes e abandonados na mata.

Para o sepultamento, é cavada uma cova profunda que caiba o morto em sua rede. Ele é pendurado com dois paus e coberto com folhas. São deixados no local água, farinha, tabaco, uma pequena fogueira e, para homens, armas. Temendo a perseguição do espírito do falecido, os vivos abandonam a aldeia e criam, pela mata, obstáculos para atrapalhá-lo³⁹².

³⁸⁸ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Revisão de Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e frei Venâncio Willeke, OFM; apresentação de Aureliano Leite. 7^o ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 83-84.

³⁸⁹ Ibid, p. 83-84.

³⁹⁰ BORBA, T. **Actualidade indígena**. Curitiba, Paraná: Typographia E. Lytog. A Vapor Impressora Paranaense, 1908, p. 13.

³⁹¹ RIBEIRO, Darcy. **Diários índios: os Urubu-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 120-121.

³⁹² Ibid, p. 120-121.

Na região do Xingu os indígenas realizam o Kuarup, ritual em homenagem aos mortos ilustres. Ele tem como base a figura lendária de Mawutzinin, o primeiro homem. Nos primórdios da humanidade, ele desejou trazer os mortos de volta à vida. Para isso, cortou três troncos de árvore kuarup, os levou para a aldeia, fincou-os na terra e os pintou e decorou com penas e colares. Os habitantes foram avisados de que deveriam ficar em suas ocas até que os troncos se transformassem nas pessoas falecidas. Perto da conclusão da transformação, Mawutzinin advertiu que aqueles que tivessem mantido relações sexuais na noite anterior não poderiam participar. Um indígena que havia sido proibido, curioso, viu a transformação dos kuarup, quebrando o encanto. Com isso, o ritual se tornou uma grande festa de rememoração dos mortos³⁹³.

Os Marubo, do Amazonas, tinham, no passado, o costume de cremar seus mortos, abandonando a prática após terem contato com os colonizadores. Conforme registrado em relatório³⁹⁴ elaborado por Delvair Melatti, da FUNAI, e Júlio Melatti, da Universidade de Brasília (UnB), eles pegavam uma parte do peito que não queimava e guardavam em um pote. Essa parte passava a representar o espírito do morto, agora guardado dentro da maloca. As cinzas eram misturadas com mingau e ingeridas. Era realizado um ritual em que as pessoas não dormiam por cinco dias.

Após abandonarem essa prática, passaram a enterrar seus mortos em cemitérios. Cada maloca tinha os seus para crianças e adultos. Os adultos eram velados por um dia e uma noite, e as crianças por uma noite. O espírito do adulto era temido. O cadáver era posto em um jirau e sepultado sem adereços e com pertences pessoais. A cova era selada com paus e terra³⁹⁵.

Entre os Bororo, habitantes do Mato Grosso, a morte é a etapa da vida mais celebrada. Os funerais são ocasiões especiais em que os antepassados são lembrados. A antropóloga Sylvia Caiuby Novaes registra que seus rituais fúnebres podem se estender por três meses, passando pela morte, pela decomposição e o enterro.

O morto é enrolado em uma esteira e sepultado no centro da aldeia, sendo todos os dias regado para acelerar a decomposição. Seus pertences são queimados e o cadáver é verificado periodicamente. Até restarem somente os ossos, são realizados diferentes rituais de caça e de pesca reproduzindo o cotidiano abalado pela morte. E as celebrações não são marcadas unicamente pela tristeza, mas também pela festividade e alegria. Com a decomposição completa, os ossos são lavados, ornamentados e depositados em um cesto seguindo a ordem anatômica que ele teve em vida. O cesto é levado para uma baía e afundado na água³⁹⁶.

³⁹³ ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Kuarup**. Rota Brasil Oeste, 25/08/2003. Disponível em: <http://www.brasiloeste.com.br/2003/08/kuarup-4/>. Acesso em 09/04/2023.

³⁹⁴ MELATTI, Delvair Montagner; MELATTI, Julio Cezar. **Relatório sobre os índios Marubo**. Brasília: UnB, 1975, pp. 57-58.

³⁹⁵ Ibid, p. 57-58.

³⁹⁶ NOVAES, Sylvia Caiuby. Funerais entre os Bororo. Imagens da refiguração do mundo. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 49, n. 1, p. 283-315, jun. 2006.

Um personagem é central nas atitudes das sociedades indígenas diante da morte: o Pajé, líder espiritual, curandeiro e detentor dos segredos ocultos. O médico João Bosco Botelho e a historiadora Vânia Maria Tereza Novoa Tadros, em artigo sobre sua resistência contra os conquistadores europeus, registram que desde o início da colonização sua figura era destacada pelos cronistas por conta de seus poderes sobre o mundo dos mortos:

Nos registros produzidos pelos viajantes que regressavam do continente americano, tenham eles sido escritos pelos representantes da Igreja ou da realeza, foi constante a citação da existência de um personagem especial – o pajé –, entre os povos nativos, respeitado por todos pelo poder de comunicar-se com os espíritos e aplacar a fúria dos deuses, com os objetivos de curar doenças, evitar ou provocar mortes, prever a tragédia e indicar a época própria para as guerras³⁹⁷.

Segundo o antropólogo Renato Sztutman, os rituais fúnebres indígenas têm como objetivo separar os vivos dos mortos, possibilitando que estes últimos sejam integrados ao além³⁹⁸. Por isso os cuidados com o cadáver, com as etapas de decomposição e com o enterro definitivo são tão importantes, pois caso sejam mal realizados, fazem com que o espírito do morto permaneça circulando no mundo dos vivos.

Antes da chegada dos europeus, o território que viria a ser conhecido como Manaus era habitado, desde tempos imemoriais, por diferentes povos indígenas, como os baré, passé, manau, mura e tarumã. Aqui estabeleceram suas comunidades, vivendo da caça, da pesca, da coleta e da agricultura. A conquista portuguesa, no século XVII, desagregou seus modos de vida, impondo, dentro de uma lógica mercantilista e por meio da violência, uma nova cultura.

Por volta de 1669 os portugueses construíram a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, erguida na margem esquerda do Rio Negro, que tinha como funções assegurar o domínio português naquela distante região da América Portuguesa e resguardá-la das pretensões expansionistas de espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. De acordo com o historiador José Ribamar Bessa Freire, “A fortaleza, que deu origem à atual cidade de Manaus, foi construída em cima de um cemitério indígena – fato sugestivo, carregado de simbolismo que, como imagem, sintetiza por si só todo o processo colonial”³⁹⁹.

A fortaleza, símbolo do poder do invasor, foi construída com a mão de obra dos indígenas escravizados, e “O barro por eles usado foi retirado, ironicamente, dos potes destruídos e das sepulturas violadas. Profanaram assim a memória dos mortos, perturbando seu descanso eterno e

³⁹⁷ BOTELHO, João Bosco; TADROS, Vânia Maria Tereza Novoa. A histórica resistência do Pajé. In: **Amazônia em Cadernos**, n. 6, jan./dez., 2000, p. 274.

³⁹⁸ SZTUTMAN, Renato. **Rituais**. Povos Indígenas do Brasil. Agosto de 2008. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Rituais>. Acesso em 09/04/2023.

³⁹⁹ FREIRE, José Ribamar Bessa. Manaus, Barés e Tarumãs. **Amazônia em Cadernos**, v. 2, n° s, 2/3, Universidade do Amazonas – Museu Amazônico, 1994, p. 168.

tripudiando sobre os restos mortais”⁴⁰⁰. Impossível mensurar o peso dessa violência, uma verdadeira pedagogia do medo utilizada como instrumento de dominação. Além da fortaleza, foi construída em 1695 a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, ao redor da qual os moradores “caríuas” (brancos) do povoado passaram a ser enterrados, e uma praça conhecida como Largo da Trincheira.

O cemitério citado por Bessa Freire se estendia da fortaleza até a atual Praça Dom Pedro II, no Centro Histórico. O historiador e geógrafo Agnello Bittencourt, em trabalho memorialístico, lembra que quando foram realizadas obras na praça e arredores no governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), “grande número de igaçabas (urnas funerárias) foi encontrado, levando à conclusão de que o núcleo principal do cemitério ficava sobre a praça e onde hoje se acham o Palácio Rio Branco e o grande edifício ao seu lado. Centenas de urnas ali estavam, naquela miracanguera dos aborígenes”⁴⁰¹.

Dessa necrópole existem as igaçabas preservadas no Museu da Cidade de Manaus (Paço Municipal), os relatos dos viajantes e uma interessante gravura publicada no livro *Viagem através da América do Sul, do Oceano Pacífico ao Atlântico*, do explorador francês Paul Marcoy, que visitou a cidade em 1847.

⁴⁰⁰ FREIRE, José Ribamar Bessa. **Tenório: o Memorial indígena e o Pirarucu-de-Casaca**. Taquiprati, 28/02/2021. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/1570-tenorio-o-memorial-indigena-e-o-pirarucudecasaca>. Acesso em 06/01/2024.

⁴⁰¹ BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus – Pródromos e Sequências**. Manaus: Artenova, 1969, p. 32-33.

Figura 33 – Cemitério indígena de Manaus, atual Praça Dom Pedro II.



Fonte: MARCOY, Paul. **Voyage à travers l' Amérique du Sud, de l' Océan Pacifique à l' Océan Atlantique**. Paris: Librairie de L. Hachette etc Co, 1869.

Mário Ypiranga Monteiro afirma que esse cemitério “corresponde atualmente ao trecho ocupado pela praça de Nove de Novembro, praça Dom Pedro Segundo, edifício do I. A. P. E. T. E. C⁴⁰². A localização corresponde ao antigo bairro de São Vicente de Fora, local de nascimento da cidade, limitado pelas ruas 5 de Setembro, Bernardo Ramos, Frei José dos Inocentes, Visconde de Mauá, Monteiro de Souza, Tamandaré e Itamaracá.

Além desse cemitério, o historiador Robério dos Santos Pereira Braga cita a existência de outro no bairro dos Remédios, onde foi construída, no início do século XIX, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, seu cemitério e sua praça. Ele descreve esses espaços como locais sem o mínimo de organização “[...] em que mesclavam enterros de brancos, negros e índios, cada um conforme os seus costumes”⁴⁰³. Sobre essa necrópole, Monteiro afirma que dela foram retiradas várias igaçabas⁴⁰⁴.

⁴⁰² MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro Histórico de Manaus**. Vol I. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1998, p. 145.

⁴⁰³ BRAGA, Robério. **Os primeiros cemitérios de Manaus**. Série Memória, SEC-AM, 2003, p. 01.

⁴⁰⁴ MONTEIRO, 1998, op. cit., p. 589.

A construção das igrejas e suas praças sobre os cemitérios indígenas, assim como o forte, é um ato simbólico do processo de colonização. Muito mais que um elemento voltado apenas para o campo espiritual, a religião estava intimamente ligada à guerra. Sendo assim, podemos falar de um apagamento ou da resignificação do território? Do ponto de vista da História Cultural e das Mentalidades e tendo em vista a formação social e cultural da cidade, a ideia de uma conjugação entre esses dois processos é a mais correta. Logo que penetrou em terras desconhecidas, o colonizador tratou de recriar, ainda que de forma imperfeita, suas instituições e locais de referência de sua terra natal. A terra nativa, repleta de igaçabas, foi benta, sacralizada, estando apta a receber uma nova forma de sepultamento.

Os cemitérios indígenas, assim como os campos santos ocidentais, são espaços sacralizados carregados de significados para suas comunidades. O local escolhido para o enterro, a posição em que o corpo era sepultado e os rituais de despedida fazem parte de um rico universo simbólico. Os nativos, com forte conexão com a natureza, também acreditavam na força dos espíritos de seus antepassados, que os ajudariam no plano terreno.

Em pouco tempo essa população indígena foi subjugada social e culturalmente pelos colonizadores, abandonando o uso de seus tradicionais cemitérios. Nos dois séculos seguintes já temos registros dessa mudança. Marcoy registrou em sua obra que nada restou dos primitivos habitantes do lugar. Nem uma casa ou outra construção de porte. A cidade que visitou por volta de 1847 foi erguida em cima dos rastros desses povos. A conquista foi extremamente violenta. O viajante tomou nota sobre as igaçabas, urnas funerárias utilizadas pelos indígenas.

O local ocupado pela cidade é reconhecível por escavações circulares que se estendem até o sopé da fortaleza. Essas escavações são sepulturas. Alguns ainda guardam, intactos ou partidos, os jarros de terracota em que os Manáos depositavam os seus mortos. Esses vasos, de pasta grossa e de cor marrom-avermelhada escura, estão no térreo. Sua altura varia de setenta centímetros a um metro; o diâmetro de seu orifício é de cerca de quarenta centímetros. Desenhos sem forma, losangos, zigue-zagues, galões, etc, são traçados em preto em seus lados. Alguns têm tampa; mas a maioria está escancarada e vazia. Dos corpos que continham, resta para o ensino dos curiosos apenas uma mistura de cinzas humanas e poeira trazida pelo vento⁴⁰⁵.

Àquela altura o cemitério indígena já não tinha mais uso. Havia se transformado em espaço de trânsito para a população. Exemplo disso é o relato do viajante italiano Gaetano Osculati, que esteve na cidade em 1848. Ele viu, no Largo do Quartel (atual Praça Dom Pedro II), um pelotão de soldados marchando sobre as igaçabas – que a floravam do solo durante as chuvas – quebrando suas bordas com os pés durante o treinamento⁴⁰⁶. Uma clara demonstração de apagamento cultural. Em

⁴⁰⁵ MARCOY, Paul. *Voyage à travers l'Amérique du Sud, de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique*. Paris: Librairie de L. Hachette etc Co, 1869, p. 421.

⁴⁰⁶ FREIRE, José Ribamar Bessa. *O Lugar Sagrado da Barra: Manaus*. Taquiprati, 15/02/2004. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/302-o-lugar-sagrado-da-barra-manaus>.

1867 o desenhista, pintor, fotógrafo e engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger, durante expedição pela região amazônica, esteve em Manaus, deixando um breve relato sobre o cemitério indígena e a gravura de uma dessas peças:

As ruínas do pequeno forte português, São José da Barra do Rio Negro, – regista – são vistas à esquerda. Mas elas despertam muito menos interesse que um velho cemitério indígena, recentemente descoberto ao nivelar-se o terreno na vizinhança de suas muralhas. Centenas daquelas urnas de argila vermelha (igaçabas), que os aborígenes usam para enterrar seus mortos, são vistas em longas fileiras, e a não grande profundidade da terra. Em várias delas, os restos de ossadas humanas têm sido encontradas, e o seu estado de decomposição mostra que elas são de data bem antiga⁴⁰⁷.

⁴⁰⁷ BITTENCOURT, Agnello. **Manaus – sua origem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico – IBGE, v. 7, n. 76, p. 385-395, jul. 1949.

Figura 34 – Igaçaba. Gravura de Franz Keller-Leuzinger, 1867.



Fonte: KELLER-LEUZINGER, Franz. **The Amazon and Madeira Rivers: sketches and descriptions from the note-book of an explorer.** Philadelphia: J. B. Lippincott and Co., 1875, p. 40. Biblioteca Brasileira Guida e José Mindlin.

Tal situação também ocorria no interior da Província. O Cônego Francisco Bernardino de Souza, em suas memórias sobre o Vale do Amazonas publicadas em 1873, lembra de ter visto, na Vila de Serpa (Itacoatiara), grande número de igaçabas, que caíam dos barrancos durante fortes chuvas. Ele informa que “Muitas dessas urnas tem sido recolhidas pelos tranzeuntes, como objectos de curiosidade, sem comtudo lhes darem importância alguma, e d’est’arte vão as reliquias venerandas de uma geração inteira um fim para que nunca se destinaram”⁴⁰⁸.

Essas necrópoles foram redescobertas ao longo do século XX. Em 1907, durante escavações realizadas no Paço Municipal, na Praça Dom Pedro II, operários encontraram três grandes igaçabas contendo restos mortais. Conforme registrado no *Jornal do Commercio*, elas não puderam ser

⁴⁰⁸ SOUZA, Francisco Bernardino. **Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas.** Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1988, p. 24.

retiradas de forma intacta, dada a fragilidade do material. Esses achados, de acordo com o periódico, confirmavam que o cemitério não ficava restrito à área da fortaleza, se estendendo pela Praça Tenreiro Aranha, passando pela rua Municipal, rua Demétrio Ribeiro, Praça da Matriz e chegando ao Hotel Cassina⁴⁰⁹. Uma delas ficou em poder do Coronel Caetano Monteiro, colecionador de artefatos arqueológicos. Não demoraram a aparecer propostas para a compra da peça, como a de um francês que pretendia entregá-la a um museu de Paris. Monteiro, no entanto, preferiu entregar a igaçaba ao Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro⁴¹⁰.

Em 1949, durante as obras do Edifício do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas – IAPETEC, foi encontrada uma igaçaba com 2,66 metros de circunferência e boca de 38 centímetros. O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) foi contatado, enviando ao local o membro e historiador Mário Ypiranga Monteiro. O objeto, que estava com a boca virada para baixo, possivelmente por conta da caída da terra, foi retirado sob sua supervisão e com a ajuda dos operários, com o máximo cuidado para não danificá-lo. Dentro foram encontrados vários ossos, como o crânio, as tíbias, os fêmures e fragmentos menores. Sua idade foi estimada entre 400 e 500 anos⁴¹¹. Ela foi levada para o IGHA, estando atualmente exposta no Museu Crisanto Jobim.

Entre 1955 e 1961 o arqueólogo e etnólogo alemão Peter Paul Hilbert, do Museu Paraense Emílio Goeldi, realizou escavações arqueológicas na cidade. Estudando as igaçabas encontradas na Praça Dom Pedro II, chegou à conclusão de que o local era um grande sítio arqueológico, o qual denominou Sítio Manaus, e que elas pertenciam à fase cerâmica Paredão, da tradição Borda Incisa/Barrancóide, com idade estimada entre os anos 100 e 800 d. C.⁴¹². Helena Pinto Lima e Bruno Moraes destacam a importância do trabalho de Hilbert.

Este pesquisador se tornou um importante nome da arqueologia amazônica, uma vez que seus trabalhos o auxiliaram a estabelecer uma primeira – e pioneira – cronologia da ocupação pré-colonial da cidade de Manaus e da Amazônia central, definindo e nomeando os principais conjuntos artefatuais encontrados na região⁴¹³.

Uma grande igaçaba, possivelmente utilizada no enterro de um chefe indígena, encontra-se em exposição no Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ela foi retirada da Praça Dom Pedro II durante obras de revitalização realizadas no início dos anos 2000. Após análise de especialistas, constatou-se que trata-se de um exemplar da tradição Borda

⁴⁰⁹ Jornal do Commercio, 12/01/1907, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴¹⁰ Jornal do Commercio, 10/08/1907, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴¹¹ Jornal do Commercio, 16/12/1949, p. 06. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴¹² LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno. Produção de conhecimento e preservação em debate: aspectos da arqueologia na cidade de Manaus. **Revista de Arqueologia**, volume 23 – n.1. 90-107, 2010, p. 93.

⁴¹³ Ibid, p. 93.

Incisa/Barrancóide. Segundo a arqueóloga Helena Pinto Lima, essa tradição é representada, na Amazônia Central, pelas fases Manacapuru e Paredão:

A primeira, caracterizada por grande variabilidade formal, mas sempre com as bordas expandidas características à tradição. O vasilhame é temperado com o cauíxí, uma esponja de água doce comumente encontrada em rios de águas pretas. A decoração, um tanto rebuscada, consistiria essencialmente na modelagem de figuras abstratas, zoomorfas e antropomorfas, em incisões de todos os tipos e também no engobo.

Já a fase Paredão teria uma variabilidade formal pequena, principalmente quando comparada com outras fases cerâmicas da Amazônia. As formas mais comuns seriam os vasos com alça (fruteiras), cuias, grandes urnas funerárias e panelas sem decoração. A decoração, mais rara, era feita através de pintura vermelha com motivos geométricos em espiral e em gregas, e apêndices antropomorfos (sempre aplicados nas urnas). O tempero mais utilizado seria também o cauíxí⁴¹⁴.

⁴¹⁴ LIMA, Helena Pinto. **História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central**. Tese (doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2008, p. 32-33.

Figura 35 - Igaçaba da tradição Borda Incisa/Barrancóide. Acervo do Museu Amazônico.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

No início de 2021 o vereador Marcelo Serafim, tendo como base as reivindicações dos movimentos e organizações indígenas, enviou ao prefeito de Manaus uma proposição para a criação de um memorial indígena na Praça Dom Pedro II:

“A presente proposição objetiva o reconhecimento da atual Praça Dom Pedro II, localizada no Largo Paço da Liberdade, como local sagrado dos povos originários que habitaram esse mesmo espaço no período pré-colonial, sendo utilizado como cemitério indígena comprovado por escavações realizadas naquele sítio arqueológico. Dessa forma, propõe-se a criação do MEMORIAL ALDEIA DA MEMÓRIA INDÍGENA DE MANAUS, haja vista o alto valor histórico e arqueológico desse espaço sagrado dos povos indígenas originários.

A criação do referido MEMORIAL, além do relevante interesse cultural, atende aos anseios dos representantes e estudiosos das várias etnias existentes no Amazonas, bem como reconhece a maior concentração e diversidade étnica do país e do mundo, atualmente concentrada nas regiões do alto Rio Negro e Solimões, devido ao massacre que se deu ao longo da História, a partir desse Marco Zero do processo civilizatório originado nessa praça, que está localizada no centro do Largo

do Paço da Liberdade. Em anexo, segue sugestão de placa para o Memorial a ser criado”⁴¹⁵.

Naquele mesmo ano a proposição foi aprovada e a prefeitura inaugurou na praça, em 19 de abril, a ‘Aldeia da Memória Indígena de Manaus’, um memorial em homenagem aos povos indígenas que habitaram a região e sepultaram seus entes nesse sítio histórico. Na ocasião o prefeito fez um pedido de perdão histórico:

Às margens do Rio Negro, onde nasceu a cidade de Manaus, aos povos indígenas peço PERDÃO HISTÓRICO com este reconhecimento, após 351 anos. Desde 1542, quando aqui chegou o primeiro homem branco, vocês já estavam aqui. O que é de vocês a vocês retorna – com o reconhecimento do poder público municipal⁴¹⁶.

Essa ação, fruto de anos de reivindicação de grupos indígenas, tendo à frente João Paulo Barreto, doutor em antropologia, e Ivan Tukano, da Associação Indígena Yepemahafa dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, nos lembra que todos buscam o direito à memória, pois como registrou o historiador francês Charles-Olivier Carbonell,

[...] “nenhum grupo é amnésico. Para qualquer grupo recordar-se é existir; perder a memória é desaparecer. Não ultrapassou o homem a animalidade quando com o auxílio das palavras conseguiu acrescentar a uma memória instintiva, programada mesquinamente para a ilusória eternidade da espécie, a memória cultural única capaz de exorcizar a morte e fundar a hereditariedade dos saberes?”⁴¹⁷

Refletindo sobre a importância desse cemitério, o professor Agnello Bittencourt, no final da década de 1960, escreveu que “A atual geração que hoje habita Manaus ignora o fato, mal podendo avaliar que ali foram sepultados muitos antepassados nossos, de raça e mesmo de sangue”⁴¹⁸. Tal afirmação, passadas mais de cinco décadas, têm um quê de atual, dado o preconceito contra as origens nativas.

Distante da região central, na zona Norte, as disputas pela memória em torno de antigos cemitérios indígenas também são intensas. Em 2001 foi descoberto no Conjunto Nova Cidade um grande cemitério de 250 mil metros quadrados, distante 15 quilômetros da margem esquerda do Rio Negro. As terras são propriedade da Superintendência Estadual de Habitação (Suhab). Cerca de 14 urnas foram recuperadas e os restos mortais analisados. Foi constatado que as peças possuem mais de 700 anos. Infelizmente o local encontra-se abandonado, com muitas urnas degradadas⁴¹⁹.

⁴¹⁵ GARCIA, Etelvina. **Manaus e seus Cemitérios**: histórias de vidas e legados. Manaus: Concultura/Norma Editora, 2022, p. 21.

⁴¹⁶ Ibid, p. 22.

⁴¹⁷ CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1992, p. 07.

⁴¹⁸ BITTENCOURT, 1969, op. cit., p. 32.

⁴¹⁹ MEDEIROS, Girlene. **Cemitério indígena de 700 anos está abandonado há uma década no AM**. G1 Amazonas, 21/09/2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/09/cemiterio-indigena-de-700-anos-esta-abandonado-ha-uma-decada-no-am.html>.

Também é recorrente o roubo desses materiais, vendidos a peso de ouro para colecionadores locais e internacionais.

Anos mais tarde, em 2018, cerca de 120 famílias indígenas de pelo menos 13 etnias ocuparam a região, dando origem à comunidade Cemitério dos Índios, hoje denominada Nova Vida. Atualmente com mais de 2.400 famílias, nela habitam mundurukus, cambebas, barés, apurinãs, muras, kokamas, desanas e outros grupos. Um dos líderes da ocupação afirmou que “Estamos nesse lugar pelos nossos antepassados, queremos preservar isso e da melhor forma possível. A ideia é que a gente fique aqui porque na verdade este lugar é direito de todos nós, indígenas”. Além do acesso à moradia, eles também buscam a preservação da memória de seus antepassados, preocupando-se com a preservação do antigo cemitério indígena, apesar de o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ter constatado que foram causados danos ao sítio histórico⁴²⁰.

Infelizmente, como vários lugares da cidade, a comunidade foi tomada pelo tráfico de drogas e pela briga entre facções criminosas. Pelo menos três lideranças indígenas foram assassinadas nos últimos quatro anos. Passou a imperar a lei do silêncio. Pode-se dizer que essa é a triste continuidade de um violento processo de apagamento cultural, que causou e continua causando a morte milhares de povos indígenas, o abandono e profanação de seus espaços sagrados e de sociabilidade.

De Norte a Sul, do Ocidente ao Oriente, são travadas todos os dias disputas pela memória. De um lado temos as classes dominantes, que lutam para manter o status quo e um passado idílico que possibilita sua legitimação. Do outro, grupos historicamente marginalizados, por muito tempo sem voz, e que só nas últimas décadas, após lutas renhidas, conseguiram ocupar espaços antes inalcançáveis. Os embates são violentos, transformando-se, nos dizeres do historiador catalão Josep Fontana, em guerras da história⁴²¹. A mudança dos nomes de ruas e praças que homenageavam colonizadores e torturadores, e, no caso do presente estudo, o reconhecimento e preservação de um cemitério indígena, são vitórias que devem ser comemoradas efusivamente.

2. 5. Igreja e Largo da Matriz

Agnello Bittencourt informa que enquanto os indígenas sepultavam seus semelhantes nessas necrópoles, os “caríuas [homens brancos] enterravam seus mortos em torno da primitiva igreja”⁴²². Trata-se da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, edificada em 1695 pelos missionários

⁴²⁰ ROCHA, Karol. **Indígenas ocupam área arqueológica e afirmam ter direitos sobre terra em Manaus**. A Crítica, 31/08/2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/indigenas-ocupam-area-arqueologica-e-afirmam-ter-direitos-sobre-terra-em-manaus-1.196875>.

⁴²¹ FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

⁴²² BITTENCOURT, 1969, op. cit., p. 32.

Carmelitas⁴²³. Era um templo simples, construído de taipa pelos indígenas. A historiadora Ana Paula de Souza Rabelo, em estudo sobre a história dessa igreja, destaca que ela era semelhante a uma oca indígena, forma influenciada pelo meio⁴²⁴.

A essa época os enterros, como ocorria em toda a Cristandade Ocidental desde a Idade Média, eram *ad sanctos apud ecclesiam*, dentro e ao redor da Igreja. Por mais de um século gerações de manauaras foram enterradas no largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e, os que tivessem mais posse e, conseqüentemente, prestígio, dentro do templo. Mário Ypiranga Monteiro afirma que esse largo desde 1755 era conhecido como Largo da Trincheira, renomeado em 1923 como Praça IX de Novembro⁴²⁵. A Igreja, segundo Bento Aranha, ficava no centro da praça, com fundos para a rua Visconde de Mauá⁴²⁶.

Na década de 1780, o templo, dada as péssimas condições em que se encontrava, começou a ser reconstruído. Quando Manuel da Gama Lobo d'Almada, governador da Capitania de São José do Rio Negro, transfere a capital de Barcelos para o Lugar da Barra (Manaus), ele manda a construção ser reerguida do zero, no mesmo local, mas agora com madeira de lei. O cemitério desempenhou suas funções até a década de 1850, mesmo após a destruição da Matriz em um incêndio⁴²⁷. Antonio José Souto Loureiro, em texto sobre a rua Visconde de Mauá, afirma que atrás da Igreja eram enterradas as crianças pagãs, e que

Por isso a antiga Rua Demétrio Ribeiro, hoje Visconde de Mauá, que passava aos fundos da Matriz Velha de Manaus, recebeu o nome de Travessa dos Inocentes, na época colonial, pois ela correspondia ao dito cemitério dos pequeninos pagãos, que haviam deixado chorosas mães, tristes pelas suas prematuras partidas, sem o lenitivo do batismo⁴²⁸.

O Largo da Trincheira era um local bastante frequentado e simbólico para a população, pois a cidade nascera ali. Nele estavam localizados a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o cemitério e a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, compondo um cenário marcado por origens e tradições. O historiador Genesino Braga a denominou de “a praça berço”. Foi ali, próximo do cemitério, da fortaleza e da Igreja, que os manauaras aderiram à Independência do Brasil em 09 de novembro de 1823:

As missas que ali foram rezadas, os bravos que ali foram sepultados, as leis que ali foram ditadas, os triunfos que ali foram saudados, as canções de saudade que ali foram suspiradas, os sonhos de amor que ali foram vividos, - tudo está presente,

⁴²³ Não confundir com a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1878.

⁴²⁴ RABELO, Ana Paula de Souza. **Do templo de taipa ao templo de pedra**: a construção da Igreja Matriz de Manaus (1858-1878). Dissertação (Mestrado em História), UFAM, 2008, p. 21.

⁴²⁵ MONTEIRO, 1998, op. cit., p. 702.

⁴²⁶ ARANHA, 1990. op. cit.

⁴²⁷ Estrella do Amazonas, 13/05/1854, p. 07. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴²⁸ LOUREIRO, Antonio José Souto. A Travessa dos Inocentes. In: **Histórias Esquecidas**. Manaus: GRAFISA, 2018, p. 28-30, p. 29.

ainda, séculos após, na velha praça-berço de Manaus: presente aos olhos, aos ouvidos e ao coração dos que sabem amar esta cidade e, pelo amor, - só pelo amor-sentir-lhe o íon divino que tem embutido em sua alma sutil e misteriosa⁴²⁹.

Desde 1848, conforme registrado no Código de Posturas Municipais daquele ano, tentava-se acabar com os enterros no largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e em outros locais considerados impróprios. Nesse código ficou estabelecido em seu 2º artigo que as câmaras municipais que não acatassem o inciso 2 do artigo 66 da Lei de 1º de Outubro de 1828, que determinava a construção de cemitérios fora dos templos católicos, receberiam uma multa de 30 mil réis por membro. Deveriam cumprir essa determinação até 1852. No 5º artigo foi estabelecido que, assim que os cemitérios fossem abertos, seriam proibidos os sepultamentos nas Igrejas e em seus átrios (antessala da nave da igreja, pátio interno), sob pena de multa de 20 mil réis ou oito dias de prisão.

Na década de 1850, a familiaridade entre vivos e mortos estava passando por mudanças. A presença destes últimos estava tornando-se cada vez menos tolerável. O discurso médico higienista criado na Europa entre os séculos XVII e XVIII, que defendia a tese de que doenças epidêmicas tinham origem nos miasmas, emanações oriundas de materiais orgânicos em decomposição, chegou ao Brasil no século XIX, ganhando força na época das epidemias de cólera e febre amarela, causadoras de grande mortandade. João José Reis afirma que “Nossos médicos eram dedicados caça-miasmas”⁴³⁰. Os enterros diários no cemitério da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que faziam parte do cotidiano da cidade desde o final do século XVII, passaram a ser vistos como um espetáculo aterrador, como registrou o Chefe de Polícia da Província:

Me parece que a bem da salubridade publica devem cessar os enterros de cadaveres no lugar e largo da matriz, porque ahí se enterraõ sem que se attenda que esse lugar não offerece garantia ao repouso dos finados; e alem disso muitas vezes os que fazem as sepulturas não lhe daõ a profundidade conveniente, e assim ficaõ expostos a serem profanados pelos cães, porcos e por estas e outras razões, como estar este lugar no centro da Cidade, e o continuado vento, que necessariamente hade conduzir os miasmas para os vivos, acho que se deve prohibir a continuação dos enterros n’esses lugares⁴³¹.

A desorganização e a profanação por animais possivelmente vinham desde o século XVII, mas só agora, com o desenvolvimento de uma nova mentalidade e sensibilidade⁴³², tornaram-se alvos de reprovação pelo poder público. A recém-criada Província, que visava, à maneira da Corte e das nações “civilizadas”, sanear o espaço urbano, não conseguiu erguer o cemitério até 1852. Em

⁴²⁹ BRAGA, Genesino. A Praça-Berço. In: **Chão e Graça de Manaus**. 2º ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1987, p. 68.

⁴³⁰ REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 252.

⁴³¹ Estrella do Amazonas, 13/05/1854, p. 07. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴³² CORBIN, 1987, op. cit.; FOUCAULT, 1979, op. cit.

1853 o Presidente Herculano Ferreira Penna destacou a construção de um cemitério público como uma das obras mais urgentes⁴³³.

Havia sido escolhido um terreno na Estrada da Cachoeira Grande (Av. Epaminondas), mas a impossibilidade de se construir uma capela para as encomendações e ofícios o tornava inviável. Por conta de dificuldades técnicas e materiais, o Governo da Província decidiu cercar, em 1854, a parte de trás da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, que já era utilizada há tempos como cemitério⁴³⁴.

Carla Mara Matos Aires Martins denominou o período de estabelecimento e desenvolvimento do povoado português sobre os cemitérios indígenas de *a morte colonizada*. A pesquisadora considera que os primeiros lugares dos mortos em Manaus refletem a identidade da cidade: “essência indígena levada a conviver com os brancos e seus hábitos, um contato que se torna literal na materialidade do espaço e vai formando um amálgama cultural estabelecido ao longo dos anos juntamente com a cidade”⁴³⁵. Ritos fúnebres milenares oriundos da Europa Medieval foram introduzidos em um território cujas populações nativas tinham práticas ancestrais igualmente antigas.

A última morada de vários manauaras, nas últimas décadas, foi transformada em um estacionamento, numa clara demonstração de desrespeito com o patrimônio histórico e a memória dos nossos antepassados.

⁴³³ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1º de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2º sessão ordinaria, pelo presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, p. 25. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴³⁴ Estrella do Amazonas, 13/05/1854, p. 07. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴³⁵ MARTINS, Carla Mara Matos Aires. **A Manaus dos mortos**: uma análise das transformações na cidade a partir de seus cemitérios. ENS – UEA, Monografia (Licenciatura em Geografia), 2019, p. 38.

Figura 36 – Praça IX de Novembro, antigo Largo da Trincheira, nos dias de hoje reduzida a um estacionamento.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

2. 6. Igreja e Cemitério dos Remédios

Em 1818, no governo de Manoel Joaquim do Paço, começou a ser construída a Capela de Nossa Senhora dos Remédios. Parte dela foi destruída em 1821 durante as lutas do movimento Constitucionalista. Graças ao esforço do ouvidor Manuel de Bernardino Figueiredo, ela foi reconstruída e aberta em 1828⁴³⁶. Segundo Mário Ypiranga, nessa época a Igreja dos Remédios tinha sua fachada voltada para o norte. A parte de trás, onde foi estabelecido o cemitério, ficava para o sul, correspondendo atualmente à Praça Torquato Tapajós (Praça dos Remédios). A fachada da Igreja, mais tarde, foi voltada para o Rio Negro. Agnello Bittencourt, por outro lado, afirma que esse campo santo estava localizado onde fica o prédio da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia, se prolongando pela rua Leovigildo Coelho, onde ficava seu cruzeiro⁴³⁷.

Desde 1850 a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios funcionava como Matriz da cidade, substituindo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, destruída em um incêndio. Na Cúria Metropolitana de Manaus encontramos registros de enterros nesse campo santo e no interior da

⁴³⁶ BEMFICA, Francisco. Ligeiro histórico da Igreja de N. S. dos Remédios. *Revista Victoria-régia*, abril de 1932.

⁴³⁷ BITTENCOURT, Agnello. *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: ACA, 1956.

igreja. Em 09 de janeiro de 1854, a inocente Leocádia, filha legítima do comerciante Henrique Antony, foi enterrada no “[...] lado direito do Claustro da Igreja dos Remédios”. Bernardo Lourenço Serrão, solteiro, Sacristão dessa igreja, foi enterrado “[...] no adro dos Remédios”. A adulta Maria, possivelmente escravizada, foi sepultada “[...] na frente da Matriz”⁴³⁸.

Os enterros nesse cemitério também eram alvos de protestos das autoridades públicas e dos médicos. Sem recursos, os administradores optaram pelo cercamento de um dos dois locais que há tempos serviam como cemitérios: a parte de trás da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e a Ilha de São Vicente. Em decisão tomada entre o Vigário Geral da Província – que considerava inconvenientes os enterros no largo da antiga Matriz – o Presidente da Província e o Chefe de Polícia, o terreno da Igreja dos Remédios foi escolhido. A Ilha de São Vicente foi descartada pois nela existia o prédio do quartel⁴³⁹.

O cercamento desse cemitério não agradou a população, como registrou o jornal *Estrella do Amazonas*: “A algumas pessoas temos ouvido que o – povo – vê com desgosto os preparos que ora se fazem para um Cemiterio no terreno próximo á Igreja dos Remedios”. O periódico questionou as reclamações, afirmando que “Não sabemos se taes pessoas são verdadeiros órgãos do publico, ou se exprimem apenas uma opinião individual”⁴⁴⁰. João José Reis, em estudo sobre o cotidiano fúnebre do Brasil oitocentista, registra que em outras partes do Império não ocorreram revoltas contra o fim dos enterros dentro e ao redor das igrejas como na Bahia, palco da Revolta da Cemiterada em 1836⁴⁴¹, “mas as novas diretrizes não foram introduzidas sem oposição”⁴⁴².

Em 29 de maio de 1854, logo após a conclusão dos trabalhos, a Câmara Municipal da Cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro (Manaus) determinou o seguinte:

A Camara Municipal da Cidade da Barra do Rio Negro, e seu Termo &.

Faz publico que d' ora em diante serão enterrados os cadaveres no antigo Cemiterio dos Remedios, que se acha cercado e preparado, e não nos templos, e em lugares improprios como até o presente tem sido feito, sob pena de ser multado o infractor em vinte mil réis, ou oito dias de prizão, como determina o artigo 5º. do Codigo de Posturas em vigor. E para que chegue ao conhecimento de todos será este publicado pelas ruas e praças publicas desta Cidade, e pela imprensa, e afixado no lugar de costume.

Paço da Camara Municipal 29 de Maio de 1854 – O Presidente Rafael d' Assumpção e Souza – Francisco Antonio Toscano de Vasconcelos, Secretario interino⁴⁴³.

⁴³⁸ Livro de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (1853-1863). Arquivo da Cúria Metropolitana de Manaus.

⁴³⁹ *Estrella do Amazonas*, 13/05/1854, p. 07-08. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁴⁰ *Ibid*, p. 07.

⁴⁴¹ Revolta em que diferentes camadas da população soteropolitana protestaram contra o fim dos enterros tradicionais, destruindo o Cemitério Campo Santo, construído para receber os enterros da cidade. Cf. REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴⁴² REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil** – vol. II. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997, p. 96-141, p. 139-140.

⁴⁴³ *Estrella do Amazonas*, 07/06/1854, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Nascia assim o primeiro cemitério público de Manaus, conhecido como Cemitério dos Remédios ou Cemitério da Cruz. Em 20 de junho de 1854, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, Juiz de Direito da Comarca do Amazonas e Chefe de Polícia da Província, mandou publicar nas ruas, praças públicas e no jornal *Estrella do Amazonas* um informe reafirmando as proibições manifestas no documento anterior da Câmara Municipal e nas Posturas em vigor (1848):

O Doutor Manoel Gomes Corrêa de Miranda, Juiz de Direito da Comarca do Amazonas e Chefe de Policia da Provincia por S. M. I. a Quem Deos Guarde &.

Faz saber que, achando-se cercado, e preparado o antigo Cemiterio dos Remedios, e competentemente bento o terreno, que se lhe annexou, é o único lugar destinado para o enterramento dos cadaveres, e todos aquelles que sob qualquer pretexto fizerem enterrar cadaveres fóra deste recinto serão punidos na fórmula que se acha prescripta pelo artigo 5º do Codigo de Posturas Municipaes, que diz assim: - “Logo que hajão cemiterios será prohibido enterrar-se cadaveres nos templos, ou atrios destes, sob pena de ser multado o infractor em vinte mil réis, ou oito dias de prizão.”

E para que chegue ao conhecimento de todos, será este publicado pelas ruas e praças publicas, e pela imprensa, e afixado no lugar competente. Barra do Rio Negro 20 de Junho de 1854. Eu Custodio Pires Garcia Escrivão o escrevi.

Manoel Gomes Corrêa de Miranda⁴⁴⁴.

O Presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, em fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial em 1º de agosto de 1854, informou que esse cemitério era provisório, “mas não lhe falta a decencia e segurança necessaria a taes lugares, e desde a sua conclusão cessou o triste e repugnante espectaculo dos enterramentos sem resguardo algum no Largo da antiga Matriz, e em outras paragens da Cidade igualmente frequentadas”⁴⁴⁵. Ele alertava que, mesmo estando isolado, em poucos anos o Cemitério dos Remédios perderia suas funções, dada a construção de novos prédios no bairro em que estava localizado (Remédios).

O fantasma da epidemia rondava o país. O cólera, que estava vitimando milhares de pessoas em outras províncias, chegou ao Amazonas em 1855. Na exposição do 1º vice-presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda lemos que quando o navio com os infectados e alguns mortos aportou em Manaus, “[...] sem perda de tempo foi o Provedor de Saúde á bordo, e ordenou que os cadáveres fossem sepultados em lugar distante d’esta cidade”⁴⁴⁶. Infectando 188 pessoas, fez três vítimas, uma delas em Manaus⁴⁴⁷. Apesar de o número de doentes e mortos ter sido baixo, ele serviu

⁴⁴⁴ *Estrella do Amazonas*, 24/06/1854, p. 02-03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁴⁵ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 01/08/1854, em que se abriu a sua 3º sessão ordinaria, pelo Presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, p. 15-16. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁴⁶ Exposição feita ao Excelentissimo Senhor Presidente da Província do Amazonas, o Doutor João Pedro Dias Vieira, pelo 1º Vice-Presidente Doutor Manoel Gomes Corrêa de Miranda, por ocasião de passar-lhe a Administração da mesma Província em 28 de janeiro de 1856, p. 04. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁴⁷ Relatório, 08/07/1856, p. 03-04.

de alerta para o Governo estudar as condições de funcionamento do Cemitério dos Remédios, que em pouco tempo começou a se esgotar. Em 31 de janeiro de 1856 o Presidente da Província, João Pedro Dias Vieira, solicitou que o provedor interino de saúde convocasse o Dr. Ayres de Oliveira Ramos para que examinassem o cemitério e dessem um parecer sobre seu estado, indicando outro lugar para a abertura de um novo campo santo, pois aquele já não estava mais em condições de funcionamento⁴⁴⁸.

Em 1856 se abateu sobre o Amazonas uma grave epidemia de febre amarela. O primeiro caso foi registrado em 12 de fevereiro daquele ano. De 12 de fevereiro a junho morreram, só em Manaus, 142 pessoas⁴⁴⁹. O grande número de mortos fez o Presidente João Pedro Dias Vieira decretar o fechamento do Cemitério dos Remédios: “Mandei vedar, depois de ouvido o parecer de pessoas profissionais, os enterramentos no Cemeterio provisório, existente no Bairro dos Remedios, e abrir outro em lugar apropriado na estrada da Caxoeira, que é o que actualmente está servindo”⁴⁵⁰.

As epidemias completaram a ruptura entre vivos e mortos. Os ritos fúnebres arraigados no cotidiano demandavam contato direto com os cadáveres. Em tempos de alta mortandade, eles eram suprimidos em nome da segurança e da saúde dos vivos. “Em primeiro lugar ficava agora”, escreve João José Reis, “a saúde física dos vivos, não a saúde espiritual dos mortos”. “Entre as primeiras providências figurava a expulsão destes da cidade dos vivos, das igrejas e dos cemitérios intramuros”⁴⁵¹. Claudia Rodrigues, ao estudar as tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro do século XIX, deixou claro a relação entre epidemias e cemitérios:

Apesar de o discurso médico ter feito seus adeptos e as autoridades terem legislado a respeito do estabelecimento dos prédios mortuários, seria apenas com o advento de um surto epidêmico, com um alto índice de mortalidade, é que os mortos seriam definitivamente transferidos para longe dos vivos, para os cemitérios públicos⁴⁵².

O único registro visual encontrado do Cemitério dos Remédios é uma gravura publicada no livro *O País das Amazonas* (1885), de Frederico José de Sant’Anna Nery (1848-1901), o Barão de Sant’Anna Nery.

Esse esforço dos administradores provinciais em dotar a cidade de um cemitério público foi nomeado por Carla Aires como *a morte civilizada*. Por todo o Império, a partir de 1850, o discurso médico de expurgo dos mortos do mundo dos vivos ganhou força, sendo considerado um dos sinais

⁴⁴⁸ Estrella do Amazonas, 11/06/1856, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁴⁹ Relatório, 08/07/1856, p. 04. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

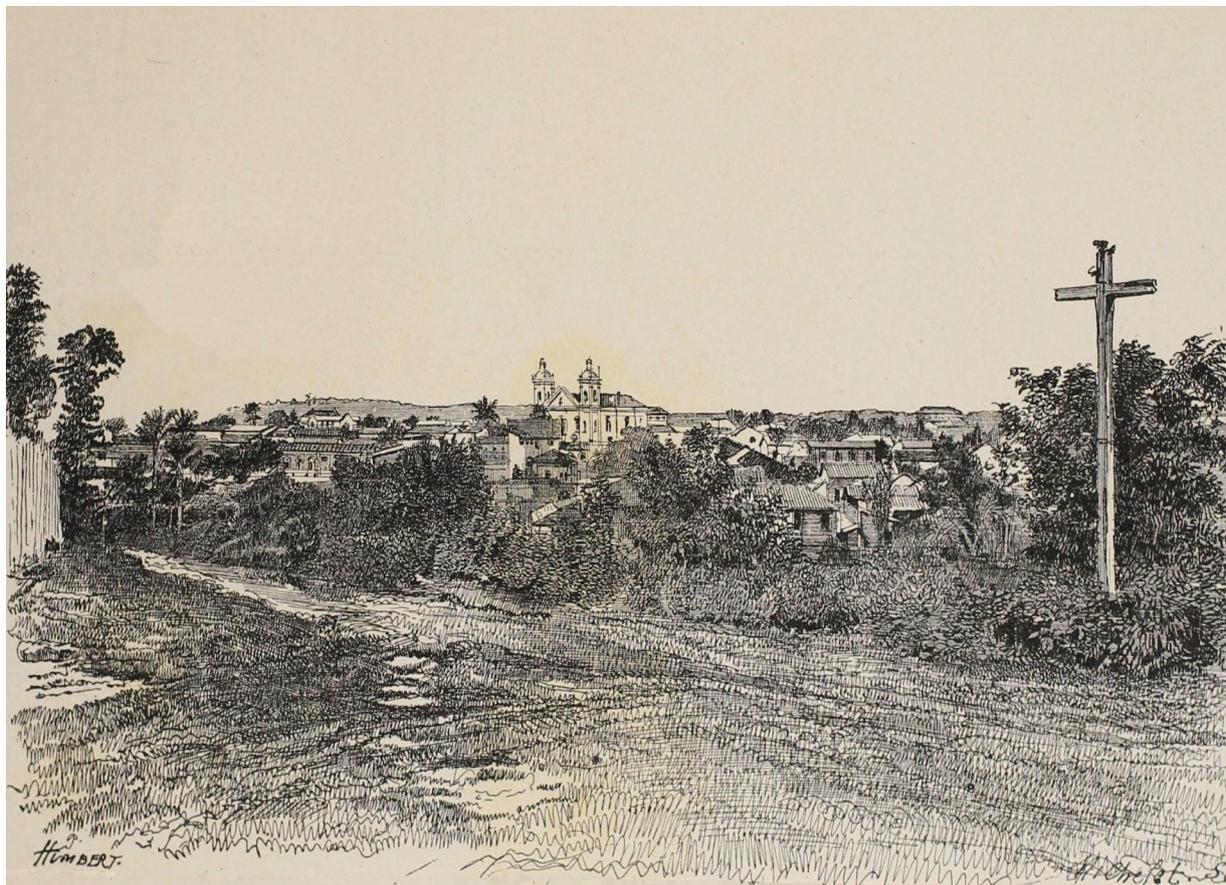
⁴⁵⁰ Relatório, 08/07/1856, p. 05. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁵¹ REIS, 1997, op. cit, p. 140-141.

⁴⁵² RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 105.

da modernidade. “Em relação a isso”, registra Aires, “a regulamentação da morte com a criação de um cemitério público é uma das medidas marcantes desse período”⁴⁵³.

Figura 37 – Gravura retratando a Rua da Cruz, atual Leovigildo Coelho, cuja nomenclatura fazia referência ao cruzeiro do Cemitério dos Remédios.



Fonte: SANT'ANNA NERY, Frederico José de. **Le Pays des Amazones: L'El-Dorado, les terres a caoutchouc.** Paris (FRA), Frinzine, 1885.

2. 7. Cemitério de São José

O cemitério aberto em caráter de urgência em 1856 na Estrada da Cachoeira, posteriormente Estrada de Epaminondas (atual Avenida Epaminondas), foi o Cemitério de São José. Ele foi construído distante da área mais habitada da cidade. Em relatório de 1856, o Presidente da Província informava que “Para auxiliar a sua conclusão peço que consigneis algum quantitativo no orçamento, assim como que me habiliteis com o dinheiro necessario á manutenção permanente da Enfermaria, que para os indigentes mandei fundar n’ uma das salas do Hospital Militar de S. Vicente”⁴⁵⁴.

⁴⁵³ MARTINS, 2019, op. cit, p. 43.

⁴⁵⁴ Relatório, 08/07/1856, p. 05. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

De acordo com João Batista de Faria e Sousa, João Fleury da Silva, vitimado pela febre amarela, foi a primeira pessoa a ser enterrada nesse campo santo, no dia 07 de março de 1856⁴⁵⁵. Com a constante falta de recursos, materiais e mão de obra, as obras se arrastariam até 1859. Em 1857 o Presidente informava ao 1º Vice-Presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda que, dada “a falta de operarios, e por ultimo, as copiosas e continuadas chuvas, que tem cahido, vedaraõ-me de mandar construir a Capella e a respectiva muralha”⁴⁵⁶.

O primeiro ano de funcionamento do Cemitério de São José não foi dos melhores. Quem nos dá um panorama da situação é o Diretor de Obras Públicas. Boa parte do terreno estava tomada pelo mato, com exceção da área onde ficavam as sepulturas. Ele ainda não possuía muro ou cerca, e era constantemente invadido por animais, ficando “[...] com as sepulturas cobertas de pisadas e estrume de gado, que pasta sobre ellas!”. Aos cadáveres não era dispensado um bom tratamento, pois antes do enterro, ficavam alojados em um palheiro sujo, “[...] e tem havido uma tal desordem nos enterramentos, que mui poucas sam as sepulturas que não estejam confundidas”⁴⁵⁷. O cruzeiro, que ao lado da futura capela representava a presença do Sagrado, estava em ruínas. Essa situação, registra o Diretor, era intolerável. Faltava uma capela para a encomenda, uma cerca provisória até o levantamento do muro e um regulamento.

O Presidente Francisco José Furtado mandou cercar o cemitério e levantar a capela em 1858. “A dificuldade de obter madeiras tem demorado a conclusão da obra, que espero ver em breve acabada”⁴⁵⁸. O Diretor de Obras Públicas nos informa que o cercamento teve início no dia 24 de maio, sendo concluída a frente, o lado esquerdo e parte do direito. Não fosse a falta de toras de madeira “[...] estaria a cerca toda prompta; mas para esse fim faltão ainda mil”⁴⁵⁹.

Em relatório de 03 de maio de 1859, o Presidente Francisco José Furtado, para a alegria da Assembleia Legislativa Provincial, anunciou que as obras do Cemitério de São José foram concluídas. Ele tinha uma capela com 24 palmos de frente sobre 34 de comprimento, com um portão de entrada e outro que dava para a sacristia. Foi cercado com madeira do tipo acariquara. Sobre o portão de entrada, foi fixada, em letras de ouro, a inscrição “Feito na Presidencia do Exm. Snr. Dr. Francisco José Furtado – 1859”⁴⁶⁰. O Diretor de Obras Públicas, comentando sobre alterações no projeto e no orçamento, afirmou que “Alterado como foi o plano lucrou o edificio em

⁴⁵⁵ SOUSA, João Batista de Faria e. Apud JOBIM, André. **Velhos tempos**. O Jornal, 06/07/1969.

⁴⁵⁶ Relatório, 26/02/1857, p. 18. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁵⁷ Falla, 01/10/1857, p. 06. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁵⁸ Relatório, 07/09/1858, p. 18. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁵⁹ Relatório, 07/09/1858, Anexo, p. 03. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁶⁰ Estrella do Amazonas, 11/05/1859, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

belleza e construção e com quanto não seja uma obra sumptuosa não se pode todavia negar, que como artefacto, é o primeiro existente nesta capital se não o único”⁴⁶¹.

Figura 38 – Cemitério de São José, em atividade de 1856 a 1891.



Fonte: Album Commercial de Manáos, 1896. (Biblioteca Mário Ypiranga – CCPA – Biblioteca Virtual do Amazonas).

No dia 06 de maio do mesmo ano, a imagem de São José foi trasladada do Seminário para o Cemitério, onde foi benta pelo Vigário, que celebrou uma missa pelo descanso das almas dos mortos. Estiveram presente na cerimônia o Presidente da Província, o Chefe de Polícia, o Comandante das Armas e uma guarda de honra⁴⁶². A construção da capela e a transferência da imagem de São José possuem significados profundos. Com os enterros nas Igrejas proibidos, homens e mulheres tinham grande preocupação com a perda do contato direto com o sagrado. O filósofo Mircea Eliade afirma que é “desejo do homem religioso de mover-se unicamente num mundo santificado, quer dizer, num espaço sagrado. É por essa razão que se elaboraram técnicas de orientação, que são, propriamente falando, técnicas de construção do espaço sagrado”⁴⁶³. A capela com a imagem do santo padroeiro sacralizava o terreno do cemitério, agora de fato um campo santo.

⁴⁶¹ Relatório, 03/05/1859. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁶² Estrella do Amazonas, 11/05/1859, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁶³ ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. 3^o ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 32. (Biblioteca do Pensamento Moderno).

Trabalharam nas obras do cemitério operários africanos livres, como Domingos Mina⁴⁶⁴, e indígenas e mamelucos vindos do interior para trabalhar na capital. O Diretor de Obras Públicas informa em relatório de 1859 que trabalharam no cemitério 2 carpinas e 3 serventes⁴⁶⁵. No jornal *Estrella do Amazonas* foi possível identificar um dos carpinas, de nome José Bernardo da Rocha Loureiro⁴⁶⁶.

A Lei nº 98, de 05 de julho de 1859, aprovou um regulamento para o cemitério, criando o cargo de Capelão com vencimento anual de 120 mil réis. Ele estava dividido em 5 capítulos, com 46 artigos que versavam desde as inumações e sepulturas até o corpo de funcionários⁴⁶⁷. O filósofo Roberto Machado afirma que a organização interna dos cemitérios públicos é um dos princípios que vão nortear a ação dos médicos higienistas. Dela “[...] depende a total eliminação do morto como causa da morte”⁴⁶⁸. Essa organização metódica, que tinha como base o regulamento, “elimina” os perigos do cadáver enquanto causador de doenças graves, tornando a necrópole um local seguro.

O Cemitério de São José, de acordo com os três artigos do 1º capítulo, era destinado ao enterro das pessoas falecidas em Manaus e das que cá fossem trazidas. Os sepultamentos seriam realizados em sepulturas comuns ou reservadas. A administração e inspeção estavam a cargo da Câmara Municipal.

Cada sepultura, conforme o artigo 4 do 2º capítulo, teria 10 palmos de profundidade, 3 e meio de largura e 7 de comprimento para adultos, 5 para crianças, com distância de 2 palmos nas laterais e nas cabeças. Só seria permitido enterrar um cadáver em cada sepultura, “salvo o caso de grande epidemia, que torne indispensável sepultarem-se os cadáveres em vallas, as quaes terãõ a maior profundidade possível”.

Os cuidados com o cadáver não eram mais apenas de ordem espiritual, mas também física. O artigo 5 do 2º capítulo determinava que nenhum cadáver poderia se enterrado sem a passagem de tempo de 24 horas da morte, com exceção nos casos de epidemia ou urgência comprovada por atestado médico. Em estado de normalidade, o infrator pagaria uma multa de 10 a 20 mil réis. O corpo poderia ser levado para o cemitério, onde era permitido esperar a passagem do tempo. Caso a morte fosse violenta ou suspeita, o enterro só seria realizado após exame de “corpo de delicto pela autoridade competente, declarando-se no assento de obito essa circumstancia”. O artigo 7 informava que nenhuma sepultura poderia ser aberta antes do prazo de 2 anos, 1 e meio no caso de crianças.

⁴⁶⁴ Estrella do Amazonas, 29/11/1858, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁶⁵ Relatório, 03/05/1859, p. 02. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁶⁶ Estrella do Amazonas, 29/11/1858, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁶⁷ Regulamento nº 11 de 26 de maio de 1859. In: Estrella do Amazonas, 27/07/1859. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁶⁸ MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil.** São Paulo: Graal, 1978, p. 291.

Antes desse tempo, apenas com ordem escrita pela autoridade policial ou eclesiástica, como estabelecido no artigo 17.

O artigo 8 determinou que os ossos retirados das sepulturas seriam tratados com cuidado e respeito e alocados em depósitos subterrâneos ou em monumentos particulares. O artigo 9 reafirmava as condições para a abertura de sepulturas antes do prazo de 2 anos ou 1 ano e meio, que só seria possível com a licença de autoridade policial ou eclesiástica e com a audiência de um médico.

Para garantir a plena organização do cemitério, o artigo 10 estabelece que as sepulturas seriam numeradas. O artigo 11 determinava que era proibida a construção de monumentos sobre as sepulturas concedidas temporariamente. Poderiam ser colocadas pedras, cruzes e outros objetos para diferenciá-las, aí ficando até o fim da concessão. Somente por determinação da Câmara Municipal, com aprovação do Presidente da Província, destaca o artigo 12, seriam concedidas sepulturas exclusivas para “o cadaver de pessoa de alta jerarchia”. A concessão de sepulturas perpétuas, estabelece o artigo 13, não poderia compreender mais terreno que o necessário para quatro sepulturas. Nesses terrenos, consta no artigo 14, poderiam ser construídos mausolés e carneiros, só podendo ser enterrados ascendentes ou descendentes em linha direta, estando proibidas a cessão ou venda das concessões. Os preços das sepulturas foram acertados no artigo 15:

Por sepultura commum – 2:000
Reservada – 6:000
A perpetuidade – 60:000.

Os seguintes grupos teriam direito a sepulturas gratuitas, elencados no artigo 16:

- § 1º Os cadaveres de pessoas indigentes, mediante attestado do Parocho, ou da autoridade policial.
- § 2º Os das praças de pret⁴⁶⁹.
- § 3º Os dos presos pobres precedendo attestado da autoridade policial.
- § 4º Os dos supplicados, quando não reclamados por seos parentes e amigos.
- § 5º Os cadaveres encontrados em qualquer lugar publico, quando não haja quem lhes dê sepultura, precedendo attestado do Parocho, do da autoridade policial.

O artigo 17, citado anteriormente, determinava que nenhuma exumação poderia ser realizada sem ordem escrita da autoridade policial ou eclesiástica. Se o administrador do cemitério julgasse a exumação prejudicial à saúde pública, deveria dar parte à Câmara Municipal. Na ausência do poder municipal, deveria comunicar o Presidente da Província e vice-versa, aguardando a decisão.

O artigo 18 estabelecia data e hora marcadas pela autoridade para a realização da exumação, com preferência antes das seis da manhã. O processo poderia ser assistido apenas por pessoas autorizadas. Os coveiros deveriam ter bastante cuidado para não danificar os cadáveres das sepulturas vizinhas. A exumação seria executada, através do artigo 19, sob responsabilidade do

⁴⁶⁹ O mesmo que soldado ou cabo, militar de baixa patente na hierarquia do Exército.

administrador ou ao cuidado das famílias por eles autorizadas. A despesa da desinfecção ficaria por conta dos interessados. Após a exumação judicial, realizada para investigar a causa da morte, os restos mortais seriam novamente sepultados no mesmo lugar.

No terceiro capítulo, dedicado aos trabalhadores do cemitério, ficou estabelecido no artigo 21 que ele teria um administrador, que também exerceria a função de porteiro, dois serventes ou coveiros. O administrador, consta no artigo 22, seria nomeado pelo Presidente da Província, por proposta da Câmara Municipal, e demitido quando fosse necessário. Os serventes seriam contratados pelo administrador, com aprovação da Câmara Municipal, e por ele demitidos. O artigo 23 estabeleceu que o administrador teria um ordenado de 240:000 réis, e os serventes os salários pelos quais foram contratados. A Câmara Municipal ficaria responsável pelos pagamentos. Eram competências do administrador, conforme o artigo 24:

§1.º A direcção interna do Cemitério.

§2.º Conservar em boa guarda o archivo do mesmo.

§3.º Enviar trimestralmente á Camara Municipal um mappa das pessoas sepultadas, conforme o modelo n.º 1.

§4.º Passar as certidões requeridas mediante o despacho do presidente da Camara, por cada uma das quaes perceberá 1\$ reis de emolumento.

§5.º Ter um inventario dos utensilios do estabelecimento, dando parte semestralmente á Camara Municipal das alterações occorridas.

§6.º Fazer folha para pagamento dos serventes; bem como a de qualquer despeza com o costeio do estabelecimento, instruindo-a com documentos; quando para isso tenha sido autorisado pela Camara Municipal.

§7.º Participar á Camara as infrações d' este Regulamento; e propor as medidas, que julgar acertadas para seo inteiro cumprimento.

§8.º Abrir e fechar o Cemiterio as vezes que forem precisas.

§9.º Manter a ordem na occasião de qualquer enterramento.

§10.º Determinar a cada um dos serventes, o serviço que lhe competir, e os logares em que devão ser sepultados os cadaveres.

§11.º Numerar as sepulturas, e fazer o lançamento dos cadaveres sepultados, em livros próprios e conforme os modelos ns. 2 e 3.

O artigo 25 estabeleceu que os serventes deveriam abrir as sepulturas nos lugares indicados pelo administrador, sepultar os cadáveres, fazer todos os trabalhos relativos ao enterro e os que fossem determinados pelo administrador, guardar e ser responsável pelas ferramentas e utensílios do cemitério, os conservando. Quando não estivessem realizando sepultamentos, deveriam trabalhar na limpeza do terreno e no plantio de árvores e flores, cuidar da conservação das sepulturas, informando o administrador quando alguma estivesse se deteriorando e não permitir a entrada de cadáveres sem a autorização do administrador.

A ordem interna era tratada no 4º capítulo. O artigo 26 estabelecia que nos domingos, dias Santos e Dia de Finados ficavam proibidos todos os trabalhos servis, com exceção dos que fossem urgentes para enterros e officios fúnebres. Conforme o artigo 27, a entrada no cemitério seria franca das seis da manhã às 18 horas nos domingos, dias Santos e Dia de Finados. Nos demais, quem

quisessem visitar, assim que adentrasse no recinto, deveria se portar com o devido respeito, caso contrário seria retirado pelo administrador. Quem danificasse o cemitério seria obrigado a arcar com os danos imediatamente. Sem condições no momento, os reparos seriam feitos pela administração às custas do autor do prejuízo, que também ficaria sujeito a penalidades.

No artigo 29 foi determinado que nenhuma construção poderia ser erguida sem que o desenho fosse apresentado e aprovado pela Câmara Municipal. Aprovado, receberia a assinatura do administrador do cemitério e seria arquivado. As construções não poderiam alterar a ordem e o arranjo do cemitério, conforme determinado no artigo 30. Elas seriam inspecionadas pelo administrador, estabeleceu o artigo 31, para que os desenhos não fossem alterados e para que o serviço interno não fosse interrompido. Conforme registrado no artigo 32, as plantações teriam a forma de alas, não ocupando a área das sepulturas, não obstruindo a passagem dos transeuntes e nem a visão do espaço. O artigo 33 determinou que nenhuma inscrição ou epitáfio poderia ser feita sobre cruzeiros, pedras tumulares ou monumentos sem aprovação prévia da Câmara Municipal, com a cópia sendo assinada pelo administrador do cemitério e arquivada.

As disposições gerais foram apresentadas no 5º e último capítulo. A Câmara Municipal, lembra o artigo 34, deveria zelar pela conservação e prover melhoramentos no cemitério, cuidando do plantio de árvores, limpeza e desinfecção. Consta no artigo 35 que, por intermédio do Presidente da Província, a câmara apresentaria à Assembleia Legislativa Provincial o balanço da receita e das despesas do cemitério ao final do ano e o orçamento do seguinte, sugerindo medidas que fossem úteis e necessárias. O artigo 36 estabeleceu que o administrador, assim que tivesse conhecimento do talão passado pelo Procurador da Câmara Municipal relativo ao pagamento de alguma sepultura do artigo 15 ou um atestado sobre alguma do artigo 16, após rubricar e arquivar os documentos, autorizaria o enterro do cadáver.

Os cadáveres enterrados em sepulturas comuns, conforme o artigo 37, deveriam ter 2 palmos de distância entre si, e nas valas não seriam sobrepostos. O artigo 38 determinou que os escravos seriam enterrados em sepulturas comuns “nos quarteirões para isso destinados”. Pedrosa afirma que “O espaço cemiterial reflete as diferenças de classe existentes em vida. O poderio dos comerciantes e senhores de escravos seria perpetuado em vistosos jazigos, enquanto os cativos, em suas sepulturas comuns, abertas em áreas afastadas, teriam perpetuadas suas condições de servidão e subalternidade”⁴⁷⁰.

O artigo 39 estabeleceu que o rendimento arrecadado seria utilizado na manutenção e melhoramentos do cemitério. O que restasse seria recolhido ao cofre provincial, que em caso de urgência supriria a Câmara para que ela pudesse sanar suas despesas essenciais. Os livros para

⁴⁷⁰ PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. **Os mortos e suas moradas na terra dos barés: o fim dos enterros nas igrejas e seus arredores e a construção do Cemitério de São José, em Manaus (1848-1859)**. UFAM, Monografia (Licenciatura em História), 2021, p. 36.

escrituração, determinou artigo 40, seriam abertos, assinados e encerrados pelo Presidente da Câmara e escriturados pelo administrador. A Câmara, conforme o artigo 41, mandaria inspecionar o cemitério, no mínimo, uma vez por ano, nomeando comissões formadas por três cidadãos competentes, responsáveis por examinar cuidadosamente a escrituração dos livros, produzindo um relatório.

O artigo 42 determinou que de forma alguma a planta do cemitério seria alterada, que a Câmara Municipal mandaria fazer e que sendo aprovada pela Presidência faria parte do regulamento. Os empregados do cemitério, pelo artigo 43, estavam proibidos de retirar os ornamentos dos caixões, as roupas dos cadáveres e seus objetos. O artigo 44 estabeleceu que nenhum cadáver poderia ser levado para ser sepultado sem prévio conhecimento do pároco, que cumpriria seus deveres civis e eclesiásticos.

O artigo 45 lembrava que a Câmara Municipal procuraria garantir que as disposições do regulamento fossem cumpridas. Os infratores ficariam sujeitos a multa de 5 a 20\$000 réis, ou prisão de três a oito dias, além de outras penas. Os valores das multas faziam parte da renda do cemitério. Caso ocorressem dúvidas sobre o regulamento, determina o artigo 46, elas seriam decididas pela Câmara Municipal ou pelo seu presidente. Não estando a mesma reunida, e sendo a dúvida urgente, ela poderia ser sanada pelo Presidente da Província. O recurso deveria ser interposto no prazo de 5 dias úteis, contados da data da decisão.

Roberto Machado lembra que “Assim eliminado como local de perigo, o cemitério adquire uma função moral”⁴⁷¹. Organizado, saneado e controlado, o cemitério torna-se local de reflexão sobre a finitude humana.

Em 24 de abril de 1866 o presidente da Câmara Municipal, João José de Freitas Guimarães, contratou Raymundo José de Souza para construir os muros de alvenaria de pedra e cal nas quatro faces do cemitério, com gradil e portão de ferro na frente. A capela é reconstruída em 1873 por Joaquim Pereira da Silva Castro, por ordem do presidente interino da Câmara, Sebastião de Mello Bacury. Nessa ocasião é construído um sumidouro e muros para dividir as sepulturas reservadas e as áreas destinados aos enterros de acatólicos⁴⁷².

⁴⁷¹ MACHADO, 1978, op. cit., p. 292.

⁴⁷² Relatório da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município, 1922.

2. 8. Cemitério de São Raimundo

A década de 1870, no Amazonas, foi marcada pela epidemia de varíola. Agnello Bittencourt nos dá uma dimensão dos estragos feitos por essa doença na capital: “Em 1873, a varíola invadiu a cidade de Manaus, vindo a falecer 160 pessoas, somente nos dois hospitaes estabelecidos pelo Governo, a cargo dos Drs. Aprígio Martins de Menezes e João Pedro Maduro da Fonseca”⁴⁷³. Novas ondas atingiram Manaus ao final da década de 1870 e em diferentes momentos da década de 1880. Um novo cemitério começou a ser idealizado, pois o Cemitério de São José ficou superlotado. Médicos e engenheiros, em comissões nomeadas pelo Governo, passaram a estudar qual local da cidade seria o mais adequado para receber a necrópole.

Em 1874 o presidente da Província, Domingos Monteiro Peixoto, informava a Assembleia Legislativa Provincial de que os enterros no Cemitério de São José, até então o único da cidade, não poderiam ter continuidade, dada a impossibilidade de se fazer a exumação dos cadáveres dos vitimados pela varíola, com perigo à saúde pública. Ele havia ordenado a Câmara Municipal, conforme recomendações dos médicos João Pedro Maduro da Fonseca e Aprígio Martins de Menezes, que escolhesse um local apropriado para a construção de um novo cemitério. A Câmara, concordando com as recomendações médicas, já havia designado o terreno⁴⁷⁴. No entanto, de acordo com Carla Aires Martins, após a diminuição dos casos de varíola sua construção entrou em hiato e o São José continuou sendo o único cemitério disponível para sepultamentos⁴⁷⁵.

Em 1878, quando surgiram novos casos da doença, uma outra comissão escolheu para a construção do novo cemitério o terreno limitado pelo Igarapé da Castelhana, o Depósito de Artigos Bélicos e o Igarapé do Bequemoa, distante da área urbana, com terreno argiloso e um pouco arenoso e em posição favorável aos ventos reinantes sobre a cidade⁴⁷⁶. Para desafogar a necrópole de São José, em 1879 foi construído no Morro do Seminário de São José, em São Raimundo, onde ficava o lazareto, o Cemitério dos Variolosos.

Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Província, em abertura de sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 1880, informava que o Cemitério de São José continuava merecendo a atenção da casa, pois a abertura de novas sepulturas estava se tornando cada vez mais difícil⁴⁷⁷. Em

⁴⁷³ BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus: ACA – Fundo Editorial, 1985, p. 280.

⁴⁷⁴ Falla dirigida à Assembléa Provincial do Amazonas na primeira sessão da 12^o legislatura em 25 de março de 1874 pelo presidente da província, bacharel Domingos Monteiro Peixoto, p. 45. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁷⁵ MARTINS, 2021, op. cit., p. 69.

⁴⁷⁶ Falla do presidente Barão de Maracajú dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em 25 de agosto de 1878, p. 23. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁷⁷ Falla com que o Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Província do Amazonas, abriu a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 1^o de outubro de 1880, p. 25. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

relatório de 1883 temos uma noção da quantidade de enterros realizados: 80 em 1880, 282 em 1881, 247 em 1882 e 67 até janeiro de 1883, totalizando 676 sepultamentos⁴⁷⁸.

A mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia, irmandade religiosa que administrava esse campo santo desde 1880, decidiu em 14 de junho de 1883 mandar abrir um novo cemitério no fim da Estrada de Epaminondas, no começo da Estrada Maracajú, no terreno conhecido como Mocó, que por volta de 1873 teria servido como cemitério dos variolosos⁴⁷⁹.

Perto de onde esse cemitério estava sendo construído estava sendo erguida uma caixa d'água para abastecimento da cidade, o que fez com que o Governo decidisse que os enterros no local seriam impróprios, oferecendo risco de contaminação, como apontam Carla Aires Martins⁴⁸⁰ e Etelvina Garcia⁴⁸¹. Em 1884, quando o terreno já estava preparado, ele foi abandonado. A situação estava se tornando cada vez mais crítica. De 1º de janeiro de a 30 de junho de 1884 foram sepultadas 252 pessoas no Cemitério de São José⁴⁸². No ano seguinte foram enterradas mais 337⁴⁸³.

Em 1887 foi autorizada a construção do novo cemitério público da capital, que funcionaria ao lado do Cemitério dos Variolosos, no Morro do Seminário de São José⁴⁸⁴. *O Jornal do Amazonas* noticiou em 22 de janeiro que “Por motivos higienicos, de acordo com a corporação medica, em 17 do vigente, serão feitos os enterramentos no terreno do seminario, além do igarapé da Cachoeira. Fechou-se portanto o velho cemiterio de S. José”⁴⁸⁵. Apesar do anúncio, as atividades do Cemitério de São José tiveram continuidade, pois o presidente Conrado Jacob Niemeyer ordenou, em outubro de 1887, que ele fosse aumentado para o norte. O provedor da Santa Casa de Misericórdia considerou que

Este local é impróprio não só pela insignificância da área que já está repleta de cadáveres como porque feixa uma rua já em parte edificada, privando assim os proprietários de suas casas. A provincia tem preparado o terreno para o novo cemiterio no local já indicado e é de summa necessidade a sua mudança⁴⁸⁶.

De acordo com Durango Martins Duarte, o novo cemitério, batizado de Cemitério de São Raimundo, iniciou suas atividades como cemitério público em 13 de dezembro de 1888. Já em 1889 as autoridades sanitárias informavam que o local não tinha as devidas condições para continuar a

⁴⁷⁸ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá, p. 20. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁷⁹ Parte Oficial, Santa Casa de Misericórdia. Amazonas, 03/10/1883, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁸⁰ MARTINS, 2021, op. cit., p. 70.

⁴⁸¹ GARCIA, 2022, op. cit.

⁴⁸² LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. Manaus: T. Loureiro, 1989, p. 134.

⁴⁸³ Ibid, p. 135.

⁴⁸⁴ Exposição com que o Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Commendador Clementino José Pereira Guimarães devia instalar no dia 10 de março de 1887 a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, p. 15. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

⁴⁸⁵ *Jornal do Amazonas*, 22/01/1887, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁸⁶ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade abriu a 1º sessão da 19º legislatura da Assembléa Provincial do Amazonas em 05 de setembro de 1888, Anexo 6, p. 4. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Documents – Provincial Presidential Reports: Amazonas.

receber enterros, pois era de difícil acesso, já que o bairro estava separado do restante da cidade por um igarapé⁴⁸⁷. Se fazia necessária uma nova necrópole.

Figura 39 – Cemitério de São Raimundo, em atividade de 1888 a 1891.



Fonte: Relatório do superintendente municipal Arthur César Moreira de Araújo, 1901/Instituto Durango Duarte.

2.9. Cemitério de São João Batista

Em 1890, em expediente de 03 de julho do Governo do Estado do Amazonas, à época administrado por Augusto Ximeno de Vilerroy, a Intendência Municipal ficou autorizada a desapropriar o terreno escolhido e indicado para ser construído o novo cemitério⁴⁸⁸. Foi escolhido um terreno nos altos do bairro do Mocó, ainda com bastante vegetação natural, constituído por algumas chácaras e pouco habitado⁴⁸⁹.

O Município autorizou, em 19 de setembro de 1890, que o Intendente João Carlos Antony fizesse o orçamento das despesas com a obra, seu arruamento, destocamento e cercamento com uma cerca de arame farpado. Antony, em sessão ordinária de 03 de março de 1891, informou a

⁴⁸⁷ DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009, p. 146.

⁴⁸⁸ Expediente do Governo do Estado do Amazonas de 03/07/1890. In: Amazonas, 09/07/1890. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁸⁹ MENDONÇA, Manoel Roberto de Lima. **Centenário da Vila Municipal**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Série Memória, 6º ed, nº 91, novembro de 2002.

Intendência “[...] que o terreno destinado ao novo cemitério acha-se todo destocado e prompta a respectiva cerca”⁴⁹⁰.

No ano seguinte, o novo Governador, Eduardo Gonçalves Ribeiro, determinou que os enterros nos cemitérios de São José e de São Raimundo fossem encerrados. O Decreto nº 95, de 02 de abril de 1891⁴⁹¹, dividido em cinco artigos, proibiu os enterros nesses cemitérios e passou a administração dos cemitérios públicos, até então feita pela Santa Casa de Misericórdia, para o Município. Essa última mudança era um reflexo do recém-instalado regime republicano, que separou Estado e Igreja com a nova constituição: “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação”⁴⁹². Até que fosse publicado um novo regulamento para os cemitérios do Estado, permanecia valendo o Regulamento nº 11, de 26 de maio de 1859, do antigo Cemitério de São José.

O Cemitério de São João Batista foi inaugurado em sessão solene no dia 05 de abril de 1891. Os primeiros enterros, de acordo com o jornalista e historiador João Batista de Faria e Sousa, foram realizados entre os dias 06 e 19 de abril:

No dia seguinte, 6 de Abril de 1891, realizou-se o primeiro enterramento no Cemitério de São João Batista – em sepultura comum, da menina Maria, de um ano de idade. Em sepulturas reservadas foram enterrados: no dia (sepultura n. 8) a menina Maria de 6 anos de idade, filha de Raimundo Nonato da Silva. No dia 15 (sepultura n. 14) a recém-nascida Joaquina, filha de Bernardo de Oliveira. No dia 19 (sepultura n. 21) o pranteado Jornalista e popular médico bahiano Dr. Aprígio Martins de Menezes⁴⁹³.

Assim como outras grandes obras que estavam sendo erguidas na cidade, ele fazia parte de um ambicioso pacote de obras de modernização da capital amazonense. Manaus, que estava se tornando um poderoso centro comercial, deveria ter uma estrutura digna com sua nova função de polo irradiador da economia regional. Não bastava apenas um teatro, um palácio e prédios suntuosos, mas também um cemitério que atendesse às novas demandas. Assim era a *morte na Belle Époque*⁴⁹⁴.

Em 05 de junho de 1891 a Intendência Municipal concedeu à Santa Casa de Misericórdia uma área para o enterramento de seus membros⁴⁹⁵. Até então, os irmãos da Misericórdia foram

⁴⁹⁰ Intendência Municipal, Sessão Ordinária de 03/03/1891. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁹¹ Decretos, Leis e Regulamentos. Administração Fileto Pires Ferreira, 1889 a 1896. Manaus: Imprensa Oficial, 1897. Tomo II – 1891, p. 105.

⁴⁹² Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.html. Acesso em 21/03/2022.

⁴⁹³ FARIA E SOUSA, João Batista de Faria e. Apud JOBIM, André. **Velhos Tempos**. O Jornal, 30/06/1968.

⁴⁹⁴ MARTINS, 2019, op. cit., p. 45.

⁴⁹⁵ Ibid.

enterrados no antigo Cemitério de São José, que passaram a administrar em 1880, quando da criação da irmandade no Amazonas, o comandando até 1891⁴⁹⁶.

Em 1892 o Governo do Estado do Amazonas cria um novo regulamento para os cemitérios públicos. No primeiro capítulo ficou estabelecido nos artigos 1º e 2º que caberia unicamente às intendenções municipais a administração, inspeção e fiscalização dos cemitérios, que seriam denominados *Cemitérios Públicos* ou *Cemitérios Municipais*. O segundo capítulo, dividido em seis artigos, estabelece o corpo administrativo, formado pelo administrador e pelos guardas. O terceiro versava sobre as inumações, determinando que estavam proibidos os enterros fora dos cemitérios, sob a pena de multa para os infratores.

Nesse sentido, as querelas que envolveram o debate sobre a construção da nova necrópole no espaço da Belle Époque traduzem a busca pelo progresso na capital amazonense, que será marcada pela modificação do espaço urbano e pelo apagamento de práticas culturais arraigadas na sociedade. Em outras palavras, era a modernidade que chegava à cidade dos mortos⁴⁹⁷.

É interessante ver o conteúdo do artigo 22, que estabelecia que “sobre os terrenos obtidos para sepulturas perpetuas, os proprietários poderão erguer mausoleus depois de aprovado o plano pela Intendencia”. Os indigentes, por outro lado, seriam enterrados em lugares comuns, em sepulturas cedidas pelo município. No quarto capítulo é determinado que as exumações para verificar crimes só seriam realizadas através de ordem escrita pelas autoridades de segurança e com permissão da Intendência Municipal. No quinto capítulo são estabelecidas as medidas policiais sobre como as pessoas deveriam se portar dentro dos cemitérios, não o transformando em lugar de recreio e nem causando desordens. O último capítulo trata das disposições gerais, como a proibição do favorecimento de qualquer religião dentro do espaço cemiterial e o exame da escrituração do cemitério pela Superintendência⁴⁹⁸.

Enquanto isso, era pensado um fim para o Cemitério de São José. A Inspetoria de Higiene Pública do Estado idealizou sua destruição, a transferência dos túmulos e jazigos para o Cemitério de São João Batista e a construção de um jardim no lugar, pois tratava-se de uma das áreas mais importantes e movimentadas da cidade, o que tornava inconveniente à saúde pública e à estética urbana a permanência do cemitério. Para os que tinham parentes e amigos ali sepultados, no entanto, as questões mais importantes eram o descanso e a guarda daquelas sagradas relíquias⁴⁹⁹.

O Governador Eduardo Ribeiro, em cujo governo estava sendo executada uma grande reforma urbana na capital (1892-1896), compartilhava da mesma ideia que a Inspetoria de Higiene

⁴⁹⁶ Duarte, 2009, op. cit.

⁴⁹⁷ Martins, 2021, op. cit.

⁴⁹⁸ Regulamento para os cemiterios publicos do Estado do Amazonas. In: Amazonas, 20/10/1892, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁴⁹⁹ Mensagem do Exm. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado do Amazonas, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinaria, 10/07/1893. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Pública do Estado, como deixou registrado em mensagem do ano seguinte: “Penso, como o honrado inspetor de Hygiene Publica, que o antigo cemiterio que está situado na face oeste da Estrada Epaminondas, em frente a praça da Saudade, deve ser transformado em um bello e confortavel jardim, removendo-se para o cemiterio municipal os mausoleos e restos mortaes que ali jazem”⁵⁰⁰.

Ele concluiu afirmando que “E’ uma medida importante e que muito interessa a hygiene da capital”⁵⁰¹. Em 1896 ele voltava a destacar os benefícios que essa medida traria para a cidade: “Venho ainda esta vez solicitar-vos essa medida de alto valor que, alem de muitissimo concorrer para melhorar as condições sanitarias da capital, satisfaz as exigencias do seu plano de embellezamento”⁵⁰². O arrasamento do Cemitério de São José, a transferência dos túmulos e jazigos e a construção do jardim, como veremos a diante, só foram realizadas na década de 1930, possivelmente por resistência das famílias e pela conveniência da localização e estrutura do cemitério, como aponta Carla Aires⁵⁰³.

Apesar de ter sido uma obra extremamente necessária, logo após sua inauguração, por conta de sua localização, nas cabeceiras dos igarapés da Castelhana, Aterro e Manaus, e ao lado do Reservatório do Mocó, que abastecia a cidade, o Cemitério de São João Batista passou a ser reavaliado pela municipalidade. Samuel Gomes Pereira, chefe da Comissão de Saneamento de Manaus, alertou sobre os perigos dessa proximidade. A prefeitura, a par de suas recomendações, publicou a Lei nº 72 de 31 de maio de 1897, que autorizava o fechamento do cemitério, o que não acabou ocorrendo⁵⁰⁴.

Além dessa proximidade com os cursos de água potável, “Os ventos dominantes, soprando na direção sudoeste, arrastam para a cidade os germes que saturam a atmosfera [...] O solo argiloso, demonstram que esses terrenos são os mais impróprios para os cemitérios, porque neles a decomposição dos cadaveres é muito lenta”⁵⁰⁵. Nesse relatório, de acordo com a historiadora Carla Maria Oliveira Nagel, foi sugerido que os enterros fossem feitos em um local mais distante, e que o Cemitério de São João Batista fosse utilizado apenas para a construção de jazigos e monumentos. Apesar da recomendação, esse cemitério continuou em atividade. Para Carla Nagel é a partir dessa permanência que se compreende sua importância “como um espaço de afirmação e monumentalidade”⁵⁰⁶.

⁵⁰⁰ Mensagem lida pelo Snr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas, 10/07/1894, p. 29. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁰¹ Mensagem, 10/07/1894, p. 29. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁰² Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em 01/03/1896 pelo Exm. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado do Amazonas, p. 28. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁰³ MARTINS, 2021, op. cit., p. 87.

⁵⁰⁴ GARCIA, 2022, op. cit., p. 121.

⁵⁰⁵ Intendência Municipal de Manáos, 1901 apud NAGEL, Carla Maria Oliveira. A Morte e o Morrer na “Paris dos Trópicos”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011, p. 05.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p. 05.

Apesar da busca pela afirmação e monumentalidade, ainda demoraria alguns anos para que o Cemitério de São João Batista atendesse às expectativas do poder público e de seus frequentadores. Os primeiros anos de funcionamento não foram fáceis e havia muito por fazer. No Dia de Finados de 1900, jornalistas do jornal *Commercio do Amazonas* visitaram a necrópole e constataram que ela se encontrava em péssimo estado de conservação. Nela faltavam

sepulturas bem alinhadas, ruas internas, por onde podessem perpassar os visitantes; catacumbas (carneiros) para quem, tendo posse, nellas preferisse encerrar os restos mortaes dos que lhes foram caros em vida; arborisação interna com casuarinas e cyprestes, arvores da morte e da dôr; tudo isto circumdado por muros e grades de ferro, bem fechados, como que se fôra um cofre a guardar aquelas reliquias sagradas⁵⁰⁷.

As primeiras melhorias começaram a surgir em 1900. Naquele ano o Superintendente Municipal Arthur Cézár Moreira Araújo mandou substituir a cerca de arame farpado por uma de pau a pique e construir uma rampa de acesso pelo Boulevard Amazonas (atual Avenida Álvaro Maia) e um portão para a saída pela Avenida Major Gabriel. Em 1903 ele já se encontrava sem espaço. Como solução, o Superintendente Municipal Martinho de Luna Alencar adquire um novo terreno, que pertencia a Manoel José Fernandes e sua esposa, aumentando assim as dimensões do cemitério⁵⁰⁸.

⁵⁰⁷ Uma visita ao cemitério S. João (Em 2 de Novembro). *Commercio do Amazonas*, 05/11/1900, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁰⁸ FARIA E SOUSA, João Batista de Faria e. Apud JOBIM, André. **Velhos Tempos**. O Jornal, 30/06/1968.

Figura 40 – Entrada do Cemitério de São João Batista.



Fonte: Portal Amazônia.

Seria na administração de outro Superintendente, o Coronel Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa (1902-1907), que se processariam as transformações mais significativas. Foi concedida em sua administração, através da Lei Municipal nº 337, de 27 de fevereiro de 1904, uma área para a Irmandade do Santíssimo Sacramento enterrar seus membros⁵⁰⁹. Através da Lei nº 338, de 27 de maio de 1904, ele autorizou a Superintendência Municipal a reconstruir o cemitério, abrindo o crédito necessário na lei orçamentária em vigor. Em 1905 Adolpho Lisboa ordenou que fossem levantados os muros com portões e gradis de ferro no Boulevard Amazonas e na Avenida Major Gabriel e que no lugar do antigo necrotério fosse construída uma nova capela, pois a antiga estava em estado deplorável. Os muros, os portões e os gradis, vindos de Glasgow, na Escócia, e produzidos pela fundição MacFarlane Foundry, foram concluídos em 1905, e a capela, construída em estilo neogótico e consagrada a São João Batista, em 1906⁵¹⁰. O *Jornal do Commercio*, comentando a administração de Lisboa, escreveu que ele executou “[...] a transformação do nosso

⁵⁰⁹ Lei Municipal nº 337, de 27 de fevereiro de 1904. In: *Jornal do Commercio*, 19/03/1904, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵¹⁰ MENDONÇA, Manoel Roberto de Lima. **Administração do Coronel Lisboa**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008, p. 142-143.

cemiterio, toscamente primitivo”, o transformando “em necrópole moderna, enriquecida de uma capella luxuosa e cercada de gradis primorosos...”⁵¹¹.

No portão de entrada foi fixada a frase em latim *Laborum Meta*, que significa fim ou meta do trabalho. Ela está ligada à corrente filosófica Positivista, que enxerga a morte como um processo que finaliza a trajetória física e dá início a uma nova trajetória, marcada pelo culto à figura do falecido, que lembrado continuaria a existir subjetivamente. Isso ficaria bastante evidente nos monumentos funerários, sobre os quais se falará mais adiante, e nos funerais de membros da elite política, intelectual e econômica.

E por falar em elite, seus túmulos e jazigos encontram-se nas ruas e quadras centrais, cobertos pelas sombras das mangueiras e pelo saudosismo de um passado de fausto. Os sobrenomes esculpidos em mármore e bronze indicam que ali repousam linhagens que, há mais de um século, comandam os rumos da vida econômica, política e administrativa do Estado. Ontem como hoje, mas talvez não com a mesma intensidade, esses mausoléus continuam sendo importantes marcadores sociais.

É interessante destacar as concessões de áreas para enterro de membros de irmandades religiosas. Apesar de Estado e Igreja terem se separado com o advento da República e os cemitérios estarem agora a cargo dos municípios, a influência do Catolicismo continuou presente nos espaços públicos. A historiadora Adriana Gomes afirma que “No entanto, na prática, os cemitérios ficaram mantidos sob o controle de particulares ou ordens confessionais, alguns com o caráter de monopólio”⁵¹².

Conforme registrado no *Relatório da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município*, organizado na administração do Prefeito Basílio Torreão Franco de Sá em 1922, foram realizadas as seguintes obras e reparos no Cemitério de São João Batista: Pintura dos gradis, dos portões e ferro e caiação dos muros, em 1911; a concessão, através da Lei N° 772, de 02 de outubro de 1913, de uma área para os enterramentos das irmãs de Sant’Anna; a reconstrução da capela e a construção de uma casa para a administração, em 1916; Limpeza geral, delimitação dos quarteirões com cercas de pitangueiras, levantamento das sepulturas perpétuas, identificadas com marcos de alvenaria, com as iniciais S.P., a numeração e a data de inumação em 1921; e a construção, em 1922, dos muros dos lados norte e oeste, “numa extensão de 588,70 m; três sentinas, um grande mictório, um quarto para guardar ferramentas e materiais e um banheiro, terminando também a edificação do sumidouro, então apenas iniciada. Todas estas obras foram feitas com alvenaria de pedra e tijolo”⁵¹³.

⁵¹¹ Jornal do Commercio, 29/04/1907, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵¹² GOMES, Adriana. O processo de secularização do Brasil no limiar da República e a criminalização do espiritismo. *Sacrilégens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – UFJF*, 2014, p. 83-93, p. 87.

⁵¹³ Relatório da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município. Manáos, 1922.

Em 11 de janeiro de 1926, a Prefeitura, na administração de Hugo Carneiro, publicou um edital destinado aos interessados em transladar os restos mortais e monumentos de seus familiares enterrados no antigo Cemitério de São José para o Cemitério de São João Batista⁵¹⁴. No dia 18 daquele ano é publicado o edital de exumações. Editais foram publicados até 1931⁵¹⁵. No ano seguinte foi realizada a transferência custeada pelo município. A maior parte desses restos mortais e monumentos foram realocados na quadra 04. Foi construído em 1932, ao lado das sepulturas e na mesma quadra, um ossuário para a guarda dos restos mortais não reclamados de 48 pessoas.

Manaus possuía, há tempos, uma grande comunidade judaica. Faltava um cemitério onde ela pudesse enterrar seus membros, pois ser sepultado em solo cristão ia contra os princípios religiosos judaicos. Para sanar esse problema, a Prefeitura cede, em 1928, uma área do Cemitério de São João Batista entre as quadras 03, 04 e 05, para a construção do Cemitério Israelita, que entrou em atividade naquele ano.

Na década de 1930, aqui estabelecida como o limite do recorte temporal da pesquisa, são feitas algumas poucas obras e reparos. Destacamos, entre 1930 e 1936, a restauração da capela, o aparos da vegetação, a ampliação da arborização, a construção de 30 marcos de alvenaria para a perpetuação de sepulturas e reparos no serviço de eletricidade.

Os cemitérios de São José e São Raimundo, após a desativação, receberam algumas intervenções. Em 14 de março de 1901 o superintendente Arthur César Moreira de Araújo concedeu ao cônego José Henrique Felix da Cruz Dácia autorização para a realização de missa na capela do Cemitério de São José. Na administração do superintendente Jorge de Moraes (1911-1913) foram feitos reparos na referida capela, a caiação dos muros e a pintura do gradil e do portão. Coube ao superintendente Ayres de Almeida Freitas (1917-1919) nova reconstrução da capela de São José. Em 1906 foi reconstruída a cerca do Cemitério de São Raimundo⁵¹⁶.

Analisando as intervenções executadas a partir da administração de Adolpho Lisboa e tendo como base os estudos de Carla Aires⁵¹⁷, Carla Nagel⁵¹⁸, Maria da Conceição Vilela Franco⁵¹⁹ e Maria Elizia Borges, constatou-se que o Cemitério de São João Batista passou por um processo de monumentalização, sendo transformado em um espaço importante da cidade no que tange o culto à memória, a afirmação e distinção sociais. Nas Palavras de Borges, configurou-se um espaço para a “morte burguesa”⁵²⁰.

⁵¹⁴ Diário Oficial do Estado do Amazonas, 11/01/1926.

⁵¹⁵ Diário Oficial do Estado do Amazonas, 26/09/1931.

⁵¹⁶ Relatório, 1922, op. cit.

⁵¹⁷ MARTINS, 2021, op. cit.

⁵¹⁸ NAGEL, 2011, op. cit.

⁵¹⁹ FRANCO, Maria da Conceição Vilela. De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

⁵²⁰ BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930):** ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2002, p. 122.

2. 10. Cemitério de São Francisco

O Cemitério de São Francisco, localizado na Colônia Oliveira Machado, é contemporâneo ao de São João Batista. A Colônia Oliveira Machado, inicialmente conhecida como Colônia Santa Maria, era uma colônia agrícola criada pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas em 08 de julho de 1854. Nela trabalhavam colonos de origem portuguesa e espanhola que vieram para o Brasil para substituir a mão de obra escrava africana após o fim do tráfico de escravos em 1850. A colônia não apresentou resultados satisfatórios, ficando abandonada até 1888, quando passou a receber famílias de migrantes nordestinos que fugiam da seca. Em 02 de abril de 1889 o Presidente Joaquim de Oliveira Machado a batizou com o seu nome⁵²¹. O local carecia de boa infraestrutura. Faltava o básico, como escolas, estabelecimentos comerciais e um cemitério público, que só surgiria no final daquele século. Antes disso, os moradores mais antigos relatam que os enterros eram feitos nos terrenos de suas propriedades.

O Cemitério da Colônia Oliveira Machado, denominado de São Francisco (atualmente localizado no bairro Morro da Liberdade, surgido através de desmembramento da Colônia Oliveira Machado), tem origens que remontam ao ano de 1898. No Governo de José Cardoso Ramalho Júnior foi decretada a Lei Nº 240 de 13 de Outubro daquele ano, que “auctoriza o Governo do Estado a abrir o crédito necessario para a construcção de um cemiterio na colonia ‘Oliveira Machado’”⁵²². Autorizada a abertura de crédito, o cemitério foi aberto e concluído anos mais tarde “[...] pelo governo do Estado na administração do Dr. Antonio Constantino Nery [1904-1908]”⁵²³. Durango Duarte cita o ano de 1908 como sendo o de sua fundação. O primeiro enterro, de Manoel José de Santana, foi realizado em 12 de maio daquele ano⁵²⁴.

Mesmo tendo surgido ao mesmo tempo que o Cemitério de São João Batista, sua localização e, claro, a condição de cemitério suburbano, o tornava um local de difícil acesso pelo poder público, o que o fazia sofrer com problemas em sua estrutura e conservação. Em relatório apresentado ao Conselho Municipal em 05 de outubro de 1909, o Superintendente Agnello Bittencourt afirmava que o cemitério da Colônia Oliveira Machado estava “com a cerca a desabar”⁵²⁵.

Apesar da situação de abandono, os moradores da região não deixavam se relacionar com esse espaço. No dia 01 de janeiro de 1908, Luiz Maciel de Mattos ofereceu um cruzeiro ao cemitério em agradecimento ao fato de o bairro não ter sido atingido pela varíola em 1907. Durante

⁵²¹ LEÃO, Hamilton de Oliveira. **Colônia Oliveira Machado**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.

⁵²² Diário Oficial, 19/10/1898, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵²³ Relatório da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município, Manaus, 1922.

⁵²⁴ DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009, p. 153.

⁵²⁵ Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão extraordinária de 5 de Outubro de 1909 pelo Superintendente Cel. Agnello Bittencourt.

a entrega compareceram 500 pessoas, que comemoraram o acontecimento com a queima de fogos⁵²⁶.

Em 1928, pensando na acessibilidade dos frequentadores, o vereador Severiano de Souza apresentou à Câmara Municipal um parecer autorizando a Prefeitura a abrir uma estrada que ligasse o bairro de Constantinópolis (Educandos) ao Cemitério da Colônia Oliveira Machado⁵²⁷. Apenas em 1937 essa estrada seria aberta, ligando o cemitério à Estrada João Zany por um ramal acessível a veículos. As obras foram realizadas por Pedro Telles pela importância de 2:136\$258 réis⁵²⁸.

Uma caminhada por essa necrópole nos permite observar sua simplicidade e o histórico abandono. Construída em terreno de geografia ondular, caracterizada por pequenas e médias elevações, não possui túmulos suntuosos. Os jazigos familiares são simples, construídos em sua maioria por pedreiros e também por pessoas sem experiência na área, com materiais como tijolos e azulejos. Alguns exemplares são de mármore e granito, revelando certo poder aquisitivo dos proprietários.

⁵²⁶ Jornal do Commercio, 03/01/1908, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵²⁷ A edilidade. Jornal do Commercio, 11/05/1928, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵²⁸ Mensagem que o Prefeito de Manaus Agrônomo Antonio Botelho Maia dirigiu à Câmara Municipal em a primeira reunião ordinária de 15 de abril de 1937. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Figura 41 – Exemplo de jazigo encontrado no Cemitério de São Francisco.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

2. 11. Cemitério de Nossa Senhora da Piedade

Esse cemitério está localizado na Rodovia AM-010, no bairro Tarumã, zona Oeste da cidade. De acordo com Durango Duarte, ele também é conhecido como Cemitério do Cariri, fazendo referência a Chagas Cariri, imigrante nordestino e seu criador⁵²⁹. Segundo o historiador Gaitano Antonnaccio, esse cemitério começou de forma clandestina na segunda metade do século XIX. Os imigrantes nordestinos que trabalhavam nas colônias agrícolas ao redor da cidade, liderados por Cariri, procuraram uma área alta e distante da zona urbana para construir esse campo santo, reconhecido oficialmente apenas em 1901⁵³⁰.

⁵²⁹ DUARTE, 2009, op. cit. p. 153.

⁵³⁰ NUNES, Paulo André. **Em funcionamento desde 1864, ‘Cemitério do Cariri’ está abandonado, em meio ao matagal.** A Crítica, 04/06/2016. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/em-funcionamento-desde-1864-cemiterio-do-cariri-esta-abandonado-em-meio-ao-matagal-1.164331>. Acesso em 17/06/2024.

A escolha de Nossa Senhora da Piedade como santa padroeira simboliza a força da presença nordestina em sua fundação, pois ela é protetora de cidades na Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí, e da devoção à invocação de Nossa Senhora que ampara seus devotos nos momentos de dor, angústia e injustiça. A primeira inumação oficial foi a de Luíza Marquês de Souza, em 14 de agosto de 1905. É o menor cemitério urbano de Manaus, tendo apenas cinco mil metros quadrados, uma quadra, setecentas sepulturas e pouco mais de mil pessoas sepultadas. Só passou a ser administrado pela Prefeitura de Manaus em 1969, quando foi incorporado ao patrimônio municipal⁵³¹.

2. 12. Cemitério de Santo Alberto

Durango Duarte registra que esse campo santo foi criado pelas missionárias responsáveis pelos cuidados dos pacientes internados no antigo Leprosário do Aleixo⁵³². Localizado na rua Monteiro Maia, no bairro Colônia Antônio Aleixo, zona Leste da cidade, foi fundado provavelmente em 1918, afirma a pesquisadora Maria Terezinha da Rosa Cupper⁵³³. Possui cinco quadras, quatro mil sepulturas e mais de seis mil sepultados. Ao que tudo indica, o nome Santo Alberto foi dado recentemente, pois no passado, segundo antigos moradores do bairro, ele era conhecido como Cemitério da Colônia Antônio Aleixo:

Quando eu cheguei, morria pessoas todos os dias. Tinha um sino que tocava, eu contava 10 badaladas. Um dia morria um, no outro dia morria outro; morria um homem, depois morria uma mulher. Enterravam no cemitério que hoje em dia chama Cemitério Santo Alberto, mas na época era só cemitério da Colônia Antônio Aleixo. Nós apelidamos o cemitério de areal porque tinha muita areia lá. Nós falávamos: ‘fulano já foi pro areal!’⁵³⁴

Consultando o Diário Oficial do Estado do Amazonas, encontrei a informação de que o nome Santo Alberto foi dado apenas em 1986, através da Lei N° 1842 de 08 de julho de 1986, promulgada na gestão de Manoel Henriques Ribeiro⁵³⁵. Tendo como base os estudos de Mircea Eliade, que apontam que o homem necessita viver em um mundo sacralizado, é possível afirmar que esse batismo era há muito tempo aguardado pelos moradores da Colônia, que só assim puderam ter a certeza de que descansariam de fato em um campo santo.

Se depreende da leitura dos trabalhos das geógrafas Maria de Nazaré de Souza Ribeiro e Juliana Araújo Alves que o Cemitério de Santo Alberto era um espaço importante na vida dos

⁵³¹ DUARTE, 2009, op. cit, p. 153.

⁵³² Ibid., p. 153.

⁵³³ CUPPER, 2009, op. cit, p. 59.

⁵³⁴ RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De leprosário a bairro:** reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2011, p. 108.

⁵³⁵ Diário Oficial do Estado do Amazonas, 22/07/1986, p. 11. Acervo do Diário Oficial do Estado do Amazonas.

internos do antigo leprosário dado o isolamento a que estavam condicionados. Esta última vai mais além, afirmando que esse cemitério é um equipamento que caracteriza o bairro como isolado do tecido urbano de Manaus, pois ele é de uso exclusivo dos moradores, diferente dos cemitérios de São Francisco, Tarumã e Santa Helena, que atendem a toda a cidade⁵³⁶.

2. 13. Cemitério Israelita/Chevrah Kadishah de Manaus

Figura 42 – Cemitério Israelita/Chevrah Kadishah de Manaus. Foto de Abraham Amzalak, 1983.



Fonte: Beth Hatefutsoth Photo Archive.

A construção do Cemitério Israelita/Chevrah Kadishah de Manaus está ligada à consolidação da comunidade judaica no Amazonas e, de forma geral, na Amazônia. De acordo com Samuel Benchimol, os judeus, oriundos de cidades marroquinas como Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Salé e Marrakesh, começaram a chegar à região no início do século XIX, fugindo de perseguições, da fome e da discriminação. Além desses fatores, a possibilidade de enriquecer foi um grande atrativo,

⁵³⁶ ALVES, Juliana Araújo. **Do hospital ao bairro**: desativação do “Hospital-Colônia” e criação do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus, AM. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 48.

contribuindo para tal a Abertura dos Portos às Nações Amigas, os Tratados de Aliança e Amizade, o fim da inquisição, a liberdade de culto e a Abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira⁵³⁷.

Na década de 1920, com a crise da economia gomífera, os judeus que viviam no interior do Amazonas, no Pará, no Acre e em Rondônia migraram para Manaus, formando uma comunidade com cerca de 250 famílias, o que possibilitou que organizassem, segundo Benchimol, “os cinco pilares da vida comunitária”: sinagoga, **cemitério**, hebrá, escola, clube social⁵³⁸. Famílias como a Benchimol, Assayag, Ezagui, Levy e Perez foram responsáveis pelo fortalecimento da presença judaica no Amazonas.

Um dos líderes do grupo, o empresário e político Isaac José Perez, então Prefeito de Itacoatiara, veio a Manaus em 1928 para negociar com o governador Ephigênio Ferreira Salles a troca de um terreno localizado nos fundos do Cemitério de São João Batista, adquirido para ser o cemitério israelita, por um localizado ao lado do cemitério, na avenida Álvaro Maia, esquina com a avenida Maceió. Feita a troca e gradeado o cemitério, relata Benchimol, Perez teve a infelicidade de inaugurá-lo com o enterro de seu filho, Leon Perez, vitimado pela febre amarela, em 12 de setembro de 1928⁵³⁹.

Antes da construção do Cemitério Israelita de Manaus, os judeus eram enterrados na terra cristã do Cemitério de São João Batista. Samuel Benchimol registra que até 1927 foram sepultados mais de 400 judeus nesse campo santo. E um dos aspectos mais notáveis do contato entre essas duas culturas é o culto ao Rabi Shalom Emanuel Moyal, um dos santos populares da cidade.

O Rabi Shalom Emanuel Moyal (1875-1910) veio de Salé, no Marrocos, assim como vários de seus compatriotas, para Manaus, em 1908, enviado pelo Rabino-Chefe Raphael Ben Mordechai Ankawa. Naquele período a comunidade judaica no Amazonas já possuía um número considerável de membros e necessitava cada vez mais de líderes religiosos. Dois anos depois, em 12 de março de 1910, morreu vítima de uma doença tropical, provavelmente febre amarela. Quem nos informa sobre seus milagres são os antropólogos Fabiane Vinente dos Santos e Jean Ricardo Ramos Maia:

O primeiro “milagre” do Rabino teria acontecido pouco depois de sua morte, por intermédio de uma senhora da comunidade judaica de Manaus que havia cuidado dele durante a doença que o levou à morte. Ela teria conseguido curar apenas usando as mãos uma terceira pessoa de um grave problema ósseo e atribuiu o fato à influencia do rabino, de quem havia tratado antes.

[...] Outra situação muito conhecida na comunidade manauara é a de um senhor - ainda me lembro bem dele naquele estado - com um problema sério no pescoço que o impedia de andar com a cabeça na posição vertical; esta sempre pendia para o lado. Depois de ter consultado médicos em busca de uma solução para o problema, sem nenhum resultado satisfatório, a mãe do rapaz tomou importante

⁵³⁷ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. 3º ed. Manaus: Editora Valer, 2009, p. 259.

⁵³⁸ Ibid, p. 359.

⁵³⁹ Ibid, p. 360.

decisão. Abraçada em sua fé no Eterno, D'us de Israel, dirigiu-se certa manhã à tumba de Ribí Moyal, onde fez um pedido especial para que seu filho tivesse pleno restabelecimento⁵⁴⁰.

O túmulo de Shalom Emanuel Moyal recebe, de seus devotos católicos, placas em agradecimento às graças alcançadas, fixadas dentro ou fora da grade que o circunda. As inúmeras pedras vistas sobre seu túmulo são deixadas por judeus. Elas, diferente das flores e velas, que tem uma curta duração, são duradouras, simbolizando a memória que as gerações conservarão do ente falecido.

Figura 43 – Túmulo do Rabi Shalom Emanuel Moyal.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

⁵⁴⁰ SANTOS, Fabiane Vinente dos; MAIA, Jean Ricardo Ramos. Hagiografia de cemitério: História Social e Imaginário religioso nas canonizações populares em Manaus. **Revista Eletrônica os Urbanitas**, São Paulo, v. 5, 2008, p. 13-14.

Reproduzo a seguir algumas das inúmeras placas de agradecimento: "Agradeço graça alcançada em 02-02-78"; "1989 uma graça alcansada (sic) de Rabi Shalon (sic) agradeço muito, muito"; "1996 recebi as graças que pedi Rabi Shalon (sic)"; "1999 outra graça alcancei (sic) de Rabi Salon (sic) agradeço muito"; "Graça alcançada. 25.02.02. Eva"⁵⁴¹.

Em 1980 houve a tentativa, por parte do sobrinho de Shalom Emanuel Moyal, Eliahu Moyal, membro do parlamento de Israel e Vice Ministro dos Transportes entre 1980 e 1982, de transferir seus restos mortais para Israel. No entanto, essa ação gerou manifestações da comunidade católica local, devota de Shalom. No final das contas, seus restos mortais ficaram em Manaus⁵⁴², para a felicidade de seus devotos.

Desde 1929 o Cemitério Israelita/Chevrah Kadishah é administrado pelo CIAM - Comitê Israelita do Amazonas. Diferente dos cristãos, que prestam reverência aos seus mortos no Dia de Finados, em 02 de Novembro, os judeus visitam o cemitério apenas no mês de setembro, quando se comemora o Rosh HaShaná, Ano Novo Judaico, para celebrar a vida, pois não existe culto aos finados, apenas a lembrança⁵⁴³.

2. 14. Cemitério de Santa Helena

No início da década de 1930 Manaus viu surgir um novo cemitério público: o Cemitério de Santa Helena, localizado no bairro de São Raimundo. De acordo com a memorialista Elza Souza, ele foi inaugurado em 1934 pelo Padre Carlos Fluhr⁵⁴⁴. Os moradores de São Raimundo afirmam que o primeiro sepultamento foi de uma jovem chamada Helena, empregada doméstica na residência de Valentim Normando, empresário que doou as terras para a construção do cemitério por volta de 1930.

Nessa época o cruzeiro que estava localizado em frente a Paróquia de São Raimundo foi transferido, em procissão, para esse campo santo. Uma rara imagem de época, feita pelo pesquisador e artista plástico Moacir Andrade, mostra a simplicidade desse cemitério. Não vemos jazigos e monumentos, mas muitas cruzes de madeira e alguns túmulos protegidos por cercas.

Essa necrópole atendia principalmente as comunidades vizinhas, como a Cidade das Palhas, hoje bairro Alvorada, que em seus primeiros anos de existência enfrentou a mortalidade infantil, difícil de mensurar precisamente, "Mas o que pode dar uma ideia é que quase toda semana sai do

⁵⁴¹ Pesquisa feita no Cemitério de São João Batista em 25 de julho de 2019.

⁵⁴² SALGADO, David. **A verdadeira história de Ribí Moyal, em Manaus**. Portal Amazônia Judaica. Disponível em: <https://www.amazoniajudaic.org/167563/A-Verdadeira-Hist%C3%B3ria-de-Ribi-Moyal-em-Manaus>. Acesso em 12/06/2024.

⁵⁴³ Chevra Kadisha. Disponível em: <https://cip.org.br/chevra-kadisha-perguntas-frequentes/>. Acesso em 12/06/2024.

⁵⁴⁴ SOUZA, 2008, op. cit., p. 18.

bairro um caixão pequeno azul ou cor-de-rosa, seguido por meia dúzia de pessoas, em direção ao cemitério de São Raimundo, distante vários quilômetros”⁵⁴⁵.

Figura 44 – Cemitério de Santa Helena, no bairro de São Raimundo. Foto de Moacir Andrade.



Fonte: Acervo de Elza Souza.

A tabela abaixo foi baseada nas pesquisas de Carla Mara Matos Aires Martins, Durango Martins Duarte e Agnello Bittencourt. O que podemos depreender dela, e de tudo o que foi apresentado neste capítulo, é que vivos e mortos mantinham uma relação bastante próxima na Manaus de outrora, dentro daquilo que Ariès chamou de “morte domesticada”⁵⁴⁶. Pode-se falar, baseado nos estudos de Cymbalista⁵⁴⁷, que os mortos influenciaram na construção da cidade, pois o núcleo urbano foi assentado sobre um cemitério indígena. Nesse sentido, Aires e Pedrosa identificaram que a partir da segunda metade do século XIX, com os discursos médicos e as epidemias, eles começaram a se distanciar. Eram os ventos da modernidade que chegavam ao Lugar da Barra, que atingiu seu ápice na cidade dos mortos com a construção do Cemitério de São João Batista⁵⁴⁸. A expansão urbana é representada, a partir de 1900 e até 1930, pela construção dos

⁵⁴⁵ DANTAS, Roberto. Cidade das Palhas. *Jornal do Commercio*, 28/03/1971, p. 09. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁴⁶ ARIÈS, 1989, op. cit. Cap. I.

⁵⁴⁷ CYMBALISTA, 2002, op. cit., p. 28.

⁵⁴⁸ MARTINS, 2019, op. cit., p. 53; PEDROSA, 2021, op. cit., p. 37.

cemitérios de Nossa Senhora da Piedade, São Francisco, Santo Alberto, Israelita e Santa Helena, que atendiam comunidades e bairros distantes da região central.

Figura 45 – Cemitérios construídos em Manaus até a década de 1930.

CEMITÉRIOS	LOCALIZAÇÃO	FUNDAÇÃO	ENCERRAMENTO
Cemitérios indígenas	Arredores da Fortaleza de S. J. da Barra do Rio Negro, Praça D. Pedro II, Palácio Rio Branco, IAPETEC e Praça dos Remédios	Indeterminada	Indeterminado
Igreja e Largo da Matriz	Arredores da Fortaleza de S. J. da Barra do Rio Negro, no Largo da Trincheira, atual Praça IX de Novembro	1695	1854
Igreja dos Remédios e arredores	Bairro dos Remédios, se prolongando pela rua Leovigildo Coelho	1818/1828	1854
Cemitério dos Remédios	Atrás da Igreja dos Remédios, entre as ruas Leovigildo Coelho e Andradas	1854	1856
Cemitério de São José	Estrada da Cachoeira Grande, atual Avenida Epaminondas	1856	1891
Cemitério dos Variolosos e Cemitério de São Raimundo	Morro do Seminário de S. José, no bairro de S. Raimundo, entre as ruas Virgílio Ramos e 5 de Setembro, onde estão localizados a E. E. M. de Santa Cruz e o SPA.	1879/1888	1891
Cemitério de São João Batista	Antigo bairro do Mocó, atualmente bairros de Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças	1891	Em atividade
Cemitério de Nossa Senhora da Piedade	Rodovia AM-010, bairro Tarumã.	1901	Em atividade
Cemitério de São Francisco	Bairro Morro da Liberdade	1904-1908	Em atividade
Cemitério de Santo Alberto	Antigo Leprosário do Aleixo, atual bairro Colônia Antônio Aleixo	1918	Em atividade
Cemitério Israelita/Chevrah Kadishah	Cemitério de S. J. B., em terreno localizado entre as avenidas Álvaro Maia e Maceió	1928	Em atividade
Cemitério de Santa Helena	Bairro de São Raimundo	1934	Em atividade

Fonte: AIRES, 2019, 2021; BITTENCOURT, 1969; DUARTE, 2009. Elaborado pelo autor.

2. 15. Os cemitérios nos Códigos de Posturas (1848-1938)⁵⁴⁹

Os cemitérios manauaras figuram como pauta pela primeira vez no segundo Código de Posturas Municipais de Manaus, datado de 29 de novembro de 1848, pouco mais de um mês após a elevação da Vila de Manáos à categoria de cidade.

No primeiro capítulo das posturas gerais, em cinco artigos discute-se a necessidade de se estabelecer cemitérios públicos e abolir os enterros nas igrejas. O artigo 2º determinava que as câmaras municipais que não cumprissem as determinações da Lei de 1º de outubro de 1828, criando cemitérios, seriam multadas pelo Presidente da Província em 30 mil réis por cada um de seus membros caso não o fizessem até o final de 1852. Essa multa, conforme o artigo 3º, seria recolhida aos cofres públicos pelo procurador dos municípios.

O artigo 4º, lembrando das recorrentes dificuldades materiais, afirma que caso as câmaras não possuíssem terrenos para a construção dos cemitérios, elas deveriam propor ao governo formas de adquiri-los. No artigo 5º ficava estabelecido que, assim que os cemitérios fossem abertos, seriam proibidos os enterros nas igrejas e em seus átrios, sendo aplicada ao infrator multa de 20 mil réis ou oito dias de prisão.

O assunto só retorna no quarto Código de Posturas, promulgado em 1872. O título 10, sobre cemitérios e enterramentos, tem dois artigos. O primeiro, nº 104, versa sobre a condução dos cadáveres. Ele define que os corpos deveriam ser depositados em caixões bem vedados para não exalarem cheiro. Os armadores encarregados do serviço de condução e enterro ou parentes e conhecidos do finado seriam multados em 20 mil réis e, em caso de reincidência, pagariam o dobro pela infração.

Os antigos tinham uma sensibilidade olfativa que tolerava os odores dos mortos, pois o mais importante era cuidar deles com desvelo, os amortalhando, dando todos os ritos e uma sepulta digna em solo sagrado. A medicina dos séculos XVIII e XIX instituiu uma nova sensibilidade, agora marcada pela vigilância e repulsa⁵⁵⁰. O artigo 105 lembrava que os terrenos localizados ao sul dos cemitérios eram os únicos locais destinados ao enterro de animais. Caso alguém os enterrasse em outra parte, seria multado em 10 mil réis.

A República traria consigo a separação entre Estado e Igreja e, conseqüentemente, o fim do domínio eclesiástico sobre os campos santos, agora sob tutela dos municípios. Essa mudança administrativa teve vários reflexos, como a criação de leis e multas mais rigorosas e a completa normatização do espaço cemiterial, organizado com base nos preceitos da ordem e higiene. O capítulo 20 do Código de Posturas Municipais de 1896 dedica oito artigos para os cemitérios e enterros. Esse incremento estava de acordo com a época, pois a cidade estava passando por

⁵⁴⁹ Todos os Códigos de Posturas Municipais analisados constam no livro *Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967)*, organizado pela historiadora Patrícia Maria Alves Melo.

⁵⁵⁰ CORBIN, 1987, op. cit.

mudanças profundas, recebendo modernos aparatos urbanos, dentre eles o Cemitério de São João Batista (1891).

O artigo 277 estabeleceu que somente nos cemitérios ou locais autorizados pela superintendência seriam enterrados os mortos. Os infratores receberiam uma pesada multa de 300 mil réis ou 10 dias de prisão. Foram determinados, através do artigo 278, horários e prazos para as inumações: das seis da manhã até as 18 horas, com exceção nos casos de epidemia; em até 24 horas, com exceção em casos “anormais” (morte suspeita, por exemplo), com atestado de médico ou policial; e em caixões perfeitamente fechados. Os infratores estavam sujeitos a uma multa de 100 mil réis ou 5 dias de prisão.

O artigo seguinte, nº 279, determina que em caso de doenças contagiosas, os caixões deveriam ser forrados com panos de lona embebidos em alcatrão, com o corpo amortalhado, depositado no caixão e coberto com cal. Cumpridas as exigências, o enterro poderia ser realizado. A multa prevista era de 100 mil réis.

O Estado penetrava no âmbito privado, buscando a todos controlar⁵⁵¹. No artigo 280 ficou determinado que a casa em que falecesse alguém vítima de doença contagiosa seria desinfetada no máximo em até 24 horas após a retirada do cadáver, sob pena de multa de 50 mil réis ou dois dias de prisão. Receberiam uma multa de 50 mil réis, preconizava o artigo 281, os que levassem cadáveres sem atestado de óbito e identidade para serem sepultados. As exumações, conforme o artigo 282, só poderiam ser realizadas três anos após o enterramento, com exceção nos casos de polícia ou quando houvesse atestado da Repartição de Higiene do Estado comprovando que não havia perigo para a saúde pública, sendo notificada a Superintendência Municipal.

Cabia aos administradores dos cemitérios, estipula o artigo 283, fazer valer essas medidas. Sobre as novas sensibilidades, o artigo 284 determinou que era proibido dobrar a finados, com multa de 20 mil réis e o dobro por reincidência. Desde os tempos da província as autoridades tentavam acabar com essa prática. Em 1879 o engenheiro militar Pedro Botelho publicou um aviso no jornal *Amazonas* sobre a inconveniência do dobrar sinos pelos finados, descrito como um costume bárbaro altamente prejudicial aos doentes e moribundos, além de enriquecer os párocos.

Avisamos, pois, aos habitantes desta cidade que devem cessar com a pratica retrograda de mandar dobrar sinos pelos finados. E' preciso acompanhar a civilização e banir do nosso lar essas idéas anachronicas, que ha muito perderam a sua actualidade. Sejam os catholicos, os que professam a santa religião de Jesus Christo, mas sejamos tambem cidadãos civilisados, para que não nos lancem em face o labéo de povo barbaro⁵⁵².

As posturas seguintes, publicadas em 1901, não diferem muito da anterior (1896), agora com seis artigos sobre cemitérios e enterramentos. Os mortos só poderiam ser enterrados nos

⁵⁵¹ FOUCAULT, 1979, op. cit.

⁵⁵² *Amazonas*, 25/04/1879, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

cemitérios ou em lugares autorizados pela superintendência; as inumações deveriam ser realizadas de seis da manhã às 18 horas, no prazo máximo de 24 horas, salvo exceções com atestado médico ou policial; e os caixões deveriam ser hermeticamente selados. Os infratores seriam punidos com 100 mil réis ou cinco dias de prisão.

A residência de alguém vitimado por doença contagiosa deveria ser desinfetada em até 24 horas, sob pena de multa de 50 mil réis ou dois dias de prisão. A exumação só poderia ser realizada após três anos, com exceção em casos de investigação policial ou com atestado médico comprovando que ela não oferecia perigo à saúde pública. Os administradores ou encarregados deveriam cuidar do cumprimento dessas determinações.

Em 1910 é publicado novo código. O capítulo sobre enterros e cemitérios é denso se comparado aos anteriores, contendo 21 artigos. O primeiro artigo, 336, lembrava que os enterros só poderiam ser feitos em cemitérios públicos ou locais autorizados pela superintendência, sob pena de multa de 100 mil réis. No seguinte, 337, determinou-se que os cemitérios deveriam ser construídos em lugares distantes das zonas habitadas, distantes pelo menos 300 metros das casas. Em pouco tempo essa medida caiu por terra, pois ao redor deles surgiram bairros populosos. No Morro da Liberdade, o Cemitério de São Francisco é separado das casas por uma pequena rua. Em São Raimundo, muitas pessoas têm como quintal de suas casas o Cemitério de Santa Helena.

O artigo 338, pensando na decomposição dos cadáveres, determinou que o terreno escolhido para abrigar o cemitério deveria ser moderadamente poroso, formado por granulações profundas, e o artigo 339 lembra que deveriam ser escolhidos os terrenos calcários e ferruginosos. Quantas dores de cabeça devem ter tido os administradores anteriores que criaram cemitérios na cabeceira de igarapés, poluindo lençóis freáticos e retardando deterioração dos defuntos.

Cada cadáver, versam os artigos 340 e 341, deveria ser enterrado em cova individual, com média de 1,50 m de profundidade e 0,80 de largura, com 2 metros de comprimento para adulto e 1,5 para crianças. Entre cada sepultura deveria existir um espaço de 60 centímetros. Quanto às condições para enterro, o artigo 342 lembra que o horário era das seis da manhã às seis da tarde, com exceção dos casos epidêmicos; só seria realizado após passadas 24 horas do falecimento, excetuando-se a morte por doença contagiosa atestada pelo médico; e em caixões próprios, de preferência de madeira leve, para facilitar a decomposição, e bem fechados. O descumprimento acarretaria multa de 100 mil réis.

O artigo 343 determinou que os cadáveres de pessoas vitimadas por doenças contagiosas seriam enterrados com urgência, sendo os corpos enrolados em mortalhas embebidas em antissépticos e os caixões pregados para evitar qualquer exalação pestilenta. A multa para o descumprimento era de 100 mil réis. Apresentar corpo sem documento para ser enterrado poderia causar multa de 50 mil réis, consta no artigo 344.

Para deixar bastante claro qualquer dúvida existente, o artigo 345 lembrava que eram proibidos os enterros nas igrejas, com pena de multa de 100 mil réis. Existiam, claro, algumas exceções. Alguns anos antes, o 1º Bispo do Amazonas, José Lourenço da Costa Aguiar (1847-1905), falecido em Lisboa, Portugal, em 1905, foi sepultado em Manaus na Catedral de Nossa Senhora da Conceição. Os enterros deveriam ser feitos seguindo todas as posturas referentes à salubridade para evitar qualquer prejuízo à saúde pública.

Os artigos que vão de 347 a 351 tratam do transporte de cadáveres. Os carros utilizados nesse trabalho deveriam ser utilizados apenas para aquele fim, caso o contrário, a multa para o proprietário era de 100 mil réis (art. 347). Deveriam ser lavados e desinfecionados (art. 348), e o lugar onde ficaria o caixão teria uma placa metálica impermeável (art. 349), o mesmo no caso dos caixões para transporte de indigentes, que deveriam ser desinfetados a cada uso (art. 350). Carros que transportaram vítimas de epidemias passariam por uma forte desinfecção (art. 351).

Exumações, versa o artigo 352, não poderiam ser realizadas sem a família ser avisada previamente e sem as medidas legais e higiênicas. O artigo 353 apresenta as condições para a realização delas: em caso de investigação policial e com aval do médico do município comprovando não haver riscos e tendo passados os três anos do sepultamento. Uma novidade é apresentada no artigo 354: a cremação seria permitida quando fossem instalados fornos crematórios. O artigo seguinte lembra que os administradores dos campos santos deveriam fiscalizar o cumprimento das posturas, e o último, 356, reafirmava a proibição dos dobres a finados, com multa de 50 mil réis aos infratores.

Dez anos depois, em 1920, é publicado um novo código. O primeiro artigo do capítulo sobre cemitérios, 467, lembra que os enterros só poderiam ser feitos em cemitérios públicos ou em locais autorizados pela superintendência. Sobre a construção dos cemitérios, o artigo 468 determinou que eles deveriam ser construídos em locais elevados, distante dos centros urbanos, das nascentes de igarapés e reservatórios, com uma zona de proteção de pelo menos 100 metros. A área para as sepulturas, conforme o artigo 469, deveria ser seis vezes maior do que o necessário para os enterros durante um ano.

Como o principal cemitério público da cidade, o de São João Batista, havia sido construído na cabeceira de igarapés que abasteciam a cidade, surgiu a preocupação para que os seguintes não ameaçassem a saúde pública

Art. 470 – O lençol de água naquela área não poderá ter profundidade inferior a dois metros. Em caso contrário, será produzida a depressão do nível das águas subterrâneas por meio de drenagem ou, sendo possível, por certas e determinadas condições, se aumentará a espessura da camada indispensável a inumação, elevandose assim a sua superfície com obras de terraplenagem.

Construídos acima dos cursos d'água, consta no artigo 472, eles não seriam atingidos durante as enchentes. Os cadáveres deveriam ser enterrados em covas individuais, com um metro e meio de profundidade e oitenta centímetros de largura, sendo dois metros de comprimento para adulto e um e meio para crianças. Os enterros deveriam ser feitos, conforme o artigo 473, nas seguintes condições:

- a) Das 6 às 18 horas do dia, salvo nos casos de epidemia; b) Somente 24 horas depois de ocorrido o óbito, à exceção dos casos de moléstias infetuosas, em que o médico assistente declarará no atestado a necessidade de pronto enterramento; c) Em caixões fechados, de madeira leve e de fácil decomposição. Parágrafo Único – Serão permitidas as inumações em túmulos ou jazigos, desde que na construção deles sejam observadas as indispensáveis condições de higiene e solidez.

O artigo 476 determinou a proibição das covas impermeáveis, enquanto o 477 reafirmou a proibição do dobre por finados. A transferência de restos mortais de um cemitério só poderia ser realizada dez anos após o último enterro e seguindo as modernas práticas higiênicas. No parágrafo único deste artigo lemos que os cadáveres seriam enrolados em panos embebidos em líquidos anticépticos, e os caixões seriam pregados.

Os cadáveres, estabelece o artigo 480, só poderiam ser transportados em carros exclusivos para esse fim. Os carros utilizados no transporte deveriam ser construídos, versa o artigo 481, de forma a facilitar a limpeza, impermeabilizados ou revestidos com chapas de metal para acondicionar o caixão. O artigo 482 lembrava que após cada transporte eles deveriam ser limpos.

O artigo 483 determinou que as famílias seriam avisadas previamente, através de editais válidos por 60 dias, das exumações, sendo indicado o número da sepultura e o nome do falecido. O processo seria executado nos seguintes casos: “a) A serviço médico legal; b) A requerimento da família do morto, decorrido o prazo de três anos, ouvidas a seção de higiene municipal e a administração do cemitério; c) Quando a seção de higiene municipal achar conveniente à higiene do cemitério ou à salubridade pública, respeitado, porém, o prazo de três anos”. O artigo 485 lembra que a cremação poderia ser feita assim que fossem instalados fornos crematórios.

Os administradores, relembra o artigo 486, deveriam zelar pelo cumprimento da lei. Na sala da administração deveriam constar “uma planta cadastral do cemitério com as respectivas quadras, e nestas as numerações das sepulturas, facilitando desse modo quaisquer informações e pesquisas”. O descumprimento de qualquer uma dessas medidas estava sujeito à multa de 10 mil a 100 mil réis.

No capítulo 25, sobre os necrotérios, ficou estabelecido nos artigos 489, 490, 491 e 492 que eles deveriam ser construídos distantes da área urbana e na margem do rio, seria uma construção de aspecto simples, bem iluminada e ventilada, com piso e pavimentos impermeabilizados, com um declive para facilitar a lavagem e eliminação da água, com mesas de mármore ou de vidro.

As Posturas Municipais de 1938 trazem vinte e três artigos sobre os cemitérios e quatro sobre os necrotérios. O primeiro, 646, relembra que os enterros só eram permitidos em cemitérios públicos. O artigo 647 determinava que os campos santos deveriam ser construídos, se possível, em locais elevados, distantes das áreas povoadas e de águas de abastecimento (igarapés, caixas d'água, reservatórios etc). A área para as sepulturas deveria ser sempre seis vezes maior que a necessária para os enterros durante um ano, versa o artigo 648.

O medo da contaminação dos lençóis freáticos era constante. O artigo 649, nesse sentido, como vimos em postura anterior, determinou que

O lençol de água naquela área não poderá ter profundidade inferior a dois metros. Em caso contrário, será produzida a depressão do nível das águas subterrâneas por meio de drenagem, ou sendo possível, por certas e determinadas condições, se aumentará a espessura da câmara indispensável a inundações, elevando-se assim a sua superfície com obras de terraplanagem.

Os cemitérios, conforme o artigo 650, deveriam ser elevados em relação aos cursos d'água, de forma que, durante as enchentes, o fundo das sepulturas não fossem atingidos. Para facilitar a circulação do ar e a evaporação da umidade do solo, consta no artigo 651, a arborização não deveria ser contígua ou cerrada, sendo utilizadas árvores de tronco reto, pouco espessas, de raízes mestrais e copa não muito compacta. As covas, individuais, teriam, como determinou o artigo 652, um metro e cinquenta de profundidade e oitenta centímetros de largura, com dois metros de comprimento para adultos e um e meio para crianças. O espaço entre as sepulturas seria de sessenta centímetros, consta no artigo 653.

Como nas posturas anteriores, o artigo 654 traz as condições em que seriam realizados os enterros: “a) Das seis as dezoito horas do dia, salvo nos casos de epidemia; b) Somente vinte e quatro horas depois de ocorrido o óbito, a exceção dos casos de moléstias infectuosas, em que o médico assistente declarará no atestado a necessidade de pronto enterramento; c) Em caixões fechados, de madeira leve e de fácil decomposição”. Os enterros em túmulos e jazigos seriam permitidos desde que seguissem os padrões de higiene.

O artigo 655 destaca uma série de regras para os túmulos, jazigos e mausoléus com gavetas ou nichos no subsolo.

a) Os subterrâneos terão no máximo cinco metros de profundidade; b) As paredes, pisos e abóbadas terão, respectivamente, a espessura de trinta centímetros, quarenta e cinco e dez centímetros; c) As paredes horizontais e verticais das gavetas terão a espessura de trinta centímetros, quarenta e cinco e dez centímetros. d) As paredes, piso e teto serão feitos com material absolutamente impermeável; e) As escadas de acesso serão feitas de mármore ou de granito, havendo na soleira externa saliência vertical de dez centímetros; f) As portas, que sempre existirão, serão de ferro,

grades, bronze, ou de madeiras chapeadas; g) Os subterrâneos serão ventilados pelo ponto mais elevado da construção.

Acima do solo, os túmulos e jazigos com gavetas ou nichos deveriam, conforme o artigo 656, ser construídos de granito ou cimento armado e impermeabilizados; ter paredes, alicerces, piso e tetos com vinte, trinta, quinze e dez centímetros respectivamente; as paredes horizontais e verticais das gavetas deveriam ter dez centímetros de espessura; e a altura da construção deveria ser proporcional ao terreno.

Estavam proibidas, pelos artigos 657 e 658, covas impermeáveis e os dobres por finados. A transferência completa de restos mortais, de acordo com o artigo 659, só poderia ser feita após dez anos e seguindo medidas higiênicas. O artigo 660 determinou que em tempos de epidemia os enterros das vítimas deveriam ser feitos o mais rápido possível, sendo os cadáveres enrolados em lençóis embebidos em preparo anticéptico e postos em caixões pregados de uma ponta a outra. O transporte dos cadáveres, determina o artigo 661, só poderia ser feito em carros destinados unicamente a esse serviço.

Ainda sobre os carros fúnebres, o artigo 662 lembra que eles deveriam ser construídos de forma a facilitar a desinfecção, com o lugar para o caixão sendo impermeabilizado ou revestido por placa metálica. No tocante às doenças transmissíveis, os carros que transportassem vítimas dessas moléstias deveriam ser, a cada viagem, desinfetados, como determinou o artigo 663.

As famílias, de acordo com o artigo 664, seriam avisadas previamente para a realização de exumações, sendo obedecido o prazo do edital, que traria o nome do falecido e o número da sepultura. A exumação seria permitida com as seguintes condições, como determinou o artigo 665: “a) A serviço médico legal; b) A requerimento da família do morto, decorrido o prazo de quatro anos, ouvidas a Diretoria de Higiene Municipal e a administração do cemitério; c) Quando a Prefeitura achar conveniente à higiene do cemitério ou à salubridade pública, respeitando, porém o prazo de quatro anos”.

Manaus, naquela altura da década de 1930, ainda não possuía fornos crematórios, e por isso o artigo 666 lembrava que, quando fossem instalados, a cremação estaria autorizada, desde que com autorização da família do morto e com respeito às medidas policiais e higiênicas. Na sala da administração, como visto em postura anterior, constaria uma planta cadastral com a identificação das quadras e das sepulturas (art. 667). O não cumprimento de qualquer uma dessas medidas acarretaria multa de cem mil réis.

Sobre os necrotérios, eles deveriam, consta no artigo 669, ser construídos longe das habitações e próximos das margens dos rios; em estilo simples, bem iluminados e ventilados, com piso e pavimentos internos impermeabilizados (art. 670); pisos com declive para o escoamento das

águas (art. 671); e com mesas de mármore ou vidro, sendo as da autópsia com formato que facilite o escoamento das matérias (art. 672).

À medida que a cidade crescia surgiam novas necessidades, dentre elas a administração sobre a cidade dos mortos. A primeira postura, de 1848, trata de uma vila com pouco mais de 3 mil habitantes, habituada a enterrar seus mortos no entorno e no interior das igrejas de Nossa Senhora da Conceição e dos Remédios. A racionalização e a medicalização da morte, processos em curso no Brasil desde a década de 1830⁵⁵³, chegaram à comunidade por essa época, mas só se concretizaram por volta de 1854. Percebemos as mudanças nas posturas de 1872, que já tratam da condução dos cadáveres para os cemitérios públicos.

De 3 mil habitantes em 1838 a população saltou para 29.334 em 1872. Com o início da exploração econômica da região e a chegada de imigrantes, ela chegou a 50.300 em 1900, um aumento de 29,9%⁵⁵⁴. É perceptível, nesse sentido, como as posturas referentes aos cemitérios se tornaram mais detalhadas a partir da década de 1890. A cidade estava se expandindo, novas pessoas chegavam e, conseqüentemente, demandavam novos espaços para sepultamentos, que deveriam seguir, sempre que possível, as determinações das posturas municipais.

Além dos já citados e analisados cemitérios de São José (1856-1891), São Raimundo (1888-1891), São João Batista (1891), São Francisco (1904/1908), Nossa Senhora da Piedade (1901), Santo Alberto (1918), Israelita (1928) e Santa Helena (1934), a partir de 1900 verifica-se a abertura dos seguintes na zona rural: Cemitério de Conceição das Lajes, localizado na margem esquerda do Rio Negro, abaixo da Ilha do Marapatá, criado por volta de 1900 para atender os distritos de Lajes, Colônia Oliveira Machado, Aleixo, Terra Nova, Curari, Careiro, Paraná do Cambixe e Lago dos Mouras; Cemitério de Ayrão, na freguesia de mesmo nome, criado através da Lei nº 249, de 21 de fevereiro de 1902, na administração de Adolpho Lisboa; Cemitério de Puraquequara, construído no Lago do Mainã, criado pela Lei nº 459 de 04 de março de 1907; Cemitério de Jatuarana, criado pela Lei nº 459 de 04 de março de 1907 e localizado na foz do Igarapé Jatuarana; e o Cemitério do Tabocal, criado pela Lei nº 459 de 04 de março de 1907 e localizado no Igarapé do Carmo⁵⁵⁵.

⁵⁵³ REIS, 1991, 2022, op. cit.

⁵⁵⁴ Tabela 1.6 – População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>

⁵⁵⁵ Relatório da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município de Manaus, 1922.

CAPÍTULO III – COTIDIANO NOS CEMITÉRIOS MANAUARAS

3. 1. Lágrimas de saudade: o Dia de Finados

O Dia de Finados é uma das principais datas do calendário cristão. Todos os anos, no mês de novembro, milhares de pessoas ao redor do mundo deslocam-se aos cemitérios públicos e particulares de povoados, vilas e cidades para prestar tributo aos que partiram, manifestando diferentes sentimentos. As celebrações variam de uma sociedade para a outra, mas têm como elemento comum o culto aos mortos. Qual a origem dessa data? Desde os primórdios do Cristianismo rezava-se pelos mortos nas catacumbas, que funcionavam como locais de refúgio e oração.

Santo Agostinho de Hipona, no século V, no texto *O cuidado devido aos mortos*, registrou que a Igreja Católica já realizava uma comemoração geral pelos fiéis defuntos. O teólogo e filósofo explica que a oração pelos mortos deveria ser praticada pelos cristãos, e que ela só seria proveitosa àqueles que fossem dignos, que tiveram uma vida exemplar em Cristo. A vida mortal deve ser vivida da melhor forma para que, na morte, se possa usufruir da piedade dos vivos. No entanto, como é difícil discernir quem de fato morreu ou não em comunhão com a Igreja, “(...) convém apresentar súplicas a todos os regenerados, para que não omitemos alguém entre aqueles que possam se servir desses benefícios”⁵⁵⁶.

Jean-Claude Schmitt, historiador francês medievalista, registra que uma data foi oficializada pelo Abade Odilon de Cluny, o Santo Odilon (962-1049), na França, que a fixou no dia 02 de novembro, um dia após o Dia de Todos os Santos. É quase um consenso entre os pesquisadores que a comemoração foi instituída por Odilon no ano de 998⁵⁵⁷. Jean-Claude Schmitt, por outro lado, afirma que ela foi criada no ano 1030 após o seguinte acontecimento:

Um eremita siciliano escutou os demônios, que se atarefavam nas chamas do Etna, deplorar que as preces, as esmolas e as missas dos monges clunisianos arrancavam muito depressa às suas torturas as almas condenadas. Informado dessa visão, o abade Odilon instituiu a Festa dos Mortos. Logo uma aparição do falecido papa Bento, libertado das penas do além pelos sufrágios dos clunisianos, confirmou a legitimidade dessa iniciativa⁵⁵⁸.

O hagiógrafo inglês Alban Butler (1710-1773) explica que a celebração criada pelo abade de Cluny incluía “[...] alms, prayers and sacrifices for the relief of the suffering souls in Purgatory”⁵⁵⁹.

⁵⁵⁶ AGOSTINHO, Santo. *A verdadeira religião. O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus, 2002. (Patrística, vol. 19), Cap. XVIII.

⁵⁵⁷ CROSS, F. L.; LIVINGSTONE, E. A. *All Souls' Day*. In: **The Oxford Dictionary of the Christian Church**. 3^o edition revised. Oxford University Press, 2005, p. 42.

⁵⁵⁸ SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 194.

⁵⁵⁹ S. J., Herbert J. Thruston; ATTWATER, Donald. **Butler's Lives of The Saints. Complete Edition**. Vol I. Westminster, Maryland, 1990, p. 13. Internet Archives. Disponível em:

O Purgatório, na Doutrina Cristã Católica, é um lugar localizado entre o Céu e o Inferno para onde vão as almas daqueles que necessitam de purificação para atingir o Paraíso. Essa purgação pode ser amenizada através das orações dos vivos. Essas orações pelos mortos, inclusive, afirma o historiador francês Jacques Le Goff, foram a gênese desse lugar intermédio:

Foi, parece, pela crença dos primeiros cristãos na eficácia de suas preces pelos mortos – como testemunham as inscrições funerárias, as fórmulas litúrgicas, e depois, no começo do século III, a *Paixão de Perpétua*, primeira das representações *espacializadas* do futuro Purgatório – que começou um movimento piedoso que deveria conduzir à criação do Purgatório⁵⁶⁰.

A comemoração surge, dessa forma, através de um sentimento de fraternidade entre vivos e mortos. Essa relação é nova e simboliza o início de uma era de mudanças. Até a Antiguidade os mortos ficavam distantes dos vivos, sendo enterrados fora das cidades. A Lei das Doze Tábuas, legislação romana criada no período da República, determinava no 1º artigo de sua 10ª tábua, que versava sobre direito sacro, que “era proibido sepultar ou cremar uma pessoa morta na cidade”⁵⁶¹. O Código Teodosiano, publicado no Império Romano do Oriente e posteriormente introduzido no Ocidente, determinava o mesmo para preservar a *sanctitas* (santidade) das casas dos moradores das cidades.

Nos cemitérios *extra urbem* (fora das cidades) foram enterrados os mártires cristãos. Com o passar do tempo, igrejas foram sendo construídas onde eles eram sepultados. A população cristã, buscando maior proximidade com o Sagrado, passou a querer ser enterrada no interior desses templos. O historiador francês Philippe Ariès afirma que “chegou um momento em que a distinção entre os subúrbios onde se enterrava ad sanctos, porque se estava extra urbem, e a cidade, sempre interdita às sepulturas, desapareceu”⁵⁶². A área urbana incorporou o subúrbio, onde ficavam os cemitérios, fazendo com que os mortos entrassem em contato com os vivos.

Mas muito antes os seres humanos já se dedicavam com afincos aos que faleciam. Os homens pré-históricos enterravam seus semelhantes com objetos como pedras, conchas, estatuetas e armas, o que demonstra, já naquele período, a crença na vida após a morte. O filósofo, historiador e antropólogo francês Edgar Morin afirma que não existe nenhum grupo, por mais arcaico que seja, que abandona seus mortos, e que os cuidados dedicados a eles, como a construção de monumentos, são uma das principais características de nossa espécie⁵⁶³.

<https://archive.org/details/ButlersLivesOfTheSaintsCompleteEdition/mode/2up>. Acesso em 11/11/2021.

⁵⁶⁰ LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. 2º ed. Lisboa (PT): Editorial Estampa, 1995, p. 25.

⁵⁶¹ LASSARD, Yves. **Lex duodecim Tabularum (Bruns)**. The Roman Law Library, 2014, p. 07. Disponível em: researchgate.net/publication/259645507_Lex_duodecim_Tabularum_Bruns. Acesso em 11/11/2021.

⁵⁶² ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1989, p. 26-27.

⁵⁶³ MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Portugal: Publicações Europa-América, 1970, p. 25.

O historiador e memorialista Luís da Câmara Cascudo registra que a comemoração cristã aos mortos têm relação com as festas romanas da Ferália, Lemurália e Parentália. A primeira, festival público, era realizada entre 13 e 21 de fevereiro e dedicada aos Manes, as almas dos ancestrais falecidos. A eles eram oferecidos alimentos e realizadas ceias familiares. A Lemurália ocorria entre 9 e 13 de maio, sendo dedicada aos Lares, divindades que cuidavam da casa. Na Parentália, dedicada aos parentes falecidos, realizavam-se jogos, danças e eram oferecidos aos defuntos frutas e sal⁵⁶⁴.

Quando os portugueses e espanhóis chegaram à América, depararam-se com diferentes sociedades, cada uma com suas formas de encarar a morte. Os Maias e Astecas, por exemplo, celebravam seus mortos no nono mês do calendário solar, realizando grandes festas com banquetes, danças e músicas. Os povos do litoral brasileiro, destaca o Frei Vicente do Salvador, embrulhavam os cadáveres nas redes em que dormiam e os sepultavam em covas profundas com comida, tabaco, água e armas. As mulheres e filhas se pintavam e choravam dias a fio⁵⁶⁵.

Às práticas nativas mesclaram-se as oriundas da velha Europa Medieval, Cristã Católica. Em seguida vieram as influências africanas através dos escravizados, com seus cultos aos ancestrais. Os enterros, como já ocorria na Europa, passaram a ser realizados no interior e ao redor das igrejas. Quanto mais importante e rica a pessoa, mais próxima do altar ela era sepultada. Templos de Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Minas Gerais ainda ostentam sepulturas de séculos passados.

Philippe Ariès se questionou se as romarias contemporâneas são a continuidade dessas antigas práticas ou se seriam algo mais recente. Ao longo de sua pesquisa, ele concluiu que a comemoração de Finados contemporânea tem origem nos séculos XVIII e XIX com mudanças nas atitudes diante da morte. Até o final do século XVIII, como visto no início, os mortos eram enterrados dentro e ao redor das igrejas e, na maioria das vezes, entregues ao anonimato, pois não existia a preocupação com a identificação, já que, coletivamente, os mortos estavam sob tutela da Igreja e, por fazerem parte da Cristandade, teriam o mesmo destino.

Ao final de 1700 essa prática começa a ser combatida pelas autoridades médicas, que a acusam de ser responsável pela propagação de doenças. Surgem assim os cemitérios públicos, construídos distantes de áreas habitadas. Deve-se destacar que, conforme Ariès, por mais de um milênio a sociedade teve uma relação de familiaridade com a morte, desenvolvendo uma série de ritos fúnebres. Entre os séculos XVIII e XIX esse sentimento sofre algumas mudanças. O homem mantém os ritos e continua a “não temer” a própria morte, mas passa a ter dificuldades em encarar a

⁵⁶⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

⁵⁶⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Revisão de Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e frei Venâncio Willeke, OFM; apresentação de Aureliano Leite. 7º ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

de familiares e amigos. O cemitério vai se tornar, nesse novo contexto, local de culto à memória dos que partiram

Vai-se então visitar o túmulo de um ente querido como se vai à casa de um familiar ou a uma casa própria, cheia de recordações. A recordação confere ao morto uma espécie de imortalidade, estranha ao dealbar do cristianismo. Desde o fim do séc. XVIII, mas ainda em pleno séc. XIX e séc. XX franceses, anticlericais e agnósticos, os descrentes serão os visitantes mais assíduos dos túmulos dos parentes. A visita ao cemitério foi – e continua a ser –, em França e em Itália, o grande acto permanente de religião. Aqueles que não vão à igreja vão sempre ao cemitério, onde ganharam o hábito de pôr flores nas campas. E aí se recolhem, isto é, evocam o morto e cultivam a sua recordação⁵⁶⁶.

Essa é a mesma conclusão de Jacques Le Goff, que lembra que até mesmo os túmulos dos reis, no passado, eram bastante simples e o restante das sepulturas ficava abandonado em igrejas e cemitérios mal cuidados. Ele afirma que logo após a Revolução Francesa os mortos voltaram a ser lembrados na França e em outros países da Europa. Com a Revolução, a Igreja perdeu seus poderes e teve seu patrimônio confiscado. O pensamento Iluminista racionalizou a sociedade e os cemitérios passaram a ser administrados pelo Estado. Para Le Goff “A grande época dos cemitérios começa, com novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e rito da visita ao cemitério. O túmulo separado da igreja voltou a ser centro de lembrança. O romantismo acentua a atração do cemitério ligado à memória”⁵⁶⁷.

3. 2. O Dia de Finados em Manaus

O jornalista, poeta e historiador paraense Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919) assim descreveu o Dia de Finados em poesia publicada em 1864:

Dia de Finados

Repousa lá no céu eternamente.
E viva eu cá na terra sempre triste (Camões – Sonet.)

De joelhos eu resava
E bem triste suspirava
Por meu pae que já morreu!
E carpia a minha sorte
Sobre meu leito de morte
Onde de mim se escondeu!
Fora n’um dia de pranto,
Em que chorava-se tanto
Com pezar, dor e saudade!
Chorava a mãe desvalida,

⁵⁶⁶ ARIÈS, 1989. op. cit., p. 50.

⁵⁶⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 462.

Viuva e filha qu'rida
Sob o peso da orphandade!

Triste couza a natureza!
Era tudo uma tristeza,
Era tudo pranto e dor!
Nem saltavam avesinhas
Que me vinham as tardinhas
Entoar canções d'amor!
Uma virgem que a meu lado
Lastimava o cruel fado,
Que constante a perseguia,
Me fallou triste e queixosa
D'uma dôr amargurosa,
Que seus dias consumia!
Era um pae que ella chorava,
E por elle então resava
Sobre a sua sepultura!
Essa dor que ella nutria
A meu peito se associa
Com pesar e mais tristura!

A virgem que soluçava
Seus lindos olhos levava
Lacrimosos ao Senhor!
Lhe-pedi, calásse o pranto
Que magoava-me tanto
Com meus pezares e dor!
E ahi no cemiterio,
Onde orava com mysterio
Uma préce ao Creador,
Virgem de tanta belleza;
Era tudo uma tristeza
Negro crepe, pranto e dor!⁵⁶⁸

Os dias 01 e 02 de novembro eram marcados pela tristeza, saudade e piedade cristã. Pais, mães, filhos, filhas, viúvas e viúvos descritos por Bento Aranha se dirigiam aos cemitérios para expressar esses sentimentos. Os jornais de Manaus não deixaram escapar às suas páginas as romarias que eram realizadas.

O Dia de Finados de 1869 foi bastante movimentado. No dia 01 as sepulturas do Cemitério de São José estavam devidamente limpas e ornamentadas com coroas de flores e finos tecidos de seda. Era grande “[...] a multidão de paes, amigos, e parentes que sobre ellas carpião a auzencia eterna d’aquelles que lhe foram charos no mundo”. O jornal *O Catequista* continua, informando que “[...] a voz do pastor das [ilegível] fendendo o religioso silencio e rogando a Deos misericordia sobre os mortos, cauzava a todos que chegavam a porta d’aquella habitação mortuaria, uma emoção difficil de descrever”⁵⁶⁹.

⁵⁶⁸ Grinalda (PA), 1864, In: Amazonas, 31/10/1866. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁶⁹ Festa Lúgubre. O Catechista, 06/11/1869. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

No dia seguinte, a partir das 9 horas, tiveram início as missas pelas almas dos mortos e a encomendação geral das mesmas, sendo o evento acompanhado pela música dos alunos do Instituto de Educandos Artífices. Uma multidão tomou o cemitério. Essa pequena nota sobre o Dia de Finados é encerrada com agradecimentos ao Rvd. Pe. Manoel Ferreira Barreto, capelão do cemitério, pela celebração dos atos religiosos; e aos capitães Joaquim José Paes da Silva Sarmento e Francisco da Silva Galvão pela música durante as encomendações.

Em 1872 a romaria ao Cemitério de São José foi intensa desde a noite do dia 01 de novembro. O jornal *Amazonas* vê o cemitério como um local de nivelamento social, onde o mais rico fica igualado ao mais miserável dos homens:

E' que alli naquella sombria igualdade cifram-se todas as vaidades mundanas; alli acabam-se as dissenções e odios de que muitas vezes se nutre a fragilidade humana na breve passagem que faz por este mundo safaro ate chegar á eternidade; alli não ha distincção nem de raça nem de classes: todos são – pó, cinza, terra e nada⁵⁷⁰.

Essa é uma concepção cristã clássica, de que o homem veio do pó e a ele retornará. O jornal registra que cada romeiro que ali tinha uma pessoa que lhe foi cara em vida e respeitava sua memória, acendeu uma vela e depositou flores nas sepulturas. Isso imprimia “[...] em todos os corações o dever de orar por quem já se finou”. Foi entoado o *Memento homo quia pulvis es et in pulverem reverteris*⁵⁷¹, acompanhado por músicas vocais e instrumentais. As encomendas, realizadas pelo Revd. Fr. Samuel, e as músicas, “[...] iam ferir uma a uma todas as fibras do coração”⁵⁷².

Na comemoração de 1875 o Rev. Vigário Geral realizou, pela parte da tarde, quando o Cemitério de São José já se encontrava bastante movimentado, uma homília que “[...] se fez ouvir com geral interesse, para o que muito contribuia o ominoso effeito panico que nos incutem esses funereos apparatus que nos chamão á realidade de nossa existencia”⁵⁷³. Em 1882, como nos anos anteriores, a concorrência foi enorme. Raro era o túmulo que não tinha luzes, grinaldas e flores e, no caso daqueles que não tivessem decoração, “[...] mesmo o desconhecido ia preencher a falta, movido somente pelo espírito de caridade christã”⁵⁷⁴. A casa funerária de Antônio Dias dos Passos cuidou da armação da capela, onde ardiam quatro grandes tochas. Uma banda tocava as marchas fúnebres, acompanhada pela oração do Pe. Amâncio de Miranda, Vigário da Província, entoando ao final desta o *Libera-me*.

⁵⁷⁰ Comemoração dos defuntos. *Amazonas*, 02/11/1872. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁷¹ “Comerás o pão com o suor do teu rosto, até voltares ao solo, do qual foste tirado. Porque tu és pó e ao pó hás de voltar” (Gn 3, 19). Bíblia Católica Online. Disponível em: <http://www.pr.gonet.biz/biblia.php?submit=Ler&ATNT=0&Book=0&Chapter=3&versao=1&singles=1&biblia2=0&head=1>. Acesso em 01/08/2019.

⁵⁷² *Ibid*, 02/11/1872.

⁵⁷³ Comemoração dos mortos. *Jornal do Amazonas*, 02/11/1875, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁷⁴ Comemoração dos defuntos. *Amazonas*, 03/11/1882, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

O Dia de Finados de 1885 foi tocante, com os atos tendo início no dia 01. Os alunos do Instituto de Educandos Artífices cantaram o *Libera-me*, enquanto o Revd. Vigário Geral Pe. Raimundo Amâncio de Miranda realizava as orações e encomendas pelas almas dos mortos. No dia 02, distante do Cemitério de São José, foi realizada comemoração no bairro de São Raimundo pelas almas “[...] dos que, victimas da epidemia que ha pouco assolou esta capital, repousão no cemiterio dos variolosos”. O *Libera-me* foi tocado pelos Revds. Padre Amâncio e Coutinho, com ajuda do capitão Fleury. Segundo o *Jornal do Amazonas* “A concorrência foi enorme, e a dor foi sincera”⁵⁷⁵.

Nesse primeiro momento os cemitérios são vistos pela imprensa manauara apenas como locais de recordação afetiva de seus mortos, onde familiares e amigos vão fazer suas orações, expressar a fé cristã, totalmente diferente do que ocorrerá no final do século XIX e com maior intensidade no início do século XX, quando eles tornar-se-ão locais de culto à memória e importantes marcadores, através de túmulos e jazigos monumentais, das diferenças de classe.

Esse sentimento identificado na segunda metade do século XIX pode ser explicado por dois fatores: O primeiro, obviamente, religioso. A maior parte da população era católica⁵⁷⁶. Um dos principais dogmas do Catolicismo era o do Purgatório, local que o historiador francês Jacques Le Goff define como “[...] um além intermédio onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – a ajuda espiritual – dos vivos”⁵⁷⁷.

Em 1900 foi publicado um texto no jornal *A Federação* sobre o significado do Dia de Finados. O autor diz que a oração da Igreja pelos mortos é consequência do dogma do Purgatório, e que “E’ um dever, pelo menos de caridade, orar pelos mortos. Essas afflictas almas que por nossas orações conseguem abreviar os seus sofrimentos, não deixarão de lembrar-se da nossa piedade, e de nos protegerem no céu”⁵⁷⁸. Ir ao cemitério e orar pelos mortos significava garantir a salvação de suas almas, permitindo a desejada integração ao reino divino.

O segundo fator é a estética. A cidade de Manaus como um todo, nos tempos da Província, não chamava a atenção por sua aparência, sendo alvo de críticas e lamentações não só de seus administradores, mas também, e principalmente, de viajantes brasileiros e estrangeiros que por ela passaram entre as décadas de 1850 e 1880. O militar e etnógrafo baiano Lourenço da Silva Araújo e Amazonas registrou que em 1852

Consta a Cidade de huma praça e 16 ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e illuminar. As casas são cobertas de telha, e poucas de solida fundação; porém são commodas, espaçosas e desfogadas. Os sobrados são ainda

⁵⁷⁵ Finados. *Jornal do Amazonas*, 05/11/1885. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁷⁶ No Recenseamento Geral do Império de 1872 a porcentagem de católicos na Província do Amazonas era de 99,8% da população (56.631). Memória Estatística do Brasil na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Disponível em http://www.ppe.ipea.gov.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php?p=85&c=t e <http://archive.org/stream/recenseamento1872am#page/n65/mode/2up>. Acesso em 01/08/2019

⁵⁷⁷ LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. 2º Ed. Lisboa (PT): Editorial Estampa, 1995, p. 18-19.

⁵⁷⁸ Finados. *A Federação*, 02/11/1900. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

em diminuto numero. As lojas carecem de mais gosto em sua peculiar ostentação. Possui a Cidade duas Igrejas, a saber: a Matriz de N. S. da Conceição, e a Capella de N. S. dos Remedios, ambas de fundação á imitação da dos Jesuítas no paiz, isto he, ligeira, fragil e destituída de architectura; o que compensa o povo com hum tracto e acceio que lhe fazem honra⁵⁷⁹.

Pouco mais de uma década mais tarde, o casal de naturalistas Louis (1807-1873) e Elizabeth Agassiz (1822-1907), em 1865, tiveram a seguinte impressão:

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edificios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência⁵⁸⁰.

O Engenheiro, desenhista e fotógrafo alemão Franz Keller-Leuzinger (1835-1890), apesar de ter ficado impressionado com a natureza, a descreveu como uma pequena cidade insignificante e sem estrutura por volta de 1867:

In spite of its pompous title, Capital of the province of Amazonas, Manáos is but an insignificant little town of about 3,000 inhabitants. Unpaved and badly-levelled streets, low houses, and cottages of most primitive construction, without any attempt at architectural beauty, and numerous Portuguese vendas, - where anything may be had, from Lisbon wine and English printed cotton, to Brazilian cheese and dried pirarucú; from Paris soaps and pomatums, to caoutchouc and cacao; from the Belgian fowling-piece to the imported arrow-head-certainly fail to give an imposing ensemble; while the population, showing samples of all possible mixtures of white, negro, and Indian blood, also reminds us forcibly that we are in the midst of the South American continent, in the very centre of the Amazon Valley, opened soo recently to civilisation and trade⁵⁸¹.

Em 1883, Ernesto Mattoso Maia Forte, membro da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, descreveu Manaus como uma cidade grande, quente mas de clima salubre, com população estimada entre oito e nove mil habitantes, com um bom porto e comércio, mas “Raras são as casas boas, as ruas quasi todas são em rampa e mal calçadas. Tem algumas casas commodas em construcção, uma igreja solida e bem edificada, a dos Remédios, que está ainda em obras, o novo mercado a concluir-se-ha em pouco e o passeio publico igualmente”. Ainda faltava o essencial: “acha-se a cidade ainda sem illuminação a gaz, sem esgotos e agua encanada”⁵⁸².

A partir da leitura desses relatos, percebe-se que a cidade era destituída de grandes obras, e as que existiam não possuíam apuro arquitetônico, incluindo-se entre elas o cemitério, sobre o qual

⁵⁷⁹ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. **Diccionario Topographico, Historico, Descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas**. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852, p. 189. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

⁵⁸⁰ AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil. 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 196.

⁵⁸¹ KELLER-LEUZINGER, Franz. **Amazon and Madeira Rivers**: sketches and descriptions from the notebook of an Explorer. Philadelphia: J. B. Lippincott and co., 1875, p. 40. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

⁵⁸² FORTE, Ernesto Mattoso Maia. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira**: itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré: impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão. Rio de Janeiro: Typ. A Vapor de Soares & Niemeyer, 1885, p. 61-62. Biblioteca do Senado.

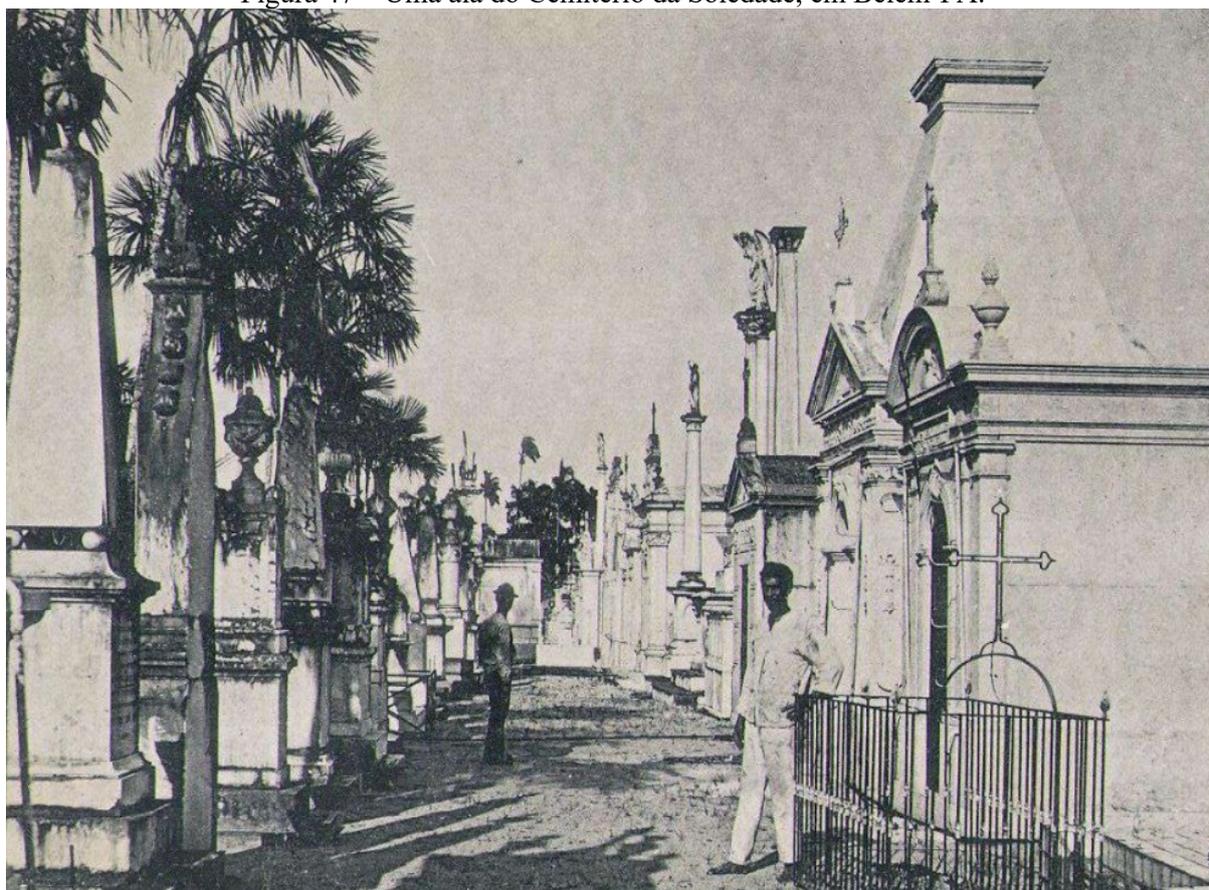
os viajantes não fazem uma menção sequer. O silêncio também é uma resposta. O Cemitério de São José, apesar de receber os sepultamentos dos membros da elite provincial, era acanhado se comparado com outros cemitérios brasileiros, como o da Soledade, em Belém-PA.

Figura 46 – Aspecto do Cemitério de São José, já desativado, em 1901.



Fonte: Relatório do Superintendente Municipal Arthur César Moreira de Araújo, 1901. Instituto Durango Duarte.

Figura 47 – Uma ala do Cemitério da Soledade, em Belém-PA.



Fonte: Album descrittivo annuário dello stato del Pará, 1898, p. 63. Fundação Cultural do Estado do Pará. Biblioteca Arthur Vianna, seção de Obras Raras, Acervo Digitalizado.

Como pode ser visto nos registros fotográficos, o Cemitério de São José possuía alguns monumentos funerários, bem como um aspecto bastante modesto. Além dos viajantes, encontramos na imprensa alguns registros que corroboram a ideia de acanhamento do cemitério de Manaus. Em 1879 o jornal *Commercio do Amazonas* publicou uma notícia sobre a inauguração, no Cemitério da Soledade, em Belém, de um jazigo capela confeccionado pela oficina de mármore de Martin e Backus, estabelecida na capital paraense:

Vimos no cemiterio publico um tumulo-capella, digno de menção sahido da officina de marmores dos Srs. Martin e Backus, estabelecida á travessa do Passinho.

E' um rico monumento de marmore branco e azul, pertencente ao Sr. coronel José Evangelista de Faria Maciel; mede quatro metros de altura, e contem 8 depositos para caixões nas duas paredes lateraes.

Tudo nelle é gosto artistico, maxima elegancia e solidez.

As differentes peças são perfeitamente ligadas e o tecto sobre-posto com toda segurança.

Na fachada está principalmente o trabalho de arte, sem igual no meio de tantos outros que avultam por sua magnificencia na cidade dos mortos.

A porta, de gosto inteiramente novo, foi construida de nikel polido nos Estados-Unidos [...]

E' inquestionavel o proveito que se póde auferir de um estabelecimento daquelle genero nesta cidade.

Se é verdade que se pôde obter na Europa um tumulo por menos dinheiro, é certo que os riscos, e mais os gastos de transporte e collocação elevam-lhe o preço além da circumstancia de nem sempre satisfazer ao gosto de quem encommendou. Aqui, porém, o pretendente nem somente preside a construcção, ainda como só a paga depois de collocada. Os Srs. Martin e Backus são, portanto, merecedores do favor publico, e o tumulo de que fallamos attesta a sua pericia e perfeito gosto artistico⁵⁸³.

O jornal destacou que seria bastante vantajosa a instalação de um estabelecimento semelhante em Manaus, pois os custos para adquirir obras de mármore na Europa eram muito altos, inacessíveis para boa parte da população. Uma marmoraria especializada possibilitaria o embelezamento do cemitério manauara. Por volta de 1880 já existiam na cidade agentes da oficina de Martins e Backus. Era a firma Machado e Silva e Cia, instalada na Rua do Imperador, atual Marechal Deodoro.

Na ausência de elementos estéticos para serem destacados, prevalecia unicamente, nas visitas, o sentimento religioso, expresso tanto no poema de Bento Aranha quanto nas crônicas publicadas entre 1860 e 1880. Todavia, isso não quer dizer que não existiram tentativas de embelezar esse cemitério com monumentos. No Regulamento publicado em 1859, ficou estabelecido no artigo 12 que só poderiam ser entregues sepulturas perpétuas para o enterro de “[...] cadaver de pessoa de alta jerarchia”⁵⁸⁴. Apenas nestas sepulturas, conforme o artigo 14, seria permitido erigir “[...] mausoleus e construir carneiros”⁵⁸⁵. Dessa forma era garantido um padrão para construções suntuosas nas quadras principais. Os escravos, por outro lado, pelo artigo 38, seriam enterrados em sepulturas comuns “[...] nos quarteirões para isso destinados”⁵⁸⁶.

Entre fins do século XIX e início do século XX, a cidade passou por profundas transformações em seu espaço urbano. A exportação da borracha garantiu o aumento das rendas públicas, aplicadas pelo Estado, agora guiado pela República e seu ideal de civilização, que só seria alcançado através do “[...] progresso material – técnico e econômico”⁵⁸⁷, na reestruturação urbana da capital. A fisionomia do período Provincial, com ruas estreitas e irregulares e prédios públicos e particulares desprovidos de refinamento arquitetônico foi dando lugar à cidade planejada, com ruas e avenidas largas, igarapés aterrados e obras públicas monumentais.

Essa mudança se fez presente na cidade dos mortos, sendo fechadas as necrópoles de São José e de São Raimundo Nonato e aberta uma nova, a de São João Batista (1891), seguindo os padrões técnicos e estéticos da nova ordem política.

⁵⁸³ Obras de marmore – Officina dos Srs. Martin e Backus. Commercio do Amazonas, 21/09/1879, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁸⁴ Regulamento N°11 de 26 de Maio de 1859. In: Estrella do Amazonas, 27/07/1859, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁸⁵ Ibid, 27/07/1859, p. 01.

⁵⁸⁶ Ibid, 27/07/1859, p. 03.

⁵⁸⁷ AZEVEDO, André Nunes de. As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. **Outros Tempos**, vol. 13, n. 22, 2016, p. 69-88, p. 83.

No dia 02 de novembro de 1900 repórteres do jornal *Commercio do Amazonas* visitaram o Cemitério de São João Batista. Eles constataram que existiam vários problemas em sua estrutura e conservação, além de outros detalhes. Faltavam:

sepulturas bem alinhadas, ruas internas, por onde podessem perpassar os visitantes; catacumbas (carneiros) para quem, tendo posse, nellas preferisse enterrar os restos mortaes dos que lhes foram caros em vida; arborisação interna com casuarinas e cyprestes, arvores da morte e da dôr; tudo isto circundado por muros e grades de ferro, bem fechados, como se fôra um cófre a guardar aquelas reliquias sagradas⁵⁸⁸.

Eles encontraram túmulos danificados com os números das sepulturas incorretos e objetos faltando. Nem mesmo um livro de registro de enterros foi encontrado. Procuraram, em vão, alguém que pudesse lhes prestar esclarecimentos sobre a situação em que se encontrava o local. Isso era encarado como um desrespeito ao bem público, pois “Em todos os paizes adiantados os cemiterios não ficam entregues aos ignorantes, antes têm uma administração capaz de compreender o que elles significam e representam no mundo civilisado”. Não zelar pela conservação do Cemitério de São João Batista era [...] um attestado de atraso em nossos costumes, em sciencia e religião⁵⁸⁹.

A mesma situação foi denunciada pelo jornal *Quo Vadis* em 1903. O mato estava muito alto em uma parte do cemitério, fazendo com que as sepulturas rasas e as grandes ficassem praticamente escondidas. O jornal solicitava que o serviço de capinação fosse realizado, pois era “[...] preciso mais cuidado e mais carinho com a cidade dos Mortos”⁵⁹⁰.

Em 1909, um redator do *Jornal do Commercio*, usando o pseudônimo Ajuricaba, escreveu uma carta endereçada às autoridades municipais para que dessem atenção ao antigo Cemitério de São José, abandonado desde 1891. Ajuricaba registrou que o estado em que essa necrópole se encontrava era “[...] tão deprimente aos amazonenses quanto aos olhos do estrangeiro, que visite Manáos para lhe admirar o progresso material e moral, é notavelmente censuravel”.

Esse jornalista apresentou duas histórias que se passaram com visitantes. Na primeira, a irmã de um médico da capital, após longos anos morando fora, decidiu visitar o jazigo de sua mãe, mas foi “[...] forçada, ao entrar, a recuar envergonhada por ver adiante de si um matagal quasi impenetravel!”. Ele se questiona, ainda, o que diria “[...] da nossa criminosa e sacrilega indiferença, se, em vez da amazonense, fosse uma estrangeira?”. No outro caso, um antigo fiscal de rendas do período provincial, em visita ao jazigo de dois filhos, “[...] os descobriu internados no matagal!”. Ajuricaba afirma que

[...] escrevendo ao sr. superintendente a presente carta, tenho em vista, apenas, appellar para os seus sentimentos patriotico e humanitarios com a esperança de ver,

⁵⁸⁸ Uma visita ao cemiterio S. João (em 2 de Novembro). *Commercio do Amazonas*, 05/11/1900. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁸⁹ *Ibid*, 05/11/1900.

⁵⁹⁰ Cemiterio de S. João. *Quo Vadis?* 16/05/1903. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

o mais breve possível transformado aquele matagal de S. José, no campo santo onde as principais famílias amazonenses tem suas reliquias sepultadas⁵⁹¹.

Mais que evidenciar problemas em sua estrutura, esses textos expressam a relação entre os cemitérios e a dita e tão perseguida modernidade, que tinha como molde os países europeus, de onde partiram as inspirações para a construção das necrópoles brasileiras. A imprensa manauara do início do século XX, a par das transformações que estavam ocorrendo no Velho Mundo, agia como agente das transformações das práticas funerárias.

A partir da leitura dos periódicos, constatou-se que ocorre uma mudança significativa no discurso jornalístico sobre os cemitérios de Manaus. Se entre 1860-1880 a imprensa via os cemitérios unicamente como locais de descanso dos mortos, onde as multidões expressavam, em aniversários de falecimento e no Dia de Finados, a fé cristã, a partir de 1900 ela passa a valorizar, além dos aspectos religiosos presentes nesses espaços, sua estética, o traçado de suas ruas e quadras, a arborização e os monumentos funerários. A imprensa vigia e denuncia o estado de abandono dos campos santos, bem como sugere e elogia os melhoramentos feitos pela municipalidade e por particulares. De acordo com o historiador James William Goodwin Junior, nesse período

As redações tornaram-se focos organizadores e disseminadores de conceitos, valores e práticas identificados com a modernidade industrial, o comércio liberal, os costumes burgueses, a ética capitalista do trabalho. Nas páginas dos jornais, os homens de imprensa deixaram suas impressões, nos tipos sobre o papel, numa leitura específica sobre o ambiente urbano – uma tentativa de transformar a realidade concreta de suas cidades numa representação da cidade moderna e civilizada⁵⁹².

A imprensa, fruto e agente do boom econômico e das transformações urbanas, mecanismo de defesa e propagação do ideário das classes dominantes, pensa todos os ambientes da cidade “ideal”, entre eles os cemitérios. Manaus, cidade que ganhava projeção nacional e internacional, deveria ter cemitérios a altura, ou daria, conforme os articulistas, um atestado do atraso de seus costumes. A “pequena cidade insignificante” não existia mais. A Manaus do século XX era a “Paris das Selvas”⁵⁹³, como registrou o historiador francês M. G. Desdevises du Dezert.

Ainda demoraria alguns anos para que o principal cemitério da cidade, o São João Batista, ganhasse aspectos modernos, esteticamente agradáveis aos olhos de seus frequentadores e da imprensa, tornando-se um espaço de culto à memória e de afirmação das diferenças de classes através de seus monumentos funerários erguidos por membros das elites política, intelectual e econômica. Ele recebeu melhoramentos em diferentes momentos.

⁵⁹¹ Carta aberta. *Jornal do Commercio*, 28/06/1909. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁵⁹² GOODWIN JÚNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade *fin-de-siècle* em Diamantina e Juiz de Fora, MG. In: **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, v. 35, p. 97-117, 2007.

⁵⁹³ DEZERT, M. G. Desdevises du. Préface. In: PLANE, Auguste. **A Travers L'Amérique Équatoriale. L'Amazonie**. Paris: Plon-Nourrit et Cie., Imprimeurs-Éditeurs, 1903, p. IV.

Os mais significativos foram implementados na administração do Superintendente Municipal Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa (1902-1907). Através da Lei N° 338, de 27 de maio de 1904, “Autoriza a Superintendência Municipal a reconstruir o cemitério de São João, desta cidade, e abre para esse fim o necessário crédito na Lei orçamentária em vigor”⁵⁹⁴. Adolpho Lisboa, pela Lei N° 430, de 12 de dezembro de 1905, mandou “[...] proceder nesta necrópole a construção de muro com portões e gradil de ferro nas faces que limitam com o boulevard Amazonas e a avenida Major Gabriel e no local do antigo necrotério uma Capela de estilo”⁵⁹⁵. O muro e os gradis importados da Escócia (fundição MacFarlane Foundry) foram concluídos em 1905. A Capela de São João Batista, em estilo neogótico, em 1906. No portão de entrada está fixada a expressão ‘Laborum Meta’, que significa fim ou meta do trabalho, lembrando o destino inevitável dos seres humanos.

⁵⁹⁴ MENDONÇA, Roberto. **Administração do Coronel Lisboa**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008, p. 148.

⁵⁹⁵ *Ibid.*, p. 142.

Figura 48 – Portão de entrada do Cemitério de São João Batista com a expressão ‘Laborum Meta’. Foto de 1913.



Fonte: Jornal do Commercio, 02/11/1913.

Essa expressão latina vai ao encontro com a concepção que a corrente filosófica Positivista, em voga no período, tinha da morte e dos mortos. O filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), em seu *Catecismo Positivista*, publicado em 1852, afirma que em cada pessoa residem duas existências, “[...] uma, temporária, mas direta, constitui a vida propriamente dita; a outra, indireta, mas permanente, só começa depois da morte”. Comte continua, explicando que essa primeira existência “[...] sempre corporal, pode ser qualificada de objetiva; sobretudo por contraste com a segunda, que, não deixando subsistir a cada um senão no coração e no espírito de outrem, merece o nome de subjetiva”⁵⁹⁶.

Os cemitérios eram os locais onde a trajetória física das pessoas terminava, mas eles davam início a uma segunda, essa dependente de uma ritualística ligada à memória. A memória dos mortos deveria ser cultuada para a manutenção dessa existência subjetiva. Os monumentos funerários seriam parte essencial desse processo. “Cada túmulo”, escreve Comte, “será aí ornado com uma simples inscrição, um busto ou uma estátua, conforme o grau da glorificação obtida”⁵⁹⁷. Essa

⁵⁹⁶ COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista*. In: **Os Pensadores**. Trad. e notas de Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 152.

⁵⁹⁷ *Ibid.*, p. 183.

concepção de culto à memória foi absorvida por políticos, empresários e intelectuais, pessoas das camadas mais abastadas da sociedade.

Em estudo sobre estilos mortuários e a sociabilidade em cemitérios brasileiros do século XIX, o historiador e antropólogo Antonio Motta identificou nesse período, marcado pelo cientificismo e pelo progresso material, uma “relativa descristianização”, que passou a ser “[...] compensada pelo culto da memória e da recordação”⁵⁹⁸. Isso ficaria evidente nas crônicas publicadas nos anos seguintes pelos jornais manauaras.

Na véspera do Dia de Finados de 1908 os repórteres do *Jornal do Commercio* descreveram algumas cenas sobre os preparativos para o dia 02 de novembro, cenas essas bastante reveladoras da distinção de classes existente no espaço cemiterial. Eles observaram que

Os favoritos da fortuna engrinaldavam, ornamentavam, embellezavam a ultima morada dos seus, o melhor possível, ao passo que demonstrando o mesmo ou melhor sentimento, os pobres, os menos favorecidos pelo ouro, tambem prestavam suas homenagens às suas gratas memorias, quando menos, alumando-lhes a campa terrea e fria, com velas de stearina, sobre monticulos de areia⁵⁹⁹.

Esses mesmos repórteres elogiaram a construção de novos jazigos, tecendo elogios à principal marmoraria da cidade, inaugurada em 1898:

Tivemos occasião de admirar alli muitas obras novas e bonitas, recém collocadas, simples, solidas e dignas de apreço, pela sua bôa confecção, pelo seu bem acabado, todas executadas pelo eximio marmorista Cesare Veronese, proprietário da conhecida e premiada mamoreria *Italo-Amazonense*, desta praça, que cada anno mais se desenvolve em crescente progresso, affirmando assim os fóros simpathicos que tem de optimo interprete da arte a que se dedica, com tanto interesse⁶⁰⁰.

O Cemitério de São João Batista, anteriormente de aspecto simples, vai ganhando uma nova roupagem com a construção de suntuosos túmulos e jazigos, artisticamente elaborados por marmorarias especializadas e escultores italianos. Ao mesmo tempo em que atestam seu poderio econômico e político através dessas obras, as elites contribuem para o bom aspecto estético da necrópole, em uma relação simbólica em que, por um lado, é garantido um espaço para a reprodução das diferenças de classe, e pelo outro, essa reprodução garante uma estética agradável àquele local público.

A opulência dos túmulos nem sempre era motivo de elogios pela imprensa e pelos frequentadores. O jornalista Luiz do Prado, do *Jornal do Commercio*, propôs em sua coluna, de forma irônica, sete pontos para otimizar essa necrópole. O quarto é uma crítica à monumentalidade

⁵⁹⁸ MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 55-80, jan./jun. 2010, p. 56.

⁵⁹⁹ Varias Noticias. *Jornal do Commercio*, 02/11/1908. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁰⁰ *Ibid.*, 02/11/1908.

dos túmulos e jazigos: “4º - Ficam abolidos os mausoleos, porque nos cemiterios não deve haver luxo”⁶⁰¹.

Para o Dia de Finados de 1913, o *Jornal do Commercio* publicou na primeira página uma matéria bastante elaborada, com fotos dos túmulos mais suntuosos da necrópole de São João (Figura 37). Foi dado destaque às visitas realizadas aos túmulos de Joaquim Rocha dos Santos (1851-1905), fundador daquele jornal; e Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), *O Pensador*, ex-governador do Estado do Amazonas entre 1890-1891 e 1892-1896. No horário em que os repórteres foram ao cemitério, pela manhã, o túmulo de Rocha dos Santos encontrava-se da seguinte forma:

Estava elle, abandonado e maltratado; nenhuma corôa nova fôra ainda depositada sobre a campa; as ervas cresceram em torno e apenas, como lembrança de pessoas amigas, duas corôas jaziam, cahidas sobre a pedra e esmaecidas pelo tempo. Estava completamente esquecido, o que deu causa a commentarios...⁶⁰².

O túmulo de Eduardo Gonçalves Ribeiro estava na mesma situação:

A mesma indiferença, o mesmo esquecimento notamos, por parte dos que tanto a elle deveram. Ahi, nem uma flor sequer, a recordar a passagem de uma pessoa amiga, a lembrança carinhosa de alguém que por patricio se interessasse, de tantos que elle ajudou...⁶⁰³.

Interessante notar o registro feito sobre o túmulo de Rocha dos Santos. O estado de abandono e a ausência de decoração mortuária causaram comentários de reprovação sobre o desleixo com a memória do morto, em vida pessoa ilustre da sociedade amazonense, aqui radicado desde 1862 e proprietário de dois importantes jornais, o *Commercio do Amazonas* e o *Jornal do Commercio*. O historiador e antropólogo Antonio Motta afirma que

Tal era a expectativa de reverência e fidelidade aos mortos que, muitas vezes, obrigava os familiares a abdicarem de outras formas subjetivas de recordação em prol de testemunhos concretos: as visitas sempre constantes ao cemitério e os cuidados especiais que deveriam ser dispensados aos túmulos⁶⁰⁴.

Os repórteres se dirigiram aos cemitérios de São José e São Raimundo, desativados desde 1891. Notaram que foi tímida a presença de visitantes no São José. O de São Raimundo, distante do Centro da cidade, era mais frequentado pelos moradores do bairro. A memorialista e pesquisadora

⁶⁰¹ Notas de um teimoso. *Jornal do Commercio*, 18/01/1905, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁰² O Dia dos Finados – Grande foi a massa popular que affluiu nos cemiterios, num preito de saudosa lembrança aos que já partiram deste mundo – Cerca de quatro mil pessoas visitaram o cemiterio de S. João. Não houve romaria ao Cemiterio de S. José, na Saudade. *Jornal do Commercio*, 03/11/1913. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁰³ *Ibid.*, 03/11/1913.

⁶⁰⁴ MOTTA, 2010, op. cit., p. 58.

Elza Souza, especialista na História desse bairro, lembra que “As famílias ricas da cidade vinham enterrar seus familiares no lugar e faziam mausoléus luxuosos”⁶⁰⁵.

Tal afirmação pode ser confirmada analisando um registro fotográfico (Figura 36) onde aparecem alguns monumentos de mármore em meio a montículos de terra com cruzes de madeira. São obras de fino acabamento construídas em estilo eclético, ambas com baldaquino, pequena cúpula sustentada por colunas utilizada na proteção de altares e imagens.

Figura 49 – Cemitério de São Raimundo.



Fonte: Relatório do Superintendente Municipal Arthur César Moreira de Araújo, 1901. In: Instituto Durango Duarte.

Nas crônicas jornalísticas também era recorrente destacar os túmulos mais bonitos e enfeitados. Eram feitas listas extensas de sobrenomes de membros de famílias antigas da cidade, oligarquias dominantes nos cenários político, econômico e intelectual. Criava-se um verdadeiro colonismo social fúnebre, que também ocorria em outras cidades brasileiras e países⁶⁰⁶:

⁶⁰⁵ SOUZA, Elza. **Do “Alto” da Minha Colina**: sem os bucheiros o bairro de São Raimundo perdeu o encantamento. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010, p. 18.

⁶⁰⁶ CRUZ, Maria Antonieta. A burguesia perante a morte. Um momento de afirmação da diferença. **Revista População e Sociedade**, Porto, Centro de Estudos da População e Família, 1997, vol. III, p. 227-234.

Destacavam-se, pelo capricho da ornamentação, os jazigos e túmulos de J. Carvalho, Maria Vidal Monteiro, Marcellina Cabral, Aristides Alves Ferreira, Adalgiza Lins, Agesilau Pereira da Silva, Armando de Berredo, Palmira C. Cordeiro de Mello, José Ribeiro Bittencourt, Felisbella Correia, Cyapock Monteiro da Silva, Maria Leopoldina C. Lemos, Margarida Maquine da Silva, Joanna Monteiro Sympson, Salustiano Cavalcante e das crianças Dayse Neves e Maria Elsa Areosa⁶⁰⁷.

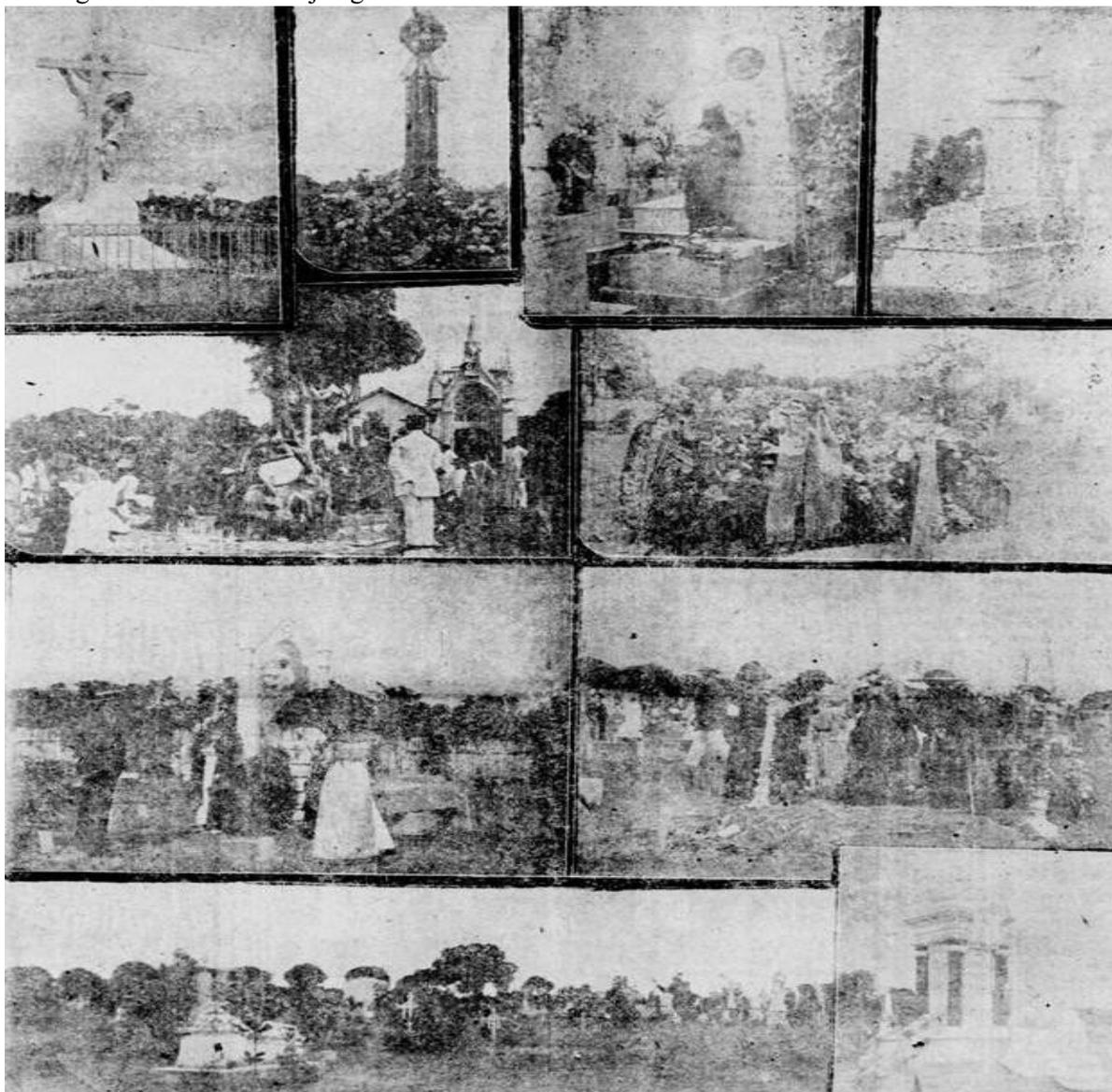
Essas pessoas, que em vida apareciam nas páginas dos jornais nas colunas de *vida mundana*⁶⁰⁸, de grandes festas, acontecimentos sociais, inaugurações, condecorações, continuavam figurando em destaque, só que agora através das representações que eram construídas sobre seus túmulos e jazigos. Os repórteres voltaram ao Cemitério de São João Batista pela parte da tarde, notando que no túmulo de Rocha dos Santos “Já então o circundavam vários candelabros, alli depositados por mão amiga”. No de Eduardo Ribeiro “[...] repousavam, cercadas de velas duas bellas corôas, tendo uma a seguinte inscripção: - “*saudades de seu filho Eduardo*”⁶⁰⁹.

⁶⁰⁷ Ibid., 03/11/1913.

⁶⁰⁸ O termo vida mundana, nesse período e contexto, não tem significado pejorativo, mas sim de convívio e atividades recreativas realizadas pela elite.

⁶⁰⁹ Ibid., 03/11/1913.

Figura 50 – Túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista no Dia de Finados de 1913.



Fonte: Jornal do Commercio, 03/11/1913.

Em 1914 o *Jornal do Commercio* produziu novamente uma matéria especial sobre o Dia de Finados, destacando em fotografias a frente do Cemitério de São João Batista e os jazigos dos advogados Aristides Ferreira e Agésilau Pereira da Silva (Figura 38). De acordo com o periódico as pessoas começaram a chegar bastante cedo nos cemitérios de São José e de São João Batista, com o fluxo maior neste último.

A casa J. Carvalho & Filhos paramentou a capela de São João com uma essa com o símbolo da Fé. Às 17 horas o padre Cesar Augusto Garcia proferiu um sermão sobre a data. As músicas fúnebres foram interpretadas pelas bandas de música do Batalhão de Segurança e do Tiro N° 10. O serviço de policiamento foi bem feito, enquanto os bondes foram insuficientes para a quantidade de visitantes⁶¹⁰.

⁶¹⁰ A comemoração dos mortos. Uma romaria extensa foi, hontem, prestar um preito de saudade aos entes queridos. *Jornal do Commercio*, 03/11/1914, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Figura 51 – Fotos do Cemitério de São João Batista no Dia de Finados de 1914. Destaque para os jazigos de Aristides Ferreira e Agesilau Pereira da Silva.



Fonte: Jornal do Commercio, 03/11/1914.

O cemitério também é um local de identidade, em que grupos se reconhecem através de símbolos próprios e do culto à memória de seus antigos membros⁶¹¹. Na romaria do Dia de Finados de 1909 a imprensa notou que “Muitas corporações, inclusive colegios particulares e publicos estiveram em visita aos cemiterios, velando junto aos tumulos dos seus entes queridos”⁶¹². Era comum a ida de grupos de trabalhadores, estudantes e professores aos cemitérios nesse período para prestar homenagens a antigos colegas de trabalho, estudo, patrões e professores.

No Dia de Finados de 1917 os alunos e professores da Universidade de Manaus, através da União Acadêmica, se dirigiram ao Cemitério de São João Batista para visitar o túmulo de Simplício Coelho de Rezende (1841-1915), primeiro Diretor da Faculdade de Direito. Falaram sobre o túmulo os professores Astrolábio Passos, Regalado Baptista e Paulo Eleutherio. Após as falas foram realizadas visitas aos túmulos de outros professores e alunos que passaram pela faculdade. Para o

⁶¹¹ ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial 1889-1930**. PUC-RS, 2006. Dissertação (Mestrado em História), p. 21.

⁶¹² Finados. Jornal do Commercio, 03/11/1909. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

jornal *A Capital*, “Essa tocante homenagem dos moços do nosso principal instituto de ensino demonstrou mais uma vez o alto grão de civismo de que são possuidores os nossos academicos”⁶¹³.

O historiador Thiago Nicolau de Araújo, que estudou os túmulos celebrativos de Porto Alegre no período da República Velha (1889-1930), afirma que “Este seria um sentimento calcado na diferença: tu te vês diferente, enquanto te relacionas com o outro”⁶¹⁴. O operário se sente membro da classe trabalhadora ao visitar o túmulo de um colega de trabalho morto, assim como um estudante da Faculdade de Direito se sente membro da classe acadêmica ao visitar o túmulo de seus antigos professores e diretores.

O mesmo ocorre no núcleo familiar. Ao visitarem os jazigos de familiares, onde jazem inúmeras gerações, representadas através de símbolos e unidas através de um mesmo sobrenome, seus membros dão um sentido de construção de uma genealogia e perpetuação daquele grupo mais restrito da sociedade, onde são construídas relações de interesse íntimo. Mesmo após a morte continua-se a obedecer uma rígida hierarquia familiar estabelecida ainda em vida: Quando não os nomes, as fotos dos genitores estão no centro dos túmulos e jazigos, enquanto os dos demais descendentes ficam ao redor, sob sua proteção⁶¹⁵.

A concepção Positivista da morte, com o seu culto à memória, continuaria influenciando a visita aos cemitérios. O *Jornal do Commercio*, ao escrever sobre o significado dessa data, em 1926, parafraseia Auguste Comte:

Aos mortos, curvados deante dos seus tumulos, devemos pedir inspiração e conforto, para podermos resistir ao grande embate da vida, contra a maldade dos homens. São os manes dos que passaram nesta vida os melhores conselheiros e, alguém já disse, com muita propriedade, que “os mortos governam os vivos”⁶¹⁶.

O destaque do Dia de Finados de 1928, para o supracitado jornal, foi o tratamento realizado pela municipalidade no Cemitério de São João Batista. A matéria teve a seguinte chamada: “*A romaria de hontem ao Campo Santo foi simplesmente formidavel – A cidade dos mortos, em rigoroso asseio, apresentava o aspecto de um vasto jardim illuminado*”. De acordo com o periódico, os cuidados com o cemitério foram bastante elogiados pelos frequentadores:

Era opinião geral. Não havia discrepancia nessa apreciação allíás muito justa sobre o estado de conservação do campo santo.

⁶¹³ Finados – As homenagens aos que se foram. *A Capital*, 03/11/1917. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶¹⁴ ARAÚJO, 2006, op. cit., 2006, p. 22.

⁶¹⁵ É interessante notar, no Cemitério de São João Batista, em Manaus, como uma boa parte dos jazigos mais antigos são identificados. Exemplos: Jazigo da família de João Tavares Carreira (1922), Jazigo da família de Hermano Amado Baptista Tartaruga, etc. Prevalece a identificação familiar com o genitor, obedecendo o modelo de família patriarcal, aquele estudado brilhantemente por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Reflexão baseada em MOTTA, 2010, op. cit., p. 61.

⁶¹⁶ O Dia dos Mortos. *Jornal do Commercio*, 02/11/1926, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Por isso mesmo aquelles, que penetravam nessa cidade dos mortos, para render o preito de saudade aos entes caros, sentiam-se confortados, em suas preces, congratulando-se, intimamente, com o chefe da communa de Manáos por sua acção carinhosa de embelezamento a essa faixa de terra sagrada de nossa veneração⁶¹⁷.

Como ponto negativo, “objecto de largos commentarios”, destacaram o abandono do túmulo do escritor Heliodoro Balbi, constituído apenas de uma simples campa tumular sem inscrição, com as flores e velas levadas pela família. A situação causava estranheza “[...] pois que, ao que sabemos, existem leis mandando fazer a construcção do mausoléu do bravo amazonense”. Não deixaram de notar, também, “a atenção da prefeitura municipal, mandando illuminar, a luz electrica, o mausoléu de Eduardo Ribeiro, *O Pensador*”, pois no Dia de Finados do ano passado encontraram o mesmo abandonado⁶¹⁸. Possivelmente esse tratamento dado ao mausoléu do ex-Governador tenha sido o resultado de um projeto do vereador João Severiano apresentado à Prefeitura em 1926, autorizando-a a “[...] illuminar feericamente, no dia de finados de todos os annos o mausoléu de Eduardo Ribeiro”⁶¹⁹.

Em 1929, conforme matéria do *Jornal do Commercio*, as romarias aos cemitérios, em comparação às de 1928, foram menores. Os bondes, em um primeiro momento, partiam cheios do Centro para as necrópoles, mas posteriormente notou-se que eles passaram a trafegar, tanto na ida quanto na volta, com menos passageiros. O matutino não encontrou explicações para essa baixa adesão, mas destacou que “[...] a necrópole de São João Baptista não teve, como nos dois ultimos annos passados, illuminação feerica, pois não houve aquella illuminação de tanto deslumbramento que a *Manáos Tramways* alli installara, despertando a atenção publica”. A partir da década de 1920, a crise econômica se acentuou, o que fez o orçamento do município cair a níveis alarmantes.

Apesar da ausência de uma illuminação especial, “O cemiterio, entretanto, apresentava-se com o devido asseio, achando-se as alamedas em condições de permittir o transito dos visitantes”. Como em 1928, o túmulo de Heliodoro Balbi continuava abandonado. Outro na mesma situação era o do governador Pedro de Alcântara Bacellar, uma simples cova rasa com identificação. “Não fosse a indicação e poderia passar aos olhos dos visitantes como se fôra uma vala comum, a guardar qualquer indigente!”. Se no Cemitério de São João Batista foram identificados tais problemas, também “relativamente insignificante foi a romaria ao cemiterio da Saudade”⁶²⁰.

Em Mensagem de 15 de abril de 1930, o prefeito Joaquim Augusto Tanajura destacou que a capela estava necessitando de reparos urgentes, os quais mandou fazer após inspecioná-la. A capinação também foi feita. Lembrou que estava providenciando a ampliação da arborização

⁶¹⁷ A romaria de hontem ao Campo Santo foi simplesmente formidavel – A cidade dos mortos, em rigoroso asseio, apresentava o aspecto de um vasto jardim illuminado. *Jornal do Commercio*, 03/11/1928, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶¹⁸ *Ibid*, 03/11/1928, p. 01.

⁶¹⁹ A Edilidade. *Jornal do Commercio*, 22/10/1926, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶²⁰ Comemoração de Finados. A romaria de hontem ás necropoles. *Jornal do Commercio*, 03/11/1929, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

através da plantação de eucaliptos. Outro melhoramento feito em sua administração foi o do trânsito interno:

Por achar inconveniente, notadamente durante o inverno, a proibição da entrada de veículos que acompanham os enterros, determinei ao administrador que permitisse a sua circulação, fazendo-os entrar pelo portão principal e sair pelo portão que se comunica com a rua Major Gabriel⁶²¹.

Tanjura lembrou ainda da necessidade de se reservar uma área do São João Batista para o enterro de vítimas de doenças infectocontagiosas e da construção de um ossuário para depósito dos ossos de indigentes. Outra instalação importante era um necrotério: “Igualmente, menciono o alvitre de ser construído um necrotério para as necropsias, reconhecida como é a inconveniência de estar no hospital de Santa Casa de Misericórdia, o único necrotério que possuímos para tal utilização”⁶²². Por último, menciona a necessidade de se reformar o regulamento.

Figura 52 – Quadra 2 do Cemitério de São João Batista, conhecida como Quadra da Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: Revista Redempção, nov. 1932.

⁶²¹ MENSAGEM escrita pelo prefeito de Manáos Dr. Joaquim Augusto Tanajura à Intendencia Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1930. Acervo do Coronel Roberto Mendonça.

⁶²² Ibid, 15 de abril de 1930.

Em 1935 o geógrafo estadunidense Robert Swanton Platt esteve na cidade para realizar pesquisas. Produziu registros fotográficos de diferentes locais, dentre eles do Cemitério de São João Batista no Dia de Finados. São três fotografias que mostram a chegada dos visitantes. Nelas identificou-se diferentes elementos.

O primeiro deles é a indumentária dos visitantes. Homens, mulheres e crianças aparecem utilizando roupas de três cores, preto, branco e cinza. Além de serem as cores tradicionalmente utilizadas durante as visitas aos cemitérios, também faziam parte da indumentária do luto, conforme estudos do cientista social, antropólogo e historiador baiano Thales Olympio Góes de Azevedo:

para as mulheres, a roupa preta ou roxa e a combinação desses tons com o branco, às vezes em forma de véu velando o rosto, a encobrir a fisionomia abatida e contraída, não maquiada; para os homens, o fumo no braço direito ou na lapela, consistindo numa faixa negra sobre a roupa escura, cinza ou branca⁶²³.

Outro elemento a ser notado é a presença, na entrada do cemitério, de vendedores de velas, flores e alimentos. Essa época do ano, ontem como hoje, era aguardada não apenas para relembrar os familiares e amigos falecidos, mas também para incrementar a renda.

O terceiro e último registro mostra as pessoas do outro lado da necrópole, abrigadas em estruturas de madeira cobertas com telhas e panos, sentadas em cadeiras e em pé, ingerindo bebidas e alimentos e conversando. O Dia de Finados não se resumia apenas à visita e à reflexão, sendo um dia de intensa sociabilidade⁶²⁴. Esse clima de festividade se dava também na vida privada. O memorialista amazonense Áureo Nonato (1921-2004), em obra sobre sua infância em Manaus na década de 1930, descreve com alegria como era comemorado o Dia de Finados em sua família:

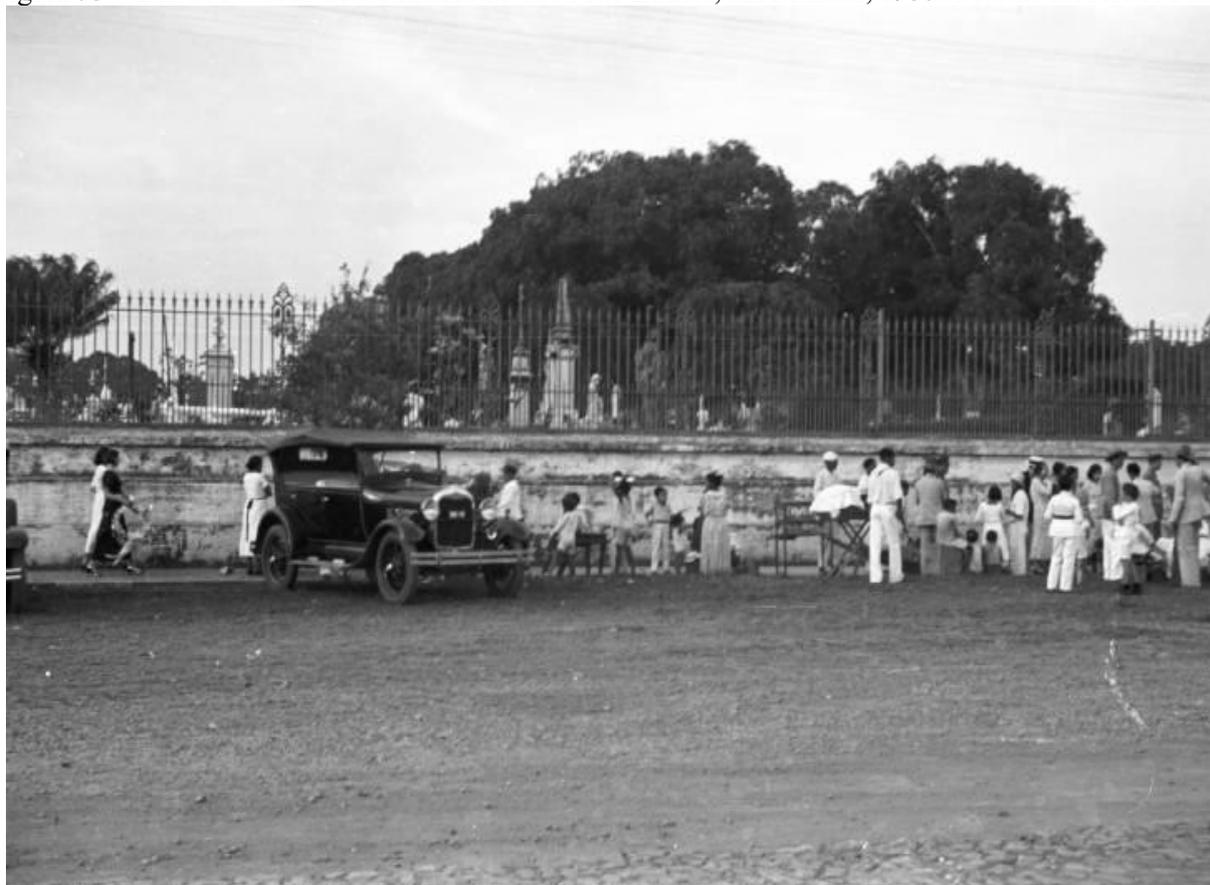
Uma festa, sim! O Dia-de-Finados era sempre, para nós – eu, Aurélio, Alayde, Arlette e Aristides – uma festa. Íamos cedo, mamãe e nós, os meninos, para a casa de meu tio Chico Velho, irmão de papai, que morava numa das ruas do Boulevard Amazonas, bem perto do Cemitério de São João Baptista, ou “mocó”, como também era conhecido. Papai chegava já perto do almoço, lá pelo meio-dia. A mesa grande era arrumada como se fosse para um almoço de aniversário⁶²⁵.

⁶²³ AZEVEDO, Thales Olympio Góes de, 1987 apud PEREIRA, José Carlos. Procedimentos para lidar com o tabu da morte. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18 (9), p. 2699-2709, 2013.

⁶²⁴ MOTTA, 2010, op. cit., p. 71.

⁶²⁵ NONATO, Áureo. **Os Bucheiros – um memorial de infância**. 3º ed. Manaus: Editora Valer, 1997, p. 79.

Figura 53 – Dia de Finados no Cemitério de São João Batista, em Manaus, 1935. Foto de Robert S. Platt.



Fonte: University of Wisconsin-Milwaukee Digital Collections.

Figura 54 – Dia de Finados no Cemitério de São João Batista, em Manaus. Foto de Robert S. Platt.



Fonte: University of Wisconsin-Milwaukee Digital Collections.

Figura 55 – Dia de Finados no Cemitério de São João Batista, em Manaus. Foto de Robert S. Platt.



Fonte: University of Wisconsin-Milwaukee Digital Collections.

A partir da década de 1930 os textos jornalísticos sobre o Dia de Finados tornam-se mais detalhados, alguns deles trazendo um breve histórico sobre essa data e sua comemoração em diferentes culturas. Na edição de 02 de novembro de 1937 do *Jornal do Commercio* foi publicada na primeira página a história da data. De acordo com o periódico, ela foi instituída por Santo Odilon, abade do Mosteiro de Cluny, no ano 998. Com a oficialização, ela espalhou-se pelo Ocidente, tornando-se uma das principais datas do calendário cristão.

A partir daí, passa-se a mostrar como outras sociedades reverenciam seus mortos. Os gregos da Igreja Ortodoxa comemoravam os finados no dia 14 de novembro. Os muçulmanos celebravam a quinta-feira dos mortos no dia 29 de novembro, enquanto os judeus, sem data específica, o faziam no mês de julho. Os africanos, no tempo da escravidão, realizavam seus cultos no dia 03 de novembro, “[...] e o mais interessante é que recitavam nas sepulturas um versículo do Alcorão, o evangelho de Mahomet”. Os chineses lembravam seus mortos no dia 03 de março. O autor concluiu que até os povos nativos, indígenas e aborígenes, tinham formas específicas de lembrar seus entes falecidos, e que “Em fórmula espontânea, pode-se dizer que o culto aos mortos está no subconsciente da humanidade”⁶²⁶.

⁶²⁶ Finados. *Jornal do Commercio*, 02/11/1937, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Nessa mesma edição foi publicada parte do boletim regimental do 27º Batalhão de Caçadores, sob o Comando de Vilaronga Fontele, que versava sobre o Dia de Finados. Nesse documento temos oito pontos sobre a importância dessa comemoração. No primeiro afirma-se que o Governo Republicano brasileiro incluiu no calendário cívico um dia de comemoração aos mortos. Essa decisão, conforme o segundo ponto, era reconhecida pela população por “representar uma das mais bellas manifestações do altruismo humano”.

A reverência aos mortos, lembra o terceiro ponto, sempre existiu, e os povos primitivos concebiam a morte como uma mudança de estágio, com uma continuidade no outro mundo. Com o passar dos séculos, de acordo com o quarto ponto, os povos elaboraram outras visões sobre a morte, como a hipótese do dualismo do corpo mortal e da alma imortal. Para alguns, destaca o quinto ponto, existe uma alma imortal, enquanto para outros existe apenas a imortalidade subjetiva, que varia de acordo com a importância do morto (importância familiar, importância nacional e importância mundial).

Crendo na imortalidade subjetiva ou não, “o feriado nacional de hoje representa a comemoração dos mortos e por feliz continuidade coincide com o Dia de Finados consagrado pela religião catholica”, como registrado no sexto ponto. Coube ao filósofo Auguste Comte, destaca o penúltimo ponto, a sistematização do culto aos mortos, influenciando os governos ao redor do mundo a exaltarem as gerações passadas “[...] de modo a permitir o surto da moral sobre todas as demais manifestações do altruismo”. O último ponto, ainda de caráter Positivista, pontua que foi instituída de forma obrigatória no Exército a consagração aos grandes vultos da História Militar, feita nas datas de aniversário de cada homenageado:

Assim, a religião do civismo, a precursora da religião da humanidade vae, dia a dia, se infiltrando nas massas populares até receber o coroamento final da opinião publica, “a rainha inamalgável sobre a terra” correndo de modo definitivo para o advento de uma paz universal alicerçada no amor e na fraternidade humana⁶²⁷.

O Dia de Finados de 1937 foi bastante movimentado no Cemitério de São João Batista. De acordo com matéria de 03 de novembro do *Jornal do Commercio*, “desde as primeiras horas do dia até tarde da noite esteve o campo santo verdadeiramente intransitavel, tal a quantidade de pessoas que la foram visitar as campas, commemorando os seus mortos”. O cemitério estava limpo, organizado, apesar dos temporais recentes que deixaram lama espalhada pelas ruas. O policiamento foi bem-feito, ao contrário do serviço de bondes, que estacionaram longe do cemitério e também por dois deles terem descarrilhado no Boulevard Amazonas e no Reservatório do Mocó⁶²⁸.

⁶²⁷ Finados. *Jornal do Commercio*, 02/11/1937, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶²⁸ O dia de ontem no campo santo. *Jornal do Commercio*, 03/11/1937, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

No *Jornal do Commercio* temos notícia de que o Dia de Finados de 1939 foi bastante concorrido, com público maior que o de 1938, com as visitas indo até tarde da noite. O Cemitério de São João Batista encontrava-se limpo e iluminado. O velho Cemitério de São José já não existia mais. Após a transferência de restos mortais, túmulos e jazigos, o terreno foi doado ao Atlético Rio Negro Clube para a construção de sua sede, iniciada em 1939. Dentre os túmulos, destacava-se o da jovem Etelvina D’Alencar, assassinada em 1901 aos 17 anos, vítima de feminicídio. Nele “[...] se viam muitas coroas e velas depositadas pelos devotos, que oravam, naquelle local”⁶²⁹.

O Dia de Finados é uma data marcada por permanências e rupturas. Permanecem as grandes romarias, que alteram o trânsito da cidade; a saudade e a fé cristã; o rico comércio de flores, velas, fósforos, comidas e bebidas; de rupturas, destaco a diminuição brusca do investimento em túmulos e jazigos rebuscados e o relativo abandono da simbologia das roupas pretas e brancas como marcas do luto.

O manauara do período estudado (1860-1930) visitava os cemitérios tendo em mente o respeito e reverência pelos mortos, a piedade cristã e a reflexão sobre a vida, com uma indumentária simbólica (roupas brancas e pretas), e, na mesma medida, a noção de que esses locais também eram propícios para a recreação e para o estabelecimento de distinções sociais, aspectos que veremos de forma pormenorizada no item a seguir.

3.3. Entre o Sagrado e o Profano

Neste tópico discutimos como o sagrado e o profano se relacionam a partir da investigação dos cemitérios manauaras, que são espaços em que vislumbramos tais relações e embates. Segundo Mircea Eliade, entendemos o sagrado e o profano como antônimos. O homem religioso têm um intenso desejo de caminhar por um mundo sacralizado, onde é tomado por hierofanias, considerando tudo que não é de natureza divina como profano.

O sagrado se manifesta através das imagens, de cultos, da iniciação, de visões e do intangível, este último podendo ser entendido como um “mundo mágico”, enquanto o profano tenta dessacralizar o mundo. O verbo ‘tentar’ é bastante significativo nesse ponto. Eliade afirma que, por mais que tente, o homem profano não consegue se desvincular por completo do mundo sagrado, pois fazê-lo seria negar sua própria existência.

Em seu cotidiano, o homem religioso convive e desenvolve suas sociabilidades em espaços sagrados, que podem ser uma porção de terra, uma floresta, uma igreja e, no nosso caso, o cemitério. Ambos são demarcados por fronteiras (muros, portões etc) que delimitam os limites entre o que é divino e o que é profano⁶³⁰.

⁶²⁹ O dia dos mortos. *Jornal do Commercio*, 03/11/1939, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶³⁰ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

O cemitério, tradicionalmente, é visto como espaço de reflexão, serenidade e saudade. Esperava-se que, por ser um local sagrado, onde repousam familiares, amigos e heróis nacionais, as formas de nele se portar fossem as mais respeitáveis, o que nem sempre ocorria. A literatura estrangeira e a nacional estão cheias de exemplos de como era o cotidiano na morada dos mortos na Idade Média, onde predominava o homem religioso, e na contemporaneidade, período marcado pela laicização da morte. Em ambos o sagrado e o profano estavam presentes.

A presença dos mortos nas igrejas, explica Philippe Ariès, não impediu que seus adros se tornassem espaços públicos. Ali as pessoas namoravam, faziam reuniões, comercializavam, jogavam e dançavam. A Igreja era contrária a essas práticas, tentando estabelecer limites entre o sagrado e o profano. No Concílio de Rouen, de 1231, foi proibido dançar nos cemitérios eclesiásticos, sob pena de excomunhão aos praticantes. Quase duzentos anos depois, um novo concílio, de 1405, proibiu, além da dança, o jogo, a atuação de músicos, de malabaristas e atores de rua⁶³¹. Jacques Heers define o cemitério medieval como local de integração entre a comunidade, que ali, além de enterrar seus mortos, se divertia.

A historiadora Séverine Fargette-Vissière descreve os cemitérios medievais como lugares que “nada tinham de tenebroso”, apresentando um amplo panorama de seus usos profanos. Os comerciantes, registra, gostavam de se instalar nos cemitérios pois eles eram isentos de impostos e outras taxas. Agricultores cultivavam cereais como a cevada em suas terras, possivelmente por serem bastante férteis dada a qualidade da “adubagem”. Durante as guerras os habitantes se refugiavam neles, morando temporariamente nos ossuários e escondendo seus bens nas sepulturas. Muitas pessoas, incluindo os clérigos, chegavam a construir suas moradias nos cemitérios, como por exemplo em Troyes, na França, onde um concílio determinou que “[...] os que ousassem arrombar igrejas ou roubar as casas situadas no recinto dos cemitérios cometiam um grave sacrilégio”⁶³².

Ainda segundo Séverine, os cemitérios também eram procurados por mendigos, criminosos e mulheres reclusas por vontade própria ou por terem cometido crimes. Ali viviam por toda a vida. Neles também se desenrolavam violentos duelos e brigas de vizinhos. Não raro viravam verdadeiros lixões a céu aberto e pasto para animais, a contragosto da Igreja. São cenas totalmente inimagináveis nos dias de hoje, mas que eram comuns até meados do século XIX.

As descrições de Ariès, Heers e Séverine podem ser constatadas nas inúmeras pinturas e gravuras sobre os cemitérios medievais, como a abaixo reproduzida, retratando o Cemitério dos Santos Inocentes, de Paris. Nela vemos os membros de uma irmandade, munidos de suas insígnias e estandartes, sepultando um irmão. Ao lado, um coveiro exuma um cadáver. Em outra direção, uma

⁶³¹ ARIÈS, 1989, op. cit., p. 29.

⁶³² FARGETTE-VISSIÈRE, Séverine. Os animados cemitérios medievais. *História Viva*, São Paulo, n. 67, p. 48-52, maio de 2009.

pessoa, aparentemente um mendigo, dorme em cima de uma sepultura, enquanto outro recebe as moedas de um transeunte. Um outro grupo de desvalidos, no canto esquerdo, aparece sem roupas. Em vários pontos vemos cachorros e animais pastando e fazendo suas necessidades. Acima, à direita, os ossuários parecem estar prestes a explodir. Outros transeuntes brincam, alguns carregam cestos possivelmente com compras, passeiam e conversam. É um pequeno fragmento e rico cenário de como as pessoas se portavam nos cemitérios em outros tempos.

Figura 56 – Cemitério dos Santos Inocentes, século XVI. Pintura de Jacob Grimer.



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jacob_Grimer_-_Le_cimeti%C3%A8re_et_l'%27%C3%A9glise_des_Innocents_-_P620_-_Mus%C3%A9e_Carnavalet.jpg

No Brasil Colonial a situação não era diferente. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, do século XVIII, ficou determinado que

A Casa de Deos, como elle nos ensina, é casa de Oração, e não lugar de negocio. Por tanto conformando-nos com a disposição de direito, mandamos, sob pena de excommunhão maior, e de dez cruzados para a fabrica da Igreja, e accusador, que nas Igrejas, e seus adros se não fação feiras, ponhão tendas, nem se compre, e venda, ou apregoe cousa alguma, posto que seja para comer, e beber: e que se não fação quaesquer outros contratos, escambos, ou escrituras. E outrosim mandamos, que nenhum Julgador, ou qualquer outro Ministro de justiça secular faça audiencia,

ou ouça as partes em alguma Igreja, ou no seu adro [...] E declaramos por nullos todos os autos de jurisdição, que no adro, ou Igreja se fizerem⁶³³.

As *Constituições* determinavam, ainda, como deveriam ser construídas as igrejas e seus cemitérios. Eles não poderiam se localizar em qualquer lugar e ser erguidos à revelia do direito canônico. O pesquisador Rubenilson Brazão Teixeira demonstrou, através da análise da legislação eclesiástica e da espacialidade das igrejas e cemitérios do Rio Grande do Norte, que os campos santos e os templos estavam localizados ao longo de uma linha imaginária que seguia a dimensão longitudinal da igreja. Em outras palavras, as igrejas tinham suas fachadas voltadas para os cemitérios, mantendo uma relação simbólica característica da Cidade de Deus, lugar sagrado por excelência, assim permanecendo até a Proclamação da República⁶³⁴.

Da Europa Medieval ao Brasil Colonial a Igreja tentava, sem sucesso, evitar os usos não religiosos dos cemitérios. E porque os homens e mulheres da Idade Média e Idade Moderna insistiam nessas práticas? Fica patente nos trabalhos de Philippe Ariès, Jacques Heers, Alain Corbin, entre outros, que nossos antepassados, dadas as altas taxas de mortalidade, tinham um convívio bastante próximo com a morte, tolerando seu espetáculo tanto visualmente como olfativamente. Ela e os mortos não eram tão temidos como nos dias de hoje. Sendo assim, não viam nenhum problema em dançar sobre as sepulturas ou comercializar frutas e verduras no local. A morte era “domesticada”, como indica Ariès⁶³⁵.

Séverine afirma que “Seria preciso aguardar o século XIX e o uso generalizado das lajes sepulcrais para que os cemitérios se tornassem um espaço silencioso e cercado de altos muros, rigorosamente reservado aos defuntos, uma verdadeira necrópole ou cidade dos mortos, que só se anima no Dia de Finados”⁶³⁶. No campo religioso, o cemitério criado no século XIX representa o deslocamento do sagrado em relação a morte. Os mortos saem das igrejas e são realocados em locais construídos especificamente para eles, bentos e entregues à administração paroquial e, depois, municipal/estatal.

Mas isso não significa que ele se tornou um “espaço silencioso”. A partir do levantamento de fontes as mais variadas, constatou-se que, pelos menos no caso do Brasil e, em específico Manaus, mesmo após a institucionalização dos cemitérios no século XIX, eles continuaram tendo outros usos diversos dos religiosos.

Nos *Contos Macahenses – História de dois viúvos* (1874), de Fernandes Pinheiro Júnior, é retratada a visita, no Dia de Finados de 1872, de dois viúvos ao Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento da cidade de Macaé, no Rio de Janeiro. O autor registrou, em tom de

⁶³³ VIDE, 2011, op. cit., p. 268.

⁶³⁴ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A igreja e o cemitério na província do Rio Grande do Norte: interações entre o sagrado e o profano. *Mercator* (UFC), v. 9, p. 17-27, 2005.

⁶³⁵ ARIÈS, 1989, op. cit., cap. I.

⁶³⁶ FARGETTE-VISSIÈRE, 2009, op. cit., p. 52.

repreensão, a vaidade e soberba dos visitantes, afirmando que “A visita ao cemiterio é pois, na minha opinião, o meio de ostentar os ricos vestidos e adereços, o meio de aparentar-se um sentimento que se não possuié”⁶³⁷. Para ele “Dóe a um coração verdadeiramente christão ver que nem no sepulchro, asylo dos desenganos, a vaidade humana deixa de alçar o collo com inaudito desprezo ás sublimes maximas do Evangelho”⁶³⁸. Entrechocavam-se valores cristãos de igualdade e nivelamento diante da morte e valores de diferenciação burgueses. O burguês, aliás, como dito em outra ocasião, via nos monumentos fúnebres a perpetuação da linhagem familiar e a representação de seu poderio econômico e político.

Décadas mais tarde, no início do século XX, o jornalista e cronista João do Rio, na crônica *Epitáfios*, registrou com riqueza de detalhes a sociabilidade presente nos cemitérios cariocas durante o Dia de Finados.

Em alguns tumulos de família, ha famílias que conversam e eu não esquecerei nunca que uma vez encontrei, em Catumby, uma senhora reclinada á entrada do tumulo, numa cadeira de balanço, lendo com interesse os *Fantoches de M.me Diabo*.

De vez em quando um riso, uma corrida: são as crianças que brincam de “tempo-será”. E ha senhoras que vieram de *coupé*, cobertas de crepe, cheirando a violeta; ha cavalheiros de sobrecasaca e *huit-reflets* carregando com gravidade uma *corbeille*; ha conhecidos que se encontram, trocam apertos de mão por entre os tumulos, emquanto á beira da arteria principal, o povo miudo, a gente baixa, sentada no chão, come frutas e doces, discutindo cousas ou lamentando-se⁶³⁹.

Em São Paulo não era muito diferente. No *Cabrião*, semanário humorístico que tinha como editores Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, foi publicada em 1866 uma charge que retrata o Cemitério da Consolação durante o Dia de Finados. Nela vemos os visitantes interagindo com os cadáveres, alguns apenas esqueletos e outros cobertos com mortalhas. Em primeiro plano, um esqueleto e um homem, segurando uma garrafa de bebida, cambaleiam, sugerindo os efeitos da beberagem; à esquerda destes, sentados, perto de uma cova aberta, um cavalheiro compartilha sua bebida com um esqueleto, brindando a ocasião; à direita, esqueleto e homem estão de braços dados, fumando charutos e observando as cenas; perto destes está um esqueleto pequeno, de uma criança; e, atrás destes, um esqueleto e frequentador se abraçam. Essa charge satiriza o Dia de Finados paulistano da segunda metade do século XIX, pouco formal e bastante festivo⁶⁴⁰.

⁶³⁷ Contos Macahenses. Jornal das Famílias, RJ, maio de 1874, p. 136. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶³⁸ Ibid, p. 136.

⁶³⁹ DO RIO, João. Epitáfios. In: **Cinematographo (Chronicas cariocas)**. Porto (Portugal): Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909, p. 332. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

⁶⁴⁰ SANTOS, Délio Freire dos (Org.). **Cabrião – Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867**. São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 115.

Figura 57 - “O Cemiterio da Consolação no Dia de Finados”.



O Cemiterio da Consolação no dia de finados.

Fonte: SANTOS, Délio Freire dos (Org.). **Cabrião – Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867.** São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 115.

O jornalista Marcus Priscus, na coluna *Coisas da Rua*, publicada no jornal paulista *O Pirralho* em 1913, apontou como causa da transformação do Dia de Finados em festa o espírito de folia inerente aos brasileiros. A agitação e a irreverência tinham início no deslocamento aos campos santos:

Nos *bondes* cheios, é um tagarellar sem fim e os ditos e graçolas sobre os que se foram para o Alem, bailam nos labios de todos os passageiros.
– Nha Chica, o’ Zeca, com certeza stá no cemiterio não?
– Ora si está. O amigo della depois que morreu o Alferes é o Sebastião. Deu-lhe um bonito vestido preto, só pr’ella ir hoje chorá no Araçá⁶⁴¹.

Ao chegar nos cemitérios as pessoas davam continuidade ao espetáculo fúnebre/festivo. O sentimento de luto, segundo o jornalista, só existia nas roupas dos frequentadores. Ao redor dos túmulos das pessoas ricas “[...] veêm-se sempre dez ou doze indivíduos de feição compungida engrandecendo os meritos de quem morreu. De longe se conhecem os tumulos ricos, pelo numero de pessoas que se lhe vêm á volta”⁶⁴². Priscus via nisso um culto à vaidade, vaidade essa que

⁶⁴¹ PRISCUS, Marcus. *Coisas da Rua*. *O Pirralho*, SP, 08/11/1913, p. 06. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁴² *Ibid*, p. 06.

criticava por ter uma data específica, pois considerava mais sinceras as saudades diárias, que não necessitavam de um calendário para serem expressas: “Finados! Finados!! Dia de Finados!! Quem ha que não os tenha uma porção do anno! Esses dias de finados verdadeiros e puros, são os únicos sinceros e nobres”⁶⁴³. Ele concluiu, triste, que esse era o significado do Dia de Finados:

E’ essa a psychologia do dia 2 de Novembro estupidamente consagrado aos *pic-nics* no cemiterio, com lagrimas sentidas que se vertem de saudade dos mortos.

Como è estúpida a vaidade humana.

E’ preciso que o calendario nos mande chorar e sentir, a saudade dos nossos mortos, os pedaços de nossa alma, os reverbéros dos nossos espiritos que se partiram e que se foram.

Não! O calendario, por mais poderoso, não manda no meu coração!...

Finados! Finados!! Dia de Finados!!

Marcus Priscus⁶⁴⁴.

Em Belém-PA, um articulista do jornal Diário de Notícias, no Dia de Todos os Santos de 1896, descreveu o Dia de Finados como uma solenidade cristã dominada pela tristeza, pelo luto, pela meditação e orações, e recomendou o seguinte durante sua comemoração:

Não transformem pois o dia tristonho dos finados em dia de festa ruidosa, porque é o tempo da oração, inspirada pela fé, pela saudade e pela gratidão. Visitemos as sepulturas dos nossos queridos finados com todo o respeito e com os sentimentos profundos da nossa santa religião⁶⁴⁵.

Para evitar que ocorressem as “festas ruidosas” que adentravam a noite, e que eram vistas pela imprensa e pelo poder público como “os péssimos costumes d’ uma parte da população, talvez a menos reflectida, a menos criteriosa que vae aos cemiterios, á sagrada necropole, com idéas profanas, insultando a verdadeira dôr, levada por sentimentos que destôam d’ uma educação bem cuidada”⁶⁴⁶, o intendente municipal Antônio José de Lemos determinou, em 1898, que os cemitérios ficariam abertos aos visitantes das 6 da manhã às 18 horas “afim de evitar a reproducção de desastres e scenas menos dignas n’ aquelles logares santos”⁶⁴⁷.

Pessoas lendo livros, crianças correndo e brincando, damas e cavalheiros exibindo vestes finas, velhos conhecidos conversando, se cumprimentando, comendo e bebendo, como em um piquenique. Por mais que tais aspectos fossem criticados pelas autoridades públicas e pela imprensa, eles já faziam parte do cotidiano dos cemitérios brasileiros, como pôde ser visto nos casos do Rio de Janeiro, São Paulo e Belém. O antropólogo Antonio Motta vê que esse conjunto de

⁶⁴³ Ibid, p. 06.

⁶⁴⁴ Ibid, p. 06.

⁶⁴⁵ O Dia de Finados. Diário de Notícias, PA, 01/11/1896, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁴⁶ Uma idéa feliz. O Pará, 22/10/1898, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁴⁷ O Dia dos Mortos. O Pará, 23/10/1898, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

formas de sociabilidade, que dividia espaço com as manifestações religiosas e que foram registradas por cronistas como João do Rio “[...] já refletia o clima de laicização no trato da morte e dos cemitérios”⁶⁴⁸. O mesmo ocorria em Manaus, como veremos a partir de agora.

No regulamento do Cemitério de São José, publicado em 1859 no governo de Francisco José Furtado, no capítulo 4, sobre a ordem interna, foi estabelecido que a entrada no cemitério aos domingos, dias santos e finados seria franca das 6 da manhã às 18 horas, e nos demais dias, quando as pessoas quisessem visitá-lo, deveriam se portar com o devido respeito ou “[...] no caso contrario serão convidados a sahir pelo Administrador”⁶⁴⁹.

Em 1892, o governo do Estado do Amazonas, na administração de Eduardo Gonçalves Ribeiro, publicou o *Regulamento para os cemitérios públicos do Estado do Amazonas*, mais elaborado no que diz respeito à ordem interna. No capítulo 5, sobre as medidas policiais que neles deveriam ser adotadas, foi determinado no artigo 34 que era “[...] proibido fazer-se do cemiterio lugar de recreio”, e no artigo 35 que “As pessôas que não se portarem com decencia no cemiterio, serão admoestadas pelo administrador, que não sendo attendido epulsal-as ha”⁶⁵⁰. Caso a pessoa resistisse em ir embora, entrava em ação a autoridade policial: “Art. 36. Havendo opposição do delinquente ao cumprimento da ordem do administrador, este testemunhará o acto, lavrará auto de prisão remetendo o a autoridade policial para os devidos fins”⁶⁵¹. Os convescotes em cemitérios eram corriqueiros, se intensificando no Dia de Finados.

No caso dos trabalhadores dos cemitérios, esse regulamento determinava, no artigo 37, que os encarregados dos enterros seriam “[...] obrigados a tratar bem os empregados do cemiterio e quando não o façam estarão sujeitos as mesmas medidas de que trata o art. antecedente”⁶⁵². Em contrapartida, no artigo 38, os empregados também eram “obrigados a respeitar as pessoas que visitarem o cemiterio e quando não o fação serão admoestados pelo Superintendente a quem será levado o conhecimento do facto pelo offendido e testemunhado”⁶⁵³. Caso cometessem essa infração, estabelece o artigo 38, os funcionários seriam suspensos de 8 a 15 dias, sem direito a receber os vencimentos e, em caso de reincidência, seriam exonerados⁶⁵⁴.

Veza outra a tranquilidade nos cemitérios era perturbada. A estória abaixo retrata uma confusão durante um enterro no Cemitério de São João Batista em 1910, envolvendo Paulino Jordão, sob efeito de bebidas alcoólicas na ocasião:

⁶⁴⁸ MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios Brasileiros oitocentistas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 55-80, p. 68.

⁶⁴⁹ Regulamento N° 11 de 26 de Maio de 1859. In Estrella do Amazonas, 27/07/1859, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁵⁰ Regulamento para os cemiterios publicos do Estado do Amazonas. In: Amazonas, 20/10/1892, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁵¹ Ibid, p. 01.

⁶⁵² Ibid, p. 01.

⁶⁵³ Ibid, p. 01.

⁶⁵⁴ Ibid, p. 01.

Os que foram ante-hontem á cerimonia funebre no cemiterio do Mocó estão ainda indignados com o desrespeito ao santo lugar, às famílias e ao cadaver, feito pelo Paulino Jordão. Este egregio cidadão, num ganso formidavel, que mal o permittia equilibrar-se de pé, na occasião em que os assistentes ponham terra sobre o fosso, conversava em voz alta com um illustre deputado entre nós:

- Os bandidos dizem que eu tenho o vicio de andar à cata de... mas quero todos elles vão á...

E soltou a phrase do Antogini e do Varella.

As famílias afastaram-se, o Ayres, o Marcionillo e o Guabiraba, indignados verberaram em altas vozes a infamia do procedimento. Outros diziam, colericos:

- Quem está bebado não vem a enterros...

E que tal?⁶⁵⁵

O próprio Cesare Veronesi, o mais hábil marmorista da cidade, se envolveu em uma acalorada discussão com seu inquilino, Alfredo Seixas Duarte, dentro do São João Batista. Eles só não chegaram às vias de fato pois, segundo Veronesi “cemitério é logar sagrado aos mortos e que não é para brigas”⁶⁵⁶.

Esses são apenas alguns dos vários casos de brigas e ofensas na cidade dos mortos. Das determinações anteriores do regulamento de 1892 que versam sobre o respeito entre funcionários e frequentadores, encontrou-se o caso de insultos proferidos por coveiros do Cemitério de São João Batista ao serem repreendidos pelos frequentadores pela forma como estavam tratando o cadáver de um indigente:

Um cavalheiro que, ante-hontem, se encontrava no cemiterio de São João, veio, hontem, referir-nos uma scena que alli presenciou revoltando-o immenso, como revoltará a toda gente que tenha della conhecimento.

E’ o caso, que o nosso reclamante deseja que seja sabido da auctoridade competente para providenciar a respeito o seguinte:

Chegára o cadaver de um indigente ao campo santo e as pessoas encarregadas de o inhumar atiraram-no como um fardo, como um trambolho para o fundo da cova.

O nosso informante, bem como outras pessoas que se achavam no cemiterio exprobaram o procedimento dos coveiros.

Estes, então, sem nenhum respeito ás famílias que no local se viam, proromperam em improprios, grossos insultos, pesados desaforos, obscenas phrases⁶⁵⁷.

Assim como os cemitérios medievais estudados por Ariès, Heers e Séverine, os de Manaus também eram procurados por casais apaixonados. Por volta de 1912, o jornal satírico *A Lanceta*, que atuava como fiscal moral da população manauara, denunciou um casal de namorados que se

⁶⁵⁵ Pedrinhas... Correio do Norte, 03/05/1910, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁵⁶ A Capital, 11/03/1918, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁵⁷ As queixas do povo (reclamações que nos trazem). Jornal do Commercio, 18/10/1914, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

encontrava ao lado do antigo Cemitério de São José, na rua Luiz Antony: “Falla-se por por ahi [...] Que na rua Luiz Antony, o “sacamoela” O. M. tem um namoro com uma morena de olhos azues, cuidado com os defuntos do cemiterio da Saudade”⁶⁵⁸. Em outra nota o jornal dá a entender que esse não era um caso isolado, pois falava em “[...] mandar fiscalizar á noite lá para as bandas do cemiterio das Saudades”⁶⁵⁹. Em 1915 o jornal denunciou “que no alto do cemiterio de S. Raymundo, cerca das 19 horas, um grupo de desoccupados conversa com umas senhoritas. Cuidado, pois já vimos”⁶⁶⁰.

Outro jornal, *A Encrenca*, no mesmo estilo do *A Lanceta*, denunciou várias vezes, entre 1915 e 1916, a ocorrência de encontros amorosos no Cemitério de São João Batista. Um jovem de nome Vicente, registrou o jornal, “anda escorando o canto do Cemiterio de São João, por causa de uma pequena que por alli passeia”⁶⁶¹. Em 1916 já não era apenas Vicente, mas “um grupo de coiós” que “escoram o canto do cemiterio”⁶⁶². Pouco tempo depois, ainda no mesmo mês da denúncia anterior, o jornal voltava a registrar que “na esquina do Cemiterio de São João, um bando de coiós estacionaram, para conversarem com as pequenas”⁶⁶³. No mês seguinte “uma onda de coiós, invadiu o canto deste estabelecimento”⁶⁶⁴. Ainda naquele ano, em setembro, “O coió Octavio, está com um namôro paulificante namôro com uma certa senhorita”⁶⁶⁵. Em outubro esse periódico fez uma denúncia mais detalhada, com os nomes de três “coiós”: “- na esquina do Cemiterio de São João, os coiós J. Affonso. J. Gaston, F. Gaston e o conductor 47, fazendo “signaes” para as predilectas”⁶⁶⁶. Paqueras, encontros e namoros... Tudo era possível nos cemitérios de outrora, apesar das denúncias.

Ainda pior que os piqueniques, as discussões envolvendo funcionários e frequentadores e a presença constante de casais, o que deixava a “ordem e decência” apenas no plano das idealizações dos dirigentes e da imprensa, eram os ladrões que atuavam nos cemitérios. Muitas vezes, durante os aniversários de falecimento, enterros e Dia de Finados, proprietários de jazigos notavam a ausência de estátuas, cruzeiros, jarros, placas, flores e outros elementos decorativos.

Através da coluna *Queixas do Povo* o *Jornal do Commercio* divulgou as denúncias de cidadãos manauaras que tiveram os jazigos familiares violados por bandidos. Em 1914 reclamantes informaram que as sepulturas de Maria Cavalcante de Lemos e Armando de Berredo tiveram objetos furtados: “E’ assim que, para não falar em outras, referem os reclamantes que da sepultura da dona Maria Cavalcante de Lemos foi arrancada uma custosa lampada de azeite e da do dr.

⁶⁵⁸ Falla-se por ahi. *A Lanceta*, 07/09/1912, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁵⁹ Falla-se por ahi. *A Lanceta*, 11/09/1912, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶⁰ Falla-se por ahi (São Raymundo). *A Lanceta*, 15/05/1915, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶¹ Cabogrammas. *A Encrenca*, 12/12/1915, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶² Pelo sem fio. *A Encrenca*, 11/06/1916, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶³ De Lente. *A Encrenca*, 25/06/1916, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶⁴ Ultima Hora. *A Encrenca*, 16/07/1916, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶⁵ Telegrammas. *A Encrenca*, 10/09/1916, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶⁶ Os Filhos de Candinha Viram. *A Encrenca*, 01/10/1916, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Armando de Berredo um lindo vaso para flôres”⁶⁶⁷. Em 05 de outubro do mesmo ano denunciante pediram providências contra as pessoas que violavam os túmulos arrancando coroas de flores, plantas e grades “[...] fazendo do campo santo passeios publicos”⁶⁶⁸. Ainda no final daquele mês, aproximando-se o Dia de Finados, o *Jornal do Commercio* voltou a publicar reclamações dos frequentadores do Cemitério de São João Batista:

As queixas do povo
(reclamações que nos trazem)

Voltam a reclamar contra o costume que vae fazendo habito do retirar das sepulturas existentes no cemiterio de São João, do Mocó, as plantas e outros adornos que alli amigos e parentes collocam nos tumulos das pessoas que lhes foram queridas. Affirmam os reclamantes que, por sua vez, os empregados daquelle campo santo não podem, ou não querem providenciar a respeito⁶⁶⁹.

Em denúncias de 1916, o *Jornal do Commercio* afirmava que esses roubos ocorriam nas quadras mais afastadas, onde a fiscalização dos funcionários era deficiente e que qualquer pessoa entrava no campo santo com facilidade, sem ser observada, o que dava aberturas à ação dos criminosos:

Não obstante essa fiscalização, cuja ausencia tanto se faz sentir, é simplesmente indispensavel, porquanto a necropole de S. João vive continuamente franqueada ao publico, que nella pôde penetrar, sem que o constatem os coveiros, entregues naturalmente ao seu funebre labor. Qualquer larapio pôde alli metter-se sem ser presentido e levar a effeito, a coberto receio de qualquer surpresa, a infame pilhagem, que envolve tambem uma iniqua profanação⁶⁷⁰.

Novamente no final do mês de outubro, só que de 1917, o jornal informava que a administração do Cemitério de São João Batista, “[...] cumprindo ordens da superintendencia em tal sentido, devido a uma reclamação do JORNAL DO COMMERCIO, tomou energicas providencias no sentido de ser impedido o roubo de plantas, no interior daquella necropole”⁶⁷¹. Tais medidas não surtiram efeito.

Os roubos continuavam sendo um problema na década de 1930. A denúncia do *Jornal do Commercio* informava que os bandidos, novamente, tinham depredado o jazigo da esposa de George Lusch, gerente da Amazon Telegraph, empresa inglesa do serviço de cabos telegráficos submarinos. “Registrando esta nota”, escreve o jornal, “estamos plenamente convictos de que será tomada em consideração pelo chefe da communa, cioso do brilho de sua administração, não se

⁶⁶⁷ As queixas do povo. *Jornal do Commercio*, 25/05/1914, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶⁸ As queixas do povo. *Jornal do Commercio*, 05/10/1914, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁶⁹ As queixas do povo. *Jornal do Commercio*, 25/10/1914, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁷⁰ A Cidade. *Jornal do Commercio*, 12/11/1916, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁷¹ Varias. *Jornal do Commercio*, 26/10/1917, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

recusa nunca a tomar providencias sobre reclamações justas como a que ora levamos ao seu conhecimento”⁶⁷².

Rubenilson Teixeira afirma que o cemitério, durante o processo de separação da Igreja iniciado no século XIX, compartilhava valores sagrados e profanos. Com a Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, as implicações sagradas cedem espaço às terrenas: “São preocupações de natureza principalmente ambiental, científica, que determinam agora a localização da morada dos mortos”⁶⁷³. O cemitério oitocentista, sem dúvidas, foi um marco na paisagem urbana ocidental. No Brasil esse processo é ainda mais significativo no final do século XIX, quando Estado e Igreja se separam, e os cemitérios se tornam espaços seculares, onde todos poderiam ser sepultados sem distinção de crença. Nesse sentido, a historiadora Tânia Maria Moreno afirma que “o progresso da cidade permitiu a dessacralização da morte, mas não rompeu a ligação dos vivos e seus mortos”⁶⁷⁴.

E é na manutenção dessa relação entre vivos e mortos e na secularização do espaço cemiterial que, ao meu ver, se intensificaram os modos profanos nos campos santos, como apontam os estudos de Motta, Moreno e Teixeira.

O homem profano, por mais que tentasse, não conseguiu se desvincular do sagrado, sendo o cemitério oitocentista um exemplo dessa relação. Ao lado das demonstrações de fé e de pesar, dos lamentos e da saudade, estavam as algazarras, os burburinhos, as fofocas, as bebedeiras, os recreios, os encontros amorosos, as brigas e os furtos e roubos. O cemitério, em síntese, era um local em que os modos sagrados dividiam espaço com os modos profanos.

3. 4. Cotidiano em tempos de pandemia: a Gripe Espanhola

Epidemia, de acordo com o dicionário Oxford, é uma “doença de caráter transitório, que ataca simultaneamente grande número de indivíduos em uma determinada localidade”. Pandemia, por outro lado, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é a disseminação mundial de uma doença⁶⁷⁵.

A humanidade as enfrenta a um bom tempo. O médico e pesquisador Joffre Marcondes de Rezende destaca como grandes epidemias da história, da Antiguidade à Idade Média, a Peste de Atenas, Peste de Siracusa, Peste Antonina, Peste do Século III, Peste Justiniana e a Peste Negra do século XIV⁶⁷⁶. Na contemporaneidade, a Gripe Espanhola, ocorrida entre 1918 e 1920, foi a mais

⁶⁷² Jornal do Commercio, 25/09/1930, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁷³ TEIXEIRA, 2006, op. cit., p. 25.

⁶⁷⁴ MORENO, Tânia Maria. O Sagrado e o Profano: o cemitério na cidade de São Paulo. **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade. Cidade e Linguagens**, n. 1, jul./dez. 2008, p. 10.

⁶⁷⁵ NETO, Pasquale Cipro. **Endemia, epidemia, pandemia, pandemônio...** Folha de S. Paulo, 30/04/2009.

mortífera, dizimando, em algumas estatísticas, de 50 a 100 milhões de pessoas em todo o mundo⁶⁷⁷. Outras falam de 20 a 40 milhões de vítimas⁶⁷⁸. O certo é que sua virulência superou o número de mortos durante a Primeira Guerra Mundial, cerca de 15 milhões.

Nesse tópico não abordarei apenas uma pandemia, no caso a de Gripe Espanhola, mas sim, e principalmente, seus efeitos sobre o cotidiano fúnebre da população manauara entre 1918 e 1919. Para além do grande número de mortos, as pandemias, registra Joffre de Rezende, mudam o curso da história. Muito mais que essas mudanças, procurei analisar os medos coletivos da população, traduzidos, conforme Jean Delumeau, por “episódios de pânico coletivo” e “um estado de nervosismo e de medo”⁶⁷⁹.

Ao longo de sua História Manaus foi atingida por várias epidemias e pandemias: cólera, febre amarela, varíola, Gripe Espanhola e, mais recentemente, Covid-19, esta última tendo vitimado apenas na capital quase 10 mil pessoas. A Gripe Espanhola vai se desenvolver em plena Primeira Guerra Mundial. Enquanto as nações divulgavam na imprensa o desenrolar do conflito, o mal se espalhava pelas trincheiras e, posteriormente, pelos grandes centros urbanos.

Qual a origem dessa doença? Os historiadores Sérgio Lamarão, Inoã Carvalho Urbinati e Christiane Maria Cruz de Souza afirmam que sua origem geográfica é incerta e as especulações controversas. No entanto, sabe-se que os primeiros casos foram registrados nos Estados Unidos. De forma mais detalhada, Christiane relata o caso, ocorrido em março de 1918, de mais de mil operários da Ford Motor Company, em Detroit, e soldados da base militar Camp Funston/Forte Riley, no estado do Kansas, que caíram doentes com sintomas da gripe. Eles se recuperaram alguns dias depois e voltaram ao trabalho. Os militares estadunidenses levaram o vírus para os campos de batalha na Europa⁶⁸⁰.

Não demorou para que a doença se propagasse pela Europa. De acordo com Laramão e Urbinati, a doença chegou à Europa em abril, se espalhando entre os exércitos franceses, britânicos e estadunidenses. Em maio ela atingiu a Grécia, Espanha e Portugal, em junho a Dinamarca e a Noruega, e em agosto a Holanda e a Suécia. Essa primeira onda causou poucas mortes, mas foi uma espécie de amostra do que viria a seguir. A segunda onda teve início em agosto, atingindo seu ápice entre os meses de setembro e novembro. O mal chegou à Índia, Sudeste Asiático, Japão, China, África, América Central e do Sul⁶⁸¹.

⁶⁷⁶ REZENDE, Joffre Marcondes. As Grandes Epidemias da História. In: **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 73-82. História da Medicina séries, vol. 2.

⁶⁷⁷ GOULART, A. da. C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan. - abr. 2005.

⁶⁷⁸ LAMARÃO, Sérgio; URBINATI, Inoã Carvalho. **Gripe Espanhola**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GRIPE%20ESPANHOLA.pdf>

⁶⁷⁹ DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 107-108.

⁶⁸⁰ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out.-dez. 2008, p. 945-972, p. 951-952.

⁶⁸¹ LAMARÃO; URBINATI, s. d. Op. cit.

E porquê ela ganhou o nome de Gripe Espanhola? A historiadora Adriana da Costa Goulart explica que ela recebeu esse nome pelo fato de que, em primeiro lugar, a Espanha, diferente de outras nações, não escondia os casos da doença, os divulgando amplamente na imprensa. Em segundo, politicamente falando, a nação optou pela neutralidade durante a Primeira Guerra, mas possuía uma facção que era favorável aos alemães, o que fez com que a Inglaterra e outras nações, em uma espécie de retaliação, atribuíssem a alcunha ‘espanhola’ à doença⁶⁸².

As pesquisas de Lamarão, Urbinati, Souza e Goulart indicam que a gripe espanhola chegou ao Brasil em setembro de 1918 através de membros da Missão Médica Brasileira e da divisão naval do país enviadas para Dacar-Senegal, na África, para ajudar os Aliados (França, Rússia, Reino Unido, Estados Unidos). Naquele continente a doença já fazia um grande número de vítimas, infectando os militares brasileiros que posteriormente desembarcaram no país. No mesmo mês, vindo de Lisboa, o navio inglês Demerara ataca nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, desembarcando inúmeros doentes⁶⁸³. O cenário que se instalou era aterrador:

Em pouco tempo a espanhola atingiu várias cidades nordestinas e no final de outubro já atingia quase todas as grandes cidades do país, inclusive Rio de Janeiro e São Paulo. Em novembro chegava à Amazônia. Sua expansão provocou um esvaziamento dos centros urbanos, causado pelo medo de contágio da doença. Desconhecendo medidas terapêuticas para evitar o contágio, as autoridades pediam à população que evitasse as aglomerações⁶⁸⁴.

A situação se mostrou ainda mais desesperadora quando as instituições, que em um primeiro momento optaram pela minimização ou mesmo a negação da existência da gripe no país, tiveram que encarar suas próprias deficiências. Os órgãos federais, estaduais e municipais não tinham as mínimas condições para encarar uma pandemia cujas proporções aumentavam a cada dia. Para termos uma noção mais ampla do desastre ocorrido entre 1918 e 1919, precisamos ter uma ideia do que era o Brasil naquele início do século XX: um país que beirava os vinte milhões de habitantes, com a maior parte da população vivendo na pobreza ou na pobreza extrema, explorados pela capital, sem acesso à educação, à alimentação e à saúde. Foi sobre eles que a pandemia se abateu com mais força, deixando um rastro de destruição.

Como estava Manaus nessa época? Segundo os historiadores Júlio Santos da Silva e Hideraldo Lima da Costa, os jornais manauaras publicavam todos os dias notícias sobre a doença que se alastrava por outros estados e pela capital federal. Os principais jornais da época, como o *Jornal do Commercio* e *A Capital*, noticiavam a explosão de casos no Rio de Janeiro, Recife e Belém⁶⁸⁵. O mal chegaria a essa parte da Amazônia?

⁶⁸² GOULART, 2005, op. cit., p. 102.

⁶⁸³ LAMARÃO; URBINATI, s. d. Op. cit.; SOUZA, 2008, op. cit.; GOULART, 2005, op. cit.

⁶⁸⁴ LAMARÃO; URBINATI, s. d. Op. cit. p. 02.

⁶⁸⁵ SILVA, Júlio Santos da; COSTA, Hideraldo Lima da. “A desolação, o pavor e o luto”: A história da gripe espanhola em Manaus (1918-1919). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011.

Se chegasse, seria catastrófico, pois o estado sanitário da cidade não era dos melhores. A partir da leitura da *Geografia e Topografia Médica de Manaus*, elaborada pelo médico Alfredo da Matta, podemos constatar essa afirmação. Manaus, àquela altura com cerca de 70 mil habitantes, enfrentava a febre amarela, peste, varíola, sarampo, escarlatina, coqueluche, difteria, crupe, gripe, febre tifoide, disenteria, beribéri, hanseníase, paludismo, tuberculose e vários tipos de verminose⁶⁸⁶. Acrescente-se ao péssimo estado sanitário a crise econômica, cujos efeitos se intensificaram com a Primeira Guerra Mundial e o fechamento de algumas rotas comerciais, o que impactava no investimento de recursos na saúde.

O Governo do Estado do Amazonas tratou logo de reunir o corpo médico da capital e discutir quais as providências a serem tomadas caso a doença chegasse ao Estado. Foi criado, através do Serviço Sanitário do Amazonas, o Comitê de Salvação Pública. Não tardou para que isso ocorresse. Em 24 de outubro são detectados os primeiros casos entre soldados da Força Policial do Estado. O *Jornal do Commercio* noticiou que a *Espanhola* chegou à cidade através do vapor *Valparaíso*, vindo de Belém. O médico Alfredo da Matta, membro da comissão de combate à doença, acreditava que ela chegou em sua forma benigna através do pacote *Bahia*, do Lloyd Brasileiro⁶⁸⁷.

O terror se espalhou por Manaus, pois a doença se disseminou rapidamente e atingiu o Centro e os subúrbios. Foram criados hospitais e enfermarias improvisadas e instalados postos de assistência médica nos bairros centrais. A imprensa teve grande papel, pois através dela eram veiculadas as medidas de prevenção: “Diante do terror que a gripe causou na cidade várias medidas foram adotadas como forma de prevenção contra a doença. Essas medidas por sua vez eram noticiadas na imprensa com o intuito de educar e instruir a população sobre como evitar e combater a influenza espanhola”⁶⁸⁸.

O médico sanitário e diretor do Serviço Sanitário do Estado do Amazonas, José Coelho de Miranda Leão, destacou uma série de recomendações que já haviam ou estavam sendo implantadas em outras cidades atacadas pela gripe. Ela pedia que se evitassem beijos, abraços, apertos de mão, ficar próximo de pessoas que estivessem espirrando e tossindo, tocar em objetos contaminados, beber água fora de casa (somente com copo próprio), reuniões e eventos em teatros, cinemas e botequins, levar as mãos à boca, nariz e ouvidos, usar rapé e cigarros, pois prejudicavam as mucosas, ventiladores, objetos de barbearia não esterilizados, visitar pessoas doentes, refeições e bebidas em excesso, insolação e pegar sereno.

⁶⁸⁶ MATTA, Alfredo da. **Geografia e topografia médica de Manaus**. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021, cap. III.

⁶⁸⁷ SILVA, Júlio Santos da; COSTA, Hideraldo Lima da. “A desolação, o pavor e o luto”: A história da gripe espanhola em Manaus (1918-1919). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011, p. 05-06.

⁶⁸⁸ *Ibid.*, p. 07-08.

Sem uma cura existente, Leão pediu que se cuidasse do asseio corporal, com destaque para as mãos, antes e depois das refeições, que se escovassem os dentes com o uso de anticépticos antes e depois das refeições, e que, no caso de coriza, fosse cheirada essência de alfazema mentolada⁶⁸⁹. A busca por remédios se tornou intensa. Segundo o historiador Aguinaldo Nascimento Figueiredo, o tratamento era feito à base de quinino, vacina antivariólica, *allium sativum*, cânfora e arsênico, esses dois últimos bastante tóxicos⁶⁹⁰. Além desses produtos, como mostra a historiadora Rosineide de Melo Gama, a população também procurava “feiticeiros”, tais como o senhor Américo, da rua Ramos Ferreira, e a senhora Conceição, da Vila Rezende, no bairro dos Tócos (Aparecida), que faziam rezas e chás⁶⁹¹. São abundantes nos jornais anúncios de alimentos fortificantes e remédios milagrosos.

Figura 58 – Quinado Cálem.

A GRIPPE
e a INFLUENZA
Espanhola ou de outra qual-
quer nacionalidade.
-Evita-se, tomando diariamen-
te, pelo menos, tres calices de
Quinado Cálem
Nos principios de constipa-
ção, symptomas de “Grippe” e
da “Influenza”, deve usar-se a
seguinte formula,
QUINADO CALEM: duas partes ;
Agua com assucar: uma parte. Aque-
cer em seguida, sem ferver, e toma-lo
tão quente quanto possível.

Fonte: Jornal do Commercio, 27/10/1918, p. 03.

A Santa Casa de Misericórdia, hospital que teve papel vital no tratamento aos doentes, no início do mês de novembro já tinha mais de 100 pacientes com o vírus, fazendo parte desse número

⁶⁸⁹ A Capital, 01/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁹⁰ FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. **Gripe espanhola em Manaus (1918-1919)**. Amazônia Latitude, 20/05/2020. Disponível em <https://www.amazonialatitude.com/2020/05/20/gripe-espanhola-em-manaus-1918-1919/>.

⁶⁹¹ GAMA, Rosineide de Melo. *Fias Mefistofélicos: A Gripe Espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919)*. Manaus, UFAM, 2013, p. 91.

7 irmãs da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e quatro enfermeiros⁶⁹². No hospital Beneficente Português do Amazonas eram 20 os pacientes, dos quais 4 eram irmãs da caridade⁶⁹³. Fora da região central, a gripe se alastrou pelos subúrbios, fazendo vítimas nos bairros do Girau, Cachoeirinha, Tócos, Mocó, Educandos, Colônia Oliveira Machado e São Raimundo. Na primeira semana de novembro o número de casos era estimado em 600⁶⁹⁴. O médico e historiador Antônio Loureiro, com rara sensibilidade, vai contra o discurso de nivelamento durante a pandemia, mostrando como os mais pobres foram as principais vítimas:

As populações carentes e desnutridas eram as mais acometidas, mostrando que a queda de resistência geral, decorrente do déficit alimentar de final de guerra, e no caso particular de Manaus, da crise econômica da borracha, era um fato importante na patogênese. Aqui, as áreas mais afetadas foram as correspondentes aos bairros periféricos e as colônias existentes nas estradas, onde habitavam as camadas sociais de mais baixa renda, embora o centro tenha sido bastante atingido, face a sua densidade demográfica⁶⁹⁵.

Cinemas, teatros, igrejas, escolas e a universidade deixaram de funcionar. Reuniões e partidas de futebol foram canceladas. Os produtos do mercado, principalmente os que eram recomendados para o preparo de chás e pratos fortificantes, começaram a escassear e triplicaram de preço. O cotidiano marcado pela vivacidade, pelo movimento, pelas algazaras, pelas idas ao mercado, aos bares, aos restaurantes, às casas dos conhecidos, foi abolido. A cidade tornava-se então estranha aos seus moradores, acostumados com o fervilhar humano diário. Analisando as imagens construídas sobre as pandemias ao longo da História, o historiador francês Jean Delumeau afirma que “A peste é então uma “praga” comparável às que atingiram o Egito. É ao mesmo tempo identificada como uma nuvem devoradora vinda do estrangeiro e que se desloca de país em país, da costa para o interior e de uma extremidade à outra de uma cidade, semeando a morte à sua passagem”⁶⁹⁶.

Ontem como hoje, o isolamento não foi seguido a risca. Dentre vários exemplos, recolhi o caso do comerciante José Claro da Silva, que contraiu a gripe no início de novembro de 1918 e, apesar das recomendações do Serviço Sanitário do Amazonas, continuou a trabalhar em seu estabelecimento na rua José Paranaguá, onde possivelmente contaminou outras pessoas. O jornal *Imparcial* chamou “a atenção das autoridades competentes para o caso”⁶⁹⁷.

Enquanto isso, o Comitê de Salvação Pública lutava para tentar minorar os efeitos da doença. O governador, naquele momento de crise sanitária e econômica, passou a requisitar os

⁶⁹² A Capital, 02/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁹³ A Capital, 04/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁹⁴ A Capital, 06/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁶⁹⁵ LOUREIRO, Antônio José Souto. **Tempos de Esperança (1917-1945)**. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994, p. 21.

⁶⁹⁶ DELUMEAU, 1989, op. cit., p. 112.

⁶⁹⁷ *Imparcial*, 08/11/1918. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

estoques de leite condensado, maisena e creolina para serem distribuídos à população.

A população foi convidada a participar do enfrentamento direto à doença. Rosineide Gama registra que os médicos e autoridades solicitaram que as pessoas fizessem em frente às suas casas fogueiras para queimar alcatrão, pois os especialistas acreditavam que era um poderoso desinfetante. Existiam duas fogueiras permanentes, uma em frente ao Cemitério de São João Batista e outra na Praça Antônio Bittencourt (do Congresso)⁶⁹⁸.

A relação entre vivos e mortos é abalada em tempos de pandemia. Nessa situação de grande mortandade, os cadáveres e os cemitérios são evitados, pois oferecem risco à saúde pública. Os ritos fúnebres, que traduzem e amenizam a dor da perda, são abolidos em nome da saúde física dos vivos. Durante a pandemia de gripe espanhola que assolou Manaus entre 1918 e 1919, diferentes medidas preventivas foram adotadas para diminuir os danos causados pela doença.

Decidiu-se que a tradicional comemoração de Dia de Finados, que levava multidões aos cemitérios da cidade, não seria realizada. O *Jornal do Commercio* se manifestou sobre a data que passaria em branco: “Em virtude da terrível epidemia que lavra entre nós, não haverá, hoje, como nos annos anteriores, romaria às necrópoles desta capital”⁶⁹⁹. Essa medida foi tomada em outras cidades brasileiras, concorrendo para a dessacralização da morte, que dessa forma passava de domesticada para selvagem, assustadora, temível⁷⁰⁰. Pode-se dizer que naquele ano atípico a saudade foi dupla: juntou-se à que já se sentia pelos familiares e amigos falecidos a imposta pelo distanciamento, que impossibilitava a reverência e as orações na mais simples campa tumular e no mais luxuoso dos mausoléus.

O necrotério da Santa Casa de Misericórdia entrou em colapso, o que fez o hospital deixar de aceitar novos cadáveres. Juntou-se ao esgotamento do espaço o medo que moradores das redondezas tinham dos corpos e de se infectar, a incapacidade dos carros funerários de transportar grandes quantidades de defuntos e a curiosidade mórbida de pessoas que queriam ver os cadáveres dos doentes no necrotério⁷⁰¹. Os manauaras passaram e embrulhar os cadáveres em redes e deixá-los na frente de suas casas à espera dos carros fúnebres para transportá-los até o cemitério.

Dessa forma, se tornou comum encontrar corpos espalhados pelas ruas. No bairro dos Bilhares, relata um jornal local, a miséria era total. Com medo de se contaminar e sem meios para transportar os cadáveres para algum cemitério, as famílias se desfaziam dos corpos durante a noite: “Hoje, debaixo de uma mangueira, apareceram mais dois cadáveres [...] atirados assim á vista dos passantes”⁷⁰².

⁶⁹⁸ GAMA, 2013, op. cit., p. 117.

⁶⁹⁹ O dia dos mortos. *Jornal do Commercio*, 02/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁰⁰ DELUMEAU, 1989, op. cit.; ARIÈS, 1989, op. cit.

⁷⁰¹ *Jornal do Commercio*, 13/11/1918; *Jornal do Commercio*, 15/11/1918. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁰² *Imparcial*, 14/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

O jornal *Imparcial* recebeu a denúncia de que existiam no Cemitério de São João Batista vários cadáveres insepultos de indigentes em avançado estado de decomposição⁷⁰³. Alguns dias depois, ele noticiava que aqueles cadáveres continuavam insepultos e pior ainda, referente às atitudes diante da morte, eles “[...] não tinham recebido ainda, por um descaso que se não justifica, a ultima unção de seus semelhantes, que é o dever humanitario e christão de enterrarem os restos mortaes dos que morrem acossados pela miseria e pela peste”⁷⁰⁴.

Os articulistas desse periódico, reconhecendo a gravidade da doença, afirmavam que isso acontecia “[...] mais por mêdo ao mal do que por simples malandragem, ao cumprimento dos deveres”, e pediam que a Superintendência tomasse providências,

[...] pois da exalação putrefata de tantos corpos insepultos outras determinantes surgirão para que a peste se alastre mais violenta, zombando das medidas preventivas que ahi temos, para desconsolo maior da nossa população e descredito dos responsaveis pelo estado sanitario da cidade⁷⁰⁵.

Em outra atualização de casos, o JC descreveu o que considero uma das cenas mais assustadoras da pandemia:

Ainda hontem, à noite, fomos informados por diversos moradores do bairro do Mocó, que vieram à nossa redacção, de que no cemitério de São João, à sombra das mangueiras ali existentes, se achavam insepultos para mais de trinta cadáveres de pessoas que falleceram de gripe e de outras molestias, quasi todos em adeantado estado de decomposição⁷⁰⁶.

Partir sem os últimos sacramentos era um temor coletivo. Como essas pobres almas poderiam alcançar a salvação se não foram encomendadas por um padre? Essas eram algumas das várias questões relativas à morte que dominavam a sociedade de antanho.

Providências foram tomadas em relação à circulação de pessoas no Cemitério de São João Batista. O Serviço Sanitário da capital determinou que “E’ vedado de hoje em diante o ingresso de pessoas extranhas no Cemiterio Publico, sem previo consentimento do respectivo administrador”⁷⁰⁷. Um dia depois esse jornal noticiou que haviam corpos insepultos no Cemitério de Santa Izabel, em Belém, no Pará, “[...] pois todos os empregados do cemiterio estavam atacados de gripe”⁷⁰⁸. Não demorou para que os coveiros dos cemitérios de Manaus e o administrador do Cemitério de São João Batista, Tulio Gomes, fossem acometidos pela doença⁷⁰⁹.

⁷⁰³ *Imparcial*, 11/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁰⁴ *Imparcial*, 14/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁰⁵ *Imparcial*, 16/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁰⁶ *Jornal do Commercio*, 17/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁰⁷ *Imparcial*, 18/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁰⁸ *Imparcial*, 19/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁰⁹ *Imparcial*, 20/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Como os coveiros não conseguiam dar conta de tantos sepultamentos, pessoas passaram a ser contratadas para abrir covas no Cemitério de São João Batista, ganhando 2\$500 por cada uma aberta⁷¹⁰. Em meados de novembro os coveiros entraram em greve. Esses trabalhadores enfrentavam condições de trabalho excruciantes – em um único dia tiveram que enterrar oitenta cadáveres, abrindo covas até de madrugada – e o medo de serem contaminados. O jornal *Imparcial* comentou que

É mesmo de terror a attitude dos coveiros daquele cemitério, mas ao que parece de terror injustificável, desde que se tenha em conta o compromisso que estabeleceram com a superintendência, apossando-se das funções á alçada do mesmo cargo. Para desconsolo da maior da nossa população e descrédito dos responsáveis pelo serviço sanitário da cidade⁷¹¹.

Em 20 de novembro os senhores José Cesario da Silva, Pedro Silva, Vicente Silva, Pedro Barbosa e João Martins, moradores dos subúrbios, fizeram um abaixo-assinado endereçado ao superintendente Ayres de Almeida pedindo que fossem pagos os salários atrasados dos coveiros José Ferreira dos Anjos, Nicolau Comte e Antônio Pinto Barbosa, “pelo muito que esses pobres homens tem feito nestes dias de verdadeira calamidade”⁷¹².

Em 27 de novembro o *Jornal do Commercio* escreveu um nota, um verdadeiro pedido de socorro ao governo do Estado, pedindo que ele não medisse esforços para minorar os efeitos da gripe. Ele solicitou que fossem levantados postes de iluminação até o Cemitério de São João Batista, que fosse estabelecido um serviço funerário que funcionasse dia e noite, utilizando como mão de obra pessoas desempregadas e as pagando com verbas públicas⁷¹³.

O Governo do Estado teve que alugar veículos para o transporte de cadáveres e contar com a ajuda da Força Policial, conforme lembra o Governador Pedro de Alcântara Bacellar em Mensagem à Assembleia Legislativa:

[...] os vehiculos paralyzaram o transito, e até difficuldade houve no transporte de cadaveres, sendo preciso que o Governo contractasse caminhões para esse trabalho e providenciasse sobre enterramentos, no que muito se esforçou o Sr. Coronel Commandante da Força Policial, que, pessoalmente, dirigiu o serviço, auxiliado pelos officiaes e praças, entregando-se estas ao mestér da abertura de vallas para inhumações⁷¹⁴.

O coronel Luís Marinho de Araújo, comandante da Polícia Militar do Estado, tomou a iniciativa de trazer da Casa de Detenção, em Paricatuba, trinta e cinco presos que, munidos de máscaras, abriram atrás da capela do Cemitério de São João Batista uma vala comum com quarenta

⁷¹⁰ A Capital, 15/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷¹¹ Imparcial, 16/11/1918. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷¹² Jornal do Commercio, 21/11/1918, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷¹³ Jornal do Commercio, 27/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷¹⁴ Mensagem, 10/07/1919, p. 21. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

metros de extensão e realizaram os sepultamentos, contribuindo, nos dizeres do escritor Mavignier de Castro, para o “[...] impedimento de outro flagelo de inimagináveis consequências”⁷¹⁵.

Nos subúrbios a situação era pior, pois a distância do Centro da cidade dificultava as ações de fiscalização. Honório Lima, morador da Colônia Oliveira Machado, em depoimento ao *Jornal do Commercio*, disse que quase todos os moradores do bairro estavam acometidos pela doença, morrendo quatro por dia, “[...] e que os cadáveres estão sendo inhumados em sepulturas improprias, de quatro palmos de profundidade, apenas, sem que o zelador do cemiterio tome a menor providencia contra semelhante cousa, devéras prejudicial à saúde publica”⁷¹⁶ (*Jornal do Commercio*, 20/11/1918, p. 01).

Essa ruptura nos ritos fúnebres também foi registrada através da produção literária. Álvaro Botelho Maia, escritor e advogado, registrou no poema *Dias de Peste* o cotidiano com a presença de cadáveres insepultos, o som terrificante dos carros fúnebres e a abertura de valas comuns:

Quem porventura, a enfrenta á alegria não volta...
Segue-lhe o passo errante uma funebre escolta
De micróbios lethaes e de invisíveis dardos...

A scena inspira á tela uma pintura forte...
Vê-se ao fundo, ao luzir de fulvos reflectores,
a ferrea picareta á mão dos cavadores,
que abrem vallas triumphaes nos canteiros da morte...

E, vendo-os caminhar para o eterno horisonte,
- dantesca procissão nas aguas do Acheronte -
todos sentem no corpo o furor dos tridentes...

Está morta a energia. A ansiedade está morta.
As longas ruas são rios por onde passa,
Gemendo os vagalhões, toda a immensa desgraça
De um colosso asphyxiado em fulminea retorta...
Rompndo o isolamento, entreabre-se uma porta...
O quadro é impressionante: á luz tremula e baça,
Surge a putrefacção nojosa de uma raça
Que em sua formidanda angustia se conforta.
Rondam germens no espaço... Esplendem, céus em fora,
Fogueiras de alcatrão... Busacndo um desafogo,
Tomba a frente em virgilia até o alvor da aurora..

Erguem vozes de dor, como um fundo marulho
De golfos em resáca e enseadas em maretas,
Misturando ao rolar fanhoso das carretas
Um clamor de penúria, um pungente barulho...
Chegam ferindo o ouvido, uns rumores soturnos...
Será alma de Chopin compondo outros noctunos?
Não! São os vários sons de soluços e escarros,
O rouquenho ranger dos funerários carros

⁷¹⁵ CASTRO, Mavignier de. **Reminiscências**. *Jornal do Commercio*, 20/03/1966, p. 08. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷¹⁶ *Jornal do Commercio*, 20/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

E as patas dos corcéis batendo o calçamento⁷¹⁷.

Outro escritor que captou o cotidiano pandêmico foi Coriolano Durand, professor e jornalista. Em uma breve história, ele registra que “Um belo dia, baixou sobre Manaus a nuvem pestilenta que dizimara a sua população, ceifando vidas sobre vidas, nas casas, nas embarcações, nos hospitais, nas ruas”. Na passagem a seguir, descreve possivelmente a mortandade do mês de novembro de 1918, um dos piores da pandemia:

Naquele domingo fatídico, a peste realizara farta messe de vítimas. O caminhão sinistro fazia a sua colheita de cadáveres, às pressas. Não podia perder tempo – havia muitos a recolher nas ruas. Os homens do caminhão, para cumprirem a sua tétrica tarefa, imitavam em pequena escala o Manoel Carriça. Assim forrados por dentro, pegavam os mortos pelos braços e pelas pernas... Um balouço... Vá! E o corpo, depois de curta trajetória, caía dentro do veículo, no monte...

Não raro, um braço ficava nas mãos dos camioneiros, decepado pela adiantada podridão [...] ⁷¹⁸

Esse cenário macabro, com corpos insepultos e se despedaçando, era apenas uma parte do terror que se abateu sobre a cidade. Ser enterrado em vala comum ou em sepulturas impróprias era algo indesejado por ser considerado desumano. As pilhas de corpos abandonados causavam medo na população, bem como o fato de os cadáveres não terem um acondicionamento digno. Adolpho de Vries, proprietário de uma serraria no bairro dos Tócos (Aparecida), ofereceu ao Comitê de Salvação Pública, por intermédio do empresário Maximino Corrêa, “[...] vinte caixões para enterramento dos indigentes, fornecendo aquelle numero de tumbas no decorrer de cada dia”⁷¹⁹.

As cenas narradas pelas penas de Álvaro Maia e Coriolano Durand e lembradas por Mavignier de Castro lembram, guardadas as devidas diferenças locais, os relatos de Pedro Nava sobre a gripe espanhola no Rio de Janeiro. O médico e pesquisador conta que faltaram alimentos, remédios, médicos, leitos, carros funerários e caixões, existindo casos em que os carpinteiros tiveram que usar tábuas do teto e assoalho de suas casas. Como em um conto de terror, a Santa Casa de Misericórdia, buscando aumentar seus lucros, deu cabo de alguns pacientes. Os cadáveres eram amontoados em caminhões e, na falta de coveiros, foi utilizada a mão de obra de detentos, que remexiam e desmembravam os corpos em busca de objetos de valor. No caso das mulheres, eles as violavam sexualmente. Vez ou outra aparecia alguém agonizando na pilha de cadáveres, mas logo era “finalizado” a golpes de pá ou enterrado vivo⁷²⁰.

⁷¹⁷ MAIA, Álvaro. **Dias de Peste**. A Capital, 28/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷¹⁸ DURAND apud LINS, José dos Santos. **Seleção Literária do Amazonas**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 71-72.

⁷¹⁹ Imparcial, 20/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷²⁰ NAVA, Pedro. **Chão de Ferro**: memórias 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

Outra recomendação do Serviço Sanitário do Amazonas em relação às práticas funerárias foi de que a população evitasse aglomerações durante os enterros. Era comum que durante a realização de cortejos fúnebres, principalmente nos de pessoas de prestígio na sociedade, grande número de populares os acompanhassem até o cemitério, lá permanecendo até o fim das cerimônias. Abolir essa prática, naquele momento, era “[...] um dos meios aconselhados para evitar o mal”⁷²¹.

Apesar da recomendação de se evitar aglomerações, identificou-se, a partir da análise das fontes jornalísticas, que ela não foi seguida a risca pela população. Na mesma página em que o *Jornal do Commercio* atualizava o número de mortos pela gripe, era publicada a nota sobre o enterro da jovem Clara Nunes, “[...] bastante concorrido, pendendo do ataude varias corôas com inscrições sentidas, uma das quaes offerecida pela congregação das Filhas de Maria”⁷²². Não raras foram as denúncias sobre o descumprimento dessa e de outras recomendações.

Nossos antepassados “aceitavam” a finitude como uma etapa natural da vida para a qual se preparava desde cedo, a considerando uma boa morte. Temiam, no entanto, não ter tempo para esse preparo, o que ocorre em tempos de pandemia.

A morte má estava por todo lado e rondava os manauaras. Estava nas casas, nas ruas e nos logradouros públicos. As pandemias como a Gripe Espanhola modificavam práticas funerárias arraigadas na sociedade há séculos, como bem analisou o historiador Jean Delumeau⁷²³. Todas as etapas de aceitação da morte, a preparação do cadáver, o velório, o traslado do corpo e as missas, eram interrompidas. Os cadáveres eram abandonados nas ruas, nas praças e nas portas dos cemitérios. A fragilidade e o fracasso do homem diante da morte, representados pela decomposição assistida diretamente, se tornaram uma lembrança constante⁷²⁴. A identidade do morto vitimado pela doença era perdida no momento em que ele não tinha uma sepultura individual, sendo enterrado em vala comum, sem uma placa ou monumento que o identificasse.

Esse cenário aterrador que se instalou em Manaus também foi realidade em outras cidades ao redor do mundo, fossem elas metrópoles ou vilas⁷²⁵. Necrotérios foram improvisados, novos cemitérios foram construídos, antigos foram ampliados. As pessoas se organizaram e se uniram para de alguma forma tentar amenizar os efeitos da pandemia.

Em meio ao caos a caridade se fez presente. Aguinaldo Figueiredo destaca, “com todo os méritos e louvores”, a solidariedade da população e a atuação de voluntários, médicos, enfermeiros e membros da Maçonaria no enfrentamento à doença⁷²⁶. Não raro encontramos anúncios de médicos e farmacêuticos atendendo as pessoas humildes gratuitamente. A Manáos Harbour forneceu

⁷²¹ Imparcial, 18/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷²² Jornal do Commercio, 03/11/1918, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷²³ DELUMEAU, 1989, op. cit., p. 179.

⁷²⁴ ARIÈS, 1989, op. cit.

⁷²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte. A gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

⁷²⁶ FIGUEIREDO, op. cit., 2020.

combustível para as fogueiras, párocos cederam prédios para a instalação de postos de socorro, militares se colocaram à disposição do governo, a Associação de Senhoras de Caridade socorreu os necessitados com medicamentos e alimentos e várias outras pessoas fizeram doações.

Entre setembro de 1918 e janeiro de 1919, de acordo com estimativas do historiador e médico Antônio José Souto Loureiro, “[...] cerca de 6.000 pessoas morreram, no município, e mais de 2.000, só no centro”⁷²⁷. Para Rosineide Gama foram mais de oito mil⁷²⁸. O Governo e a população puderam se acalmar e voltar à normalidade cotidiana, com suas práticas funerárias e idas aos campos santos reestabelecidas, pois “cessara, desde o dia 3, o ruído terrificante e sinistro dos caminhões para o cemitério. A epidemia declinava, diminuía o terror”⁷²⁹. Já no início de 1919 surgiram charges em que os manauaras, à espera do Carnaval, se despediam da *Espanhola*, sepultada em um caixão e conduzida em carro fúnebre pela própria morte⁷³⁰.

⁷²⁷ LOUREIRO, Antonio José Souto. Dados históricos da evolução e crescimento de Manaus. In: **332 anos de Manaus – História e Verdade**. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Manaus: Editora Valer/Governo do Estado, 2001, op. cit., p. 99.

⁷²⁸ GAMA, 2013, op. cit., p. 138.

⁷²⁹ MENSAGEM, 10/07/1919, p. 25.

⁷³⁰ GAMA, 2013, op. cit., p. 156.

Figura 59 – “Neste ataúde contem os restos epidemicos da temerosa Grippe que ceifou a vida de uma terça parte dos povos que trabalhavam para o engrandecimento do Amazonas. Conheça bicha, que comnosco é só na Marreta”.



Fonte: A Marreta, 06/02/1919. In: GAMA, Rosineide de Melo. Dias Mefistofêlicos: A Gripe Espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919). Dissertação (Mestrado em História). Manaus, UFAM, 2013, p. 156.

Com o fim da pandemia de Gripe Espanhola a população manauara pôde voltar a frequentar os cemitérios, realizar as comemorações de Finados e acompanhar os cortejos fúnebres pelas ruas da cidade. Esse cotidiano pandêmico se materializou mais uma vez em Manaus entre 2020 e 2021 com a pandemia de Covid-19. Pesquisadores das mais diferentes áreas, desde então, vêm se dedicando ao tema.

A historiadora e arqueóloga Marília Oliveira Calazans, uma das organizadoras do livro “A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos”, analisa, no segundo capítulo, a vala comum aberta no Cemitério Tarumã, na zona Oeste da capital amazonense, no auge da doença. Valas, como vimos ao longo desse tópico, são utilizadas em tempos de pandemias, guerras e ditaduras, quando os cemitérios ficam sobrecarregados. Representam, nesse contexto, a desolação e o pavor, pois são um impeditivo para a realização de ritos fúnebres. Em outras palavras, “Valas comuns são marcas materiais que expressam o oposto do rito: a pressa, a abjeção, a violência e o esquecimento”⁷³¹.

Os medos que sentimos recentemente com a Covid-19 foram os mesmos que nossos antepassados sentiram com a Gripe Espanhola entre 1918 e 1919. Não há exageros nessa afirmação. Medo do desconhecido, do mal que vêm de longe e que, em um piscar de olhos, arrebatava milhões de

⁷³¹ CALAZANS, Marília Oliveira. A vala comum de Tarumã e as marcas da exceção no Brasil. In: TELES, Edson; CALAZANS, Marília Oliveira (orgs.). **A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos** [livro eletrônico]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo: Centro de Antropologia e Arquivologia Forense (CAAF), 2021, p. 25.

vidas. Os víveres escasseiam e se tornam extremamente caros, faltam leitos em hospitais e espaço nos cemitérios, estes se tornando locais perigosos de se frequentar.

Coube à imprensa, aos literatos e aos memorialistas o registro de tais cenas, estudadas há algum tempo por historiadores, sociólogos, antropólogos, arqueólogos, cientistas sociais e pesquisadores interessados na reconstituição do cotidiano pandêmico e na busca por lições de como agir ou não nesses momentos.

As pandemias, dessa forma, modificam o cotidiano, desestruturam economias, expõem fragilidades estruturais e, como podemos ver ao longo dessa pesquisa, tornam a morte ainda mais dolorosa, assustadora, selvagem, pois impedem a realização de ritos fúnebres que ajudam na despedida, no processo lutuoso e na integração do morto ao plano espiritual.

Uma nova fase de nossa historiografia sobre os ritos fúnebres será inaugurada quando os pesquisadores começarem a dar atenção aos cemitérios dos subúrbios e do interior do Estado, à espera de terem suas histórias contadas, principalmente sobre como foram impactados pelas pandemias de Gripe Espanhola e Covid-19.

3. 5. Administradores e coveiros

Os administradores e coveiros fazem parte do universo simbólico que compõe essa pesquisa científica. Muitas vezes, tais indivíduos passam despercebidos, quando não totalmente invisibilizados, em estudos sociológicos, antropológicos e, principalmente, históricos sobre os cemitérios oitocentistas. Logo, cabe aqui uma primeira indagação sobre o papel que esses homens desempenharam na estrutura das necrópoles. Qual será a raiz desse silenciamento? Penso que ele está ligado às representações que as sociedades fazem dessa profissão.

Por lidarem diretamente com a morte e com os mortos, trabalho impensável para muitas pessoas, são considerados “impuros” e acabam, como apontam as psicólogas Isabel Iraha, Stéfany Silva e Patrícia de Paula, e a antropóloga Érica Quinágua Silva, sofrendo com o preconceito e a marginalização⁷³². É interessante, dessa maneira, verificar os significados que são atribuídos à palavra nos dicionários. Consta no *Dicionário Michaelis* que o coveiro, além de ser o “Indivíduo que abre covas em cemitério”, também é aquele que, em sentido figurado “contribui para a ruína ou o fim de alguma coisa”⁷³³.

⁷³² IRAHA, Isabel de Santana; SILVA, Stéfany Cruz; PAULA, Patrícia Pinto de. Sentidos do trabalho dos coveiros: um estudo exploratório. Pretextos – **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**. v. 2, n. 4, jul./dez. 2017. SILVA, Érica Quinágua. E a tristeza nem pode pensar em chegar... **Revista Antropológicas**, ano 13, vo.. 20 (1+2): 243-261 (2009).

⁷³³ Coveiro. Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/coveiro>.

Dessa forma, os coveiros trabalham abrindo covas, sepultando sonhos, alegrias, esperanças, muitas encerradas de forma prematura. A cada golpe de pá, lágrimas são derramadas, gritos ecoam longe, restando a crença no reencontro no além-túmulo. Não é de estranhar, portanto, o sentido figurado que é atribuído à profissão.

Aqui cabe a reflexão de que, além de sermos a única espécie que reflete sobre a morte, criando temores e devoções, também somos a única que possui membros especializados no trato direto com ela. E foi um longo percurso nessa lida com os mortos. De acordo com Adriano Estevam, milenarmente, na Índia, o trabalho de coveiro é feito pelos *dalits*, membros da mais baixa casta indiana e, por isso, tidos como “impuros” e “intocáveis”. São eles que, diariamente, cuidam dos milhares de corpos que são cremados e enterrados às margens do rio Ganges⁷³⁴.

No Japão Feudal, os *burakumin*, conhecidos como “povos da aldeia”, preparavam os cadáveres para o enterro, sendo segredados em suas comunidades e impedidos de se relacionar com outras classes. A professora Eva Paulino Bueno destaca que “eles tinham que, além de tudo, pagar impostos mais altos que todos os demais japoneses”. Passados vários séculos, continuam sofrendo com a marginalização e “são as pessoas mais pobres do Japão”⁷³⁵.

No Antigo Egito a profissão de coveiro estava revestida de certo status, pois eles tinham o privilégio de cuidar dos corpos dos faraós, representantes divinos na terra. Por outro lado, quando os mortos adentraram as cidades, na Idade Média, a profissão começou a ser vista como um “trabalho sujo”⁷³⁶. A passagem da Antiguidade para a Idade Média vai ser marcada pela constituição de novos valores em torno da morte, como pudemos ver no início desse trabalho.

Trabalhando o conceito de *dirty work*, criado na década de 1950 pelo sociólogo estadunidense Everett Huges, o psicólogo Caio Felipe Teodoro demonstra que a sociedade que cria esses “trabalhos sujos” e deles necessita, é a mesma que os marginaliza, e “Isso ocorre, principalmente, pela divisão social em “bom trabalho/mau trabalho”, em que, o coveiro, por exemplo, tido como um trabalhador sujo, enquadrar-se-ia no último”⁷³⁷. Fazem parte desse grupo, além dos coveiros, os lavadores de sepulturas e jardineiros. Além dessas implicações, essas profissões ainda são conhecidas pelas péssimas condições de trabalho e os baixos salários.

No Rio de Janeiro do início do século XIX, o naturalista alemão G. W. Freireyss viu, no Cemitério dos Pretos Novos, “pretos” que “estavam ocupados em cobrir de terra seus patrícios mortos e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver, passando em seguida a sepultar outro”⁷³⁸.

⁷³⁴ ESTEVAM, Adriano. **Dalit, Harijan**. Disponível em: <https://jocum.org.br/dalit-harijan/>.

⁷³⁵ BUENO, Eva Paulino. Burakumin. **Revista Espaço Acadêmico** – Ano II – nº 17 – Outubro/2002, p. 04.

⁷³⁶ TEODORO, Caio Felipe. A máscara da morte: estudo de caso sobre a construção identitária de profissionais coveiros. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021, p. 42-43, 54.

⁷³⁷ Ibid, p. 44-45.

⁷³⁸ JÚNIOR, João Carlos Nara. **Escravos coveiros**. Disponível em: <https://santarita.hypotheses.org/410>.

Como registrado nas pesquisas de Érica Quináglia, que situa seu trabalho em Florianópolis, o trabalho de coveiro, bem como de jardineiro e lavador de sepulturas, se tornou uma “profissão de linhagem” em que se está habituado com o trato da morte. Muitos coveiros começaram observando o trabalho de seus pais, venderam água na imediação dos cemitérios, vigiaram carros etc. Suas vidas giram em torno da cidade dos mortos. Através de entrevistas, Quináglia recolheu um dos melhores exemplos dessa linhagem:

Moisés e Di herdaram a profissão do pai. Estes irmãos são sobrinhos de Jorge, outro coveiro. O pai de Jorge (e, portanto, avô de Moisés e de Di) também trabalhara no cemitério e fora o primeiro a ser enterrado ali. Os irmãos de Jorge são também trabalhadores do cemitério. Há alguns que já faleceram, como o pai de Moisés e de Di. Este, além de sobrinho, é genro de Jorge, que tem duas outras filhas, cujos maridos são Naldo e Paulo. Ambos, Naldo e Paulo, irmãos, são também coveiros⁷³⁹.

Nesse sentido, as famílias mais tradicionais de Manaus – e acredito que esse não é um caso exclusivo manauara – possuem seus próprios guardiões de túmulos e jazigos. São pessoas que capinam, varrem, limpam, concertam, pintam e ornamentam as sepulturas da mesma família há gerações, com a profissão tendo passado de pai para filho⁷⁴⁰.

O administrador de cemitério, também raramente citado em estudos, ganha relativamente melhor que o coveiro, este último sob seu comando. Como o nome indica, deve cuidar da parte burocrática e organizacional, gerindo o cemitério conforme as ordens da Prefeitura. Ele também é um dos “profissionais da morte”⁷⁴¹. Refletindo sobre sua importância, Teodoro afirma que, assim como o mundo dos vivos, as necrópoles necessitam de administradores para seu funcionamento⁷⁴².

Feita essa breve apresentação, ficam evidentes os principais questionamentos dessa parte do trabalho: Quem eram os coveiros e administradores de cemitérios de Manaus entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX? Como se relacionavam com o espaço em que atuavam? Quais eram suas condições de trabalho? Como eram vistos pela população e quais eram suas reivindicações dentro de uma sociedade marcada pela precarização do trabalho? Suas demandas e visões de mundo, assim como as de qualquer classe ou grupos considerados subalternos, são de extrema importância para a ampliação das pesquisas nessa área e na reconstituição de suas trajetórias, como nos lembra o historiador Jim Sharpe sobre as implicações da ‘História vista de baixo’⁷⁴³.

⁷³⁹ SILVA, 2009, op. cit. p. 250-251.

⁷⁴⁰ Entrevista com Trícia Tadros Pinho, 12/02/2024.

⁷⁴¹ TEODORO, 2021, op. cit., p. 56.

⁷⁴² Ibid, p. 10.

⁷⁴³ SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39-62.

Aos administradores, que eram nomeados pelo município, competia a gerência dos cemitérios, a autorização de inumações e exumações, o repasse de informações à prefeitura sobre a conservação, o auxílio na pesquisa no livro de registros, bastante procurado no Dia de Finados e, principalmente, o cumprimento dos capítulos dos Códigos de Posturas referentes aos campos santos: “Art. 283 – Aos administradores dos cemitérios cumpre executar, fielmente, as determinações destas posturas”⁷⁴⁴.

Quem eram essas pessoas? O antigo Cemitério de São José teve como administradores, conforme os registros jornalísticos encontrados, Vicente Ferreira, nomeado por portaria de 08 de maio de 1860; José Veríssimo dos Anjos; Leonardo Ferreira do Prado, nomeado no lugar do anterior em 1862; Eustáquio Pereira da Silva, falecido em 1878; Virgílio Martins de Menezes, nomeado em 05 de abril de 1878 para substituir o anterior; Joaquim Felix da Cunha, nomeado em 31 de janeiro de 1880; e Josino de Oliveira Pinheiro, em 1883. Já o Cemitério de São João Batista, até a década de 1930, teve como administradores João Emmanuel da Silva e Túlio Gomes, este último nomeado em 1917 após o falecimento do primeiro administrador.

O *Regulamento para os cemitérios públicos do Estado do Amazonas*, de 1892, determinou que só seria nomeada para o cargo de administrador “pessoa idônea, de probidade reconhecida, que saiba ler e escrever corretamente”.

A partir da leitura das fontes, constatou-se que o cargo de administrador de cemitério era revestido de status. João Emmanuel da Silva, administrador do Cemitério de São João Batista, era membro de uma família tradicional da cidade. Seu pai, Antônio José da Silva, era comerciante, proprietário e membro da Sociedade Portuguesa Beneficente. Seus irmãos e irmãs eram Maria Maquiné da Silva Nery, esposa de Silvério José Nery, ex-governador e senador; Coronel Antônio da Silva Júnior, comandante superior da Guarda Nacional; Major Raymundo Nicolau da Silva, chefe da seção da secretaria do governo; Sebastião José da Silva e Fernando Silva, funcionários da Delegacia Fiscal; Felismina Maquiné da Silva, Lydia Maquiné da Silva Machado, Balbina Maquiné da Silva e Isaura Maquiné da Silva. Esses imbrincados laços entre famílias tradicionais e a presença de vários membros na administração pública e militar indicam a importância do cargo de administrador de cemitério naquela época.

Isso fica ainda mais claro quando lemos seu necrológio, publicado no jornal *A Capital*. De acordo com a folha, grande número de pessoas compareceu ao enterro, sendo o coche fúnebre acompanhado por 40 carros de praça⁷⁴⁵. Outro caso que corrobora essa assertiva sobre a importância desse cargo se passou em 1890. Na pequena vila de Silves, no interior do Amazonas, o superintendente André Cursino de Faria, o intendente Elias Roza Maria e o secretário Raymundo Faria d’Almeida, membros da mesma família, logo que assumiram seus postos trataram de nomear

⁷⁴⁴ SAMPAIO, 2016, op. cit.

⁷⁴⁵ *A Capital*, 23/07/1917, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

outros familiares para cargos no funcionalismo público, sendo um deles o de administrador de cemitério⁷⁴⁶.

Em 1904, o administrador do Cemitério de São Raimundo, Joaquim Palmeira, morador do bairro, foi exonerado e substituído por seu genro, Raymundo Mendes, morador do distante povoado do Careiro. Desde que assumiu o cargo, Raymundo nunca pôs os pés no cemitério, que estava sem cerca, havia se transformado em local de pastagem para animais e, apesar de estar fechado desde 1891, continuava recebendo enterros, conforme denúncia do jornal *Quo Vadis?*⁷⁴⁷. Esses são exemplos de práticas espúrias de enriquecimento familiar, nas quais os cargos públicos eram bastante visados, o que consolidava verdadeiras dinastias que viviam dos cofres municipais e estaduais.

Segundo o jornal *Correio do Norte*, no início do século XX a vila de Borba era comandada pela oligarquia de monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, que dominava todos os cargos do povoado: “O juiz, o superintendente, o coletor, o padre, o mestre-escola, o delegado, o **administrador do cemitério**, o comerciante, o padeiro, o marchante, o fiscal, o sacristão, o mestre de charanga, tudo, tudo é Coutinho”⁷⁴⁸. Mais uma vez o posto de administrador de cemitério aparece em destaque na disputa por cargos.

Conhecemos bem o trabalho dos administradores através dos decretos da prefeitura. Por exemplo, em 1904 o administrador do Cemitério de São João Batista foi autorizado a mandar recolher ao depósito municipal os animais que fossem encontrados ao redor do cemitério e a fazer a capinação⁷⁴⁹. Logo que algum problema fosse detectado, ele deveria ser comunicado à edilidade, como ocorreu em 1909, quando o administrador do São João Batista comunicou que a cruz da torre da capela, após forte temporal, havia sido destruída.

A vigilância deveria ser constante. Como vimos em *Entre o sagrado e o profano*, entre o final do século XIX e início do século XX os cemitérios se tornaram alvo dos vândalos e ladrões de objetos. Os casos deveriam ser comunicados e combatidos pelos administradores. Em 1914 o administrador do Cemitério de São João Batista levou ao conhecimento da prefeitura o caso da destruição de várias plantas em sepulturas, “afim de que sejam apurados os casos de dessaparecimento de plantas, damnificações, etc... para que haja a precisa punição dos culpados”⁷⁵⁰.

Em 1917 o administrador do São João Batista denunciou à polícia que havia sido roubada de uma das sepulturas uma imagem de São Francisco das Chagas. Após investigação, foram presos

⁷⁴⁶ Diário de Manáos, 11/01/1891, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁴⁷ Quo Vadis? 29/03/1904, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁴⁸ Correio do Norte, 10/05/1906, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁴⁹ Jornal do Commercio, 29/01/1904, p. 02 e 21/05/1904, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁵⁰ Jornal do Commercio, 31/05/1914, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Oswaldo Soares e Severino Maximino de Almeida⁷⁵¹. Nesse mesmo ano a administração, cumprindo ordens da superintendência, “tomou energicas providencias no sentido de ser impedido o roubo de plantas no interior daquella necropole”⁷⁵². Além dos roubos, deveriam fiscalizar a informalidade na condução dos cadáveres: “O superintendente municipal reccommendou ao fiscal-chefe e ao administrador do cemiterio de São João Batista que façam cumprir os dispositivos legaes que prohibem a conducção de cadaveres em carros que não sejam exclusivamente destinados a esse serviço”⁷⁵³.

Meses antes do Dia de Finados, eles recebiam da prefeitura instruções sobre como proceder na organização dos cemitérios para a data: “O superintendente municipal permittiu, attendendo às condições prementes do momento, que ora atravessamos, que se façam, independentemente da licença, ligeiros reparos e limpeza nos tumulos dos cemiterios da capital para o dia de finados, sendo expedidas instrucções ao administrador do cemiterio”⁷⁵⁴.

De acordo com o artigo 487 do Código de Posturas de 1920, os administradores dos cemitérios da cidade receberiam da prefeitura, para otimizar suas funções e auxiliar os frequentadores, plantas cadastrais contendo a identificação das quadras e a numeração das sepulturas, otimizando a pesquisa⁷⁵⁵.

Quando fossem autorizadas pela Prefeitura as exumações, os administradores deveriam publicar editais informando quais seriam as sepulturas, bem como o prazo para a regularização das perpetuações, como pode ser visto no edital abaixo, de 1937:

Cemiterio de São João Baptista – Edital de exumação

De ordem do exmo. sr. dr. Prefeito Municipal torno publico por espaço de sessenta (60) dias a contar da presente data, que se vae proceder a exumação das sepulturas de adultos dos annos de 1930, de ns. 26.899 a 27.704, de 1931, de ns. 27.705 a 28.403, bem assim as de menores dos annos de 1932, de ns. 34.284 a 34.898 e de 1933 de ns. 34.899 a 35.711, se dentro do referido praso, não forem regularisadas as respectivas perpetuações na forma da lei.

Administração do Cemiterio de São João Baptista, 12 de janeiro de 1937. - Tulio Gomes, administrador do Cemiterio de São João Baptista⁷⁵⁶.

Vejamos agora os coveiros. Quantos e quem eram? No regulamento do Cemitério de São José (1859) foi estipulado que o número de coveiros ou serventes seria dois. O novo regulamento dos cemitérios do Amazonas, de 1892, determinou que os cemitérios teriam “[...] um corpo de guardas cujo número será de acordo com as necessidades do serviço”. Dessa forma, o Cemitério de

⁷⁵¹ Jornal do Commercio, 15/04/1917, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁵² A Capital, 26/10/1917, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁵³ Jornal do Commercio, 28/02/1920, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁵⁴ Jornal do Commercio, 26/09/1920, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁵⁵ SAMPAIO, 2016, op. cit.

⁷⁵⁶ Jornal do Commercio, 30/01/1937, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

São João Batista, o principal da capital, tinha um número maior de coveiros. Alguns, enquanto funcionários da prefeitura, conseguiram atingir novos postos. O coveiro José Ferreira dos Anjos, que trabalhava no Cemitério de São João Batista desde o início dos anos 1900, assumiu, mais tarde, na década de 1940, o cargo de administrador do cemitério⁷⁵⁷. Os registros visuais sobre eles são escassos. Na foto abaixo vemos possivelmente um coveiro do Cemitério de São Raimundo, que fez questão de ser fotografado para o relatório da prefeitura.

Figura 60 – Cemitério de São Raimundo, detalhe.



Fonte: Instituto Durango Duarte.

Quais eram suas funções? Augusto dos Anjos, no início do século XX, as sintetizou poeticamente em *Versos a um Coveiro*: “Numerar sepulturas e carneiros, Reduzir carnes podres a algarismos, tal é, sem complicados silogismos, A aritmética hedionda dos coveiros!”. Nessa “arimética hedionda”, os coveiros mexiam com “Tíbias, cérebros, crânios, rádios e úmeros”⁷⁵⁸.

⁷⁵⁷ Jornal do Commercio, 19/03/1948, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁵⁸ ANJOS, Augusto dos. Versos a um Coveiro. In: **Eu e Outras Poesias**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998.

Realizando esse trabalho “hediondo” e “repugnante”, como registraram Augusto dos Anjos e outros literatos, os coveiros de Manaus aparecem nos relatórios provinciais e nos jornais pedindo o aumento de salários e o pagamento dos atrasados. Em 1873, José Antonio da Silva, coveiro do Cemitério de São José, enviou um requerimento à Assembleia Legislativa Provincial pedindo o aumento do seu salário⁷⁵⁹. Não se sabe que fim teve sua solicitação, mas anos depois o desfecho não foi dos melhores para Manuel Ignacio da Silva, que atuou como coveiro no mesmo cemitério entre abril e junho de 1881. Ele solicitou à Assembleia que lhe fossem pagos os vencimentos do período em que trabalhou no cemitério de São José, que somavam 691\$000 réis⁷⁶⁰. A Comissão de Fazenda, examinando seu pedido, concluiu que:

[...] é de parecer que não se tome conhecimento da pretensão do suplicante, porque, pertencendo a administração o rendimento do dito cemiteiro à Santa Casa de Misericórdia, e tendo já sido esta contemplada no orçamento vigente com um auxílio de 10:000\$000 réis, nada mais tem a provincia que ver com a economia d’ aquella irmandade, que deve regular a sua despesa com a sua receita ao menos provavel⁷⁶¹.

Esses sujeitos históricos, os administradores e coveiros, conforme leitura dos periódicos, não chegaram a formar um sindicato, como ocorreu com outros trabalhadores como os estivadores, carroceiros, cocheiros e operários. No entanto, nem por isso se deve imaginar que não tentaram obter melhores condições de trabalho, apresentando ao Estado suas demandas (horários de trabalho, salários, salubridade etc).

Os coveiros tinham uma jornada de trabalho de 12 horas, começando às 6 da manhã e indo até as 18 horas. Entre 1867 e 1868 a Câmara Municipal de Manaus pagou 720\$000 réis pelas diárias dos coveiros do Cemitério de São José⁷⁶². Alguns anos mais tarde, entre 1873 e 1874, orçou essa despesa em 1:440\$000 réis⁷⁶³. Não é especificado o número de coveiros que receberiam esses montantes. Para 1878 e 1879 a Câmara Municipal pagaria pelas diárias de 2 coveiros 2:190\$000 réis⁷⁶⁴. De acordo com a professora Trícia Tadros Pinho, as famílias mais antigas da cidade gratificavam os coveiros após o sepultamento, hábito mantido até hoje⁷⁶⁵. Isso se dava por um sentimento de gratidão e respeito pelo auxílio no momento de dor.

⁷⁵⁹ Assembléa Legislativa Provincial. 22.º Sessão Ordinaria do dia 29 de Abril de 1873. Presidencia do Sr. Deputado Pereira Guimarães. In: Boletim Official, 04/05/1873, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁶⁰ Assembléa Provincial. Sessão do dia 12 de Setembro. In: Amazonas, 14/09/1881, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁶¹ Amazonas, 16/09/1881, p. 01-02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁶² Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província Tenente Coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 4 de abril de 1869. In: Amazonas, 01/05/1869, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁶³ Lei N.º 279 – de 27 de Maio de 1873. Fixa a despesa e orça a receita das camaras municipaes para o anno financeiro de 1873-1874. In: Boletim Official, 23/06/1873, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁶⁴ Lei N.º 398 de 28 de Outubro de 1878. Fixa a despeza e orça a receita da Camara Municipal da Capital para o anno financeiro de 1878-1879. In: Amazonas, 01/11/1878, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁶⁵ Entrevista com Trícia Tadros Pinho, 12/02/2024.

Apesar de se registrar um aumento nos vencimentos e de receberem gratificações de algumas famílias, perdurará até o século seguinte o desleixo em relação ao pagamento dos mesmos. Os coveiros manifestariam seu descontentamento não mais por requerimentos, mas através de outro mecanismo: a greve.

No início do século XX, diferentes categorias de trabalhadores, em todo o país, realizaram greves reivindicando melhores condições de trabalho. Quem nos apresenta um panorama dos movimentos grevistas em Manaus é o historiador Moisés Dias de Araújo:

Dentre as diversas categorias que apresentarão suas reivindicações e demonstrarão resistência temos “desde peixeiros e pescadores até operários fabris”, como os estivadores, carroceiros, motoristas e condutores de bonde, gráficos, funcionários da limpeza pública, foguistas, alfaiates, chauffeurs e bolieiros assim como **coveiros**.⁷⁶⁶.

No dia 30 de dezembro de 1913, os coveiros do Cemitério de São João Batista paralisaram suas atividades em protesto pelo atraso do pagamento de seus salários. O Prefeito Jorge de Moraes, ao saber do ocorrido, mandou que fossem demitidos. Estes, [...] que não se conformando com a providencia, queriam promover disturbios com os guardas do cemiterio. Por fim, o Chefe de Polícia “[...] recebendo comunicação do facto, enviou para o local o agente Gueiros, que conseguiu dispersar o grupo, restabelecendo a calma”⁷⁶⁷.

A negligência da municipalidade com os pagamentos continuaria nos anos seguintes. A imprensa local registrou o descontentamento dos coveiros em artigos e também em notas cômicas, como na publicada em 05 de maio de 1918 no jornal Imparcial:

No Cemiterio
Dizia um coveiro para o outro:
– Oh! Rapaz estou com as mãos calejadas...
– E eu também
– Mas dou graças a Deus.
– Não sou tão máu, não desejo a morte de ninguém, nem mesmo do meu maior inimigo.
– Pois eu queria que toda Manáos morresse de uma vez. As rendas do Municipio aumentariam e nós receberiamos o nosso rico dinheiro, que está mofando...⁷⁶⁸.

De acordo com Rosineide de Melo Gama, os coveiros paralisaram novamente suas atividades durante a pandemia de Gripe Espanhola. Os trabalhadores enfrentavam as excruciantes

⁷⁶⁶ ARAÚJO, Moisés Dias de. **O grito dos trabalhadores:** movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018, p. 08. Grifo nosso.

⁷⁶⁷ Occorrencias. A gréve dos coveiros. Jornal do Commercio, 31/12/1913, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁶⁸ Imparcial, 03/05/1918, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

condições de trabalho – em um único dia tiveram que enterrar oitenta cadáveres, abrindo covas até de madrugada – e o medo de serem contaminados. O jornal *Imparcial* comentou que

É mesmo de terror a attitude dos coveiros daquele cemitério, mas ao que parece de terror injustificável, desde que se tenha em conta o compromisso que estabeleceram com a superintendência, apossando-se das funções á alçada do mesmo cargo. Para desconsolo da maior da nossa população e descrédito dos responsáveis pelo serviço sanitário da cidade⁷⁶⁹.

Em 20 de novembro de 1918 os senhores José Cesario da Silva, Pedro Silva, Vicente Silva, Pedro Barbosa e João Martins, moradores dos subúrbios, fizeram um abaixo-assinado endereçado ao superintendente Ayres de Almeida pedindo que fossem pagos os salários atrasados dos coveiros José Ferreira dos Anjos, Nicolau Comte e Antônio Pinto Barbosa, “pelo muito que esses pobres homens tem feito nestes dias de verdadeira calamidade”⁷⁷⁰. O que seu viu pela cidade foram pilhas de cadáveres insepultos. Como solução, como detalhado em *Cotidiano em tempos de pandemia: a Gripe Espanhola*, foi utilizada a mão de obra de presos.

Em 1925 registra-se uma petição dos coveiros do Cemitério de São João Batista, enviada à Câmara Municipal, solicitando o aumento de seus salários, não sendo encontrado o resultado que tal solicitação teve⁷⁷¹.

Por mais que esses movimentos tenham sido breves, rapidamente dissipados pela repressão das autoridades públicas, é inegável o impacto que tiveram no cotidiano da população manauara, pois todos os dias são enterradas pessoas, sendo seus serviços diariamente necessários. São eles que impedem o presenciamento da desintegração física dos corpos, garantindo a abertura de locais adequados para tal fim.

3. 6. Negócios fúnebres

O Dia de Finados, assim como os enterros que aconteciam a cada dia, além de toda a carga simbólica e religiosa que carregavam, movimentavam não apenas sentimentos, mas também a economia⁷⁷². Nos anúncios publicados em periódicos foram encontrados estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, e também particulares, especializados ou não na área funerária, oferecendo seus serviços e produtos para essas ocasiões.

Tornar-se morador da cidade dos mortos custava caro. Os preços praticados no Cemitério de São José, conforme o Regulamento de 1859, eram: sepultura comum, 2\$000; reservada, 6\$000;

⁷⁶⁹ *Imparcial*, 16/11/1918. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital; GAMA, 2013, op. cit. p. 57.

⁷⁷⁰ *Ineditoriais*. *Jornal do Commercio*, 21/11/1918, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁷¹ *Jornal do Commercio*, 14/04/1925, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁷² REIS, 2022, op. cit.

perpétua, 60\$000. Em uma cidade onde parte da população vivia em péssimas condições, com poucos ganhos, as sepulturas comuns eram as únicas que estavam ao alcance. Os indigentes tinham direito a sepultura gratuita.

Sobre período posterior, Carla Aires recuperou o rendimento dos cemitérios municipais da cidade entre 1895 e 1909, nos permitindo visualizar os custos e o rendimento da Prefeitura com os negócios fúnebres⁷⁷³. Em 1895 a licença para obras até quatro anos e a exumação de ossos custavam 15\$000 réis. O depósito de urnas saía por 50\$000 réis. Uma sepultura comum para adultos custava 8\$000 e para crianças até 10 anos 5\$000. Uma reservada para adultos tinha o custo de 15\$000 e uma para criança até 10 anos 10\$000. A sepultura perpétua para adultos e crianças até 10 anos custava 130\$000 e 80\$000 respectivamente.

Em 1909 os valores eram os seguintes: sepultura temporária para menores de 10 anos, 10\$000; para maiores de 10 anos, 20\$000; exumações, 30\$000; depósito de urnas, 50\$000; sepultura perpétua de 2,50m², 200\$000; catacumba ou urna mural temporária, 250\$000; catacumba ou urna mural perpétua, 1:000\$000. A licença para obras em sepulturas, catacumbas ou urnas murais perpétuas, incluídos os mausoléus, 50\$000; o mesmo em sepulturas, catacumbas e urnas murais temporárias, 50\$000; licença para inumações ou depósitos em mausoléus, caso os cadáveres não pertencessem à família dos respectivos, 500\$000; e terreno para colocação de mausoléus ou outros beneficiamentos de luxo, não podendo exceder de 5m², 220\$000⁷⁷⁴. Esses valores eram inacessíveis para boa parte da população, que vivia com poucos ganhos e em péssimas condições.

Existiam regras para ir aos cemitérios, sobre como se portar e, principalmente, se vestir. Algumas lojas da cidade especializaram-se na venda de roupas fúnebres. A loja Brinquinho, na rua da Matriz (Lobo d' Almada), em 1881, comercializava produtos variados para o Dia de Finados, tais como “[...] grinaldas para tumulos, de todos os tamanhos e variados gostos; assim como, para luto, fichús pretos de seda e chapéus pretos enfeitados, para senhora, que ultimamente recebeu directamente”⁷⁷⁵.

Na Loja do Surdo, na rua Municipal (Avenida Sete de Setembro), chegaram através de um vapor, em 1882, “Capas pretas de merino de seda para senhoras. Fichus pretos, ultima moda de Paris. Luvas pretas de retróz. Corôas mortuarias, variadissimo sortimento”⁷⁷⁶. Em 1926 a Casa Borges, sapataria localizada na Avenida Sete de Setembro, anunciava ter recebido para o Dia de Finados “Lindo sortimento de sapatos pretos de pellica, camurça e verniz”⁷⁷⁷.

As tipografias dos jornais, além da venda dos periódicos e da publicação dos atos administrativos, faturavam com a produção de cartões e cartas de enterros, distribuídos entre

⁷⁷³ MARTINS, 2021, op. cit, p. 101-102.

⁷⁷⁴ Ibid, p. 101-102.

⁷⁷⁵ Amazonas, 21/10/1881. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁷⁶ Amazonas, 25/10/1882. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

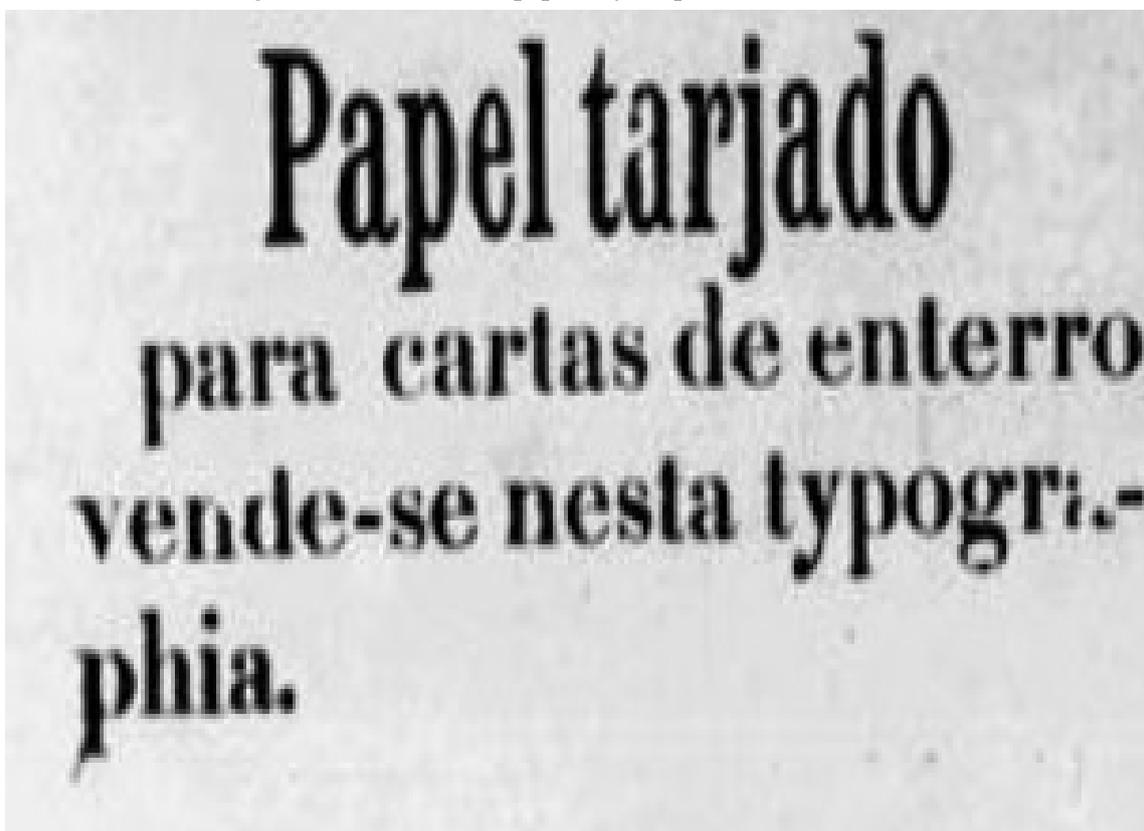
⁷⁷⁷ Jornal do Commercio, 28/10/1926, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

familiares e amigos dos falecidos para lembrar-lhes do comparecimento aos cemitérios. Em 1866 o jornal Amazonas informava ao público que em sua tipografia “cartas de enterro apromptão-se a toda a hora do dia e da noite”⁷⁷⁸. A tipografia do Correio de Manáos, em 1869, informava que

Este Estabelecimento que se acha completamente montado, tendo um bom pessoal inclusive um revisor, recebe toda e qualquer obra de impressão e compromette-se tambem a preparar **cartas de enterro**, cartões de visita, ditos para casamentos, circulares, procurações, guias, conhecimentos, diplomas, etc, garantindo o maior aceio promptidão em seus trabalhos⁷⁷⁹.

Na tipografia do jornal *Commercio do Amazonas* vendia-se em 1880 “[...] conhecimentos a 1\$500 o cento, guias a 3:500 o cento, **cartas de enterro** a 6:000 o cento”⁷⁸⁰. A tipografia do Diário de Manáos vendia, em 1894, um papel específico, o tarjado, para cartas de enterro⁷⁸¹.

Figura 61 – Anúncio de papel tarjado para cartas de enterro.



Fonte: Diário de Manáos, 24/02/1894.

⁷⁷⁸ Amazonas, 31/10/1866, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁷⁹ Correio de Manáos, 07/09/1869, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁸⁰ Commercio do Amazonas, 29/06/1880, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁸¹ Diário de Manáos, 24/02/1894, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Por muito tempo a cidade não dispôs de marmorarias. Em 1892 o jornal Amazonas registrou que não existiam oficinas de mármore em Manaus⁷⁸². De onde vinham essas peças antes da instalação das primeiras marmorarias?

Nos jornais encontramos pessoas como Ignácio Pessoa, morador da Estrada Dr. Moreira (Rua Dr. Moreira), oferecendo o serviço de ornar sepulturas com lousas e dísticos, aceitando “[...] encomenda de pedra marmore para meza, aparador etc”⁷⁸³; Manuel Serrano, no Hotel Faro, na rua dos Barés, oferecendo “[...] seus serviços ao publico desta capital para a construção de mausoleos, sepulturas e quasquer outras obras de arte no cemeterio de S. João, e bem assim para edificação de predios e obras de alvenaria por empreitada”⁷⁸⁴; e o arquiteto e pintor Manoel Paulino da Silva, que podia ser encontrado na Loja Magnolia, na rua da Instalação, que trabalhava construindo e embelezando mausoléus e gravando epitáfios⁷⁸⁵.

Os que tinham maior poder aquisitivo recorriam às oficinas de cantaria de Portugal e, localmente, às do Pará, como a de Martins & Backus e a de Wiegand & Wirth, esta última com grande depósito de monumentos em mármore, granito e pedra de cantaria, esculturas em pedras artificiais e pedras para campas tumulares de vários tamanhos. Faziam ainda grades para sepulturas, de ferro batido e pedra. Nos anúncios que publicaram em um jornal de Manaus informavam que

encarregam-se de fazer e mandar vir monumentos e mausoleos de qualquer material acima mencionado assim como de qualquer estylo architectonico, garantindo solidez e o mais apurado gosto artistico. O estabelecimento é dividido em officina de esculptura, officina de polir marmore e granito, repartição para letras gravadas e em relevo, dita para desenhos e ornamentos de todos os trabalhos concorrentes a nossa officina. Agencia das mais affamadas pedreiras e serrarias de pedras da Europa das principaes fabricas de mosaico, azulejos, balaustres e de todas as ornamentações architectonicas em pedras naturaes, e artificiaes, terracota, ferro, bronze etc, etc⁷⁸⁶.

A elite amazonense do período que vai de 1860 a 1890 adquiriu seus túmulos e jazigos na Europa. Os monumentos fúnebres do Cemitério de São José atestam essa afirmativa, pois são em sua quase totalidade confeccionados em mármore de Lioz, natural de Lisboa e arredores. A esse respeito, o pesquisador Clarival do Prado Valladares registrou que “a história natural dos cemitérios brasileiros tem muito que ver com a história aventureira da pedra de lisboa”⁷⁸⁷. Na base de uma das obras encontramos uma assinatura que indica sua procedência: “*Off. Nas de G. J. Salles & F.os R. do Arsenal 134 Lisboa*”. Essa assinatura é da antiga Oficinas de Germano José de Salles & Filhos, localizada na Rua do Arsenal, em Lisboa, Portugal. Os Salles, segundo a arquiteta e urbanista

⁷⁸² Amazonas, 23/12/1892, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁸³ Amazonas, 18/12/1892. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁸⁴ Diário de Manáos, 25/04/1893, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁸⁵ Diário de Manáos, 30/07/1893, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁸⁶ Jornal do Amazonas, 09/03/1886. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁸⁷ VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/MEC, 1972, p. 121.

Cibele de Mattos Mendes, foram um dos maiores canteiros de Lisboa, especialistas na construção de jazigos⁷⁸⁸.

Em outro jazigo consta a assinatura da Oficina de G. & Moreira, estabelecida na rua da Almada, n° 466, na cidade do Porto. Não muito distante dali encontro em outro o nome de Joaquim Pedro Biscaia, da rua do Salitre, n° 371, em Lisboa; e, em um jazigo capela, a assinatura de Manoel M. Rato & Filhos, na rua de São Paulo, Lisboa. De acordo com o historiador José Francisco Ferreira Queiroz, as oficinas de cantaria portuguesas, principalmente as lisboetas, tiveram sua “idade de ouro” a partir da década de 1850, quando ocorre a expansão dos cemitérios e da arte tumular. Com a intensificação da procura, os canteiros investirão em técnica e publicidade, seja na assinatura das obras ou na publicação de catálogos, almanaques e anúncios em jornais⁷⁸⁹.

Na *Revista dos Monumentos Sepulchraes*, publicada em Lisboa em 1868⁷⁹⁰, encontramos fotografias de monumentos funerários iguais aos do Cemitério de São José, do Cemitério da Soledade, em Belém-PA, do Cemitério do Campo Santo, em Salvador-BA, e de outros cemitérios oitocentistas brasileiros.

Adquirir essas obras na Europa era caro, pois se gastava grandes somas e tempo com o transporte e a colocação do monumento. Essa situação mudaria a partir do final do século XIX, no contexto das transformações urbanas e econômicas gestadas pela economia gomífera, com a chegada de profissionais altamente qualificados e a inauguração das primeiras marmorarias da cidade.

A primeira marmoraria de Manaus foi a *Ítalo-Amazonense*, do italiano Cesare Veronesi, inaugurada em 1898 na rua Saldanha Marinho, canto da avenida Eduardo Ribeiro⁷⁹¹. Pouco se sabe sobre Veronesi, a não ser sua provável origem, que é a cidade de Verona, na região do Vêneto, norte da Itália, e que chegou à Manaus no ano da abertura de sua empresa⁷⁹².

A partir da unificação da Itália em 1870, o início de sua industrialização e o aumento populacional, a imigração de italianos se intensificou, pois as terras ficaram concentradas nas mãos de alguns poucos proprietários e as indústrias não conseguiram absorver a massa de trabalhadores que migrou do campo para as cidades. Uma das regiões procuradas para o estabelecimento de colônias foi a Amazônia, enriquecida com a exportação da borracha⁷⁹³. De acordo com o historiador Otoni Mesquita, nessa época os italianos formaram em Manaus uma mão de obra especializada,

⁷⁸⁸ MENDES, Cibele de Mattos. **A cantaria de Lioz na arquitetura funerária de Salvador no século XIX**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016, p. 143.

⁷⁸⁹ QUEIROZ, J. Francisco F. Canteiros de Lisboa: os construtores do cemitério romântico. **Olisipo, Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”**, 2° série, n°. 13, p. 55-70, dezembro de 2000, p. 58-60.

⁷⁹⁰ *Revista dos Monumentos Sepulchraes*, Lisboa (PT), v. 1, 1868.

⁷⁹¹ *Commercio do Amazonas*, 18/11/1898, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁹² *Imparcial*, 05/05/1918, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁹³ DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX**. Manaus: SEC, 1998, p. 128.

atuando em obras públicas e particulares. Ele destaca a atuação da marmoraria de Veronesi no embelezamento da cidade dos mortos:

Nota-se, a partir dessa época, a importante atuação da marmoraria Ítalo-Amazonense, responsável por uma significativa produção de esculturas em mármore. Um número considerável dessas obras encontra-se no Cemitério São João Batista de Manaus, com datas que variam de 1901 a 1925, sendo algumas peças assinadas por artistas italianos, mas, além dessa marmoraria, havia outras que importavam esculturas de diferentes cidades italianas⁷⁹⁴.

Ela foi responsável pela construção da maioria dos túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista, aceitando encomendas de monumentos funerários, sepulturas e esculturas – para o interior e fora do Estado – tendo diferentes tipos de mármore em estoque, os importando diretamente da Europa. Os clientes escolhiam as peças prontas (seriadas) em catálogos, bem como encomendavam trabalhos exclusivos, como veremos a seguir. Assegurava que os trabalhos eram executados por artistas diplomados em institutos técnicos da Itália. Além da arte escultórica, fazia a “limpeza de pedras de sepulchros, catacumbas, etc, para o próximo dia de finados. Vende e encarrega-se de qualquer obra por preço muito mais commodo, visto como importa directamente a materia prima”⁷⁹⁵.

Em um de seus primeiros anúncios, datado de 1899, pediu ao público “o obséquio de visitar a Marmoraria Italo Amazonense: e verificar de visu que não há necessidade de sahir de Manáos para contentar o bom gosto dos freguezes e satisfazer todos os caprichos e phantasias em materia d’arte, perfeição e modicidade de preços”⁷⁹⁶. Noutra dessas notas, de período posterior, destacou que era muito mais vantajoso aos clientes adquirir as obras em Manaus, pois ir ao Pará era caro, dado os preços das passagens e dos fretes, e demandava muito tempo: “A *Italo-Amazonense* previne que possui um moderno e perfeito machinismo que no Pará não existe”⁷⁹⁷.

A *Ítalo-Amazonense* vai difundir em Manaus o uso do mármore de Carrara, natural da cidade de Carrara, localizada na região da Toscana, província de Massa-Carrara, cercada de pedreiras. Segundo a pesquisadora Pollyana D’Avila Gonçalves Dias, não se tem registros da importação de mármore italiano para a cidade anteriores a 1850⁷⁹⁸. Essa difusão será facilitada pelo fato de que a empresa buscava atingir todos os públicos, vendendo “grande sortimento de cruces de cimento misturado com mármore” e “lapides de lousa, bonitas”, com “preços para todos os bolsos”⁷⁹⁹. Nos anúncios e no cemitério é possível observar que ela comercializava desde o

⁷⁹⁴ MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura** (1669-1915). 4º ed. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 176.

⁷⁹⁵ Commercio do Amazonas, 31/10/1899. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁹⁶ A Federação, 15/11/1899, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁹⁷ Imparcial, 05/05/1918, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁷⁹⁸ DIAS, Pollyana D’Avilla Gonçalves. **A arquitetura Neogótica no Período da Borracha: um estudo tipológico das construções de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes), PPGLA-UEA, 2013, p. 59.

⁷⁹⁹ Jornal do Commercio, 05/11/1908, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

monumento rebuscado à lápide mais simples, “tendo, além disso, um grande depósito de trabalhos feitos que vendem a preços rasoaveis”⁸⁰⁰, utilizando inclusive material local: “A referida amostra acima foi tirada na propriedade de um distinto Amazonense, havendo na pedreira umas jazidas enormes e pouco longe de Manáos”⁸⁰¹.

Nos anos iniciais ocupou os números 23 e 31 da rua Saldanha Marinho, canto da avenida Eduardo Ribeiro. Em 1903 a empresa muda de endereço, agora localizada no número 61 da avenida Eduardo Ribeiro, canto da rua 24 de Maio. De acordo com Carla Aires, a busca por um endereço na Eduardo Ribeiro explica-se pelo fato de que aquela era a principal artéria da cidade, vitrine comercial e símbolo da modernidade baré⁸⁰².

Por ocasião da mudança, realizou a venda, a preço de custo, até o final do mês de março de 1903, de quatro monumentos de mármore de Carrara, tanto para fixação no cemitério quanto para exportação. No mesmo anúncio informaram que “pelo vapor “Colombo”, a chegar brevemente, receberão 30 toneladas de marmore em bruto e em obras”⁸⁰³. No ano seguinte a empresa recebeu uma moderna máquina de cortar e lustrear mármore⁸⁰⁴. Novas máquinas foram instaladas em 1905⁸⁰⁵.

Àquela altura os negócios estavam indo muito bem, tendo ocorrido apenas uma péssima experiência segundo Carla Aires, que foi quando o encarregado Angelo Anello, em 1904, se aproveitando da ausência de Veronesi, se apoderou das somas da empresa⁸⁰⁶.

Após esse investimento em novo maquinário, encontramos anúncios em que a marmoraria se apresenta como o “Unico estabelecimento ao genero neste Estado, montado com todos os aparelhos e machinismos modernos para a execução de toda e qualquer obra de mármore”. Em um deles, de novembro de 1905, vemos três tipos de obras tumulares confeccionadas naquele ano: uma grandiosa com a escultura de um anjo, de Onízia Gomes Teixeira; uma campa tumular com lápide, de Bianca Veronesi; e outra campa, de José Corrêa da Silva⁸⁰⁷.

⁸⁰⁰ Jornal do Commercio, 04/05/1905, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁰¹ Imparcial, 04/10/1918, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁰² MARTINS, 2021, op. cit., p. 107.

⁸⁰³ Quo Vadis? 05/03/1903, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁰⁴ Jornal do Commercio, 06/11/1904, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁰⁵ Jornal do Commercio, 14/06/1905, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁰⁶ MARTINS, 2021, op. cit., p. 108. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁰⁷ Jornal do Commercio, 04/11/1905, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Figura 62 – Anúncio de 1905 da Marmoraria Ítalo-Amazonense mostrando três tipos de monumentos.

Marmoreria Ítalo-Amazonense
Avenida E. Ribeiro, esquina da rua 24 de Maio
 DE
 PROPRIEDADE DE CESAR VARONESI & C.

Único estabelecimento ao gênero neste Estado, montado com todos os aparelhos e machinismos modernos para a execução de toda e qualquer obra de mármore. Executa trabalhos de encomenda, sob desenho e a gosto do freguez, tendo, além disso, um grande depósito de trabalhos feitos que vendem a preços rasóaveis.

A Marmoreria Ítalo-Amazonense
 Tem executado, neste Estado, um grande numero de trabalhos que tem merecido geraes encomios, achando-se aqui ao lado as gravuras dos principaes trabalhos feitos este anno.

Avenida Eduardo Ribeiro
 ESQUINA DA 24 DE MAIO
 Propriedade de Cesar Varonesi & C.



Túmulo de d. Guizia Gomez Teixeira, no cemiterio de S. João

Mausoleo de d. Bianca Varonesi, no cemiterio de S. João

Mausoleo de José Correa da Silva, no cemiterio de S. João

Fonte: Jornal do Commercio, 04/11/1905, p. 03.

A qualidade dos trabalhos da *Ítalo-Amazonense* lhe rendeu participações e prêmios em exposições nacionais e internacionais: Medalha de Bronze na Exposição Universal de 1904, realizada em Saint Louis, nos Estados Unidos; participação na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro, com trabalhos em mármore, alabastro e granito⁸⁰⁸; e uma Medalha de Menção Honrosa na Exposição Universal de 1910, realizada em Bruxelas, na Bélgica⁸⁰⁹.

Em 1911, quando a empresa estava se preparando para participar das Exposições Internacionais de Roma e Turim, solicitou aos “[...] proprietários de terras, commandantes de navios e viajantes no interior do Estado a fineza de trazer-lhes todas as amostras de pedras que se encontrarem nos diversos logares do interior, afim de serem convenientemente preparadas em seu estabelecimento para expol-as nas ditas Exposições”⁸¹⁰. Durante a viagem para expor suas peças,

⁸⁰⁸ Jornal do Commercio, 06/10/1907, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁰⁹ MARTINS, 2021, op. cit., p. 110.

⁸¹⁰ Correio do Norte, 11/02/1911, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Veronesi deixou a marmoraria sob os cuidados de Jacob de Oliveira Rocha e Domingos Gomes Coutinho, empregados e gerentes da casa⁸¹¹.

Outro marmorista da cidade no início do século XX, concorrente de Veronesi, foi Victorino José Romão. Ele iniciou suas atividades com uma oficina na rua Guilherme Moreira⁸¹², mudando-se para a rua Joaquim Sarmiento em 1900⁸¹³. Seus negócios se expandiram rapidamente, pois em 1904 já aparece como proprietário da Marmoraria Luso-Brasileira, aberta na principal via pública da cidade, a Avenida Eduardo Ribeiro. Em um dos primeiros anúncios de seu novo estabelecimento é informado que:

O proprietario deste bem montado estabelecimento, communica ao respeitavel publico que tem exposição 5 monumentos funebres, trabalho bem acabado e que vendeu a preços muito reduzidos. Encarregamo-nos de collocar os mesmos nos Cemiterios da capital ou mesmo no interior do Estado. Anjos e grinaldas de marmore o que ha de mais perfeito. Lapidés ornamentadas em alto e baixo relevo a vontade do freguez. Avenida Eduardo Ribeiro, n. 44 *A Victorino José Romão*⁸¹⁴.

Por motivo de mudança para Portugal, Victorino José Romão vendeu sua marmoraria para Cesare Veronesi em 17 de abril de 1906⁸¹⁵. Dessa forma, ele expandiu sua já afamada marmoraria, tornando-se a única empresa do ramo na cidade, posição conservada até 1913, quando surge *A Reformadora*.

Seus trabalhos têm a assinatura “*Fez a Ítalo-Amazonense*”, acompanhada da data de fabricação. Ainda é possível encontrar nas quadras mais antigas do Cemitério de São João Batista sepulturas datadas de 1898 e 1899.

Além das obras tumulares, ela também trabalhava vendendo mármore para soleiras de portas e janelas, escadarias, colunas para jardins, balaustradas, revestimentos para cozinhas, banheiros, sentinas, mosaicos, mesas para cozinha, mobílias, monumentos comemorativos, objetos de mármore, alabastro e biscuí para decoração de salas, artigos para desenho, pinturas a óleo, aquarela, guache e pastéis, caixas para armadores, barro para modelação, utensílios para bordados de seda, lã, algodão e canotilha⁸¹⁶.

Carla Aires considera a *Ítalo-Amazonense* “a oficina de mais relevância na arte tumular da Belle Époque pelo que se percebe por meio das obras remanescentes”⁸¹⁷. Essa é a mesma conclusão do jornalista Leite Barbosa, que em artigo publicado no Jornal do Commercio no Dia de Finados de

⁸¹¹ Jornal do Commercio, 20/05/1911, p. 08. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸¹² Amazonas, 26/06/1900, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸¹³ Commercio do Amazonas, 24/05/1900, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸¹⁴ Jornal do Commercio, 19/04/1904. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸¹⁵ Jornal do Commercio, 18/04/1906. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸¹⁶ Diário do Amazonas, 22/02/1910, p. 04; Correio do Norte, 05/02/1911, p. 03; Commercio do Amazonas, 1900, p. 03; Jornal do Commercio, 14/03/1909, p. 08. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸¹⁷ MARTINS, 2021, op. cit., p. 108.

1972 registrou que “A Ítalo-Amazonense, do escultor Cesare Veronesi, deixou um verdadeiro patrimônio de arte no velho campo santo do antigo Boulevard Amazonas”⁸¹⁸.

A Marmoraria *Ítalo-Amazonense* funcionou, ao que tudo indica, até a década de 1940, como registrado nos jornais amazonenses e no Almanak Laemmert, publicado no Rio de Janeiro⁸¹⁹. Cesare Veronesi faleceu em Manaus em 1941⁸²⁰.

Em 1913 é inaugurada entre as ruas da Instalação e Lobo d’Almada a marmoraria *A Reformadora*, do italiano Giovanni Orofino. De acordo com o sociólogo Samuel Benchimol, Orofino nasceu em 05 de dezembro de 1885 na cidade de Castellucio Superiore, na região de Basilicata, província de Potenza, na Itália⁸²¹. Em um anúncio da década de 1930 encontramos a informação de que ele veio para o Brasil em 1904, se estabelecendo em Manaus⁸²².

Trabalhava com artigos de mármore, importado diretamente da Itália, pisos, sepulturas, móveis, reforma de espelhos e de mobílias. O escritório ficava na rua da Instalação e as oficinas na rua Lobo d’Almada⁸²³. Consta em anúncio de 1932 que executava “[...] com perfeição qualquer trabalho em Marmore”, tendo “Stock de bellissimos marmores em diversos gostos” e um “Serviço rapido de Auto-Transporte – Responsabilisando-se por todos os danos que possam advir nas mudanças”⁸²⁴.

⁸¹⁸ BARBOSA, Leite. In *Memorian*. Jornal do Commercio, 02/11/1972, p. 09. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸¹⁹ Almanak Laemmert, 1940, p. 258. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸²⁰ Jornal do Commercio, 05/09/1941, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸²¹ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. 3º ed. Manaus: Editora Valer, 2009, p. 460. Datas encontradas pelo autor da dissertação no jazigo da família Orofino.

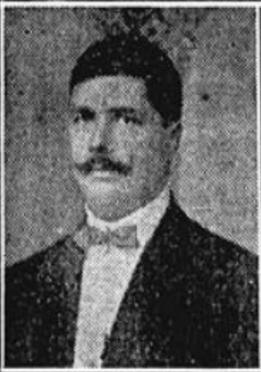
⁸²² CAPPELLI, Vittorio. La presenza italiana in Amazzonia e nel nordest del Brasile tra Otto e Novecento. In: CAPPELLI, Vittorio; HECKER, Alexandre. *Italiani in Brasile. Rotte migratorie e percoi culturali*, Rubbettino, Soveria Manelli, p. 105-143, 2010, p. 118.

⁸²³ BENCHIMOL, 2009, op. cit., p. 460; Amazonas Comercial, 1948, p. 170.

⁸²⁴ O Autaense, 1932, p. 13.

Figura 63 – Anúncio de 1932 da marmoraria *A Reformadora*.

GRANDE MARMERIA "A REFORMADORA"
E MAGAZZINO DI MOBILI
DI GIOVANNI OROFINO
34, Rua da Instalação e Lobo de Almada, 31 – MANAOS



Giovanni Orofino



Lavoro in marmo

Azionata da modernissime e scelte macchine mosse ad elettricità, la marmoraria del signor Giovanni Orofino é, non solo il migliore e piú importante stabilimento del genere in Manaus, ma é realmente in condizioni di reggere il confronto con i meglio montati del nord-Brasile. "A REFORMADORA" importa direttamente dall'Italia marmi finissimi ed eseguisce con grande cura qualsiasi lavoro del suo ramo.

Anche lo stabilimento di falegnameria e fabbrica di mobili del signor Orofino é datato di perfezionati macchinari ed é anch'esso, nel suo ramo, uno dei migliori ed in prima linea fra quelli della città.

Il signor Giovanni Orofino, uno degli italiani di questa nostra collettività maggiormente quotati per la sua abilità e per la sua indefessa attività, nacque a Castelluccio Superiore (Potenza) nel 1885. Venuto in Brasile nel 1904, stabilí la sua Casa nel 1913 accrescendone continuamente la sempre piú rilevante importanza.



Facciata della Ditta "A Reformadora"

Fonte: CAPELLI, Vittorio. *La presenza italiana in Amazzonia e nel nordest del Brasile tra Otto e Novecento*. p. 118.

Nos jornais foram encontrados registros de Orofino realizando seu ofício, “pedindo licença” à prefeitura “para fazer obras numa sepultura no cemitério de São João Baptista”⁸²⁵.

Caminhando pelo Cemitério de São João Batista foram encontrados alguns trabalhos confeccionados pela *A Reformadora*, tanto do tipo exclusivo quanto do seriado. Eles carregam em suas bases a assinatura “*A Reformadora*”. Um dos melhores é o túmulo do jovem sírio-libanês Ramses Bader, construído na década de 1920. É um trabalho de fino acabamento no qual o homenageado, falecido aos 14 anos, foi representado de forma realista, com traje social, carregando uma caneta no bolso do terno – o que remete à sua condição de estudante – e apoiado sobre uma coluna. É uma típica representação de um membro da burguesia manauara.

⁸²⁵ Jornal do Commercio, 1929. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Figura 64 – Túmulo de Ramses Bader. Obra de *A Reformadora*.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

O empreendimento de Orofino iniciou suas atividades quando Manaus já amargava a crise da economia gomífera, com a produção asiática crescendo a cada dia e suplantando a amazônica. Não foi um período fácil, mas *A Reformadora* conseguiu sobreviver à bancarrota, chegando ao século XXI como *Conservadora União Ltda – Marmoraria Orofino*, beneficiando mármore e granito, terceirizando mão de obra, conservando e limpando repartições públicas, prédios, escritórios e fazendo gravações de placas comemorativas em mármore e fotografias em porcelana⁸²⁶.

Essa sobrevivência pode ser explicada pela diversificação dos negócios, como podemos ver em anúncios veiculados na década de 1950: “A Reformadora, de G. Orofino & Cia. Ltda. Armazém

⁸²⁶ Jornal do Commercio, 31/01/2001, p. 07; Jornal do Commercio, 07/12/2001, p. 19. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

de móveis [...] aluga-se móveis. Especialista em telas de arame para camas sob medida. Marmoraria. Executa-se trabalhos em mármore para cemitério e construções civis”⁸²⁷.

Àquela altura o investimento em obras tumulares ricamente elaboradas já estava em decadência. As curvas, os desenhos minuciosos, os símbolos, deram lugar às linhas retas e ao simples epitáfio. O mármore de Carrara foi sendo substituído por outros tipos de pedra, com destaque para o granito. Na década de 1970 temos a informação de que a empresa cobrava de quatro a cinco mil cruzeiros para construir um jazigo em mármore, com o material sendo importado do Espírito Santo, e “Uma simples chapa com uma pequena inscrição não fica por menos de Cr\$300,000, tudo dependendo do tamanho, da espessura e dos dizeres da inscrição”⁸²⁸.

Giovanni Orofino faleceu em Manaus em 16 de junho de 1970. A família tocou os negócios até meados dos anos 2000, quando, após um século de atividades, ocasião em que já era a marmoraria mais antiga da cidade em atividade, tendo acompanhado as evoluções da arte tumular, fechou as portas. Nas palavras de Leite Barbosa, ele “também deixou um legado perfeito em mármore”⁸²⁹.

Além desses estabelecimentos especializados, existiam aqueles que, vendo a oportunidade de aumentar a renda no Dia de Finados, apostavam na venda de objetos fúnebres. Os proprietários da Confeitaria Avenida, localizada na Avenida Eduardo Ribeiro, anunciavam ter recebido para o Dia de Finados de 1899 um carregamento de “[...] cruces de pedra artificial próprias para sepulturas”, vendendo-as “pelo modico preço de 50\$ uma”⁸³⁰. Na sede da The Manáos Tramways and Light Co. Ltda., concessionária inglesa dos serviços de bondes e iluminação, “[...] ha cruces de todos os tamanhos e preços variados para alugar ou vender para o dia de finados acceitando encomendas até o dia 20 do corrente”⁸³¹.

Assim como as marmorarias, a cidade também demorou um bom tempo para ter casas funerárias e estabelecimentos especializados na construção de caixões. Deve-se destacar que até a segunda metade do século XIX os caixões, entre as camadas populares e pobres, eram utilizados somente para o transporte dos cadáveres, que eram enterrados em contato direto com terra. Apenas nobres e ricos, que tinham meios para adquirir ataúdes, eram enterrados com estes⁸³². Os esquifes, caixões de transporte, eram alugados às santas casas de misericórdia, irmandades e particulares.

Os caixões eram construídos por marceneiros como Manoel Gil Amaro, com oficina na rua da Lua, esquina com a Travessa da Olaria, que entre 1864 e 1865 divulgou seus serviços no jornal *O Catechista*:

⁸²⁷ Jornal do Commercio, 07/09/1955, p. 46. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸²⁸ Jornal do Commercio, 26/10/1971, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸²⁹ BARBOSA, 1972, op. cit., p. 09.

⁸³⁰ Commercio do Amazonas, 27/10/1899. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸³¹ Jornal do Commercio, 13/10/1921. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸³² REIS, 2022, op. cit., p. 212.

Manoel Gil Amaro participa ao respeitavel publico que continua a receber aprendizes para aprenderem o officio de marcineiro em sua officina na rua da Lua, canto da travessa da Olaria, onde se perpara tambem qualquer obra com prontidão e esmero, e se empalha caderas e sofás; no mesmo estabelecimento ha sempre caixões prompts para defuntos e anjos, por muito modico preço, e a vontade do comprador⁸³³.

Outro construtor foi José Maria do Rego Barros, que em 1872 fazia “[...] caixões para anjos e defuntos”, tendo “[...] lindo sortimento de galões”. Uma passagem de seu anúncio é bastante interessante no que diz respeito às condições financeiras da população para a aquisição de um caixão mortuário: “O annunciante conhecendo a dificuldade da pobreza nesta capital, faz os caixões **gratis**, e para pagar-se destes trabalhos concerta chapéos de sol com limpessa e promptidão”⁸³⁴.

Foi somente no início do século XX que surgiram grandes casas funerárias, como a Casa de Armador Loyo & Paredes, fundada em 1903 com o nome Loyo & Silva, estabelecida na rua Municipal (Avenida Sete de Setembro), com antigo endereço na rua Costa Azevedo. Por volta de 1912 ela oferecia a seus clientes um rico sortimento de caixões, dos mais simples aos mais ornamentados e refinados:

Tabella

Caixões de 3°. de 50\$ a 60\$.

Ditos de 2°. - Setineta lisa ou lavrada – de 70\$ a 90\$.

Ditos de velludo liso preto ou de côres – De 100\$ a 120\$.

Ditos de velludo estampado a ouro ou prata – 130\$ a 150\$

Ditos de 1°. , como acima, forrados de sêda ou lhama – de 160\$ a 200\$

Ditos de velludo, ricamente preparados, com argollas fixas – 250\$ a 300\$.

Ditas de pellucia, idem, idem, 350\$ a 450\$.

Ditos de pellucia, interiormente estufados a sêda, 500\$ a 600\$.

Especial obra de arte, com galões e franjas finas, estufados a sêda, alto relevo, com ricos argolões fixos – 700\$ a 800\$.

Os caixões de 150\$ em deante têm direito a travesseiro e véo estampado.

Atenção! - Fornecemos um carro gratis por cada cem mil reis. Esta casa importa todos os artigos mais modernos conhecidos nos principais centros artisticos.

Ornatações de egrejas, ruas, casas, etc. Por preços modicos.

Grande exposição de corôas para finados⁸³⁵.

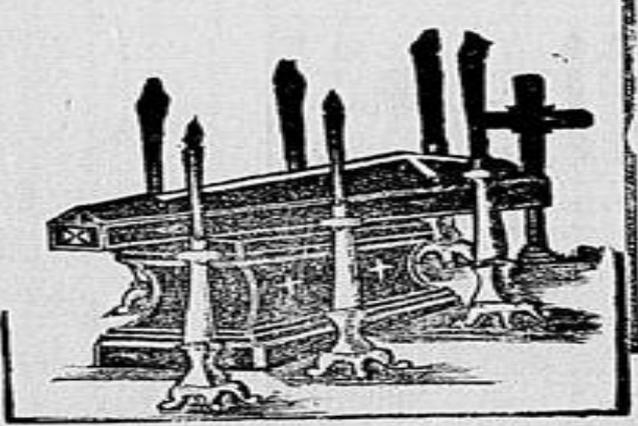
⁸³³ O Cathechista, edições de 24/12/1864, p. 04; 07/01/1865, p. 04; e 28/01/1865, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸³⁴ Commercio do Amazonas, 27/04/1872. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸³⁵ Jornal do Commercio, 13/10/1912. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Figura 65 – Anúncio da casa funerária Loyo & Silva (Loyo & Paredes).

Nova casa funeraria



ABERTURA

LOYO & SILVA comunicam ao publico abriq
ram o seu novo estabelecimento funerario, à rua Costa Azevedo, n. 17, onde
se encontra, alem de profuso sortimento de artigos para funeraes, um variado
sortimento de

COROAS MORTUARIA,
tanto para adultos como para anjos, o que ha de mais elie no genero.
Acceptam-se encommendas à toda e qualquer hora do dia ou da noite, e
garante-se a maior perfeição e pontualidade na execução dos trabalhos.

PREÇOS SEM COMPETENCIA

RUA COSTA AZEVEDO, 17 (m)

Fonte: Quo Vadis? 14/10/1903.

Outras casas funerárias, aos poucos, foram surgindo. A mais antiga delas, até hoje em funcionamento, foi fundada em 1909. Trata-se da Funerária Almir Neves, criada como *A Providência*, propriedade de Neves & Corrêa. Em 1910 ela realizou uma grande exposição de corôas fúnebres importadas da Europa:

Esta casa que acaba de firmar contracto com uma das principais fabricas da Europa, dispõe de enorme sortimento de corôas mortuarias.

Com um stock de 850 corôas, abre a sua exposição a 24 do corrente, propondo-se a vender corôas de todos os tamanhos e qualidades, a preços excessivamente baratos, destacando-se um lindo sortimento de corôas de porcelana, verdadeira novidade no genero, fabricadas na Allemanha, que serão vendidas de 2\$000 5\$000 e 10\$000.

Convida-se, pois, ao respeitavel publico a visitar a nossa exposição onde encontrarão as ultimas novidades em corôas de panno, biscuit e porcelana, que foram especialmente fabricadas para a casa Neves & Corrêa. 25 – Rua da Instalação – 25⁸³⁶.

⁸³⁶ Jornal do Commercio, 24/10/1910. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Depois dos monumentos funerários e dos caixões, as coroas de flores e de outros materiais eram os principais artigos comercializados. Entre 1890 e 1894 o armador Carvalho, da rua Municipal (Avenida Sete de Setembro), trabalhou com a venda de coroas de flores, sempre despachando “[...] o mais bonito sortimento de corôas mortuarias, que até hoje tem vindo a esta praça”⁸³⁷.

Ainda mais importante que a ornamentação dos túmulos era a forma de locomoção até os cemitérios públicos. Até o início do século XX não existiam automóveis em Manaus. O serviço de bondes só fora inaugurado em 1898. Dessa forma, os meios de transporte utilizados eram as carroças e charretes. Os menos afortunados carregavam seus entes até os campos santos. No regulamento do serviço de transportes, os carros (carroças e charretes) para enterros custavam 30.000 réis por hora⁸³⁸. Oferecer esse serviço a instituições públicas também garantia um bom faturamento. No dia 29 de maio de 1903 o Sr. Manoel Madeira recebeu da Delegacia Fiscal 170\$000 réis pelo fornecimento de 6 carros de praça para o enterro do Capitão Tenente Raul Fernandes⁸³⁹.

Na década de 1920 a Santa Casa de Misericórdia oferecia o serviço de condução de cadáveres feito por um carro fúnebre especial, ricamente paramentado e conduzido por dois motoristas devidamente uniformizados. A condução nesse veículo era dividida em seis classes: a primeira, que era a mais cara, era conhecida como Especial, custando 500\$000 réis. A segunda era a de Luxo, que saía por 350\$000 réis. Em seguida vinha a Simples, de 200\$000 réis. A partir daí tínhamos a de Segunda, Terceira e Quarta classe, custando 140\$000, 60\$000 e 40\$000 réis respectivamente⁸⁴⁰.

A intensa atividade comercial em torno da morte é uma das permanências mais notáveis. Toda uma cadeia de profissionais continua a ser mobilizada, com diferenças temporais, obviamente. Pedreiros e pintores para realizar reparos nos túmulos, motoristas de aplicativo e táxis para levar as pessoas aos cemitérios, vendedores de flores, velas e fósforos para homenagear e iluminar os caminhos dos falecidos, vendedores de água, refrigerantes e picolés para amenizar o cansaço e os efeitos do clima típico de nossa cidade, e lanchonetes e restaurantes para a reposição das energias perdidas.

⁸³⁷ Amazonas, 05/11/1890 e Diário Oficial, 30/10/1894. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸³⁸ Commercio do Amazonas, 22/07/1899. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸³⁹ Quo Vadis?, 30/05/1903. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁴⁰ LOUREIRO, Antonio José Souto. **Tempos de Esperança (1917-1945)**. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994, p. 158.

CAPÍTULO IV – SOCIEDADE E ARTE EM UMA NECRÓPOLE CENTENÁRIA

Os túmulos e jazigos erguidos por e para membros da elite amazonense representam seu poderio econômico, político e cultural, suas visões de mundo e concepções sobre o além-túmulo. O cemitério oitocentista, afirma o historiador Fernando Catroga, “[...] deve ser visto como um lugar por excelência de reprodução simbólica do universo social”⁸⁴¹. Em síntese, perpetuam suas memórias e valores. A memória, como explica o historiador Jacques Le Goff, tem uma profunda relação com a morte e os monumentos funerários, que são obras construídas para a sua preservação:

Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte⁸⁴².

É por reproduzir o universo social que a morte é carregada de desigualdades. Edgar Morin, refletindo sobre as crenças no além, no Paraíso, na recompensa divina, registra que, por mais que os pobres sejam os eleitos de Deus, eles continuam a ser humilhados quando deixam este mundo, condição que “Manifesta-se sempre nas cidades-necrópoles, tal como nos nossos cemitérios urbanos, onde os esplêndidos mausoléus de pedras sepulcrais nuas, os “mortos grandes”, como diz Deffontaines, estão separados dos mortos pequenos”⁸⁴³. Ao rico está garantida a sepultura perpétua, que passará de geração em geração, enquanto ao desvalido resta a vala comum ou a cova rasa e provisória.

O monumento funerário tem dois níveis, uma dupla função. A primeira, para a qual surgiu na aurora dos tempos, é a de esconder o processo de decomposição, visualmente aterrador e higienicamente prejudicial à saúde dos vivos. Esse primeiro nível está escondido embaixo da terra. O segundo está acima, ao alcance dos nossos olhos. São os símbolos, epitáfios, fotografias, estátuas. Uma profusão de imagens que tem como função representar o morto, uma tentativa de imortalizá-lo, pois somos incapazes de nos imaginar finitos. Queremos permanecer vivos na memória dos entes queridos e da sociedade⁸⁴⁴. Assim sendo, o professor José Luiz de Souza Maranhão lembra que, por mais que deixemos de existir, as visitas aos túmulos são indícios de que não somos totalmente esquecidos⁸⁴⁵.

Além de monumentos, os túmulos e jazigos são entendidos como patrimônios históricos. Patrimônio histórico é um bem material ou imaterial que faz parte da identidade de uma

⁸⁴¹ CATROGA, 2010, op. cit., p. 166.

⁸⁴² LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 536.

⁸⁴³ MORIN, op. cit., p. 130.

⁸⁴⁴ CATROGA, 2010, op. cit., p. 167-168.

⁸⁴⁵ MARANHÃO, 1985, op. cit., p. 09.

comunidade. Esse conceito, assim como os demais, possui sua própria historicidade. De acordo com a historiadora Françoise Choay, entre a segunda metade do século XIX e a segunda metade do século XX ocorreu a ampliação tipológica, cronológica e geográfica do que é patrimônio histórico. No início, apenas algumas obras arquitetônicas eruditas como peças da Antiguidade, igrejas medievais, palácios e castelos eram inventariadas e protegidas pelo Estado. Posteriormente, no decorrer do século XX, bens públicos e privados, tanto de arquitetura especializada quanto vernacular, passaram a fazer parte dos inventários de proteção ao patrimônio⁸⁴⁶.

A ampliação do que é patrimônio histórico possibilitou que certos artefatos, até então relegados ao esquecimento, fossem entendidos como significativos no processo de formação social e cultural de um povo. O tombamento de cemitérios e seus artefatos é um exemplo dessa mudança. Os túmulos e jazigos do Cemitério de Père Lachaise construídos antes de 1900 são protegidos pelo Centro Francês de Monumentos Nacionais desde 1983. No Brasil cinco cemitérios são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Cemitério do Batalhão, no Piauí (1938); Portão do Cemitério de Arez, no Rio Grande do Norte (1962); Cemitério da Soledade, no Pará (1964); e Cemitério de Santa Isabel de Mucugê, na Bahia (1980).

Na década de 1980, quando ocorre o pedido de Tombamento do Cemitério de São João Batista de Manaus como Patrimônio Estadual, a equipe responsável pela solitação destacou, entre outros pontos, que o cemitério deveria ser tombado “Por ser edificação que consta de grande valor sentimental posto que diz respeito aos antepassados da sociedade local”⁸⁴⁷. O Tombamento ocorreu através do Decreto 11.198 de 14 de junho de 1988. A sociedade manauara, que já havia perdido bens inestimáveis como o Cine Guarany, buscava, naquele momento, impedir o próprio “desaparecimento”. Nas palavras de Choay, “[...] o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação”⁸⁴⁸.

Para esse estudo foram escolhidos 20 túmulos e jazigos. A transferência dos monumentos do antigo Cemitério de São José (1856-1891) para o Cemitério de São João Batista, entre as décadas de 1920 e 1930, possibilitou o estudo da arte tumular da segunda metade do século XIX (1850-1890). Eles são exemplares únicos de arquitetura funerária Neoclássica no Amazonas. Espera-se que esse e outros trabalhos sirvam de alerta para a preservação desse patrimônio singular que é o Cemitério de São João Batista e seu acervo tumular, há tempos em péssimo estado de conservação. O período em que essas obras foram construídas, entre as décadas de 1860 e 1930, foi nomeado pelo historiador francês Michel Vovelle como a “idade de ouro do cemitério”, descrita como a “[...] época das

⁸⁴⁶ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

⁸⁴⁷ Processo nº 186/88, p. 01. Acervo do Coronel Roberto Mendonça.

⁸⁴⁸ Ibid, p. 16.

capelas e dos monumentos funerários, de uma explosão vertical que irrompeu das lápides e estelas bastante simples do cemitério anterior a 1850, formando uma arquitetura heteróclita”⁸⁴⁹.

A afirmação de Vovelle nos faz refletir sobre as formas tumulares que surgiram a partir da criação dos cemitérios extramuros. Segundo Cymbalista⁸⁵⁰, a monumentalidade não era permitida e nem possível dentro das igrejas dada a exiguidade dos espaços. A diferenciação era puramente espacial. Com a criação dos cemitérios públicos, ela não só se tornou possível como almejada, dando vazão a diferentes formas e símbolos. Apesar dessa mudança, ocorreu uma verdadeira reprodução de elementos alusivos à Igreja no espaço cemiterial, como veremos a seguir: cruzes, imagens sacras, anjos, capelas etc, em uma tentativa de levá-la para os cemitérios, o que demonstra a força dos costumes e o desejo perene do homem de caminhar por um mundo sacralizado.

O que era a elite amazonense nesse período? De acordo com a Geógrafa e Antropóloga Ana Maria Daou, ela era um grupo que começou a se organizar e ganhar destaque a partir da segunda metade do século XIX, sendo fruto de transformações profundas na estrutura política e econômica local. Em 1850 verifica-se a criação da Província do Amazonas, instalada em 1852 e com capital na então Cidade da Barra do Rio Negro (Manaus). No mesmo ano da instalação dessa nova unidade territorial do Império é criada a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, introduzindo a navegação a vapor na região e encurtando as distâncias. Em 1867 os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Madeira são abertos à navegação estrangeira, o que contribuiu para a dinamização do comércio:

Assim, antes que a seringa assumisse o papel de destaque nas atividades econômicas, os representantes dos interesses locais já se empenhavam para que o governo central facultasse a inserção do Amazonas no fluxo do mercado internacional, sendo o comércio e as trocas pontos significativos da pauta de atuação de uma elite ainda incipiente⁸⁵¹.

Antes do advento da economia gomífera, explica Daou, a elite amazonense, localizada em sua maioria em Manaus, era formada por comerciantes portugueses e brasileiros, profissionais liberais e funcionários públicos da máquina administrativa provincial. Essa elite tradicional ansiava por maiores mudanças. O estabelecimento da borracha como o principal produto de exportação do Estado no final do século XIX e as primeiras décadas do XX possibilitou que os lucros auferidos fossem investidos na transformação urbana da capital amazonense. Por isso “Não é inusitado o fato de que, mais do que Belém, Manaus seja considerada a “capital” da borracha, pois foi na ocasião do

⁸⁴⁹ VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Editora Ática, 1997, p. 328.

⁸⁵⁰ CYMBALISTA, 2002, op. cit.

⁸⁵¹ DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vo. VI (suplemento), 867-888, setembro 2000, p. 871.

boom deste produto que a cidade ganhou visibilidade, projetando-se internacionalmente como uma cidade moderna, dotada de sofisticados meios de transporte e comunicação”⁸⁵².

A elite se diversificou na passagem do século XIX para o XX, surgindo os seringalistas, aviadores, grandes comerciantes, grandes burocratas, políticos (estes já existiam desde o período provincial, mas ganharam nova dimensão como agentes transformadores na época da borracha), militares, médicos, farmacêuticos, engenheiros, advogados, juizes e desembargadores, brasileiros e estrangeiros, formados no país ou no exterior. Esse grupo, além de refundar a cidade, dotando-a de nova infraestrutura urbana, passou a exercer forte controle, através dos Códigos de Posturas, sobre os hábitos e costumes que considerava destoantes de uma sociedade que se apresentava como moderna:

Ele não é apenas um instrumento de ação sobre o espaço; é também um artifício para a consecução de uma nova sociedade. Por um lado, restringia posturas e hábitos indesejáveis; por outro, estimulava atitudes mais apropriadas a uma “cidade sonhada” e adequada ao “progresso” e à ordem pretendidos⁸⁵³.

A elite busca afirmar sua posição perante a sociedade. Ergue palacetes e casarões suntuosos, adquire objetos de luxo, realiza viagens internacionais e constrói espaços para se relacionar, como as casas de ópera, sendo o Teatro Amazonas o maior símbolo dessa busca pela diferenciação social⁸⁵⁴. A antiga cidade é, sem exageros, demolida, dando lugar a uma nova, refinada e civilizada. Nos dizeres da historiadora Edinea Mascarenhas Dias

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo⁸⁵⁵.

Não foram apenas esses espaços que se tornaram visados pelas elites para afirmarem suas posições. Os cemitérios erguidos a partir da segunda metade do século XIX – quando se encerrou em boa parte do Ocidente os enterros nas Igrejas e seus arredores – e seus monumentos funerários, passaram a reproduzir as concepções de vida e morte de uma sociedade profundamente marcada pela busca de distinção de classes e que tinha uma relação bastante profunda com a morte, etapa da vida vista não apenas como uma passagem para outro plano, mas também, como explica Maria Elizia Borges, o momento em que o indivíduo poderia ser imortalizado através do culto à sua

⁸⁵² DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 33.

⁸⁵³ Ibid, 2000, p. 35.

⁸⁵⁴ DAOU, 2000, op. cit., p. 882.

⁸⁵⁵ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920**. 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 29.

memória, representada pelo monumento fúnebre⁸⁵⁶. O cemitério, muitas vezes esquecido quando se fala na Modernidade, é uma de suas principais marcas.

As obras tumulares aqui estudadas homenageiam políticos, empresários, militares, profissionais liberais e intelectuais, naturais da terra ou oriundos de outras paragens. Suas trajetórias foram identificadas em livros, documentos oficiais e jornais. Mas por que estudar esses monumentos? Por muito tempo eles ficaram relegados ao esquecimento.

No início da década de 1950, o historiador Gilberto de Mello Freyre foi provavelmente um dos primeiros autores brasileiros a refletir sobre o (s) sentido (s) dos cemitérios e de seus monumentos funerários. No prefácio da segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, publicada em 1951, ele escreveu uma pequena introdução sobre o que viria a ser o seu último trabalho da série de estudos sobre a sociedade patriarcal: *Jazigos e covas rasas*. Assim como as obras anteriores, essa teria como base dois elementos antagônicos, duas unidades distintas, mas que se complementam, no caso, o jazigo e a cova rasa. Os locais de enterro eram extensões da vida patriarcal que continuava reproduzindo sua hierarquia na morte. Jazigo para o rico proprietário, para o burguês, para o bacharel, e cova rasa para os escravos, os pagãos e os pobres. Freyre afirma que “o homem morto ainda é, de certo modo, homem social”⁸⁵⁷. O jazigo ou monumento, desta forma, se torna um reflexo da condição de vida do falecido e de sua família:

E, no caso de jazigo ou de monumento, o morto se torna expressão ou ostentação de poder, de prestígio, de riqueza dos sobreviventes, dos descendentes, dos parentes, dos filhos, da família. O túmulo patriarcal, o jazigo chamado perpétuo, ou de família, o que mais exprime é o esforço, às vezes pungente, de vencer o indivíduo a própria dissolução integrando-se na família, que se presume eterna através de filhos, netos, descendentes, pessoas do mesmo nome. E desse ponto de vista, o túmulo patriarcal é, de todas as formas de ocupação humana do espaço, a que representa maior esforço no sentido de permanência ou sobrevivência da família: aquela forma de ocupação de espaço cuja arquitetura, cuja escultura, cuja simbologia continuam e até aperfeiçoam a das casas-grandes e dos sobrados dos vivos, requintando-se, dentro de espaços imensamente menores que os ocupados por essas casas senhoriais, em desafios ao tempo⁸⁵⁸.

Nessa luta pela perpetuação, pela sobrevivência além da finitude, são utilizados diferentes símbolos que traduzem as concepções de vida e de morte da sociedade em determinada época. No Brasil, registrou Freyre, eles ganharam “[...] a forma de imagens ou figuras de dragões, leões, anjos, corujas, folhas de palmeira ou de louro, santos, da própria Virgem, do próprio Cristo: símbolos de imortalidade”⁸⁵⁹. Assim como as casas grandes, os sobrados e as residências de classe média, os túmulos antigos, carregados de simbologias, estavam em processo de deterioração.

⁸⁵⁶ BORGES, 2002, op. cit., p. 125.

⁸⁵⁷ FREYRE, Gilberto. Introdução à 2ª edição. In: **Sobrados e mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

⁸⁵⁸ Ibid.

⁸⁵⁹ Ibid.

Estudá-los significava recuperar uma dimensão da sociedade brasileira, dimensão impressa no mármore, no bronze, na simples cruz fincada na terra. Infelizmente esse livro não foi publicado, mas essas breves reflexões são importantes para compreender os estudos que surgiriam posteriormente.

Um dos primeiros estudos de peso sobre os cemitérios brasileiros foi o do médico e pesquisador da arte Clarival do Prado Valladares, intitulado *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*, publicado pelo Conselho Federal de Cultura/MEC em dois volumes em 1972. Nesse trabalho de quase 1500 páginas, fruto de 10 anos de pesquisas, o autor empreendeu uma análise meticulosa sobre os cemitérios brasileiros e seus artefatos mortuários desde o período colonial, quando os locais de enterro eram as igrejas, suas catacumbas e seus arredores, até o surgimento dos campos santos secularizados construídos fora da área urbana por questões de higiene entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Estudou a arte cemiterial, as origens das obras de arte, os materiais empregados e suas simbologias, afirmando que até então o tema era tratado com certa indiferença: “O assunto era desprezível, normalmente rejeitado pelos estudiosos a não ser para fins de arrolamento de obras sempre em relação ao interesse de catalogação e biografia”⁸⁶⁰.

Os cemitérios oitocentistas, ao redor do mundo, foram pensados por setores da alta sociedade que buscavam civilizar antigas práticas e espaços, imprimindo suas características. Detentores dos capitais simbólico e financeiro, financiaram a construção de obras funerárias monumentais, construídas com materiais nobres e assinadas por artistas e marmorarias renomadas. São essas obras, de membros da elite local, que figuram em destaque e, geralmente, em melhor estado de conservação nos cemitérios da virada do século XIX para o XX.

Posto isso, faremos uma análise qualitativa das formas e símbolos contidos em 20 túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista, sendo 6 do antigo Cemitério de São José e 14 originais do Cemitério de São João Batista. Foram levados em conta, para escolha, os seguintes aspectos: conservação; possibilidade de leitura de símbolos, epitáfios e outros detalhes; e possibilidade de identificar seus proprietários e trajetórias.

Essa análise consta de uma descrição formal das obras, uma pequena biografia dos proprietários e suas famílias, os materiais empregados, os epitáfios, que segundo Antonio Motta são “elementos reveladores da organização social, das representações de mundo e de pessoa”, expondo aspectos diversos sobre o morto e suas relações familiares e com a comunidade – e a busca dos significados dos símbolos, tendo como base, principalmente, os estudos de Jean Gheerbrant, Alain Chevalier, Maria Elizia Borges e Miranda Bruce-Mitford. As obras analisadas foram feitas em

⁸⁶⁰ VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. 2 vols. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – MEC, 1972, p. 37.

mármore de Lioz e Carrara, característicos do período que vai de 1860 a 1930. Vejamos agora como a elite manauara buscou imortalizar-se através dessas obras.

4. 1. Jazigo de Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil e Francisca Bertholeza de Pinho (1865)

Figura 66 – Jazigo de Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil e Francisca Bertholeza de Pinho.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa

Alexandrino Magno dos Reis Taveira, posteriormente conhecido como Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil, (1797-1862), nasceu na Província de Pernambuco, tendo sido degredado para o Amazonas em 1827 por ter participado da Confederação do Equador em 1824⁸⁶¹. No Lugar da Barra (Manaus) destacou-se como comerciante e posteriormente foi eleito Vereador da Câmara

⁸⁶¹ Passageiros. O Amigo do Homem, RJ, 11/08/1827, p. 06. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Municipal, além de assumir outros cargos públicos. Foi casado com Francisca Bertholeza de Pinho (1799-1853), também nascida em Pernambuco.

O jazigo do casal é um dos primeiros da fileira dos que pertenciam originalmente ao Cemitério de São José, na quadra 04. Essa é uma das poucas obras tumulares de que se encontrou registro da inauguração. Em nota publicada no jornal *O Catechista*, de 06 de maio de 1865, somos informados de que:

O abaixo assignado tendo de fazer a inhumação dos ossos dos seus fallecidos promogenitores, os muito amados, capitão Alexandrino Magno Taveira Pao Brazil, e D. Francisca Bertholeza de Pinho, no monumento que para esse fim mandarão vir seus filhos como testemunho do seu reconhecimento e lembrança, e, por essa ocasião cntar uma missa solenne de *requiem* com absolvição do tumulo: convida não só ao sseus amigos como os do finado seu pai para que se dignem assistir a estes actos, que terão lugar no cimiterio publico desta cidade no dia 10 do corrente, anniversario do falecimento, pelas 7 horas da manhã – Manãos, 3 de Maio de 1865⁸⁶².

Construído em mármore de Lioz, possui como símbolos um oroboro que circunda uma Flor de Saudade, uma ampulheta alada com uma foice e, no topo, uma urna flamejante. O oroboro é uma serpente que morde a própria cauda, formando um círculo perfeito. De acordo com Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, ela simboliza a ideia de Deus, o movimento cíclico, a união sexual e autofecundadora e “é transmutação perpétua de morte em vida, pois suas presas injetam veneno no próprio corpo”⁸⁶³. Ao morder a própria cauda e formar um círculo, remete ao ciclo da vida, marcado pelo nascimento e pela morte. É um dos símbolos, ao lado da flor de Saudade e da foice, que remete ao macabro, ao mórbido e ao fim dos tempos⁸⁶⁴.

A flor de Saudade (*Scabiosa atropurpurea*) geralmente é representada ao lado da flor de Perpétua (*Gomphrena globosa*). A pesquisadora Gisela Monteiro, em pesquisa sobre a presença dessas flores em cemitérios de Lisboa, em Portugal, afirma que elas simbolizam a Perpétua Saudade⁸⁶⁵. A ampulheta é um elemento clássico nas obras tumulares, representando a passagem inexorável e implacável do tempo⁸⁶⁶. Quando aparece com asas, lembra que esse tempo é tão rápido quanto o voo de um pássaro.

A foice, assim como a ampulheta, foi largamente utilizada nos cemitérios oitocentistas. Representa, de acordo com a antropóloga norte-americana Miranda Bruce-Mitford, “o momento em

⁸⁶² O Catechista, 06/05/1865, p. 04. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁶³ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos:** (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Coord. Carlos Sussekind. Trad. Vera da Costa e Silva [et al.]. 16° ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001, p. 816.

⁸⁶⁴ LIMA, 1994, op. cit., p. 103.

⁸⁶⁵ MONTEIRO, Gisela. **Simbologia:** Perpétua Saudade. Blog Mort Safe. Disponível em <https://taphophilia.blogspot.com/2012/11/simbologia-perpetua-saudade.html>. Acesso em 12/05/2022.

⁸⁶⁶ BORGES, 2002, op. cit., p. 303.

que a vida é ceifada”⁸⁶⁷. Enxergar a vida como uma colheita é algo característico do Cristianismo, de onde advém a Lei da Semeadura. Chevalier e Gheerbrant lembram que foi somente a partir do século XV que a foice apareceu carregada por um esqueleto, que ceifa a vida do rico e do pobre, equalizando esse processo⁸⁶⁸. O fogo presente na urna possui diferentes significados. Ele é um elemento destruidor e purificador, ajuda a iluminar os caminhos e, junto à pira, queima eternamente. Essa última característica lembra a imortalidade e sua associação, na Grécia Antiga, com a ave Fênix, que ressurge das cinzas.

Seu epitáfio nos ofereceu algumas informações que foram importantes para a reconstituição da trajetória dos proprietários. Ele traz as seguintes inscrições: “Aqui jazem os restos mortais do Capitão Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil, e de sua mulher, D. Francisca Bertholeza de Pinho, ambos filhos da Província de Pern.co (Pernambuco). Aquelle nascido em 14 de julho de 1797 e fallecido em 10 de maio de 1862. Esta nascida em 24 de agosto de 1799 e fallecida em cinco de outubro de 1853. Tributo de gratidão de seus filhos”. Para além dos laços familiares, ele revela os fortes laços que os falecidos tinham com a terra onde nasceram, Pernambuco, de onde foram exilados e, possivelmente, guardavam saudades.

⁸⁶⁷ BRUCE-MITFORD, Miranda. **O livro ilustrado dos símbolos**: o universo das imagens que representam as ideias e os fenômenos da realidade. Trad. de Fernando Wizar, Maria Ção Rodrigues. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 90.

⁸⁶⁸ CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, op. cit., p. 443.

4. 2. Túmulo de Anna Miranda de Freitas Guimarães (1871)

Figura 67 – Túmulo de Anna Miranda de Freitas Guimarães.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa

Anna Miranda de Freitas Guimarães faleceu em 02 de novembro de 1871, Dia de Finados, aos 22 anos de idade. Deixou marido e filhos. Essas são as poucas informações encontradas a seu respeito, gravadas em seu epitáfio, que destaca os laços familiares ao indicar o peso da partida da mãe e esposa pranteada. Seu túmulo, localizado na quadra 04, foi construído em mármore de Lioz e é formado por um anjo jovem, assexuado, esbelto e reflexivo, vestido de forma clássica, segurando uma cruz e apoiado sobre uma urna coberta com um pano.

O anjo é uma figura clássica citada em diferentes passagens da Bíblia e sobre a qual criou-se diferentes representações ao longo da História. Ele é o mensageiro divino, elo entre o terreno e o espiritual, e protetor, sempre em guarda para socorrer os filhos de Deus. Segundo Borges, por reunir

tais características, tornou-se um elemento de destaque no espaço cemiterial⁸⁶⁹. O que aparece representado nos monumentos funerários da segunda metade do século XIX, registra o historiador francês Michel Vovelle, nada tem haver com o querubim da idade barroca. É agora um anjo adulto, “o anjo da morte – um jovem belo, calmo e sonhador –, que carrega às vezes a tocha invertida que lhe foi atribuída pela iconografia neoclássica”⁸⁷⁰. A historiadora Tania Andrade Lima, em estudo sobre as representações da morte nos cemitérios cariocas do século XIX, registra que o anjo desse período tem como características “[...] asas baixas, braços pendidos, atitudes de meditação”⁸⁷¹. O anjo do monumento de Anna Miranda de Freitas Guimarães não carrega uma tocha invertida, mas uma cruz, que se encontra parcialmente destruída.

A cruz é o símbolo mais reproduzido no espaço cemiterial, indicando a crença dos proprietários dos monumentos. Chevalier e Gheerbrant afirmam que ele existe desde a Antiguidade, sendo utilizado por diferentes civilizações, como a egípcia, a chinesa e a cretense. Ela foi apropriada pelos cristãos, que lhe deram novos significados:

A cruz simboliza o Crucificado, o Cristo, o Salvador, o Verbo, a segunda pessoa da Santíssima Trindade. Ela é mais que uma figura de Jesus, ela se identifica com sua história humana, com a sua pessoa [...].

A cruz com um braço transversal é a cruz do Evangelho. Seus quatro braços simbolizam os quatro elementos que foram viciados na natureza humana, o conjunto da humanidade atraída para o Cristo dos quatro cantos do mundo, as virtudes da alma humana. O pé da cruz enterrado no chão significa a fé assentada em profundas fundações. O ramo superior da cruz indica a esperança que sobe para o céu; a envergadura da cruz é a caridade que se estende mesmo aos inimigos; o comprimento da cruz é a perseverança até o fim⁸⁷².

A urna é um vaso funerário geralmente utilizado para guardar cinzas de uma pessoa falecida. Evoca, de acordo com Chevalier e Gheerbrant, a morada, local de proteção. A arquiteta e pesquisadora Paula Andréa Calluf Rodrigues e a historiadora Maria Elizia Borges apresentam diferentes significados para esse objeto. Para a primeira, ele simboliza a imortalidade; quando está sendo guardado por um anjo, a lamentação; e com panos, como é o caso do monumento estudado, representa que “a vida está encerrada e o pano do luto “aquece” o reservatório”⁸⁷³. Borges, por outro lado, afirma que o objeto representa “o corpo separado da alma” ou a “eterna felicidade”⁸⁷⁴.

⁸⁶⁹ BORGES, 2002, op. cit., p. 182.

⁸⁷⁰ VOVELLE, 1997, op. cit., pp. 330-331.

⁸⁷¹ LIMA, 1994, op. cit., p. 113.

⁸⁷² CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, op. cit., p. 310.

⁸⁷³ RODRIGUES, Paula Andréa Calluf. Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA. Rio de Janeiro: IPHAN (Dissertação de Mestrado), 2014, p. 363.

⁸⁷⁴ BORGES, 2002, op. cit., p. 303.

4.3. Jazigo de Antonio Nery da Fonseca (1851-1861) e Lucrecia (1876)

Figura 68 – Jazigo de Antonio Nery da Fonseca e Lucrecia.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa

Antonio Nery da Fonseca (1851-1861) era filho do Tenente Coronel João Evangelista Nery da Fonseca e de D. Maria Leopoldina Nery da Fonseca. Lucrecia (1876) era filha do Capitão de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso e D. Maria Leopoldina de Mello Cardoso. O jazigo deles, feito em mármore de Lioz e localizado na quadra 04, possui a figura de dois pequenos anjos sentados em nuvens e que rogam aos céus, embrando que as almas das crianças, dada a inocência destas, ascendiam mais facilmente ao paraíso⁸⁷⁵. Essas figuras e o epitáfio ajudam na realização da análise:

⁸⁷⁵ MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, núm. 71, out, 2009, pp. 73-93, p. 85.

Aqui jazem os frios restos dos dois innocentes. Antonio Nery da Fonseca, filho do Ten. Cel. João Evangelista Nery da Fonseca e de D. Maria Leopoldina Nery da Fonseca. Nascido a 30 de [...] de 1851. Fallecido a 9 de janeiro de 1861. E Lucrecia, nascida em 1 e falecida a 22 de fevereiro de 1876. Filha do Cap. de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso e de D. Maria Leopoldina de Mello Cardoso. Suas almas no céu oram a Deus por seus paes.

Essas inscrições são exemplos da antiga crença de que, ao morrerem, as crianças batizadas, por sua pureza e ausência de pecado, tornavam-se anjos, popularmente anjinhos, seres celestes que, em outro plano, cuidariam e intercederiam a Deus por seus pais e demais familiares. João José Reis afirma que, no século XIX, “o mais comum era considerar positivo que as famílias contassem com anjos familiares que as protegessem”⁸⁷⁶. Essa crença, de acordo com Câmara Cascudo, foi introduzida pelos conquistadores portugueses. Existia “uma sime indiferença conformada pela morte das crianças”⁸⁷⁷. O historiador Luiz Lima Vailati, em estudo comparativo sobre as representações da morte infantil no Rio de Janeiro e na Inglaterra do século XIX, apresenta três explicações para essa crença:

Em primeiro lugar, encontra-se o entendimento de que a morte infantil é um privilégio, pois ao morrer na condição de criança esta tem sua salvação garantida. Em segundo, aparece a convicção de que lamentar a morte de crianças é protestar contra a vontade de Deus que, como lembrou no texto sagrado, tem especial preferência na companhia destas. Por fim, há a ideia de que a criança morta é uma intercessora entre aqueles que a amaram aqui na terra e as potências celestes, significando assim um trunfo inestimável para a proteção dos familiares em vida e salvação destes na morte⁸⁷⁸.

Outro detalhe que chama a atenção são os laços familiares descobertos através da pesquisa em jornais. João Evangelista Nery da Fonseca era sogro de Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, este casado com a filha de João, Maria Leopoldina de Mello Cardoso. Lucrecia era neta de João Evangelista. Antonio Nery da Fonseca, filho de João Evangelista, era irmão de Maria Leopoldina de Mello Cardoso, cunhado de Nuno Alves Pereira e tio de Lucrecia. No topo do monumento ficam as esculturas de dois anjinhos suplicantes que representam Antonio e Lucrecia. A presença de nuvens, nas quais estão sentados, “[...] revela a aspiração do paraíso”⁸⁷⁹. Como no epitáfio, tio e sobrinha rogam a Deus por seus pais e demais familiares.

⁸⁷⁶ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 113.

⁸⁷⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Superstição no Brasil*. 1º ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2015, p. 27.

⁸⁷⁸ VAILATI, Luiz Lima. Representações da Morte Infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: Um esboço comparativo preliminar. *Revista de História*, São Paulo, n° 167, p. 261-294, julho/dezembro 2012, p. 275.

⁸⁷⁹ RODRIGUES, 2014, op. cit., p. 60.

4. 4. Túmulo de Martinha Francisca Vaz Ramalho (1880)

Figura 69 – Túmulo de Martinha Francisca Vaz Ramalho.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Martinha Francisca Vaz Ramalho, de acordo com seu obituário publicado no jornal *Commercio do Amazonas*, era amazonense, casada, tinha 32 anos e morreu vítima de moléstia pulmonar em 04 de julho de 1880⁸⁸⁰. Foi a segunda esposa do mestre pedreiro⁸⁸¹ e proprietário⁸⁸² português José Cardoso Ramalho⁸⁸³. O túmulo, na quadra 04, foi construído em mármore de Lioz. Ele é formado por duas colunas dóricas que sustentam um frontão que possui no centro uma flor de

⁸⁸⁰ Obituario. *Commercio do Amazonas*, 19/08/1880, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁸¹ *Amazonas*, 13/05/1871, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁸² *Commercio do Amazonas*, 22/07/1898, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁸³ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 419.

Saudade. No topo possivelmente existia uma cruz. No centro das colunas existe a figura de um anjinho sentado sobre uma pedra.

A flor de Saudade (*Scabiosa atropurpurea*), como dito na análise do jazigo de Alexandrino Magno Taveira Pau-Brazil e sua esposa, geralmente é representada ao lado da flor Perpétua (*Gomphrena globosa*), e vice-versa, formando a Perpétua Saudade, sentimento que, assim como as flores, se renova a cada estação.

A figura do pequeno anjo, parcialmente destruída, torna-se bastante interessante, pois neste caso ela foi utilizada no túmulo de uma pessoa adulta. Seu uso ganha outro significado: além de serem mensageiros divinos, os anjos, assim como as crianças, são puros de alma, pois são desprovidos de pecado. As representações infantis desses seres, portanto, passaram a ser utilizadas nos túmulos de adultos por conta de tão importantes atributos. O epitáfio é simples: “Sob esta fria pedra repousa Martinha Francisca Vaz Ramalho. Natural d’esta cidade e falecida em 4 de julho de 1880. Gratidão de seu esposo, Joze Cardoso Ramalho”.

4. 5. Túmulo de Alfredo A. César (1885)

Figura 70 – Túmulo de Alfredo A. César.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Alfredo A. César foi 2º Tenente da Armada Brasileira, conforme registro no epitáfio de seu monumento. Essa foi a única informação encontrada sobre o homenageado. O túmulo, um obelisco, localizado na quadra 04, foi construído em mármore de Carrara.

O obelisco é um tipo de construção com origens na Antiguidade. Os egípcios o consagravam ao Deus Sol. Os gregos o chamavam de *obeliskos*, que significa “pequena agulha” ou “pilar pontiagudo”. Eram utilizados para celebrar grandes feitos e homenagear pessoas de destaque na sociedade, como nobres e militares. A historiadora Marcia Raquel de Brito Saraiva registra que “Muitos povos sofreram influência dos obeliscos, tendo-os produzido ou adquirido: os cananitas, os fenícios, os reis de Kush, os assírios e, mais tarde, os romanos, os franceses, os ingleses, os

americanos e os alemães”⁸⁸⁴. Essa construção se disseminou em várias partes do mundo ao longo da História, sendo utilizada para fins comemorativas por diferentes povos. Marcia Saraiva afirma que os obeliscos tornaram-se “[...] ícones de poder, glória, triunfo e proeminência”⁸⁸⁵. Os encontramos em diferentes tamanhos, do gigantesco do Mausoléu aos Heróis de 1932, em São Paulo, aos pequenos e médios construídos para ornamentar praças públicas.

Nesse obelisco temos um escudo em baixo-relevo com uma âncora e uma cruz cruzados. A cruz simboliza a crença do falecido e seus familiares no Cristo crucificado. A âncora é um objeto utilizado para fixar navios e possui diferentes significados. Miranda Bruce-Mitford a interpreta como “[...] símbolo de segurança, estabilidade e esperança”⁸⁸⁶. Ela também é uma referência cristã, pois na Bíblia, em Hebreus 6:18-20, somos apresentados à seguinte passagem, na qual a esperança em Cristo é vista como uma âncora:

para que, por meio de duas coisas imutáveis nas quais é impossível que Deus minta, sejamos firmemente encorajados, nós, que nos refugiamos nele para tomar posse da esperança a nós proposta. Temos essa esperança como âncora da alma, firme e segura, a qual adentra o santuário interior, por trás do véu, onde Jesus, que nos precedeu, entrou em nosso lugar, tornando-se sumo sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque⁸⁸⁷.

Nesse caso, o uso da âncora, além de motivos religiosos, possivelmente também teve relação com a profissão do falecido, que foi 2º Tenente da Armada Brasileira. Em seu epitáfio lemos: “Repouzo de Afredo A. Cezar 2º Tenente d’ Armada Brasileira. Fal. 1º Setembro 1885. Tributo da sua esposa, filhos e netos”.

⁸⁸⁴ SARAIVA, Marcia Raquel de Brito. Pinduricalhos da memória: usos e abusos dos obeliscos no Brasil (séculos XIX, XX e XXI). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades ibéricas e americanas da PUC-RS, 2007, p. 27.

⁸⁸⁵ Ibid, p. 28.

⁸⁸⁶ BRUCE-MITFORD, 2001, op. cit., p. 97.

⁸⁸⁷ Hebreus 6:18-20. Bíblia Sagrada Online. Disponível em: https://www.bibliaon.com/versiculo/hebreus_6_18-20/ Acesso em 17/05/2022.

4. 6. Túmulo de Lourença do Rego Barros (1887)

Figura 71 – Túmulo de Lourença do Rego Barros.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Lourença do Rego Barros, de acordo com o epitáfio de seu túmulo, faleceu em 08 de maio de 1887. Ele, que está localizado na quadra 04, é um dos mais monumentais do cemitério, construído em mármore de Lioz e seguindo o estilo Neoclássico, constituído por uma estala onde está esculpida uma pranteadora apoiada sobre uma urna coberta. Acima dela está a figura de uma coruja. Esse conjunto é ladeado por duas colunas dóricas que sustentam um frontão, sobre o qual possivelmente existia uma cruz. Na base da obra encontramos uma assinatura que indica sua procedência: “*Off. Nas de G. J. Salles & F.os R. do Arsenal 134 Lisboa*”. Essa assinatura é da antiga Oficinas de Germano José de Salles & Filhos, localizada na Rua do Arsenal, em Lisboa,

Portugal. Os Salles, de acordo com a arquiteta e urbanista Cibele de Mattos Mendes, foram um dos maiores canteiros de Lisboa, especialistas na construção de jazigos⁸⁸⁸.

A pranteadora, também conhecida como carpideira, figura bastante frequente nas obras tumulares, é a mulher que desde tempos remotos era paga para chorar nos funerais, tornando-os mais emotivos. Encontramos referências sobre ela na Bíblia, em Jeremias 9:17-20:

Assim diz o Senhor dos Exércitos: "Considerem: Chamem as pranteadoras profissionais; mandem chamar as mais hábeis entre elas. Venham elas depressa e lamentem por nós, até que os nossos olhos transbordem de lágrimas e águas corram de nossas pálpebras. O som de lamento se ouve desde Sião: 'Como estamos arruinados! Como é grande a nossa humilhação! Deixamos a nossa terra porque as nossas casas estão em ruínas'. Ó mulheres, ouçam agora a palavra do Senhor; abram os ouvidos às palavras de sua boca. Ensinem suas filhas a lamentar-se; ensinem umas as outras a prantear⁸⁸⁹.

Essas profissionais ainda existem em diferentes sociedades ocidentais e orientais. Quanto mais emotivo, mais chorado e mais encenado o velório, maior é o prestígio do falecido e de sua família. João José Reis afirma que esse costume de ter mulheres chorando nos funerais já fazia parte dos rituais católicos mais tradicionais⁸⁹⁰, pois elas geralmente, aos prantos, informavam a comunidade sobre o falecimento de um dos seus membros. Somente mulheres poderiam ser pranteadoras, pois nos domínios da morte, assim como nos da vida, esperava-se delas a expressão da dor, da sensibilidade, da saudade profunda, enquanto o homem suportaria o luto de forma resignada. Em estudo sobre as representações das pranteadoras no Cemitério Evangélico de Porto Alegre entre 1890 e 1930, a historiadora Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho as definiu da seguinte forma:

[...] figuras femininas, representadas segundo as diretrizes formais clássicas. Aparecem com ou sem signos cristãos, portanto podem se encaixar como signo proveniente da antiguidade clássica ou ainda amalgamado, quando são representadas com cruces ou flores do repertório cristão. As pranteadoras algumas vezes são caracterizadas remetendo a figura da Virgem Maria ou seguindo o padrão do anjo cristão, de túnica longa e de expressão pouco sentimental⁸⁹¹.

A pranteadora do túmulo de Lourença do Rego Barros foi representada seguindo as diretrizes do classicismo, com semblante reflexivo, vestindo um manto conhecido pelos gregos

⁸⁸⁸ MENDES, Cibele de Mattos. A cantaria de Lioz na arquitetura funerária de Salvador no século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016, p. 143.

⁸⁸⁹ Jeremias 9:17-20. Bíblia Sagrada Online. Disponível em: https://www.bibliaon.com/jeremias_9/. Acesso em 20/05/2022.

⁸⁹⁰ REIS, 2022, op. cit., p. 109.

⁸⁹¹ CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. A Antiguidade Clássica na Representação do Feminino: Pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930). Dissertação (Mestrado em História, Teoria e Crítica da Arte). Instituto de Artes – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. p. 103.

como *himation* e calçada. Ela está apoiada sobre uma urna coberta com um manto, que simboliza a vida encerrada coberta pelo luto.

O último elemento que compõe esse conjunto é a coruja que voa sobre a pranteadora. Chevalier e Gheerbrant explicam que ela era vista de diferentes formas por cada civilização. Na mitologia grega, a deusa Atena é acompanhada de uma coruja, que tornou-se símbolo do conhecimento e da sabedoria. Para os astecas ela representava o Deus dos Infernos, sendo associada à noite, à chuva, às tempestades e à morte. Os pesquisadores destacam que “Ainda em nossos dias, a coruja é a divindade da morte e a guardiã dos cemitérios, para numerosas etnias indo-americanas”⁸⁹². Na região Amazônica é famosa a crença de que a coruja conhecida como Rasga Mortalha tem o poder de anunciar a morte através de seus gritos. Seu epitáfio informa: “Aqui jazem os restos mortais de Lourença do Rego Barros. Fallecida a 8 de Maio de 1887. Recordação saudosa de seus filhos e nettos”.

⁸⁹² CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, op. cit., p. 293.

4. 7. Túmulo de Manoel de Azevedo da Silva Ramos (1896)

Figura 72 – Túmulo de Manoel de Azevedo da Silva Ramos.

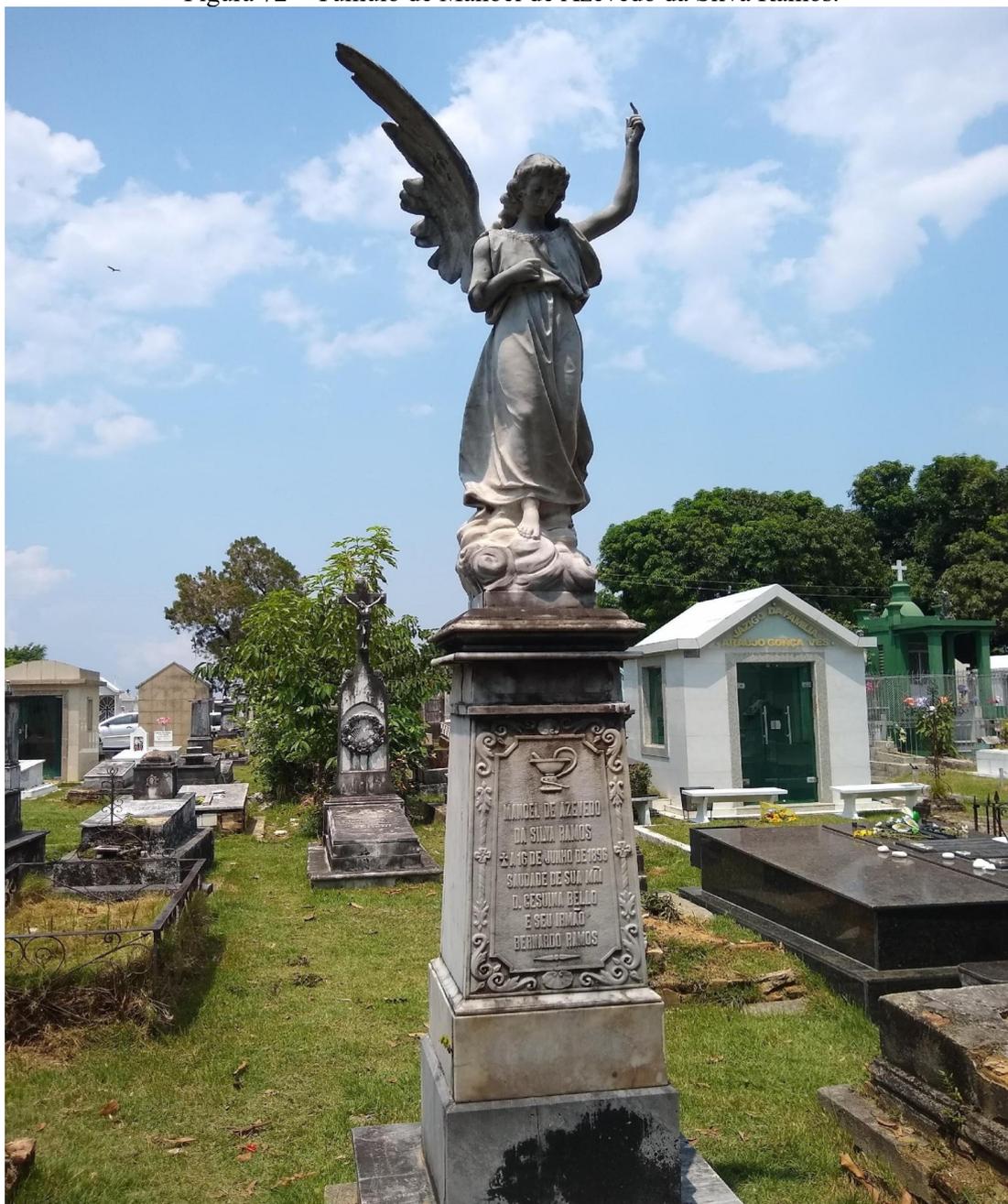


Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Manoel de Azevedo da Silva Ramos foi farmacêutico diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1881⁸⁹³, Deputado Provincial e abolicionista⁸⁹⁴. Foi proprietário da Farmácia Ramos, localizada na Rua Municipal, esquina com a Rua Barroso. Era filho de Manoel da Silva Ramos, fundador da imprensa no Amazonas, e irmão de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos,

⁸⁹³ Amazonas, 08/02/1881, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁸⁹⁴ O fundador da Imprensa no Amazonas. In: SOUZA, João Batista de Faria e; SOUZA, A. Monteiro de; BAHIA, Alcides. **A Imprensa no Amazonas, 1851-1908**. Manaus: Typographia da Imprensa Official, 1908, p. 109. Biblioteca Mário Ypiranga – Centro de Documentação e Memória da Amazônia (CDMAM).

comerciante, renomado arqueólogo e membro fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Faleceu em 16 de junho de 1896.

Seu túmulo, construído em mármore de Carrara e localizado na quadra 02 do cemitério, possui um belo anjo, em pé nas nuvens, que aponta para o alto. Acima do epitáfio está a figura de uma taça com uma serpente enrolada, símbolo da Farmácia.

O anjo, mensageiro divino, elo entre o plano terreno e celeste, como explicou o historiador Michel Vovelle, sofreu profundas transformações no século XIX. Deixa de ser um querubim e torna-se um genuíno anjo da morte. Durante a Belle Époque sua representação modificou-se. Ele é representado como um anjo triunfante, de asas abertas, que aponta para o alto, às vezes com uma estrela na testa. Ele evoca, de acordo com Tania Andrade Lima, Antônio Motta⁸⁹⁵ e Maria Elizia Borges⁸⁹⁶, a Ressurreição. Tânia afirma que essa nova figura é um “evidente contraponto” com os anjos do período anterior, “de asas baixas, braços pendidos, atitudes de meditação”⁸⁹⁷. A estaticidade vai ser substituída pelo movimento, pelo realismo, características das esculturas do final do século XIX e início do século XX⁸⁹⁸. O anjo do túmulo de Manoel de Azevedo da Silva Ramos aponta para o alto, indicando a esperança em outra vida, a aspiração do homem à imortalidade⁸⁹⁹ e, de certa forma, o triunfo da sociedade burguesa manauara *fin de siècle*, cujo poderio e influência estava sendo eternizado no espaço cemiterial.

A taça com uma serpente enrolada tornou-se símbolo da Farmácia. A taça, de acordo com Chevalier e Gheerbrant, é símbolo da abundância e recipiente da poção da imortalidade. É através dela que são ingeridas bebidas como a água, o vinho, o leite e preparações médicas. Na História do Cristianismo, o Santo Graal foi a taça utilizada por Jesus Cristo na última ceia e com a qual José de Arimateia recolheu seu sangue durante a Crucificação. Esse objeto é importante para o Catolicismo, pois ele contém o Corpo e o Sangue de Cristo⁹⁰⁰. A serpente é associada desde a Antiguidade à saúde e à eternidade, pois troca periodicamente de pele, se renovando, e com seu veneno são produzidos remédios. Em seu epitáfio lemos: “Manoel de Azevedo da Silva Ramos. A 16 de Junho de 1896. Saudade de sua mãe D. Gesuina Bello e seu irmão Bernardo Ramos”.

⁸⁹⁵ MOTTA, 2010, p. 64.

⁸⁹⁶ BORGES, 2002, op. cit., p. 184.

⁸⁹⁷ LIMA, 1994, op. cit., p. 113.

⁸⁹⁸ VALLADARES, 1972, op. cit., p. 589.

⁸⁹⁹ BORGES, 2002, op. cit., p. 122.

⁹⁰⁰ CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, op. cit., p. 859.

4. 8. Túmulo de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1900)

Figura 73 – Túmulo de Eduardo Gonçalves Ribeiro.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Na galeria de homens ilustres do Amazonas, que contribuíram de diferentes formas para o seu engrandecimento, tornando-o reconhecido no Brasil e no mundo, figura em destaque Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), personagem marcante na História do Estado no final do século XIX e que até hoje é lembrado pelo empenho que teve em transformá-lo em um dos mais prósperos do país.

Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu na cidade de São Luís, na Província do Maranhão, em 18 de setembro de 1862. De origem humilde, fez seus primeiros estudos no Liceu Maranhense, onde fez o curso de Humanidades. Em seu tempo de estudante dirigiu um jornal conhecido como *O Pensador*, apelido pelo qual ficaria conhecido. Após concluir o ensino secundário, sentou praça no Rio de Janeiro em 1881, na Escola Militar da Praia Vermelha. "Em 1884, Ribeiro foi promovido a alferes-aluno e, em 1886, a 2º tenente de artilharia, bacharelado-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais em janeiro de 1887"⁹⁰¹.

Posteriormente foi transferido para o Amazonas, onde exerceu, primeiramente, o cargo de secretário do Comando das Armas. Quando da nomeação da Junta Governativa do Amazonas, em 21 de novembro de 1889, foi nomeado Oficial de Gabinete. No Governo de Augusto Ximeno de Vilerroy, primeiro Governador do Amazonas, foi, além de Oficial de Gabinete, Diretor de Obras Públicas. Com a saída de Vilerroy em 1890, é nomeado Governador do Estado pelo Governo Central, assumindo em 02 de novembro. Essa primeira administração vai até 05 de maio de 1891. Era, até aquele momento, a pessoa mais jovem a governar o Amazonas, tendo apenas 28 anos. Era também o primeiro negro a assumir um cargo tão importante. Em pouco tempo, entre outras coisas, aumentou as rendas públicas, decretou uma constituição provisória e diminuiu pela metade a dívida pública.

O governo central destituiu Eduardo Ribeiro de seu cargo, nomeando para o governo o Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, antigo governador do Piauí entre 26/12/1889 e 04/06/1890, que naquele momento encontrava-se em Recife. A notícia da destituição de Eduardo Ribeiro não agradou a população:

O povo, convocado em boletim, reuniu-se à tarde, em frente ao palácio, não consentindo que Eduardo Ribeiro deixasse a governança. Aclamou-o entusiasticamente. Os oradores sucederam-se em vários pontos da cidade, protestando contra o ato dos altos poderes da República, lavrando-se uma ata (1884-1891), que foi assinada por centenas de pessoas de todas as classes sociais⁹⁰².

Após a destituição de Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em 1892, seu segundo mandato como Governador foi de 1892 a 1896. Nesse período, considerado o melhor da História do Amazonas, aproveitando o aumento das rendas públicas, dotou o Estado e, principalmente, a capital, de moderna infraestrutura. Nivelou terrenos, embelezou praças, abriu novos bairros, pavimentou ruas e abriu outras, construiu escolas públicas na capital e no interior, deu continuidade às obras do Teatro Amazonas, construiu o Reservatório do Mocó, o Instituto Benjamin Constant, o

⁹⁰¹ MESQUITA, Otoni Moreira de. Eduardo Ribeiro (1862-1900) – O artífice da cidade. In: UGARTE, Auxiliomar Silva (org.). **Trajetórias políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 24.

⁹⁰² REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 2º Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 249.

Hospício, a sede do Diário Oficial, instalou a iluminação a arco voltaico, contratou o serviço de navegação para o Mediterrâneo e realizou outras inúmeras obras.

De acordo com o historiador Luiz de Miranda Corrêa, Eduardo Ribeiro foi o Governador certo no momento mais próspero do Estado – enriquecido pela exportação da borracha – pois "[...] tinha o élan necessário para realizar a transformação que sonhava. Dos problemas de educação aos de urbanismo e paisagismo, sua presença se fazia sentir-se. Ele e seus auxiliares não se prenderam a soluções rotineiras. Eram do tipo de homens que não se intimidam e ousam inovar"⁹⁰³. Faleceu em circunstâncias misteriosas em sua chácara localizada na Estrada de Flores na madrugada de 13 de outubro de 1900, aos 38 anos.

Seu túmulo, construído em mármore de Carrara pela Marmoraria Ítalo-Amazonense, está localizado na quadra 02, pertencente à Santa Casa de Misericórdia. Ele é bastante simples levando em conta que o homenageado é um Ex-Governador que muito fez pelo Estado. É formado por uma campa tumular com uma cruz em baixo-relevo acima do epitáfio. Da campa parte uma base com uma coroa de louros no centro e, no topo, um busto realista do falecido representado com suas vestes de militar. A peça, nesse caso, conforme Valladares, é o único elemento artístico do túmulo, que se torna um simples suporte para a obra⁹⁰⁴.

O busto, etimologicamente, possui relação com a memória. A palavra tem origem no latim *bustum*, nome do ritual romano em que os cadáveres eram cremados. Após a cremação, erguia-se um monumento no local. Essa representação artística da cabeça e do tronco superior foi utilizada por diferentes povos para homenagear pessoas de destaque, sendo largamente empregada na arte tumular entre os séculos XIX e XX⁹⁰⁵.

Assim como outros jovens militares republicanos, Eduardo Ribeiro foi influenciado pelo Positivismo, o que também explica a escolha do busto para lhe homenagear, pois Auguste Comte recomenda, em seu *Catecismo Positivista*, que os túmulos fossem ornados com uma simples inscrição, estátua ou busto de acordo com a grandeza que a pessoa atingiu em vida⁹⁰⁶. Nesse busto, realista e bastante detalhado, o homenageado foi representado com seu fardamento militar. Em 1978 a Prefeitura de Manaus reconstruiu seu túmulo, fixando uma placa comemorativa: “Eduardo Ribeiro plantou a semente. Com o mesmo esforço e dedicação procuramos fazê-la brotar. Homenagem da Prefeitura de Manaus, 1978”. Levando em conta o contexto dessa homenagem, que é o do Regime Militar, fica patente a tentativa de se estabelecer um vínculo com as glórias do passado e os feitos administrativos do presente.

⁹⁰³ CORRÊA, Luiz de Miranda. **O Nascimento de uma Cidade: Manaus 1890 a 1900**. 2º Ed. Manaus: Academia Amazonense de Letras/Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012, p. 28.

⁹⁰⁴ VALLADARES, 1972, op. cit., p. 590.

⁹⁰⁵ BORGES, 2002, op. cit., p. 195.

⁹⁰⁶ COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista*. In: **Auguste Comte**. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 183.

O louro, explicam Chevalier e Gheerbrant, é uma planta que permanece verde no inverno e por isso está associado à imortalidade, sendo transformada pelos romanos em emblema da glória: “Arbusto consagrado a Apolo, simboliza a imortalidade adquirida pela vitória. É por isso que sua folhagem é usada para coroar os heróis, os gênios e os sábios. Árvore apolínea, significa também as condições espirituais da vitória, a sabedoria unida ao heroísmo”⁹⁰⁷. A coroa de louros foi utilizada como forma de reconhecer a glória de Eduardo Ribeiro, eternizado como o melhor Governador do Estado do Amazonas. O epitáfio, localizado na campa tumular, é simples: “A’ memória do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Saudades de seus amigos”. Logo, verifica-se que não é feita nenhuma menção aos feitos do militar, do homem público, apenas as saudades dos que privaram de seu convívio.

⁹⁰⁷ CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, op. cit., p. 561.

4.9. Túmulo de Clementino José Pereira Guimarães, Barão de Manaus (1906)

Figura 74 – Túmulo de Clementino José Pereira Guimarães, Barão de Manaus.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Clementino José Pereira Guimarães é um dos poucos nobres sepultados no Cemitério de São João Batista. Quando se lê o *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, publicado em 1918 por Rodolfo Smith de Vasconcelos e Jaime Smith de Vasconcelos, segundo e terceiro barões de Vasconcelos, percebe-se que o Amazonas foi uma das províncias que menos teve titulares. O Barão de Manaus é um desses raros exemplos.

Nasceu em Belém, capital da Província do Pará, em 14 de novembro de 1828, filho do Capitão Marcelo Pereira Guimarães. De acordo com Agnello Bittencourt, enfrentou dificuldades em seus primeiros estudos pela falta de livros e professores, um problema crônico da região. Em algum momento se graduou em Direito, dedicando-se à advocacia por três décadas⁹⁰⁸. Como muitos intelectuais da época, iniciou jovem na arena jornalística, escrevendo para o *Cinco de Setembro*, primeiro jornal da província do Amazonas.

Na carreira burocrática e política, foi secretário da Câmara Municipal de Manaus, vereador, deputado provincial pelo Partido Conservador e vice-presidente e presidente da província do Amazonas de 08 de abril a 08 de junho de 1870, de 21 de setembro a 28 de outubro de 1885 e de 10 de janeiro de 1887 a 23 de março de 1887. Foi também Promotor Público e Procurador Fiscal da Fazenda. Em 03 de janeiro de 1854, através de Carta Patente, foi nomeado Capitão da Guarda Nacional. Por meio de Carta Imperial de 19 de julho de 1871, recebeu o Título de Oficial da Ordem da Rosa e foi elevado a Major, passando a ser conhecido como Comendador Clementino, sendo homenageado com o nome de uma rua. No ano seguinte, foi reformado no posto de Tenente coronel.

Em sua passagem pela presidência da província do Amazonas, Agnello Bittencourt cita como feitos a continuação das obras da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, a reforma do prédio do Seminário Episcopal, do Hospital Militar, a restauração do casarão do Instituto dos Educandos Artífices, o investimento na catequese, navegação, saúde e educação públicas, bem como o cuidado para manter as contas públicas equilibradas⁹⁰⁹. Através da Lei nº 205, de 17 de maio de 1870, criou, no edifício do Liceu, uma sala de leitura, núcleo da atual Biblioteca Pública do Estado do Amazonas⁹¹⁰, inaugurada em 19 de março de 1871. Ofereceu, inclusive, uma grande quantidade de livros para a instituição. Foi em seu governo, em 12 de maio de 1870, que foi autorizada a construção da Santa Casa de Misericórdia, inaugurada em 1880.

Consta no *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro* que foi elevado a Barão de Manaus, sem grandeza, por Decreto Imperial de 27 de junho de 1888⁹¹¹. Faleceu em Manaus em 16 de outubro de 1906.

Seu túmulo está localizado na quadra 02 do cemitério, a Quadra da Santa Casa de Misericórdia. Em publicação do jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, somos informados de que ele foi projetado e desenhado pelo artista plástico e barítono paraense Corbiniano Villaça

⁹⁰⁸ O Comendador Clementino J. Pereira Guimarães. *Jornal do Amazonas*, 14/11/1887, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁰⁹ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 166.

⁹¹⁰ BRAGA, Genesino. **A luz que fulge há um século**. *Jornal do Commercio*, 11/01/1970, p. 02-02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹¹¹ VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne (Suisse): Imprimerie La Concorde, 1918, p. 271.

(1873-1967)⁹¹². Ele é composto por uma campa tumular com uma cruz em baixo-relevo, sobre a qual se ergue a escultura de uma mulher apoiada sobre uma estela, em cujo topo se encontra um medalhão de bronze com o busto do falecido e o epitáfio.

A figura feminina feita em bronze, com a cabeça coberta com um manto, de expressão triste e segurando uma cruz com a mão esquerda, é o grande destaque. Trata-se de uma alegoria da saudade. Nela encontramos a assinatura de Raphael Schwartz (1874-1942), pintor, gravador e escultor judeu nascido em Kiev, na Ucrânia, e formado na Académie Julian, em Paris. Realizou exposições no Salão das Tulherias, na Sociedade Nacional de Belas Artes e no Salão de Outono⁹¹³. Em meio ao domínio alemão sobre a França durante a Segunda Guerra Mundial, cometeu suicídio em 03 de agosto de 1942 na comuna de Pau, antes de ser capturado pela Gestapo⁹¹⁴. Por essas características, essa obra pode ser considerada uma das mais significativas do cemitério.

A família Guimarães não utilizou o nome do falecido e nem título de barão, optando, à maneira da burguesia, pela distinção através de um monumento e um medalhão de fino acabamento. Enquanto alguns nobres optaram pela simplicidade, outros, como é o caso deste, optaram pela opulência⁹¹⁵. O material empregado, o bronze, simboliza, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, a “inocorrutibilidade, imortalidade e força militar”⁹¹⁶, e se destaca em meio à brancura tradicional dos mármore portugueses e italianos. Outro elemento de diferenciação é a quadra onde foi sepultado, em destaque e exclusiva dos membros da Irmandade de Misericórdia⁹¹⁷.

⁹¹² Gazeta de Notícias, RJ, 13/06/1908.

⁹¹³ RAPHAEL Schwartz. Au temps de l'Écil cacodylate. Disponível em: <http://dadaparis.blogspot.com/2006/08/raphael-schwartz.html>. Acesso em 24/06/2023.

⁹¹⁴ NIESZAWER & PRINC. **Raphael Schwartz**. Artistes juifs de L'École de Paris, 1905-1939. Disponível em: <http://ecoledeparis.org/raphael-schwartz/>. Acesso em 24/06/2023.

⁹¹⁵ AIRES, Anderson Pires. A nobreza e a ocupação da cidade cemiterial de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **XXII Encuentro de la Red Iberoamericana de Valoración e Gestión de Cementerios Patrimoniales**, 29 de noviembre al 3 de diciembre de 2021, p. 12.

⁹¹⁶ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Coord. Carlos Sussekind. Trad. Vera da Costa e Silva. 16º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001, p. 145.

⁹¹⁷ AIRES, 2021, op. cit., p. 13.

4. 10. Mausoléu dos Heróis da Força Policial do Estado (1911)

Figura 75 – Mausoléu dos Heróis da Força Policial do Estado.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa

O Mausoléu dos Heróis da Força Policial do Estado, José Francisco e Luiz Pinho, está localizado na quadra 15. Não se têm muitas informações sobre os dois. Sabe-se apenas que foram mortos no cumprimento de seus deveres durante o Bombardeio feito contra cidade de Manaus em 08 de outubro de 1910.

O Bombardeio de Manaus teve motivações políticas, sendo fruto das disputas oligárquicas entre os Nerystas e os Bittencouristas. Governava o Amazonas na época do bombardeio o Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1908-1913). Bittencourt, anteriormente, fora secretário geral do Governador Silvério Nery (1900-1904) e vice-governador de Constantino Nery (1904-1907).

Bittencourt, antigamente aliado dos Nery, se tornou um grande opositor destes, denunciando suas antigas administrações, os empréstimos duvidosos, não pagos, e os gastos pessoais exorbitantes. Bittencourt foi acusado pelos apoiadores de Nery de realizar uma péssima gestão e de manter negócios particulares enquanto ocupava o cargo de governador, o que era proibido. Por conta disso, Bittencourt foi declarado inapto para exercer o cargo.

Uma carta de renúncia foi forjada pelo Senador Silvério Nery, pelo vice-governador do Estado Sá Peixoto e outros membros do Congresso, interessados na queda de Bittencourt. No entanto, Bittencourt não entregou o cargo, oferecendo resistência armada. Nery e Sá Peixoto, com apoio do Senador gaúcho Pinheiro Machado, opositor de Bittencourt e apoiador da oligarquia Nery, tomaram medidas drásticas: O bombardeio da cidade de Manaus, por navios da Flotilha da Marinha de Guerra vindas do Rio de Janeiro, no dia 08 de outubro de 1910. O bombardeio ocorreu às 5:30 da manhã. Militares do Exército desembarcaram e foram em direção ao Palácio do Governo, onde foi travada uma luta com a força policial do Estado. O governador Bittencourt se refugiou no Pará. Seu antigo aliado, Sá Peixoto, assumiu o governo. José Francisco e Luiz Pinho podem ter morrido tanto vítimas dos disparos dos navios quanto do enfrentamento no Palácio do Governo.

Encerradas, por ora, essas disputas políticas, com a retorno ao estado de normalidade, Antônio Bittencourt, que estava refugiado em Belém, no Pará, voltou a Manaus no dia 31 de outubro de 1910, assumindo novamente o Governo do Estado. Para tal teve apoio do Presidente Nilo Peçanha. Tomando conhecimento das baixas ocorridas, mandou construir um monumento-túmulo em homenagem aos dois militares.

O mausoléu dos Heróis da Força Policial do Estado foi inaugurado às 9:30 do dia 08 de outubro de 1911, primeiro aniversário do bombardeio, contando com a presença do Governador do Estado, das forças policiais e de milhares de pessoas que fizeram uma grande romaria até o Cemitério São João Batista⁹¹⁸. O trabalho foi executado pela Marmoraria Ítalo-Amazonense, de Cesare Veronesi.

Ele foi construído inteiramente com mármore de Carrara, com exceção da base, possivelmente de 1910 e feita de alvenaria (recebeu uma pintura recente de cor prata). Do pedestal parte uma coluna, forma clássica de um monumento erguido para a posteridade. Ela representa a vida. Quando está partida, simboliza a morte prematura, inesperada, de seus homenageados⁹¹⁹. Ao lado da coluna, duas piras simbolizam o fogo eterno, a lembrança duradoura dos atos dos dois praças e a determinação de ambos. Em outubro de 2018 as duas estavam intactas. Em visita no mês de fevereiro do ano corrente, a do lado direito tinha sido arrancada. A tampa tumular, com uma cruz em baixo relevo, não é da época da construção. De acordo com relatos de frequentadores, a original foi danificada e substituída pela atual em 2010. O epitáfio está inscrito no pedestal da coluna: “A

⁹¹⁸ Jornal do Commercio, 09/10/1911. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹¹⁹ RODRIGUES, 2014, op. cit., p. 362.

memoria dos heroes da Força Policial do Estado José Francisco e Luiz Pinho. Viandante que passas descoidado detem-te um pouco e considera que este pobre tumulo guarda em seu seio os restos mortaes de duas vitimas do crime de 8 de outubro de 1910”.

Todos os anos, no mês de outubro, a Polícia Militar do Estado do Amazonas se dirige até o local para reverenciar a memória de José Francisco e Luiz Pinho, Heróis da Força Policial do Estado e personagens de um episódio marcante de nossa História. Dessa forma, o monumento, além de uma homenagem, também é uma denúncia contra a truculência política do século passado.

4. 11. Jazigo da família Carneiro dos Santos (1912)

Figura 76 – Jazigo da família Carneiro dos Santos.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

No jazigo da família Carneiro dos Santos, localizado na quadra 07, estão sepultadas três pessoas: Adelaide Maquine dos Santos (12/05/1858-10/08/1909), José Carneiro dos Santos (15/02/1852-25/02/1928) e Claudio Carneiro dos Santos (21/07/1894-11/10/1939). O Coronel José Carneiro dos Santos, natural de Portugal, foi vereador, comerciante, tipógrafo, proprietário do jornal *Amazonas*, fundador do jornal *Diário de Manaus*, fundador da livraria Parthenon do Norte,

provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manaus e tesoureiro do Banco do Amazonas. Naturalizou-se brasileiro em 1885⁹²⁰.

Quando Adelaide Maquiné dos Santos, sua esposa, faleceu em 1909, ele tratou de encomendar um monumento em sua homenagem. A obra, em mármore de Carrara, ficou a cargo do escultor genovês Pietro Bacigalupo (1875-1924). Ela foi concluída em 1912. De acordo com publicações da época, ele representa a Fé. Assim o descreve o *Jornal do Commercio* em nota de 25 de maio de 1913:

O bello monumento, representando a estátua da Fé, trabalhado em mármore pelo escultor genovez Pietro Bacigalupo, presentemente nesta cidade, aonde veio afim de collocar a sua obra de arte sobre o tumulo da inditosa senhora D. Adelaide Maquiné dos Santos, esposa do coronel José Carneiro dos Santos⁹²¹.

A Fé, uma virtude religiosa cara ao Cristianismo, sempre foi representada, nas artes, por figuras femininas. Na Igreja de Jesus, localizada em Roma, na Itália, encontramos a escultura *Triunfo da Fé sobre a idolatria*, produzida pelo escultor francês Jean-Baptiste Théodon (1645-1713). A Fé é representada por uma imponente figura feminina que triunfa sobre o pecado da idolatria. No Cemitério Monumental de Staglieno, em Gênova, na Itália, existem esculturas representando a Fé que apresentam certa semelhança com a existente no Cemitério de São João Batista: São figuras femininas vestidas com túnicas, segurando uma grande cruz com uma mão, tendo na outra um livro ou cálice.

O monumento manauara consiste em uma figura feminina, semelhante a uma Madona, vestida com uma túnica e apoiada sobre uma rocha. A figura feminina segura uma grande cruz fincada nessa rocha, possivelmente uma alegoria à solidez da crença e da fé da família Carneiro dos Santos. Sobre a identificação do nome da família está fixado um cristograma clássico, o XP, que são as iniciais de Cristo em grego (ΧΡΙΣΤΟΣ). Suas dimensões o tornam um dos maiores do cemitério.

A obra de Bacigalupo gerou algumas controvérsias na cidade. No artigo *O escultor Bacigalupo*, de Cesare Veronesi, proprietário da principal marmoraria de Manaus, a Ítalo-Amazonense, insinuou-se que o escultor genovês não dominava essa arte, pois era "[...] um dos taes artistas que, tendo uma encommenda, fazem-na de outrem ou compram-na já feita, e se lhes pedirem esboçar um simples retrato em barro...dão parte de doente". Esse texto tinha um tom de enfrentamento pela concorrência no serviço de produção de mausoléus e monumentos funerários, pois Cesare Veronesi o finaliza afirmando que resolveu fazer tal publicação no jornal *A Capital*

⁹²⁰ Cincoenta annos de Amazonas. Coronel José Carneiro dos Santos. *Jornal do Commercio*, 22/11/1915, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹²¹ *Jornal do Commercio*, 25/05/1913. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

[...] tão somente para dar uma satisfação áquelles que nos honraram com suas valiosas encommendas, declarando-lhes que os mausoleus cuja execução nos foi confiada, têm sido esculpidos por artistas de renome, como o professor Franzoni de Carrara e que nunca serão reproduzidos para outros tumulos, ficando assim obras de verdadeiro valor”⁹²².

Controvérsias a parte, o jazigo da família Carneiro dos Santos é um dos maiores e mais bonitos do cemitério. Em dezembro de 1914, a revista *Ilustração Brasileira*, do Rio de Janeiro, reproduziu uma fotografia da obra com a seguinte descrição: “Monumento representando a Fé, que se acha no cemiterio de Manaus, no tumulo de D. Adelaide M. dos Santos, esposa do coronel José Carneiro dos Santos”⁹²³.

Figura 77 – Monumento do jazigo da família Carneiro dos Santos.



Fonte: Revista Ilustração Brasileira, 16/12/1914.

⁹²² O escultor Bacigalupo. *A Capital*, 07/08/1917. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹²³ *Revista Ilustração Brasileira*, RI, 16/12/1914. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

4. 12. Túmulo de Joana Alexandrina da Cruz Taveira (1913)

Figura 78 – Túmulo de Joana Alexandrina da Cruz Taveira.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Joana Alexandrina da Cruz Taveira foi membro da elite amazonense e uma das herdeiras de Alexandrino Magno dos Reis Taveira Pau Brazil (1797-1862), rico comerciante e vereador dos tempos da Comarca e da Província do Amazonas. Faleceu em Manaus em 1911 aos 92 anos, um verdadeiro feito naquela época, dada a baixa expectativa de vida.

Seu túmulo, localizado na quadra 06 do Cemitério de São João Batista e executado em mármore de Carrara pela Marmoraria Ítalo-Amazonense, reflete bem essa riqueza familiar, outrora formada por prédios, alguns deles alugados para o Estado, terras e escravizados. Ela deixou para suas filhas Alexandrina da Cruz Nonato e Joana Paula da Cruz Nonato, que aparecem representadas no túmulo, a fortuna de 12:425\$750 réis (doze contos, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta réis)⁹²⁴.

De acordo com Clarival do Prado Valladares⁹²⁵, Carla Aires Martins e Maria Elizia Borges⁹²⁶, trata-se de um exemplar do retratismo familiar, em que membros da família são representados em um conjunto escultórico. É uma obra ricamente elaborada, contando com detalhes das vestes, penteados e expressões faciais. Está, sem dúvidas, entre as mais bonitas do cemitério. A organização do conjunto obedece o princípio da hierarquia familiar: “A mãe, ainda que sentada, está colocada em posição superior às filhas, não só pelo seu papel de geradora, mas também ajudando a transmitir a ideia de que ela agora se encontra em ascensão, no patamar superior de sua nova vida”⁹²⁷.

As filhas, que lhe renderam como homenagem o vistoso túmulo, estão representadas ao seu lado, lhe agraciando com flores, lembrando que tudo tem um início, meio e fim. Alexandrina teve a oportunidade de ver as filhas constituírem família e envelhecer, assim como elas tiveram a mãe ao lado por longos anos. No epitáfio lemos: “Aqui jaz D. Joanna A. da Cruz Taveira falecida em 1º de novembro de 1911 com 92 anos de idade – Recordação eterna de suas filhas Alexandrina da C. Nonato e Joanna Paula da C. Ferreira”.

⁹²⁴ Jornal do Commercio, 19/07/1912, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹²⁵ VALLADARES, 1972, op. cit., p. 589.

⁹²⁶ BORGES, 2002, op. cit., p. 156.

⁹²⁷ MARTINS, 2021, op. cit., p. 177-178.

4. 13. Túmulo de Salustiano Cavalcanti (1913)

Figura 79 – Túmulo de Salustiano Cavalcanti.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

O jovem Salustiano Cavalcanti nasceu em Manaus em 06 de março de 1887, filho do coronel José Pereira Cavalcanti. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde colou grau em 1911. Advogava no município de Xibauá, atual Carauari⁹²⁸. Foi baleado pelo também advogado Luiz Alves da Costa em 29 de maio de 1912, na avenida Eduardo Ribeiro, em frente ao Restaurant Français, vindo a falecer na Santa Casa de Misericórdia em 30 de maio daquele ano.

⁹²⁸ Jornal do Commercio, 30/05/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

Os dois, há tempos, estavam se enfrentando pelas páginas da imprensa, “a principio em linguagem rispida e vibrante, ao fim em termos insultosos e violentos”⁹²⁹. No *Jornal do Commercio* encontramos artigos de Salustiano em que Luiz é descrito como “canalha”, “bandido”, “patife” e “juiz venal”, conivente com certos crimes, os encampando “sob a sua poderosa aza protectora”⁹³⁰. De acordo com Carla Aires, a motivação desse confronto foram os atritos entre o irmão de Salustiano, Anastacio Cavalcanti, nomeado superintendente municipal de Xibauá, e o juiz do município, Luiz Alves da Costa⁹³¹.

Chegaram às vias de fato em 29 de maio de 1912. Em seu depoimento, Luiz disse que, andando pela avenida Eduardo Ribeiro, ao chegar à esquina do *Restaurant Français*, encontrou Salustiano acompanhado de um amigo, Alfredo Leal, funcionário da Intendência de Xibauá. Salustiano impediu a passagem de Luiz, perguntando se ele não queria lutar. Rapidamente ele puxou um revólver, atingindo-o com um tiro no quadril. Luiz, ferido, sacou sua arma, disparando repetidas vezes. Salustiano tombou com o segundo tiro. Alfredo Leal tentou atacar o juiz, mas foi repellido a tiros. Os populares perseguiram Luiz, o imobilizando e levando até a delegacia⁹³².

Salustiano foi socorrido, recebendo primeiros curativos na Farmácia Barreira, e levado para a Santa Casa de Misericórdia, onde foi operado pelos médicos Theogenes Beltrão e Figueiredo Rodrigues. No exame médico legal constatou-se que ele recebeu cinco tiros⁹³³. Ele faleceu no dia seguinte, em 30 de março⁹³⁴.

Seu túmulo, construído em 1913 pela Marmoraria Ítalo-Amazonense, possui uma profusão de símbolos: Uma cruz, um anjo aureolado, uma pira com chamas, crânio com tíbias cruzadas e, o maior de todos, uma pranteadora, localizada na base da construção, chorando pelo falecido. A cruz é o maior símbolo do Cristianismo. É a marca da dor e, ao mesmo tempo, da esperança, pois “Os romanos utilizavam este tipo de cruz para executar os criminosos, e Jesus Cristo foi assim sacrificado. Representa a ressurreição e a vida eterna”⁹³⁵.

Os anjos são os mensageiros e protetores divinos. O dessa obra foi representado com uma auréola, que segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, é um círculo luminoso “com o qual se distinguem as imagens sagradas das profanas”. Simbolizando a santidade, a plenitude e a glória, seu uso, na iconografia cristã, estava reservado apenas a Cristo, à virgem, aos santos e

⁹²⁹ *Jornal do Commercio*, 31/05/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹³⁰ *Jornal do Commercio*, 23/05/1912, p. 01; *Jornal do Commercio*, 27/05/1912, p. 01; *Jornal do Commercio*, 29/05/1912, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹³¹ MARTINS, 2021, op. cit., p. 161.

⁹³² *Jornal do Commercio*, 30/05/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹³³ *Jornal do Commercio*, 30/05/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹³⁴ *Jornal do Commercio*, 31/05/1912, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹³⁵ SIMBOLOGIAS. Cemitério Municipal de Loures. Loures (PT): s. d., p. 04.

mártires, mas depois se estendeu aos “anjos, evangelistas, apóstolos e santos”⁹³⁶. Na pira queima o fogo sagrado, purificador, que enquanto arder é lembrança perene do falecido.

O crânio e as tíbias cruzadas, de acordo com a antropóloga Miranda Mitford-Bruce, assim como a foice, é um símbolo clássico da morte, lembrando a presença desta e o inevitável destino dos homens. Sobre a presença desse símbolo escatológico em um túmulo do início do século XX, recorreremos ao estudo do historiador Henrique Sérgio de Araújo Batista, que estudou o Cemitério de São João Batista de Fortaleza. Em sua pesquisa e reavalia as divisões criadas por Tânia Andrade de Lima, mostrando como certos marcos cronológicos podem ser insuficientes para a pesquisa de campo e a leitura dos monumentos fúnebres. “Nesse sentido, cabe frisar que não é possível delimitar rígidas fronteiras cronológicas na arte funerária, pois o surgimento de um estilo não enterra o outro”⁹³⁷. Os símbolos escatológicos tiveram o uso reduzido, mas não desapareceram.

A pranteadora que chora por Salustiano tem um esmero arquitetônico incomparável. A expressão de dor é marcada pela perfeição da lágrima esculpida. Em matéria publicada no *Jornal do Commercio no Dia de Finados* de 1972, o jornalista Leite Barbosa destacou o túmulo de Salustiano como um dos mais belos do Cemitério de São João Batista: “O túmulo do Dr. Salustiano Cavalcanti é outra maravilha. Nele está esculpida uma Dama, outros dizem Musa, chorando. Sua lágrima é tão perfeita que até parece ter sido derramada na hora”⁹³⁸. Analisando o epitáfio, que cita apenas a saudade do pai e irmãos, o que leva a crer que sua mãe já havia falecido, Carla Aires afirma que a pranteadora tem “[...] a intenção de restituir-lhe o conforto materno, materializando o que ele reencontraria na morte”⁹³⁹.

Assim como os símbolos, o túmulo tem várias inscrições: “Manus tuae ligatae non sunt et pedes tui non sunt compedibus aggravati; sed sic solenet cadere coram filiis iniquitatis sic corruisti (Reis, Liv.II, Cap. III, 34.). Dr. Salustiano Cavalcanti. Nascido a 6 de março de 1887 e assassinado a 30 de maio de 1912. Saudade eterna de seu desolado pae e de seus irmãos inconsolaveis.” “Flôresinhas, que quando era menino tanto servistes aos brinquedos meus, vegetae, vegetae-me sobre a campa. Adeus, flôres, adeus! (Laurindo Rabello)”. “Sombras do valle, noites da montanha Que minh’alma cantou e amava tanto, Protegei o meu cõrpo abandonado E no silencio derramae-lhe um canto. (Alvares de Azevedo)”. “Justorum autem animae in manu dei sunt, te non tanget illos tormentum mortis. (Sabedoria, Cap III, I.). “Fez a Ítalo-Amazonense, 1913”.

⁹³⁶ AURÉOLA OU NIMBO. Dicionário de Símbolos. Disponível em: <https://sites.google.com/view/dicionariodesimbolos/aur%C3%A9ola-ou-nimbo>. Acesso em 28/10/2023.

⁹³⁷ BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. **Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003, p. 80.

⁹³⁸ BARBOSA, Leite. In *Memorian. Jornal do Commercio*, 02/11/1972, p. 9.

⁹³⁹ MARTINS, 2021, op. cit., p. 161-162.

Na parte de trás do túmulo encontramos o nome de Leonila Cavalcanti de Aguiar e Sousa, conhecida como Ila, a segunda pessoa aí sepultada, nascida em 25 de abril de 1893 e falecida em 18 de outubro de 1989. Trata-se da irmã mais nova de Salustiano.

4.14. Mausoléu de Ária Paraense Ramos (1916)

Figura 80 – Mausoléu de Ária Paraense Ramos.

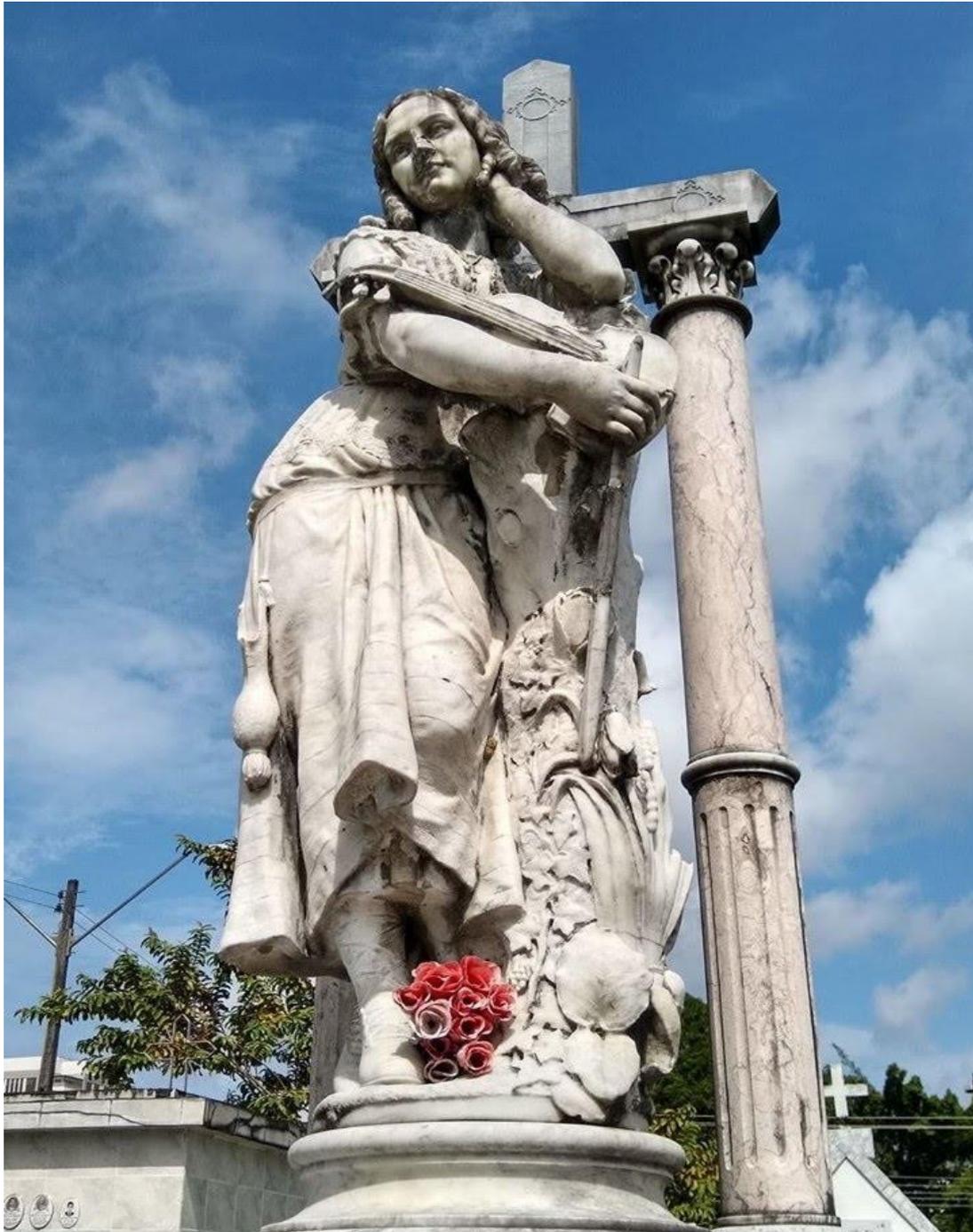


Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Ária Paraense Ramos nasceu em 12 de agosto de 1896 no Estado do Pará⁹⁴⁰. Era filha de Carlota de Souza Ramos e do Major Lourenço Ramos. Tinha duas irmãs, Pátria Amazonense Ramos e Celeste Luso Ramos; e dois irmãos, Alyrio Ramos e Horizonte Ramos. Lourenço Ramos era português, tendo se mudado para o Pará no final do século XIX. Lá casou-se com Carlota. Posteriormente a família veio para Manaus, passando a residir na Avenida Joaquim Nabuco, no lugar conhecido como Canto do Quintela. Ela costumava apresentar-se em espetáculos e casas de família com a irmãs Pátria e Celeste, pianistas e professoras. Fazia parte da orquestra do Cinema Odeon. Faleceu vítima de um disparo acidental nas dependências do Ideal Clube durante o Carnaval de 1915.

Horas antes de sua morte, no dia 16 de fevereiro, uma terça-feira, Ária Ramos desfilava na Avenida Eduardo Ribeiro e adjacências em um carro alegórico dos Paladinos da Galhofa, bloco musical do qual fazia parte, acompanhada de sua irmã Celeste. Logo depois, já na parte da noite, o Ideal Clube realizava o seu famoso baile de Carnaval, um dos mais aguardados pela alta sociedade naquela época.

Muitos jovens da elite manauara, incluindo Ária e os Paladinos, fantasiados, divertiam-se nos salões do clube. Em um deles estavam Mario Travassos de Souza, 16 anos incompletos, Ilydio de Carvalho Barroco, 25 anos, e outras pessoas. Ilydio Barroco, em uma brincadeira, tomou as luvas da fantasia de Mario Travassos, retirando-se daquele salão. Depois que terminou de conversar, Travassos procurou Ilydio para que devolvesse suas luvas. Já passava da meia-noite. Ilydio, que conversava com Ária, disse que ele poderia retirá-las da cartucheira de sua fantasia de cow-boy, onde as havia guardado. Ao colocar a mão na cartucheira, Travassos encontrou um revólver, o retirando da mesma. Ao tentar abri-lo para ver se estava carregado e desconhecendo seu mecanismo, acidentalmente efetuou um disparo. A bala atingiu Ária Ramos na artéria femoral, ficando alojada em seu baixo-ventre.

Deve-se destacar que, conforme matéria de 18/02/1915 do *Jornal do Commercio*, Ária Ramos não foi atingida enquanto executava a valsa ‘Subindo aos Céus’, estando conversando, como foi dito no parágrafo anterior, com Ilydio Barroco. Ela pediu, sim, mas bem antes do acidente, que a orquestra presente no Ideal executasse a música, lhe acompanhando. Textos memorialísticos posteriores, em uma tentativa de mitificar o acontecimento, distorcendo as fontes contemporâneas ao fato, insistem na afirmação de que ela tocava essa valsa no violino quando recebeu o disparo.

O pânico se instalou no Ideal, com pessoas correndo e gritando. A polícia fechou o clube, proibindo a saída dos foliões e prendendo Mario Travassos e Ilydio Barroco. Ária Ramos, com uma grave hemorragia, foi socorrida pelos médicos Turiano Meira e Xavier de Albuquerque, presentes na festividade. Este último realizou a compressão da artéria femoral. Uma ligação foi feita para o

⁹⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 18/02/1915 e *O Paiz*, 15/03/1915. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

médico Jorge de Moraes, que se dirigindo ao local e vendo que o sangramento havia cessado, recomendou a remoção de Ária para a Santa Casa de Misericórdia para que fosse feita a ligação da artéria atingida.

No hospital, foi operada pelos médicos Jorge de Moraes, Theogenes Beltrão, Xavier de Albuquerque e Turiano Meira. Sua artéria femoral foi ligada a cerca de 2 centímetros do lugar de origem e a 6 do projétil. No entanto, o sangue que perdera no Ideal Clube foi suficiente para que viesse a falecer, às 5 da manhã do dia 17, durante as intervenções médicas. Tinha 18 anos. Estavam presentes em seu leito seus pais, membros do bloco Paladinos da Galhofa e outras pessoas que acompanharam sua remoção para a Santa Casa. Seu corpo foi levado para a residência da família, onde grande número de pessoas começou a afluir.

Após o velório o cortejo fúnebre em direção ao Cemitério de São João Batista saiu às 16 horas. O caixão, azul-claro, confeccionado pela casa Neves & Correia e oferecido pelo Major Almir Neves, foi carregado até o coche fúnebre por amigas da falecida. Posteriormente o coche foi deixado de lado, sendo o caixão carregado a mão. O cortejo passou pela rua Municipal, Avenida Eduardo Ribeiro, rua 10 de Julho, Avenida Joaquim Nabuco, Estrada Dr. Moreira, Praça de São João e Avenida 13 de Maio. 40 veículos (carros, charretes etc) acompanharam o cortejo, sendo vistas as seguintes coroas fúnebres:

A Aria, gratidão dos Paladinos da Galhofa; Saudades de Longa; A' Aria, em testemunho da profunda dor, saudades do Ilydio; Saudades de sua madrinha; A' Aria, saudades de Fontenelle & Cia; Saudades de Cecília e Diniz; Saudades de Conrado Garcia e família, e "Affectueux souvenir"⁹⁴¹.

Ao chegar no Cemitério de São João Batista, a encomendação do cadáver foi realizada pelo Monsenhor Antero José de Lima. Discursaram os senhores Generino Maciel, pelos Paladinos da Galhofa, José Francisco de Araújo Lima e Ildefonso Pereira pelos musicistas da cidade. O Jornal do Commercio foi representado por Abelardo Araújo e Serafim Sobrinho. O corpo de Ária Ramos foi sepultado às 18 horas. Todas as despesas do funeral foram pagas pelos membros do Paladinos da Galhofa. O Cinema Odeon, em sua homenagem, não abriu as portas.

A morte de Ária Ramos comoveu a sociedade manauara. De forma a perpetuar sua memória, uma comissão formada pelos senhores João Maranhão, Celino Menezes e Abelardo Araújo tratou de angariar, entre fins de fevereiro e início de março, fundos para a construção de um mausoléu no Cemitério de São João Batista. O dinheiro foi arrecadado através da exibição de filmes e espetáculos no Cine Polytheama.

Sua sepultura foi declarada perpétua pela Prefeitura, estando isentos de pagamento de impostos os construtores do monumento fúnebre. Quando o valor necessário à construção foi

⁹⁴¹ O Paiz, 15/03/1915. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

arrecadado, o trabalho foi encomendado à Marmoraria Ítalo-Amazonense. A escultura em tamanho natural de Ária Ramos foi produzida em Carrara, na Itália, pelo professor Augusto Franzoni, natural de Carrara, membro da Academia de Belas Artes daquela cidade e da Comissão de Arqueologia de Roma⁹⁴². Por conta de dificuldades de navegação entre Gênova, de onde a estátua seria embarcada, para Lisboa, o mausoléu não foi inaugurado na data prevista pela comissão, 17 de fevereiro de 1916.

A inauguração ocorreu às 9 horas do dia 23 de julho de 1916. Um grande número de populares compareceu à cerimônia. O Major Lourenço Ramos retirou o manto que cobria o mausoléu, e Abelardo Araújo o declarou inaugurado. O professor e médico Adriano Jorge fez um discurso em memória de Ária Ramos. Uma orquestra dirigida pelo professor João Donizetti executou a marcha fúnebre composta por Mozart Donizetti Gondim.

O mausoléu de Ária Ramos foi construído com mármores de Carrara e Cintra. A jovem foi representada segurando seu violino, trajando as vestes e a cruz no pescoço que utilizava no dia de sua morte, apoiada sobre um tronco de árvore, com folhas de parreira e lírios, tendo atrás uma grande cruz sustentada por duas colunas⁹⁴³. A árvore possui uma simbologia variada. Ela evoca energia, vitalidade, força, crescimento e renascimento⁹⁴⁴. A utilização da parreira, também conhecida como videira, na arte tumular, têm conotação cristã, aparecendo na Bíblia em João 15:5, no qual Jesus diz aos seus apóstolos que ele é a videira e eles são as varas, e os que permanecessem com ele frutificariam: “Eu sou a videira, vós as varas; quem está em mim, e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer”⁹⁴⁵. Essa passagem congrega os cristãos a seguirem fielmente os ensinamentos de Jesus Cristo, para assim gozarem de uma vida abençoada. O lírio, uma flor geralmente branca, representa a Virgem Maria, inocência, pureza e ingenuidade⁹⁴⁶, e por isso é bastante utilizado para ornamentar túmulos de crianças e jovens.

A pesquisadora Carla Aires faz uma perfeita descrição sobre a obra, destacando a delicadeza e discrição da representação:

No mármore em que está representada, Ária mantém um olhar tranquilo sobre a cidade dos mortos que agora habita. Sua pose relaxada faz crer que acaba de finalizar uma melodia ao violino e agora descansa, mas tem ainda a eternidade para desfrutar de sua arte. Não há pressa. Toda a expressão que lhe foi transmitida colabora para que ela seja ali uma presença serena, de modo a assegurar que se encontra bem apesar do infortúnio de que foi vítima, que a morte não foi capaz de extinguir o que ela era⁹⁴⁷.

⁹⁴² Jornal do Commercio, 23/07/1916. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁴³ Jornal do Commercio, 24/07/1916. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁴⁴ CRICHYNO, Jorge. Árvore e imaginário simbólico como lugar poético de memória na paisagem. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.** Belém, 9 (2), 124-137, mai.-ago., 2017, p. 135.

⁹⁴⁵ JOÃO 15:5. Bíblia Online. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/15>. Acesso em 14/04/2023.

⁹⁴⁶ ORNAMENTOS funerários. **Tipos e significados dos ornamentos.** O Poder das Flores – Blog da Interflora, 01/11/2022. Disponível em: <https://www.interflora.pt/blog/ornamentos-funerarios/>. Acesso em 14/04/2023.

⁹⁴⁷ MARTINS, 2021, op. cit., p. 186.

Seu túmulo possui dois epítafios: “Diante de sua graça, que a doce alegria de viver tornava ainda mais radiosa, em face do genio que no esplendor de sua mocidade alvorecia, a própria morte estacou, maravilhada, e, em vez de a prostrar com a arma sinistra e brutal que traz ao hombro a tocou de leve, subtilmente, com um beijo fulminador...” e “A Aria Ramos nascida a 12 de agosto de 1896 e fallecida por effeito de um accidente em 17 de fevereiro de 1915. Commovida homenagem posthuma da sociedade manauense”.

4. 15. Túmulo do Coronel João Martins de Araújo (1926)

Figura 81 – Túmulo do Coronel João Martins de Araújo.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

O Coronel João Martins de Araújo nasceu em Maranguape, no Ceará, em 20 de novembro de 1859. Veio jovem para o Amazonas, iniciando suas atividades como comerciante no rio Aripuanã. Após anos de trabalho, constituindo uma pequena fortuna, fixou-se em Manaus. Sua patente de Coronel, como era de costume, foi conferida pela Guarda Nacional. Também foi proprietário de terras no interior, principalmente em Coari. Faleceu em 29 de abril de 1923⁹⁴⁸.

Seu túmulo, elegante e de fino apuro artístico, localizado na quadra 06, foi construído em 1926 em mármore de Carrara pela Marmoraria Ítalo-Amazonense. É formado por uma estela funerária que possui a imagem em baixo-relevo de uma pranteadora lamentando-se debaixo de uma roseira. Na base dessa estela foi fixada uma pequena cruz negra.

Essa pranteadora foi representada em profundo estado de lamentação, com a cabeça apoiada sobre a mão, desolada pela perda do estimado comerciante João Martins de Araújo. Ela representa os sentimentos da esposa que ficou viúva, pois como bem pontuou a historiadora Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho, a mulher deveria continuar honrando e cultuando o marido falecido, em uma espécie de “viuvez eterna”⁹⁴⁹, pois ela era a guardiã da família, cujos laços, apesar da morte, jamais deveriam ser rompidos. Apesar de ter sido produzida na década de 1920, essa figura, assim como as da segunda metade do século XIX, foi representada segundo os parâmetros do Neoclassicismo.

As flores são utilizadas por diferentes povos para simbolizar divindades, além de serem utilizadas em cultos e rituais, sendo associadas à vida e à morte, como destaca a antropóloga Miranda Bruce-Mitford⁹⁵⁰. Douglas Keister, pesquisador sobre os cemitérios históricos norte-americanos, vê a rosa como um símbolo profundamente ligado ao Cristianismo:

a rosa vermelha se tornou um símbolo do martírio, enquanto a rosa branca simboliza a pureza. Na mitologia cristã, a rosa no Paraíso não tem espinhos, mas os adquiriu na Terra para lembrar o homem de sua queda em desgraça; no entanto, a fragrância e beleza da rosa sugere como é o Paraíso. Às vezes, a Virgem Maria é chamada de “rosa sem espinhos” por causa de que ela era isenta do pecado original⁹⁵¹.

Dessa forma, percebe-se que a figura da pranteadora forma um interessante conjunto ao lado da roseira, representando, ao mesmo tempo, o sofrimento pela perda de um ente querido que é atenuada pela esperança no pós-morte, com a recompensa do Paraíso para aqueles que se mantiveram, em vida, fiéis aos ensinamentos da religião cristã. A pequena cruz negra encontrada abaixo da estela reforça essa ideia. Seu epitáfio é simples, trazendo o nome e a data de falecimento: “Aqui jaz João Martins de Araújo. Fallecido a 30 de abril de 1923. Saudosa recordação de sua esposa e filho”.

⁹⁴⁸ Os mortos. *Jornal do Commercio*, 01/05/1923. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁴⁹ CARVALHO, 2009, op. cit., p. 109.

⁹⁵⁰ BRUCE-MITFORD, 2001, op. cit., p. 50.

⁹⁵¹ KEISTER, Douglas, Apud CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. *História e Arte Funerária dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Porto Alegre, BR-RS, 2015, p. 317.

4. 16. Túmulo do Coronel Leopoldo de Moraes e Mattos (1928)

Figura 82 – Túmulo do Coronel Leopoldo de Moraes e Mattos.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa

O Coronel Leopoldo de Moraes e Mattos nasceu em Cuiabá, no Mato Grosso, em 1875. Era filho do comerciante, político e magistrado Firmo José de Mattos, Barão de Casalvasco, e Francisca Rosa Moraes, Baronesa de Casalvasco. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro por volta de 1890. Pelos serviços prestados durante a Revolta da Armada, na Fortaleza de Santa Cruz, na capital federal, foi promovido tenente⁹⁵². A patente de Coronel foi conferida pela Guarda Nacional. Veio para Manaus quando foi nomeado Delegado Fiscal do Estado do Mato Grosso. Foi também cônsul do Japão, do Uruguai e Provedor da Santa Casa de Misericórdia. Entre 1918 e 1919 atuou nas questões de fronteira entre o Amazonas e o Mato Grosso.

O cargo em que mais se destacou foi no de Provedor da Santa Casa de Misericórdia. Na década de 1920 ele operou grandes melhorias nessa instituição. Em 27 de agosto de 1922 entregou novos pavilhões de 1º e 2º classe, ambos equipados com elevadores. Em tempos de crise

⁹⁵² O Paiz, RJ, 10/10/1894, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

econômica, conseguiu garantir a regularidade dos serviços de farmácia, radiologia, odontologia, maternidade, exames bacteriológicos, enfermagem para tubérculos e o atendimento aos doentes mentais⁹⁵³. Assim foi descrita a Santa Casa no período em que ele a estava dirigindo:

Este pio instituto de caridade, encontra-se hoje num tal estado de adiantamento, que pode concorrer com os melhores estabelecimentos do paiz. O sr. Leopoldo de Mattos, seu provedor, tem se mostrado um administrador digno de encomios pelo muito que tem feito para esse grão de prosperidade⁹⁵⁴.

Faleceu em Manaus em 21 de janeiro de 1928⁹⁵⁵. Seu túmulo está localizado na quadra 10. Ele foi mandado construir pela Santa Casa de Misericórdia. Possui aspecto moderno, construído em granito preto, uma inovação para época, dado o predomínio do mármore de Carrara, e com linhas retas. Na cabeceira tumular está localizado um medalhão de Jesus Cristo Crucificado feito em bronze.

Jesus Cristo, filho de Deus, é creditado como sendo a única pessoa que venceu a morte, ressuscitando três dias após ser crucificado. Em Apocalipse 1:18 temos uma noção de sua importância como o único ser humano que retornou dos mortos: “Sou aquele que Vive. Estive morto, mas agora estou vivo para todo o sempre! E tenho as chaves da morte e do Hades”⁹⁵⁶. A Jesus cabia o destino dos homens. Sua imagem reforça a crença na imortalidade da alma. Chevalier e Gheerbrant veem sua figura como uma síntese dos símbolos do universo:

“[...] o céu e a terra, por suas duas naturezas – divina e humana; o ar e o fogo, por sua ascensão e sua descida aos infernos; o túmulo e a ressurreição; a Cruz, o Livro da mensagem evangélica, o eixo e o centro do mundo, o Cordeiro do sacrifício, o Rei pantocrátor senhor do universo, a montanha do mundo no Gólgota, a Escada da salvação; todos os símbolos da verticalidade, da luz, do centro, do eixo etc”⁹⁵⁷.

O Cristo Crucificado remete à perseguição, ao sofrimento, ao martírio, às provações e ao seu sacrifício feito pela salvação da humanidade. A imagem do medalhão transmite a dor, representada pela coroa de espinhos, e também a sensação de tranquilidade, pois ele foi representado morto. Antes de falecer bradou: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito”. Tendo dito isto, expirou”⁹⁵⁸. O epitáfio está localizado ao redor do medalhão, feito em letras de bronze que foram aos poucos furtadas, não restando qualquer vestígio, nem mesmo os puxadores da tampa tumular: “Reconhecimento, Gratidão e Saudade da Santa Casa de Misericórdia de Manáos ao Ex-Provedor

⁹⁵³ O Paiz, RJ, 02/10/1926. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁵⁴ Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa pelo Exm. Snr. Antonio Monteiro de Souza em 14 de julho de 1927, p. 129. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁵⁵ Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso Mario Corrêa á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1º sessão ordinária da 15º legislatura, 13/05/1928, p. 124. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁵⁶ Apocalipse 1:18. Disponível em: https://www.bibliaon.com/versiculo/apocalipse_1_18/. Acesso em 12/06/2022.

⁹⁵⁷ CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001, op. cit., p. 304.

⁹⁵⁸ Lucas 23:46. Disponível em: https://www.bibliaon.com/versiculo/lucas_23_46/. Acesso em 14/06/2022.

Cel. Leopoldo de Moraes e Mattos, seu Bemfeitor e Benemérito reformador”. A revista *O Malho*, do Rio de Janeiro, publicou em edição de 1929 uma homenagem acompanhada de duas fotografias do túmulo e uma do homenageado.

Figura 83 – Homenagem ao Cel. Leopoldo de Moraes e Mattos. Fonte: *O Malho*, 05/10/1929.



Fonte: *O Malho*, 05/10/1929.

4. 17. Ossuário do Cemitério de São José (1932)

Figura 84 – Ossuário do Cemitério de São José.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Quase quatro décadas após a desativação do antigo Cemitério de São José, em frente a Praça da Saudade, ocorrida em 1891, os restos mortais e monumentos funerários das pessoas nele enterradas começaram a ser transferidos, após a abertura de editais, para o Cemitério de São João Batista. Os restos não reclamados por familiares foram depositados em um ossuário construído em 1932 na administração municipal de Emmanuel de Moraes. Ossuário, do latim *ossuarium*, é o “local onde se enterram ossos sem identificação, também usado para quem deseja oferecer orações às almas”.

Obra simples, em pedra, com duas placas de mármore, uma frontal, com o nome do ossuário, e outra traseira, com os nomes dos encerrados. Na parte inferior da frente consta o ano da

construção. Os jazigos e o ossuário estão localizados na quadra 04 do cemitério, em uma fileira que nos leva, entre os mármores de Carrara e Lioz, à Manaus da segunda metade do século XIX.

Ali repousam os despojos fúnebres de 48 pessoas, naturais da terra e também oriundas de outras paragens nacionais e internacionais. Aqui desenvolveram diferentes atividades, construindo carreira no funcionalismo público, em instituições militares e no comércio. São elas, em ordem:

Figura 85 – Restos mortais do Ossuário do Cemitério de São José.

Antônio Manoel Soares	José Joaquim da Silva Pingarilho
Anna Feio de Souza Franco	João Carlos Ferreira Fleury
Astrogildo de Magalhães e Cresolina de Magalhães (2 anjos)	Joaquim Rita de Cla Afonso
Antônio Pereira da Silva	João Velloso Barreto
Antônia, filha de Matheus Antônio Silveira	João Ribeiro da Silva
Anna Rodrigues Palmeira	Padre José Antônio Barbosa
Augusto, filho de A. Ximenes de Villeroy	João Cassella
Avelino José de Campos	Luiz Felipe Cavalcante de Albuquerque
Anna Maria de Carvalho	Luiza Amelia Ribeiro e Silva
Anna Rita de Moraes Sarmiento	Luiz Gonçalves de Castro
Arthur Ezequiel de Pinho	Maria Castro e Costa
Estephanio, filho de José Gonçalves L. Rosas	Maria S. Sá e Manoel
Emilia Guimarães Ribeiro	Mari Francisca C. Conceição
Francisco Agapito da Veiga	Manoel J. G. de Freitas
Felisberto Castro e Costa	Raymundo José Rabello
F. Leopoldo M. Ribeiro (Major)	Roclman Mac Avone
Francisco Ramon Castro Alves	Raymundo de Sá Correia (Capitão)
Gilberto de Carvalho	Raymundo José Ferreira de Alcântara
Gaston Victor Griffett de la Baume	Theodosia Amelia Alves
Geralda Francisca Vaz	Violante Mario Gonçalves
Hermenegildo de Souza Barbosa	Padre Vitaliani A. Ciani
Henriqueta Fallegmen	Augusto A. Santos, filho de João Alves dos Santos
Heloisa, filha legítima de Herminio	Manoel Ignacio Teixeira
João Mario da Costa	

Fonte: Ossuário do Cemitério de São José.

Consultando jornais e relatórios do século XIX podemos encontrar informações sobre alguns dos falecidos. Antônio Manoel Soares foi sobrinho e caixeiro dos comerciantes Antônio Joaquim da

Costa & Irmão. Faleceu ainda jovem, em 1872. Astrogildo e Cresolina de Magalhães, como indicado no ossuário, foram 2 anjos, isto é, crianças falecidas precocemente. Era uma crença no Brasil daquele período de que as crianças, ao morrerem, tornavam-se anjos que passariam a proteger a família.

Antônio Pereira da Silva trabalhou como comerciante e militar. Antônia foi filha de Matheus Antônio Silveira, despachante geral e guarda-livros. Augusto era filho de Augusto Ximeno de Villeroy, primeiro Governador Republicano do Amazonas. Avelino José de Campos faleceu em 1888. Francisco Agapito da Veiga foi 1º Tenente da Marinha. Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro foi Major, Secretário, 1º Escriurário do Tesouro Público Provincial e Deputado.

Hermenegildo de Souza Barbosa tinha uma loja e taverna que funcionou na antiga Travessa da Imperatriz (rua da Instalação) e na rua 5 de Setembro. Além de comerciante, José Joaquim Pingarilho organizava grandes bailes de Carnaval, sendo um dos pioneiros nessa área. João Velloso Barreto, proprietário de uma loja de tecidos, pertencia à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e à Sociedade Portuguesa Beneficente, atuando como 2º Secretário nesta última. Foi também Diretor da Associação Comercial do Amazonas (ACA). Faleceu em 1886.

João Ribeiro da Silva foi Engenheiro, Capitão, Coronel Inspetor das fortificações e outras obras militares da Província, Subdelegado de Polícia em Tabatinga, Professor de Matemáticas do Liceu Provincial e membro da Loja Maçônica Esperança e Porvir. Escreveu o trabalho *Melhoramentos do Amazonas*, comprada de sua viúva pelo Governo da Província em 1874. Raymundo José Ferreira de Alcântara foi Tenente, Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda Provincial e Subdelegado de Polícia em Manaus.

Esses nomes fizeram parte da sociedade amazonense de antanho. Eram comerciantes, militares de alta patente, engenheiros, funcionários e administradores públicos. Deve-se destacar que nem todos os moradores da antiga necrópole da Saudade puderam ter um novo local de descanso. Um bom número deles “desapareceu” por completo, sem que se pudesse conhecer seus nomes e origens. Durante os trabalhos de construção da sede do Atlético Rio Negro Clube – no terreno que outrora fora ocupado pelo cemitério – realizados entre 1938 e 1942, foram encontradas ossadas, a lembrar que onde passaria a reinar a diversão, outrora imperou a saudade e o culto à memória dos que ajudaram a construir o Amazonas.

4. 18. Jazigo de Silvério José Nery e família (1934)

Figura 86 – Jazigo de Silvério José Nery e família.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

A família Nery foi uma das mais poderosas oligarquias do Amazonas entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX, elegendo vários de seus membros deputados, governadores, interventores e prefeitos em diferentes momentos. Um deles foi Silvério José Nery (1858-1934), nascido no município de Coari. Realizou seus primeiros estudos em Manaus, seguindo posteriormente para o Rio de Janeiro, onde cursou Agrimensura na Escola Militar. De volta ao Amazonas, trabalhou por algum tempo com a demarcação de terras. Casou com Maria Maquiné da Silva Nery, de cujo consórcio nasceram seis filhos.

Assim como outros homens de sua família, entrou cedo na política. Ainda nos tempos do Império, foi vereador de Manaus e deputado provincial. Já na República, foi eleito e reeleito várias

vezes deputado estadual e federal, chefe de partido, senador e secretário do senado. É mais conhecido por ter sido governador do Estado do Amazonas entre 1900 e 1903. Em sua administração centralizou o governo, anulou contratos considerados onerosos, inaugurou o Museu de Numismática; o Laboratório de Análises Químicas, Bromatológicas e Toxicológicas; novas linhas de navegação para o interior; tornou o obrigatório o beneficiamento de borracha em Manaus; cumpriu o pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos; e instalou o moderno porto da capital⁹⁵⁹.

Deixou o governo em 1903, antes do término do mandato, para que seu irmão, Antônio Constantino Nery, pudesse assumir o cargo de governador, pois naquele período a sucessão governamental não poderia ocorrer entre parentes. O vice-governador, Monsenhor Coutinho, assumiu, ficando até 1904, quando Constantino Nery foi eleito governador. Retornou ao Senado Federal em 1904, desempenhando a função em sucessivos mandatos até 1930, quando ocorre o Golpe de Estado de Getúlio Vargas⁹⁶⁰. Faleceu em Manaus em 23 de junho de 1934.

Seu jazigo está localizado na quadra 11. Além de Silvério, nele estão enterrados Maria Maquiné da Silva Nery (1868-1940), esposa; Silvério José da Silva Nery (1900-1971), filho; e Júlio Nery, filho, Interventor Federal na década de 1940. É um jazigo vertical, com carneira de alvenaria e cabeceira, busto do falecido e uma cruz feitos de mármore de Carrara. Como citado por Borges, o busto é uma peça que foi largamente utilizada na arte tumular entre os séculos XIX e XX, tendo influência do Positivismo. A cabeça, explica Miranda Bruce-Mitford, é o receptáculo da vida, e por isso a parte mais importante do corpo, representando, para alguns grupos, fertilidade e poder⁹⁶¹. No epitáfio lemos: Silvério José Nery, 08 de outubro de 1858 – 22 de junho de 1934. Saudade de sua esposa e filhos. Maria M. da Silva Nery, 07 de agosto de 1860 – 18 de outubro de 1940. Gratidão de seus filhos”.

Ele chama atenção pela “simplicidade”, pois trata-se do monumento fúnebre de um membro da elite local, detentora de poder político e econômico. Seria questão de gosto, reflexo da crise econômica que se abateu sobre o Estado do Amazonas ou mudanças na estética e simbologia tumular? Pode-se pensar na conjugação dessas causas. A crise acarretou mudanças nos gostos estéticos da elite, que a partir da década de 1930 passou a optar por túmulos e jazigos destituídos de significados mais profundos, mas nem por isso baratos, pois os materiais utilizados, mármore de Carrara, Lioz, e metais como bronze, ainda ficaram por muito tempo restritos a uma parte da sociedade.

⁹⁵⁹ BITTENCOURT, 1973, op. cit., pp. 459-461.

⁹⁶⁰ BERTARELLI, Maria Eugenia. **Silvério José Nery**. Verbetes, Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NERY,%20Silv%C3%A9rio%20%20Jos%C3%A9.pdf>. Acesso em 14/03/2023.

⁹⁶¹ BRUCE-MITFORD, 2001, op. cit., p. 73.

4. 19. Jazigo de Manoel Joaquim Machado e Silva, Barão de Machado e Silva (1935)

Figura 87 – Jazigo de Manoel Joaquim de Machado e Silva, Barão de Machado e Silva.



Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Manoel Joaquim Machado e Silva, Barão de Machado e Silva, é uma figura pouco conhecida na História do Amazonas. Sua trajetória foi reconstituída nessa pesquisa através de necrológios (elogios fúnebres) e notas publicadas em jornais manauaras, cariocas e paraenses e no *Anuário Genealógico Brasileiro*, não sendo encontrados outros subsídios bibliográficos.

Nasceu na cidade do Porto, em Portugal, em 16 de fevereiro de 1853⁹⁶², no seio de uma destacada família. Fez os estudos em sua terra natal, transferindo-se ainda jovem para o Brasil, ficando residência na Província do Amazonas. Conforme publicações em jornais amazonenses e

⁹⁶² Anuário Genealógico Brasileiro, Ano IV, 1942, p. 199. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

paraenses, por volta de 1870 já estava estabelecido em Manaus como comerciante⁹⁶³. Foi nomeado vice-cônsul de Portugal no Amazonas em 1879. Bastante ativo na comunidade portuguesa, foi membro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas e da Loja Maçônica Esperança e Porvir. No meio comercial, destacou-se como gerente da poderosa *Casa Andresen*, galgando postos elevados na Associação Comercial do Amazonas (ACA)⁹⁶⁴.

Em 03 de abril de 1907 recebeu do ministro português no Brasil, Camello Lampreia, um telegrama informando que o governo de Portugal elevaria a consulado o vice-consulado do Amazonas e, em reconhecimento aos serviços prestados, lhe conceder o título de Barão de Machado e Silva⁹⁶⁵. Antes de receber o título de Barão, foi distinguido, em data incerta, com uma comenda.

Contraiu matrimônio em 26 de fevereiro de 1876 com Gertrudes Ferreira de Mendonça de Machado e Silva, membro de tradicional família amazonense, criando vínculos mais fortes com a terra⁹⁶⁶. Do enlace nasceram Branca de Araújo Lima, Judith de Rezende, Luiz Machado e Silva, Carlindo Machado e Silva, Jaime Machado e Silva, Ida Machado e Silva, Manoel Machado e Silva e Raul Machado e Silva. Faleceu em Manaus em 27 de março de 1935.

O jazigo da família Machado e Silva é bastante simples, levando em conta que trata-se do local de descanso de um rico comerciante e personalidade da sociedade luso amazonense. Ele é composto por uma campa tumular com uma cruz em baixo-relevo e lápide, onde lê-se o seguinte epitáfio: “Aqui repousam Manoel Joaquim Machado e Silva (Barão de Machado e Silva), sua esposa Gertrudes Mendonça e Silva e seus filhos Carlindo, Ida e Jayme. Paz às suas almas”. Carlindo faleceu em 1917.

Essa “simplicidade”, com a ausência de qualquer outro sinal de grandeza, a não ser o título ‘Barão de Machado e Silva’, dá margem a diferentes interpretações. Seria o sintoma de uma burguesia em crise, com a bancarrota da borracha, o reflexo de uma nova concepção sobre a morte, mais racional e menos simbólica, ou a austeridade típica da nobreza? Acredito na conjugação desses fatores. A austeridade tumular, marca da nobreza⁹⁶⁷ e de uma sociedade que começaria a demandar menos tempo aos mortos, foi acompanhada, no Amazonas, pela crise econômica. O túmulo do Barão de Machado e Silva reflete bem essas características.

A cidade dos mortos acompanha a dinâmica da cidade dos vivos. Da mesma forma que a expansão da economia gomífera financiou a construção de mausoléus monumentais, sua crise fez diminuir, e em alguns casos desaparecer, os investimentos no espaço cemiterial.

⁹⁶³ Jornal do Pará, 15/07/1877, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁶⁴ Morreu o Barão de Machado e Silva. Diário Carioca, 29/03/1935. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁶⁵ Jornal do Commercio, 05/04/1907, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁶⁶ Jornal do Amazonas, 28/02/1876, p. 03. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁶⁷ AIRES, 2021, op. cit.

4. 20. Túmulo de Alberto Cunha d'Alvim (1936)

Figura 88 – Túmulo de Alberto Cunha d'Alvim.

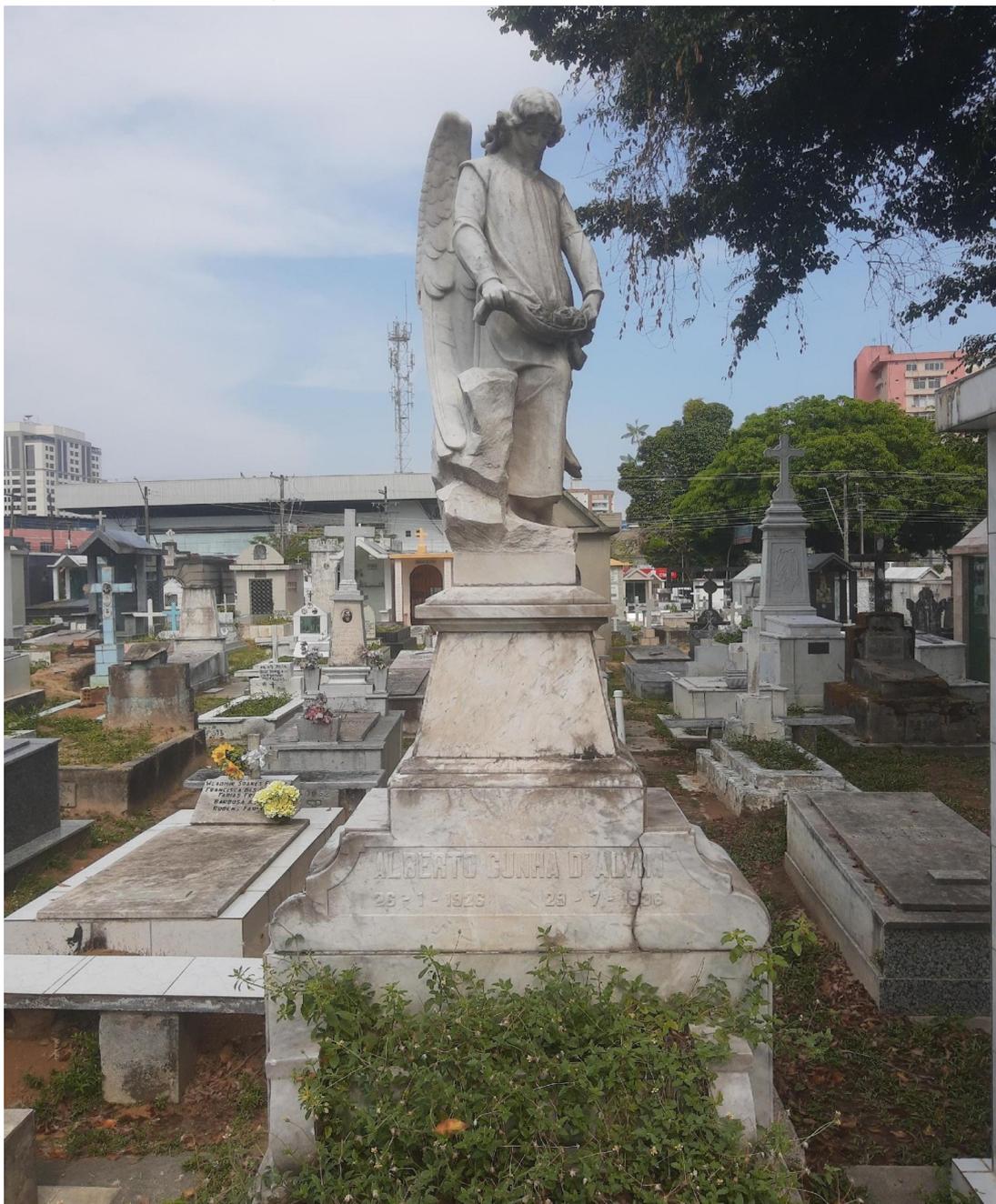


Foto: Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa.

Alberto Cunha d'Alvim nasceu em 26 de janeiro de 1926, filho de Altinha Cunha d'Alvim, herdeira do seringalista e político norte riograndense Raimundo Nonato da Cunha⁹⁶⁸, e Afonso d'Alvim, industrial e seringalista português⁹⁶⁹. As poucas referências ao seu nome aparecem na coluna *Manáos social*, do Jornal do Commercio, onde eram parabenizados os elementos mais benquistos da sociedade. Em 1928, por ocasião de seu aniversário de dois anos, seus genitores

⁹⁶⁸ BITTENCOURT, 1973, op. cit., p. 429.

⁹⁶⁹ O Paiz, RJ, 14/04/1926, p. 06. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

distribuíram 500 passagens de bondes para as pessoas humildes⁹⁷⁰. Dois anos depois, novamente em comemoração de seu natalício, distribuíram mais passagens de bondes, cerca de 350⁹⁷¹. Faleceu em 29 de julho de 1936.

Seu túmulo está localizado na quadra 10. Conforme inscrição, foi confeccionado por Pedro Porta & Filhos, estabelecidos na rua Santa Ifigênia, em bairro homônimo de São Paulo. A Marmoraria Pedro Porta & Filhos, antiga Cresta, foi fundada em 1889, e trabalhava com um “atelier de escultura, ladrilhos e azulejos”, tendo uma “galeria permanente de trabalhos para cemitérios”⁹⁷². A obra é ornada por um anjo de feições tristes, em pé sobre uma rocha, com as asas baixas e carregando flores. Antônio Motta destaca alguns aspectos dos anjos utilizados na decoração tumular:

[...] Suas fisionomias se alteravam em função do estado de tristeza ou de alegria que se pretendia comunicar: ora anunciadores, ora tomados pelo êxtase, de alma exultante; ora repletos de esperança, de alma liberta; ora abatidos pela desolação, e outras intermitências da alma romântica. A expressividade era também realçada pelo movimento de suas asas: em repouso, fechadas, inclinadas, semiabertas, prestes a alçar voo⁹⁷³.

Ele retrata bem a tristeza da família pela partida precoce de Alberto, aos 10 anos, e o investimento material feito em sua homenagem. Àquela época a morte infantil estava se tornando cada vez menos tolerável, dado os avanços da medicina. Em 1935, o governo do Estado do Amazonas observou, “em gelada perplexidade”, que no Cemitério São João Batista, em Manaus, foram sepultadas de 1891 a 1935, 35.903 crianças com idade até 9 anos, “percentagem aterrorizante numa cidade de média de 50.000 habitantes”⁹⁷⁴. A partida de uma criança ganhava uma nova roupagem, tendo se tornado uma tragédia.

Depositar flores em sepulturas é uma das práticas fúnebres mais antigas da humanidade. Segundo Mariana Antão de Carvalho Rosa, elas simbolizam o carinho, o respeito e as relações de afeto. O anjo que carrega flores é uma típica representação da saudade⁹⁷⁵. Maria Elizia Borges afirma que nas marmorarias essa variação é conhecida como *siesta flore*⁹⁷⁶.

⁹⁷⁰ Jornal do Commercio, 26/01/1928, p. 02. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁷¹ Jornal do Commercio, 28/01/1930, p. 01. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁷² A Vida Moderna, SP, VII ano, 1912, p. 70. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁷³ MOTTA, 2010, op. cit., p. 63.

⁹⁷⁴ Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembléa Legislativa, na abertura da sessão ordinária, em 03 de maio de 1936, p. 128. Biblioteca Nacional/RJ – Hemeroteca Digital.

⁹⁷⁵ ROSA, Mariana Antão de Carvalho. Flores, recordações e saudades: representações da morte infantil no Cemitério São José em Teresina-PI (1859-1950). ANPUH – Brasil – 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro/2021, p. 07.

⁹⁷⁶ BORGES, 2002, op. cit., p. 185.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ritos fúnebres vistos até aqui não são exclusivos de Manaus. Fazem parte de um rico cotidiano fúnebre compartilhado entre os brasileiros de diferentes regiões desde o período Colonial, quando a Igreja Católica fincou raízes no território, desenvolvendo uma pedagogia do bem morrer, na qual ensinava seus fiéis a se preparar para a morte. O medo da condenação eterna e a esperança na salvação não saíam do pensamento de nossos antepassados.

Desde o momento em que adoecia e se tornava um moribundo, o manauara começava a administrar a própria passagem, dando as últimas instruções para os familiares, cuidando dos detalhes do velório e do enterro. O fazia serenamente, em casa, rodeado pelos parentes, amigos e vizinhos, sendo formada uma rede de sociabilidade e solidariedade. Vida comunitária fruto da piedade para com as almas do Purgatório e do medo que as mesmas ficassem vagando pelo plano terreno.

O cadáver era cuidadosamente preparado para o velório, que muitas vezes acabava se transformando em um movimentado evento social, com comida, bebidas e contação de histórias, mostrando a convivência entre o sagrado e o profano. Igualmente concorridos eram os enterros, alguns levando multidões aos cemitérios da cidade. A pompa fúnebre se fazia presente nos funerais dos membros da elite, sendo um importante elemento de distinção social. O luto, que hoje se vive com imensa rapidez, era guardado por longo tempo, modificando o guarda-roupas com o preto, o branco e o cinza. As missas de corpo presente, cotidianas, de sétimo dia, de mês e aniversário de falecimento amenizavam o sofrimento no Purgatório.

A Manaus de outrora tinha lugares específicos para o descanso eterno de seus habitantes. Os indígenas, primeiros moradores da região, enterravam seus mortos em dois grandes cemitérios. O primeiro se estendia da fortaleza construída pelos portugueses, passando pelo Largo da Trincheira (Praça IX de Novembro) até chegar à Praça Dom Pedro II; e o segundo ficava onde no início do século XIX foi construída a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e sua praça. A partir da segunda metade do século XVII, os colonizadores portugueses introduzem um novo costume fúnebre, os enterros *ad sanctos apud ecclesiam*, dentro e ao redor da igreja. Os cristãos eram sepultados na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1695, e em seu largo, posteriormente conhecido como Largo da Trincheira e Praça IX de Novembro; e, a partir de 1818, na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e em seu largo.

Na Europa, desde o final do século XVIII médicos sanitaristas recomendavam o fim dos enterros tradicionais, afirmando que as emanações da decomposição dos cadáveres eram as causadoras de doenças epidêmicas. Esse discurso médico chegou ao Brasil no início do século seguinte, quando tentou-se em mais de uma ocasião acabar com essa prática. Seria apenas na

década de 1850, quando o Império foi atingido por graves epidemias de cólera e febre amarela, que a proibição teve efeito, surgindo os primeiros cemitérios públicos afastados das áreas urbanas. Em 1854 o governo da Província do Amazonas cerca o Cemitério dos Remédios, o transformando em cemitério público provisório e proibindo os enterros nas igrejas, seus adros e largos. Uma epidemia de febre amarela, em 1856, forçou o fechamento desse campo santo e abertura, às pressas, em área afastada da zona urbana, do Cemitério de São José, concluído em 1859. Cercado, com capela e um regulamento, tornou-se a principal necrópole da cidade. Na década de 1870, uma nova epidemia, dessa vez de varíola, deu origem, no afastado arrabalde de São Raimundo, ao Cemitério dos Variolosos. Ao lado dele, em 1888, foi inaugurado o Cemitério de São Raimundo.

As velhas necrópoles do período provincial foram substituídas, no início do período Republicano, pelo Cemitério de São João Batista, construído no então bairro do Mocó e inaugurado em 05 de abril de 1891 na dinâmica administração do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro. Seguindo os ditames da nova ordem política, passou a ser administrado pela Prefeitura, recebeu novo regulamento e, no início do século XX, foi remodelado conforme os padrões técnicos e estéticos da Belle Époque. As cercas de madeira deram lugar aos muros com gradis de ferro importado. O velho necrotério deu lugar a uma capela de estilo neogótico. Em síntese, o poder público investiu pesado no embelezamento desta necrópole, transformada pela elite política, econômica e cultural como local de afirmação de poder/status e culto à memória. Não foi um caso isolado. No Ocidente, desde o início do século XIX, os cemitérios públicos tornaram-se locais monumentais, com túmulos e jazigos artisticamente construídos. Na década de 1930 túmulos, jazigos e restos mortais do antigo Cemitério de São José (1856-1891) foram transferidos para o São João Batista, o que possibilitou o estudo dos artefatos da segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, verificamos como o Estado e a elite, mantendo relações bastante imbricadas, trabalharam no processo de monumentalização do Cemitério de São João Batista. O Estado através de melhoramentos, reformas, adequações, e a elite com a aquisição de obras tumulares que passaram a embelezar suas ruas e quadras.

Nos subúrbios, até a década de 1930, verifica-se a abertura dos cemitérios de São Francisco, na Colônia Oliveira Machado, hoje integrado ao bairro Morro da Liberdade; Nossa Senhora da Piedade, no bairro Tarumã; Santo Alberto, na Colônia Antônio Aleixo; e Santa Helena, em São Raimundo. Interessante notar a persistência das diferenças de classe. Até hoje o Cemitério de São João Batista é um espaço destinado ao enterro das classes média e alta amazonense. O desejo de ser sepultado nele é tão grande que chega a movimentar um lucrativo mercado negro de venda ilegal de sepulturas, negociadas a peso de ouro. Os campos santos de São Francisco, Nossa Senhora da Piedade, São Raimundo, Santo Alberto e Santa Helena continuam a receber os menos afortunados e

indigentes, sofrendo com a má organização e conservação e mostrando que a ideia de igualdade após a morte não passa de uma ilusão.

A partir da leitura das fontes, as mais variadas, de relatórios de presidentes de província à crônicas jornalísticas, identificou-se que a relação da população manauara com os cemitérios sofreu mudanças significativas entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Eles eram espaços que inauguravam novas formas de se relacionar com a morte e os mortos, encerrando a tradicional prática dos enterros nas igrejas e seus arredores.

Logo, constatou-se que na segunda metade do século XIX (1860-1880) o cotidiano nos cemitérios manauaras era marcado por um sentimento predominantemente religioso, com a valorização, tanto pelos frequentadores quanto pela imprensa, do sentimento de união familiar e piedade cristã. Aspectos estéticos e arquitetônicos não eram destacados. No caso dos Cemitérios de São José e São Raimundo, eles eram modestos ou mesmo inexistentes. Isso não quer dizer que não existiram tentativas de embelezar os campos santos e constituir uma diferenciação social através das obras tumulares, conforme ficou evidente nos artigos do Regulamento de 1859 do Cemitério de São José, com áreas próprias para monumentos, nas quadras principais; e sepulturas comuns e em áreas menos nobres para escravizados e pessoas de menos posse.

No início do século XX, quando os cemitérios já não estão mais sob tutela da Igreja e tornam-se domínio do Estado, que realiza uma série de reformas tanto na cidade dos vivos quanto na dos mortos, aflora um novo discurso/representação sobre as necrópoles, com a valorização não apenas dos aspectos religiosos, mas também, e principalmente, da memória cívica (culto aos grandes homens), da estética cemiterial e da distinção de classe através dos monumentos funerários. Nesse período, marcado pela expansão do capitalismo industrial e o crescimento urbano, os cemitérios passam a ser reformados e embelezados por administradores públicos, fazendo parte dos pacotes de obras de urbanização e embelezamento das grandes cidades; e pelas elites, que importam suntuosos túmulos e jazigos, verdadeiras obras de arte que, além de representarem concepções sobre a morte, atestavam suas posições na sociedade.

Assim, verificamos no decorrer desta pesquisa como os cemitérios de Manaus deixaram de ser apenas locais de descanso, limite entre a vida terrena e a espiritual. Eram agora, nesse novo contexto, locais de culto à memória e autorrepresentação. Teve grande influência nessa transformação a filosofia Positivista, segundo a qual o homem continuaria “vivendo” enquanto fosse lembrado por seus feitos, pelo destaque que teve em vida na sociedade da qual fazia parte. Eles tornam-se também lugar de identidade. Determinados grupos identificam-se ao visitar os túmulos de seus antigos membros, através dos símbolos impressos nos artefatos mortuários e do culto à memória de seus proprietários.

O sentimento religioso nunca desapareceu, pois apesar da separação entre Estado e Igreja nos primeiros anos da República, a população continuaria majoritariamente católica e praticante. Ele passaria a dividir espaço com a exaltação da memória de personagens ilustres, políticos, empresários e intelectuais.

Em tempos de pandemia, como a de Gripe Espanhola, que atingiu a cidade entre 1918 e 1919, e, mais recentemente, a pandemia de Covid-19, que vitimou milhares de pessoas, a relação da população com os cemitérios era interrompida, pois a presença em cortejos fúnebres, enterros e romarias aos campos santos era proibida para se evitar o contágio. No lugar de uma simples cova rasa, restava o enterro em valas comuns, abertas tanto no cemitério da elite quanto nos cemitérios dos subúrbios, onde a doença grassava com mais intensidade. Com essa alteração nas práticas funerárias, o processo de enfrentamento e aceitação da morte dava lugar ao medo.

Além de sentimentos e crenças, os enterros e romarias realizadas no Dia de Finados e no cotidiano movimentavam também a economia local. Ontem como hoje, morrer custava caro. Através de anúncios publicados em periódicos foi possível encontrar estabelecimentos e particulares oferecendo seus produtos e serviços, de ornamentação de túmulos à venda de roupas fúnebres, para todos os gostos e bolsos.

Do ponto de vista ideológico, os cemitérios foram largamente utilizados na realização de grandes enterros cívicos de militares, políticos, empresários e intelectuais, verdadeiros espetáculos que simbolizavam suas novas funções e serviam de mecanismo visual para a propagação pedagógica de valores políticos e trajetórias exemplares. Isso ficou bastante claro ao serem estudados os casos de Silvério Nery, Eduardo Gonçalves Ribeiro, Cyrillo Neves, Agesilau Pereira da Silva, Heliodoro Balbi e outros vultos do passado.

Através do estudo dos túmulos e jazigos, aqui entendidos como monumentos, foi possível conhecer com mais clareza a sociedade amazonense – leia-se elite – entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e suas concepções de vida e morte.

As obras tumulares do período que vai de 1860 a 1880, oriundas do Cemitério de São José, foram construídas em mármore de Lioz, indicando a origem portuguesa. Em uma delas foi encontrada a assinatura das Oficinas de Germano José de Salles & Filhos, localizada na Rua do Arsenal, em Lisboa. Manaus só vai ter uma marmoraria especializada em 1898. Até aquela data os mais afortunados recorriam às oficinas de cantaria portuguesas e paraenses. Repousam nesses sepulcros membros da elite provincial, formada por militares de alta patente, comerciantes, profissionais liberais e seus dependentes (filhos e esposas).

O Neoclássico é o estilo dominante, com obeliscos, colunas, frontões e figuras trajadas como na Antiguidade greco-romana. Os símbolos, que são as ampulhetas aladas, foices, oroboros, flores de Perpétua e Saudade e aves como a coruja, dizem respeito à consumação do tempo, à

colheita da vida e ao sono da morte. Os anjos são representados esbeltos, assexuados, com expressões serenas, reflexivas e com as asas baixas. As pranteadoras assemelham-se à Virgem Maria, tendo suas expressões contidas. Por longos séculos, desde a Idade Média, a morte, apesar de temida, foi enfrentada com serenidade. Uma série de ritos fúnebres traduzia o momento. No entanto, por volta de 1800 ela começa a ser encarada com maior dificuldade. Não a própria morte, mas a de amigos e familiares. A morte do outro, assim chamada por Ariès, aflorou a dor da perda e o sentimento de saudade, dando origem ao culto dos cemitérios, onde os falecidos seriam eternizados através de túmulos de jazigos. A pedra reflete o estado da alma.

Tendo em vista o processo de secularização em curso Brasil, na transição da Monarquia para a República, concluiu-se que a mudança na jurisdição dos cemitérios, que saíram da alçada da Igreja para a do Estado, teve influência marcante nas formas tumulares, possibilitando a construção de obras profanas/seculares, ligadas a valores diversos dos religiosos, mas nem por isso deles desvinculadas.

As obras tumulares do Cemitério de São João Batista construídas entre 1890 e 1930 atestam mudanças nas concepções de vida e morte da elite amazonense, nessa nova fase formada por seringalistas, aviadores, grandes comerciantes, burocratas, políticos, militares, médicos, farmacêuticos, engenheiros, advogados e magistrados. O cemitério tornou-se o espaço utilizado por ela para expressar seu poderio econômico, político e cultural através de monumentos fúnebres artisticamente construídos, assinados por artistas renomados e encomendados a marmorarias especializadas, com destaque para a Ítalo-Amazonense, responsável pela maior parte dos trabalhos aqui analisados. Essas construções não são apenas símbolos de poder, mas de uma imortalidade subjetiva, oriunda da nossa dificuldade em nos imaginar finitos e trabalhada pela corrente filosófica Positivista, em voga no período.

O Neoclássico passou a dividir espaço com os estilos Art Nouveau e Eclético. Os símbolos escatológicos aparecem cada vez menos, dando lugar a signos relacionados à ressurreição, à fé, à glória, à força e à nobreza. As esculturas ganham movimento. Os anjos, agora com feições femininas, são representados triunfantes, de asas abertas e apontando para o alto. As mulheres, representadas como pranteadoras e a Virgem Maria, desempenham a função de guardiãs da família, neste e no outro mundo. A cidade dos mortos reflete, nessa nova fase, o ideário burguês de *fin de siècle*. Dessa forma, a elite amazonense, mergulhando de corpo e alma na Belle Époque e nos valores da modernidade e intervindo tanto na cidade dos vivos quanto na dos mortos, transformou o Cemitério de São João Batista em um espaço genuíno de culto à memória e exaltação da vida.

O ser humano – e não serei eu o primeiro a fazer tal afirmação – é contraditório. Ao mesmo tempo em que teme a morte e o conseqüente desaparecimento, lutando para retardar o processo através da medicina e tentando deixar alguma lembrança duradoura, concorre para o extermínio da

fauna, da flora e de seus semelhantes, esquecendo que a vida, essa existência garantida pela evolução ou pelo sopro divino, como queiram, deve ser vivida de forma coletiva e sustentável. No mais, carregaremos para sempre a frustração de não conseguirmos dominar a morte – nossa conhecida desde a hora do nascimento – pois é da natureza humana tentar controlar o que está fora do nosso alcance.

Quem quiser conhecer a fundo a História de Manaus, das pessoas que a construíram em diferentes momentos, deve visitar seus cemitérios, onde jazem gerações de homens e mulheres que a escolheram como local de trabalho e moradia, aqui fincando raízes. É necessário conhecer e ocupar esses espaços, ricos em possibilidades de pesquisa e ensino e parte do nosso patrimônio e identidade.

FONTES

JORNAIS E REVISTAS

O Amigo do Homem, RJ, 11/08/1827.

Estrella do Amazonas, 13/05/1854.

Estrella do Amazonas, 07/06/1854.

Estrella do Amazonas, 24/06/1854.

Estrella do Amazonas, 11/06/1856.

Estrella do Amazonas, 03/11/1858.

Estrella do Amazonas, 17/11/1858.

Estrella do Amazonas, 29/11/1858.

Estrella do Amazonas, 11/05/1859.

Estrella do Amazonas, 14/09/1859.

Estrella do Amazonas, 10/11/1859.

Estrella do Amazonas, 18/01/1860.

Estrella do Amazonas, 13/03/1861.

Estrella do Amazonas, 15/01/1862.

Estrella do Amazonas, 18/06/1862.

Estrella do Amazonas, 29/06/1861.

Estrella do Amazonas, 12/07/1862.

Estrella do Amazonas, 20/08/1862.

Estrella do Amazonas, 27/08/1862.

Estrella do Amazonas, 26/11/1862.

O Catechista, 30/01/1864.

O Catechista, 07/05/1864.

O Catechista, 03/12/1864.

O Catechista, 24/12/1864.

O Catechista, 07/01/1865.
O Catechista, 28/01/1865.
O Catechista, 06/05/1865.
Amazonas, 31/10/1866.
Amazonas, 30/01/1867.
Jornal do Rio Negro, 10/12/1867.
Amazonas, 30/05/1868.
Amazonas, 01/05/1869.
Correio de Manáos, 07/09/1869.
Amazonas, 21/10/1869.
Correio de Manáos, 26/10/1869.
Amazonas, 29/10/1869.
O Catechista, 06/11/1869.
Correio de Manáos, 24/12/1869.
O Catechista, 15/01/1870.
Amazonas, 13/05/1871.
Commercio do Amazonas, 27/04/1872.
Amazonas, 25/05/1872.
Amazonas, 02/11/1872.
Boletim Official, 04/05/1873.
Boletim Official, 23/06/1873.
Jornal das Famílias, RJ, maio de 1874.
Jornal do Amazonas, 02/11/1875.
Jornal do Amazonas, 28/02/1876.
Jornal do Amazonas, 04/03/1877.
Jornal do Pará, 15/07/1877.

Amazonas, 04/08/1878.
Amazonas, 30/10/1878.
Amazonas, 01/11/1878.
Amazonas, 26/02/1879.
Amazonas, 02/03/1879.
Amazonas, 23/03/1879.
Amazonas, 09/04/1879.
Commercio do Amazonas, 21/09/1879.
Commercio do Amazonas, 29/06/1880.
Commercio do Amazonas, 10/08/1880.
Commercio do Amazonas, 19/08/1880.
Amazonas, 08/02/1881.
Amazonas, 21/10/1881.
Amazonas, 14/09/1881.
Amazonas, 16/09/1881.
Amazonas, 03/11/1882.
Jornal do Amazonas, 26/01/1882.
Amazonas, 20/08/1882.
Amazonas, 25/10/1882.
Amazonas, 1883.
Amazonas, 15/07/1883.
Amazonas, 03/10/1883.
Abolicionista do Amazonas, 01/06/1884.
Jornal do Amazonas, 04/01/1885.
A Província, 27/09/1885.
Jornal do Amazonas, 05/11/1885.

Jornal do Amazonas, 09/03/1886.

Jornal do Amazonas, 14/12/1886.

Jornal do Amazonas, 22/01/1887.

Jornal do Amazonas, 03/03/1887.

Jornal do Amazonas, 24/05/1887.

Jornal do Amazonas, 14/11/1887.

A Província do Amazonas, 07/03/1888.

Jornal do Amazonas, 22/07/1888.

Jornal do Amazonas, 11/10/1888.

Amazonas, 09/07/1890.

Amazonas, 05/11/1890.

Diário de Manáos, 14/01/1891.

Amazonas, 20/10/1892.

Amazonas, 18/12/1892.

Diário de Manáos, 25/04/1893.

Diário de Manáos, 13/08/1893.

Amazonas, 10/10/1893.

Diário Oficial, 23/12/1893.

Diário de Manáos, 21/01/1894.

Diário de Manáos, 24/02/1894.

O Paiz, RJ, 10/10/1894.

Diário Oficial, 30/10/1894.

Amazonas Commercial, 10/03/1895.

Diário Oficial, 17/01/1896.

Diário de Notícias, PA, 01/11/1896.

O Imparcial, 19/05/1897.

O Imparcial, 04/06/1897.
O Imparcial, 12/06/1897.
Commercio do Amazonas, 22/07/1898.
Diário Official, 19/10/1898.
O Pará, 22/10/1898.
O Pará, 23/10/1898.
Commercio do Amazonas, 18/11/1898.
A Federação, 04/01/1899.
A Federação, 30/04/1899.
A Federação, 24/05/1899.
Commercio do Amazonas, 22/07/1899.
Commercio do Amazonas, 27/10/1899.
Commercio do Amazonas, 31/10/1899.
A Federação, 02/11/1900.
Commercio do Amazonas, 05/11/1900.
Commercio do Amazonas, 20/11/1900.
Quo Vadis? 08/12/1902.
Quo Vadis? 16/05/1903.
Quo Vadis?, 30/05/1903.
Jornal do Commercio, 29/01/1904.
Jornal do Commercio, 16/02/1904.
Jornal do Commercio, 19/03/1904.
Quo Vadis? 29/03/1904.
Jornal do Commercio, 19/04/1904.
Jornal do Commercio, 21/05/1904.
Jornal do Commercio, 18/01/1905.

Jornal do Commercio, 12/12/1905.
Jornal do Commercio, 18/04/1906.
Jornal do Commercio, 12/01/1907.
Jornal do Commercio, 05/04/1907.
Jornal do Commercio, 29/04/1907.
Jornal do Commercio, 10/08/1907.
Jornal do Commercio, 06/10/1907.
Jornal do Commercio, 03/01/1908.
Gazeta de Notícias, RJ, 13/06/1908.
Jornal do Commercio, 02/11/1908.
Jornal do Commercio, 08/07/1909.
Jornal do Commercio, 28/06/1909.
Jornal do Commercio, 20/07/1909.
Correio do Norte, 02/10/1909.
Jornal do Commercio, 03/11/1909.
Jornal do Commercio, 06/11/1909.
Jornal do Commercio, 08/12/1909.
Jornal do Commercio, 14/02/1910.
Correio do Norte, 03/05/1910.
Jornal do Commercio, 22/10/1910.
Jornal do Commercio, 24/10/1910.
Correio do Norte, 11/02/1911.
O Pimpão, 20/08/1911.
Jornal do Commercio, 09/10/1911.
Jornal do Commercio, 23/05/1912.
Jornal do Commercio, 27/05/1912.

Jornal do Commercio, 29/05/1912.
Jornal do Commercio, 30/05/1912.
Jornal do Commercio, 31/05/1912.
Correio do Norte, 22/06/1912.
Jornal do Commercio, 14/07/1912.
Jornal do Commercio, 15/07/1912.
Jornal do Commercio, 17/07/1912.
Jornal do Commercio, 19/07/1912.
A Lanceta, 07/09/1912.
A Lanceta, 11/09/1912.
Jornal do Commercio, 13/10/1912.
Jornal do Commercio, 28/01/1913.
Jornal do Commercio, 25/05/1913.
Jornal do Commercio, 03/11/1913.
O Pirralho, SP, 08/11/1913.
Jornal do Commercio, 31/12/1913.
Jornal do Commercio, 19/01/1914.
Jornal Sportivo, 19/04/1914.
Jornal do Commercio, 25/05/1914.
Jornal do Commercio, 31/05/1914.
A Lanceta, 03/10/1914.
Jornal do Commercio, 05/10/1914.
Jornal do Commercio, 18/10/1914.
Jornal do Commercio, 25/10/1914.
Jornal do Commercio, 03/11/1914.
Revista Ilustração Brasileira, RI, 16/12/1914.

Jornal do Commercio, 18/02/1915.

O Paiz, RJ, 15/03/1915.

A Lanceta, 15/05/1915

A Lanceta, 24/07/1915.

Jornal do Commercio, 22/11/1915.

A Encrenca, 12/12/1915.

A Encrenca, 11/06/1916.

A Encrenca, 25/06/1916.

Jornal do Commercio, 23/07/1916.

Jornal do Commercio, 24/07/1916.

A Encrenca, 10/09/1916.

Jornal do Commercio, 17/09/1916.

A Encrenca, 01/10/1916.

Jornal do Commercio, 12/11/1916.

Jornal do Commercio, 22/02/1917.

Jornal do Commercio, 15/04/1917.

A Capital, 03/08/1917.

A Capital, 04/08/1917.

A Capital, 07/08/1917.

Jornal do Commercio, 15/08/1917.

A Capital, 15/08/1917.

Jornal do Commercio, 26/10/1917.

A Capital, 03/11/1917.

A Capital, 18/02/1918.

A Capital, 13/03/1918.

Imparcial, 03/05/1918.

A Capital, 20/10/1918.
A Capital, 01/11/1918.
A Capital, 02/11/1918.
Jornal do Commercio, 03/11/1918.
Jornal do Commercio, 02/11/1918.
A Capital, 04/11/1918.
A Capital, 06/11/1918.
Imparcial, 11/11/1918.
Imparcial, 14/11/1918.
A Capital, 15/11/1918.
Imparcial, 16/11/1918.
Jornal do Commercio, 17/11/1918.
Imparcial, 18/11/1918.
Imparcial, 19/11/1918.
Imparcial, 20/11/1918.
Jornal do Commercio, 20/11/1918.
Jornal do Commercio, 21/11/1918.
Jornal do Commercio, 20/05/1919.
Jornal do Commercio, 28/02/1920.
Jornal do Commercio, 27/06/1920.
Jornal do Commercio, 26/09/1920.
O Gymnasiano. 26/07/1921.
Jornal do Commercio, 13/10/1921.
Jornal do Commercio, 15/04/1923.
Jornal do Commercio, 01/05/1923.
Jornal do Commercio, 17/02/1925.

Jornal do Commercio, 14/04/1925.

Diário Oficial do Estado do Amazonas, 11/01/1926.

O Paiz, RJ, 02/10/1926.

Jornal do Commercio, 22/10/1926.

Jornal do Commercio, 28/10/1926.

Jornal do Commercio, 02/11/1926.

Jornal do Commercio, 11/05/1928.

Jornal do Commercio, 20/06/1928.

Jornal do Commercio, 26/02/1928.

Jornal do Commercio, 07/03/1928.

Jornal do Commercio, 03/11/1928.

Jornal do Commercio, 03/11/1929.

Jornal do Commercio, 20/07/1930.

Jornal do Commercio, 25/09/1930.

Diário Oficial do Estado do Amazonas, 26/09/1931.

O Autaense, Itacoatiara, março de 1932.

Diário Carioca, RJ, 29/03/1935

Jornal do Commercio, 30/01/1937.

Jornal do Commercio, 02/11/1937.

Jornal do Commercio, 03/11/1937.

Jornal do Commercio, 03/11/1939.

Almanak Laemmert, ed. 1940.

Jornal do Commercio, 05/09/1941.

Anuário Genealógico Brasileiro, Ano IV, 1942.

Jornal do Commercio, 16/09/1947.

Jornal do Commercio, 16/12/1949.

Diário Oficial do Estado do Amazonas, 22/07/1986.

Jornal do Commercio, 31/01/2001.

Jornal do Commercio, 07/12/2001.

LEIS, DECRETOS, RELATÓRIOS E COMPROMISSOS

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1º de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2º sessão ordinaria, pelo presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 01/08/1854, em que se abriu a sua 3º sessão ordinaria, pelo Presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna.

Exposição feita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Amazonas, o Doutor João Pedro Dias Vieira, pelo 1º Vice-Presidente Doutor Manoel Gomes Corrêa de Miranda, por ocasião de passar-lhe a Administração da mesma Provincia em 28 de janeiro de 1856.

Relatório, 08/07/1856.

Relatório, 26/02/1857.

Falla, 01/10/1857.

Relatório, 07/09/1858.

Relatório, 03/05/1859.

Regulamento nº 11 de 26 de maio de 1859. In: Estrella do Amazonas, 27/07/1859.

Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amazonas na primeira sessão da 12º legislatura em 25 de março de 1874 pelo presidente da provincia, bacharel Domingos Monteiro Peixoto.

Falla com que o Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Provincia do Amazonas, abriu a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1880.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá.

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade abriu a 1º sessão da 19º legislatura da Assembléa Provincial do Amazonas em 05 de setembro de 1888.

Exposição com que o Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Commendador Clementino José Pereira Guimarães devia instalar no dia 10 de março de 1887 a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas.

Intendência Municipal, Sessão Ordinária de 03/03/1891.

Decretos, Leis e Regulamentos. Administração Fileto Pires Ferreira, 1889 a 1896. Manáos: Imprensa Official, 1897. Tomo II – 1891.

Mensagem do Exm. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado do Amazonas, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária, em 10 de Julho de 1893.

Mensagem lida pelo Snr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas, em 10 de Julho de 1894.

Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em 1.º de Março de 1896 pelo Exm. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado do Amazonas.

Mensagem lida perante a assembleia legislativa na abertura da primeira sessão ordinária da décima legislatura, pelo exmo. sr. dr. Pedro de Alcantar Bacellar, Governador do Estado, a 10 de julho de 1919.

Relatório da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município, 1922.

Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa pelo Exm. Snr. Antonio Monteiro de Souza em 14 de julho de 1927.

Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso Mario Corrêa á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1ª sessão ordinária da 15ª legislatura, 13/05/1928.

Mensagem escrita pelo prefeito de Manáos Dr. Joaquim Augusto Tanajura à Intendencia Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1930.

Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembléa Legislativa, na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1936.

Mensagem que o Prefeito de Manaos Agronomo Antonio Botelho Maia dirigiu á Camara Municipal em a primeira reunião ordinária de 15 de abril de 1937.

Livro de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (1853-1863). Arquivo da Cúria Metropolitana de Manaus.

Registro de Testamentos. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manáos. Manáos: Impresso na Typ. Do Commercio do Amazonas, 1880. Centro de Documentação da Amazônia (CDMAM).

Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Cidade de Manáos, capital da Província do Amazonas. Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1882. Centro de Documentação da Amazônia (CDMAM).

Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manáos. Manáos: Impresso na Typ. Do Commercio do Amazonas, 1883. Centro de Documentação da Amazônia (CDMAM).

Compromisso da Irmandade do Glorioso Martyr São Sebastião. Manáos: Impresso na Typographia do Jornal do Amazonas, 1885. Centro de Documentação da Amazônia (CDMAM).

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.html.

Memória Estatística do Brasil na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Disponível em http://www.ppe.ipea.gov.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php?p=85&c=t e <http://archive.org/stream/recenseamento1872am#page/n65/mode/2up>

Tabela 1. 6 – População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa (PT): Teorema, 1989.

ARAÚJO, André Vidal de. **Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação**. Manaus: Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1974.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Ritos de Morte**. Correio Paulistano (SP), 17/04/1949.

AIRES, Matias. **Reflexões sobre a vaidade dos homens**. Lisboa (PT): Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Um Olhar pelo Passado**. Manaus: Prefeitura Municipal/GRAFIMA, 1990.

AGOSTINHO, Santo. **A verdadeira religião. O cuidado devido aos mortos**. São Paulo: Paulus, 2002.

AURÉOLA OU NIMBO. Dicionário de Símbolos. Disponível em: <https://sites.google.com/view/dicionariodesimbolos/aur%C3%A9ola-ou-nimbo>. Acesso em 28/10/2023.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. **Diccionario Topographico, Historico, Descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas**. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852. (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin).

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. **Viagem ao Brasil. 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AZEVEDO, André Nunes de. As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. **Outros Tempos**, vol. 13, n. 22, 2016, p. 69-88.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial 1889-1930**. PUC-RS, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Anjinhos e Diabinhos: Representações da Infância na Imprensa Periódica do Paraná Provincial (1854-1889). **Anais do XIV Encontro Regional de História**. Unespar, 2014.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Imagens fotográficas – a presença do ausente. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

ARAÚJO, Moisés Dias de. **O grito dos trabalhadores: movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

ALVES, Juliana Araújo. **Do hospital ao bairro: desativação do “Hospital-Colônia” e criação do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus, AM**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, 2011.

AIRES, Anderson Pires. A nobreza e a ocupação da cidade cemiterial de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **XXII Encuentro de la Red Iberoamericana de Valoración e Gestión de Cementerios Patrimoniales**, 29 de noviembre al 3 de diciembre de 2021.

BARATA NETO, Humberto D. F. **Cemitério Municipal de São João**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

BÍBLIA Católica Online. Disponível em: <http://www.pr.gonet.biz/biblia.php?submit=Ler&ATNT=0&Book=0&Chapter=3&versao=1&simples=1&biblia2=0&head=1>.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 6º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAZE, Abraham. José Manuel de Macedo e a “Casa Mesquita”. In: **Amazônia: fragmentos da história**. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2018, p. 151-158.

BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus – Pródromos e Sequências**. Manaus: Artenova, 1969.

_____. **Manaus – sua origem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico – IBGE, v. 7, n. 76, p. 385-395, jul. 1949.

_____. **Boletim da Associação Comercial do Amazonas**. Manaus: ACA, 1956.

_____. **Corografia do Estado do Amazonas**. Apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus: ACA – Fundo Editorial, 1985.

_____. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: Do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo Editora, 2006.

BUENO, Eva Paulino. Burakumin. **Revista Espaço Acadêmico – Ano II – nº 17 – Outubro/2002**.

BOTELHO, João Bosco; TADROS, Vânia Maria Tereza Nova. A histórica resistência do Pajé. In: **Amazônia em Cadernos**, n. 6, jan./dez., 2000.

- BRAGA, Robério. **Os primeiros cemitérios de Manaus**. Série Memória, SEC-AM, 2003.
- BRAGA, Genesino. A Praça-Berço. In: **Chão e Graça de Manaus**. 2º ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1987.
- _____. **A luz que fulge há um século**. Jornal do Commercio, 11/01/1970.
- BEMFICA, Francisco. Ligeiro histórico da Igreja de N. S. dos Remédios. **Revista Victoria-régia**, abril de 1932.
- BRUCE-MITFORD, Miranda. **O livro ilustrado dos símbolos: o universo das imagens que representam as ideias e os fenômenos da realidade**. Trad. de Fernando Wizard, Maria Ção Rodrigues. São Paulo: Publifolha, 2001.
- BERTARELLI, Maria Eugenia. **Silvério José Nery**. Verbetes, Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NERY,%20Silv%C3%A9rio%20%20Jos%C3%A9.pdf>.
- BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. **Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- BARBOSA, Leite. **In Memoriam**. Jornal do Commercio, 02/11/1972.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. 3º ed. Manaus: Editora Valer, 2009.
- CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Descobrimento do Rio das Amazonas**. Traduzidos e anotados por C. De Melo-Leitão. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.
- CUPPER, Maria Terezinha da Rosa. **Educação e cultura: leitura do cemitério de São João Batista - Manaus/AM**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- COSTA, Heraldo. Licença para morrer: a questão do sepultamento dos ingleses por ocasião dos Tratados de 1810. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**, 2008.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. Um século de Cólera: Itinerário do Medo. **Physis**. Revista de Saúde Coletiva, vol. 4, no. 1. p. 79-110, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10º ed. São Paulo: Ediouro, s. d.
- _____. **Superstição no Brasil**. 1º ed. digital. São Paulo: Global, 2015.
- CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v.12 (20), p. 163-182, jan.-jun. 2010.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – o século XVIII. **Revista do Departamento de História da UFMG**, n. 4, pp. 03-24, 1987.

CINZENTO (simbologia). Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/bom-portugues/duvidas-da-lingua/\\$cinzento-\(simbologia\)](https://www.infopedia.pt/bom-portugues/duvidas-da-lingua/$cinzento-(simbologia)).

CORRÊA, Luiz de Miranda. **O Nascimento de uma Cidade: Manaus 1890 a 1900**. 2º ed. Manaus: Academia Amazonense de Letras/Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1992.

CROSS, F. L.; LIVINGSTONE, E. A. *All Souls' Day*. In: **The Oxford Dictionary of the Christian Church**. 3º edition revised. Oxford University Press, 2005.

CRUZ, Maria Antonieta. A burguesia perante a morte: Um momento de afirmação da diferença. **Revista População e Sociedade**, Porto, Centro de Estudos da População e Família, 1997, vol. III, p. 227-234.

COMTE, Auguste. Catecismo Positivista. In: **Os Pensadores**. Trad. e notas de Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CASTRO, Mavignier de. **Reminiscências**. *Jornal do Commercio*, 20/03/1966.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Coord. Carlos Sussekind. Trad. Vera da Costa e Silva [et al.]. 16º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. **A Antiguidade Clássica na Representação do Feminino: Pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em História, Teoria e Crítica da Arte). Instituto de Artes – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

CAPPELLI, Vittorio. **La presenza italiana in Amazzonia e nel nordest del Brasile tra Otto e Novecento**. In: CAPPELLI, Vittorio; HECKER, Alexandre. *Italiani in Brasile. Rotte migratorie e percoi culturali*, Rubbettino, Soveria Manelli, p. 105-143, 2010.

CALAZANS, Marília Oliveira. A vala comum de Tarumã e as marcas da exceção no Brasil. In: TELES, Edson; CALAZANS, Marília Oliveira (orgs.). **A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos** [livro eletrônico]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo: Centro de Antropologia e Arquivologia Forense (CAAF), 2021.

CRICHYNO, Jorge. Árvore e imaginário simbólico como lugar poético de memória na paisagem. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.** Belém, 9 (2), 124-137, mai.-ago., 2017.

DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009.

DEZERT, M. G. Desdèvises du. Préface. In: PLANE, Auguste. **A Travers L' Amérique Équatoriale. L' Amazonie**. Paris: Plon-Nourrit et Cie., Imprimeurs-Éditeurs, 1903.

DO RIO, João. Epitáfios. In: **Cinematographo (Chronicas cariocas)**. Porto (Portugal): Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909. (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin).

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**, uma cidade sitiada. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DARNTON, Robert. História e antropologia. **Boletim da Associação Brasileira de Antropologia**, n. 26, set., 1996.

DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vo. VI (suplemento), 867-888, setembro 2000.

_____. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920**. 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

DANTAS, Roberto. **Cidade das Palhas**. Jornal do Commercio, 28/03/1971.

DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX**. Manaus: SEC, 1998.

DIAS, Pollyana D’Avila Gonçalves. **A arquitetura Neogótica no Período da Borracha: um estudo tipológico das construções de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes), PPGLA-UEA, 2013.

EXPILLY, Charles. **Mulheres e Costumes do Brasil**. Trad. prefácio e notas de Gastão Penalva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

EMMI, Marília Ferreira. **Raízes italianas no desenvolvimento da Amazônia, 1870-1950: pioneirismo econômico e identidade**. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental), Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

ESTEVAM, Adriano. **Dalit, Harijan**. Disponível em: <https://jocum.org.br/dalit-harijan/>.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. A Luta Contra os Cemitérios Públicos no Século XIX. **Ler História**, 30, p. 19-35, (1996).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48º ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. Introdução à 2º edição. In: **Sobrados e mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15º ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Biblioteca do Pensamento Moderno).

_____. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Trad. de Artur Morão. Lusosofia – Biblioteca Online de Filosofia e Cultura do Instituto de Filosofia Prática (IFP), s. d.

FUCHS, Felipe. Sobre a tipologia de espaços fúnebres cemiteriais. Paisag. Ambiente: **Ensaio**, São Paulo, v. 32, n. 48, 2021.

FAJARDO, Alexander. Brasil Imperial católico e o surgimento dos cemitérios protestantes. Integratio: **Revista Interdisciplinar de Arte, Educação e Teologia**. v. 1, n. 1 (2015). Campinas, FBN, 2015.

FREIRE, José Ribamar Bessa (org.); PINHEIRO, Geraldo P. Sá Peixoto; TADROS, Vânia Maria Tereza Nova; SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; COSTA, Hideraldo Lima da. **A Amazônia Colonial (1616-1798)**. 4º ed. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1991.

_____. Barés, Manáos e Tarumãs. In: **Amazônia em cadernos**, v. 2, nºs. 2/3, Universidade do Amazonas – Museu Amazônico, 1994.

_____. **O Lugar Sagrado da Barra: Manaus**. Taquiprati, 15/02/2004. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/302-o-lugar-sagrado-da-barra-manaus>.

_____. **Tenório**: o Memorial indígena e o Pirarucu-de-Casaca. Taquiprati, 28/02/2021. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/1570-tenorio-o-memorial-indigena-e-o-pirarucudecasaca>.

FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

FORTE, Ernesto Mattoso Maia. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira**: itinerário e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré: impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão. Rio de Janeiro: Typ. A Vapor de Soares & Niemeyer, 1885. (Biblioteca do Senado).

FARGETTE-VISSIÈRE, Séverine. Os animados cemitérios medievais. **História Viva**, São Paulo, n. 67, p. 48-52, maio de 2009.

FARIA, Sheila de Castro. **Viver e morrer no Brasil colônia**. São Paulo: Moderna, 1999.

FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. **Gripe espanhola em Manaus (1918-1919)**. Amazônia Latitude, 20/05/2020. Disponível em <https://www.amazonialatitude.com/2020/05/20/gripe-espanhola-em-manaus-1918-1919/>.

GALLOT, Benoît. Le cimetière aujourd'hui. In INVENTAIRE GÉNÉRAL..., DUHAU, Isabelle; GROUD, Guénola (dir.). **Cimetières et patrimoine funéraire. Étude, protection, valorisation**. Paris: Ministère de la Culture, direction générale des Patrimoines, p. 32-39, 2020.

GARCIA, Etelvina. **Manaus e seus cemitérios**: histórias de vidas e legados. Manaus: Concultura/Norma Editora, 2022.

GALENO, Cândida. **Ritos fúnebres no interior cearense**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1977.

GONÇALVES, João Felipe. **Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República**. In: Estudos Históricos. Vol. 14, nº25, p. 135-161, 2000.

GOMES, Adriana. O processo de secularização do Brasil no limiar da República e a criminalização do espiritismo. **Sacrilegens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – UFJF**, p. 83-93, 2014.

GOODWIN JÚNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade *fin-de-siècle* em Diamantina e Juiz de Fora, MG. In: **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, v. 35, p. 97-117, 2007.

GAMA, Rosineide de Melo. **Dias Mefistofélicos: A Gripe Espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919)**. Manaus, UFAM, 2013 (Dissertação de Mestrado em História).

GOULART, A. da. C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan. - abr. 2005.

GONZATTO, Camila. **Conversa com Sandra Benites**. Contemporary And América Latina – C& América Latina. Disponível em: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/as-cidades-sao-cemiterios-indigenas-sandra-benites/>

HELLER, Eva. **A Psicologia das cores – Como as cores afetam a emoção e a razão**. Trad. de Maria Lúcia Lopes da Silva. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

HEERS, Jacques. **Festa de Loucos e Carnavais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

IRAHA, Isabel de Santana; SILVA, Stéfany Cruz; PAULA, Patrícia Pinto de. Sentidos do trabalho dos coveiros: um estudo exploratório. **Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**. v. 2, n. 4, jul./dez. 2017.

JOBIM, André. **Velhos Tempos**. O Jornal, 30/06/1968.

_____. **Velhos tempos**. O Jornal, 06/07/1969.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. e notas de Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo**. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Conselho Federal, Conselho Editorial, 2001.

KELLER-LEUZINGER, Franz. **Amazon and Madeira Rivers: sketches and descriptions from the notebook of an Explorer**. Philadelphia: J. B. Lippincott and co., 1875. (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin).

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **História e Arte Funerária dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **O nascimento do Purgatório**. 2º Ed. Lisboa (PT): Editorial Estampa, 1995.

_____. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- LEÃO, Maria de Miranda. **A Dama da Lâmpada**. Jornal do Commercio, 28/08/1938.
- LOPES, Maria Antônia. Os alimentos nos rituais familiares portugueses (1850-1950). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de et. al (coord.). **O Tempo dos Alimentos e os Alimentos no Tempo**. Braga (PT): CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2012.
- LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818**. 2º ed. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1951.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. Manaus: T. Loureiro, 1989.
- _____. Dados Históricos da Evolução e Crescimento de Manaus. In: **332 Anos de Manaus – História e Verdade**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado, 2001.
- _____. A Travessa dos Inocentes. In: **Histórias Esquecidas**. Manaus: GRAFISA, 2018.
- _____. **Tempos de Esperança (1917-1945)**. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994.
- LIMA, Helena Pinto. **História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central**. Tese (doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2008.
- LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno. Produção de conhecimento e preservação em debate: aspectos da arqueologia na cidade de Manaus. **Revista de Arqueologia**, volume 23 – n.1. 90-107, 2010.
- LEÃO, Hamilton de Oliveira. **Colônia Oliveira Machado**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.
- LASSARD, Yves. **Lex duodecim Tabularum (Bruns)**. The Roman Law Library, 2014.
- LINS, José dos Santos. **Seleção Literária do Amazonas**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- LAMARÃO, Sérgio; URBINATI, Inoã Carvalho. **Gripe Espanhola**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GRIPE%20ESPANHOLA.pdf>
- LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Ser. v. 2, p. 87-150, jan/dez 1994.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MATTA, Alfredo da. **Geografia e topografia médica de Manaus**. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.
- MATOS, Geisimara Soares. O Amazonas de luto: o rito fúnebre e a consagração de Eduardo Gonçalves Ribeiro. **Epígrafe**, São Paulo, v. 3, n. 3, pp. 57-79, 2016.

MENDONÇA, Roberto. Comandantes-Gerais da PMAM – 2. Blog do Coronel Roberto, 19/05/2014. Disponível em: <https://catadordepapeis.blogspot.com/2014/05/comandantes-gerais-da-pmam-2.html>.

_____. **Centenário da Vila Municipal**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Série Memória, 6º ed, nº 91, novembro de 2002.

_____. **Administração do Coronel Lisboa**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

MEDEIROS, Girlene. **Cemitério indígena de 700 anos está abandonado há uma década no AM**. G1 Amazonas, 21/09/2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/09/cemiterio-indigena-de-700-anos-esta-abandonado-ha-uma-decada-no-am.html>.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude e Modernidade: A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1990.

_____. **Fundação de Manaus**. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

_____. **Roteiro Histórico de Manaus**. Vol I. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1998.

_____. **A Capitania de São José do Rio Negro (Antecedentes históricos e fundação)**. 3º ed. ilustrada. Manaus: Editora Valer, 2000.

MARTINS, Carla Mara Matos Aires. **A Manaus dos mortos: uma análise das transformações na cidade a partir de seus cemitérios**. ENS – UEA, Monografia (Licenciatura em Geografia), 2019.

_____. **Representações na Cidade dos Mortos: uma análise da escultura tumular em Manaus durante o período da borracha**. UEA, (Dissertação de Mestrado em Letras e Artes), 2021.

MARCOY, Paul. **Voyage à travers l' Amérique du Sud, de l' Océan Pacifique à l' Océan Atlantique**. Paris: Librairie de L. Hachette etc Co, 1869.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. São Paulo: Graal, 1978.

MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Portugal: Publicações Europa-América, 1970.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 55-80, jan./jun. 2010.

MAIA, Álvaro. **Dias de Peste**. Imparcial, 28/11/1918.

MONTEIRO, Gisela. **Simbologia: Perpétua Saudade**. Blog Mort Safe. Disponível em <https://taphophilia.blogspot.com/2012/11/simbologia-perpetua-saudade.html>.

MENDES, Cibele de Mattos. **A cantaria de Lioz na arquitetura funerária de Salvador no século XIX**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016.

MESQUITA, Otoni Moreira de. Eduardo Ribeiro (1862-1900) – O artífice da cidade. In: UGARTE, Auxiliomar Silva (org.). **Trajetórias políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019.

_____. **Manaus: história e arquitetura (1669-1915)**. 4º ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

MORENO, Tânia Maria. O Sagrado e o Profano: o cemitério na cidade de São Paulo. **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**. Cidade e Linguagens, n. 1, jul./dez. 2008.

NUNES, Paulo André. **Em funcionamento desde 1864, ‘Cemitério do Cariri’ está abandonado, em meio ao matagal**. A Crítica, 04/06/2016. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/em-funcionamento-desde-1864-cemiterio-do-cariri-esta-abandonado-em-meio-ao-matagal-1.164331>

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NAGEL, Carla Maria Oliveira. A Morte e o Morrer na “Paris dos Trópicos”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho de 2011.

NIESZAWER & PRINC. **Raphael Schwartz**. Artistes juifs de L’École de Paris, 1905-1939. Disponível em: <http://ecoledeparis.org/raphael-schwartz/>.

NONATO, Áureo. **Os Bucheiros – um memorial de infância**. 3º ed. Manaus: Editora Valer, 1997.

NAVA, Pedro. **Chão de Ferro: memórias 3**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

NETO, Pasquale Cipro. **Endemia, epidemia, pandemia, pandemônio...** Folha de S. Paulo, 30/04/2009.

ORNAMENTOS funerários. **Tipos e significados dos ornamentos**. O Poder das Flores – Blog da Interflora, 01/11/2022. Disponível em: <https://www.interflora.pt/blog/ornamentos-funerarios/>.

PORRO, Antônio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. A terra dos mortos na cidade do Rio Negro: Mudanças nas práticas funerárias na cidade de Manaus e a construção do Cemitério de São José (1848-1859). **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 4, nº 06, janeiro-junho de 2019.

_____. **Anjinhos inocentes: A morte infantil no Amazonas entre os séculos XIX e XX**. Manduarisawa – **Revista Eletrônica Discente do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 3, p. 131-143, 2019.

_____. **Representações da morte: análise dos monumentos funerários dos cemitérios de São José e de São João Batista, em Manaus (1848-1960).** PIBIC – UFAM, 2020.

_____. **Registros para a eternidade: Fotografias Mortuárias na Cidade de Manaus (séculos XIX e XX).** **Manduarisawa – Revista Eletrônica Discente do Curso de História** – UFAM, vol. 4, n° 1, ano 4, 2020.

_____. **Os mortos e suas moradas na terra dos barés: o fim dos enterros nas igrejas e seus arredores e a construção do Cemitério de São José, em Manaus (1848-1859).** Monografia (Licenciatura em História), UFAM, 2021.

_____. **Geografia antiga do Centro de Manaus.** Blog História Inteligente, 11/10/2015. Disponível em: <https://historiainte.blogspot.com/2015/10/geografia-antiga-do-centro-de-manau.html>.

PÉRES, Jefferson. **Evocação de Manaus – como eu a vi ou sonhei.** 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2002.

PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.** 1 v. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PINTO, Renan Freitas (Org.). **O Diário do Padre Samuel Fritz.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

PEREIRA, José Carlos. Procedimentos para lidar com o tabu da morte. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18 (9), p. 2699-2709, 2013.

QUEIROZ, Renato da Silva. A morte e a festa dos vivos. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1983.

QUEIROZ, J. Francisco F. Canteiros de Lisboa: os construtores do cemitério romântico. **Olisipo, Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"**, 2ª série, n.º 13, p. 55-70, Dezembro de 2000.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil** – vol. 1 – São Paulo: Cia. Das Letras, p. 96-141, 1997.

_____. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato P.; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Rev. Saúde públ.** S. Paulo, 21 (3): 211-24, 1987.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. 2º ed. São Paulo: Necrópolis, 2013. *Kindle Version*.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, VI (1): 53-80, mar-jun. 1999.

_____. A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 8, 257-278, 2014.

REIS, Arthur César Ferreira. Os que não morrem na gratidão dos amazonidas. **Revista Redenção**, suplemento do dia 02 de novembro de 1932. Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro (Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA).

_____. **Manãos e outras Villas**. Manãos: Typografia Phênix, 1934. (Biblioteca Arthur Reis – CCPA).

_____. **História do Amazonas**. 2º Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

RABELO, Ana Paula de Souza. **Do templo de taipa ao templo de pedra: a construção da Igreja Matriz de Manaus (1858-1878)**. Dissertação (Mestrado em História), UFAM, 2008.

RODRIGUES, Paula Andréa Calluf. **Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA**. Rio de Janeiro: IPHAN (Dissertação de Mestrado), 2014.

RAPHAEL Schwartz. Au temps de l'Œil cacodylate. Disponível em: <http://dadaparis.blogspot.com/2006/08/raphal-schwartz.html>.

ROCHA, Karol. **Indígenas ocupam área arqueológica e afirmam ter direitos sobre terra em Manaus**. A Crítica, 31/08/2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/indigenas-ocupam-area-arqueologica-e-afirmam-ter-direitos-sobre-terra-em-manaus-1.196875>.

RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2011.

REZENDE, Joffre Marcondes. As Grandes Epidemias da História. In: **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 73-82. História da Medicina séries, vol. 2.

ROSA, Mariana Antão de Carvalho. Flores, recordações e saudades: representações da morte infantil no Cemitério São José em Teresina-PI (1859-1950). **ANPUH – Brasil – 31º Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro/2021.

SANTONJA CARDONA, José Luis. “La construcción de cementerios extramuros: un aspecto de la lucha contra la mortalidad en el Antiguo Régimen”. **Revista de Historia Moderna**, nº 17, p. 33-44, (1998-1999).

SILVA, Erika Amorim da. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850/1891)**. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, 2005.

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da Morte: Fotografia e Memória**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SIGNIFICADO de Luto. Dicio – Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/luto/>.

SILVA, Érica Quinágua. E a tristeza nem pode pensar em chegar... **Revista Antropológicas**, ano 13, vo.. 20 (1+2): 243-261 (2009).

SIMBOLOGIAS. Cemitério Municipal de Loures. Loures (PT): s. d. Disponível em: https://app1.cm-loures.pt/turismocemiterial/wp-content/uploads/Expo_Simbologias.pdf.

SALGADO, David. **A verdadeira história de Ribí Moyal, em Manaus**. Portal Amazônia Judaica. Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.org/167563/A-Verdadeira-Hist%C3%B3ria-de-Ribí-Moyal-em-Manaus>.

SCHMITT, Juliana Luiza de Melo. A dor manifesta: vestuário de luto no século XIX. **dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 76–80, 2009.

SCHMITT, Juliana Luiza de Melo. **Vestuário e comportamento de luto no Brasil oitocentista. 13º Colóquio de Moda**, UNESP BAURU – SP, 2017.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Jose do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775**. Lisboa: Typografia da Academia, 1825. (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin).

SOUZA, Francisco Bernardino. **Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1988.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out.-dez. 2008.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

S. J., Herbert J. Thruston; ATTWATER, Donald. **Butler’s Lives of The Saints. Complete Edition**. Vol I. Westminster, Maryland, 1990.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Revisão de Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e frei Venâncio Willeke, OFM; apresentação de Aureliano Leite. 7º ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

SOUZA, Elza. **Do “Alto” da Minha Colina: sem os bucheiros o bairro de São Raimundo perdeu o encantamento.** Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.

SANTOS, Délio Freire dos (Org.). **Cabrião – Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867.** São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

SILVA, Júlio Santos da; COSTA, Hideraldo Lima da. “A desolação, o pavor e o luto”: A história da gripe espanhola em Manaus (1918-1919). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História,** São Paulo, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte. A gripe espanhola no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **Posturas municipais, Amazonas (1838-1967).** Manaus: EDUA, 2016.

SARAIVA, Marcia Raquel de Brito. Pinduricalhos da memória: usos e abusos dos obeliscos no Brasil (séculos XIX, XX e XXI). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades ibéricas e americanas da PUC-RS, 2007.

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da Morte: Fotografia e Memória.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, 2007.

SOUZA, João Batista de Faria e; SOUZA, A. Monteiro de; BAHIA, Alcides. **A Imprensa no Amazonas, 1851-1908.** Manáos: Typographia da Imprensa Oficial, 1908, p. 109. Biblioteca Mário Ypiranga – Centro de Documentação e Memória da Amazônia (CDMAM).

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A igreja e o cemitério na província do Rio Grande do Norte: interações entre o sagrado e o profano. **Mercator (UFC),** v. 9, p. 17-27, 2005.

TELES, Janaína; BUENO, Antônio de Pádua Fernandes. O Luto. In: DILLMANN, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do. **Guia Didático e Histórico de verbetes sobre a morte e o morrer.** Porto Alegre: Casalettras, 2022.

TEODORO, Caio Felipe. **A máscara da morte: estudo de caso sobre a construção identitária de profissionais coveiros.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021.

TADROS, Vânia Maria Tereza Novoa. **Vamos à Cidade? A Crítica,** Manaus, 24/10/1997.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX.** São Paulo: Editora Ática, 1997.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

VAILATI, Luiz Lima. As fotografias de anjos no Brasil dos século XIX. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. v. 14, n. 2. 51-71, jul.-dez. 2006.

_____. Representações da Morte Infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: Um esboço comparativo preliminar. **Revista de História**, São Paulo, n° 167, p. 261-294, julho/dezembro 2012.

VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne (Suisse): Imprimerie La Concorde, 1918.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. 2 vols. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – MEC, 1972.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.